

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Sandor Fernando Bringmann

**ENTRE OS ÍNDIOS DO SUL:
Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de
desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas
Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967)**

Florianópolis,
27 de Março de 2015

Sandor Fernando Bringmann

**ENTRE OS ÍNDIOS DO SUL:
Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de
desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas
Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, na Linha de Pesquisa História Indígena, Etnohistória e Arqueologia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Florianópolis,
27 de Março de 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bringmann, Sandor Fernando

ENTRE OS ÍNDIOS DO SUL : Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RSe Xaçecó/SC (1941-1967) / Sandor Fernando Bringmann ; orientadora, Ana Lúcia Vulfe Notzold - Florianópolis, SC, 2015.

450 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Kaingang. 3. SPI no RS e em SC. 4. Postos Indígenas. 5. Projetos de Desenvolvimento. I. Notzold, Ana Lúcia Vulfe. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xaçupé/SC (1941-1967)

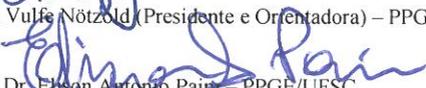
Sandor Fernando Bringmann

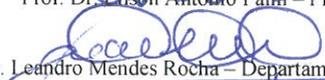
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

DOCTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Profa. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC


Prof. Dr. Elson Antonio Paim – PPGE/UFSC


Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha – Departamento de História/UFG


Prof. Dr. Luis Fernando Laroque – UNIVATES


Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes – Departamento de Antropologia/UFPR


Profa. Dra. Liane Maria Nagel – HST/UFSC

Prof. Dr. Eunice Sueli Nodari (suplente interno) – PPGH/UFSC

Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann (suplente externo) – FAED/UEDESC



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 27 de março de 2015.

Agradecimentos

Inúmeras foram as pessoas e instituições contatadas ao longo destes quatro últimos anos de pesquisa a quem devo muitos agradecimentos. Peço desculpas antecipadamente por algum eventual esquecimento.

Agradeço inicialmente à Prof^ª. Ana Lúcia Vulfe Nötzold que acreditou na ideia do projeto e gentilmente aceitou orientá-lo.

Sou grato a todos aqueles que fazem ou já fizeram parte do LABHIN, com os quais pude trocar grandes experiências de pesquisa e de vida. Em especial aos colegas Helena Alpini Rosa, Clovis Brighenti, Carina Almeida, Jeniffer Silva e Luana Mayra.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sobretudo, aos colegas do curso, à coordenação e seus funcionários.

A realização da pesquisa que ora apresento não teria sido possível sem o apoio recebido nos arquivos pesquisados. Sem condições de lembrar dos nomes de todas as pessoas envolvidas nestes locais, agradeço a todos os funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, da Biblioteca Pública de Santa Catarina, do Memorial da Assembleia Legislativa do RS e da Coordenação Técnica Local da FUNAI em Paranaguá. No Museu do Índio/RJ, meu cordial agradecimento aos amigos Medina, Eduardo, Luísa, Lídia e Carlos Augusto.

Um agradecimento especial às duas comunidades indígenas com as quais tive o privilégio de conviver, pelo menos por algum tempo, durante minhas pesquisas de campo: TI Nonoai-RS e TI Xapecó-SC. Agradeço principalmente aos *kofá* e às suas famílias que compartilharam comigo importantes e fundamentais informações sobre suas experiências vividas “no tempo do SPI”.

Da mesma forma, não poderia esquecer de dedicar um agradecimento aos alunos Kaingang da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, com os quais pude compartilhar momentos enriquecedores durante as disciplinas ministradas no curso. Estendo este agradecimento aos alunos Guarani e Xokleng e a toda equipe da coordenação da LI.

Agradeço aos membros da banca pela gentileza de aceitarem avaliar este trabalho. Aos professores Luís Fernando Laroque (UNIVATES) e Ricardo Cid Fernandes (UFPR), agradeço pelas contribuições na Banca de Qualificação e pelo aceite em participar do

resultado final da pesquisa. Aos professores Leandro Mendes Rocha (UFG), Elisom Antonio Paim (UFSC), Liane Maria Nagel (UFSC), Luisa Tombini Wittmann (UDESC) e Eunice Sueli Nodari (UFSC), agradeço pela solicitude em participar desta banca.

Sou grato à CAPES pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual o projeto seria inviável, e, pela oportunidade de poder participar como pesquisador colaborador dos projetos Observatório da Educação Escolar Indígena (OEEI e OBEDUC).

Finalmente, agradeço à minha família por seu apoio e por sua compreensão pelo distanciamento inevitável em certos momentos. Em especial ao meu pai Arnildo e minhas irmãs Sandra, Solange e Sabrina e à minha companheira Milene. A eles, dedico esta tese.

Resumo

Esta tese tem como objetivo suscitar reflexões sobre atuação tutelar do SPI entre os Kaingang na região Sul do Brasil, analisando as peculiaridades referentes aos contextos dos Postos Indígenas Nonoai (RS) e Xaçepó (SC), entre os anos de 1941 e 1967. Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, apresento informações sobre os primórdios da atuação tutelar nas duas áreas indígenas, ressaltando os principais obstáculos para a execução das políticas indigenistas nos primeiros anos do SPI nestes estabelecimentos. Destaco a conjuntura histórica que proporcionou a criação e a sistematização das modalidades educacionais e de trabalho agropecuário nos padrões do desenvolvimentismo rural presente entre as décadas de 1940 e 1960. Do mesmo modo, ressalto a representatividade deste órgão e de sua atuação entre os Kaingang dos dois PIs, buscando destacar de que maneira os indígenas se envolveram ou foram envolvidos nas estratégias de desenvolvimento agropecuário e educacional promovidas pelo SPI. Neste sentido, contribuem para as reflexões aqui propostas, os depoimentos orais de velhos Kaingang que vivenciaram este processo. Através de seus relatos, de suas percepções e de seus posicionamentos, busco avaliar a participação dos indígenas nas propostas do SPI. Em suma, com este estudo, pretendo explicar quais foram os principais efeitos das políticas indigenistas de caráter desenvolvimentista e de que forma as concepções particulares dos indígenas, dos funcionários do SPI e da própria sociedade regional envolvente, influenciaram no desenvolvimento de tais ações entre os Kaingang dos Postos Indígenas Nonoai e Xaçepó.

Palavras Chave: Kaingang, PI Nonoai, PI Xaçepó, SPI, Projetos, Desenvolvimento

Abstract

This thesis aims to raise reflections about the tutelary role of the Indian Protection Service (Serviço de Proteção aos Índios - SPI) among the Kaingang in South Brazil, analyzing the peculiarities related to the contexts of Indian Posts Nonoai (RS) and Xaçecó (SC), between the years 1941 and 1967. Through documental and bibliographical research, I present information about the origins of the tutelary role in two indigenous areas, emphasizing the main obstacles to the implementation of indigenous policies in the early years of the SPI at these establishments. I highlight the historical circumstances that led to the creation and the systematization of the educational genres and agricultural work in the patterns of the rural developmentalism present between the 1940s and 1960s. Similarly, detach the representativeness of this institution and its actions between the Kaingang on both PIs, with special emphasis on how the Indians got involved or were involved on the agricultural and educational strategies of development promoted by the SPI. In this sense, they contribute to the reflections proposed here, the oral testimony of Kaingang elderly who experienced this process. Through their stories, their perceptions and their positions, I seek to evaluate the indigenous participation on the SPI proposals. In short, with this study, I intend to explain what were the main effects of indigenous policies of developmental character and how the particular conceptions from indigenous, from the SPI officials and from the people of the surrounded society, had influenced on the development of such actions among Kaingang of the Indian Posts Nonoai and Xaçecó.

Keywords: Kaingang, PI Nonoai, PI Xaçecó, SPI, Projects, Development

Lista de Figuras

- Figura 1.** Mapa dos Campos de Palmas, Xanxerê, Nonoai e Erechim... 39
- Figura 2:** Mapa com a localização dos Toldos Indígenas nas regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, demarcados pela DTC em 1911 53
- Figura 3:** Municípios do Paraná e de Santa Catarina provavelmente englobados pelos Campos de Palmas. 59
- Figura 4:** Fotografia tirada no Toldo Ligeiro, durante a visita de Torres Gonçalves em 1910. 103
- Figura 5:** Área reservada pelo Decreto nº 7 de 18 de junho de 1902. 127
- Figura 6:** Área reservada aos índios pelo decreto nº 7 e a presença de ‘terceiros’ e das terras griladas por Berthier de Almeida. 128
- Figura 7:** Área demarcada em 1934, resultado do acordo de 1933, reconhecendo a grilagem da fazenda Chapecozinho..... 135
- Figura 8:** Área demarcada pelo SPI para o PI Nonoai em 1941. 169
- Figura 9:** Vista panorâmica da aldeia sede do PI Nonoai em 1944.... 171
- Figura 10:** Recibo de arrendamento de “capoeiras” no PI Xaçecó, assinado por Francisco Fortes, datado de 11 de setembro de 1943. ... 198
- Figura 11:** Aldeia Jacú (Sede do PI Xaçecó) fotografada em 1947 por Heinz Forthmann. 203
- Figura 12:** “Turma” de índios preparando lavoura no PI Nonoai. 240
- Figura 13:** Reunião de Índios na escola Benjamin Constant (sede do PI Nonoai) 254
- Figura 14:** O primeiro encarregado do PI Nonoai, Francisco Vieira e sua esposa Helena Abduch Vieira dos Santos no escritório da Sede do Posto. 263
- Figuras 15 e 16:** A *Tropa Condor* alinhada durante o acendimento do fogo simbólico da Pátria e as evoluções em frente ao palanque das autoridades durante desfile da Semana da Pátria de Porto Alegre. ... 269
- Figura 17:** Comitiva do Juiz Antonio Selistre de Campos em visita ao Posto Indígena Xaçecó. 289

Figura 18: Kaingang trabalhando com trilhadeira em lavoura de trigo do Posto Indígena Xaçecó.....	295
Figura 19: Primeiro moinho hidráulico do Posto Indígena Xaçecó, construído no ano de 1946.	334
Figura 20: Caminhão carregado de trigo das lavouras do PI Xaçecó. Na imagem, Nereu Costa aparece em pé, ao lado da cabine, com o pé no estribo.	345
Figura 21: Trator puxando ceifadeira na lavoura de trigo do PI Xaçecó	346
Figuras 22 e 23: Panorama da atividade pecuária no PI Nonoai na década de 1940.	368
Figura 24: Planta com área arrendada por Josué Annoni e Valdomiro Roveda	373

Siglas

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ANPUH	Associação Nacional de História
BPSC	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CRL	Center for Research Library
CTL	Coordenação Técnica Local
DTC	Diretoria de Terras e Colonização
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IR7	Sétima Inspeção Regional
LABHIN	Laboratório de História Indígena
MAIC	Ministério da Agricultura Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OEEI	Observatório da Educação Escolar Indígena
PI	Posto Indígena
PIA	Posto Indígena da Atração
PIC	Posto Indígena de Criação
PIF	Posto Indígena de Fronteira
PIN	Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e
PIT	Educação
	Posto Indígena de Tratamento
PRR	Partido Republicano Riograndense
RS	Rio Grande do Sul
SA	Seção de Administração
SEDOC/MI	Setor de Documentação Etnológica do Museu do Índio
SE	Seção de Estudos
SET	Serviço de Expansão do Trigo
SAI	Serviço de Informação Agrícola
SIL	Summer Instictut of Linguistics
SOA	Serviço de Orientação e Assistência
SOP	Secretaria de Obras Públicas do RS
SC	Santa Catarina

SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
TI	Terra Indígena
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1. A INVASÃO COLONIAL EM TERRAS INDÍGENAS E A CONSTITUIÇÃO DAS ÁREAS DE NONOAI E XAPECÓ	37
1.1. A invasão colonial das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul	45
1.2. A invasão colonizadora no oeste catarinense	57
1.3. De Toldos a Postos: a trajetória histórica de Nonoai e Xapecó	69
1.3.1. Dos Toldos ao Aldeamento: a configuração de Nonoai durante o Império.....	74
1.3.2. <i>De Aldeamentos a Toldos: a República Velha e a Proteção Fraterna entre os indígenas do RS</i>	99
1.3.3. <i>Entre campos e litígios: os Kaingang na região dos rios Chapecó e Chapecozinho</i>	113
1.3.4. <i>A reserva do Chapecozinho: entre a concessão e a grilagem</i>	125
CAPÍTULO 2. UM ÓRGÃO PARA “PROTEGER E EDUCAR”: O SPI ENTRE OS ÍNDIOS DO SUL	138
2.1. SPI: criação e trajetória no Brasil	138
2.1.1. <i>A institucionalização e o desenvolvimento do Serviço</i>	151
2.1.2. <i>Postos Indígenas: especificidades e funcionalidades</i>	157
2.2. O SPI no Rio Grande do Sul: as bases da assistência federal	159
2.2.1. <i>A formação do Posto Indígena Nonoai</i>	170
2.3. O SPI em Santa Catarina: antecedentes da ação tutelar ...	184

2.3.1. <i>O Posto Indígena Xaçecó</i>	192
---	-----

CAPÍTULO 3. NARRATIVAS SINGULARES, EXPERIÊNCIAS COLETIVAS: VIVÊNCIAS, TRABALHO E ATUAÇÃO INDIGENISTA NOS PIs. NONOAI E XAPECÓ206

3.1. Memória e Oralidade: o leque de possibilidades para a história indígena	208
---	-----

3.2. Ouvir os velhos Kaingang: vivência e pesquisa nas TIs Nonoai e Xaçecó	219
---	-----

3.2.1. <i>O trabalho de campo do pesquisador e os sujeitos pesquisados</i>	222
--	-----

3.3. Expectativas compartilhadas: sociabilidades e relações de trabalho em tempos de SPI	230
---	-----

3.3.1. <i>O sistema do Panelão em Nonoai e Xaçecó</i>	237
---	-----

3.3.2. <i>Os puxirões</i>	247
---------------------------------	-----

3.3.3. <i>O caminho para a eficiência: Conselho, premiações e competitividade</i>	251
---	-----

3.4. Símbolos do poder ou expressão do paternalismo? Os chefes de Posto e sua representatividade para os Kaingang	259
--	-----

3.4.1. <i>Francisco Vieira: o tutor educador/administrador</i>	262
--	-----

3.4.2. <i>“No tempo do Nereu”: autoridade x autoritarismo na chefia do Posto Indígena Xaçecó</i>	280
--	-----

CAPÍTULO 4. A FUNÇÃO ORIENTADORA E EDUCACIONAL DO SPI: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NOS PIs. NONOAI E XAPECÓ300

4.1. A serviço da pátria: o trabalho como estratégia integradora	300
---	-----

4.2. O Culto ao Campo: Educação Rural e os Clubes Agrícolas escolares	312
--	-----

4.2.1. <i>O Programa Educacional Indígena e os Clubes Agrícolas nas escolas dos PIs Nonoai e Xaçecó</i>	319
---	-----

4.3. A Campanha do Trigo na IR7: desenvolvimento agrícola com base na exploração da mão de obra indígena	329
4.3.1. <i>A produção tritícola dos “índios colonos” nos PIs Nonoai e Xaçecó</i>	<i>338</i>
4.3.2. <i>A Campanha do Trigo e os problemas para os Kaingang</i>	<i>349</i>
4.4. O Programa Pecuário do SPI: uma atividade “civilizada” na busca pela suficiência econômica	355
4.4.1. <i>O “gado do Francisco Vieira”: O Programa Pecuário no PI Nonoai</i>	<i>360</i>
4.4.2. <i>O fracasso do Programa Pecuário no PI Xaçecó</i>	<i>371</i>
4.5. “Os gringos invadiram a reserva”: quando à intrusão se segue o arrendamento e ao arrendamento a exploração da terra e do trabalho dos indígenas	375
CONSIDERAÇÕES FINAIS	395
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	404
FONTES DOCUMENTAIS, ORAIS, VISUAIS E JORNALÍSTICAS	424

INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta o resultado de uma pesquisa na qual procurei destacar a história do intervencionismo indigenista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os indígenas da região Sul do Brasil. Mais especificamente, busquei analisar a representatividade da atuação do SPI para a população Kaingang estabelecida nos Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó, situados respectivamente no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e no oeste de Santa Catarina.¹ Interessou-me avaliar os efeitos da institucionalização e do desenvolvimento das políticas indigenistas² de caráter educacional, produtivista e desenvolvimentista

¹ O termo atualmente empregado para designar estas áreas denomina-se Terras Indígenas (TIs). Utilizo como referência a expressão Postos Indígenas (PIs), porque esta será aplicada durante toda a vigência do SPI para denominar os estabelecimentos destinados à assistência e proteção às populações indígenas brasileiras. Outras expressões como Aldeamentos e Toldos, utilizadas no período imperial e parte do período republicano, serão ainda destacadas quando forem analisadas as referidas conjunturas.

² O termo política indigenista corresponde ao conjunto de ações práticas ou ideológicas desenvolvidas por aparelhos governamentais com vistas a garantir a posse e ocupação de determinadas áreas pelas populações indígenas, bem como, viabilizar a organização de mecanismos de assistência e de garantia às terras ocupadas pelas mesmas. Através das políticas indigenistas, foram definidas as formas de atuação do Estado Nacional frente às populações indígenas, de acordo com as diferentes realidades socioculturais, geográficas e com o grau de contato com a sociedade envolvente. As políticas indigenistas foram e ainda são, norteadoras no estabelecimento do estatuto jurídico do índio, na regulamentação e fomento das agências indigenistas, nas mediações de problemas relacionados a questões fundiárias e na promoção de condições materiais para a sobrevivência das sociedades indígenas. No contexto desta tese, concentro minhas análises em aspectos da política indigenista do SPI responsáveis pelo estabelecimento de modalidades educativas e por um conjunto de propostas produtivistas e desenvolvimentistas voltadas para transformar os indígenas do Sul do Brasil (mais especificamente os Kaingang) em produtores rurais esclarecidos, tornando-os concorrentes com a sociedade envolvente. Através desta perspectiva, buscava-se demonstrar sua utilidade para o desenvolvimento agropecuário regional. Alguns autores consultados para esta pesquisa apresentam de forma mais detalhada as várias faces da política indigenista brasileira, bem como os discursos e práticas estabelecidos pela mesma. Ver: RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: SIA/Ministério da Agricultura. 1962; CORDEIRO, Enio. **Política Indigenista Brasileira e promoção internacional dos direitos das**

nestes dois Postos Indígenas, entre os anos de 1941 e 1967, período em que vigorou a atuação do órgão indigenista federal nestas áreas.

Apesar de o marco temporal escolhido estar estreitamente relacionado com o período em que o SPI atua de forma mais incisiva entre os Kaingang da região Sul, ele está relacionado também ao fato de ser este um período fortemente marcado pela influência do Ministério da Agricultura nas propostas desenvolvimentistas do órgão indigenista federal. Embora o SPI já contasse desde 1910 com uma estrutura administrativa considerável, responsável pela articulação de políticas voltadas para a garantia dos territórios e para a assistência sanitária, educacional e econômica das populações indígenas tuteladas, foi somente a partir da década de 1940, quando esta agência indigenista se consolida nos quadros do Ministério da Agricultura, que se organizaram as mais importantes ações e estratégias voltadas para a promoção econômica dos Postos Indígenas (PIs) espalhados pelo território brasileiro. Naquele momento, as populações indígenas foram agregadas ao projeto governamental de expansão das fronteiras agrícolas, de modernização do campo e incorporação das riquezas do seu interior. Os indígenas, neste ínterim, foram cada vez mais enfatizados como futuros trabalhadores rurais.³

De modo geral, as políticas indigenistas do SPI neste período, acompanharam uma reorientação econômica nacional, iniciada a partir da consolidação do Estado Novo em 1937 e que perdurou pelo menos até o Golpe Militar de 1964. Neste momento, a classe política brasileira incorporou a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, em uma frente progressista imbuída do desejo de vencer o subdesenvolvimento do país, alavancar o crescimento industrial e potencializar a produção rural. Assim sendo, muitos esforços foram empenhados para a incorporação das riquezas existentes no território brasileiro, em uma tentativa de contribuir para a modernização do país.⁴

populações indígenas. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999.; ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil (1930-1967)**. Goiânia: Ed. UFG. 2003.

³ ROCHA, 2003, p. 54.

⁴ Nos anos de 1940, as preocupações com a autonomia territorial suscitadas com a 2ª Guerra Mundial levaram o governo Getúlio Vargas a instituir o programa conhecido como “Marcha para o Oeste”, iniciando assim a colonização da região Centro Oeste e instalando rotas estratégicas que permitiriam aproveitar melhor as riquezas das regiões mais afastadas dos grandes centros do Sul e

O grande diferencial das políticas indigenistas formuladas pelo SPI neste momento, em relação ao período anterior, portanto, diz respeito à promoção de ações conjuntas com o Ministério da Agricultura. Tais ações foram pensadas para tentar melhorar o estado precário no qual se encontrava a maior parte das populações indígenas do país e proporcionar uma etnonização das mesmas nas concepções educacionais e nas atividades agropecuárias consideradas mais racionais e modernas, obedecendo aos mesmos pressupostos ideológicos que se buscou encampar entre as populações rurais brasileiras a partir da década de 1940.

Desta forma, vários empreendimentos governamentais organizados neste período influenciaram a implantação de projetos e programas de desenvolvimento dos Postos Indígenas. Entre os destaques, figuraram o Serviço de Informação Agrícola (SIA), a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), o Serviço de Expansão do Trigo (SET) e o Departamento de Fomento Agrícola, somente para citar alguns dos quais analiso nesta tese. É possível afirmar, por conseguinte, que as ações voltadas para a educação, proteção e assistência dos povos indígenas no Brasil, compreenderam

Sudeste. Na década de 1950, a internacionalização da economia alavancou a ideologia nacional desenvolvimentista do Brasil, quando correntes migratórias deslocam-se para as regiões centrais, culminando com a construção da capital federal, Brasília, em 1960. Estas ações tiveram impactos significativos entre as populações indígenas, pois as áreas que as frentes de expansão atravessavam, eram ocupadas por inúmeros grupos indígenas de diferentes etnias, o que forçou o governo brasileiro a tomar medidas específicas destinadas ao tratamento dos mesmos, de acordo com os diferentes graus de envolvimento com a sociedade nacional. Alguns autores explicam mais detalhadamente a configuração destes projetos. Entre os utilizados para esta pesquisa, destaque: RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986; OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Indigenismo e Antropologia: O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)**. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro. Museu Nacional-UFRJ, 1990. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995; GARFIELD, Seth. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 20. n. 39, pp. 15-42. 2000; ROCHA, 2003.

diferentes estratégias de envolvimento dos mesmos, baseadas em concepções próprias e em outras, emprestadas de diversas conjunturas do cenário político-econômico nacional.

Para o desenvolvimento deste estudo, parti do pressuposto de que as políticas indigenistas promovidas pelo governo brasileiro abrangeram distintas estratégias de atração e aparelhamento das populações tuteladas, atuando de acordo com as especificidades culturais e vocações econômicas dos diferentes povos indígenas assistidos. No que pese os seus objetivos específicos, as estratégias pensadas para o desenvolvimento educacional e econômico dos PIs pelo SPI, traziam entre seus principais desígnios a qualificação da mão de obra dos próprios indígenas. Esta qualificação, fornecida através de ensinamentos práticos e teóricos, tinha como principal objetivo a geração de dividendos que, em tese, deveriam ser utilizados para a construção e manutenção de uma infraestrutura básica nos Postos, além de atender as necessidades alimentares, sanitárias e educacionais das comunidades envolvidas.

Para os indígenas instalados nos PIs Nonoai e Xapecó, esta orientação, arrolada à ideia de integração gradual dos nativos à sociedade regional, configurou-se em uma exploração sistemática da sua mão de obra, assim como idealizou o incremento de uma mentalidade produtivista e competitiva entre os mesmos. Os resultados imediatos deste processo culminaram com o comprometimento de muitas de suas práticas tradicionais de relação com a terra e seus produtos, com a intervenção direta em suas sociabilidades, com a destruição de seus espaços tradicionais de interação com a natureza e com o aumento dos conflitos com a sociedade envolvente.

A singularidade desta tese está em assinalar que nas diversas ações de promoção educacional e econômica operadas pelo SPI nos dois Postos Indígenas, sobretudo naquelas voltadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, seu sucesso ou fracasso não foi representado apenas pelo repasse ou não de verbas ou pela burocratização do órgão indigenista. Notadamente, foram as concepções próprias das populações indígenas presentes nos Postos que determinaram seu grau de envolvimento nos projetos e programas propostos. Além disso, o sucesso no desenvolvimento dos projetos ou programas educacionais e agropecuários do SPI, sobretudo, do interesse ou da iniciativa pessoal de determinados funcionários (geralmente encarregados dos Postos Indígenas) em executá-los.

Assim sendo, buscando aproximar as duas realidades, analisando suas similaridades e discutindo suas peculiaridades, o problema da pesquisa está em compreender quais foram os principais efeitos das políticas indigenistas de caráter desenvolvimentista para os Kaingang dos Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó e de que forma as concepções particulares dos indígenas, dos encarregados e da própria sociedade regional, influenciaram no desenvolvimento das mesmas.

A ideia de investigar o desenvolvimento destas políticas nos Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó, de maneira conjunta, deveu-se à percepção de que havia muitas relações entre as duas áreas. Primeiramente, percebi que os mesmos projetos e programas agropecuários do SPI foram implementados nos dois Postos Indígenas, mas alcançaram resultados distintos, o que suscitou diversos questionamentos sobre como os indígenas e os agentes indigenistas envolviam-se nestas iniciativas. Segundo, interessou-me compreender como os dois estados (RS e SC) articularam as políticas indigenistas no período anterior à instalação dos Postos Indígenas pelo SPI e de que maneira suas posturas em relação aos indígenas influenciaram na intervenção do SPI. Terceiro, verificou-se que as duas áreas indígenas, historicamente, apresentam uma conexão bastante forte entre si, existindo inúmeras famílias indígenas que se deslocam continuamente de uma para outra desde pelo menos o século XIX. Esta particularidade permitiu com que vários indígenas conhecessem a realidade das políticas indigenistas do SPI nas duas áreas pesquisadas e em outras áreas do Sul do Brasil.

Embora tenha se estabelecido como recorte temporal o período entre os anos de 1941 a 1967, fizeram-se necessários alguns recuos no tempo e no espaço para aprofundar as análises sobre a trajetória histórica dos PIs Nonoai e Xaçecó. Isso foi necessário, porque a constituição histórica destes dois Postos Indígenas possui raízes mais antigas. No Rio Grande do Sul, durante o século XIX, foram fundados os Aldeamentos Provinciais a partir de 1846. Entre os primeiros estabelecimentos criados para concentrar os indígenas da província gaúcha, estava o Aldeamento de Nonoai. Este, criado para concentrar as populações indígenas que “ameaçavam” os lotes coloniais em um cenário de expansão colonial nesta província. Em Santa Catarina, a criação de espaços reservados para a população indígena tem origem a partir da criação das chamadas Colônias Militares, que tinham por objetivo defender as fronteiras brasileiras das invasões castelhanas. Há,

portanto, um vínculo muito forte entre a criação destes espaços, com a expansão colonizadora e a defesa do território.

Do mesmo modo, considerou-se importante abrir espaço para uma reflexão sobre as políticas de colonização dos governos estaduais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, particularmente entre os anos de 1908 e 1940, buscando compreender o papel desempenhado pelos estados, na criação de políticas indigenistas (ou da falta delas) no cenário republicano. Este período possui importância fundamental para se compreender como foram estabelecidas as bases da assistência indigenista federal nas duas áreas indígenas pesquisadas.

Uma abordagem comparativa, conforme a que se pretendeu efetuar neste estudo, necessitou, invariavelmente, da inserção em uma modalidade de observação que permitisse analisar de maneira bastante atenta as singularidades dos aspectos socioculturais que determinaram as especificidades de cada processo. Neste caso, estas singularidades referem-se especialmente às inter-relações peculiares que ocorreram entre os indígenas, os agentes governamentais, a sociedade regional, as autoridades político-econômicas, entre outros diferentes sujeitos que movimentaram o cenário das ações indigenistas locais.

Na trajetória dos dois Postos Indígenas, foram encontradas certas evidências que me levaram a pensar em certo paralelismo ou correspondência de traços organizacionais ou eventos simultâneos, cuja relação recíproca me conduziu a uma tentação de potencializar as similaridades. No entanto, percebi que, além destes aspectos, seria necessário investigar sua conformação também enquanto duas realidades dinâmicas em transformação, cujos caminhos guiaram-se para direções estabelecidas de acordo com as especificidades e escolhas conscientes ou inconscientes de cada comunidade envolvida, pelas concepções de suas lideranças e pelas estratégias dos inspetores, encarregados e outros funcionários do órgão indigenista federal.

Esta orientação ajudou-me a pensar na introdução e no desenvolvimento das políticas indigenistas de caráter desenvolvimentista também enquanto instrumentos normatizadores, os quais imprimiram regras de conduta e comportamento em todas as instâncias da vida dentro dos PIs. Através de sua atuação tutelar, o SPI conduziu seus tutelados ao envolvimento em modalidades educacionais, regimes de trabalho e controle da produção, baseado em uma tentativa de aprimoramento dos hábitos, técnicas e da divisão social do trabalho, que são, em seu bojo, grandes mecanismos de promoção do controle disciplinar. À medida que o SPI se definiu como o tutor e o defensor

dos povos nativos brasileiros, ele se aparelhou de instrumentos para operar na orientação educacional e moral dos mesmos, utilizando-se para isso, de dispositivos disciplinadores e regulamentadores das suas ações.

Neste sentido, ao analisar nesta pesquisa as políticas indigenistas do SPI a partir de questões relacionadas à introdução de modalidades educacionais de caráter rural, à definição de especificidades e funcionalidades de cada Posto Indígena e ao exercício de uma disciplina orientadora do comportamento sociocultural, percebeu-se que tais ações iam ao encontro dos pressupostos do *poder disciplinar*, no sentido expresso por Michel Foucault.⁵ Pensou-se desta forma, porque se compreendeu que estas ações representaram verdadeiros mecanismos de controle normatizadores estabelecidos pelo SPI, pois, à medida que buscaram imprimir normas de conduta, instituíram uma divisão do trabalho e uma categorização de comportamentos de acordo com objetivos pré-estabelecidos para exercer uma vigilância contínua sobre os indígenas e estabelecer categorias de “bons” e “maus” indivíduos conforme seu comportamento social e suas potencialidades produtivas.

Um exemplo claro desta relação, é representado pela estratégia pedagógica aplicada nas escolas dirigidas pelo órgão indigenista federal, onde os bons e maus alunos eram destacados por seu comportamento e empenho nas tarefas, sendo premiados ou penalizados de acordo com suas condutas. Foucault explica que este tipo de modalidade disciplinar do poder faz aumentar a utilidade dos indivíduos, faz crescer suas habilidades e aptidões e, conseqüentemente, seus rendimentos e lucros, pois, através dele “opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor.”⁶

Foucault afirma ainda que o poder disciplinar, através de suas tecnologias de poder específicas, torna mais fortes todas as forças sociais, uma vez que leva ao aumento da produção, ao desenvolvimento da economia, à distribuição do ensino e à elevação da moral pública.⁷ Mais ou menos sob a mesma ótica, é possível evidenciar que os pensadores e articuladores das políticas indigenistas compartilhavam da

⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 30. ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2005; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

⁶ FOUCAULT, 2005, p. 151.

⁷ Ibid. pp. 171-172.

concepção de que as atividades produtivas praticadas pelos indígenas, antes da orientação do SPI, não poderiam trazer nenhum benefício para os mesmos, tendo em vista que suas práticas eram consideradas primitivas e predatórias.⁸ Por isso mesmo, passou-se a investir em constantes campanhas que solicitavam o máximo de empenho por parte de seus funcionários e colaboradores, no sentido de introduzir em todos os Postos Indígenas, notadamente naqueles destinados à nacionalização e educação, uma vigilância constante sobre as ações dos indígenas, controlando e arbitrando práticas consideradas nocivas para seu desenvolvimento.

A própria relação dos indígenas com a sociedade regional envolvente fez parte de uma política disciplinadora, orientada para a integração dos primeiros aos pressupostos socioeconômicos da segunda. Sobre esta característica da ação tutelar, João Pacheco de Oliveira explica que, para o SPI, estabelecer a tutela entre a população indígena brasileira, era “exercer uma função de mediação intercultural e política, disciplinadora e necessária para a convivência entre os dois lados, pacificando a região como um todo, regularizando minimamente o mercado de terras e criando condições para o chamado desenvolvimento econômico.”⁹ Em muitos casos, como busco demonstrar aqui, esta “convivência forçada” acarretou enormes prejuízos em termos culturais, materiais e territoriais para a população Kaingang.

É importante salientar, contudo, que os mecanismos disciplinares empregados pelas diversas esferas de poder do SPI foram absorvidos e interpretados pelos Kaingang a partir de referenciais próprios. A carga ideológica pela qual foram guiadas as políticas indigenistas foi apreendida e ressignificada na medida em que se inseriu em realidades e contextos distintos. As populações indígenas traduziram estas políticas de acordo com sua lógica e seus interesses, articulando-se, negociando,

⁸ Torna-se necessário ressaltar aqui, que os Kaingang do Rio Grande do Sul e Santa Catarina pertencem ao conjunto de povos considerados “aculturados” de acordo com as prerrogativas estabelecidas pelo SPI, pois já mantinham contato com os não índios há muito tempo. Da mesma forma, o SPI não era a primeira agência estatal a propor e submeter estas populações a propostas e projetos de desenvolvimento educacional e econômico. No caso do Rio Grande do Sul, como se verificará, já havia desde o início do século XX, uma agência estadual responsável pela assistência dos indígenas presentes neste Estado.

⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. Revista de Estudos de Antropologia Social. PPGAS/Museu Nacional – RJ. n. 4. v. 1. 1998. p. 52.

manipulando e, não raramente, rejeitando certas imposições dos agentes indigenistas.

O número de pesquisas históricas já realizadas sobre os diferentes enfoques da proteção e assistência tutelar do SPI é bastante significativo. Os mais corriqueiros referem-se às táticas de atração, à implementação de medidas sanitárias, ao desenvolvimento de modalidades educacionais, às estratégias de promoção econômica dos Postos Indígenas, entre outras medidas que, em geral, são apresentadas como constituintes do grande leque das táticas de integração das populações indígenas à sociedade nacional.¹⁰ Tais estudos tornam-se extremamente relevantes a partir do momento em que permitem avaliar os diversos aspectos da ação indigenista promovida pelo SPI, pois apresentam uma variedade de temas e enfoques que muitas vezes se entrecruzam e dialogam entre si, proporcionando referenciais fundamentais para a explicação de determinadas situações e contextos.

A maior parte destas pesquisas tem em comum o fato de ser elaborada a partir da análise e crítica da ampla gama documental produzida pelo SPI, durante toda sua existência. Estas fontes hoje se encontram armazenadas em museus, arquivos e bibliotecas em várias partes do Brasil. As fontes documentais obtidas nestes diferentes locais foram fundamentais para a elaboração da pesquisa que ora se apresenta. Cabe destacar, entretanto, que esta tese não seria possível sem a abrangência das narrativas dos Kaingang que vivenciaram, participaram, se associaram ou resistiram às iniciativas de caráter desenvolvimentista do SPI nos PIs Nonoai e Xaçecó. Estas narrativas foram coletadas através de entrevistas de História Oral nestas comunidades indígenas.

Mesmo com a obediência aos procedimentos teórico-metodológicos próprios da função do historiador, relacionadas, sobretudo, à crítica das fontes, durante muito tempo a História Oral foi silenciada pelos historiadores, nomeadamente, por aqueles vinculados à corrente historiográfica tradicional, predominante até pelo menos os anos 1980 no cenário acadêmico brasileiro. As narrativas orais eram censuradas devido a uma suposta falta de fundamentação científica (a qual se conferia apenas aos documentos escritos) ou ainda, por conta de um forte compromisso social imbuído da missão de “dar voz” aos excluídos da história.¹¹ Nos últimos anos, porém, com o advento da

¹⁰ Alguns destes estudos serão descritos e analisados no decorrer desta tese.

¹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**. São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1999.

denominada Nova História e, de maneira especial, da “Nova História Indígena”¹², muitos pesquisadores reestabeleceram a importância da memória indígena, transmitida por tradição oral, recolhendo-a, dando-lhe voz e legitimidade em justiça, para que a história dos índios não se subsuma apenas à história indigenista.¹³

Fruto desta conjugação de esforços entre historiadores, antropólogos, linguistas, sociólogos, entre outros, a Etnohistória surgiu nos últimos tempos como um importante suporte teórico-metodológico para estudar as sociedades indígenas, pois, de acordo com Maria Cristina Bohn Martins, ela pressupõe a familiaridade entre a memória e os documentos escritos do passado, assim como com os trabalhos antropológicos que podem complementar estes registros.¹⁴ Esta ampliação do horizonte dos historiadores, não significou apenas a possibilidade de debruçar-se sobre objetos diferentes, mas, acima de tudo, possibilitou “o reconhecimento de ângulos diferentes de visão e

¹² É conhecida como “Nova História Indígena” a corrente historiográfica surgida a partir da década de 1990, cujos pressupostos apresentam uma tentativa de rompimento com as tradicionais abordagens sobre a história das populações indígenas, que durante muito tempo privilegiaram os estudos de conflitos, reação, resistência, aculturação e assimilação dos povos indígenas em relação à sociedade nacional. Com a modificação dos instrumentos de análise, a cultura, os aspectos simbólicos e materiais, a vida social dos indígenas passa a ser analisada através de perspectivas interdisciplinares, sobretudo entre História e Antropologia, cujas teorias, conceitos e métodos, ajudaram a descortinar diferentes leituras que ampliaram o leque de possibilidades para a investigação histórica sobre o papel dos índios na construção do Brasil e para uma compreensão mais alargada de suas próprias trajetórias históricas. Considero importantes referenciais nesse sentido, os seguintes autores e obras: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; SOUZA LIMA, Op. cit., 1995; PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999; MONTEIRO, John M. **Tupi, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo**. Tese (Livre Docência) IFCH/Unicamp: Campinas, 2001; ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses Indígenas: Identidade e Cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; ALMEIDA, M. R. C. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

¹³ CUNHA, 1992, Op. cit., p. 22.

¹⁴ MARTINS, Maria Cristina Bohn. Teoria, História e Etnohistória. **Estudos Leopoldenses: Serie História**. Vol. 1. n 2.1997. pp. 135-136.

uma noção mais ampla do próprio processo de conceber perguntas e respostas históricas.”¹⁵

Não se pode esquecer, no entanto, que assim como as fontes documentais apresentam “armadilhas” nas suas entrelinhas, as narrativas orais também possuem limites hermenêuticos próprios, pois elas possuem um significado fortemente enraizado na memória e nas vivências dos povos pesquisados. No que se refere aos Kaingang, por exemplo, torna-se importante perceber que muitas das suas memórias são construídas e reconstruídas de acordo com as suas percepções do mundo, sua atuação no contexto histórico analisado e pelas relações estabelecidas de distintas formas com a sociedade regional. Por isso, é preciso entender que “esse passado não está dentro deles, como uma memória fixa, mas se move dentro de uma memória mundo, onde os indivíduos se situam numa ordem geral, aprendendo a se pensar a si mesmos nesse passado coletivo, ligando-se ao mundo que os cerca.”¹⁶

Ao empregar uma busca por testemunhos orais que pudessem revelar o ponto de vista de alguns sujeitos que vivenciaram as políticas indigenistas do SPI nos PIs Nonoai e Xapecó, descobri que existiam ainda muitos Kaingang possuidores de uma memória latente sobre seu engajamento em diversas modalidades de trabalho no “antigo Posto”. Trata-se de velhos Kaingang, homens e mulheres, cujos relatos evidenciam suas labutas cotidianas nos dois Postos Indígenas, descrevendo seu trabalho nas chamadas “lavouras comunitárias”, na abertura de estradas, nas criações de gado bovino e suíno, no aprendizado agrícola das escolas indígenas, entre tantas outras tarefas para as quais eram convocados.

Pude identificar que, embora a maior parte deles desconhecesse as nuances burocráticas e ideológicas por trás destas propostas, muitos foram envolvidos na operacionalização prática de diversos projetos de desenvolvimento propostos pelo SPI entre os anos 1940 e 1960. Eles acabaram incorporados como trabalhadores braçais nas mais diversas atividades, sob uma proposta que se convencionou chamar de “abraço simbólico do índio pelo Estado.”¹⁷ Por isso mesmo, a memória

¹⁵ THOMSON, A. et. al.. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In. FERREIRA, M., M.; AMADO, J. (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁶ ENGE, Tiara R. A Inserção da Cultura nos Estudos da Paisagem: O caso dos Kaingangs do Alto Uruguai. **Perspectiva**, v. 32, nº 120, pp. 185-199. Erechim, dez. 2008. p. 191.

¹⁷ GARFIELD, 2000, p. 24.

Kaingang constitui parte fundamental desta pesquisa. Não se trata de uma fonte complementar ao documento escrito, mas sim, componente essencial para compreensão da conjuntura pesquisada. As narrativas indígenas foram importantes na medida em que permitiram constatar suas críticas a certas “verdades estabelecidas” e conjecturar sobre algumas inconsistências presentes nas fontes documentais. Por isso, busquei captar as memórias sobre as experiências coletivas dos trabalhos nos Postos Indígenas, sobre a atuação de indivíduos específicos naquela conjuntura, sobre a representatividade da assistência tutelar do SPI, sobre o impacto das suas políticas indigenistas nas relações de trabalho, produtividade e sociabilidades dos Kaingang dos PI Nonoai e Xapecó, analisando sua história por meio das memórias constituídas socialmente.

Minhas análises sobre os mecanismos de memória e a metodologia da História Oral foram influenciadas por alguns teóricos fundamentais quando se busca pensar e promover a crítica sobre determinados posicionamentos naturalizados por longos anos pela historiografia tradicional. Entre os referenciais utilizados, cito primeiramente Alessandro Portelli¹⁸, o qual vai se empenhar em promover uma profunda reflexão sobre os tipos de manipulação que muitas vezes se fazem nas fontes orais e também sobre a ética do historiador na interpretação das narrativas. Portelli foi um dos primeiros historiadores orais a se preocupar em esquivar-se do privilégio dado às narrativas das elites político-econômicas, passando a registrar a história das camadas operárias e camponesas na Itália e nos Estados Unidos, através de sua própria memória. É com a ajuda deste autor que busco compreender um pouco mais sobre a narração, a interpretação e a significação nas memórias Kaingang.

Da mesma forma, o conceito de memória coletiva, formulado por Maurice Halbwachs¹⁹, ajudou a pensar sobre os pontos de referência que estruturam a memória e constituem as representações e percepções coletivas das pessoas sobre o seu passado e de sua comunidade. No caso aqui estudado, retenho-me às representações relacionadas aos diferentes aspectos do cotidiano Kaingang nos Postos Indígenas. Não tomo, entretanto, a memória coletiva como uma imposição única e exclusiva,

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História: Ética e História Oral**. São Paulo: PPGH-PUC/SP. n.15. Abril de 1997.

¹⁹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

pois as representações dos Kaingang sobre seu passado permitem um entrecruzamento entre as experiências individuais e as experiências socialmente compartilhadas, as quais demonstram, muitas vezes, certa seletividade da memória. Sobre esta questão, o sociólogo Michael Pollack²⁰, auxilia a compreender melhor como se opera o caráter seletivo da memória, pois chama a atenção aos pesquisadores para os silêncios, os ressentimentos e os esquecimentos presentes nas narrativas.

Como se buscou trabalhar com a análise da memória dos velhos Kaingang, considere necessário compreender e refletir sobre o papel dos mesmos nas comunidades em que vivem. Neste sentido, Eclea Bosi²¹ foi fundamental, pois a partir de seus estudos sobre a relevância social dos velhos na sociedade ocidental, foi possível dimensionar a realidade encontrada nas aldeias. Neste caso, ao pensar o simbolismo dos velhos em comunidades indígenas, o antropólogo Anthony Seeger²² e a historiadora Maria Aparecida Bergamaschi²³ surgiram como referências importantes para compreender o papel dos mesmos nos diferentes grupos étnicos. Enfim, tanto as análises dos teóricos da memória e da metodologia da história oral, quanto os estudos sobre a representatividade dos velhos nos diferentes contextos étnico-culturais, serão mais detalhadamente apresentadas no capítulo 3, onde destaco mais densamente as narrativas Kaingang sobre as ações indigenistas do SPI.

Para levantar o acervo documental necessário ao embasamento e desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, foram acessados diversos arquivos, centros de memória, museus e bibliotecas. No Rio Grande do Sul, consultei o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) localizado no município de Porto Alegre, onde busquei a documentação referente às Secretarias Estaduais de Agricultura Indústria e Comércio e de Negócios e Obras Públicas, mais especificamente os relatórios da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), órgão responsável pela assistência aos indígenas deste estado até 1928. Neste arquivo, infelizmente, esta documentação encontra-se

²⁰ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

²¹ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²² SEEGER, Anthony. **Os Índios e Nós**. Estudos sobre as sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

²³ BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Tradição e memória nas práticas escolares Kaingang e Guarani. **Currículo sem fronteiras**. V. 10., n. 1. 2010.

bastante esparsa e desorganizada, o que dificultou sobremaneira a pesquisa histórica. Felizmente, tive acesso a essa importante documentação sobre a DTC no Memorial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde a mesma encontra-se conservada em local próprio, encadernada e catalogada.

Em Santa Catarina, concentrei a atividade de pesquisa documental na Biblioteca Pública do Estado (BPSC) em Florianópolis, principalmente em sua hemeroteca. Nesta, encontrei referências jornalísticas importantes sobre os indígenas do oeste catarinense, especialmente através dos artigos do jurista Antônio Selistre de Campos, publicados no jornal “A Voz de Chapecó”. Nestes textos, escritos entre 1939 e 1950, o juiz busca defender a permanência dos Kaingang em suas terras, entrando em choque com muitos interesses particulares. Este jurista é marcado por ser um dos grandes incentivadores da organização de Postos Indígenas do SPI para os Kaingang do oeste catarinense e também, por ser o maior crítico dos rumos tomados pela política indigenista nas décadas de 1940 e 1950. Alguns artigos jornalísticos sobre programas e projetos agropecuários governamentais também foram pesados para análise nesta biblioteca.

O maior número de fontes documentais referentes às políticas indigenistas do SPI, foi adquirido em dois arquivos principais. O primeiro e mais importante é o arquivo do Setor de Documentação Etnológica (SEDOC) do Museu do Índio, no Rio de Janeiro/RJ, onde se encontram milhares de documentos produzidos durante toda a existência do SPI, conservados em microfimes. Neste arquivo foi coletado um grande *corpus* documental sobre os Postos Indígenas Nonoai e Xapecó. Estes documentos abarcam uma significativa diversidade de informações sobre o tema pesquisado, apresentadas por meio de ofícios e relatórios dos encarregados dos PIs e das Inspetorias Regionais, dos Boletins Internos do órgão indigenista, de manuscritos, mapas, fotografias, etc.

Ainda sobre a gama documental referente ao SPI, foram encontradas importantes fontes no arquivo existente na sede da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI, no município de Paranaguá/PR. Este arquivo possuía algumas caixas de documentos referentes à Sétima Inspetoria Regional do SPI (IR7), que se encontravam “perdidos” entre a documentação administrativa da FUNAI. Entre os documentos coletados constam vários balanços de

produção agrícola dos PIs, fichas de contratação de funcionários, fotografias e relatórios de inspetores e encarregados de PIs da IR7.²⁴

Alguns acervos digitais foram de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. Entre os principais arquivos *online* pesquisados, destaco a *Biblioteca Digital Curt Nimuendaju*²⁵, cuja coletânea de artigos e livros raros sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas é de extrema importância para os pesquisadores, pois nela existem inúmeras publicações esgotadas e de difícil acesso aos pesquisadores por meio impresso. Há também o *Center for Research Library*²⁶ da Universidade de Chicago, onde estão disponibilizados os relatórios de presidentes de províncias e estados entre os anos de 1830 e 1930, além de relatórios ministeriais de 1821 a 1960. Por fim, entre os arquivos digitais utilizados nesta pesquisa, destaco a *Hemeroteca Digital*²⁷ da Fundação Biblioteca Nacional, onde são disponibilizados diversos exemplares de jornais, revistas, anuários e boletins de épocas que remontam ao princípio da imprensa gráfica brasileira, no início do século XIX.

Em termos estruturais, esta tese está dividida textualmente em quatro capítulos. Nos dois primeiros capítulos, por se tratarem de contexto anterior e inicial da atuação indigenista do SPI nas duas áreas pesquisadas, optou-se metodologicamente por uma abordagem analítica das informações presentes nos registros escritos cotejados. Ainda que se trate de uma análise documental e bibliográfica, isso não significa que

²⁴ Tendo em vista o péssimo estado do espaço físico em que se situava o arquivo, com séria ameaça de destruição iminente desta documentação pelas intempéries, no ano de 2012, durante pesquisa no Museu do Índio, os pesquisadores do LABHIN informaram à direção deste museu sobre a existência dos documentos na CTL/Paranaguá, alertando para a situação em que se encontravam. Desta forma, o Museu do Índio procedeu com a transferência de cerca de 20 caixas de arquivo concernentes ao fundo SPI para o seu SEDOC, onde serão analisadas, higienizadas e microfilmadas. A Fundação Nacional do Índio, responsável pela conservação do arquivo, também foi comunicada sobre a precária situação das cerca de 700 caixas de documentos estocados na sua CTL de Paranaguá. Desta forma, no ano de 2013, a FUNAI transferiu estes documentos para a sua sede regional de Curitiba, onde se encontram atualmente. Não se sabe, no entanto, como este material está conservado nesta nova sede, nem se há uma proposta para higienização, catalogação e disponibilização deste material para pesquisa.

²⁵ Disponível através do link: <http://biblio.etnolinguistica.org/>.

²⁶ Disponível através do link: <http://www.crl.edu/>.

²⁷ Disponível através do link: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

há um silenciamento da memória indígena sobre esse período, tendo em vista que a perspectiva indígena sobre o mesmo está imbricada em muitas narrativas bibliográficas e documentais pesquisadas. Os relatos de História Oral dos Kaingang, obtidos no trabalho de campo nas aldeias, somam-se de forma mais incisiva ao arcabouço documental nos terceiro e quarto capítulos. Esta combinação de fontes foi pensada para tentar deslindar as vivências, percepções, significações e críticas elaboradas pelos indígenas a respeito da atuação SPI nas duas áreas.

Assim sendo, no primeiro capítulo, intitulado **“A invasão colonial em terras indígenas e a constituição das áreas de Nonoai e Xapecó”**, efetuo uma discussão sobre a inserção das populações indígenas na paisagem das regiões norte/noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina no contexto do final do século XIX e início do século XX, refletindo sobre o processo que denomino “invasão colonial nas terras indígenas”. Esta análise se faz necessária para que se compreenda o papel representado pelas companhias de colonização particulares e governamentais na espoliação do território ocupado pelos indígenas, principalmente para os Kaingang. Neste mesmo capítulo, busca-se ainda revelar o impacto das políticas indigenistas oficiais (ou o que se aproximou de políticas indigenistas) para os Kaingang nas duas conjunturas pesquisadas, analisando a constituição dos aldeamentos provinciais durante o período imperial, o Serviço de Proteção Fraternal no Rio Grande do Sul, durante a chamada República Velha, os litígios territoriais que definiriam as divisas do estado de Santa Catarina, a invasão e a grilagem das áreas indígenas por parte de fazendeiros e comerciantes regionais.

A exposição do processo de invasão colonial no capítulo 1, torna-se de grande importância para compreender de que forma o SPI estabelece as bases de sua assistência tutelar entre os Kaingang do Sul do Brasil, tema que discuto com maiores detalhes no capítulo 2, cujo título é: **“Um órgão para ‘proteger e educar’: o SPI entre os índios do Sul”**. Neste capítulo, elaborado com auxílio de fontes jornalísticas, documentais e bibliográficas, busca-se ampliar a análise para a situação nacional, na tentativa de contextualizar o SPI no cenário de sua criação e na institucionalização de suas políticas indigenistas. Da mesma forma, busco instrumentalizar o leitor sobre as especificidades e funcionalidades dos Postos Indígenas, dando ênfase para o cenário inicial de organização dos PIs Nonoai e Xapecó, avaliando os principais obstáculos enfrentados pelos funcionários do órgão indigenista na

estruturação dos mecanismos tutelares e o estabelecimento das primeiras relações com os indígenas destes Postos.

Pela opção metodológica já referida, a memória Kaingang é acionada de forma mais abrangente a partir do terceiro capítulo, intitulado “**Narrativas singulares, experiências coletivas: vivências, trabalho e atuação indigenista nos Pis. Nonoai e Xaçecó**”. Neste momento, busco combinar as narrativas orais com as fontes documentais, com o intuito de analisar a representatividade individual e coletiva das políticas indigenistas do SPI no cenário dos Postos Indígenas pesquisados. Neste momento, são registradas as memórias sobre as vivências nos Postos, as sociabilidades, o trabalho indígena nas “lavouras comunitárias”, as relações com as chefias, os aparelhos disciplinares engendrados para controlar o tempo e modelar comportamentos, entre outros aspectos. Através da análise conjunta dos documentos escritos e da memória Kaingang, pretendeu-se avaliar as estratégias discursivas e a práxis dos diferentes atores envolvidos. Estratégias estas que influenciaram sobremaneira em seus modos de pensar e vivenciar o mundo em que estavam inseridos e possibilitaram expor testemunhos repletos de significados sociais ou individuais.

No quarto e último capítulo, sob o título “**A função orientadora e educacional do SPI: estratégias de desenvolvimento agropecuário nos Pis Nonoai e Xaçecó**”, abordo de forma mais detalhada os meandros da concepção produtivista e desenvolvimentista do SPI, revelando as estratégias de integração dos indígenas aos preceitos da sociedade nacional, através de programas e projetos encampados para desenvolver a educação, potencializar a produtividade e promover a economia dos Postos Indígenas. Desta forma, são expostas as modalidades educacionais e produtivistas elaboradas para a inclusão dos Kaingang dos Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó, no *hall* dos “índios esclarecidos e produtivos”. Deste modo, busco enfatizar o desenvolvimento de iniciativas como o *Programa Educacional Indígena*, responsável pela promoção de uma mentalidade ruralista dos alunos indígenas através, especialmente, da criação de Clubes Agrícolas nas escolas indígenas; a *Campanha do Trigo*, elaborada como uma contribuição patriótica do SPI ao Brasil, em uma época de escassez do produto no mercado interno; o *Programa Pecuário*, com sua proposta de aproveitamento das preferências indígenas pelo “trabalho mais livre” da pecuária e dos campos nativos existentes nos Postos Indígenas do Sul. Analiso ainda outra prática da agência indigenista, a qual, embora não tenha sido pensada enquanto projeto ou programa de desenvolvimento,

se configurou em uma modalidade produtiva voltada para a aquisição da renda indígena. Refiro-me aqui à prática dos arrendamentos de lotes no interior das áreas indígenas para camponeses regionais.

Esta tese terá cumprido seu objetivo se, ao final da sua leitura, tiver proporcionado a compreensão de que os mecanismos ideológicos e práticos que envolveram a formulação e execução das políticas indigenistas pelo SPI nos PIs Nonoai e Xaçupé não foram absorvidos apenas como normas ou decretos, mas sim, que foram permeadas de negociações, alianças, alguns conflitos e apropriações pessoais, seja por parte de agentes indigenistas, seja por parte da própria população indígena abrangida em suas propostas. Ainda que esta tese se trate, em grande medida, de uma história do intervencionismo indigenista entre os Kaingang, pretendi com a mesma, fornecer subsídios para ressaltar o protagonismo dos indígenas enquanto agentes históricos e sociais, tendo o cuidado de não apresentá-los como vítimas passivas de um passado de exploração. Se assim for compreendida esta tese, estar-se-á contribuindo para relevância social que a pesquisa em história indígena vem adquirindo nos últimos anos.

CAPÍTULO 1. A INVASÃO COLONIAL EM TERRAS INDÍGENAS E A CONSTITUIÇÃO DAS ÁREAS DE NONOAI E XAPECÓ

As regiões norte/noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina são reconhecidamente áreas de colonização tardia, pois os lotes coloniais destinados a imigrantes europeus ou seus descendentes começaram a ser demarcados entre o final do século XIX e início do século XX. Antes deste processo, porém, já havia uma dinâmica de “invasão”²⁸ daquele espaço territorial, embora ainda de forma incipiente. Esta ocupação influenciou direta e indiretamente a elaboração de ações governamentais concernentes às populações indígenas contactadas pelas

²⁸ A expressão “invasão colonial” é utilizada aqui não como um conceito ou fundamentação teórica, mas sim como uma opinião particular de um processo de exploração territorial e econômico de forte caráter predatório e desagregador que atingiu em cheio as regiões pesquisadas e as populações nativas existentes nestes locais. É possível afirmar que o processo que se convencionou chamar de colonização representa uma invasão colonial, pois nas áreas em que ela incidiu, já existiam povos que, à sua maneira, produziam e reproduziam seus modos de vida dentro de padrões culturais próprios. Esses povos, após terem seus territórios invadidos, foram imediatamente taxados como obstáculos ao progresso e considerados inferiores culturalmente. Assim sendo, os invasores foram tratados como superiores ou civilizados pelos governos, que se utilizaram de diversos mecanismos de convencimento para que as populações invadidas se adaptassem aos valores, aos hábitos, às maneiras de se vestir, de falar, de produzir, de pensar das populações invasoras. Qualquer tentativa de resistência ou discordância a esse processo resulta em mecanismos de controle e opressão que, por vezes, tornam-se deveras violentos. Se pensada em termos teóricos, esta relação seria, de certa forma, o oposto do que Norbert Elias e John Scotson analisaram em “*Os estabelecidos e os Outsiders*”, pois, os indígenas, apesar de estabelecidos há séculos no território aqui delimitado, teriam, na concepção governamental, o papel de *outsiders*, isto é, aqueles que não são membros da “boa sociedade”, que estão fora dos padrões culturais e morais da sociedade dita civilizada e avançada. Enquanto isso, aos invasores (ou colonizadores), os governos atribuíram o papel de *estabelecidos*, pois representavam os valores desta “boa sociedade” social e culturalmente mais desenvolvida, tendo por isso, a prioridade na distribuição e na ocupação do território. A título de referência sobre o tema exemplificado, consultar: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2000.

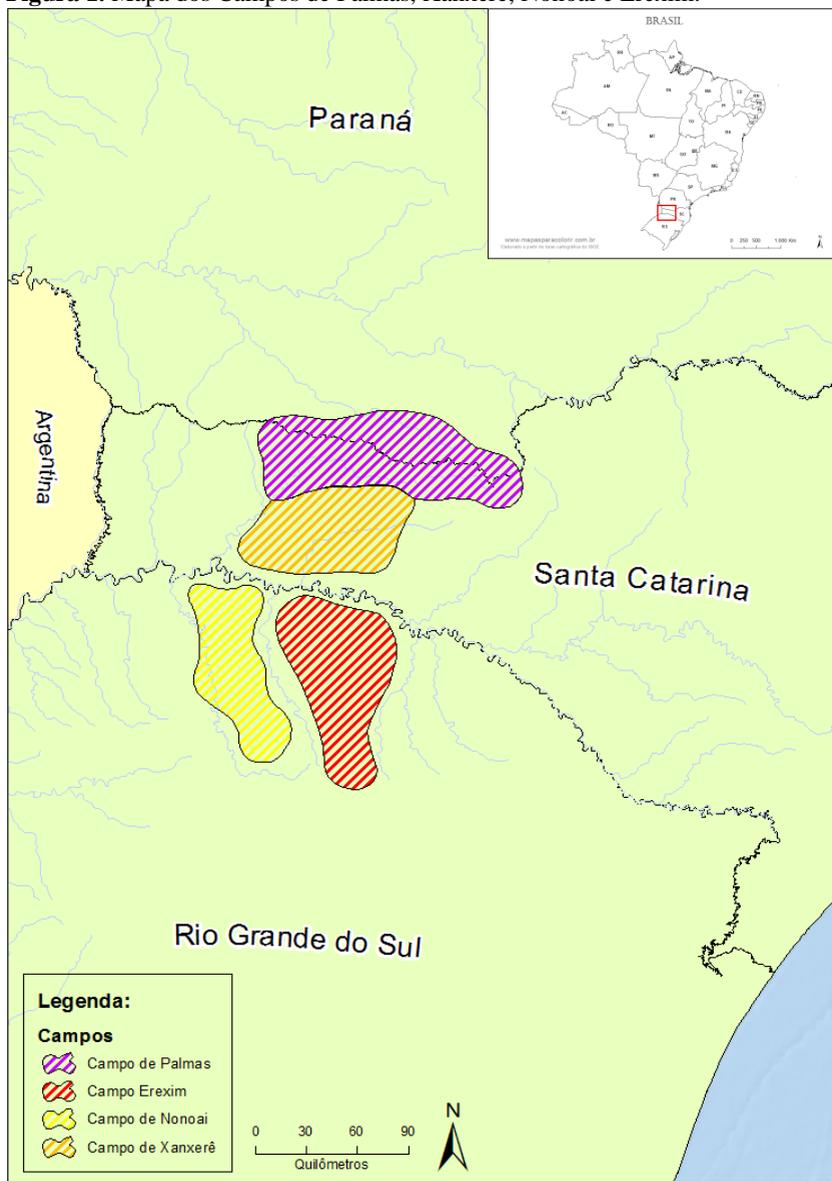
frentes de expansão, tendo reflexos inclusive nas políticas indigenistas do século XX, nomeadamente as do SPI. Assim sendo, este capítulo se dedica a apontar os desdobramentos desta invasão colonial e analisar suas consequências para as populações indígenas destas regiões.

Os primeiros registros da invasão colonial na região pesquisada datam do início do século XVII, quando tiveram início as primeiras tentativas de concentração e pacificação das populações indígenas por meio das reduções jesuíticas.²⁹ As reduções constituíram-se em uma forma de evangelização com interesses específicos, que iam desde a expansão da crença cristã entre os “gentios”, até a defesa dos índios contra a escravização por portugueses e espanhóis, que travavam intensa disputa pelo território que hoje compõe a região. Dessa maneira, é possível afirmar que o território do Alto Uruguai mantinha já no século XVI, uma dinâmica de circulação humana para além dos povos indígenas que tradicionalmente ocupavam aquelas terras.

No século XVIII, esta “circulação europeia” intensificou-se com a concessão de sesmarias a grandes mandatários luso-brasileiros, os quais ficaram responsáveis pela proteção do território contra os avanços espanhóis. Ao formalizar a divisão das terras, o governo português permitiu a constituição de estâncias de criação de gado nas regiões de campo, iniciando um contato mais frequente com as populações indígenas presentes nestas regiões. No território que esta pesquisa engloba, existiam diversas áreas de campos nativos, excelentes para a pecuária. São os chamados Campos de Nonoai, Erexim, Xanxerê e Palmas, os quais foram gradualmente ocupados por fazendeiros luso-brasileiros, interessados na atividade pecuária. Ao mesmo tempo, as regiões de mata deste mesmo território, passaram a sofrer uma invasão sazonal devido intensificação da extração de erva mate. A ilustração abaixo aponta a provável localização destes campos.

²⁹ Francisco Schaden faz referência ao estabelecimento de uma redução jesuítica no alto curso do Rio Uruguai, cujo nome era Conceição e teria abrigado em 1630, cerca de 3000 índios. Contudo, não existem indícios concretos nas fontes analisadas sobre a existência desta redução. Sobre o assunto, ver: SCHADEN, Francisco. **Índios, caboclos e colonos:** páginas de etnografia, sociologia e folclore. FFLCH/USP, 1963. p. 74.

Figura 1. Mapa dos Campos de Palmas, Xanxerê, Nonoai e Erechim.



Fonte: Mapa elaborado por Tiago Pazolini, a partir de dados de LAROQUE, 2007; MOTA, 2012 e D'ANGELIS, 1989. Acervo do autor.

Tendo em vista o grande número de pesquisadores que já refletiram sobre o processo de conquista, ocupação e exploração da região Sul do Brasil durante os séculos XVII, XVIII e XIX³⁰ e levando-se em conta a importância de se analisar mais detidamente o impacto das frentes colonizadoras para as populações indígenas na região delimitada para a pesquisa, farei uma discussão mais detalhada sobre o processo de ocupação colonial a partir de meados do século XIX, quando se teve o incremento de imigrantes europeus para colonizar as regiões consideradas “despovoadas” ou “devolutas”, inicialmente no Rio Grande do Sul e posteriormente em Santa Catarina. Esta digressão sobre o processo de colonização se faz necessária para uma compreensão sobre a forma com que as áreas indígenas passaram a sofrer invasões e espoliações, especialmente a partir da segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX.

Sobre a colonização europeia, cabe ressaltar de início, que a política oficial que proporciona a imigração para o Brasil, mais especificamente para o Rio Grande do Sul, tem início em 1824. As levadas de imigrantes aportados em território brasileiro eram, de modo geral, formadas por pequenos artesãos, comerciantes, operários e camponeses pobres do território ainda não unificado da Alemanha.³¹ Os

³⁰ Entre os principais autores que descreveram o processo de ocupação destas regiões e o contato com as populações indígenas nos séculos XVII e XVIII, destacam-se: BECKER, Itala I. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. Pesquisas. Unisinos, IAP. 1976; D'ANGELIS, Wilmar. et. alli. **Toldo Chimbangue: História e Luta Kaingang em Santa Catarina**. Conselho Missionário Indigenista (CIMI – Regional Sul) Xanxerê: 1984; D'ANGELIS, W. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM**. Chapecó: Ano 4, N.º 6, Novembro/1989; MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos Índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994. MARCON, Telmo (org.). **História e Cultura Kaingáng no Sul do Brasil**. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo. 1994.

³¹ À época da imigração para o Brasil, a Alemanha encontrava-se descentralizada política e economicamente, o que impedia seu desenvolvimento industrial, mantendo uma estrutura essencialmente agrícola. Este sistema, em conjunto com a exploração da mão de obra e crescimento populacional fez com que milhares de pessoas optassem pela emigração para o Novo Mundo, cujos principais destinos foram os Estados Unidos, Argentina e Brasil. Mais informações em: ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vols. 1969; PALMADE, Guy. **La época de la**

acordos assinados entre o governo brasileiro e os estados alemães deviam garantir, em tese, a imediata instalação destes imigrantes em lotes já demarcados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais precisamente na Encosta Superior da Serra do Nordeste, entre as bacias dos rios Taquari, Sinos e Caí, região esta que compreende na atualidade os municípios de São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Montenegro, Taquara e São Francisco de Paula.

O projeto de colonização do RS deveria proporcionar aos recém-chegados, um lote de terras (em torno de 25 hectares), ferramentas diversas para o trato da terra, animais de carga e sementes de diferentes espécies vegetais, além do pagamento de módicos subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de estabelecimento. Com estes incentivos, o governo objetivava a ocupação das terras “virgens” ou “devolutas”, propiciando o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo e a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre assalariada, reivindicação que se disseminava por todo o país. É preciso salientar, entretanto, como apontam as conclusões de diversos pesquisadores, que a maioria desses benefícios renunciados não passou de meras promessas nunca cumpridas.³²

A partir do momento que os imigrantes se deparam com a dura realidade (lotes não demarcados, falta de sementes e equipamentos, falta de estradas e picadas para entrar nas colônias, entre outros obstáculos), muitos decidem partir por sua conta e risco para as áreas ainda não loteadas pelo governo. Diferentemente do que aconteceu aos espanhóis que se fixaram nas fronteiras próximas à região missioneira e aos criadores luso-brasileiros que ocuparam os Campos de Cima da Serra daquela província e cujos pioneiros já contavam com as Estradas de Tropas para o escoamento do gado, os imigrantes germânicos precisavam derrubar a mata antes mesmo de chegar aos seus lotes. Este pormenor favoreceu sobremaneira o seu contato e os conflitos com as populações indígenas locais. Neste sentido, Ítala Becker faz uma importante reflexão sobre o impacto exercido pelas frentes de expansão

burguesia. Historia Universal siglo XXI. 8. ed. Madrid: Siglo Veintiuno editores, 1986. p. 247; DACANAL, José Hildebrando. (org) **RS: imigração e colonização.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996; TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes** : a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

³² LANDO, Aldair; BARROS, Eliane C. **Capitalismo e Colonização:** Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, 2000, Op. cit., p. 14

luso-espanholas e pela colonização alemã sobre as populações indígenas, em particular para os Kaingang³³ existentes no Rio Grande do Sul naquele período:

A colonização luso-espanhola efetiva não trouxe para os Kaingang as mesmas dificuldades que a alemã. Com os espanhóis, de modo particular, a área Kaingang periférica sofre a ação indireta da política missioneira que se instalara, desde início do século XVII, com os Guarani. [...] Ao se instalar definitivamente no estado, em fins do século XVIII, a colonização lusa alcança alguns espaços na área Kaingang, ou seja, os Campos do Planalto, a Encosta superior e inferior do Nordeste e partes do Planalto Médio. No começo do século XIX apenas os municípios de Vacaria e Santo Antônio são explorados para a criação de gado. Essa modalidade de colonização lusa permitiu a sobrevivência independente do índio e do português de forma que o Kaingang, coletor de pinhão, ficou nas áreas de mato e o criador luso na de campos. [...] A colonização alemã, por sua vez, agiu mais direta, intensa e drasticamente sobre a área Kaingang desde 1824 até 1846 e de 1848 a 1874. [...] Nessa época, antes mesmo de os colonos chegarem aos lotes destinados, tinham de passar às vezes por terras dos índios, que se defendiam à sua maneira.³⁴

A invasão e a subsequente devastação das florestas tornou inevitável o encontro entre os imigrantes e os Kaingang. As terras em que estavam sendo assentados os colonos, há muitos séculos constituíam locais de ocupação tradicional de povos indígenas; inicialmente das populações caçadoras-coletoras e posteriormente das populações ceramistas horticultoras. Em outra pesquisa, efetuada para a elaboração

³³ Durante praticamente todo o século XIX, os Kaingang foram chamados de *Coroados*. Apenas no final daquele século é que o etnônimo Kaingang prevaleceu para denominar esta etnia.

³⁴ BECKER, Ítala. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: KERN, Arno A. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1997. p. 333-4.

de uma dissertação de mestrado, procedi com um levantamento bibliográfico e documental objetivando efetuar uma cronologia dos períodos de maior intensidade das incursões indígenas aos lotes coloniais.³⁵ Através de dados encontrados em bibliografias específicas, cotejadas com os relatórios presidenciais e ofícios governamentais, foi possível identificar e delinear muitos ataques indígenas ocorridos no primeiro período de colonização, mais especificamente entre os anos de 1829 e 1832. Tais movimentos sucederam-se, sobretudo, quando os colonos passam a adentrar as áreas mais isoladas da Serra Geral, longe dos núcleos iniciais na região de São Leopoldo. Após esse período, quando há uma paralisação da entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul devido à Revolução Farroupilha, a expansão da colonização sobre o território indígena diminui e, conseqüentemente, os embates se atenuam de forma considerável.

A partir de 1845, quando a imigração europeia é retomada e novas estradas são abertas para facilitar o desenvolvimento das colônias, os ataques voltam a ocorrer, porém, em menor quantidade que os registrados no primeiro período.³⁶ Nestes momentos, segundo os relatórios e ofícios provinciais, muitos indígenas eram frequentemente vistos nos arredores das propriedades, supostamente preparando suas *correrias*.³⁷ As informações sobre incursões indígenas aos lotes coloniais e às fazendas luso-brasileiras são fartas e serão melhor detalhadas mais adiante, quando enfatizarei as políticas imperiais e republicanas de aldeamento dos indígenas.

No contexto de Santa Catarina, até o início do século XIX, praticamente não há indicações de problemas mais graves com relação aos ataques indígenas. Essa característica se modifica a partir da fundação da colônia Blumenau em 1850, quando os colonos alemães, ao obterem seus lotes demarcados em áreas de ocupação indígena, vêm os contatos com os *Botocudos*³⁸ se tornarem frequentes e muitas vezes

³⁵ Ver: BRINGMANN, Sandor Fernando. **Índios, Colonos e Fazendeiros: Conflitos Interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)**. Dissertação (Mestrado em História) PPGH-UFSC, 2010. 217 p.

³⁶ *Ibid.*, pp. 58-59.

³⁷ O termo “*correrias*” foi amplamente utilizado pelos órgãos oficiais para se referir aos ataques dos índios aos representantes da sociedade nacional em todo o processo envolvendo conflitos entre índios e brancos no Brasil.

³⁸ Botocudos foi a denominação recorrente no século XIX e início do século XX para referir-se aos indígenas deste grupo. Em tempos recentes os indígenas

conflituosos. Dessa maneira, da mesma forma que seus conterrâneos no Rio Grande do Sul, os imigrantes alemães de Santa Catarina passam a sofrer mais repetidamente incursões dos indígenas nos lotes demarcados.

De acordo com o memorialista José Deeke, os *Botocudos* teriam realizado 61 incursões no município de Blumenau entre os anos de 1852 e 1914, com os quais teriam causado inúmeros furtos e estragos nas casas e roças dos colonos.³⁹ O governo catarinense busca agir de imediato para controlar estes ataques. Silvio Coelho dos Santos destaca a criação de uma Força de Pedestres pelo governo provincial (criada pela lei nº 28 de 25 de abril de 1836), cuja função era dar proteção às colônias, defendendo-as das correrias feitas pelos indígenas. “O governo estava convicto que o colono deveria ser amparado, protegido. A força de pedestres destinava-se a concretizar esta proteção.”⁴⁰

As referências sobre as incursões indígenas nas áreas de colonização e fazendas tornaram-se uma constante nos relatórios dos presidentes de província, jornais, correspondências oficiais e cartas pessoais, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina. De maneira geral, as informações destes documentos destacam a barbárie e a selvageria dos “habitantes das selvas”, os quais, conforme suas descrições, “assaltavam, saqueavam e assassinavam os laboriosos colonos.” Para os governos, havia duas soluções possíveis: ou se pacificavam os “bugres” através da iniciativa de aldeamentos, ou partia-se para uma solução final: o seu extermínio. Na maioria das vezes, as tropas de bugreiros eram contratadas pelos governos ou pelas próprias companhias de colonização com objetivo de perseguir e prender os indígenas responsabilizados pelas incursões nas colônias. A história

desta etnia iniciaram um processo de retomada da identidade, na tentativa de recuperar informações sobre as próprias raízes históricas. Neste sentido, o povo Xokleng passa a se identificar como *Laklânõ*, denominação pela qual se autodefinem atualmente. O termo significa “povo que vive onde nasce o sol” ou “gente do sol” se aproximando da própria mitologia do povo. Maiores informações em: GAKRAN, Namblá. **Aspectos morfossintáticos da língua Laklânõ (Xokleng) “Jê”**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IFCH, 2005.

³⁹ DEEKE, José. Os Botocudos do Rio Plate. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau, 29 (1), 1988. *Apud*: WITTMANN, Luisa Tombini. **O Vapor e o Botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 31.

⁴⁰ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973. p. 61.

registrada sobre a ação destes indivíduos mostra que geralmente eles optaram pela segunda alternativa, mais fácil, rápida e menos onerosa para o governo e para os imigrantes.

É importante salientar ainda que, no contexto de meados do século XIX, nas áreas de colonização recente, os indígenas já não eram mais essenciais para o suprimento de mão de obra, tendo em vista o incremento cada vez maior de colonos estrangeiros e a formação de pequenas propriedades familiares. Interessava, isto sim, as terras ainda ocupadas pelas populações nativas. Havia, no entanto, certo receio dos governos de que a opinião pública e alguns estadistas condenassem a opção mais fácil de se livrar do problema. Sendo assim, urgia ao Estado pensar em opções menos impactantes para sua imagem perante a sociedade. Os aldeamentos provinciais surgiram como uma alternativa do governo para tentar amansar e domesticar os indígenas “bravos”, tirando-os do estado selvático e introduzindo entre eles as noções de religião, trabalho e civilização. Sem a presença indígena nas matas e campos, abria-se um caminho mais tranquilo para a invasão colonial.

1.1. A invasão colonial das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul

As porções norte e noroeste do Rio Grande do Sul foram as últimas áreas a ser colonizadas neste Estado. As chamadas colônias antigas, formadas no leste e encostas da Serra Geral desde início do século XIX pelos imigrantes de origem europeia (representados em sua maioria por alemães a partir de 1824 e italianos a partir de 1875), rapidamente não comportaram mais os descendentes dos mesmos. Neste sentido, novas políticas governamentais foram estabelecidas para explorar novas áreas passíveis de ser colonizadas.

A região do Alto Uruguai, em consequência disto, passa a ser destacada, a partir de 1879, como um bom destino para os colonos, apesar da presença dos indígenas. O engenheiro Maximiliano Beschoren, encarregado pelo governo provincial de reconhecer a região, ficou deslumbrado com a beleza do lugar, recomendando sua colonização imediata. De acordo com Beschoren: “são esplêndidas matas, as que estou vaqueando, distante três léguas dos próximos moradores, à beira do campo. A extensa área é quase sem caminhos e

atalhos. Quando muito encontram-se antigos caminhos, pouco usados, trilhados pelos índios, para chegarem aos lugares de caça e pesca.”⁴¹

Maximiliano Beschoren fixou residência na Vila de Santo Antônio da Palmeira (atual município de Palmeira das Missões) e de lá saía para expedições de reconhecimento nas matas do Alto Uruguai. Ao visitar a região do Vale do Goio-en⁴², afirma que:

...é o Vale, em toda a sua extensão florestal do imenso Uruguai, o mais abençoado pela natureza, a parte mais privilegiada de toda a província. [...] O que falta são apenas trabalhadores capacitados. Quem aqui se estabelecer e tiver vontade de trabalhar, logo verá seu esforço recompensado, ainda mais se dispuser de capital para instalar uma fábrica de aguardente, serraria, moinho ou indústria de café.⁴³

Por intermédio de seus relatos e descrições fítogeográficas da região, o governo provincial intensifica seu plano de colonização no Planalto gaúcho. Trata-se, como denominou Jean Roche, da terceira fase de colonização do Rio Grande do Sul ou, “o salto para o Planalto”, que se estende de 1890 até 1914.⁴⁴ Neste período, muitas das colônias formadas no Alto Uruguai acabaram absorvendo os descendentes de antigos imigrantes instalados em outras regiões colonizadas do estado, já que a imigração de outros países estava sendo diminuída devido à falta de terras disponíveis, como destaca o próprio Roche:

Desde o advento da República, o Governo do Rio Grande do Sul, pouco favorável à grande imigração, desejava antes absorver os excedentes da população colonial que já existiam; as Associações rurais que então se fundaram, tiveram o mesmo fim; só algumas empresas como

⁴¹ BESCHOREN. Maximiliano. **Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887)**. Org. TEIXEIRA, Júlia Schütz. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.p. 103.

⁴² Esta região situa-se na foz do Rio Passo Fundo, entre os municípios de Rio dos Índios e Erval Grande.

⁴³ BESCHOREN, 1989, p. 52.

⁴⁴ ROCHE, 1969, Op. cit., p. 344.

a H. Meyer, procuraram introduzir imigrantes, e acabaram povoando seus estabelecimentos principalmente com os filhos de colonos. Foi, portanto, através de sua enxameação que os colonos alemães trouxeram a maior contribuição à exploração da zona do Planalto, que os luso brasileiros haviam deixado desertas.⁴⁵

As áreas do Planalto, porém, estavam longe de ser “desertas”. Havia, obviamente, uma intencionalidade do autor em apresentar a região como devoluta, pois, cabe lembrar que Jean Roche acompanha uma tradição historiográfica etnocêntrica e ufanista dos grandes feitos da imigração e colonização europeia no Brasil. Os representantes desta linha de pensamento, apesar de saberem e admitirem a presença indígena e nacional⁴⁶ nas áreas destinadas aos colonizadores; desprezam, relegando aos mesmos a categoria de “obstáculos” ou “intrusos”, associados geralmente a adjetivos como vadios, imprevidentes, indolentes, pigres e ladrões.

Jean Roche e muitos outros autores desprezaram a presença indígena e cabocla na história regional do Alto Uruguai durante um longo período, apresentando uma narrativa historiográfica de cunho memorialístico e positivista, nem sempre acadêmica, produzida principalmente para realçar o papel das elites políticas, religiosas e os

⁴⁵ Ibid. p. 344.

⁴⁶ A designação “nacional” é uma das denominações atribuídas aos descendentes de luso brasileiros pobres, mestiçados com indígenas e/ou africanos trazidos para a região como escravos. No sul do Brasil, ficou conhecido também por alcunhas do tipo: “brasileiro”, “caboclo”, “moreno”, “pelo duro” ou “pessoa de cor”, conforme destacado por: GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a história da paisagem. In: ZARTH, Paulo A. (org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & vida; Chapecó: Universidade da Federal da Fronteira Sul. 2012. p. 243. Neste texto, utilizarei a expressão “nacionais” para a designação dessa parcela da população, tendo em vista que os documentos pesquisados por mim, referentes ao SPI, trazem essa expressão quando se referem à população circundante aos Postos Indígenas, tendo inclusive, em seus anos iniciais (1910-1918), a responsabilidade de localizar e assentar os “trabalhadores nacionais”, sob a sigla SPILTN. A própria Diretora de Terras e Colonização do RS também mantém a partir de 1910 um Serviço de Proteção aos Nacionais, responsável por assentar em lotes os colonos que não são de origem europeia.

grandes feitos de seus heróis locais.⁴⁷ O historiador Paulo Zarth considera que, ao destacar as qualidades e virtudes dos colonizadores, autores como Roche aproximam-se das concepções weberianas de espírito do progresso, pois ao adotar este discurso, atribuem ao colono europeu o papel de legítimo portador do espírito de progresso do capitalismo, enquanto o caboclo e o indígena brasileiros, seriam os representantes do atraso, do tradicional e do arcaico.⁴⁸

Muitos destes autores fundamentam suas reflexões em relatos feitos por contemporâneos à ocupação colonial da região, como o já citado Maximiliano Beschoren, cuja visão caracteristicamente colonialista, própria do momento, revela algumas peculiaridades das populações que já habitavam o Planalto antes da presença dos novos colonizadores. Entre as considerações sobre a população do Planalto, propalava o dito engenheiro que: “as pessoas daquela região querem apenas viver, pensam apenas no hoje [...], produzem apenas para a subsistência, não ambicionam construir um patrimônio.”⁴⁹ Quanto aos indígenas, afirmava que os mesmos, nos meses de inverno, mudavam-se das reservas para as florestas para colher erva, “cujo produto dá-lhes recursos suficientes para viver, obtendo dinheiro bastante para a cachaça.”⁵⁰ Do mesmo tom são as assertivas de Evaristo de Affonso Castro, o qual atribui as seguintes características às populações existentes na região missioneira:

Pelo seu vício de origem, pela grande dessiminação e pela abundancia de gado, caça, peixe e fructas, a população em geral é indolente e extraordinariamente perigosa. Póde-se calcular, sem o menor receio de exageração, que entre 100 homens validos, 80 são vadios, ao ponto que nem

⁴⁷ Cito alguns exemplos somente para ilustrar a atuação desta corrente: BUSANELLO, Pe. Pio J. **A história de nossa gente**. Santa Maria: Pallotti, 1952; BATTISTELLA, Vitor. **Painéis do Passado**. Frederico Westphalen: gráfica Marin LTDA, 1969; SOARES, Mozart Pereira. **Santo Antônio da Palmeira**. Palmeira das Missões: Bels, 1974; FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1978; CLAUSS, Romualdo. **Evolução histórico-geográfica de Tucunduva**. Tucunduva. s/n. 1982.

⁴⁸ ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. pp. 22-23.

⁴⁹ BESCHOREM, 1989, Op. cit., pp. 51-52.

⁵⁰ Ibid. p. 44.

a fome e a nudez os obriga ao trabalho, e d'estes 80 vadios, 40 pelo menos são ladrões.⁵¹

Pela visão colonialista do momento, tornava-se urgente e fundamental acabar com os vícios daquela população, o que se pretendia conseguir com o exemplo oferecido pelos imigrantes. Tais parcelas, imbuídas de ideais modernizadores e civilizadores, espalharam-se pelo Planalto e passaram a ocupar, pouco a pouco, uma grande expansão do território do Alto Uruguai. A região, pouquíssimo (re)conhecida pelo Estado até o final do século XIX, passou então a ser a referência para a construção da imagem do colono civilizador, conforme destacam Márcia Caron e João Carlos Tedesco:

A divisão da terra em lotes, a construção de estradas, a instalação do imigrante no mato são os primeiros movimentos da *frente de expansão* no Alto Uruguai. Em seguida, a construção da estrada de ferro, que propicia a chegada de grandes levas de imigrantes, o surgimento das casas de comércio, a fundação de vilas e cidades onde o imigrante constrói a escola, a igreja, o salão de festas, enfim, instaura seu modo de viver; expressa sua cultura e seus costumes. A partir de então uma nova forma de viver se cria: é a efetivação da *frente pioneira* na região.⁵²

Pode-se afirmar que a colonização oficial do Planalto, mais especificamente das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, efetivou-se de forma mais intensiva no período republicano, sendo favorecida por uma série de ações governamentais inexistentes nas primeiras fases da imigração, entre os quais, uma considerável rede de comunicações internas, equipamentos, edifícios públicos e escolas, que

⁵¹ CASTRO, Evaristo Affonso de. **Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887. p. IX. *Apud*: GERHARD, 2012, Op. cit., p. 243.

⁵² CARON, Márcia dos Santos, TEDESCO, João Carlos. O Estado Positivista no Norte do Rio Grande do Sul: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia de Erechim (1890-1910). **História**. São Leopoldo: Unisinos. 16 (2), Maio/Agosto 2012. p. 227.

possibilitaram o seu desenvolvimento com grande rapidez. Dessa maneira, o governo estadual fundou no Planalto colônias como as de Ijuhy em 1890, Guarany em 1891, *Erechim* em 1908, *Ijuizinho* em 1910 e *São João Batista* em 1912.⁵³ Além das colônias oficiais, empreendidas pelo estado, foram fundadas na região, diversas colônias particulares por iniciativa das companhias colonizadoras, como a colônia do Boi Preto em 1897, *Neu Württemberg* (hoje Panambi), em 1899 e Cerro Azul, em 1902.⁵⁴

A inauguração de uma ferrovia em 1910, interligando o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, marcou profundamente a história regional. A concessão de terras a colonos de origem estrangeira, no trecho de quinze quilômetros de cada margem da linha férrea, agravou ainda mais a situação da população nacional. O processo de demarcação das terras e assentamento de colonos ocasionou a conseqüente expulsão de centenas de famílias nacionais e indígenas do território demarcado, tanto da região do Planalto Riograndense, quanto do Planalto Catarinense.⁵⁵ Em Santa Catarina, este fator, juntamente com a questão de limites entre este estado e o Paraná, foi um dos desencadeadores do movimento revolucionário conhecido por Guerra do Contestado, sobre o qual discorrerei mais adiante.

No norte do Rio Grande do Sul, na região de Palmeira das Missões, um dos obstáculos para a colonização era a presença de antigos posseiros nas terras loteadas. Lurdes Ardenghi lembra que as áreas destinadas à colonização eram as mesmas em que os coletores de ervamate exerciam suas atividades, percorrendo os ervais, sem fixar-se definitivamente em nenhuma área. As companhias compravam as terras,

⁵³ ROCHE, 1969, Op. cit., p. 129.

⁵⁴ GERHARDT, 2012, Op. cit., p. 247.

⁵⁵ Diversos resultados de pesquisa tem sido apresentados nos últimos anos analisando a expropriação de terras dos grupos indígenas e dos trabalhadores nacionais em decorrência da colonização dirigida a partir da instalação da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. Entre os principais autores e obras, destaque: TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber!**: um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua ação no planalto norte de Santa Catarina (1910-1929). (Dissertação) Mestrado em História. PPGH/UFSC, Florianópolis, 2006; VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil**: A instalação da *Lumber* e a Guerra na Região do Contestado. (Tese) Doutorado em História. PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 2009.

loteavam e vendiam-nas a terceiros, sem se ocuparem dos *intrusos*.⁵⁶ Estes *intrusos*, aos quais se refere a autora, eram constituídos pelas populações indígenas e nacionais, a quem, as companhias colonizadoras, agindo em alguns casos de forma extremamente violenta, expulsava das áreas que desejava repassar aos colonos “de origem”.

Para regulamentar a distribuição de terras aos colonos, assim como para fiscalizar as ações das companhias de colonização e controlar os conflitos no campo, o governo do Rio Grande do Sul organiza em 1907 a sua Diretoria de Terras e Colonização (DTC), vinculada à Secretaria de Obras Públicas (SOP). Com a DTC, a invasão colonial passa a ser melhor sistematizada e coordenada por comissões espalhadas pela região norte do Rio Grande do Sul. As chamadas Comissões de Terras e Colonização tinham como principal funcionalidade organizar a distribuição de lotes e informar sobre a possibilidade de abertura de novas colônias. Entre as principais comissões do norte do Estado estão: Erechim, Guarany, Palmeira, Passo Fundo, Santa Rosa, Soledade e Guaporé.

Como a maioria das comissões estava situada em municípios com forte presença indígena, tornaram-se corriqueiros os conflitos entre estes e as frentes de expansão. Visando controlar os mesmos, fica incumbida à DTC a resolução destes assuntos. Neste contexto, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC de 1908 a 1928, surge como grande expoente por trás das diretivas da Diretoria, principalmente em questões como a criação e o aparelhamento das colônias e à demarcação de áreas específicas para os indígenas e população nacional da região.

Torres Gonçalves, assim como o presidente do RS nesta época, Carlos Barbosa Gonçalves, do Partido Republicano Riograndense (PRR), seguia os preceitos positivistas de Augusto Comte, cuja doutrina outorgava um tratamento especial para as ditas populações fetichistas.⁵⁷ Deste modo, na década de 1910, Torres Gonçalves instituiu alguns planos de demarcação das terras de 12 Toldos Indígenas no Rio Grande do Sul. Os Toldos criados nesta época, cuja população em sua maioria constituía-se de indígenas do grupo Kaingang, foram os seguintes:

⁵⁶ ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões.** (Dissertação) Mestrado em História. PPGH/UPF, Passo Fundo, 2003. p. 88.

⁵⁷ Para os positivistas, as populações indígenas eram consideradas fetichistas, pois estariam no primeiro estágio mental da humanidade. Por isso, havia a necessidade de ampará-las e protegê-las para que pudessem atingir o estágio mental da civilização. RODRIGUES, 2007, Op. cit., p. 82.

Toldos do Inhacorá, Guarita, Nonoai e Serrinha (localizados no município de Palmeira das Missões); Toldos de Fachinal e Caseros (no município de Lagoa Vermelha), Toldo de Lagoão (no município de Soledade) e os Toldos de Carreteiro, Ventarra, Erechim, Votouro e Ligeiro (em Passo Fundo). Dentre todos estes, apenas o Toldo de Ligeiro estava submetido ao SPILTN. Ainda neste capítulo, destacarei de forma mais detalhada o trabalho de Torres Gonçalves frente à DTC. Na figura a seguir, são indicados os Toldos e sua localização dentro do estado do RS:

Figura 2: Mapa com a localização dos Toldos Indígenas nas regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, demarcados pela DTC em 1911.



Fonte: Elaborado por Tiago Pazolini, adaptado de KLIEMANN, 1986. Acervo do autor.

Embora houvesse uma tentativa de proporcionar áreas maiores e melhores condições de vida aos indígenas do Rio Grande do Sul, não se pode esquecer que os políticos vinculados ao PRR eram em sua maioria latifundiários e o governo não permitiria que seus interesses fossem prejudicados. Desse modo, embora tenha havido a demarcação de terras aos indígenas, sua posse definitiva jamais foi reconhecida, o que acarretou inúmeros problemas para os mesmos. A falta de garantia da posse da terra possibilitou que os Toldos Indígenas fossem frequentemente invadidos por colonos de origem europeia, vizinhos das áreas ou, até mesmo, por posseiros nacionais, excluídos das terras que ocupavam antes da demarcação dos lotes coloniais. Este processo de exclusão tornou-se cada vez mais grave com o crescimento demográfico, que culminou com um gradual escasseamento de terras agricultáveis na região. Dessa maneira, foram recorrentes as invasões das áreas indígenas por colonos e posseiros. Em muitos casos, os indígenas resistiram às invasões, o que acabou resultando em graves casos de violência contra os mesmos, conforme destacado por Luiza Kliemann, que se baseia em depoimentos de velhos Kaingang:

... foram frequentes as violências como envenenamento das águas dos rios e a distribuição de roupas contaminadas por doenças causadoras de epidemias. O depoimento de um índio, habitante atual do Toldo de Inhacorá, registra que, na década de vinte, o alastramento de um surto de “bexiga”, provocado pelo uso de roupas contaminadas matou metade da população do toldo.⁵⁸

Ainda que estas práticas de etnocídio a que se refere Kliemann necessitem de maiores respaldos para sua comprovação, elas parecem ser uma herança nefasta de práticas mais antigas de tentativas de eliminar o “problema indígena”, conforme indicam algumas análises sobre práticas semelhantes no século XIX. O etnólogo Reinhold Hensel descreve um episódio que entendo como uma espécie de tentativa de “extermínio biológico” contra os Kaingang. No ano de 1864, Hensel

⁵⁸ O trecho citado pela autora foi baseado no depoimento oral de um Kaingáng, de nome João da Silva, (provavelmente um cognome) de 79 anos, dado à antropóloga Paula Ebling em 1985, no Toldo de Inhacorá, noroeste do Rio Grande do Sul. *Ibid.* p. 135.

teria conhecido o Cacique Doble⁵⁹ e mais trinta “coroados selvagens” em Porto Alegre, quando estes estariam indo receber seu pagamento pelos serviços prestados ao governo provincial. Nesta visita, os indígenas teriam sido apresentados com roupas, alimentos e ferramentas agrícolas. Durante sua permanência em Porto Alegre, segundo este autor, os indígenas teriam contraído o vírus da varíola, que causou muitas mortes entre eles em seu retorno ao aldeamento, inclusive a do próprio Cacique Doble.⁶⁰ Hensel não destaca a infecção proposital dos indígenas em seu texto, mas em análise mais apurada, Luis Fernando Laroque aponta que as roupas oferecidas aos mesmos pertenciam a soldados mortos por varíola na Guerra do Paraguai, estando desta maneira, infectadas pelo vírus.⁶¹ Ter-se-ia, portanto, uma medida proposital e derradeira para acabar com a controversa atuação do cacique.

Assim como no século XIX, a prática de assassinato das lideranças indígenas, visando enfraquecimento e desarticulação do grupo, também foi utilizada como meio mais fácil de usurpação das suas terras no século XX. Kliemann, ao pesquisar nos relatórios da SOP, referentes ao ano de 1922, encontra o caso do assassinato do Cacique do Toldo Inhacorá, Tiburcio Fongue, juntamente com outro indígena, ocorrido em 1920. O assassinato dos dois indígenas teria se dado em decorrência de desentendimentos com os posseiros Soriano Serra e Getúlio Dornelles Vargas, sendo os mesmos presos em flagrante e depois libertados.⁶² Em relatório anual da Secretaria de Negócios e

⁵⁹ Conhecido entre os indígenas como *Yu-toahê*, o Cacique Doble foi uma importante liderança Kaingang do século XIX, citado por diversos cronistas e autores contemporâneos, por sua perspicácia nas alianças e negociações com o governo provincial e ao mesmo tempo pelas atitudes de autonomia exercidas ao negar-se ao confinamento em aldeamentos, o que lhe permitiu praticar diversas incursões nas áreas de colonização. As ações de Doble são melhor detalhadas em: LAROQUE, Luis Fernando. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. São Leopoldo, IAP, 2000.

⁶⁰ HENSEL, 1928, Op. cit., p. 69.

⁶¹ LAROQUE, 2000, Op. cit., p. 164.

⁶² KLIEMANN, 1986, Op. cit., p. 135 (nota de rodapé). Sobre o nome do assassino, Getúlio Dornelles Vargas, a autora afirma que a família do ex-presidente do Brasil possuía propriedades na região, mas não foi possível identificar o parentesco com o Presidente Vargas, que na época era deputado estadual. Sobre o caso, Lurdes Ardengui localizou no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, um processo de *habeas corpus*, de um dos acusados, Liriano Rodrigues, vulgo João Serra (e não Soriano Serra, conforme apresentado por

Obras Públicas, encaminhado ao presidente do estado, Borges de Medeiros, por Torres Gonçalves, há outro registro de assassinato, este cometido no Toldo Ligeiro, onde um indígena teria sido morto por um “italiano” morador da vizinhança. Segundo o secretário, “... os ocidentais, especialmente os de origem estrangeira consideram ainda os selvícolas antes como animais inferiores do que como seres humanos.”⁶³

No início da década de 1930, quando a DTC é extinta, a ocupação da região do Planalto Gaúcho já está quase completamente concluída. Os núcleos coloniais se desenvolveram rapidamente e muitos deles acabaram tornando-se povoados e depois cidades importantes da região. Sem espaço para novas colônias, e por conta do alto valor dos lotes coloniais vagos ainda existentes, ao longo dos anos subsequentes, centenas de famílias de agricultores gaúchos passam a buscar novos espaços em regiões ainda pouco povoadas. Neste cenário, o oeste catarinense surge como grande atrativo para as levas de colonizadores ávidos por terras férteis e baratas.

Kliemann). Segundo Ardengui, constam nos registros que os acusados teriam invadido o toldo indígena e abusado sexualmente de uma índia. Os índios, chefiados por Tibúrcio Fongue, reagiram e foram mortos a tiros por Leriano e Getúlio, que foram presos logo após terem cometido o delito. Os dois teriam sido conduzidos até Palmeira, onde pernoitaram numa residência, da qual Getúlio teria conseguido fugir. O relatório do Juiz Distrital, Luiz Augusto de Otero, anexo ao processo, destaca os depoimentos dos acusados, que, embora contraditórios, “demonstram sua criminalidade, pois Leriano disse a Getúlio (seu cúmplice): *estamos perdidos, portanto, vamos repartir a responsabilidade, tu mataste um bugre e eu matei o outro*”. Relatório do Juiz Distrital, anexo ao processo civil nº 30/1920, Maço: 2, Est. 60. APRS. *Apud*: ARDENGUI, 2003, Op. cit., pp. 64-65.

⁶³ RELATÓRIO 16/08/1921. Relatório do Diretor Carlos Torres Gonçalves da Diretoria de Terras e Colonização. In: **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em julho de 1922**. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d “A Federação”. *Apud*: RODRIGUES, 2007, Op. cit., p. 129.

1.2. A invasão colonizadora no oeste catarinense

A região oeste de Santa Catarina, assim como ocorre com o norte e noroeste do Rio Grande do Sul, foi, durante muito tempo referenciada sob dois pontos de vista predominantes. De um lado, foi considerada uma área de terras incultas e abandonadas pelo Estado Nacional⁶⁴, por outro, afirmava-se que aquelas áreas serviam somente de abrigo para foragidos da justiça, aventureiros e para alguns fazendeiros nas áreas de campos.⁶⁵ Esta visão predominou nos estudos históricos até pelo menos a década de 1970, quando as populações constituintes da região passam a ser inseridas no contexto das pesquisas acadêmicas, primeiramente com as populações indígenas e logo após, com os elementos nacionais ou caboclos.⁶⁶

Apesar das incursões de desbravadores, viajantes e aventureiros desde o século XVII, pode-se dizer que a ocupação da região oeste catarinense por populações não indígenas remonta ao início do século XIX, mais especificamente a partir de 1837, tendo sido efetuada logo após a “descoberta” dos chamados Campos de Palmas pela Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava.⁶⁷ A conquista dos Campos de

⁶⁴ BOITEUX, José Arthur. **Oeste Catarinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entress & Irmão, 1931.

⁶⁵ A região estudada teve um processo de ocupação nos anos da Revolução Federalista (1893/1895), quando diversos soldados dissidentes das tropas federalistas, perseguidos políticos, chefes militares e seus agregados fugiram para as regiões de matas e campos do outro lado do rio Uruguai. O Capitão Bernardino Bormann “passou a acolher todas as frações políticas, e desse ato resultou o reconhecimento expresso pela população local no apelido ‘bandeira da misericórdia’”. RENK, Arlene. **A Luta da Erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997. p. 39.

⁶⁶ Entre as principais referências consultadas estão: SANTOS, Sílvio Coelho. **A integração do índio na sociedade regional**: A função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1970; D’ANGELIS, 1989, op. cit; RENK, 1997, op. cit; POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização In: **Para uma história do Oeste Catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1994.

⁶⁷ Após a ocupação dos Campos de Guarapuava, atual região sudoeste do Paraná, em 1810, o comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal recebe a incumbência de descobrir um caminho mais fácil para a comunicação entre São Paulo e as missões do Rio Grande do Sul. O comandante atribui a missão ao Alferes Atanagildo Pinto Martins, que auxiliado por alguns homens e guiado por um Kaingang (Jongjong) efetua a tarefa, retornando em 1816, com um

Palmas e Guarapuava fazia parte da geopolítica imperial de expansão territorial, defesa das regiões de fronteira e de atendimento a uma demanda de terras por parte dos fazendeiros das áreas já povoadas do Sul e Sudeste. Ocupando aquela região com fazendas de criação, garantia-se a posse para os luso-brasileiros e, ao mesmo tempo, podia-se contar com um contingente populacional bastante útil no caso de uma invasão castelhana.

As frentes pastoris que ocuparam os Campos de Palmas logo entraram em disputa por outros campos nos arredores dos últimos, como o denominado Campo Erê, no extremo oeste do território e pelos Campos do Irani, mais ao sul daquela região. Estas áreas, mesmo sendo designadas por “campos”, possuíam ao longo de sua extensão uma cobertura vegetal considerável, constituída por faixas da Floresta Ombrófila Mista, onde predominavam extensos bosques e capões das matas de araucária, entremeados com os ervais nativos, os quais, concomitantemente à ocupação pastoril, passam a ser explorados pelas frentes de expansão castelhana e luso-brasileira.

É importante ressaltar, a título de referência geoespacial, que os Campos de Palmas compreendiam grandes extensões de terras, cuja abrangência envolve o território de diversos municípios do atual oeste de Santa Catarina, conforme destaca Wilmar D’Angelis,

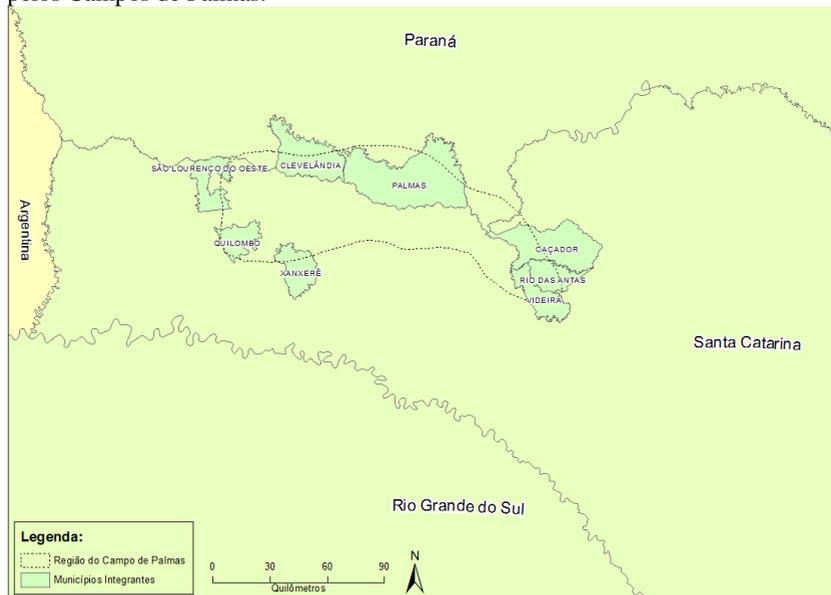
...é possível verificar que ditos Campos de Palmas incluem, do Paraná atual, apenas os municípios de Clevelândia e Palmas, enquanto que do atual estado de Santa Catarina, abrangem onze municípios, de São Lourenço do Oeste a Quilombo e a oeste até Caçador, Rio das Antas e Videira, a leste. Desses municípios, seis tem a totalidade de seu território abrangida pelos referidos campos, e, outros quatro, mais da metade de seu território.⁶⁸

roteiro para a “Vereda das Missões”. Em 1837 o governo de São Paulo oficializa a descoberta dos Campos de Palmas, e logo após, muitos fazendeiros oriundos de Palmeira e Guarapuava, organizam suas “bandeiras” para ocupar a região, ocasionando uma disputa entre si. Em 1839, o governo do Paraná decide pela divisão do território entre os dois grupos. Mais detalhes em: D’ANGELIS, 1989, Op. cit., pp. 23-24.

⁶⁸ Ibid. p. 24.

A figura 3, destacada a seguir, indica a hipotética extensão dos Campos de Palmas, com base nas informações de D'Angelis:

Figura 3: Municípios do Paraná e de Santa Catarina provavelmente englobados pelos Campos de Palmas.



Fonte: Mapa elaborado por Tiago Pazolini, com base em informações de D'ANGELIS, 1989. 2015. Acervo do autor.

Com a intensificação da presença das frentes pastoris e extrativas, os contatos com as populações indígenas foram gradativamente intensificados, sendo os mesmos ora pacíficos, ora conflituosos. Conforme destaca Silvio Coelho dos Santos, os integrantes das frentes pastoris se associaram aos Kaingang de Guarapuava, já pacificados⁶⁹ desde 1812, e “por meio desses foram limpando os campos de Palmas

⁶⁹ O termo “pacificados”, utilizados por Silvio Coelho dos Santos, deve ser questionado, tendo em vista as constantes negociações e alianças que se obrigavam a fazer os fazendeiros e autoridades governamentais com lideranças indígenas. Da mesma maneira, os conflitos ocorridos entre fazendeiros, tropeiros e demais membros das frentes de expansão com os indígenas, as “correrias” nos lotes coloniais, entre outros aspectos, oferecem respaldos para afirmar que essa pacificação correspondia muito mais a um discurso governamental do que uma prática efetiva.

dos grupos hostis, persuadindo-os ao convívio pacífico ou movendo-lhes campanhas de extermínio.”⁷⁰ Por causa destas associações, algumas lideranças indígenas alcançaram grande destaque nas relações com os governos provinciais e autoridades políticas e militares. É o caso dos caciques Victorino Condá e Estevão do Nascimento Virí, apontados por diversos autores enquanto principais “colaboracionistas”⁷¹ ao avanço da sociedade nacional, isto é, como apoiadores das iniciativas de penetração das frentes de expansão e na pacificação dos povos resistentes aos aldeamentos provinciais.

Até meados do século XIX, as fazendas de criação luso brasileiras, instaladas nos Campos Erê e Palmas, praticamente não se estendiam até a região dos Rios Chapecó e Chapecozinho, fixando-se mais ao norte destes. Sendo esta área ainda território de mata densa, mantinha-se ocupada quase que exclusivamente por indígenas e por caboclos coletores de erva mate.⁷² Esta condição irá mudar a partir de 1859, quando, devido aos interesses argentinos pela exploração madeireira e ervateira daquela região, o governo imperial brasileiro passa a mover uma disputa internacional pelas terras da fronteira sul. O litígio, que ficou um pouco arrefecido pelo envolvimento das duas nações na

⁷⁰ SANTOS, 1970, Op. cit., p. 34.

⁷¹ Sílvio Coelho dos Santos, Wilmar D’Angelis e Benedito Prézia estão entre os principais autores que apontam a participação destas lideranças indígenas como colaboracionistas, ou seja, teriam colaborado para a pacificação e para a integração dos grupos indígenas resistentes à sociedade nacional. Há na atualidade, muitos estudos revisionistas deste processo, que consideram as ações de Condá e Viri, assim como de outras lideranças indígenas Kaingang do Sul do Brasil, como Braga, Doble, Nonoai, Fongue e outros menos conhecidos como elaboradas estratégias de alianças e negociações, preconcebidas e estabelecidas com o intuito de subsidiarem benefícios para estes líderes e seus seguidores. O colaboracionismo é criticado porque, ao mesmo tempo em que agiam aliados aos “brancos”, muitos destes líderes indígenas estabeleciam relações duais, ora contribuindo para o aldeamento de seus pares, ora praticando incursões nas áreas ocupadas por fazendeiros e colonos. Sobre as críticas ao conceito de colaboracionismo, ver: FERNANDES, Ricardo Cid. **Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang** In: MOTA et. al. 2004, Op. cit., p. 83-143; ALMEIDA, 2010, Op. cit., p.45-69; SOUZA, Almir Antonio de. **Armas, Pólvora e Chumbo: A expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História) Florianópolis: PPGH/UFSC, 2012.

⁷² D’ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 35.

Guerra do Paraguai (1865-1870), acirrou-se a partir de 1881, quando a Argentina passa a reivindicar oficialmente toda a região que se estende do leste da Província de Misiones, toda a área que se estende entre os Rios Uruguai e Iguazu, até os Rio Pequiri-Guazu (Chapecó) e San Antônio Guazu (Chopim).⁷³

Estando a soberania brasileira ameaçada na região, o governo brasileiro resolve levar a cabo o projeto idealizado pelo Decreto Imperial nº 2.052, de 16 de novembro de 1859, que tratava da criação de “duas colônias militares no território da então Província do Paraná⁷⁴, junto aos rios Chopim e Chapecó, ao Oriente desses rios.”⁷⁵ Dessa maneira, em 2 de março de 1882, a Colônia Militar do Xaçecó é instalada, na região onde se situa o atual município de Xanxerê/SC, tendo como seu primeiro diretor, o Capitão José Bernardino Bormann. A Colônia Militar de Chopim é fundada logo após, em 27 de dezembro de 1882, pelo coronel San Tiago de Dantas, sendo fixada onde hoje se localiza o município de Chopinzinho/PR.

A criação das colônias militares, no entanto, orientou-se por outros motivos além daqueles vinculados à proteção da região contra a invasão castelhana, conforme destaca D’Angelis:

O ato que as criara fora mais abrangente que as citadas “razões estratégicas”, incluindo, por exemplo, em seu artigo 2º, que essas Colônias são destinadas “à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava, contra a invasão dos índios, e a chamar dos ditos índios com auxílio da catequese, à civilização” (PIAZZA, 1982: 188) [...] A Colônia Militar, por suas funções precípuas, contribuirá para o estabelecimento de agricultores na região.⁷⁶

⁷³ HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996. p. 71.

⁷⁴ É importante salientar que neste momento, a região oeste do atual estado de Santa Catarina, pertencia à Província do Paraná, fato que perdurará até 1917, tendo sido incorporado pelo governo catarinense após o fim do conflito do Contestado.

⁷⁵ NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: Práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2009, p. 25.

⁷⁶ D’ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 50.

No que se refere à população indígena, no período de instalação da Colônia Militar de Xapecó, os mesmos já se encontravam aldeados no Toldo conhecido como Formigas, em área localizada entre os Rios Chapecó e Chapecozinho. Este Toldo, embora ainda não oficialmente reconhecido pelo governo do Paraná, já mantinha a maior parte dos indígenas do oeste desta província, restando alguns agrupamentos isolados, que se fixavam nas margens do Rio Uruguai ou próximos ao Rio Iguaçu. Sílvio Coelho dos Santos destaca que tanto os indígenas dos Toldos quanto os acampados, mantinham relações amistosas com os “brancos”, sendo utilizados como mão de obra nas fazendas de criação, na extração de erva mate e na condução de tropas.⁷⁷

O mesmo autor apresenta importante informação sobre a origem de boa parte da população nacional na região, quando, com dados obtidos através de entrevista com um antigo morador da Colônia Militar do Xapecó, descobre que grande parte dos assentados pela colônia entre 1882 e 1910 era nordestina, muitos deles antigos integrantes das forças militares que atuavam na mesma.⁷⁸ De acordo com Maurício Vinhas de Queiroz, esta população ainda praticava o costume do apossamento, que antes da Lei de Terras de 1850, era o único meio lícito de obter propriedades novas.⁷⁹ Uma parcela significativa deste contingente acabou se espalhando pela região, formando pequenas propriedades para criação de gado ou para extração de erva mate e praticando uma agricultura de subsistência.

Antes mesmo do final do litígio entre Brasil e Argentina em 1895, com resultado favorável à manutenção de um território de cerca de 30.600 km² para os brasileiros, o governo imperial já concedia extensas áreas na região através da emissão de títulos de terras a fazendeiros criadores de gado. Estes fazendeiros, contrapondo-se à chamada vocação agrícola que o Brasil tentava estabelecer naquele momento, justificavam a quase inexistência de lavouras nos Campos de Palmas através da alegação de pouca fertilidade da terra e pela incompetência dos caboclos no preparo das mesmas.⁸⁰ Esta visão parece ter sido compartilhada pela

⁷⁷ SANTOS, 1970, Op. cit., p. 26.

⁷⁸ Ibid. p. 28. Informação adquirida pelo autor através de entrevista com Olímpio Cavalheiro, em Xanxerê/SC, s/d.

⁷⁹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. *Apud*: SANTOS, 1970, Op. cit., p. 28.

⁸⁰ RENK, 1997, Op. cit., p. 36.

elite política e intelectual do Paraná, como se percebe na corografia daquele estado, escrita por Sebastião Paraná em 1899:

A lavoura está ainda muito atrasada em Palmas, por falta de braços e sobretudo de meios de transportes. Estradas há, porém, péssimas (...) Grande número de índios, muitos dos quais já catequizados, que se empregam na lavoura. Em relação às terras destinadas aos indígenas é grande a injustiça de que eles tem sido vítimas. Os brasileiros de Palmas são leais e morigerados, porém pouco prósperos aos empreendimentos conducentes à prosperidade e à opulência. É este o caráter geral da população do interior do Estado: trabalham negligentemente para suprir as necessidades quotidianas, contentam-se em legar, como herança a seus filhos, a casa onde nascem e o terreno fértil que os alimenta. Em nossa opinião, para o município de Palmas atingir ao grau de prosperidade que lhe está reservado, necessita de apenas dois elementos: vias de comunicação fáceis e economia e braços para as lides rurais.⁸¹

Todavia, antes mesmo da opinião progressista de Paraná, no ano de 1889, através do Decreto nº 10.432, eram concedidos privilégios, garantias de juros e terras devolutas para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, interligando Itararé, na província de São Paulo à Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul.⁸² A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande vai acompanhar definitivamente uma série de iniciativas adotadas pelo governo imperial brasileiro, para ocupar os chamados “sertões remotos” do Império, os quais incluíam, além das zonas fronteiriças do sul do Brasil, outras áreas de fronteiras do território nacional, como Mato Grosso e a Amazônia.

Neste sentido, se a abertura de uma estrada ligando a região de Palmas às Missões em meados do século XIX vai facilitar a circulação de tropas e o comércio pelo território, as Colônias Militares garantirão a

⁸¹ PARANÁ, Sebastião. **Chorographia do Paraná**. Curitiba: Livraria Econômica de Aníbal Rocha, 1899. pp. 665-666. Apud: RENK, 1997, Op. cit., pp. 36-37.

⁸² HEINSFELD, 1996, Op. cit., p. 105.

proteção necessária para a ocupação das terras.⁸³ Do mesmo modo, a partir do final do século XIX e início do XX, as comunicações por via telegráfica ligarão as Colônias Militares ao resto do Brasil, tirando-as do isolamento. A estrada de ferro, nesse sentido, viria para potencializar o processo de ocupação das terras através da colonização.

No entanto, nem tudo foi tranquilo na construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, pois acabou-se revelando a existência de outro litígio naquela região. Até então um território pouco valorizado e pouco cobiçado pelo relativo isolamento e pela questão do litígio com a Argentina, quando do anúncio da construção da estrada de ferro, os governos de Santa Catarina e Paraná acirram a disputa pelo mesmo. Este fato dá início então a uma longa batalha judicial que se arrasta até 1917, na qual o Supremo Tribunal Federal dá ganho de causa várias vezes ao estado de Santa Catarina, o que não impediu o governo do Paraná de ignorar as decisões da justiça, valendo-se de sua representatividade política em âmbito federal, obrigando, dessa forma, o estado de Santa Catarina a negociar uma partilha pela região contestada. Esta negociação foi iniciada em 1916 e oficialmente executada a partir de 1917.⁸⁴

Como era de se esperar, a partilha dos territórios não satisfaz plenamente a ambição de nenhum dos lados, devido à perda de imensas áreas de terras que cada estado julgava domínio seu. Os dois governos passaram então a adotar políticas prioritárias de povoamento das áreas demarcadas. Apesar de não se tratar de uma questão exclusivamente de terras, boa parte dos conflitos ocorridos no Planalto Catarinense no início do século XX, foram motivados pela questão de limites entre

⁸³ De acordo com Arlene Renk, o tropeirismo contribuiu bastante no processo de ocupação da região oeste, pois de Guarapuava a Goio-Em, a Estrada das Missões ou “caminho de tropas, cortava os Campos de Palmas, o que propiciou o surgimento de novas povoações com as invernadas. O roteiro desta estrada exigiu ainda a formação de pequenos povoados, pontos de pouso para os tropeiros, estabelecidos em áreas como a Campina do Xanxerê, onde será instalada a Colônia Militar do Xapecó, Passo Ferreira, Passo Carneiro (depois Passo Bormann), esses ainda em território paranaense, e pontos de Nonoai até Cruz Alta, já no Rio Grande do Sul. RENK, 1997, Op. cit., p. 34.

⁸⁴ De acordo com o historiador Paulo Pinheiro Machado, o Tratado de Limites assinado por Paraná e Santa Catarina, em 1916, partilhou os Campos de Palmas, sendo a parte norte, das águas que correm em direção ao Iguaçu, sob domínio paranaense e, a parte sul, das águas que correm em direção ao Rio Uruguai, para Santa Catarina. MACHADO, Paulo Pinheiro. **O Movimento do Contestado e a questão de terras**. In: ZARTH, (org.), 2012, Op. cit., p. 118. (Nota 3).

Santa Catarina e Paraná, pois foram frequentes as disputas por terras pelos fazendeiros locais, ocorrendo casos, muitas vezes de um território ser escriturado por diferentes proprietários em cartórios catarinenses e paranaenses.⁸⁵ Mesmo após firmado o acordo, não foi possível apagar as marcas deixadas pelo conflito que estourou entre 1912 e 1916, conhecido popularmente como “Guerra do Contestado”. Este conflito, apesar de ter sido, em grande medida, motivado pela disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná, foi potencializado pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Isto porque o governo brasileiro decidiu pagar com terras a empresa norteamericana *Brazil Railway Company*, responsável pelo empreendimento, abrindo assim a concessão empresarial para a colonização do oeste, a começar pela subsidiária da *Brazil Railway*, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, que, como especificado no próprio nome, tem como principal projeto a exploração da madeira e o loteamento da região para a colonização.

Conforme os trilhos iam avançando, os representantes contratados pela *Brazil Railway* promoviam um desalojamento em massa e a força dos posseiros que se encontravam na faixa de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia⁸⁶, gerando uma série de conflitos de ordem social. Os principais atingidos neste cenário eram as populações pobres, trabalhadores nacionais e indígenas, excluídos do processo por serem considerados inconstantes, desorganizados e inaptos ao trabalho sistemático a favor do desenvolvimento regional, como pretendido pelo governo. Expulsos das terras pelos jagunços contratados pelas colonizadoras e perseguidos pelos mandados judiciais que ordenavam

⁸⁵ Ibid. p. 117.

⁸⁶ WERLANG, Alceu Antonio. **A colonização às margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense**: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil (1925-1954). Dissertação (Mestrado em História) Florianópolis: PPGH/UFSC, 1992. p. 19. OBS: Não há um consenso na bibliografia pesquisada sobre o número de quilômetros exatos que o governo disponibilizou para a *Brazil Railway* nas margens de sua ferrovia. Sílvio Coelho dos Santos (1970, p. 28) fala em 8 quilômetros em cada margem; Heinsfeld (1996, p. 105) afirma que o governo cedia gratuitamente as terras devolutas numa faixa de 30 quilômetros de cada lado da ferrovia; Werlang (1992, p. 19) aponta 15 quilômetros, o mesmo número referenciado por Machado (2012, p. 127) e Valentini (2012, p. 106). Renk (1997, p. 42) explica que a concessão inicial promovida pelo governo imperial através do decreto nº 10.432 previa a utilização para colonização de 30 quilômetros ao longo da ferrovia. Esta concessão foi alterada pelo governo republicano, diminuindo a área para 15 quilômetros. A autora, no entanto, não esclarece se esta área se refere a cada um dos lados da linha férrea.

sua saída dos lotes demarcados, não restou muita alternativa para essas populações a não ser abandonar suas terras ou resistir, lutando até a morte contra as tropas federais. Dessa maneira, transcorreram quatro anos de uma verdadeira guerra de guerrilhas, onde foram necessárias 13 expedições de militares e outras tantas de mercenários e jagunços entre 1912 e 1916, para que o governo derrotasse os revoltosos “sertanejos do Contestado”, abrindo caminho para que a *Brasil Railway* continuasse as suas atividades.⁸⁷

Após o fim do conflito do Contestado, com a liberação das terras para a colonização, deu-se início então a migração regular dos colonos de origem europeia do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Descendentes de italianos em sua maioria, acrescidos de uma parcela menor de descendentes de alemães e poloneses, os colonos da chamada terceira geração, sem mais espaço no norte e noroeste do Rio Grande do Sul, passam a visualizar no oeste catarinense uma boa oportunidade de prosperar, tendo em vista a abundância de terras “devolutas” existentes na região, vendidas a preço bem mais baixos que os lotes ainda restantes no Rio Grande do Sul. Além disso, as facilidades no financiamento, a proximidade com as colônias ocupadas por seus parentes, a criação de centros urbanos junto às áreas coloniais, a facilidade de acesso devido às estradas de rodagem e à ferrovia, serviam como grandes estímulos à migração.

Destarte, para dinamizar o processo de colonização do oeste de Santa Catarina (além de obter lucros mais rapidamente), a *Brazil Development and Colonization Company*, subsidiária da *Brazil Railway*, vai vender grandes lotes de terras para outras empresas colonizadoras, pertencentes em sua maioria a empresários do Rio Grande do Sul, as quais, conforme Nodari:

...tornaram-se as principais responsáveis pelo processo de recrutamento e povoamento do Oeste de Santa Catarina. Competia a elas pôr em prática

⁸⁷ Para informações mais detalhadas sobre os diferentes aspectos acerca do conflito do Contestado, buscar: THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro**: a ferrovia do Contestado. 2. ed. Florianópolis, Lunardelli, 1983; AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 1995; PEIXOTO, Demerval. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. 3. v. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente. O público alvo eram os teutos e ítalo-brasileiros, estabelecidos no Rio Grande do Sul, onde já haviam demonstrado a capacidade de colonizar e haviam se mostrado, como foi definido pelo jornal *A República*, em 1932, como “morigerados e trabalhadores”.⁸⁸

O governo estadual, ao conceder terras às companhias colonizadoras, exigia que as mesmas construíssem estradas para interligar a região entre si e com o restante do estado. Desta maneira, como exemplifica Nodari, uma das maiores companhias colonizadoras atuantes na região, a Bertaso, Maia & Cia., estabelece em 1921 um contrato com o governo comprometendo-se a construir a estrada ligando o Goyo-En (Rio Uruguai) a Passo dos Índios (atual município de Chapecó), cuja extensão era de 30 quilômetros, “para pagamento em terras devolutas à razão de 5\$000 o hectare, com a obrigação de colonizá-las em 10 anos; findo o prazo, as terras não colonizadas reverteriam para o estado.”⁸⁹

Ao estado de Santa Catarina couberam ainda algumas ações para facilitar a colonização. Uma delas foi enfrentar e pacificar o “caudilhismo” local, representado pelas figuras de alguns “coronéis”, antigos proprietários de terras e ervais da região.⁹⁰ Em muitos casos, essas pacificações ocorreram através de associações e oferecimento de lucros e cargos políticos para os mandatários regionais. Outra medida desempenhada constituiu-se na fundação de cidades, que serviriam de referência para as colônias. Dessa maneira, em Santa Catarina, no dia 25 de agosto de 1917, o governo estadual cria, através da lei nº 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (depois Joaçaba) e Chapecó.⁹¹

Com a “cooptação” dos interesses dos fazendeiros, a situação dos nacionais vai tornar-se ainda mais difícil. A apropriação das terras por estas populações, antes feita pela posse de determinados sítios, inclusive

⁸⁸ NODARI, 2009, Op. cit., p. 34.

⁸⁹ Ibid. p. 35.

⁹⁰ RENK, 1997, Op. cit., p. 49.

⁹¹ NODARI, 2009, Op. cit., p. 29.

dentro das fazendas, era tolerada ou mesmo incentivada pelos proprietários, pois os mesmos mantinham uma relação recíproca com os posseiros, isto é, ao garantir a posse dos terrenos, permitia-se o cultivo de produtos agrícolas, a extração de erva e madeiras que serviam ora para a manutenção dos caboclos e dos próprios fazendeiros, ora abastecendo o mercado interno com produtos agrícolas.⁹² Além disso, com a presença dos trabalhadores caboclos, garantia-se mão de obra barata para todos os afazeres das fazendas.

Após a chegada dos colonos de origem⁹³ esta característica vai ser modificada, pois estes desempenham um sistema produtivo baseado na pequena propriedade, com predomínio da mão de obra familiar e de cultivos diversos para comercialização. Os colonizadores dedicavam-se principalmente ao cultivo de milho, feijão e legumes para o consumo. Como a venda dos excedentes ainda era muito difícil, os colonizadores iniciaram a criação de suínos, que inicialmente eram comercializados em Curitiba e São Paulo e, aos poucos, foram sendo estabelecidas as bases para a futura agroindústria de carnes na região.⁹⁴ A partir da década de 1940, após os incentivos perpetrados pelo governo estadual, a região entrou em um grande processo de desenvolvimento econômico, advindo com o desenvolvimento agrícola e industrial.

O movimento desta nova frente acaba por contribuir ainda mais para o deslocamento dos antigos habitantes das matas e campos do oeste catarinense, os trabalhadores nacionais e indígenas. Estes, tendo pouca ou nenhuma chance de inserção nos planos do governo e das companhias colonizadoras, tornaram-se obstáculos que precisavam ser removidos com urgência. No caso dos nacionais, muitos acabavam abandonando as áreas, internalizando-se cada vez mais pelos sertões ainda existentes. Outros se estabeleceram como agregados, trabalhadores braçais e tarefeiros nas periferias dos núcleos urbanos que aos poucos iam surgindo. Muitos deles acabaram coabitando com os indígenas nas áreas

⁹² RENK, 1997, Op. cit., p. 96.

⁹³ Utilizarei a expressão “colonos de origem” quando referenciar os colonizadores descendentes de europeus (alemães e italianos em sua maioria) oriundos das antigas colônias do Rio Grande do Sul. Optei por esta referência por ser a mais usual encontrada na bibliografia específica para diferenciar os colonos de origem europeia dos camponeses nacionais (também denominados “brasileiros”).

⁹⁴ PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. In: **Saeculum**: Revista de História (14) João Pessoa, Jan./Jun. 2006, p. 126.

então demarcadas. Nestas, passam a conviver segundo os preceitos sócio-culturais indígenas, formam novas famílias e, muitas vezes, tornam-se membros reconhecidos pela comunidade que os acolheu.

Com relação aos indígenas, Clovis Brighenti considera que a sua desterritorialização foi a grande marca deixada pelas políticas implementadas pelo governo de Santa Catarina na primeira metade do século XX. Tendo em vista a velocidade com que muitas áreas foram vendidas às companhias colonizadoras, somente duas reservas indígenas foram criadas até a década de 1980: uma no oeste (Posto Indígena Xaçepó) e outra no Vale do Itajaí (Posto Indígena Duque de Caxias).⁹⁵ Segundo o autor, “esses eram os ‘lugares de índios’, mais do que Guarani, Kaingang ou Xokleng, esses eram os locais do índio genérico, o índio transitório, o índio que em breve deixaria de ser índio, na interpretação do estado.”⁹⁶

Neste contexto, os indígenas habitantes do oeste catarinense, em sua maioria, começam a ser concentrados na área reservada em 1902 pelo governo do Paraná, entre os rios Chapecó e Chapecozinho, em área próxima ao antigo Toldo Formigas. Esta reserva, tendo a maioria dos seus habitantes constituída por indígenas da etnia Kaingang, será alvo ainda de muitas investidas de madeireiros, colonos e posseiros ao longo do século XX, sendo envolvida em uma série de conflitos e expoliações até ser homologada como Terra Indígena Xaçepó em 1991.

1.3. De Toldos a Postos: a trajetória histórica de Nonoai e Xaçepó

As parcelas territoriais aqui apresentadas, foram ocupadas e manejadas de acordo com as características socioculturais dos Guarani e dos Kaingang durante muitos séculos. Com a invasão colonial, estes locais sofreram impactos profundos, que se potencializaram a partir da segunda metade do século XIX, em virtude do avanço das frentes de expansão de colonos de origem europeia.

⁹⁵ BRIGHENTI, Clovis Antonio. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, A. L.; ROSA, H. A.; BRINGMANN, S. F. (orgs.) **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre, Pallotti, 2012, p. 264.

⁹⁶ Ibid. p. 265.

O incremento populacional reduziu as áreas de ocupação e circulação dos povos indígenas. Este fato acaba por gerar uma série de debates e ações por parte das autoridades políticas e econômicas regionais, originando algumas propostas de leis de cunho emergencial, voltadas muito mais para evitar conflitos e garantir uma ocupação pacífica pelos colonizadores, do que para proporcionar a defesa das terras ocupadas pelos indígenas. Dessa maneira, concordo com Manuela Carneiro da Cunha, quando a mesma afirma que o processo colonizador que atingiu as áreas indígenas de maneira irreversível, em síntese, foi reflexo de uma política indigenista flutuante e pontual, que em larga medida foi subsidiária de uma política de terras.⁹⁷

Os povos indígenas que resistiram de alguma forma aos avanços da sociedade luso-brasileira e europeia acabaram sendo expulsos de suas áreas de ocupação, encaminhados para estabelecimentos concebidos especificamente para eles ou, como aconteceu em muitos casos, foram sendo exterminados aos poucos. Os locais de confinamento dos indígenas, conhecidos sob diversas denominações ao longo dos séculos, a exemplo dos “aldeamentos”, das “aldeias” ou “colônias indígenas”, proliferaram-se por todo o território brasileiro. Estes estabelecimentos, instituídos durante os períodos colonial e imperial, foram idealizados para organizar as populações indígenas consideradas obstáculos ao progresso da nação, integrando-as a uma ordem colonial emergente. Neste sentido, foi fundamental a articulação entre Estado, Igreja e agentes colonizadores para garantir o sucesso de tais empreendimentos, conforme destacado por Maria Regina Celestino de Almeida:

Do século XVI ao XIX, as aldeias indígenas integraram o projeto de colonização e, ao longo desse tempo, adquiriram diferentes funções e significados para os índios, colonos e missionários. A realização das expectativas desses grupos dependia das relações de aliança e disputa que se estabeleciam entre eles na vivência colonial. Tais expectativas se alteraram ao longo dos séculos por vários fatores incluindo, além das diferenças lógicas dos períodos da história da colonização, a dinâmica das relações entre os atores envolvidos.⁹⁸

⁹⁷ CUNHA, 1992, Op. cit., p. 138.

⁹⁸ ALMEIDA, Op. cit., 2003. p. 80.

Projetos de concentração de indígenas em locais específicos não eram exatamente uma novidade na região Sul do Brasil no século XIX, tendo em vista as experiências anteriores com as populações Guarani, que vivenciaram um processo de centralização através das reduções do Guairá e do Tapes no século XVII e das missões jesuíticas dos chamados “Sete Povos”, no século XVIII. Em termos de política de concentração indígena em locais pré-estabelecidos pelos governos provinciais no século XIX, há destaque para o Decreto nº 426, de julho de 1845, o qual também atende pelo nome de *Regulamento* ou *Regimento das Missões*.⁹⁹ Promulgado em 1845, este regulamento é considerado por Manuela Carneiro da Cunha como o único documento indigenista geral do Império, funcionando mais como um instrumento administrativo do que propriamente político, já que é através dele que iria se prolongar o sistema de aldeamentos existentes em muitas províncias, além de criar outros nas províncias que não contavam com estes sistemas de concentração de indígenas.¹⁰⁰ Sejam eles leigos ou dirigidos por missionários, os aldeamentos foram pensados para facilitar a assimilação completa dos índios à sociedade nacional.

A importância desse regulamento para o presente estudo está no fato de que é através das suas prerrogativas que serão construídas as bases para a concepção do aldeamento de Nonoai, na região norte da então província do RS. O aldeamento de Nonoai, juntamente com o aldeamento de Guarita, no noroeste, deram início a um processo sistemático de concentração das populações Kaingang espalhadas pelas áreas do planalto da província. Com relação aos indígenas que habitavam a região do atual oeste catarinense no fim de 1845, foram encontradas informações sobre a configuração de uma área específica para a concentração dos índios “errantes” da margem direita do Rio

⁹⁹ Trata-se do “Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios” (Decreto nº 426 de 24/07/1845), que estabelece as diretrizes gerais da política indigenista do Império. Através do Decreto nº 426, complementam-se as atribuições do Ato Adicional de 12 de maio de 1834, que previa para as assembleias provinciais a função de legislar sobre a catequese e civilização dos indígenas e da Lei de 21 de Junho de 1841, que autorizava os governos provinciais a estabelecer missões nas áreas indígenas. Com o novo Regulamento de 1845, toda a responsabilidade da catequese e aldeamento dos indígenas fica a cargo das províncias, as quais, deveriam criar cargos de Diretores Gerais e Diretores de Aldeamentos. Ver: CUNHA, 1992.

¹⁰⁰ Ibid. p. 139.

Uruguai. Trata-se do aldeamento dos Campos de Palmas¹⁰¹, organizado pela província de São Paulo, que à época ainda mantinha sob sua jurisdição todo o território estendido até o rio Uruguai. É importante destacar que, mesmo que este aldeamento não se refira especificamente ao futuro Posto Indígena Xaçecó, com certeza abrigou indígenas da região dos Campos do Xanxerê, em cujo local, a partir de 1882, será instalada a Colônia Militar do Chapecó, um marco importante para a compreensão da instalação de um aldeamento indígena na região do rio Chapecó. Voltarei aos pormenores específicos de cada aldeamento mais adiante.

Se a política indigenista produzida no período colonial foi considerada contraditória, vacilante e hipócrita devido às pressões sofridas pela coroa portuguesa por parte de colonizadores e missionários¹⁰², a legislação do século XIX não foi muito mais competente no que se refere à garantia das territorialidades indígenas. Configurada em estratégias discursivas bem definidas e de acordo com os propósitos das elites político-econômicas, a legislação indigenista imperial quase sempre conferiu aos sujeitos indígenas o caráter de obstáculo ao avanço e progresso da civilização. Como o processo civilizatório era considerado inexorável, entendia-se que os indígenas estariam fadados ao desaparecimento e, “condenados de antemão pelo seu encontro com o caráter monolítico e impositivo da sociedade nacional [...], teriam como destino fatal desfazer-se no espaço homogêneo da nacionalidade.”¹⁰³

A partir desta lógica, efetiva-se uma política de centralização em meados do século XIX, cuja finalidade primordial era livrar da presença indígena áreas extensas destinadas à colonização europeia. Além disso, iniciou-se em diversas regiões, a instalação de centros agrícolas e colônias militares, cujas incumbências visavam proporcionar, além da defesa das fronteiras, o incremento de técnicas de produção agrícola e

¹⁰¹ DISCURSO 07/01/1847. **Discurso recitado pelo excellentíssimo senhor marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, presidente da província de S. Paulo, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 7 de janeiro de 1847.** S. Paulo, Typ. do Censor (Em Palacio), 1847.

¹⁰² PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII).** In: CUNHA, 1992, Op.cit., p. 116.

¹⁰³ PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. O sentido histórico da noção de cidadania no Brasil: onde ficam os índios? In: Comissão Pró-Índio/SP. **O Índio e a Cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 20.

pecuária aos seus ocupantes, com vistas à obtenção de excedentes para o abastecimento dos mercados regionais. Como consequência da criação destes mecanismos centralizadores, ocorre a exploração paulatina das áreas reservadas aos indígenas por parte de autoridades político-econômicas regionais. Esta exploração funcionou através de duas formas mais recorrentes: primeiro, com a extração dos recursos naturais e, segundo, com a utilização da mão de obra indígena, a qual, ainda que depreciada, foi amplamente requisitada para os diversos tipos de trabalhos.

Ainda que estas características sejam referências marcantes do período imperial, é importante lembrar que as mesmas não tiveram grandes alterações com o advento do regime republicano, como destaca Leandro Mendes Rocha:

Se, durante o Império, foram o liberalismo e o romantismo que forneceram as bases para o arcabouço ideológico da política indigenista, concretizada pelo binômio civilização e catequese, com a Proclamação da República, será o evolucionismo, em suas vertentes positivista ou liberal, até os anos 30, e nacional-desenvolvimentista, no período pós-1930, que terá como tarefa garantir os elementos para a ideologia orientadora da ação indigenista do Estado brasileiro, concretizada, inicialmente, pela “proteção fraternal”, e posteriormente, pelo “integracionismo harmonioso”.¹⁰⁴

As características evolucionistas e desenvolvimentistas da legislação indigenista republicana são bastante perceptíveis na trajetória dos Postos Indígenas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Contudo, surge como grande desafio neste momento, perceber o quão análogas ou díspares foram as políticas relacionadas aos indígenas nas duas províncias/estados, pensando desde sua formação, ainda no período imperial, até a inserção do SPI como órgão responsável pelos dois Postos, em 1941.

A análise da trajetória histórica que remonta à criação dos aldeamentos indígenas no século XIX até o estabelecimento dos Postos

¹⁰⁴ ROCHA, 2003, Op. cit., p. 45.

Indígenas Nonoai e Xaçecó, no século XX, torna-se fundamental porque permite compreender como foram estabelecidas as bases para a intervenção do SPI nestas duas áreas. Destarte, analiso o processo de constituição e desenvolvimento das áreas indígenas de Nonoai e Xaçecó a partir da promulgação do Regulamento das Missões, buscando alcançar uma compreensão mais detalhada sobre o desenvolvimento das mesmas até a interferência estatal do SPI. Para proceder com esta análise, foi necessário considerar o processo em seus aspectos similares e distintos, enfocando as aproximações e distanciamentos entre a legislação nacional e as concepções indigenistas próprias de cada província/estado.

Em se tratando de uma história indígena, mais especificamente uma história do povo Kaingang, comparar as trajetórias dos Postos Indígenas de Nonoai e Xaçecó torna presumível uma comunicação entre si, pois além de se referir a duas áreas relativamente próximas, ainda que separadas pelo Rio Uruguai, elas abrigam povos de mesmas matrizes etnolinguísticas e inclusive, com laços de parentesco bastante fortes entre si. Assim sendo, busquei estudar paralelamente as duas áreas indígenas, apontando semelhanças, disparidades e complementaridades encontradas durante a pesquisa. Esta metodologia permitiu abordar de forma mais criteriosa a história da formação destes dois estabelecimentos indígenas, criando assim uma perspectiva condizente com as orientações da “nova história indígena”.

1.3.1. Dos Toldos ao Aldeamento: a configuração de Nonoai durante o Império

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul vivia, no início de 1846, um período de relativa tranquilidade após o fim da Revolução Farroupilha, que assolara durante 10 anos grande parte do território gaúcho. A partir desse ano, a província passa a ser gradativamente reestruturada, tendo inclusive reiniciado a ocupação dos espaços deixados de lado durante a guerra. No que tange à retomada da colonização, o governo provincial passa a dar especial atenção à região serrana e aos seus contrafortes, bem como o Planalto, com suas potenciais áreas de colonização e de criação, respectivamente.

Devido aos longos anos de conflito, a província padecia com as precárias estradas e falta de pontes que interligassem as regiões. Por isso mesmo, a prioridade de investimentos voltou-se para a consecução de

diversas obras públicas, no sentido de facilitar e dinamizar a ocupação das áreas destinadas à colonização. Os maiores investimentos são voltados para a infraestrutura, concentrando esforços na abertura de estradas e canais, na construção de pontes, drenagens de áreas pantanosas e destruição de cachoeiras; obras estas consideradas fundamentais para facilitar as comunicações entre as cidades e vilas das regiões mais isoladas e estas com a capital.

No entender do presidente Luís Alves de Lima e Silva (nesta época ainda Conde de Caxias) estas obras eram fundamentais naquele momento de reorganização político-econômica da província, pois as mesmas, na concepção do estadista, “estreitam os laços de confraternidade, animam o commercio, despertam a industria, e augmentam a fonte de riquezas.”¹⁰⁵ Multiplicaram-se, dessa maneira, construções de vias de escoamento de pessoas, gado, produtos agrícolas e manufaturas pelas regiões mais remotas da província e inclusive para fora dela.¹⁰⁶

Havia, porém, alguns obstáculos que atravancavam os projetos do presidente Caxias. As obras de abertura de estradas e picadas na região centro-norte, mais especificamente nas proximidades de Cruz Alta e Passo Fundo, por exemplo, enfrentavam alguns entraves com as populações indígenas existentes naquelas paragens. As ações dos indígenas, que há tempos resistiam à invasão nas áreas de colonização e agora atacavam os viajantes e fazendeiros do Planalto, suscitaram rápidas deliberações por parte do presidente, conforme destacado em seu relatório para a Assembleia Legislativa Provincial em março de 1846:

¹⁰⁵ RELATÓRIO 01/03/1846. **Relatorio com que abriu a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1.o de março de 1846, o exm.o sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia.** Porto Alegre, Typ. de L.J. Lopes, 1846. p. 23.

¹⁰⁶ Para Telmo Marcon, a abertura de estradas foi o primeiro passo para a conquista dos territórios indígenas na região do Planalto e Alto Uruguai. Entre as estradas construídas desde princípios do século XIX, a que contribuiu mais para o processo de aldeamento na região norte foi a conhecida Estrada das Missões, que interligou Sorocaba (SP) e Cruz Alta (RS), passando pela região de Ponta Grossa (PR), pela região oeste de Santa Catarina, na região do Goioem, seguiu por Nonoai até Cruz Alta. “Desta forma, a estrada penetrou nas matas do Alto Uruguai, densamente povoadas de índios que reagiram dando origem a inúmeros conflitos.” MARCON, Telmo. O Processo de Aldeamento Indígena no Rio Grande do Sul. In: MARCON et alli., 1994, Op. cit., pp. 96-98.

Para afugentar os bugres selvagens que atacavam os viajantes nas picadas do Matto Portuguez e Castelhana, ordenei ao Tenente Coronel Antonio Maria, Commandante do 2º Batalhão de Caçadores, e da Guarnição da Cruz Alta, que mandasse alargar com mais de 20 braças as ditas Picadas na extensão de 2 légoas e meia pelo Matto Portuguez e de meia legoa pelo Castelhana, empregando n'esse serviço para maior economia 100 praças do dito Batalhão vencendo a gratificação de 200 réis diários, e authorizando-o a chamar paisanos habituados a esse trabalho, vencendo, além de uma etapa, 320 réis diários; esta obra está feita e é mais uma soffrível estrada que tem a Província.¹⁰⁷

Na ocasião em que Caxias administra a província, não existia ainda uma política oficial de aldeamentos colocada a efeito pelo governo. Alguns núcleos Guarani restavam na região das antigas Missões Jesuíticas, estando grande parte dos mesmos em processo de miscigenação com a população luso brasileira, em fenômeno semelhante ao que ocorreu com os sobreviventes Charrua do extremo sul da província.¹⁰⁸ Outros grupos circulavam ainda pelas áreas de matas e campos do Planalto, onde existiam refúgios dos Kaingang (então descritos na documentação como Coroados). Estes, embora vivendo já as consequências das pressões territoriais das frentes de expansão,

¹⁰⁷ RELATÓRIO 01/03/1846, Op. cit., p. 25.

¹⁰⁸ Os Charrua constituíram um povo indígena habitante das regiões do chamado Pampa sul americano, que abarca praticamente todo o território uruguaio, bem como o leste argentino e extremo sul brasileiro. São descritos na bibliografia como extremamente resistentes à colonização espanhola, o que lhe causou uma série de perseguições e campanhas de extermínio, entre o início do século XVIII e meados do século XIX. A resistência Charrua foi severamente combatida, ocorrendo diversas perseguições e massacres destes indígenas, como nos eventos conhecidos como na Batalha de Yi, em 1702 e na Matanza de Salsipuedes em 1831. Para maiores informações sobre os Charrua, ver: BECKER, Itala. **El Índio y La Colonización: Charruas y Mínuanes**. São Leopoldo: IAP. 1982; VIDART, Daniel. **El mundo de los charrúas**. Montevideo: Banda Oriental, 1996; PICERNO, José Eduardo. **El Genocidio de La Población Charrua**. Montevideo: Ed. del autor. 2010.

possuíam ainda alguns espaços de refúgios nas matas e campos restantes naquela região.

Por conta da diminuição de suas áreas de domínio, muitas das características tradicionais dos Kaingang, incluindo suas práticas agrícolas e religiosas, já se encontravam seriamente comprometidas naquele momento, tendo em vista a circularidade territorial que foram obrigados a manter para escapar das pressões do governo e das companhias colonizadoras, com suas estratégias de ampliação das áreas coloniais no leste e centro da província. Em vista desta pressão, as populações indígenas procuraram manter-se em relativa unidade, concentrando-se em agrupamentos nas regiões do Planalto Médio e Alto Uruguai, em locais que foram denominados Toldos.¹⁰⁹

Os indígenas habitantes dos Toldos já mantinham um grau de contato bastante frequente com os fazendeiros e algumas relações comerciais com os tropeiros e viajantes que cruzavam as picadas do Planalto. Com a abertura da Estrada das Missões (como era conhecida a estrada que ligava Sorocaba à Cruz Alta), estas relações se intensificaram, já que muitos comerciantes e fazendeiros começaram a se fixar nas margens da mesma. A própria abertura de estradas e picadas contou com intensa utilização de mão de obra dos indígenas, os quais, ironicamente, foram incumbidos de abrir as vias que possibilitariam aos colonizadores a conquista gradativa de suas terras, tendo em vista que as estradas abertas eram as únicas alternativas de penetração nas matas do Alto Uruguai.¹¹⁰

Contudo, também foi a partir dos Toldos que muitos dos caciques Kaingang elaboraram e lideraram ataques nas áreas de colonização e nas fazendas de criação, causando muitos transtornos à população destes

¹⁰⁹ Esta expressão refere-se a acampamentos temporários ou fixos de indígenas já contactados, mas ainda sem a influência de uma política oficial de concentração por parte do governo. Geralmente os toldos eram formados por grupos que variavam em média de 20 a 300 indígenas liderados por um cacique principal e alguns caciques subordinados. Sobre os Toldos dos índios no Rio Grande do Sul, não há muitas informações no que concerne a nomes e localização exata. Nos relatórios dos presidentes de província e ofícios de missionários e diretores de aldeamentos, há referências de que esses Toldos geralmente eram circunvizinhos às vilas e cidades, o que permitia um contato para trocas e mesmo saques a viajantes pelas picadas e estradas da região. Muitos dos Toldos acabaram dando origem aos aldeamentos oficiais do governo e outros foram extintos com o avanço das frentes de expansão.

¹¹⁰ MARCON, 1994, Op. cit., p. 104.

espaços.¹¹¹ Em consequência do recrudescimento das incursões indígenas nos lotes coloniais e fazendas, o governo provincial reconhece a necessidade de intervir no sentido de pacificar os indígenas e livrar as áreas para o livre trânsito dos tropeiros e posteriormente para as novas levas de imigrantes que chegavam da Europa. Espalhados como estavam, tornava-se mais fácil para os indígenas esconder-se das represálias auferidas pelas autoridades policiais regionais.

Destarte, o governo provincial lança mão em fins de 1845 de uma comitiva para “estudar” as possibilidades de concentrar os índios dos Toldos em locais com maior possibilidade de controle do governo. Para a tarefa, o presidente Caxias designou um missionário Jesuíta, o Padre Antonio de Almeida Leite Penteado, que havia se oferecido para levar as “luzes do cristianismo” aos indígenas daquelas paragens, além de um militar, o Tenente Francisco Ferreira da Rocha Loures, que por já ser conhecedor da região, tornou-se o responsável por explorar o terreno e instruir os indígenas na preparação de roças e utilização de ferramentas.¹¹²

Com isso, em 1846, e portanto, já sob os auspícios do Decreto nº 426, são implantados os primeiros núcleos voltados para a concentração dos indígenas na província. O Aldeamento de Nonoai, localizado no Distrito de Passo Fundo, é considerado pelo presidente Manoel Antônio Galvão o mais bem localizado em relação aos demais, contando com uma “extensão de sete legoas, abunda de agoas, de matos e de campos.”¹¹³ Seus limites ao norte margeavam o Rio Uruguai e a leste

¹¹¹ Há uma farta bibliografia que trata das ações dos líderes indígenas habitantes dos Toldos e dos aldeamentos, os quais organizaram incursões aos lotes coloniais e fazendas, nos quais se apropriavam de objetos de metal, roupas e utensílios diversos. Há relatos sobre sequestro de mulheres e crianças, além de mortes ocorridas durante os ataques. Entre os principais líderes Kaingang que atuaram na província do Rio Grande do Sul em meados do século XIX, podem ser citados os caciques Braga, Doble, Pedro Nicafim, Fongue, Manoel Grande, Nonohay, Antônio Prudente e ainda Victorino Condá, que mantinha uma transitoriedade também entre os Campos de Palmas e de Guarapuava. Maiores detalhes sobre a ação destes caciques podem ser encontrados em: BECKER, 1976; MABILDE, 1983; LAROQUE, 2000; BRINGMANN, 2010.

¹¹² RELATÓRIO 01/03/1846, Op. cit., pp. 21-22.

¹¹³ RELATÓRIO 05/10/1847. **Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848.** Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847. p. 13.

tinha como limite o Arroio de Passo Fundo das Missões, contando com estradas que ligavam à Guarita, atravessando o rio Uruguai, seguindo para Palmas, Guarapuava e Curitiba.¹¹⁴ O limite ao leste foi estabelecido pelo rio da Várzea e ao sul pelo lajeado Papudo. Fernandes destaca que uma demarcação foi efetuada pelo governo provincial em 1856, com uma área de aproximadamente 428 mil hectares.¹¹⁵

Ainda que Nonoai fosse a “menina dos olhos” das autoridades provinciais, outros aldeamentos voltados para a concentração dos Kaingang são organizados, os quais, apesar de gozarem de menor importância por sua baixa contingência de indígenas, nem por isso são menos importantes para os objetivos do governo provincial. Destacam-se, entre os quatro principais da província, os aldeamentos de Nonoai, ao norte; Guarita, no extremo noroeste; Campo do Meio, próximo ao município de Cruz Alta e Pontão, na região dos campos de Vacaria, a leste. Com relação à população Guarani, procurou-se concentrar os mesmos no Aldeamento de São Nicolau, próximo à Rio Pardo, na região central da província.

Ao primeiro diretor do Aldeamento de Nonoai, o Tenente João Cypriano da Rocha Loures¹¹⁶, é outorgada a responsabilidade de organizar os trabalhos de construção das habitações e plantações para os indígenas. Segundo o relatório de Galvão, baseado em informações de Rocha Loures, em seu primeiro ano de funcionamento o aldeamento de Nonoai mantinha entre 80 a 100 índios de todas as idades. Esta informação, no entanto, é contestada pelo Comandante da Companhia de Pedestres¹¹⁷, Marcelino José do Carmo, o qual afirma que “a

¹¹⁴ NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 32.

¹¹⁵ Não há registros oficiais que apontam este número, dessa forma, o autor baseia estas dimensões através do cálculo dos limites estabelecidos pelo governo provincial, apresentado por Itala Becker como uma área de “10 léguas em quadrado”, destinada aos Coroados. FERNANDES, 2003, Op. cit., p. 205.

¹¹⁶ João Cypriano da Rocha Loures era irmão do Tenente Francisco Ferreira da Rocha Loures, o responsável pela abertura da Estrada das Missões e membro da expedição do Padre Antônio de Almeida Leite Penteado que identificou os locais apropriados para a instalação dos aldeamentos em 1845. Eram filhos de Antônio Ferreira da Rocha Loures, um dos conquistadores dos Campos de Guarapuava em 1810.

¹¹⁷ A Companhia de Pedestres de Passo Fundo foi criada em Agosto de 1846, com a função de vigilância aos aldeamentos e áreas adjacentes, impedindo que ocorressem tumultos entre os indígenas e entre estes e pessoas de fora. Além

residencia ordinaria dos Indios no Aldeamento não passa de 12 a 20, pela maior parte dos já aldeados em Garapuava; que os da vizinhança de Nonohay não parão no lugar.”¹¹⁸ Ainda segundo o Capitão Marcelino, apesar de contar com o auxílio dos líderes Victorino Condá e Pedro Nicafim na arregimentação de indígenas para o aldeamento, naquele, “não havendo senão carne e essa escaça, voltão aos seus toldos, dous dos quaes afora o do Cacique Nicofé, estão na proximidade de Nonohay, um a distancia de 6 e o outro de 14 legoas.”¹¹⁹

É significativo observar alguns aspectos contraditórios entre os dois discursos, pois, enquanto Rocha Loures reitera a eficácia do Aldeamento de Nonoai, ao referir que o mesmo atendia aproximadamente 200 indígenas, o que seria extremamente louvável para o primeiro ano deste aldeamento, o Capitão da Companhia de Pedestres contesta os números apresentados, reduzindo-os a menos de 10% do suposto contingente apontado pelo diretor. É possível inferir que Rocha Loures estivesse interessado em nobilitar sua função e em aumentar seu status frente às autoridades provinciais, pois, na mesma documentação, consta sua reivindicação para a nomeação de um vice-diretor e um escrivão, além de solicitação para assumir a direção da Companhia de Pedestres.¹²⁰ O acúmulo destas funções, por conseguinte, deveria vir seguido de maiores verbas para o aldeamento e consequentemente, pelo aumento de seus vencimentos.

A contestação de Marcelino do Carmo, motivada pela ameaça que se fazia ao seu cargo, acaba por denegrir a imagem do diretor Rocha Loures, pois considerou-se que o mesmo se preocupava muito mais com as benesses do cargo do que propriamente com a situação do aldeamento. Dessa maneira, por conta das denúncias de improbidade administrativa, o diretor passa a ter seu trabalho seriamente criticado pelo próprio presidente Galvão, como destacado em seu relatório de 1847:

Não tendo mandado fazer roças o Inspector Loures, não podia o Aldeamento offerecer as vantagens, nem desempenhar os fins para que fora creado: foi perdida pois parte dessa despesa: nem

disso, arregimentavam-se ferreiros e carpinteiros para auxiliar nas atividades de estruturação dos aldeamentos.

¹¹⁸ RELATÓRIO 05/10/1847. Op. cit., p. 14.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Ibid.

uma participação regular e periodica tive dessas apresentações de Índios, nunca me deo parte de não ter feito plantações, nem dos motivos, que o embargarão, e a qualidade mixta de Collector e Inspector de Aldeamentos não podem estar unidas.¹²¹

O descaso de Rocha Loures para com a manutenção do aldeamento, combinado com a falta de um Diretor Geral para coordenar seu trabalho e a resistência de muitas lideranças indígenas em aldear-se, acabam por tornar o Aldeamento de Nonoai um grande fracasso nos seus primeiros anos. Muitos indígenas insistiam em manter-se em seus Toldos e, somente quando o governo procedia com a distribuição de roupas, ferramentas e comida, alguns deles dirigiam-se à Nonoai, para obter seus artefatos e mantimentos. Logo após, retiravam-se para seus locais de origem. Da mesma maneira, o malfadado projeto de aldeamento também não conseguia impedir as incursões de indígenas nas fazendas, picadas e lotes coloniais. As “correrias”, como eram conhecidas essas incursões, continuavam atormentando os viajantes e moradores da região.

Havendo a necessidade urgente de um Diretor Geral para dar conta dos desvios de conduta dos diretores de aldeamentos, em 1847 é nomeado o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves para o cargo de Diretor Geral dos Índios da Província.¹²² Com sua influência, o governo conseguiu aumentar a fiscalização sobre os aldeamentos e sobre os gastos despendidos para com a manutenção dos índios nos mesmos.

Alertado sobre a situação em que se encontrava o Aldeamento de Nonoai, Andrade Neves expõe ao presidente da província que: “Ao Director interino João Cípriano da Rocha Loires já Officiei para que quanto antes se apresente a prestar contas na Administração da Fazenda Provincial, [...] dos dinheiros que recebeo para despezas do Aldeamento

¹²¹ Ibid.

¹²² O cargo de Diretor Geral dos Índios é um dos preceitos estabelecido pelo Regulamento das Missões e tinha como função principal coordenar os investimentos na infraestrutura dos Aldeamentos, bem como fiscalizar as ações dos diretores de cada um destes estabelecimentos governamentais. Cabia aos diretores subordinados relatar as ocorrências e as necessidades para o Diretor Geral, que solicitava ações e recursos diretamente ao Presidente da Província.

de Nonohay.”¹²³ Frente às pressões e dúvidas sobre sua conduta e sem conseguir comprovar as despesas efetuadas, o Tenente João Cypriano Rocha Loures acaba pedindo demissão do cargo. Pedido esse imediatamente aprovado pelo Diretor Geral, o qual, ao justificar a demissão ao presidente Soares D’Andréa, afirma que, “além de Rocha Loures não ter as qualidades precisas para ocupar o cargo, foi negligente no cumprimento de seus deveres.”¹²⁴

O afastamento de Rocha Loures do cargo de diretor do Aldeamento de Nonoai vai ter como resultado a abertura de espaço para a influência dos missionários jesuítas, deixados de lado após seu auxílio no início da criação dos aldeamentos provinciais. Em janeiro de 1848, o presidente Galvão assina uma portaria que autorizava o início da catequese entre os índios de Nonoai, o que foi referendado por seu sucessor na presidência, Francisco José de Souza Soares D’Andrea, o qual autorizaria ainda aos jesuítas assumirem a diretoria do mesmo aldeamento.¹²⁵

A orientação da presidência da província aos missionários jesuítas era para que os mesmos tentassem contornar o estado de abandono em que se encontrava Nonoai, o qual, naquele momento, mostrava-se bastante problemático e em vias de ser completamente abandonado pelos indígenas e funcionários. Os padres ficariam incumbidos ainda de “em Missão especial, percorrerem as mattas do Uruguay, os Toldos já visitados e os errantes e de chamar os Índios à Religião Christã e a civilização.”¹²⁶

O Padre Bernardo Parés, superior dos jesuítas no Rio Grande do Sul, tornou-se o responsável pela distribuição de vários missionários aos outros aldeamentos da província, para auxiliarem os diretores leigos na

¹²³ OFÍCIO 08/07/1848. **Ofício de José Joaquim Andrade Neves ao presidente Francisco José de Souza Soares de Andréa.** Directoria Geral dos Índios da Província. Rio Pardo. 8 de Julho de 1848. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

¹²⁴ NONNENMACHER, 2000, Op. cit., p. 34.

¹²⁵ AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingang, 1848-1851. **Perspectiva Teológica.** Belo Horizonte: Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, jan./abr. 1983. pp. 95-96.

¹²⁶ RELATÓRIO 04/03/1848. **Relatorio do vice-presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de março de 1848, acompanhado do orçamento para o anno financeiro de 1848-1849.** Porto Alegre, Typ. do Porto Alegreense, 1848. p. 24.

catequese e civilização dos indígenas. Dessa forma, em 1849, atuam em Nonoai, além de Bernardo Parés, os padres Luís Santiago Vilarubia e Juliano Solanellas; em Guarita atuam os padres Luis Cots e Inácio Gurri; e, no Pontão, os padres Miguel Cabeza e Pedro Saderra.¹²⁷ Posteriormente, o Padre Parés se transfere para outro aldeamento nos Campos de Erexim (provavelmente Campo do Meio).¹²⁸ Com exceção de Nonoai, em que o Padre Bernardo Parés assume a diretoria em 1849, após a demissão do Diretor Joaquim da Silva Portela (sucessor de Rocha Loures), as outras aldeias contam com diretores leigos.

É importante destacar que, mesmo demonstrando algum sucesso com relação à arregimentação de indígenas para os aldeamentos, bem como no ensino de práticas agrícolas para os aldeados, os missionários jesuítas mantiveram a mesma ineficaz estratégia de concentração de várias facções Kaingang em um mesmo local. Este aspecto contribuiu para os diversos desentendimentos entre os caciques e seus comandados, relatados em diversos ofícios e relatórios. Como resultado desses conflitos, os trabalhos agrícolas e os ensinamentos religiosos ficavam atravancados, pois eram frequentes as retiradas de grupos rivais para as matas.

Embora algumas lideranças tenham efetuado alianças com o governo para auxiliar na arregimentação de indígenas (como o caso dos caciques Kondá e Doble), outros caciques demonstravam-se extremamente resistentes à ideia de resignar-se aos aldeamentos, impondo pesada resistência aos que tentassem fazê-lo. Vários casos de ataques vinculados a grupos não aldeados nos aldeamentos provinciais são registrados por diretores, que solicitam medidas urgentes ao governo provincial para controlar as “hordas selvagens”. Por causa destas ocorrências, o próprio Padre Bernardo Parés, que nunca vislumbrou com bons olhos a presença de forças militares nos aldeamentos, começa a rever seus princípios em 1850, conforme descreve em ofício ao presidente José Antonio Pimenta Bueno:

Outra hora, V. E. não erro eu de parecer que houvesse soldados nos aldeamentos; mas depois que vi as circunstancias particulares d’estes indígenas, julgei d’outro modo, e muito mais quando aos chefes principaes pedirem e exigirem uma força que os proteja, pois sabem por não

¹²⁷ AZEVEDO, 1983, Op. cit., p. 103.

¹²⁸ BRINGMANN, 2010, Op. cit., p. 153.

remotas experiências que o Bugre selvagem é sempre inimigo dos Aldeados. A mais de que há ainda alguns dos mesmos aldeados que não é fácil conter, sem huma força que imponha respeito. Hé por isso que eu decia outra vez que se não se manda uma força que mantenha a ordem e os proteja no Aldeamento, será logo preciso crear outra que os persiga nos Mattos. Muito temo que se portanto não se mandar ao Nonohay huma força de 30 ou 40 praças, se perca o pouco que com tantas despesas e trabalho se tinha adiantado; e isto mesmo annunciaão os mais sagases e ladinos d'elles.¹²⁹

Cabe lembrar que, neste momento, a Companhia de Pedestres de Passo Fundo já havia sido dissolvida devido aos grandes gastos que o governo dispndia para a manutenção da mesma. Dessa forma, não havia garantias de proteção nos aldeamentos e muitos líderes Kaingang retiravam-se para as matas da região, como aconteceu com o próprio cacique Nonohay (um dos primeiros a se aldear e por isso tendo seu nome atribuído ao aldeamento), além de Votouro e Canhafé.¹³⁰

O Padre Parés, grande responsável pela aliança entre Estado e Igreja, aos poucos vai perdendo as esperanças de manter os indígenas em apenas um aldeamento e passa a trabalhar com as possibilidades que se oferecem, transferindo facções dissidentes para outros locais. Dessa maneira, em 1850, tenta aldear em Pontão, no Distrito de Vacaria, os caciques Braga e Doble, não obtendo sucesso, em função da grande rivalidade existente entre os dois caciques.¹³¹ Frente às adversidades que se apresentam cada vez maiores, o missionário questiona o Diretor Geral pela demora em eleger um diretor leigo para Nonoai, afirmando que seu comprometimento para a função resumia-se ao ensino das práticas

¹²⁹ OFÍCIO 08-04-1850. **Ofício do Padre Bernardo Parés ao Presidente da Província Pimenta Bueno**. Passo Fundo. 08 de abril de 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

¹³⁰ Segundo correspondência do Padre Parés, o cacique Nonoai liderava um grupo de 165 indígenas nesta época, enquanto Votouro mantinha 21 seguidores e Canhafé 34. Ibid.

¹³¹ Sobre a rivalidade entre os Caciques Doble e Braga, ver: BECKER, 1976; MABILDE, 1983; LAROQUE, 2000; NONNENMACHER, 2000; BRINGMANN, 2010.

agrícolas e religiosas, sendo enfático ao decretar que: “já cumpri meo compromisso; e não posso nem convém nem quero estender mais em semelhante lida imprópria de meo Ministério.”¹³²

Por essa época, as autoridades provinciais já começavam a questionar o trabalho dos jesuítas, que nunca havia sido unanimidade nos gabinetes políticos da capital. As reações negativas dos indígenas em relação à organização social e religiosa dos aldeamentos, bem como às concepções de trabalho e produtividade imposta pelos missionários jesuítas podem ser descritas como os grandes motivos para o insucesso de sua missão. As noções de sociabilidade, civilização, religiosidade moldadas sob princípios ocidentais, pouco ou nada consideravam da organização tradicional e cosmológica dos indígenas. No que concerne ao trabalho, apenas atividades relacionadas à agricultura eram consideradas importantes pelos missionários, pois possibilitavam a produção de excedentes e estavam voltadas para a autosuficiência dos aldeamentos. A coleta de erva-mate, cujo retorno financeiro era certo, também poderia garantir a autonomia dos mesmos.

Telmo Marcon considera que a resistência indígena ao modelo do trabalho imposto pelos aldeamentos (representando uma lógica racional capitalista, seja na administração dos organismos políticos e/ou religiosos) foi o grande obstáculo para o sucesso dos mesmos. Comportamentos ocidentais baseados em princípios como disciplina, perseverança, racionalidade de produção e consumo, valorização do trabalho agrícola em detrimento às atividades de caça e manufatura de objetos utilitários, entre outros, acabaram minando a influência jesuítica perante os indígenas, desencadeando uma crise que acabou com a decisão da Assembleia Legislativa Provincial pela retirada dos Jesuítas dos aldeamentos a partir de 1852.¹³³

Além destes problemas apontados por Marcon, considero ainda um outro mais grave e com consequências dramáticas para os indígenas

¹³² OFÍCIO 20-05-1850. **Ofício do Padre Bernardo Parés ao Diretor Geral dos Índios da Província José Joaquim Andrade Neves**. Nonoai. 20 de maio de 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

¹³³ MARCON, 1994, Op. cit., pp. 123-124. Apesar de a Assembleia Legislativa desacreditar no trabalho dos missionários, levando-os a não renovar o contrato dos jesuítas em 1852, estes acabam retornando em 1854, por solicitação da própria Assembleia, que via a situação nos aldeamentos tornar-se problemática e perigosa. Os jesuítas retornam em 1854 para o aldeamento de Nonoai, que passa a ser dirigido pelo Padre Antônio de Almeida Leite Penteado. AZEVEDO, 1983, Op. cit., pp. 134-136.

a partir de então: trata-se do intrusamento¹³⁴ das áreas dos aldeamentos por posseiros, também chamados “brasileiros” nas correspondências dos missionários, conforme pode-se identificar no trecho abaixo, tratando da intrusão de Nonoai:

Alguns Brasileiros lhes dão o mau exemplo: Manoel Fernandes levantou já sua chácara no campo e outros tres ou quatro farão a fazer seus ranchos perto d’elle, de modo que vae formando-se povoação separada. Isto he uma desordem, pois assim se diminue a Aldea e ficão sem effeito os nossos Ministérios espirituaes por falta de concurrentes. Vários brasileiros aventureiros querem fixar-se aqui, e levantar chácaras no campo, esperando ficar com o tempo donos d’elle: e esta he a esperança do Snr. Verissimo que está levantando novas fabricas gabando-se publicamente de que ninguem será capaz de botalo fora.¹³⁵

Um dos grandes posseiros a ocupar terras na área de Nonoai foi o próprio João Cypriano da Rocha Loures, antigo diretor daquele aldeamento, que segundo consta no mesmo ofício do Padre Parés, possuía um lote de terras vizinho ao aldeamento e teria tomado posse de pelo menos 2 léguas do mesmo.¹³⁶ Rocha Loures conhecia as lacunas

¹³⁴ Em termos jurídicos-antropológicos a expressão “intrusamento” refere-se à entrada e permanência de pessoas em terras alheias (SANTOS, 1970, p. 47). Este é um termo recorrente na literatura antropológica que trata das ocorrências em que há apossamento ou intrusão de áreas indígenas. Como concebo o avanço da sociedade nacional sobre as terras indígenas a partir de uma perspectiva de invasão colonial, acredito que a expressão corresponda à característica do momento. Utilizo os termos intrusão, intrusar, intrusamento e intruso para designar o processo e os sujeitos que adentram as áreas indígenas em busca de terra para produzir. Para os Kaingang, arrendatários e intrusos são equivalentes, por isso, não faço uma separação entre os termos, utilizando os dois para me referir aos segmentos camponeses que ocuparam os aldeamentos e posteriormente, os Postos Indígenas.

¹³⁵ OFÍCIO 01-06-1851. **Ofício do Padre Bernardo Parés encaminhado ao presidente da província Pedro Ferreira de Oliveira.** Guarita. 01 de junho de 1851. AHRs. Arquivo Indios. Maço 2.

¹³⁶ Ibid.

da legislação indigenista imperial e provavelmente utilizou-se de seus conhecimentos para seu próprio favorecimento.

O intrusamento das áreas indígenas é motivo de preocupação com o futuro dos aldeamentos, como destacado no relatório anual de 1853, em que o presidente João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, afirma que na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, existem apenas dois aldeamentos dignos deste nome, sendo eles: Guarita e Nonoai. O primeiro era dirigido por José Joaquim de Oliveira e contava com aproximadamente 300 indígenas, os quais encontravam-se empregados na lavoura e na fabricação de erva mate.¹³⁷ Nonoai (que nesta época já tinha um diretor leigo, o Tenente Thomas Bandeira), apesar de ser maior e mais bem localizado, encontrava-se em pior estado, devido às seguintes razões: a) falta de residência permanente do diretor no aldeamento; b) manutenção das influências dos vários caciques residentes no mesmo; c) intrigas espalhadas entres os indígenas por posseiros.¹³⁸

As chamadas “intrigas” eram estratégias utilizadas por parte de muitos posseiros, destinadas a causar desconfianças nos indígenas com relação às ações do governo. Muitas lideranças eram convencidas de que a intenção das autoridades e diretores de aldeamento era arregimentar praças para lutar nas guerras em que se envolvia a província.¹³⁹ Contudo, o que mais chama a atenção neste momento é o fato de que, apesar de situarem-se em regiões ainda relativamente pouco exploradas, as áreas reservadas aos indígenas já eram alvos de invasões e expropriações por parte de posseiros. Estas invasões também comprometiam os objetivos do governo provincial em juntar todos os

¹³⁷ RELATÓRIO 06-10-1853. **Relatorio do Presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853. p. 25.

¹³⁸ Ibid. p. 26.

¹³⁹ É importante destacar que, neste momento, o Rio Grande do Sul havia recentemente saído de um conflito bélico, desta vez, de proporções internacionais. Trata-se da denominada Guerra do Prata, entre Brasil, Argentina e Uruguai, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas. Esta guerra foi travada entre 1851 e 1852, em um conflito que opôs as forças da Confederação Argentina e as forças da aliança formada pelo Brasil, Uruguai e províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes. Mais detalhes em: BARROSO, Gustavo. **Guerra do Rosas: 1851-1852.** Fortaleza: SECULT, 2000.

Kaingang em um único aldeamento, pois os invasores acabavam instigando os indígenas a também acreditarem que o governo intencionava reuni-los em um único local para exterminá-los.¹⁴⁰

Após diversas tentativas frustradas de centralizar os indígenas em um só local, o governo provincial põe a efeito a estratégia de extinguir o aldeamento de Guarita, conseguindo com que os Kaingang desse aldeamento passassem para Nonoai. Assim, em 1853, conduzidos pelo Diretor José Joaquim de Oliveira, os Kaingang de Guarita, em número de 289, liderados pelo cacique Fongue, juntam-se aos Kaingang de Nonoai, os quais, neste momento, após a morte do cacique Nonohay, eram liderados pelos caciques Kondá, Contufé e Nicofé e remontavam a 346 pessoas.¹⁴¹

O Diretor Geral dos Índios havia concebido uma estratégia para impedir que os conflitos entre os diferentes grupos acabassem determinando um novo fracasso na tentativa de organizá-los em um único aldeamento. Em seu relatório anual enviado ao presidente Sinimbú, Andrade Neves sugere que:

Um dos meios mais adequados e salientes para melhor instruir aos índios das diversas tribos dessa aldeia, é a organização de uma companhia entre os mais moços e robustos, fazendo-os destacar para a fronteira com um regulamento brando, licenciando-os frequentemente para este aldeamento a fim de que, bem relacionados, inspirem aos demais, o desejo de se dedicarem ao serviço das armas, para o qual são de extremo influídos e isto julgo conseguir com alguma facilidade e conquanto esta medida parecerá a alguns de pouca monta e utilidade, todavia o andor ao tempo fará conhecer quão profícua e proveitosa ela seja e só por esta forma se acabará

¹⁴⁰ NONNENMACHER, 2000, Op. cit., pp. 58-59.

¹⁴¹ RELATÓRIO 02/10/1854. **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854. pp. 30-31.

com a vida ociosa e assaz preguiçosa que ainda reina em algumas tribos.¹⁴²

Pode-se inferir por esse depoimento de Andrade Neves, que as denominadas “intrigas dos brasileiros” não eram completamente desprovidas de fundamentação, pois, como se pode perceber, havia uma clara intenção do Diretor Geral dos Índios em aproveitar algumas aptidões dos indígenas mais jovens, aperfeiçoando-as na carreira militar. Como militar de carreira, Andrade Neves demonstrava grande otimismo nesta empreitada e iria insistir nela até o final de sua vida.¹⁴³

Por conta da transferência de vários Toldos para Nonoai, ocorre um aumento populacional considerável no mesmo, o que favorece o acirramento de algumas disputas entre os caciques. Apesar disto, a situação em Nonoai, em especial os aspectos referentes ao trabalho dos índios e à produtividade agrícola, parece melhorar consideravelmente neste período. Alguns dados apresentados em relatórios e ofícios permitem concluir que, mesmo com as saídas temporárias de diversos indígenas para as matas ou mesmo com a retirada de certos líderes e seus seguidores para outras províncias, havia uma regularidade na produção de alimentos e na extração de produtos comercializáveis, como madeira e erva mate, além da utilização dos indígenas como mão de obra para a construção de pontes e abertura de estradas.

Neste sentido, em fevereiro de 1855, o Diretor José Joaquim de Oliveira repassa informações ao presidente Sinimbu sobre como estariam procedendo os trabalhos dos índios na abertura de estradas:

¹⁴² RELATÓRIO 18/08/1854. Relatório Anual do Diretor Geral dos Índios da Província ao Presidente João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Rio Pardo, 18 de agosto de 1854. s/p. Apud: NONNENMACHER, 2000, Op. cit., p. 59.

¹⁴³ Andrade Neves foi membro da Guarda Nacional e participou de praticamente todas as guerras em que a província do Rio Grande do Sul se viu envolvida entre 1835 e 1869. Lutando pelos imperiais na Revolução Farroupilha, conquistou a patente de Tenente Coronel. Quando tem início a Guerra do Prata, já atua no cargo de Diretor Geral dos Índios, como Brigadeiro, licenciando-se do mesmo para lutar na guerra. Em 1864, o então General Andrade Neves comanda a 3ª Brigada de Cavalaria que participou de diversas batalhas importantes na Guerra do Paraguai até sua morte no ano de 1869, em consequência de um ferimento de batalha. Mais informações em: FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. 4a edição, Porto Alegre: Editora UFRGS. 2006.

Faço partícipe a V. Ex.^a. que ultimei a factura da estrada do matto denominado Sarandy que da Freguesia do Passo Fundo, e d'outros lugares faz direcção por esta Aldeia á Província do Paraná, e sendo a estenção de mais de légoa com grossas madeiras, e hua ponte, tudo foi feito em nove dias, e com largura de setenta a oitenta palmos, e todo o madeiramento picado, e posto fora da largura da estrada; este serviço de certo levaria de vinte dias a um mez, si eu não andasse a frente delle, e o Capitão Marcellino, que bem me coadjuvou.¹⁴⁴

É peceptível que a trégua nos acirramentos entre os caciques proporcionou um período de avanço nas questões estruturais do aldeamento. Mas, de que forma os diretores conseguiram aliviar as tensões entre as lideranças? Outro ofício de Oliveira pode exemplificar a forma com que o governo provincial buscava a cooperação das lideranças indígenas. No ofício, o diretor sugere que o presidente: “mandasse um ponxe ao Fongue e Antonio Prudente, Portella e Antonio; estes Índios allém de trabalharem bem, influem nos outros, e com mais afinco trabalharão, e farião trabalhar na nova estrada que se vae abrir.”¹⁴⁵

A tentativa de cooptação de lideranças indígenas através da distribuição de roupas, mantimentos, ferramentas e até mesmo dinheiro, foi uma constante em praticamente todos os aldeamentos no Brasil. Mesmo assim, muitos caciques acabavam ludibriando os governos ao manter uma espécie de “jogo duplo” com as autoridades governamentais, aldeando-se quando consideravam satisfeitas suas exigências e abandonando os aldeamentos quando estas não estavam de acordo com suas vontades. Compreendo estas atitudes como ações conscientes e planejadas, administradas de acordo com critérios autônomos, estabelecidos por cada liderança juntamente com seus seguidores.

¹⁴⁴ OFÍCIO 10-02-1855(a). **Ofício do Diretor do Aldeamento de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.** Aldeia de Nonoai. 10 de fevereiro de 1855. AHRS. Arquivo Índios. Maço 1.

¹⁴⁵ OFÍCIO 10-02-1855(b). **Ofício do Diretor do Aldeamento de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.** Aldeia de Nonoai. 10 de fevereiro de 1855. AHRS. Arquivo Índios. Maço 1.

De forma concomitante aos relatos sobre as saídas de certos grupos dos aldeamentos para as matas, aparecem relatos de ataques às fazendas, picadas e colônias germânicas. Alguns ataques por parte de grupos indígenas não aldeados (ou resistentes aos mesmos) em fazendas na região do Planalto entre os anos de 1855 e 1856, geraram uma série de correspondências entre o Diretor Geral dos Índios, os missionários jesuítas e o governo provincial. Através da análise destes documentos, percebe-se que o Padre Penteado, que havia assumido a direção do aldeamento de Nonoai por solicitação da Assembleia Provincial em 1855, não conseguia controlar a série de ocorrências que se desenrolaram logo após sua posse.

Entre os fatos mais importante ocorridos naquele contexto, está o assassinato do fazendeiro Clementino dos Santos Pacheco e mais 5 pessoas na localidade de Três Serros em janeiro de 1856.¹⁴⁶ Mortes estas vinculadas ao cacique Pedro Nicofim e seus comandados. A represália pelo ataque à fazenda Três Serros resultou na morte de dois importantes líderes Kaingang: Pedro Nicofim e Manoel Grande, os quais foram perseguidos e mortos por forças militares da província, juntamente com o auxílio do “Major” Antônio Prudente, outro importante líder Kaingang.

Com a morte de Nicofim, outro cacique que mantinha importante liderança entre os índios de Nonoai, Victorino Kondá, retira-se para a região de Palmas¹⁴⁷, na então província do Paraná, juntamente com os remanescentes do seu grupo e de lá, passa a fazer ameaças constantes de ataques a Nonoai.¹⁴⁸ Consoante a estes acontecimentos, o Padre Penteado é demitido do cargo de diretor do Aldeamento de Nonoai, sendo nomeado o Tenente José Joaquim de Oliveira, que assume o cargo solicitando medidas drásticas para controlar a situação que se instaurou no local:

Si por muitas vezes tenho feito a ver a V. Ex^a. que não convinha hua força de 1^a linha n'esta Aldea,

¹⁴⁶ RELATÓRIO 15-12-1856. **Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856. p. 113.

¹⁴⁷ Kondá estabeleceu-se mais precisamente na área entre os rios Chapecó e Chapecozinho, onde haviam diversos toldos dos Kaingang, que impunham resistência à sua fixação no aldeamento de Palmas.

¹⁴⁸ *Ibid.* p. 113.

hoje modifico esta opinião a vista das occurrencias que tem avido, e para prevenir as que o futuro possa trazer, tanto mais que nas circumstancias presentes não ha ninguém que se queira engajar, nem mesmo uns oito que eu com elles contava; por isso urge que V. Ex^a. obtenha do Exmo. Sr. Presidente a vinda de vinte praças de 1^a linha commandados por um sargento morigerado, ficando este debaixo das ordens do alferes que propus para commandar a Esquadra; e para o completo de outras vinte praças procurarei completar com mais vagas. He mister vir um corneta, não só para os diversos toques, como para ensinar a dous Indios que já estão com algumas lições, e mesmo o sargento deve ser instruído no ensino do manejo para ir insinuando aos Indios novos que muito appreciação a farda.¹⁴⁹

O Diretor José Joaquim de Oliveira gozava de um grande prestígio pelo seu trabalho entre os Kaingang de Guarita e Nonoai, dos quais também parecia conseguir um respeito maior que os missionários jesuítas. Esta “simpatia” dos indígenas com o diretor parece ter possibilitado que o mesmo, a partir de 1857, conseguisse acalmar os ânimos dos líderes indígenas mais influentes. Destarte, o aldeamento de Nonoai passa então por um período de relativa tranquilidade, sem referência a novos ataques de indígenas nas picadas ou nos aldeamentos. Período este no qual o diretor consegue resultados bastante positivos com relação à organização das lavouras e de outros trabalhos dos indígenas.

Em consequência desta estabilidade, ainda em 1857 as informações que chegam à presidência são bastante animadoras, colocando Nonoai como o aldeamento mais próspero da província.¹⁵⁰ Sob a direção de José Joaquim de Oliveira, os indígenas dedicavam-se

¹⁴⁹ OFÍCIO 09-07-1856. **Ofício do Diretor do aldeamento de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves.** Nonoai, 09 de julho de 1856. AHRs. Arquivo Índios. Maço 3.

¹⁵⁰ Existiam nesse momento outros 2 aldeamentos, sendo eles São Nicolau, próximo a Rio Pardo, que abrigava os Guarani da região das Missões, além de Pontão, nos Campos de Vacaria, onde se tentava concentrar o grupo liderado pelo cacique Doble, um dos últimos caciques ainda resistentes aos aldeamentos no Rio Grande do Sul.

ao cultivo de milho, feijão e hortaliças, conseguindo produzir inclusive um excedente para a comercialização. Este sucesso animava ao diretor e as autoridades provinciais, cujas reclamações sobre o ônus de manter um aldeamento diminuem sensivelmente. Além da agricultura, Oliveira consegue retomar os trabalhos de abertura de estradas e picadas, conforme apontado no relatório do vice-presidente da província, Patrício Correa da Câmara:

Os índios estão empregados nos trabalhos de abertura da picada que vai de Nonohay até a Palmeira, e na qual já tem concluído 4 legoas de uma boa estrada; é vantajoso conserval-os ocupados nestes trabalhos, porque com a ambição da gratificação que se lhes paga, applicão-se com gosto ao serviço, e não pensão nos vícios, convindo por isso consignar quantia para pagamento de seu trabalho, por que depois da conclusão dessa estrada, podem occupar-se, segundo informa o director, nos reparos da estrada do matto castelhano e portuguez, o que seria de transcendente vantagem, não só pela utilidade pública, que resulta dessa estrada, como por se dar aos Índios occasião de, com o producto de seu trabalho, sustentarem e satisfazerem as necessidades de suas famílias.¹⁵¹

Contribuiu para a retomada da organização do aldeamento, a manutenção de uma nova Companhia de Pedestres, formada no final de 1856 por 10 praças, que segundo informa o relatório provincial de 1858, prestava bons serviços, contribuindo para a pacificação dos indígenas, além de auxiliar nos trabalhos de lavoura e construção de moradias para os mesmos.¹⁵² Ressentia-se o presidente apenas da falta de trabalho missionário, para instruir os indígenas na religião cristã e para a

¹⁵¹ RELATÓRIO 11-10-1857. **Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857. p. 25.

¹⁵² RELATÓRIO 05-11-1858. **Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura.** Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. p. 29.

instrução primária das crianças indígenas, que ainda estavam sem escola no aldeamento.¹⁵³ Desde a saída do jesuíta Antônio de Almeida Penteado, não havia nenhuma espécie de orientação religiosa em Nonoai.

Conforme se depreende das informações, novamente os jesuítas fracassaram na tentativa de catequização dos Kaingang de Nonoai. Não é possível afirmar categoricamente que o malogro dos missionários jesuítas deveu-se à resistência dos indígenas à conversão ao cristianismo, porém, pode-se inferir que as ações dos missionários desagradaram a muitos líderes indígenas, que acabaram se retirando dos aldeamentos ou ignorando completamente as tentativas de catequese pelos padres. Tal insucesso acarretou novamente a saída de cena dos missionários dos aldeamentos Kaingang. No entanto, certamente a situação complicada dos aldeamentos provinciais e em particular a de Nonoai, não era somente devido à incapacidade de jesuítas ou dos diretores leigos.

Penso dessa forma, porque é possível perceber o quanto os investimentos feitos pelo governo provincial contribuíram para mudar a situação dentro do Aldeamento de Nonoai. Nos momentos em que as autoridades provinciais não atendiam as solicitações dos missionários e diretores (no sentido de efetuar pagamentos de soldos pelos trabalhos dos índios, garantir a presença de uma força militar para resguardar a segurança dos aldeados ou mesmo de investimentos básicos como a construção de moradias e pagamento de soldos aos diretores e demais funcionários) os conflitos entre os índios se acirravam e a manutenção dos mesmos no aldeamento só ocorria por curtos períodos de tempo. Por outro lado, quando se garantia a ajuda financeira, conseguia-se alcançar bons resultados, como se pôde observar nos relatos supracitados.

Neste íterim, o aldeamento de Nonoai, que passou por momentos críticos desde sua fundação devido a problemas das mais diversas naturezas, como usurpação territorial, conflitos entre diferentes lideranças, estranhamentos entre missionários e diretores leigos, torna-se em 1860, segundo palavras do presidente Joaquim Antão Fernandes Leão, o único da província que ainda pode se considerar um aldeamento. Os restantes (Santa Izabel, São Nicolau e São Vicente), encontravam-se em vias de extinção devido a uma série de fatores, como abusos e má administração dos diretores, miscigenação com a população nacional, falta de missionários para a catequese, entre outras dificuldades. A título

¹⁵³ Ibid. p. 29.

de exemplificação, vejamos o que afirma o presidente sobre o aldeamento Guarani de São Nicolau:

Não é e nem deve mais ser considerado como Aldeamento. Existem ali alguns descendentes dos antigos Índios, e que já estão muito habituados á vida da Sociedade. O local do Aldeamento fica próximo a Rio Pardo, e por ali passam os Colonos, que se destinão á Santa Cruz. Seria muito conveniente que, distribuídos os terrenos ás famílias dos Índios, que ainda ali se achão, se arrendasse ou vendesse aos colonos o que restasse, para fundarem uma Povoação, que facilitaria muito o commércio que a colônia de Santa Cruz mantem com Rio Pardo.¹⁵⁴

É importante perceber o quanto, já nesta época, o indígena era visto como entrave para o desenvolvimento agrícola, pois, conforme a narrativa do presidente, estas terras poderiam ser muito melhor aproveitadas, isto é, produtivas, caso fossem destinadas aos povos que realmente tinham “capacidade de produzir”, designando aos índios (que segundo seu relato, já se encontravam bastante miscigenados) apenas o essencial para sua subsistência. Nonoai, como se verá mais adiante, não escapou desta mesma concepção, sobretudo com o advento da República.

Mesmo com os problemas encontrados nos aldeamentos provinciais, um considerável aumento populacional nos mesmos é apontado entre 1860 a 1864, quando o contingente presente nos três estabelecimentos (contabilizados pelos diretores) alcançou 983 indígenas, sendo que somente em Nonoai foram registrados 613 indivíduos.¹⁵⁵ Este indicador, ao se levar em consideração apenas a população fixa dos aldeamentos é o maior registrado desde a fundação de Nonoai, em 1846.

¹⁵⁴ RELATÓRIO 05-11-1860. **Relatorio apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.** Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860, p. 36.

¹⁵⁵ RELATÓRIO 10-03-1864. **Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864. p. 102.

Os motivos para este aumento podem ser explicados primeiramente por um aumento na liberação de recursos pelo governo provincial para a catequese. Entretanto, podem ser evidenciados também outros motivos importantes, tais como: o afastamento da influência de importantes líderes, como Victorino Kondá e Antônio Prudente, cujos frequentes atritos com outras lideranças Kaingang acabavam por afastar muitos indígenas para as matas; certas vantagens que os indígenas mantinham ao fixar-se nos aldeamentos, como a possibilidade de negociar a força de trabalho com os diretores e com a população circundante; além do aumento da produção agrícola e pecuária, que garantia a alimentação de quem se dispusesse a fixar-se na área.

Contudo, com o início da Guerra do Paraguai, há novamente uma considerável diminuição na população indígena residente nos aldeamentos provinciais, tanto que, em 1866, há registro de apenas 733 indígenas distribuídos pelos três aldeamentos do Rio Grande do Sul, dos quais, 398 concentravam-se em Nonoai.¹⁵⁶ Não há nenhuma referência sobre o que causou tamanha diminuição do contingente indígena das áreas, porém, algumas indicações existentes nos relatórios podem servir como probabilidade para explicar esta defasagem. Uma delas é que, se com o aumento de investimentos nos aldeamentos e a conseqüente melhora das condições dos mesmos, a população indígena registrada neles cresce, com a guerra, grande parte do orçamento do governo provincial teve como principal destino as campanhas militares, restando ínfimos recursos para as demais secretarias.

Uma outra pista sobre a maneira como a questão indígena estava sendo tratada naquele momento, está em um pormenor do próprio relatório presidencial de 1866. Referindo-se aos índios do aldeamento de Santa Izabel, o presidente Pereira da Cunha determinou “por portaria de 27 de Fevereiro do corrente anno, suspender o abono de viveres que se fazia com os índios inválidos e impossibilitados de trabalhar, cessando definitivamente esta despesa em 12 de Abril.”¹⁵⁷ Se os recursos estavam sendo cortados para o auxílio de velhos e doentes, imagine-se como seria a situação para os restantes. Com a falta de recursos, é muito provável que alguns grupos tenham novamente saído

¹⁵⁶ RELATÓRIO 31-10-1866. **Relatorio apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha à Assembleia Legislativa Provincial.** Porto Alegre. Typ. Jornal do Comércio, 1866. pp. 60-61.

¹⁵⁷ Ibid. p. 61.

dos aldeamentos e voltado para as matas, ou mesmo se empregado definitivamente em fazendas da região.

Não se pode descartar, por outro lado, a hipótese de que muitos indígenas tenham saído dos aldeamentos em consequência da própria Guerra do Paraguai, pois já há algum tempo, muitos deles, (geralmente os menores) eram enviados para treinamento nos Arsenais de Guerra, atendendo a uma antiga solicitação do Diretor Geral Andrade Neves.¹⁵⁸ Todavia, não é possível afirmar exatamente qual a parcela de indígenas que participou deste conflito, nem quantos fugiram dos aldeamentos para não ser engajados nos batalhões. Para tanto, seriam necessárias investigações mais aprofundadas sobre a questão, o que não é plausível fazer nesse momento tendo em vista a limitação das fontes analisadas e pelo desvio do tema proposto neste estudo.

Com a morte do Diretor José Joaquim de Oliveira em 1867, fica o Aldeamento de Nonoai durante algum tempo sem diretor, até a nomeação de um interino para o cargo, o Tenente Manoel Francisco de Oliveira. Este, apesar de já trabalhar no mesmo, não gozava do mesmo prestígio entre os índios, como acontecia com o falecido diretor. Dessa maneira, durante o tempo em que Manoel Francisco ocupa o cargo, muitos dos caciques abandonam Nonoai. É o caso do cacique Fongue, que acaba retornando com seu grupo para o antigo acampamento da Guarita. Sua saída coincide com o retorno para os Campos de Nonoai de alguns grupos que se encontravam em Palmas. Coincidentemente ou não, voltam a ocorrer ataques a fazendas e lotes coloniais, cujos acusados são novamente os Kaingang.

Neste meio tempo, há relatos de pelo menos dois ataques vinculados aos indígenas, como o assalto ocorrido à propriedade de Lamberto Wersteg, na Colônia de Santa Maria da Soledade, no qual toda a família do colono foi levada com os índios para as matas.¹⁵⁹ Os ataques são destacados no relatório do presidente João Sertório:

¹⁵⁸ RELATÓRIO 01-03-1863. **Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863. p. 46.

¹⁵⁹ RELATÓRIO 13-04-1868. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Marcondes Homem de Melo passou a administração d'esta província ao exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha 1º vice-presidente no dia 13 de Abril do anno de 1868.** Porto Alegre, Typ. Jornal do Commercio, 1868, p. 30.

Chegando ao meu conhecimento que, tem-se dado correria de indígenas em diversos pontos da Colonia de Nova Petrópolis, o que foi-me relatado na digressão que fiz áquella Colonia, e reconhecendo que o destacamento ali estacionado para repellir as aggressões dos indígenas, não tem produzido os desejados resultados, resolvi nomear a João Wheisheimer para com 20 colonos percorrerem por quinze dias as linhas Feliz, Soledade e Nova Petrópolis, com o fim de chamar os indígenas ao grêmio da civilização, e fazel-os respeitar os habitantes d'aquellas linhas.¹⁶⁰

A aludida expedição de perseguição dos colonos aos indígenas agressores não obteve resultado favorável, pois não foram encontrados vestígios de presença indígena nas regiões vasculhadas pelos perseguidores.¹⁶¹ O governo provincial se empenhou então a tornar mais efetiva a vigilância nos aldeamentos, e por isso, em 1871, é reempossado no cargo de diretor do aldeamento de Nonoai, o Coronel Thomaz Bandeira, que já assumira durante um tempo o comando do mesmo, conforme já destacado. Sua nomeação apresentava um claro objetivo do governo provincial: “a necessidade de ter no Aldeamento alguém, que por alguma forma contenha os indígenas.”¹⁶²

Nos anos seguintes a 1870 até a Proclamação da República, pouco se fez em matéria de investimentos para os aldeamentos. Nonoai continuou como o principal reduto indígena da província, com população que oscilava de acordo com as épocas do ano, pois muitos indígenas saíam em determinados períodos para prestar serviços na abertura de estradas e/ou coletar erva-mate. Além disso, influenciavam na permanência dos indígenas nos aldeamentos o fornecimento de equipamentos agrícolas, roupas e sementes para o cultivo das lavouras

¹⁶⁰ RELATÓRIO 29-08-1870. **Relatorio com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao ex.mo sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1.o vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870.** Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870. pp. 59-60.

¹⁶¹ Ibid. p. 60.

¹⁶² RELATÓRIO 24-05-1871. **Relatório dom que o exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a Administração dessa Província ao Exmo. Coronel João Simões Lopes 1º vice presidente no dia 24 de maio de 1871.** Porto Alegre. Typ. Do “Rio-Grandense”, 1871. p. 12.

por parte do governo. Segundo dados do relatório presidencial de 1880, haviam 8 aldeamentos ou arranchamentos de índios na província, sendo Nonoai o maior deles, com 285 habitantes.¹⁶³

O avanço da colonização a partir de 1885, impulsionada por fortes incentivos do governo provincial, é citado como um dos principais colaboradores para a má situação nos aldeamentos. Isto porque, conforme vão sendo demarcados os lotes circunvizinhos aos aldeamentos, aumenta a invasão e a fixação de intrusos nas áreas reservadas para os índios. Se ainda não eram invadidas por colonos de origem estrangeira, as áreas indígenas serviram como refúgio para os nacionais expulsos de suas posses pelas equipes de medição de lotes. Aliada à falta de repasse de recursos e de diretores competentes, a invasão por intrusos contribuiu para a precariedade que se encontravam os índios do Rio Grande do Sul no início do período republicano.

1.3.2. De Aldeamentos a Toldos: a República Velha e a Proteção Fraternal entre os indígenas do RS

Juntamente com o novo regime republicano, surgem novas concepções de desenvolvimento para o então estado do Rio Grande do Sul, notadamente na questão da ocupação das terras agricultáveis. Companhias colonizadoras públicas e privadas ampliam as frentes agrícolas e passam a lotear grandes áreas do Planalto gaúcho. Apoiados por incentivos governamentais, como abertura de novas estradas e construção de ferrovias por regiões ainda inóspitas, as companhias colonizadoras conduziram levas de colonos oriundos das antigas colônias no Rio Grande do Sul, além dos novos imigrantes europeus, para as regiões norte e noroeste do estado. Este processo, que se inicia em 1890, vai trazer consequências ainda mais drásticas para os Kaingang e para suas áreas de ocupação.

Na composição deste projeto de expansão populacional e agrícola, estavam os políticos positivistas ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense ou PRR. Os republicanos comandaram a

¹⁶³ RELATÓRIO 01/05/1880. **Relatorio com que o exm. sr. dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao 3.o vice-presidente, o exm. sr. dr. Antonio Corrêa de Oliveira, a 15 de abril de 1880; este ao exm. sr. dr. Henrique d'Avila a 19 do mesmo mez, e falla com que o ultimo abrio a 2.a sessão da 18.a legislatura d'Assembléa Provincial no dia 1.o de maio de 1880.** Porto Alegre, Typ. A Reforma, 1880. p. 39

esfera política gaúcha a partir de 1893, promovendo através da Diretoria de Terras Públicas, o assentamento de colonos em todo o estado, concentrando esforços especiais na região norte, ainda bastante isolada e alvo de processos fraudulentos de medições e legitimações de posse.¹⁶⁴ No tocante à questões políticas, o PRR objetivava, com a colonização dirigida, desestabilizar os núcleos resistentes aos ideais republicanos existentes no estado e em particular na região norte.

No que concerne às populações indígenas existentes na região, é interessante notar que a partir de 1889, praticamente desaparecem das mensagens dos presidentes do Estado as informações sobre a civilização e catequese dos mesmos e, até mesmo, sobre a existência de aldeamentos ou Toldos no território riograndense. Levando-se em consideração o contexto de organização da nova proposta republicana, assim como a Revolução Federalista ocorrida entre 1893 e 1895, torna-se até justificável este fato. Porém, se analisado o período de 1896 até 1908, quando há uma entrada significativa de colonos nas regiões norte e nordeste do estado, bem como uma ampliação na abertura de estradas de rodagem e construção de linhas férreas, não se pode justificar a não descrição da existência de indígenas nas mensagens presidenciais.

Esta invibilização só não é completa, porque existem evidências de que muitos indígenas trabalharam na abertura de estradas e nas linhas férreas que se abriam no estado. Há indícios da existência de indígenas que agiam em posição contrária, tentando paralisar as obras através de ataques aos grupos de trabalhadores e aos novos lotes ocupados pelos colonos.¹⁶⁵ Não é possível afirmar que o estado ignorasse propositalmente a sua existência, porém, fica evidente que preferia incluí-los no rol das populações ditas “nacionais”, a agir de forma a melhorar suas condições de vida nos Toldos.

É plausível, por conseguinte, avaliar que a questão dos índios, fartamente destacada pelos presidentes provinciais, foi deixada de lado pelo governo estadual, pelo menos até 1908, quando assume a pasta da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), o engenheiro positivista Carlos Torres Gonçalves. Este engenheiro, motivado por diversas denúncias de abusos contra os povos indígenas do estado,

¹⁶⁴ MENSAGEM 20/09/1899. **Mensagem enviada à Assembléa do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de Setembro de 1899.** Porto Alegre: Oficinas typográficas d'A Federação, 1899.

¹⁶⁵ LAROQUE, 2000, Op. cit., pp. 140-145.

principalmente no tocante a invasão das suas terras e violências físicas, passa a articular uma política oficial de proteção às comunidades indígenas existentes no estado. É dessa forma que Torres Gonçalves consegue criar em 1909, o *Serviço de Proteção Fraternal aos Índios do Rio Grande do Sul*.

Neste contexto, Luis Fernando Laroque destaca o importante papel representado por algumas lideranças indígenas do norte do estado, os quais atuaram como protagonistas em um cenário de reivindicações, obtendo audiências com o presidente do Estado e aproveitando estes momentos para atuarem como articuladores e negociadores junto ao governo estadual. Laroque destaca o episódio da ida a Porto Alegre dos caciques Antonio Pedro, do Toldo Nonoai e Manoel Olivera, do Toldo Serrinha, no ano de 1908. Estas lideranças conseguiram uma audiência com o presidente Carlos Barbosa Gonçalves, a fim de “reclamar contra as perseguições de que são vítimas constantemente por parte de intrusos, pretendendo desalojar-os das suas terras.”¹⁶⁶ Sobre este episódio, o próprio Torres Gonçalves apresenta o resultado do encontro do presidente com os caciques, afirmando que, “reconhecendo os direitos incontestáveis que lhes assiste às terras, o Governo prometeu assegurar-lhes esses direitos, respeitando ao mesmo tempo o regimen por que se governam.”¹⁶⁷

A pedra fundamental do *Serviço de Proteção Fraterna aos Indígenas do Rio Grande do Sul* foi lançada a partir deste encontro. Coube, assim, ao próprio Torres Gonçalves a sua condução. O diretor determina ao engenheiro Augusto Pestana, na época diretor da Colônia de Ijuí, que o mesmo procedesse com a medição e demarcação das áreas ocupadas pelos índios, o que não pôde ser colocado a efeito em 1909, devido à falta de pessoal para o serviço.¹⁶⁸ O trabalho de demarcação acontece no ano seguinte, como destaca o relatório de 31 de julho de 1910

¹⁶⁶ RELATÓRIO 27/08/1909, AHRS Apud: LAROQUE, Luis Fernando. *Fronteiras Geográficas Étnicas e Culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)*. Pesquisas. Antropologia nº 64. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2007.

¹⁶⁷ RELATÓRIO 27/08/1909. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de Julho de 1909, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Públicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 27 de agosto de 1909.** Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo. 1909. p. 86.

¹⁶⁸ Ibid. pp. 86-87.

Por telegramma da Diretoria, de 30 de Março do corrente anno, esta commissão foi encarregada da demarcação das terras dos índios dos municípios de Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeira (Nonohay). [...] A comissão já encetou a demarcação do toldo situado na margem esquerda do rio “Ligeiro”, e pensa ficar com o trabalho de campo ultimado até o dia 20 do mez de julho. Se o tempo permittir, iniciará em seguida a demarcação do toldo do “Fachinal”, deixando para a próxima primavera os toldos de Nonohay.¹⁶⁹

Dessa forma, ironicamente, os antigos aldeamentos retornam à denominação de antes de sua criação: Toldos. É irônico, pois esta denominação, durante o período imperial, representava o extremo da selvageria e errância dos povos indígenas, bem como uma ameaça à segurança das áreas coloniais. Os indígenas que insistiam em manter-se em seus Toldos, à época imperial, sofreram perseguições e tentativas várias de aldeamento.

O diretor Carlos Torres Gonçalves, segundo suas próprias palavras, não apreciava ser compreendido apenas como um diretor de gabinete, como o eram muitos de seus antecessores da pasta de Terras e Colonização. Sendo assim, com a intenção de melhor avaliar a situação das populações indígenas do norte do estado, faz uma viagem de visita a dois Toldos da região, sendo eles: o Toldo Fachinal em Lagoa Vermelha e Ligeiro, em Passo Fundo. A partir destas visitas, o diretor da DTC produz um interessante relatório, no qual traz algumas relevantes informações sobre a vida e os costumes dos índios habitantes dos Toldos do Rio Grande do Sul.

No seu relato, intitulado *Relatório sobre os indígenas do Rio Grande do Sul*, Torres Gonçalves destaca a situação de extrema precariedade em que se encontram os indígenas, fruto, segundo ele, de abusos das mais diversas naturezas promovidos ao longo do contato com a sociedade nacional. Em conversas com alguns caciques, o diretor

¹⁶⁹ RELATÓRIO 10/09/1910. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de julho de 1910, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de setembro de 1910.** Em Anexo: Relatório Sobre os Indígenas do Rio Grande do Sul do Secretário Carlos Torres Gonçalves. 09/06/1910. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo. 1910. p. 114.

afirma ter ouvido diversas reclamações sobre as formas de intervenção do estado, consideradas extremamente nocivas porque forçava-os a mudanças constantes de locais de habitação, gerando revolta e desarticulação entre os indígenas. Além disso, a situação de êxodo constante acabava provocando muitos atritos em suas relações com os colonos.¹⁷⁰ A imagem a seguir ilustra uma fotografia tirada durante a visita do engenheiro ao Toldo Ligeiro em 1910, onde o mesmo busca apresentar a população indígena daquele local e demonstrar o precário estado das suas habitações:

Figura 4: Fotografia tirada no Toldo Ligeiro, durante a visita de Torres Gonçalves em 1910.



Fonte: Relatório DTC, Ibid. s/p.

Através da análise deste relatório, percebe-se uma grande preocupação por parte de Torres Gonçalves com os métodos de alguns funcionários do estado, incumbidos de zelar pela segurança e organização dos Toldos, conforme se vislumbra em seu relato sobre as ações do encarregado do Toldo Fachinal, Ricardo Zeni. Este encarregado, segundo consta, estaria promovendo revoltas entre os índios ao impôr medidas contrárias aos seus interesses, como a

¹⁷⁰ Ibid. p. 150.

obrigatoriedade da escolarização das crianças indígenas e o trabalho sistemático dos adultos. Neste momento, desponta a veia positivista e evolucionista de Torres Gonçalves:

...o que se está passando com o cid. Zeni é mais um exemplo do quanto é contraproducente procurarmos systematisar a existencia dos nossos selvícolas a maneira dos occidentaes. Não basta que uma certa coisa convenha a nós occidentaes, para que tentemos applical-a a cérebros em situação muito differente, e muito menos com o concurso da força bruta, como pretende o cid. Zeni! Ao contrário, é pelo agrado que lhe causarem as medidas humanas, e de accôrdo com a situação cerebral em que se acham, que tomarmos a seu respeito, que devemos avaliar o gráo de protecção effectiva que estivermos prestando aos nossos selvícolas.¹⁷¹

É notável o caráter atribuído por Torres Gonçalves aos indígenas, os quais, no seu entender, estando em situação cerebral diferente, ou seja, em um patamar abaixo dos “brancos civilizados”, possuem uma natureza humilde, submissa e sem iniciativa. Não se deve esquecer que o diretor da DTC seguia fielmente os ideais positivistas de tutela, pelos quais as populações indígenas são percebidas como crianças e, como tais, deviam ser protegidas pelo abraço paternal (ou fraternal) do governo. Esta também foi uma característica fundamental dos primeiros anos de SPI, que, mesmo não agindo diretamente em todos os Toldos indígenas do RS, vai emprestar a sua ideologia da proteção fraternal para os projetos de proteção aos índios do governo estadual.

Neste sentido, encarnando o espírito etnológico de sua visita, o diretor vai descrever *algumas informações sobre a vida e os costumes dos índios do Rio Grande do Sul*, atribuindo a situação precária e desanimadora dos Toldos aos maus exemplos recebidos pelos civilizados como se evidencia na sua conclusão:

...a impressão que se tem dos indígenas que actualmente ainda existem aqui no Rio Grande do Sul, é de uma raça abatida, deprimida, decadente:

¹⁷¹ Ibid. p. 150.

que nada lucrou com o contacto dos occidentaes, antes perdeu. Entregues a si próprios, á sua evolução natural, teriam mantido a sua incipiente indústria, teriam conservado os seus costumes e toda a sua poética feição fetichista. Os contactos com os occidentaes, pela forma porque elles se deram e se dão ainda, corromperam, porém, os seus habitos domesticos, quebraram-lhes a energia, e estimularam a sua natural indolencia. As perseguições soffridas, as que soffrem ainda, a consciencia da sua inferioridade, abateram também a antiga altivez dos nossos selvícolas e mesmo a sua dignidade. Cumpre-nos reerguel-os dessa situação, no que isso depende ainda de nós, pois temos uma dívida de honra a saldar com os antigos descendentes dos primitivos occupantes das terras por nós conquistadas pela violência.¹⁷²

Torres Gonçalves propôs ao governo medidas para melhorar as condições de vida dos mesmos em todos os seus aspectos, a começar pelas demarcações e medições de terras para os índios. Do mesmo modo, defendeu que o Governo auxiliasse os indígenas fornecendo-lhes algum vestuário, ferramentas para o trabalho agrícola, alguns animais, cavallares e bovinos e retirando de suas terras os brasileiros (nacionais) que nelas se encontravam.¹⁷³ Na questão educacional, considerou que a educação formal não seria a melhor para os índios, tendo em vista que necessitavam ainda de “estrutura mental” mais avançada, ficando difícil encontrar professores aptos o suficiente para “agir sobre os cérebros fetichistas.”¹⁷⁴ Considerava então que se aprimorassem suas aptidões para a agricultura, artesanato e atividades extrativas.

Havia, no entanto, certo distanciamento entre o que pregavam as leis de proteção aos índios e o que realmente ocorria nos Toldos. É certo que nem todos os membros das Comissões de Terras compactuavam com os ideais positivistas de Torres Gonçalves. Muitos dos comissários de terras, contando com a condescendência de alguns diretores de Toldos, agiam em favor dos interesses de especuladores particulares,

¹⁷² Ibid. p. 153.

¹⁷³ Ibid. p. 154.

¹⁷⁴ Ibid. p. 156.

sendo coniventes com as invasões, com derrubadas de mata, construção de estradas e venda de terras dentro das áreas reservadas aos índios.¹⁷⁵

No tocante ao Toldo de Nonoai, o mesmo não apresentava mais em 1910 a característica de aldeamento. Apesar de os indígenas manterem ainda uma série de acampamentos na área estabelecida pelo antigo Regimento das Missões, esta já se encontrava bastante reduzida de sua extensão original, por conta da intrusão por parte de colonos e fazendeiros. A partir das demarcações efetuadas pela DTC, Nonoai tem sua área redefinida em 1911 pela Comissão de Terras de Passo Fundo, atingindo uma extensão de 34.976 hectares, composta por grandes extensões de campos e áreas com densa mata de araucária, junto ao Distrito de Nonoai, no município de Sarandi.

No momento da demarcação, contava com uma população de 450 pessoas, que se dedicava à lavoura de milho e feijão, além da fabricação de artesanato, constituído especialmente por chapéus de palha, cestos, balaios e peneiras, os quais eram vendidos para negociantes da localidade.¹⁷⁶ De acordo com Torres Gonçalves, o Toldo de Nonoai apresentava um problema bastante grave no momento de sua demarcação: o arrendamento de terras para colonos da região.

Segundo o diretor, as terras arrendadas eram pagas em mercadorias, geralmente roupas, gêneros alimentícios e bebidas alcoólicas, cujo valor cobrado excedia em muito o real valor dos produtos. O grande agravante, de acordo com Torres Gonçalves, era que os arrendatários teriam se instalado na área com o consentimento de

¹⁷⁵ Luísa Kliemann traz dois exemplos desta expoliação através dos casos dos Toldos Lagoão e Inhacorá. O primeiro teve sua área discriminada em 1911, com cerca de 1000 hectares confiscados pelo estado a um proprietário irregular, de nome João Rocha. Entretanto, logo após a doação aos índios, a família de Rocha volta a apossar-se da área e vende-a a colonos. Em 1918, a área toda estava colonizada, tendo sido expulsos os índios. O Toldo Inhacorá, por seu turno, foi discriminado em 1918, com 8026 hectares e demarcado em 1921 já com uma redução de 2164 hectares, considerados pela Comissão de Terras de Santa Rosa como área devoluta. Nesta área foram instalados colonos pela firma colonizadora Dahne, cujo proprietário, “coincidentemente”, era o chefe da Comissão de Terras, João de Abreu Dahne. KLIEMANN, 1986, Op. cit., p. 136.

¹⁷⁶ RELATÓRIO 08/09/1911. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de julho de 1911, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 08 de setembro de 1911.** Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo. 1911. p. 155.

algumas lideranças indígenas e “hoje, se julgam no direito de posse e dellas reluctam em sahir, allegando uns que requerem legitimação e outros que pagam o imposto territorial.”¹⁷⁷ A invasão de áreas indígenas e a “cooptação” da confiança de lideranças indígenas foi uma constante na região desde os tempos do Império.

As demarcações seguiram nos anos seguintes, quando a DTC buscou realocar diversas famílias de posseiros das áreas indígenas em locais fora dos Toldos Indígenas. A medida, obviamente, não foi bem acatada pelos posseiros, que já possuíam lavouras e outras benfeitorias nas terras dos índios. Muitos deles resistiam em retirar-se das áreas, o que gerava novos conflitos com os indígenas. Em meados de 1916, 8 Toldos já estavam demarcados no estado, entre os quais: Ligeiro (sob direção do SPI), Ventarra, Carreteiro e Erechim, vinculados à Comissão de Terras de Passo Fundo; Fachinal e Caseros à Comissão de Lagoa Vermelha; Nonoi e Serrinha da Comissão de Palmeira (Palmeira das Missões).¹⁷⁸ Ciente de muitos crimes recorrentes nas áreas indígenas, seja por parte de arrendatários, posseiros ou mesmo por membros das Comissões de Terras, Carlos Torres Gonçalves elabora, neste mesmo ano, novas instruções para o *Serviço de Proteção Fraternal aos Índios do Rio Grande do Sul*, as quais são aprovadas pelo presidente Borges de Medeiros em 1917 e publicadas no relatório deste mesmo ano.

Entre as principais medidas, destacam-se as seguintes: a) admissão de um encarregado, alfabetizado e idôneo, com conhecimento fundamental sobre a cultura dos indígenas e conhecimentos gerais de carpintaria (o encarregado seria responsável pela construção de casas e mobiliário básico para os índios, além de organizar os trabalhos na lavoura para os homens e trabalhos caseiros para as mulheres, especialmente de costura); b) fornecimento de sementes e ferramentas necessárias ao cultivo de suas roças; c) garantia aos índios de liberdade de organização sócio-cultural, respeitando-se as autoridades instituídas entre si.¹⁷⁹

¹⁷⁷ Ibid. p. 155.

¹⁷⁸ RELATÓRIO 09/09/1916. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de julho de 1916, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul em 09 de setembro de 1916.** Porto Alegre: Oficinas graphicas d'A Federação. 1916. p. 165.

¹⁷⁹ RELATÓRIO 14/09/1917. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1917, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras**

Além das questões estruturais, o Serviço de Proteção Fraternal agiu no sentido de controlar os chamados “vícios adquiridos com a civilização”. Desta maneira, o alcoolismo dos indígenas passa a ser seriamente discutido pelos agentes do Serviço. Visando controlar esta ocorrência, ao novo Regulamento de Terras de 1922, que consagra um capítulo especial para a proteção dos indígenas, é anexado um edital de orientação para o combate do alcoolismo e punição a quem fornecer bebidas aos índios, conforme se pode observar no excerto abaixo:

« De ordem superior, tendo em vista especialmente a protecção aos indígenas, notifica esta Directoria os interessados dos seguintes dispositivos da Lei nº 4. 294, de seis de Julho do anno findo:

« Art. 4º - Fornecer a qualquer pessoa em lugar frequentado pelo publico, bebida ou substancia inebriante com o fim de embriagal-a, ou a que já estiver embriagada: - Pena: multa de 100\$000 a 500\$000.

« Parágrafo único – Se o infractor for o dono da casa commercial de que provier a bebida ou substancia inebriante: Pena – a estabelecida anteriormente, accrescida da interdição ao commercio de bebida ou susbtancia inebriante por um a seis mezes.

« A Administração do Estado fará as disposições transcriptas, *especialmente na protecção aos indigenas* promovendo a punição dos contraventores.¹⁸⁰

Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre: Typographia da Empreza Graphica Rio-Grandense, Editora d’O Diário. 1917. pp. 385-386.

¹⁸⁰ RELATÓRIO 15/08/1923. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 31 de Maio de 1923, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 1923.** Porto Alegre: Typographia da Empreza Graphica Rio-Grandense, Editora d’O Diário. 1923. p. 582.

Com tais medidas, Torres Gonçalves buscava garantir a proteção sob dois aspectos principais: material e moral. Resumidamente, sob o ponto de vista material, o governo pretendia possibilitar, da forma mais rápida possível, a garantia da subsistência dos indígenas através de seus próprios recursos. Já sob o ponto de vista moral, buscava-se garantir o respeito à sua organização própria, seus costumes e às suas crenças. Naturalmente, um positivista ortodoxo como o diretor da DTC não idealizava manter as populações indígenas em um estado arcaico e “fetichico”, o que contrariaria seus próprios ideais. Contudo, com a crença de que respeitadas as suas crenças e organização, sem imposições forçadas ou violentas, confiava que tal situação se prolongaria somente por mais algum período, após o qual, “a marcha incessante da evolução social e o estabelecimento de uma melhor situação sobre a Terra, a venha modificar, gradual e humanamente, sem dores, como sem repulsa por parte de nossos irmãos fetichistas...”¹⁸¹

Entretanto, mesmo com as políticas protecionistas, nem sempre os responsáveis por cumprir o regulamento levavam a cabo suas funções dentro das áreas demarcadas para os indígenas. Luiza Kliemann, em seu clássico estudo sobre a questão agrária no Rio Grande do Sul, afirma que os casos de usurpação de terras dos índios repetiam-se mesmo após os decretos do governo estadual, ocasionando certas formas de extermínio das populações indígenas. Entre os fatores apontados pela autora que contribuíam para essa usurpação, destacam-se:

I – a desagregação da ordem tribal por intervenção dos diretores dos aldeamentos e da catequese; II – o remanejamento de índios de suas áreas territoriais para abrigar particulares ou defender intrusos, feito tanto pelo governo como por particulares; III – o insuflamento de conflitos internos que dividiam política e geograficamente os índios, e de conflitos que jogavam umas tribos contra as outras.¹⁸²

Como exemplo da desagregação interna, cabe lembrar que no período entre 1914 e 1929 há uma importante redução do número de indígenas habitando os Toldos demarcados. Mesmo com o indicativo de melhorias apresentadas através dos relatórios da DTC, o número de indígenas presentes nestes estabelecimentos cai ano a ano. Em 1914,

¹⁸¹ *Ibid.* p. 386.

¹⁸² KLIEMANN, 1986, *Op. cit.*, p. 135.

contabilizavam 2800 os indígenas habitantes dos Toldos do Rio Grande do Sul.¹⁸³ Esse número cai para 2534 em 1920¹⁸⁴, 2421 em 1921¹⁸⁵ e 2007 em 1929.¹⁸⁶ O próprio Toldo de Nonoai, conforme já indicado anteriormente, possuía em 1911 uma população de aproximadamente 450 indígenas, número que ficou reduzido em 1922 a 360 pessoas¹⁸⁷, mantendo-se este número até 1930.¹⁸⁸

Ainda que o critério ou o rigor dos censos promovidos pelas Comissões de Terras ou pelos encarregados dos Toldos sejam passíveis de questionamentos, é notável que em nenhum deles se perceba um crescimento da população, o que se esperaria, tendo em vista as constantes referências apontadas nos relatórios sobre melhorias das condições de vida dos índios, a produtividade das suas lavouras e sua “alegria” em ter o estado como protetor. A virtual sensação de bem estar, neste caso, não é acompanhada por um de seus reflexos principais: o aumento populacional.

Concernente ao Toldo de Nonoai, não consta nos relatórios da DTC informações mais detalhadas sobre a situação específica do mesmo. Porém, analisando estatisticamente os dados gerais dos relatórios, percebe-se que a situação do mesmo era tão precária quanto a dos outros

¹⁸³ RELATÓRIO 25/08/1914. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 9 de julho de 1914, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 25 de agosto de 1914.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo. 1914. p. 184.

¹⁸⁴ RELATÓRIO 16/08/1921. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 31 de maio de 1921, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 16 de agosto de 1921.** Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. 1921. (anexo s/p.).

¹⁸⁵ RELATÓRIO 15/08/1922. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 31 de maio de 1922, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 1922.** Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. 1922. (anexo s/p.).

¹⁸⁶ RELATÓRIO 07/1930. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1929 publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em Julho de 1930.** Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. 1930. p. 766.

¹⁸⁷ RELATÓRIO 15/08/1922, Op. cit., s/p.

¹⁸⁸ RELATÓRIO 07/1930, Op. cit., p. 766.

Toldos. É importante salientar que, nos escassos dados estatísticos apresentados sobre este Toldo entre 1920 e 1921, não se oferece nenhum dado sobre sua produção agropecuária ou extrativista, o que deveria ser encaminhado pelo encarregado à Comissão de Terras e por esta à DTC. Somente em 1923 aparecem dados de produção de Nonoai, e mesmo assim, somente sobre a produção de um item específico: “900 arrobas de fumo.”¹⁸⁹

Em suma, depreende-se através da análise dos relatórios da DTC, que a Proteção Fraternal dos indígenas jamais foi exatamente uma unanimidade entre os integrantes das Comissões de Terras, os encarregados dos Toldos e mesmo por muitas das autoridades ligadas à DTC e à Secretaria de Negócios e Obras Públicas do RS. Entendo ainda que este Serviço constituía-se muito mais da aspiração de Torres Gonçalves e alguns poucos correligionários do mesmo, ligados à IPB (Igreja Positivista Brasileira), em promover uma “patriótica tarefa”, uma remissão dos abusos cometidos contra as populações indígenas durante o período colonial e imperial. Sem apoio político e sem verbas, o *Serviço de Proteção Fraternal aos Indígenas do RS* nunca alcançou seus objetivos de garantir terras, educação e paz para os indígenas.

Com a destituição de Torres Gonçalves da direção da DTC em 1928, logo após a eleição de Getúlio Vargas à presidência do estado, o *Serviço de Proteção Fraternal aos Indígenas do RS* deixa de ter maior destaque nos relatórios de Secretaria de Obras Públicas. A mudança de mentalidade, bem como de ações práticas para a garantia das terras reservadas aos indígenas, agravaram um quadro já bastante desfavorável aos nativos desse estado. No relatório da DTC referente ao ano de 1929, o novo secretário tenta justificar a crítica situação dos Toldos:

Nômade por índole e instavel por natureza não é do feitio do selvícola

colonizar suas terras como o faz o immigrante e muito menos vae nos seus moldes prover-se de roupa e alimentação.

Nas reservas em terras devolutas que ficaram respeitadas para a exclusiva utilização dos índios, estão formados vários toldos em S. Rosa, Palmeira, Erechim e Lagôa Vermelha; nelles mantem o governo do Estado guardas que devem attender a todas as suas precisões; não

¹⁸⁹ RELATÓRIO 15/08/1923, Op. cit., s/p.

obstante são frequentes as sortidas de bandos inteiros que demandam às sedes das Comissões a procura de vestuário, cobertas, alimentos e ferramenta.

Dentro dos recursos orçamentários votados annualmente, tem sido feita a respectiva assistência, mas aparentemente ha falta de melhor fiscalisação e mesmo de uma certa catechese, que tenha por objectivo, pelo menos, evitar que esses remanescentes das raças originarias do Estado se dizimem pelas molestias e pela alcoolatria.

Reduzidos como vão ficando de anno para anno os toldos, está indicando sua reunião em um ou dois em cada Comissão, onde toda a assistência material, moral e social melhor se faria.¹⁹⁰

Através deste pormenor, como se percebe, atribui-se aos “vícios” e à “índole” dos indígenas o fracasso do Serviço. Percebe-se ainda que não restou nenhuma herança dos ideais positivistas de Carlos Torres Gonçalves na nova proposta governamental de assistência (e não mais proteção) aos indígenas. Se antes de 1930 havia pelo menos a ideia de respeitar os costumes e a organização sócio-cultural dos indígenas, agora já são inferiorizados novamente em comparação aos colonos, por não possuírem suas mesmas concepções produtivistas. Claros estão ainda os objetivos de diminuição de áreas reservadas aos nativos, cujas terras certamente se destinariam a lotes para colonização. Pela concepção do novo diretor (e do governo estadual de forma geral), os indígenas nada mais eram do que um imenso fardo para carregar.

A década de 1930 marca o fim da política de proteção aos indígenas, proposta por Carlos Torres Gonçalves. Há uma mudança de postura com relação aos indígenas, advinda com as novas políticas do PRR, agora muito mais preocupado em atender às oligarquias rurais e empresas colonizadoras. Nesse momento, de acordo com Lúgia Simonian, o estado passa a atuar direta e indiretamente como

¹⁹⁰ Ibid.

expropriador oficial das terras dos índios.¹⁹¹ Ocorre, dessa forma, uma invasão acentuada dos territórios indígenas por parte de pequenos posseiros, peões desempregados da região da campanha, e sobretudo, por grandes e médios agricultores, em busca de terras para o cultivo do trigo.

Por conta da situação cada vez mais calamitosa em que se encontravam os Toldos e os índios do Rio Grande do Sul, finalmente, no início da década de 1940, o governo do estado entrega sua tutela ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A partir de 1941, portanto, além da Colônia Agrícola Indígena do Ligeiro, criam-se também os Postos Indígenas nas áreas dos antigos Toldos, subvencionados ao órgão federal de proteção e assistência aos indígenas, entre os quais o Posto Indígena Nonoai.

1.3.3. Entre campos e litígios: os Kaingang na região dos rios Chapecó e Chapecozinho

A história dos indígenas do oeste catarinense está intrinsecamente ligada à história dos indígenas do Paraná e do Rio Grande do Sul, notadamente, quando se analisa o caso dos Kaingang. Além dos laços de parentesco que unem muitas das famílias deste grupo, há uma imensa trajetória de lutas e alianças firmadas pela busca de garantias sobre suas terras. Mesmo assim, alguns episódios históricos são particulares a determinados povos, tendo em vista as estratégias estabelecidas para garantir o reconhecimento governamental de porções de terra para manutenção de suas comunidades.

Conforme enfatizado anteriormente, as frentes pastoris e coloniais que invadiram as áreas correspondentes ao oeste catarinense a partir do início do século XIX, chocaram-se inevitavelmente com os indígenas habitantes desse território. São diversos documentos e fontes bibliográficas que indicam uma ocupação indígena muito anterior aos litígios nacionais e internacionais ou às invasões, apropriações indébitas, desflorestamento, entre outras formas de espoliação territorial. Sendo assim, tentarei delinear um pouco a presença indígena na região, especialmente tratando da ocupação dela pelos Kaingang.

¹⁹¹ SIMONIAN, Ligia T. L. **Terra de Posseiros**: um estudo sobre as políticas de terras indígenas. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional. UFRJ, 1981. p. 133.

É impossível tentar um esboço histórico dos indígenas do oeste catarinense sem passar um pouco pela história de São Paulo e do Paraná. Isso porque, quando se evidenciam as questões indígenas dentro de um panorama geopolítico colonial, imperial e mesmo republicano, depara-se, inexoravelmente, com uma série de questões de ordem emancipatória e/ou de autonomia administrativa¹⁹², que acabam atingindo direta ou indiretamente os povos indígenas. No que se refere ao oeste de Santa Catarina, as informações delimitadas para evidenciar a presença indígena na região, referem-se ao período posterior à invasão dos Campos de Guarapuava (*Koran-bang-rê*) em 1810, quando, após mais de quarenta anos de resistência indígena na região, os Kaingang são derrotados pelas tropas de Diogo Pinto de Azevedo Portugal.¹⁹³

Na esteira da conquista de Guarapuava ocorre a conquista dos Campos de Palmas (*Krei-bang-rê*), consumada em 1839, após inúmeras expedições de soldados e fazendeiros ao local. Por conseguinte, “exploradores saídos dos povoados próximos como Palmeiras e Guarapuava com intenção de povoar novos campos abriam novas picadas e queimavam os campos para tomar posse e estabelecer a criação de animais, principalmente o gado bovino.”¹⁹⁴ Destarte, em 1839, os fazendeiros já haviam instalado 37 fazendas na região, com mais de 30 mil cabeças de gado, além de fundarem a Vila de Palmas.¹⁹⁵ Em consequência da instalação das fazendas, os povos indígenas remanescentes acabaram sendo afastados dos campos para as matas, de onde passaram a efetuar “carrerias” nas fazendas, causando muitos prejuízos aos proprietários.

¹⁹² Lembro novamente que a região do atual oeste de Santa Catarina fez parte do Estado do Paraná até 20 de outubro de 1916, quando ocorre a assinatura do Acordo de Limites entre os dois estados. No caso do Paraná, este tornou-se independente da província de São Paulo apenas em 1853, através da Lei nº 704, de 20 de agosto deste mesmo ano. Maiores informações em: MOTA, 1994; MACHADO, 2004.

¹⁹³ A invasão dos chamados Campos de Guarapuava ainda é reflexo das Cartas Régias de novembro de 1808 e abril de 1809, que estabeleciam a guerra contra os índios que “matavam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários estabelecidos nesses campos”, devendo os mesmos serem combatidos, catequizados, civilizados e seus territórios deveriam ceder lugar às prósperas fazendas de gado. MOTA, Lúcio; NOVAK, Eder. **Os Kaingang do Vale do rio Ivaí: história e relações interculturais**. Maringá: EDUEM, 2008. p. 62-63.

¹⁹⁴ SOUZA, 2012, Op. cit., p. 264.

¹⁹⁵ MOTA & NOVAK, 2008, Op. cit., . 64.

O presidente da província de São Paulo no ano de 1841, Raphael Tobias de Aguiar, noticia através de seu discurso anual à Assembleia Legislativa, o descobrimento de novos campos a sudoeste de Guarapuava, informando que em todos os campos, inclusive no de Palmas, existiam diversas tribos indígenas, sendo necessário, para evitar atritos e proceder com a assistência aos mesmos, que se tomasse alguma deliberação para o serviço de catequese dos nativos. Aguiar afirma que, nos Campos de Palmas, “existem muitas tribus, e que uma d’ellas bastante numerosa veio com seu chefe estabelecer-se junto d’uma das fazendas que alli vão se formando, comportando-se com muita docilidade, e desejo de viver em harmonia com os povoadores.”¹⁹⁶

Esta tribo, de que fala o presidente Aguiar, era liderada por um cacique que, à época, já começava a angariar fama devido às suas habilidades de negociador com outros líderes Kaingang e com os governos provinciais. Seu nome era Victorino Kondá. De acordo com Wilmar D’Angelis, Victorino Kondá tornou-se uma peça chave para a permanência brasileira nos Campos de Palmas.¹⁹⁷ É realmente notória a fama de Kondá, que, apesar de nascido em Guarapuava, fixou-se durante muito tempo em Palmas, onde atuou como arregimentador dos indígenas “arredios”.

Kondá também alcançou uma influência bastante significativa sobre outros caciques Kaingang, não somente em Palmas, mas ainda na região do aldeamento de Nonoai, em Guarapuava e no Irani.¹⁹⁸ Este cacique exercia uma liderança muito forte, comandando uma singular guarda indígena que percorria praticamente toda a região dos Campos de Palmas. Por outro lado, possuía também algumas grandes rivalidades, principalmente com os Kaingang então resistentes ao contato pacífico com os *fóng* (portugueses) e aos aldeamentos.

Analisando alguns referenciais toponímicos e aspectos da tradição oral dos Kaingang, Wilmar D’Angelis evidencia uma ação constante de Kondá na região onde se situará o Posto Indígena Xapecó. De acordo com este autor, as incursões de Kondá eram frequentes nos

¹⁹⁶ DISCURSO 07/01/1841. **Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Raphael Tobias de Aguiar no dia 07 de janeiro de 1841, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa de S. Paulo.** São Paulo: Tipographia de Costa Silveira, 1841. p. 13.

¹⁹⁷ D’ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 28.

¹⁹⁸ RIESEMBERG, Alvir. Kondá e Viri. In: **A Nau São Sebastião.** Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, 1978. pp. 6-7. Apud: D’ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 30.

“Campos do Chapecó”, que não deve ser confundido com a cidade de Chapecó, pois refere-se aos campos da margem norte do rio Chapecó, entre as cidades de Abelardo Luz e Palmas.¹⁹⁹ Como referência da tradição oral dos Kaingang, o autor aponta o depoimento do Kaingang José Domingos Panuekã, de Nonoai: “O índio Condá ele morava aqui (em Chapecó ou Santa Catarina). Quem era mesmo de Nonoai era o Nonowöyn (Nonohay) não se dava com os brancos, sempre brigava, o índio Condá foi lá dizer pra ele: vamos parar, vamos acalmar. Então ele parou.”²⁰⁰

Por meados da década de 1840, a população indígena habitante do atual oeste de Santa Catarina encontrava-se dispersa pelo território, dividida entre populações que aceitavam um contato pacífico com as frentes de ocupação luso-brasileiras e outras hostis ao contato, as quais preferiam refugiar-se nas matas limítrofes às regiões de campos:

Os Kaingang arredios teriam concentrado suas localizações no Irani e sua região Leste, no médio rio Xaçecó e região Oeste dele. Os grupos Kaingang simpáticos aos novos ocupantes mantiveram-se na região do Xaçecó e Xaçecozinho (sempre no ponto de confluência com a estrada); no Xanxerê; no Passo do Carneiro; no Toldo da Serrinha e famílias no Palmital e no Goio-En.²⁰¹

Constituíam populações já bastante prejudicados em seus fundamentos socioculturais, pois vinham há tempos perdendo a perspectiva de manutenção das formas de organização social, as práticas agrícolas e seus rituais tradicionais. A constante pressão territorial e populacional não permitia mais a manutenção dos seus antigos usos e costumes. Sílvio Coelho dos Santos considera que o próprio engajamento do índio como mão de obra teve profundos reflexos na vida tribal e, além disso, com o contato, proliferou-se a contaminação por doenças então desconhecidas pelos índios (gripe, sarampo, pneumonia, tuberculose) causando um grave desequilíbrio demográfico

¹⁹⁹ Ibid. p. 32. OBS: Estes campos são provavelmente os mesmos que aparecem em algumas obras e documentos como Campos de Xanxerê.

²⁰⁰ Depoimento do Kaingang José Domingos Pénuékã, da Aldeia Bananeiras, Nonoai, ao autor, em 12 de abril de 1984. Arquivos Cimi Regional Sul, Xanxerê-SC. Ibid. p. 34.

²⁰¹ Ibid. p. 39.

entre os mesmos e acentuando os problemas referentes à sua organização tradicional e sua territorialidade.²⁰²

Mesmo após a publicação do Decreto nº 426 de 1845, não foi estabelecida nenhuma área de aldeamento para os Kaingang da região dos Campos de Xanxerê. Havia, isto sim, apenas algumas concentrações irregulares de indígenas em áreas determinadas nos Campos de Guarapuava e nos Campos de Palmas. Além disso, existiam diversos grupos espalhados pelo território, os quais imprimiam forte resistência à instalação de fazendas e abertura de estradas. A própria situação dos poucos aldeamentos indígenas existentes na província de São Paulo em meados do século XIX era bastante precária. Tanto que havia, por esta época, apenas dois que mereciam tal caracterização pelo presidente José Thomaz Nabuco d'Araujo: os aldeamentos de São João Batista, no município de Itapeva e o aldeamento de Itariri, no município de Iguape.²⁰³ Sobre a existência de aldeamentos nas regiões de Guarapuava e Palmas, o mesmo presidente acrescenta em seu discurso que os mesmos “se dissolverão, e extinguirão sucessivamente em razão de terem sido os Índios a eles pertencentes barbaramente trucidados, e esbulhados das terras...”²⁰⁴

A situação dos indígenas não parece se alterar após a mudança de jurisdição provincial na região, como se pode perceber no relato do presidente da província do Paraná em 1854, Zacarias de Góes e Vasconcellos:

He uma desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, nesta província, onde os índios selvagens aos milhares (a camara municipal de Guarapuava avalia em mais de 10 mil os que percorrem os sertões do Paraná) habitão o território de certos municípios, onde no districto dos Ambrózios, 12 legoas pouco mais ou menos desta cidade os indígenas ameação a segurança da

²⁰² SANTOS, 1970, Op. cit., p. 36.

²⁰³ DISCURSO 1/05/1852. **Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Thomaz Nabuco d'Araujo, presidente da provincia de São Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.º de maio de 1852.** São Paulo, Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852. p. 29.

²⁰⁴ Ibid. p. 31.

gente civilisada, não existe hum aldeamento regular.²⁰⁵

Informações do mesmo Góes de Vasconcelos dão conta da situação dos indígenas de Palmas neste mesmo ano de 1854. Segundo o presidente, o dito aldeamento, liderado pelo Cacique Viri, “achava-se reduzido á miséria de não ter terrenos sufficientes que cultive nem os recursos mais indispensáveis á existência.”²⁰⁶ Entre os problemas apontados estão a falta de um diretor geral para coordenar os serviços nos aldeamentos e missionários que levassem a religião aos indígenas.²⁰⁷

Esta condição parece alterar-se no ano seguinte, pois foram encontrados indícios nos relatórios presidenciais sobre a nomeação de um Diretor Geral dos Índios da província, em consonância com as prerrogativas estabelecidas no Decreto nº 426. O Diretor nomeado para organizar a assistência aos indígenas era um fazendeiro residente em Castro, chamado Manoel Ignácio do Canto e Silva.²⁰⁸ Concomitante à nota sobre a nomeação do Diretor Geral, estão informações sobre a reestruturação do aldeamento de Palmas, para o qual já havia sido nomeado um administrador, restando apenas a presença de missionários para os trabalhos de catequese.²⁰⁹

Um ano depois, em 1856, já encontra-se relatos que indicam a existência de três aldeamentos funcionando na província, sendo eles: Palmas e Guarapuava, com maioria da população Kaingang e Jatahy, destinado aos Caiuá (Guarani/Kaiowá).²¹⁰ O aldeamento de Palmas

²⁰⁵ RELATÓRIO 15/07/1854. **Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854.** Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. p. 60.

²⁰⁶ Ibid. p. 60.

²⁰⁷ Ibid. p. 61.

²⁰⁸ RELATÓRIO 08/02/1855. **Relatorio do presidente do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcelos apresentado á Assembléa Legislativa Provincial no dia 08 de fevereiro de 1855.** Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855. p. 45. Canto e Silva exercerá o cargo por pouco tempo, pois seus interesses pelas terras dos indígenas logo foram contestados pelo presidente. Em 1856, assume o cargo o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures.

²⁰⁹ Ibid. p. 46.

²¹⁰ RELATÓRIO 01/03/1856. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em**

parece ser o mais bem estruturado dos três, contando naquele ano com 160 indígenas, comandados pelo cacique Virí. O vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan considera o aldeamento mal estabelecido, por conta da pouca extensão do território reservado para os nativos, mesmo assim, revela algumas das atividades desenvolvidas pelos mesmos: “Estes índios ocupão-se da criação de vacas, cavallos, porcos e aves tudo em pequena quantidade, e plantão feijão e milho, para o seu sustento. Sua industria fabril consiste em cestas, balaios, e alguns tecidos.”²¹¹

Mesmo com uma política oficial de aldeamento funcionando em Palmas, é bastante provável que muitos outros agrupamentos mantiveram-se em regiões distintas, motivados por interesses diversos, como alianças entre caciques, animosidades com facções rivais ou mesmo por interesses específicos, entre os quais as associações com fazendeiros e autoridades regionais. Levando-se em consideração os dados estatísticos que apontam uma população indígena estimada em 10 000 pessoas em todo o território da província e comparando-o com os dados sobre a ocupação dos três aldeamentos existentes em 1856 (que não chegavam a 1000 indígenas), ter-se-ia cerca de 90% da população indígena do Paraná estabelecida fora dos aldeamentos oficiais em 1856.²¹²

A falta de investimentos em aldeamentos e catequese dos indígenas na província do Paraná ocasiona uma situação semelhante ao que ocorreu no Rio Grande do Sul. Conforme destacado anteriormente, é possível constatar que a fixação de indígenas nos aldeamentos nunca ocorreu conforme os interesses governamentais. Sem o repasse de recursos para a infraestrutura dos mesmos, muitos deles eram fundados, funcionavam por um período e, logo depois, acabavam sendo extintos. Em certos períodos, quando havia incremento de verbas, eram feitas

exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856. p. 53.

²¹¹ Ibid. pp. 54-55.

²¹² Obviamente estes dados estatísticos apresentados às autoridades provinciais devem ser interpretados com a devida cautela, tendo em vista às circunstâncias e os interesses pelos quais eram apresentados, pois conforme Brighenti, os dados de 1878 davam conta de 3 a 4 mil índios “vagando pelos sertões”, e cerca de 800 a 900 nos aldeamentos. BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980.** Tese (Doutorado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2012. p. 103.

novas tentativas de arranchamento das populações retiradas. Contudo, logo que escasseavam as verbas, novamente os indígenas se retiravam para as matas e campos, sendo o aldeamento novamente extinto. Por este motivo, encontram-se nos relatórios nomes e quantidades de aldeamentos oscilando de ano para ano nas duas províncias.

Na região que constitui o atual oeste catarinense, havia muitos Toldos formados por indígenas que abandonavam os aldeamentos oficiais ou por grupos que continuavam resistindo ao sistema de confinamento do governo. Wilmar D'Angelis sugere que os Kaingang estavam distribuídos nos seguintes locais dentro do território que abarca o oeste de Santa Catarina:

Toldo Xaçecó, Toldo Formigas, Toldo Jacu e vários outros entre o médio Chapecó e o Chapecozinho: Chapecozinho, Toldos da Emigra, Irani e os matos a Leste dele atingindo os rios Ariranha e Jacutinga; Serrinha; proximidades do baixo rio Chapecó; região entre os rios Anta e Sargento; região de Dionísio Cerqueira.²¹³

Por esta época, o cacique Victorino Kondá, que havia se estabelecido em Nonoai desde 1853, por conta das perseguições feitas aos seus parentes Nicofé e Manoel Grande e também por atrasos nos seus soldos recebidos do governo do Rio Grande do Sul, retorna para a província do Paraná, indo assentar-se com seus seguidores na região dos Campos de Palmas, próximo ao rio Chapecó.²¹⁴ Esta região constituía importância estratégica para a Freguesia de Palmas e em especial para a província do Paraná, tendo em vista a riqueza dos ervais ali existentes.

É exatamente por causa da exploração dos ervais que começa a ser posta em xeque a presença dos Kaingang na região do rio Chapecó. Com o início da guerra contra o Paraguai, a exportação de erva mate brasileira tem um substancial aumento, sobretudo para o mercado argentino e uruguaio, o que dá início a um grande trânsito de pessoas e tropas pela região, ocasionando a ocupação dos ervais nativos. Os Kaingang passam a sofrer enorme pressão sobre as terras dos Toldos da região do rio Chapecozinho e da Emigra.²¹⁵ Os contingentes indígenas

²¹³ D'ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 47.

²¹⁴ RELATÓRIO 15/12/1856, Op. cit., p. 103.

²¹⁵ D'ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 49.

localizados em áreas distantes dos ervais seguiam ainda sem ser molestados, como é o caso dos Kaingang do Irani.²¹⁶

Com objetivos de aproveitar-se da mão de obra indígena na produção agrícola e, além disso, diminuir as tensões entre estes e os fazendeiros e coletores de erva mate, o governo do Paraná lança mão do Regulamento das Colônias Indígenas, aprovado em 1857, que transformava os aldeamentos em Colônias Agrícolas Indígenas.²¹⁷ No tocante ao aldeamento de Palmas, o mesmo foi transformado em Colônia Indígena de Palmas. Seu primeiro diretor foi Pedro Ribeiro de Souza e sua sede continuou próxima à Vila de Palmas.²¹⁸ Entretanto, tendo em vista a resistência dos indígenas em tornar-se colonos, como previa o projeto provincial, a iniciativa logo fracassa, pois os indígenas continuaram a viver em seus Toldos, efetuando correrias e/ou prestando serviços esporádicos aos fazendeiros e ervateiros.²¹⁹

Outra tentativa de estabelecer uma maior vigilância sobre o território e sobre os indígenas das adjacências do rio Chapecó aconteceu a partir de 1859, com o projeto de instalação de uma Colônia Militar²²⁰ na região. Entre os objetivos deste projeto estavam o de defesa da fronteira contra o avanço castelhano e a proteção dos habitantes dos Campos de Palmas e Campo Erê contra a incursão de “índios arredios”. Nesse último caso, a Colônia Militar serviria para atrair os mesmos para a civilização com o auxílio da catequese. O projeto, porém, fica longos anos no papel e só tem sua portaria publicada em 1880, tendo sido encarregado o Capitão José Bernardino Bormann para sua fundação.²²¹

²¹⁶ Ibid. p. 49.

²¹⁷ RELATÓRIO 07/01/1858. **Relatorio do presidente da provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858.** Curitiba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858. p. 22.

²¹⁸ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Indigenismo e Expansão Capitalista: Faces da agonia Kaingang. In: **Cadernos de Ciências Sociais**. n° 2, vol. 2, Florianópolis: PPGCS/UFSC, 1981. p. 20.

²¹⁹ Ibid. p. 20.

²²⁰ O governo imperial, através do Decreto-Lei n° 729 de 9 de novembro de 1850, orienta a criação de Colônias Militares por todo o território do Brasil. Através do Decreto n° 2502, de 16 de novembro de 1859, criava as Colônias Militares de Chapecó e Chopim, na província do Paraná. PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 216.

²²¹ Ibid. pp. 217-218.

Bormann chefiou a expedição incumbida de escolher o melhor local para a fundação da Colônia Militar. Partindo de Curitiba em 14 de novembro de 1881, chega em 02 de março de 1882 “no lugar denominado *Xancherê*, nos campos da cascavel, nas margens do rio *Xa-Embetkó*.”²²² O governador da província Carlos Augusto de Carvalho explica os motivos para a escolha deste local:

(...) depois de explorar o sertão que medeia entre os rios Alto Uruguai e Chapeco, resolveu o chefe da comissão estabelecer a colônia no *Xancherê*, pois reconheceu que dos terrenos da margem esquerda do Chapecó esse era o local que melhor se prestava ao estabelecimento de uma colônia, não só pela uberdade do seu solo como ainda porque melhor do que qualquer outro presta-se ao desenvolvimento da industria pastoril que pode vir a ser uma abundante fonte de renda para a colônia.²²³

A Colônia Militar do Chapecó, instalada onde hoje se situa o município de *Xanxerê*, “começou a receber os influxos decorrentes da população que procurava assentamento na Colônia e que pretendia sobreviver com base na atividade agrícola.”²²⁴ De acordo com a documentação analisada, foi por esta época também que se iniciou o apossamento e povoamento das terras indígenas da região por pequenos proprietários de terra. Este fato merece destaque porque, mesmo que a população indígena da região já encontrasse muitos trechos de sua área ocupada pelas fazendas de criação de gado, o impacto exercido pelos “novos” colonos vai ser muito mais violento no que tange à diminuição dos recursos naturais.

Em que pese os seus objetivos principais, Sílvio Coelho dos Santos considera que o sucesso da Colônia Militar do Chapecó traduziu-se muito mais no campo geopolítico do que propriamente em benefício da agricultura e pecuária da região. Isto porque, sua finalidade primordial foi concentrada na preservação das fronteiras brasileiras,

²²² MOTA, op. cit, 2012. p. 241.

²²³ RELATÓRIO 01/10/1882. **Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná pelo presidente da província Carlos Augusto de Carvalho em 01 de outubro de 1882.** Curitiba: Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, 1882. p. 108. Apud. MOTA, 2012, Op. cit., p. 241.

²²⁴ SANTOS, 1981, Op. cit., p. 21.

ameaçadas pelo litígio com a Argentina. Segundo este autor, “apenas cerca de 255 títulos de propriedade foram expedidos e os agricultores beneficiados, em regra praças que terminavam seu compromisso militar, se dedicaram a extração de erva mate, associada a prática de uma agricultura de subsistência.”²²⁵

Não há referências precisas sobre o número de indígenas que habitavam a região da Colônia Militar do Chapecó. Os diversos avisos do Ministério da Guerra, do Ministério da Agricultura e da própria presidência da província ao Capitão Bormann silenciam a respeito de dados censitários. Ao capitão, são expedidas ordens para aldear os indígenas que habitavam a região em uma área próxima à Colônia Militar. Bormann escolhe então o Toldo das “Formigas”, entre o Chapecó e o Chapecozinho, como destino para os indígenas que se encontravam dispersos.²²⁶ Este Toldo era dirigido então por Venâncio Kondá, filho de Victorino Kondá (neste momento já falecido).

Santos considera que não é possível precisar exatamente o número de indígenas que se encontravam aldeados no Toldo Formigas por essa época, nem mesmo a quantidade de aldeias que se situavam entre os rios Chapecó e Chapecozinho, no triângulo formado por estes dois rios e a estrada de tropas que cortava a área do Norte para o Sul, pois a documentação apresenta muitos dados conflituosos.²²⁷ De acordo com os informantes do autor, existiam diversos pequenos grupos de Kaingang pacíficos vivendo na área, sendo que a concentração de Formigas destacava-se por ser a maior e por se localizar próxima ao caminho de tropas. “Além disso, indicaram-nos que os índios de Formigas tinham tido seu Toldo na periferia da atual cidade de Xanxerê e que dali se afastaram pouco antes da instalação da Colônia Militar.”²²⁸

O destaque para a fundação da Colônia Militar do Chapecó justifica-se pelo fato de a mesma possuir uma importância singular no imaginário Kaingang da atual Terra Indígena Xapecó. Além de bastante próxima do território posteriormente demarcado aos Kaingang, aconteceram muitas relações de negociação e alianças entre os oficiais

²²⁵ Ibid. p. 21. Obs: O autor baseia suas conclusões através de informações obtidas em entrevista com o Sr. Olímpio Cavalheiro, realizada em 30 de abril de 1968, sendo o mesmo um antigo morador da Colônia Militar do Chapecó. (Nota de rodapé nº 2, p. 21).

²²⁶ MOTA, 2012, Op. cit., p. 243.

²²⁷ SANTOS, Op. cit., 1981, pp. 21-22.

²²⁸ SANTOS, 1970, Op. cit., p. 44.

militares e as lideranças indígenas dos Toldos Xaçecó e Formigas.²²⁹ O próprio Capitão Bormann “ficará na memória dos Kaingang de Xaçecó – cuja tradição oral registra seu casamento com uma indígena dali – enquanto que para os Kaingang do Irani não será conhecido.”²³⁰

Como a Colônia Militar estava praticamente isolada do restante do país em termos de estradas e comunicação, algumas providências foram tomadas pelo governo para diminuir este isolamento. Entre as principais medidas, está a instalação de uma linha telegráfica no início da década de 1890, ligando a região de Palmas, no Paraná, ao Goyo-Em no Rio Grande do Sul. Wilmar D’Angelis empreendeu uma busca pela tradição oral Kaingang para identificar a participação dos indígenas na construção dessa linha telegráfica. De acordo com o autor:

Contavam os Kofá Kaingang Bonifácio Luiz Ndokrign e Francisco Fernandes Kaneigrã (ambos naturais do Toldo do Embu ou Umbu, na margem esquerda do Chapecó), que na abertura da picada da linha telegráfica os Kaingang foram requisitados a trabalhar. Na forma de relatar a história oral, explicam que quando abriram a picada foram dando nomes aos lugares (ou, mais provavelmente, dando a conhecer ao Diretor esses nomes para registro).²³¹

Este relato coletado por D’Angelis tem importância no sentido de revelar, além da efetiva utilização da mão de obra indígena em trabalhos do governo federal, reforçar a presença Kaingang na região. A própria toponímica daquele espaço é herdeira de elementos da língua Kaingang. Conforme indica o autor, baseado nas memórias Kaingang, ao tempo que os trabalhadores iam avançando nas picadas, os indígenas explicavam os nomes dos locais para o Diretor Bormann, como por exemplo: *Xapetkó* (Xá + em+ mbitkó), que tornou-se Xaçecó; *Xapetkoxí* ou Chapecozinho; *Xã-xã-rê*, que ficou Xanxerê, *Goio-En* ao Rio Uruguai, entre muitos outras denominações Kaingang que permanecem até os dias atuais.²³²

²²⁹ D’ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 51.

²³⁰ Ibid. p. 51.

²³¹ Ibid.

²³² Ibid. pp. 51-52.

1.3.4. A reserva do Chapecozinho: entre a concessão e a grilagem

Torna-se necessário, novamente, acionar a memória Kaingang através do relato de D'Angelis, para revelar alguns aspectos da negociação entre os Kaingang e o governo do Paraná por um espaço de terra para os indígenas da região do rio Chapecó. Segundo consta na pesquisa deste autor, logo após a conclusão dos trabalhos na linha telegráfica, tendo ido um oficial com dinheiro para o pagamento dos indígenas, um cacique Kaingang alertou: “Olha, nós precisamos de terra pra criar nossos filhos, que nós não vamos andar criando nossos filhos nas copas dos pinheiros. Nós não somos macacos” – ‘E onde vocês querem a terra?’, perguntou o oficial. ‘Entremio do Chapecó e o Chapecozinho, respondeu o cacique’.²³³ O cacique a que se refere D'Angelis é o cacique Vanhkrê, cujo prestígio é enorme entre os Kaingang da TI Xaçecó na atualidade, tendo inclusive seu nome emprestado à maior escola indígena do estado de Santa Catarina, situada na Aldeia Jacu (ou Aldeia Sede) naquela TI.

Pela referência acima, percebe-se, portanto, que a presença indígena no território era significativa e que os mesmos não possuíam garantias sobre suas áreas de ocupação por estar a área constantemente atravessada por tropeiros e ervateiros. Sentindo a necessidade de garantir um espaço para seus descendentes, o cacique Vanhkrê, estabelecido no Toldo Formigas, insistiu com o governo do Paraná para a delimitação da área específica para seus comandados. Delimitação esta que os Kaingang conseguem através do Decreto nº 7, de 18 de junho de 1902, firmado pelo governador Francisco Xavier da Silva.

O Governador do Paraná, atendendo o que a tribu de índios Coroados de que é Chefe o cacique Vaicrê em número aproximado de duzentas almas, acha-se estabelecido na margem do rio Chapecó, no município de Palmas, e considerando que é necessário reservar uma área de terras que os mesmos índios possam, com a necessária estabilidade, dedicar-se à lavoura, a que estão afeitos; usando da autorização que lhe confere o artigo 29 da Lei nº 68 Decreta:

²³³ Ibid. p. 52.

Art. Único: Fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas Coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra.²³⁴

Sílvio Coelho dos Santos contesta o caráter humanitário e benevolente muitas vezes atribuído ao governo do Paraná, pelo fato deste ter concedido uma área para o aldeamento dos indígenas. Segundo este autor, as autoridades governamentais sabiam da existência de muitos outros Toldos fora da área delimitada entre os rios Chapecó e Chapecozinho. Portanto, ao aldear os Kaingang em uma área determinada, o governo tencionava eliminar os problemas ocasionados pelos ataques às propriedades vizinhas dos Toldos, que causavam grandes prejuízos devido ao abate do gado e ao saque às roças.²³⁵

Além disso, a cláusula “salvo direito de terceiros”, deixava uma abertura para a reivindicação das terras por qualquer um que apresentasse documentação de posse das mesmas. Isto acabou ocorrendo quando as áreas das fazendas do Marco, Alegre do Marco, São Pedro e São Francisco, todas com registros originais do século XIX, foram requisitadas por alguns destes “terceiros”.²³⁶ Nos mapas a seguir, pode-

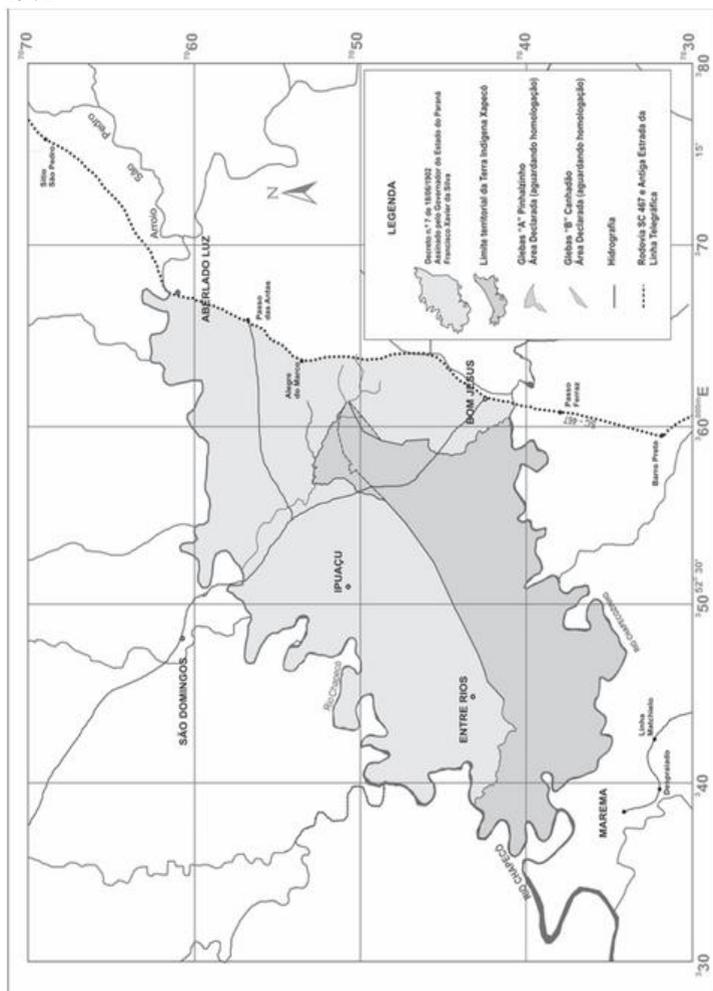
²³⁴ DECRETO n.º 7, 18/06/1902. **Área dos Índios Coroados – Kaingang – Governo do Estado do Paraná.** Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14º da República. (Cópia) Acervo LABHIN/UFSC, Florianópolis/SC.

²³⁵ SANTOS, 1981, Op. cit., p. 24-25.

²³⁶ D'ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 60. Em sua tese de doutorado, Clovis Brighenti fornece detalhes sobre a titulação das fazendas no interior da terra reservada para os Kaingang do Xaçepó. Segundo o autor, no ano de 1943, o então inspetor da 7ª Inspeção Regional do SPI, Deocleciano de Souza Nenê elaborou um substancial histórico sobre o que dispunha o Decreto nº 7. Nele, Nenê afirmava que existiam 6 fazendas no interior da área, sendo que das 6, pelo menos 3 foram tituladas e uma, a Fazenda São Pedro, foi registrada em abril de 1856 na Vila de Guarapuava, com 72.600.000 m². Além dela, a Fazenda do Marco foi titulada em 9 de abril de 1895 com 175.063.032 m²; a Fazenda Alegre do Marco, registrada em 1º de agosto de 1898 com 30.153.717 m² e a Fazenda Santa Luzia, registrada em 23 de março de 1899, com 3.364.087 m². Além destas teriam sido registradas a Fazenda São Francisco, com 48.400.000

se perceber o contraste entre a área original destinada aos Kaingang pelo Decreto nº 7 e as áreas reivindicadas pelos fazendeiros.

Figura 5: Área reservada pelo Decreto nº 7 de 18 de junho de 1902.



Fonte: BRIGHENTI, 2012, Op. cit., p. 244. Mapa elaborado por Carina Santos de Almeida a partir de D'ANGELIS, 2002

m² e a Fazenda Chapecozinho, com 83.366.300 m². Ver: BRIGHENTI, 2012, Op. cit., p. 242.

A área originalmente reservada para os Kaingang possuía aproximadamente 50.000 ha, localizada no triângulo formado pela confluência dos rios Chapecó e Chapecozinho, até o antigo caminho de tropas, percorrido então pela linha telegráfica que ligava a Colônia Militar ao restante do país. A região, rica em cobertura florestal com grande quantidade de madeiras de lei, logo atraiu a atenção de muitos interessados. Tendo em vista “a tradição colonial de o acesso à propriedade da terra somente privilegiar quem tinha cabedais, e ou possibilidade de receber as benesses do Governo, o Decreto efetivamente resguardou os direitos de quem tivesse documentação de posse ou propriedade...”²³⁷

Um dos grandes interessados nas terras da região era o comerciante de Passo Fundo (RS), Alberto Berthier de Almeida, cuja alegação de possuir uma área de 83.366.300 m² na margem direita do rio Chapecozinho (portanto dentro da área reservada aos indígenas pelo Decreto nº 07, de 1902), estava baseada numa suposta procuração dos herdeiros de José Joaquim Gonçalves, que obteve os direitos sobre as terras desta região em 1859 através do vencimento de uma hipoteca. Berthier de Almeida recusa o caráter estipulado pelo governo do Paraná quando da doação de terras aos índios, negando o caráter de terras devolutas das mesmas.²³⁸ Sobre a presença indígena na área, Berthier alega que, “no ano de 1927 as terras começaram a ser invadidas pelos índios coroados, que se localizaram dentro da propriedade, no lugar ‘Jacu’, vindos dos Toldos ‘Pinhalzinho e Umbú’, abandonando-os, e eram situados, também, em terras de domínio particular.”²³⁹

Conforme explanado anteriormente, existem evidências concretas sobre a presença indígena nesta área pelo menos desde meados do século XIX. Há tempos os Kaingang resistiam à invasão das suas terras por posseiros e grileiros, tendo, inclusive ocorrido atritos sérios no local em que Berthier alegava ser sua propriedade (ou de seus representados) no início da década de 1920, após o próprio Berthier ter conseguido autorização para efetivar a medição das terras que pleiteava. Santos revela que “os índios [...] reagiram à presença da turma encarregada dos serviços de medição, inclusive atacando o acampamento dos

²³⁷ SANTOS, 1981, Op. cit., p. 26.

²³⁸ AGOSTINELLI, Hélio Armando. **Memorial sobre o processo movido por Alberto Berthier de Almeida sobre as terras do Chapecozinho, encaminhado à diretoria do SPI**. Porto Alegre: 28 de março de 1966. p. 3. Arquivo FUNAI, Brasília/DF.

²³⁹ Ibid. p. 3.

agrimensores.²⁴⁰ No episódio descrito por Santos, inclusive, teria ocorrido a morte de um funcionário de Berthier de Almeida, o que acarretou na presença policial na área.²⁴¹

Luis Fernando Laroque, em sua tese sobre as lideranças Kaingang no Sul do Brasil, relata que habitavam no Toldo Jacu, no início da década de 1920, um grupo composto por cerca de 200 indígenas, liderados pelo *Pã'í mbâng* Chrispim Chaves, o qual, após o avanço da grilagem que atingia seu território, “resolveu, juntamente com alguns guerreiros, em fins de maio de 1923, dirigir-se a Curitiba a fim de pedir ajuda às autoridades.”²⁴² Sobre a ida dos indígenas à Curitiba, Arthur Martins Franco explica que:

Vieram estes indios pedir providencias contra o esbulho de suas terras, que a sanha dos ‘grilheiros’ insaciaveis lhes vem roubando, no mais hediondo e clamoroso attentado á desprotecção em que vivem, segregados das garantias sociaes, entregues a si mesmos, ao mais cruel abandono, ao mais doloroso desamparo.²⁴³

Chama atenção neste relato o fato de o grupo Kaingang ter se deslocado até Curitiba para buscar auxílio do governo do Paraná para resolver sua situação, quando o natural seria recorrerem ao governo de Santa Catarina, o qual, desde 1917, legislava sobre as terras do oeste. Provavelmente os indígenas não acreditavam que o governo catarinense lhes prestasse algum auxílio, tendo em vista que já havia autorizado a medição das terras requeridas por Alberto Berthier de Almeida.

Por este período, o SPI, que atuava então somente junto aos Xokleng do Posto Indígena Duque de Caxias, no Vale do Itajaí, já estava consciente dos acontecimentos na área indígena do Chapecozinho, pois na mesma visita do cacique Chrispim Chaves à Curitiba, os indígenas são hospedados na sede da 7ª Inspetoria Regional e transmitem ao Inspetor Regional os detalhes sobre a tentativa de

²⁴⁰ SANTOS, 1970, Op. cit., p. 46.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² LAROQUE, 2007, Op. cit., p. 288.

²⁴³ FRANCO, Arthur Martins. **Em defeza do Índio e do Sertanejo contra “o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” no Estado do Paraná.** Curityba: Companhia Editora “O Estado do Paraná”, 1925. P. 119. Apud: LAROQUE, Ibid.

esbulho das terras. O Inspetor José Maria de Paula, ao tomar conhecimento das ocorrências naquela região, encaminha uma série de telegramas ao Governador do estado de Santa Catarina e ao Secretário da Fazenda do mesmo, solicitando medidas para impedir a medição das terras, pois caso contrário, haveria conflitos muito sérios entre os Kaingang e a equipe encarregada pela medição.²⁴⁴

Como o governo catarinense manteve-se relapso em relação ao caso, o SPI encaminha pessoal de seus quadros para intermediar a questão e tentar impedir o confronto entre indígenas e agrimensores. Conforme relato do Inspetor Regional, José Maria de Paula, o mesmo havia recebido telegrama do cacique Chrispim Chaves em setembro de 1923, informando “ser impossível evitar conflictos entre as turmas dos agrimensores e os índios, pois aquellas estavam violentamente despejando a gente do mesmo cacique.”²⁴⁵ O inspetor, imediatamente encaminha telegrama para o governador de Santa Catarina, comunicando o fato e pedindo providências. Em resposta, recebe no início de outubro outro telegrama do chefe de polícia do estado, pedindo “providencias sobre o facto de estarem os indios reunidos em Chapecó com o propósito de impedir à mão armada a demarcação daquellas terras.”²⁴⁶

O fato é que, nem SPI e nem o governo de Santa Catarina estavam conseguindo tomar decisões concretas sobre os acontecimentos na área indígena. O que se percebe pelos relatos é um jogo de ameaças e acusações de ambas as partes. Quando do episódio em que resulta na morte de um agrimensor pelos indígenas, o governo acusa os indígenas de premeditação do ataque, pois haviam assaltado os trabalhadores quando os mesmos efetuavam a mudança de acampamento. O SPI, por

²⁴⁴ O Inspetor encarregado pela IR7 neste momento era José Maria de Paula, que através de um detalhado ofício-relatório, presta esclarecimentos à Direção do SPI no Rio de Janeiro sobre a situação envolvendo os indígenas do Chapecó. O documento é uma clara acusação contra a inércia do governo do estado para com o caso, pois, ao longo do mesmo, o inspetor alega o envio de diversos telegramas ao governo, solicitando às autoridades que interviessem no caso, o que era constantemente protelado pelos mesmos, afirmando que tudo estaria sob controle. Ver: OFÍCIO 31/12/1923. A questão da terra dos índios do Chapecó. **Ofício-relatório do Inspetor José Maria de Paula da IR7 ao Diretor do SPI no RJ.** Microfilme 064, Planilha 702. 1923. 14 fls. Acervo Museu do Índio – RJ.

²⁴⁵ Ibid. p. 11.

²⁴⁶ Ibid. p. 11.

seu lado, acusava o chefe de polícia local, Otaviano Santos, de aliciamento de paisanos para atacar os indígenas, os quais, percebendo a ofensiva, conseguem se defender da emboscada, que resultou na morte de um dos homens do delegado.²⁴⁷

Mesmo sem a certeza sobre por parte de quem teria sido desferido primeiramente o ataque, pode-se extrair através do relato do Inspetor José Maria de Paula, uma importante evidência sobre a efervescência da questão, que considero o mais importante neste momento:

Do que verifiquei o mencionado Inspector naquella região, resulta a convicção plena que, de facto, os índios ali são perseguidos não só com consentimento mas até com a comparticipação ostensiva da auctoridade policial; sendo evidente o intuito de faze-los abandonar, pelo temor das violencias, como já quase todos vão abandonando, não só o terreno, como ainda plantações e criação que possuem, ficando assim espoliados, não só nas terras que em direito lhe pertencem, como até nos fructos de seu trabalho de tantos annos, reduzidos a miseria pela ganancia de aventureiros desalmados e pela inconsciencia dum Governo que, a cumprir o seu dever, fazendo Justiça, prefere galardoar apaniguados políticos com terras, arrancadas pelo terror e pela violencia aos pobres índios, cujos clamores, embora reforçados desasombradamente por esta Inspectoria, ainda não encontravam echo nessa Justiça, a cuja sombra se está praticando o mais revoltante dos esbulhos.²⁴⁸

É possível inferir que o governo de Santa Catarina não só sabia das ocorrências e da legitimidade do Decreto nº 7 de 1902, como auxiliou a promover a medição e o esbulho das terras dos índios, inclusive utilizando para isso seu aparato policial. Outra evidência clara do descaso do estado de Santa Catarina para com a questão dos indígenas está representada pela falta de informações sobre os mesmos

²⁴⁷ Ibid. p. 12.

²⁴⁸ Ibid. p. 14.

nas mensagens dos governadores. Na mensagem de 1923, nada consta sobre a situação dos indígenas e na mensagem de 1924, portanto, logo após os acontecimentos no oeste, uma frase sintetiza o que o governo conhece sobre os índios deste estado: “o serviço de catechese dos índios botocudos no Rio Plate continua, como dantes, a produzir seus efeitos benéficos para a colonização.”²⁴⁹ Para o governo, portanto, os únicos indígenas existentes em SC eram os localizados no vale do Itajaí, os quais, inclusive, já não estavam mais sob a tutela estadual desde 1914.

Esta postura do estado, de ignorar a questão dos índios na região oeste, é de certa maneira compreensível, pois, em um momento de expansão colonial naquela região, assim como a de afirmação das colônias do Vale do Itajaí, seria um enorme inconveniente tentar defender os índios que, na concepção do governo, “nada produziam” para o progresso agrícola e industrial do estado.

Ora, mas se o governo reconhecia a legitimidade do Decreto nº 7 de 1902, por que permitia a usurpação de boa parte da área reservada para os Kaingang? Um dos motivos pode ser a crença de que não existissem mais “índios puros” na região, sendo praticamente todos já mestiçados ou, como termo usual no período, em relação de “promiscuidade com os civilizados.”²⁵⁰ Com esta mentalidade, a medição da área reclamada por Berthier de Almeida acaba sendo concluída, mas frente às pressões dos indígenas e do próprio SPI, o governo de Santa Catarina não consegue aprovar a demarcação imediatamente, o que ocorrerá somente em 1927 e, ainda assim, sem a obtenção definitiva do título de propriedade.²⁵¹

²⁴⁹ MENSAGEM 22/07/1924. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1924 pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira vice-governador no exercício do cargo de Governador do estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 1924. p. 38.

²⁵⁰ Esta expressão é bastante usual nos ofícios e relatórios dos governos desde os tempos do Império, sobretudo para referir-se aos indígenas que viviam perto de áreas já bastante ocupadas pela população não indígena. Alguns encarregados do SPI também adotarão esta expressão em seus relatórios, para definir as relações entre indígenas e os nacionais, agregando à mesma atributos negativos e desqualificadores em oposição à categoria dos “índios puros”, idealizados a partir de critérios próprios de conceituação e identificação. Sobre a construção dessa oposição entre “índios puros” e “índios misturados” por parte das agências indigenistas, ver: OLIVEIRA, 1998. pp. 47-68.

²⁵¹ SANTOS, 1970, Op. cit., p. 47.

O interesse de Berthier de Almeida pela área não correspondia inicialmente à exploração agrícola da mesma, mas sim, ao potencial madeireiro que a ela oferecia. O local ocupado pelos indígenas era um dos últimos redutos com matas nativas de grande valor para a comercialização, contando com expressivas quantidades de árvores como araucária, cedro, imbuia, canela, louro, entre outras.²⁵² Por causa disto, Berthier de Almeida persistiu na ação judicial movida para ter reconhecidas como suas as terras ocupadas pelos Kaingang. Como era uma pessoa bem relacionada politicamente e com grande influência sobre o poder público regional, consegue com que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio efetive os limites da área indígena, separando as terras requeridas, conforme aponta Brighenti:

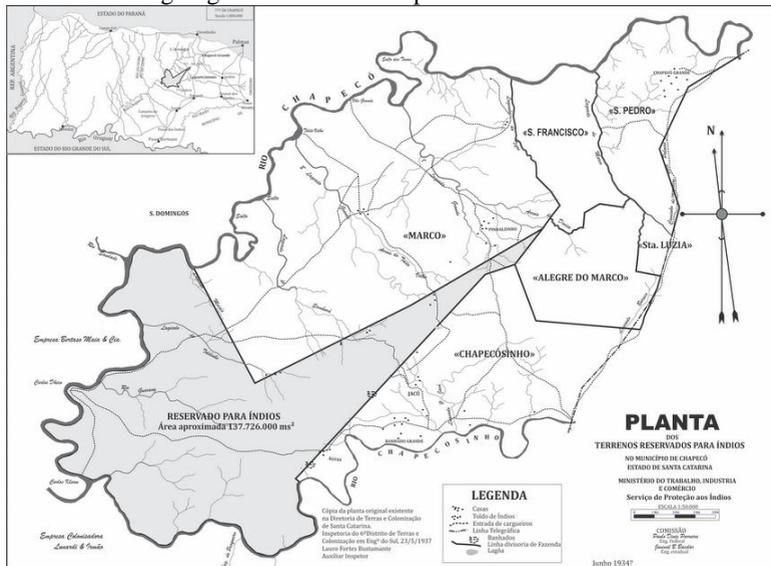
Após uma multiplicidade de reclamações escritas, ora ao poder público estadual, ora ao poder federal, conseguiu que, no ano de 1934 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que era quem superentendia o Serviço de Proteção aos Índios, efetuasse [...] a demarcação das terras que, no ano de 1902, através do Decreto nº 7, de 18 de junho daquele ano havia reservado aos índios.²⁵³

O mapa a seguir ilustra a demarcação efetuada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com destaque para a área reservada aos Kaingang:

²⁵² SANTOS, 1981, Op. cit., p. 28.

²⁵³ BRIGHENTI, 2012, Op. cit., p. 243.

Figura 7: Área demarcada em 1934, resultado do acordo de 1933, reconhecendo a grilagem da fazenda Chapecozinho.



Fonte: BRIGHENTI, 2012, Op. cit. p. 246. Montagem e arte final de Carina Santos de Almeida a partir do mapa constante no Microfilme 379 sobre o SPI existente no Museu do Índio/RJ.

Como se pode visualizar na imagem acima, a área que originalmente poderia corresponder a aproximadamente 50 000 hectares, reservadas pelo Decreto n° 7 aos Kaingang, seriam reduzidas em 1934 a pouco mais de 13 000 hectares. Em face desta demarcação, parcelas dos Toldos Chapecozinho, Jacu, Pinhalzinho e Embu (Imbu), teriam uma drástica diminuição, obrigando grande parte dos indígenas que habitavam estas localidades a abandonar suas moradias e roças, entregando-as para os requerentes.²⁵⁴

Apesar de o SPI ainda não atuar diretamente entre os índios da região oeste catarinense naquele momento, incumbiu que um funcionário se pusesse a par dos fatos ocorridos. D'Angelis explica que o agente indigenista em questão era Guimorvan Winkler, o qual, visando obter o consentimento dos indígenas às ordens superiores, convocou as principais autoridades indígenas da área na época,

²⁵⁴ D'ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 65.

Domingos Jacinto, Pedro Pica-Pau, Leopoldo e Chico Patrício, para discutirem a questão. Winkler induziu-os a compreender que a medição das terras iria favorecer os indígenas, conseguindo convencer os mesmos a autorizar os trabalhos da equipe de agrimensores. Somente quando a equipe começa a demarcação é que os chefes indígenas perceberam que a linha seca traçada acarretaria na redução de suas terras.²⁵⁵

Com a iminência da redução ainda maior de sua área, os Kaingang recorrem ao auxílio do Juiz de Direito da comarca de Chapecó, Antonio Selistre de Campos, que ficaria conhecido regionalmente por sua defesa aos indígenas do oeste catarinense, especialmente dos Kaingang do Chapecozinho.²⁵⁶ A procura pelo Juiz deveu-se ao fato de os indígenas estarem buscando respaldos na legislação sobre a obrigatoriedade ou não de sua saída da área demarcada. Selistre de Campos resolveu atender a causa dos Kaingang e, através de processo judicial movido na comarca de Chapecó, consegue anular a medição, o que permitiu a manutenção dos indígenas nas áreas por eles habitadas. Porém, mesmo com o impedimento da conclusão da medição, Berthier de Almeida mantém a questão na justiça e passa a explorar as madeiras da área.²⁵⁷

A partir desse momento, Antonio Selistre de Campos emprega uma verdadeira cruzada de denúncias sobre as arbitrariedades promovidas contra os direitos dos indígenas do oeste catarinense,

²⁵⁵ Ibid. p. 65.

²⁵⁶ Antonio Selistre de Campos nasceu em Santo Antonio da Patrulha/RS em 24 de abril de 1881. Em 1904, juntamente com sua família, muda-se para Porto Alegre/RS, onde começa a trabalhar como revisor e repórter policial no Jornal do Comércio. Obtém o grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1909. Nomeado Juiz de Direito da cidade de Chapecó/SC, passa, por meio da publicação de artigos nos jornais daquela cidade, a manifestar sua defesa em favor dos Kaingang. Falece em Chapecó a 5 de dezembro de 1957. Segundo a historiadora Ninarosa Manfroi, Selistre de Campos “apresentava articulação facilitada na publicação de seus artigos por ser um dos fundadores do Jornal A Voz de Chapecó, servindo-se dessa situação para usar a liberdade de publicação do conteúdo de seus escritos sobre os Kaingang, tornando esse periódico o principal veículo divulgador dos artigos escritos sobre a temática indígena.” MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **A História dos Kaingang da Terra Indígena Xapecó nos artigos de Antônio Selistre de Campos**: Jornal A Voz de Chapecó 1939/1952. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. pp. 12-13.

²⁵⁷ D'ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 65.

através dos Jornais “O Estado” e “A Voz de Chapecó”. Esse juiz foi o grande incentivador da instalação de um Posto do SPI entre os índios dos Toldos do Chapecozinho. Para isso, iria encaminhar solicitações ao governo do estado, aos inspetores regionais e à diretoria central do órgão federal no Rio de Janeiro. Aspectos deste engajamento de Selistre de Campos serão abordados no próximo capítulo, no qual também discorro sobre o início da atuação do SPI entre os indígenas da região Sul, dando destaque para a fundação dos Postos Indígenas Nonoi e Xapecó.

CAPÍTULO 2. UM ÓRGÃO PARA “PROTEGER E EDUCAR”: O SPI ENTRE OS ÍNDIOS DO SUL

2.1. SPI: criação e trajetória no Brasil

Durante a primeira década do século XX, havia uma grande preocupação por parte dos setores políticos e econômicos nacionais sobre os rumos que tomaria a agricultura nacional. A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), criada em 1897 para impedir a crise da agricultura após a abolição da escravatura, organizava propostas para um plano de regeneração da agricultura brasileira.²⁵⁸ Táticas como a diversificação de produtos agropecuários, o associativismo rural, o ensino técnico, a mecanização das lavouras e a criação de um ministério específico (configurado na criação do MAIC em 1909) surgiram nas pautas de discussão da Sociedade.

Em algumas regiões do Brasil, entretanto, os problemas fundiários envolvendo colonos, posseiros nacionais e indígenas, surgiam como grande obstáculo para os objetivos modernizantes do governo federal. Notícias sobre enfrentamentos entre indígenas e colonos na região Sul e de ataques promovidos pelos Kaingang às frentes de trabalho da estrada de ferro Noroeste do Brasil, no oeste de São Paulo, chamam a atenção das classes políticas e intelectuais do período, suscitando opiniões diversas sobre a questão dos indígenas. Frente às ameaças que representavam ao desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil, algumas medidas extremas chegaram a ser sugeridas, no sentido de solucionar o “problema indígena”:

Os actuaes índios do estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brazil, não se póde esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Caingáng selvagens são um impecílio para a colonização das regiões do sertão que habitam,

²⁵⁸ SOUZA LIMA, 1995, Op. cit., p. 102.

parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio.²⁵⁹

A sentença acima, redigida pelo respeitado naturalista e diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering²⁶⁰, causou grande alvoroço nos meios acadêmicos e políticos do início do século XX. Já reconhecidamente um dos grandes nomes da ciência no Brasil daquele período, von Ihering era também defensor dos ideais de progresso e modernidade característicos da jovem república. O naturalista teutobrasileiro considerava que a presença de índios bravos ou mansos nas áreas destinadas aos colonizadores (em sua maioria imigrantes europeus), tornar-se-ia bastante maléfica para o desenvolvimento da agricultura e da indústria, pois, além de causarem prejuízos materiais e ameaçar a vidas de trabalhadores, poderiam influenciar com seus “vícios primitivos” os hábitos da população rural.

À época da publicação do texto de von Ihering, ocorria uma série de confrontos entre indígenas e as frentes de expansão em regiões como o Vale do Rio do Peixe e Feio, no estado de São Paulo. As investidas dos Kaingang nas fazendas cafeeiras e nas frentes de trabalho da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, impulsionaram uma severa reação por parte das autoridades regionais.²⁶¹ No Sul do país, mais especificamente no

²⁵⁹ IHERING, Hermann von. *A Anthropologia do Estado de São Paulo*. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: Typ. Cardoso & Filho e Cia. 1907, p. 215. Disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, através do link: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1907-anthropologia>.

²⁶⁰ Hermann von Ihering nasceu em Kiel, Alemanha em 1850 e veio para o Brasil em 1880, após doutorar-se em Medicina (1873) e filosofia (1876). Quando exercia a função de professor de Zoologia na Universidade de Leipzig, recebe convite do governo imperial brasileiro para trabalhar como naturalista do Museu Nacional. Alcançando admiração imediata entre a classe científica e cultural brasileira, adquire cidadania brasileira em 1883 e torna-se diretor do Museu Paulista, cargo que exerce de 1894 a 1915. Mais detalhes em: LOSANO, M. G. Hermann von Ihering: um precursor da Ecologia no Brasil. São Paulo: **Revista da USP**. n. 13, 1992, p.88-99; FERREIRA, L. Arqueologia do Sul do Brasil e política colonial em Hermann von Ihering. Porto Alegre: **Anos 90**. v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005, p.415-436.

²⁶¹ Para uma análise mais apurada sobre enfrentamentos entre os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e os Kaingang, bem como as perseguições promovidas pelos colonizadores do oeste paulista aos indígenas, ver: BORELLI, Silvia Helena Simões. Os Kaingang no Estado de São Paulo:

Vale do Itajaí, em Santa Catarina, eram os Botocudos (Xokleng) perseguidos, aprisionados ou mortos por bugreiros²⁶², devido às ameaças que representavam aos lotes coloniais.

Estas ocorrências eram veiculadas constantemente na imprensa brasileira e em alguns periódicos acadêmicos. Entretanto, foi somente com a exposição de um relatório sobre as perseguições e assassinatos de indígenas no XVI Congresso Internacional de Americanistas em Viena, pelo etnógrafo tcheco Albert Vojtech Frič²⁶³, que a situação alcançaria, pela primeira vez, um destaque internacional. Ainda que não faça referência direta à tática de extermínio proposta por von Ihering, Frič responsabilizava as autoridades políticas e intelectuais brasileiras, assim como os colonizadores nacionais e europeus, pela aniquilação corrente de tribos indígenas brasileiras. Segundo Frič, os indígenas estavam sendo dizimados por atos de escravidão, rapto e assassinato, sobretudo nas florescentes colônias do Sul.²⁶⁴

Constantes históricas e violência deliberada. In: MONTEIRO, John M. Et Alli. **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu/Pró-índio, 1984; PINHEIRO, Niminon Suzel. **Vanuïre – Conquista, colonização e indigenismo**: oeste paulista, 1912 – 1967. Tese (Doutorado em História). PPGH/UNESP. Assis, 1999.

²⁶² Conforme Wittmann, os bugreiros eram homens que planejavam e realizavam ataques contra os índios. Os grupos, compostos geralmente por caboclos, eram contratados pelos agentes colonizadores, governantes provinciais e imigrantes europeus para oferecer segurança aos colonos e garantir o desenvolvimento da colonização (WITTMANN, 2007, p. 49).

²⁶³ Albert Vojtech Frič nasceu em Praga, na República Tcheca no dia 08 de setembro de 1882. Engenheiro por formação, dedicou-se aos estudos na área da biologia. Durante sua estada no Brasil, viajou aos sertões do Mato Grosso, passando pela região de Dourados e Miranda, convivendo com os índios Kadiweu e Chamacocos, às margens do rio Paraguai. Ao longo de suas pesquisas no Brasil, contactou diversos grupos indígenas, o que lhe levou a defendê-los contra as violências proporcionadas pelas frentes de expansão, como ocorreu no XVI Congresso de Americanistas, em Viena. Ver: TRACHTA SILVA, Evandro; ARAMBASIC. Dolores Passos. **Passos Tchechos em terras brasileiras**. Batayporã, OCTEB; Centro de Memória Jindrich Trachta, 2003.

²⁶⁴ GAGLIARDI, José Mauro. **O Índigena e a República**. São Paulo: HUCITEC; Edusp, 1989, p. 70.

Ao tomar conhecimento dos pronunciamentos de Frič em Viena, von Ihering vai replicar imediatamente através de um artigo intitulado “Os índios do Brasil Meridional”, publicado no jornal *Correio Paulistano*. Neste artigo, o naturalista ataca incisivamente o que considera uma postura pouco científica de Frič, pois o mesmo acreditou cegamente nas narrativas que ouviu em suas viagens pelos sertões brasileiros. Segundo sua visão, a versão de que havia um extermínio sistemático de indígenas no Sul do Brasil “se tratava apenas de histórias que contaram a um viajante bastante crédulo.”²⁶⁵

A experiência de mais de 3 décadas de estudos entre povos indígenas, grande parte dos quais dedicou-se a acumular uma grande coleção etnográfica (que enviou para diversos museus espalhados mundo afora), não parece ter sido suficiente para von Ihering reconhecer o risco de desaparecimento de muitas populações nativas do território brasileiro. Isto porque, mesmo com a recepção negativa de seu texto publicado na Revista do Museu Paulista, o naturalista volta a defender, desta vez através da imprensa, sua tese de extermínio dos povos reticentes aos avanços das frentes de expansão da sociedade nacional, utilizando-se para isso, inclusive, de exemplos externos à realidade brasileira:

Os americanos procederam do mesmo modo, quando a sua colonização foi impedida pelos índios, e a Alemanha ainda hoje, na Africa occidental tem de defender a vida dos colonos pela força armada. É absurdo exigir que no Brasil se proceda de outro modo. É dever nosso proteger e educar os índios que se sujeitam á nossa civilização, mas os que se mostram adversos a nossa cultura, não merecem a mesma consideração, visto que a vida do sertanejo ou do colono, nos vale mais que a do “bugre” quando refractario á nossa cultura.²⁶⁶

O debate acerca da questão do extermínio dos indígenas vai ser recrudescido no final de 1908, após as polêmicas exposições de von Ihering alcançarem uma repercussão extremamente negativa, principalmente no Rio de

²⁶⁵ IHERING, Hermann von. Os índios do Brasil Meridional. **Correio Paulistano**. 29 de outubro de 1908. p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/correio-paulistano-suplemento-litterario/090972>.

²⁶⁶ *Ibid.* p. 1.

Janeiro e em São Paulo. A “solução final”, como passou a ser intitulada a proposta de von Ihering, despertou uma forte reação da opinião pública, levando setores importantes da intelectualidade brasileira, como a Academia de Ciência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Nacional, além de boa parte da imprensa a elevarem suas vozes em defesa dos indígenas.²⁶⁷ Ampliavam-se, naquele momento, cobranças de diversos setores da sociedade nacional pela criação de um programa para proteger e nacionalizar as populações indígenas brasileiras.

De acordo com Souza Lima, antes mesmo da polêmica em torno dos escritos de von Ihering, o governo federal já apresentava uma preocupação com o futuro dos indígenas brasileiros. No Decreto Lei nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, que criava uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura e Comércio (um protótipo através do qual se criaria o MAIC em 1909), já estava inserida uma cláusula prevendo a catequese e civilização dos indígenas existentes no território nacional.²⁶⁸ Naquele momento, como se depreende através do decreto do governo federal, a questão fundiária e a questão indígena estavam profundamente ligadas, tendo em vista que constavam no mesmo inciso expressões como: imigração, colonização, catequese e civilização dos índios.²⁶⁹

Se havia sido lançada a proposta de se criar um órgão para proteger as populações indígenas e garantir sua fixação em territórios delimitados, pode-se afirmar que até 1908 ela ficou somente no “plano das ideias”, pois, como demonstraram as denúncias de Frič, o governo federal mostrava-se bastante impassível com relação aos conflitos existentes entre índios e as frentes de expansão, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. Em contraponto à inércia governamental e em face da polêmica suscitada pelo posicionamento de von Ihering, algumas personagens galgaram destaque pelas suas cobranças por ações mais efetivas em prol de uma política ativa de proteção aos indígenas e às terras por eles ocupadas.

Entre os conceituados defensores da execução de um programa de proteção aos indígenas estava o professor da Escola Politécnica de São Paulo, Luis Bueno Horta Barbosa, membro de uma tradicional família de militares e personalidade importante do positivismo em Campinas.²⁷⁰ Horta Barbosa propunha um sistema de defesa dos

²⁶⁷ LARAIA, Roque de Barros. Os militares e o indigenismo: uma história de um século. **Revista da Cultura**. Rio de Janeiro/Brasília: FUNCEB. n.16, abril de 2010, p. 26.

²⁶⁸ SOUZA LIMA, 1995, Op. cit., pp. 113 e nota 13, p. 145. O Decreto Lei a que se refere Souza Lima pode ser acessado na íntegra em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>.

²⁶⁹ BRASIL, Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, Op. cit., s/p.

²⁷⁰ LARAIA, 2010, Op. cit., p. 27.

indígenas menos apologético e mais sistemático, utilizando-se de normas e condutas que permitissem orientar as relações entre indígenas e colonizadores.²⁷¹ Em exposição crítica ao posicionamento de von Ihering, Horta Barbosa conclamava a intelectualidade brasileira da época a pronunciar-se contra as “posturas científicas que justificavam a opressão dos fracos e os desvairados progressos da industrialização.”²⁷²

Após a publicação do artigo de Horta Barbosa, novos protestos contrários às prerrogativas formuladas pelo diretor do Museu Paulista passam a ser veiculados na imprensa nacional. O diretor da seção de Antropologia do Museu Nacional, Sérgio de Carvalho, vai condenar “a crueldade que há muito se exerce contra os indígenas brasileiros [...] e um morticínio impiedoso praticado em nome da Lei e dos interesses nacionais.”²⁷³ Do lado do governo federal, foi a própria SNA (ligada então ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas) quem sugere a incorporação dos indígenas à sociedade brasileira através de meios pacíficos, conforme exposto na seguinte mensagem:

A Sociedade Nacional de Agricultura, ante o choque das opiniões que se tem dado acerca do modo de vencer a resistência dos silvícolas do interior do país, à penetração do trabalho nacional nas regiões que habitam e ante a originalidade de algumas dessas opiniões, confia no critério do Governo da Nação relativamente ao modo de organizar e orientar os serviços de incorporação dessas tribus à civilização nacional, estabelecendo por um lado, colônias agrícolas e fomentando a instrução e educação cívica daqueles dentre eles que forem vencidos pelo carinho e pela bondade dos representantes do Estado, [...] excluindo o espírito de represália e de vingança que tem esterilizado tão útil propaganda.²⁷⁴

²⁷¹ HORTA BARBOSA, Luis Bueno. Em defesa dos indígenas brasileiros. In: **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 11 de novembro de 1908. p. 12. Apud: GAGLIARDI, 1989, Op. cit., p. 74.

²⁷² Ibid. p. 73.

²⁷³ CARVALHO, Sérgio de. O Sr. Ihering e os indígenas. In: **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 06 de dezembro de 1908. p. 04. Apud: GAGLIARDI, 1989, Op. cit., p. 74.

²⁷⁴ BRASIL. Moção pública SNA. In: **Jornal do Comércio**. 19 de dezembro de 1908. p. 4. Apud: GAGLIARDI, 1989, Op. cit., p. 75.

Com esta mensagem, a SNA deixava claro que não compactuava, ao menos em teoria, com os atos violentos promovidos contra os indígenas do território nacional. Este posicionamento da SNA, no entanto, pode ser compreendido mais como uma espécie de autodefesa às críticas que porventura pudessem ser feitas à sua atuação nas áreas de maior incidência dos conflitos, do que necessariamente um princípio altruísta de defesa das populações indígenas.

Em face aos protestos divulgados através da imprensa, algumas iniciativas são levadas a efeito no sentido de ordenar um mecanismo oficial de defesa das populações indígenas. Luis Bueno Horta Barbosa elabora uma representação em conjunto com Basílio de Magalhães, para ser encaminhada ao presidente do estado de São Paulo. Neste documento, solicita providências imediatas para acabar com os assassinatos de índios que ocorriam naquele estado. A partir dessa representação, seria criada a *Comissão Protetora de Defesa e Civilização dos Índios*, dirigida pelo próprio Horta Barbosa.²⁷⁵ Na esteira do projeto de Horta Barbosa, em 1909, durante a realização do 1º Congresso Brasileiro de Geografia, a educadora Leolinda Daltro pede apoio aos participantes para a execução do seu programa de assistência aos indígenas, elaborado a partir da fundação da *Associação de Proteção e Auxílio aos Selvícolas do Brasil*²⁷⁶, no qual apresenta um projeto de assistência laica para os indígenas brasileiros.

O 1º Congresso Brasileiro de Geografia é paradigmático para compreender as ações e discussões sobre a questão indígena no Brasil

²⁷⁵ Ibid. pp. 122.

²⁷⁶ Patrícia Costa Grigório informa que a primeira tentativa da professora Leolinda Daltro de fundar a associação ocorre em 1903, junto ao recém criado Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros do IHGB. Não alcançando sucesso nesta tentativa, Daltro vai participar de diversos congressos de Etnologia e Etnografia, apresentando seus trabalhos com os grupos indígenas de Goiás, nos quais divulga sua proposta de educação laica para os indígenas brasileiros. De acordo com Grigório, existe uma discrepância sobre a data de fundação da Associação, constando em algumas datas o ano de 1908, em repúdio às propostas de von Ihering e 1909, na ata de uma sessão do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia. Independente de qual data esteja correta, é possível perceber que a Associação não agiu efetivamente na sua proposta original de proteção aos índios. Mais informações sobre a vida e obra de Leolinda Daltro, ver: GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896/1910)**. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro. PPGH/UFRJ, 2012.

no início do século XX. Conforme Gagliardi, a partir deste congresso, puderam ser percebidas três tendências políticas distintas para a relação do indígena com os ideais expansionistas da República:

A primeira representada por H. von Ihering e J. de Campos Novais, entre outros, que aconselhava o extermínio dos índios bravos que ousassem barrar a expansão da economia nacional. A segunda era representada pelo padre Claro Monteiro, Teodoro Sampaio, Brasília Machado, Norberto Jorge e outros. Eles afirmavam que a incorporação do índio à sociedade somente seria possível através da catequese desenvolvida pela Igreja Católica. A terceira tendência era representada por J. Mariano de Oliveira, Leolinda Daltro, L. B. Horta Barbosa, entre outros. Eles estavam convictos de que a única alternativa para os indígenas era a criação de um órgão, orientado por princípios leigos, que lhes assegurasse a proteção da lei e o direito de posse das terras que habitavam.²⁷⁷

A terceira proposta, cujos interlocutores eram membros de classes ilustradas como jornalistas, professores, advogados e militares, defendia um projeto em consonância com os ideais republicanos de garantia democrática dos direitos civis. Neste contexto, surgem com força os membros do Apostolado Positivista do Brasil, que lançariam as bases para o que viria a constituir em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN).²⁷⁸

Entre os destacados membros do Apostolado Positivista estava um dos maiores conhecedores da realidade sociocultural dos povos indígenas brasileiros na época: o então Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Demonstrando que não estava indiferente às

²⁷⁷ GAGLIARDI, 1989, Op. cit., p. 134.

²⁷⁸ Alguns autores exploram com riquezas de informações as principais discussões no campo indigenista republicano antes da criação do SPIILTN. Ver, por exemplo, os trabalhos de: STAUFFER, David Hall. **The origin and establishment of Brazil's Indian Service (1889-1910)**. Tese (Doutorado em História). Austin, University of Texas - Austin. 1955; RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: SIA/Ministério da Agricultura. 1962; GAGLIARDI, 1989, Op.cit...; SOUZA LIMA, 1995, Op. cit.

discussões acadêmico-científicas do momento, mesmo estando por diversos momentos isolado em áreas longínquas do interior brasileiro, Rondon também manifesta-se sobre os pressupostos de extermínio dos indígenas resistentes à civilização. Seu protesto veio sob a forma de um telegrama, publicado no *Jornal do Comércio* de 11 de fevereiro de 1909, através do qual tornava público o seu sentimento de indignação a respeito da proposta de von Ihering, argumentando que esse posicionamento era um pretexto para que usurpadores ocupassem as poucas terras que ainda restavam aos índios.²⁷⁹

Rondon já havia alcançado, nesta época, um grande reconhecimento por suas expedições através dos sertões brasileiros. Participou, desde 1890, da Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia, sendo alçado logo à chefia da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1900-1906).²⁸⁰ Sob seu comando, a comissão tinha como meta unir através das linhas telegráficas a capital federal com os estados mais isolados do país, nas regiões centro oeste e norte. Nestas missões, Rondon tencionava por em prática as prerrogativas positivistas de organização do exército, com a utilização pacífica dos soldados no desbravamento dos sertões, na construção de obras públicas e na concretização de objetivos humanísticos, entre os quais, a proteção dos indígenas.²⁸¹

Durante sua permanência por longos anos no interior brasileiro, manteve contato com diversos povos indígenas, conforme seus territórios iam sendo cruzados pela linha telegráfica. Neste período, ficou sabendo de inúmeras histórias sobre chacinas e perseguições

²⁷⁹ GAGLIARDI, 1989, Op. cit., p. 76.

²⁸⁰ De acordo com Heitor Guimarães, as duas primeiras décadas do século XX seriam marcadas pela atuação das “Comissões Rondon” em espaços regionais distintos. No período de 1900-1906, o Estado brasileiro, através da 1ª Comissão Rondon – a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso – interviu na zona sudoeste do estado. Entre 1907-1915, a 2ª Comissão Rondon – a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) agiu sobre a zona noroeste do estado. Ainda segundo o autor, apesar das distinções feitas, as comissões podem ser entendidas como etapas segmentadas de um projeto estatal de longo prazo. GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. **Índios na História do Brasil Republicano: o território étnico-indígena Paresí e o território estatal-indigenista Utiarity (1907-1934).** Dissertação (Mestrado em História) PPGH/PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011. p. 21.

²⁸¹ MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”.** São Paulo: EDUC, 1998, pp. 111-112.

praticadas pelos fazendeiros contra indígenas, principalmente entre os Terena e os Bororo. Tal fato fez aumentar sua preocupação com as consequências dos discursos dos defensores da expansão econômica a qualquer preço, pois, reconhecia que caso os fazendeiros e demais colonizadores seguissem as orientações propostas, só restariam indígenas nas regiões mais isoladas do país e, ainda assim, por pouco tempo.

Juntamente com sua equipe, formada em grande parte por militares positivistas, Rondon buscou então demonstrar à sociedade brasileira em geral e para algumas parcelas do próprio governo (que mesmo sem se pronunciarem favoráveis às ideias de von Ihering, silenciaram a respeito da “solução final”) que os indígenas brasileiros possuíam aptidões para a civilização e poderiam contribuir para o progresso nacional, como verdadeiros “trabalhadores nacionais”. Essa incorporação, de acordo com Laura Maciel,

... era pensada nos moldes das teorias evolucionistas, segundo as quais os índios paulatinamente aprenderiam a língua, os hábitos, o vestuário, o trabalho, as técnicas, etc., do branco civilizado e, então, seriam incorporados como mão-de-obra dentro de uma economia de mercado, mas sem os direitos políticos.²⁸²

É preciso ter consciência, contudo, que a “Comissão Rondon”, (como se convencionou denominar as expedições de instalação da linha telegráfica, comandadas por Cândido Rondon), antes de ser um projeto governamental humanitário, era um projeto expansionista, planejado e executado por oficiais do exército, com intenções bem definidas. O próprio Rondon esclarece mais detalhadamente as metas do empreendimento republicano, quando afirma que o mesmo foi pensado para “desbravar esses sertões, torná-los produtivos, submetê-los à nossa atividade, aproximá-los de nós, ligar os extremos por eles interceptados, aproveitar a sua ferocidade e as suas riquezas, estender até os mais recônditos confins desta terra enorme, a ação civilizadora do homem.”²⁸³ Neste sentido, a ideia de proteção e assistência somente se

²⁸² Ibid. p. 112 (Nota de rodapé).

²⁸³ BRASIL. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento da Guerra, pelo Gal. Candido M.

justificaria perante o governo da época, se estivesse imbuída de uma consciência de que os povos indígenas “protegidos” viessem a fornecer efetivos para constituir um misto entre trabalhadores rurais e soldados para defender as fronteiras nacionais, dentro das características da ordem e do progresso.²⁸⁴

Destarte, em princípios de 1910, o então Ministro da Agricultura, Rodolpho Miranda, ambicionava criar um programa de assistência aos indígenas que contemplasse sua inserção dentro de um programa republicano de “progresso da nação”. Seu plano era garantir a demarcação das terras ocupadas por indígenas, impedindo que fossem invadidas por “brancos”. Por outro lado, pretendia garantir terra aos trabalhadores rurais desamparados após a abolição da escravidão, constituindo núcleos de população através da concessão de lotes de terra, instrumentos agrícolas, sementes, entre outros benefícios.²⁸⁵

Ao saber dos planos do ministro da agricultura, o líder da Igreja Positivista no Brasil, Raimundo Teixeira Mendes, apresenta um programa indigenista há tempos defendido pelo Apostolado Positivista. Nele, importantes medidas são elencadas, como o reconhecimento dos povos indígenas como nações independentes, a demarcação dos seus territórios, a assistência leiga ao invés da catequese e a punição dos crimes cometidos contra os índios.²⁸⁶ Para apoiar seu programa, Teixeira Mendes contou com o grande “reforço” proporcionado pelo retorno de Rondon ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1910.

Rondon, amigo pessoal de Teixeira Mendes, surge naquele cenário como a pessoa ideal para dirigir o programa de assistência, tendo em vista sua vasta experiência em estabelecer relações pacíficas com os povos indígenas contatados em suas missões. O convite de Rodolpho Miranda para que Rondon organizasse o que viria a se tornar

da S. Rondon. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo. 1º Volume. pp. 6-7. Apud: MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. **Projeto História**. São Paulo: n. 18. Maio de 1999. p. 171. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994>. Acesso em: 02/06/2013.

²⁸⁴ SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre Indigenismo, Autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática de proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA, 1987, p. 48.

²⁸⁵ MIRANDA, Rodolpho. Visita ao Museu Nacional. **Jornal do Comércio**. 25 de Janeiro de 1910. pp. 3-4. Apud: GAGLIARDI, 1989, Op. cit., pp. 180-181.

²⁸⁶ Ibid. p. 182.

o SPILTN, foi formalizado em 02 de março de 1910, através de carta onde o ministro revela os objetivos a serem cumpridos pelo Serviço:

Cumpre-lhe [...] constituir em bases novas a catequese, imprimir-lhe feição, fora do privilégio de castas, sem preocupações de proselitismo religioso, constituindo serviço especial centralizado nesta Capital, com irradiação pelos estados, onde se torne necessária a ação que é chamado a exercer, pacientemente e sem intermissão de esforços.²⁸⁷

Frente à solicitação do Ministro da Agricultura, Rondon estabelece algumas condições para assumir tal função. Entre as principais, destacam-se as seguintes: a) garantia efetiva da posse da terra em que os indígenas habitavam; b) respeito à organização social dos grupos; c) garantia de punição aos crimes perpetrados contra os indígenas.²⁸⁸ Dessa forma, Rondon buscava se precaver de que o ministro da agricultura garantiria reais condições para a consecução de uma política de defesa dos interesses indígenas, particularmente daqueles povos mais arredios ao contato com a sociedade envolvente.

É importante lembrar que, o órgão indigenista a ser criado, seria também responsável pela Localização dos Trabalhadores Nacionais. Souza Lima adverte, neste sentido, que havia a clara intencionalidade do governo em incorporar e unir as duas pastas junto ao MAIC, restringindo bastante a autonomia da proposta rondoniana. Este aspecto é demonstrativo da influência de outros órgãos na elaboração do projeto, a exemplo da SNA.²⁸⁹

Apesar de algumas disposições ambíguas apresentadas na proposta de assistencialismo aos índios, Rondon aceita o cargo e as condições estabelecidas pelo governo federal e, no dia 20 de junho de 1910, através do Decreto 8.072, é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Em um artigo publicado no Jornal O Paiz, no dia 22 de junho de 1910, o

²⁸⁷ MIRANDA, Rodolpho. Carta dirigida pelo Min. da Agricultura ao Ten. Cel. Rondon. Jornal do Comércio. 3 de março de 1910. *Apud*: SOUZA LIMA, 1995, Op. cit., pp. 24-25.

²⁸⁸ GAGLIARDI, 1989, Op. cit., pp. 191-192.

²⁸⁹ SOUZA LIMA, 1987, Op. cit., p. 44.

ministro Rodolpho Miranda expunha ao presidente Nilo Peçanha os motivos para a criação do Serviço:

Trata-se de systematizar a protecção aos índios e prescrever regras á localização dos trabalhadores nacionaes, questões cuja importancia decorre do proprio e exigem dos poderes constituídos medidas conducentes a acautelar os altos interesses que ellas representam, attenuando a influencia duradoura de erros seculares, de prevenções tradicionaes, que aggravaram a infeliz condição dos nossos selvícolas e promovendo o renascimento de extensas porções do território nacional, esterilizadas pelo abandono e completamente desertas.²⁹⁰

O discurso de Miranda apresenta a tônica do projeto positivista de proteção aos índios, isto é, o afastamento das “influências seculares”, consideradas nocivas às novas projeções republicanas de nacionalização. A redenção dos indígenas deveria acontecer não mais pela fé, como ocorrera nos períodos colonial e imperial, mas sim, pela “evolução da técnica”.²⁹¹ Estes fundamentos, já com uma clara influência rondoniana, deixavam implícitos os pressupostos de que os indígenas, mais cedo ou mais tarde, “viriam a ser incorporados à massa homogênea da nação brasileira em sua ‘marcha para o progresso’.”²⁹²

²⁹⁰ MIRANDA, Rodolpho. Exposição de motivos para a criação do SPILTN. **Jornal O Paiz**. Rio de Janeiro. 22 de junho de 1910. p. 2. Disponível através do link: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso em: 03/06/2013.

²⁹¹ ROCHA, 2003, Op. cit., p. 87.

²⁹² Ibid., p. 87.

2.1.1. A institucionalização e o desenvolvimento do Serviço

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores (SPILTN), aprovado e publicado através do Decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910, foi efetivamente regulamentado pelo Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911, junto ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Seu programa de assistência foi pensado para cobrir toda a extensão do território nacional, atingindo povos indígenas pertencentes a diferentes etapas de “civilização”, ou seja, aos já aldeados, aos reunidos em tribos, aos que viviam em estado nômade e aos que viviam em contato frequente com civilizados.²⁹³

Entre as principais medidas estabelecidas pelo Serviço, constantes no capítulo I do regulamento, intitulado “Da proteção aos índios”, destacam-se as seguintes: a) garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios; b) evitar a invasão das terras dos índios por civilizados; c) respeitar a organização interna das tribos, sua independência, seus hábitos e instituições; d) punição aos crimes cometidos contra os índios; e) fornecimento de instrumentos agrícolas para incentivar a agricultura; f) introdução da pecuária, quando as condições permitirem; g) ministrar sem caráter obrigatório a instrução primária e profissional aos filhos de índios, consultando sempre a vontade dos pais.²⁹⁴

Aos preceitos referidos acima, somavam-se ainda algumas medidas específicas para determinadas regiões e de acordo com o grau de contato em que se encontravam os indígenas com a sociedade envolvente. Nas terras já ocupadas pelos mesmos, ficava proibido qualquer tipo de arrendamento, venda ou alienação, considerando-se nulas quaisquer transações neste sentido. No que se refere aos povos nômades, os mesmos deveriam ser atraídos para os aldeamentos através de meios brandos.²⁹⁵

²⁹³ Decreto nº 9214, de 15 de dezembro de 1911. In: BRASIL. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 113.

²⁹⁴ Ibid. p. 112-114.

²⁹⁵ Ibid. pp. 115-116. Para efetivar estas ações, foi montado de imediato um aparato administrativo considerável, tanto para a sede, no Rio de Janeiro, quanto para as Inspetorias Regionais. Inicialmente, estas inspetorias eram em número de 10, sendo uma para o Amazonas e Território do Acre; uma para o Pará; uma para o Maranhão; uma para a Bahia; uma para o Espírito Santo; uma para São

Frente a estas medidas, alguns resultados práticos logo começaram a surgir. Entre os episódios mais divulgados nos anos iniciais de atuação do SPI, estavam as “pacificações” dos Kaingang em São Paulo, a partir de 1912 e dos Xokleng, em Santa Catarina, a partir de 1914. Em São Paulo, antes do avanço das frentes de expansão, calcula-se em 1200 o número de indígenas existentes na região sudoeste. Destes, cerca de 700 foram aldeados em duas povoações indígenas do SPI no ano de 1912: Vanuíre e Icatu.²⁹⁶ Os efeitos do aldeamento para os Kaingang “paulistas”, de acordo com Sílvia Borelli, foi uma redução de aproximadamente 80% da população existente desde o início da pressão colonizadora.²⁹⁷

No caso dos Xokleng, a ação do SPILTN foi efetivada com métodos baseados nas orientações de Rondon, com abertura dos chamados Postos de Atração, através dos quais os funcionários buscavam atrair pacificamente os indígenas aos pontos de contato. Nas margens dos rios Plate e Krauel, afluentes do rio Itajaí, o Posto de Atração era chefiado por Eduardo Lima e Silva Hoerhann e na região do rio Negro, norte de Santa Catarina, a atração era comandada por Fioravante Esperança, até o mesmo ser morto juntamente com sua equipe pelos indígenas.²⁹⁸ Nestas duas áreas, as técnicas de atração caracterizaram-se pela relação de trocas e oferecimento de objetos utilitários (facões, bacias, jarros, etc.) e alimentos para os indígenas. A tarefa de pacificar os Xokleng se arrastou por anos, tendo em vista a forte resistência imposta pelos mesmos. Acaba, contudo, sendo efetivada a partir de 1914, com a fundação do Posto Indígena Duque de Caxias, nas cercanias do atual município de Ibirama. Em 1918, efetivava-se também o aldeamento na região do rio Negro, próxima ao município de Calmon.²⁹⁹

Nestes dois casos, havia uma grande insistência da direção do SPI para que os funcionários seguissem o famoso lema rondoniano: “morrer

Paulo; uma para o Paraná; uma para Santa Catarina e Rio Grande do Sul; uma para Goiás e uma para Mato Grosso. *Ibid.* pp. 124-125. Cabe lembrar que as classificações foram modificadas em vários momentos durante o período de existência do SPI, o que fazia com que o organograma do mesmo fosse constantemente refeito, com a criação de novas inspetorias e postos indígenas, assim como com a extinção de outros.

²⁹⁶ BORELLI, 1984. *Op. cit.*, p. 81.

²⁹⁷ *Ibid.* p. 81.

²⁹⁸ SANTOS, 1970, *Op. cit.*, pp. 40-43.

²⁹⁹ *Ibid.* p. 42.

se preciso for, matar nunca”. O lema propunha a “patriótica missão” de sacrificar-se caso fosse necessário na condução dos indígenas a um estágio “positivo”, sem praticar nenhum tipo de ação violenta contra os mesmos. Obviamente, seria precipitado concluir que não tenham ocorrido violências nestes contatos, como indicam algumas fontes, quando afirmam que os encarregados não se utilizaram de métodos violentos para atrair os indígenas.³⁰⁰ Os métodos de atração e pacificação promovidos pelos funcionários do SPILTN demonstram que, em muitos casos, muito mais que a violência física, foi a violência simbólica que agiu como instrumento de dominação eficaz. Todo o aparato governamental montado para atrair e pacificar os povos resistentes ao contato cumpriu relativamente bem sua função de instrumento de imposição e legitimação da dominação.

Pensando nesta situação a partir da concepção dos sistemas simbólicos de Bourdieu³⁰¹, pode-se inferir que o SPILTN tencionou infligir uma definição de organização sociocultural para os indígenas em consonância com os interesses do estado, utilizando-se para isto de seus instrumentos estruturados e estruturantes. Analisando os resultados destas ações, percebe-se que as pressões simbólicas talvez tenham sido mais impactantes e desagregadoras para a cultura indígena do que a própria violência física promovida em tempos anteriores. Isto porque, estas políticas, construídas geralmente sobre bases frágeis, ou seja, sem maiores preocupações com os impactos socioculturais para os povos indígenas, estavam inseridas no conjunto de estratégias do SPILTN, elaboradas para “construir índios melhores”, isto é, pequenos

³⁰⁰ Algumas correspondências de Eduardo Hoerhan, analisadas na dissertação de mestrado de Rafael Casanova Hoerhan, demonstram que havia uma insistência deste encarregado em divulgar que a pacificação ocorria sem violência por parte dos funcionários do órgão indigenista. Silvio Coelho dos santos, por seu turno, indica que Fioravante Esperança morreu atingido pelas flechas dos Xokleng com a espingarda na mão, sem disparar um único tiro. HOERHANN, Rafael Casanova. **O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo**: a política indigenista através dos relatórios (1912-1926). Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC. 2005; SANTOS, 1973. Op. cit., pp. 154-170.

³⁰¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

agricultores e cidadãos obedientes, conservando e aproveitando apenas algumas poucas “virtudes” indígenas.³⁰²

As atividades do SPILTN, contudo, também enfrentavam obstáculos de caráter burocrático e financeiro que se refletiam diretamente nas ações práticas entre as populações indígenas. Diante de incompatibilidades administrativas e reajustes orçamentários, a partir de 1918, algumas modificações estruturais começam a delinear o futuro do órgão indigenista. Neste mesmo ano, todas as atividades referentes à localização dos trabalhadores nacionais são transferidas para o Serviço de Povoamento.³⁰³ Com este desligamento, pensava-se promover ações mais efetivas no interior das aldeias. Porém, este fato não trouxe somente benefícios para o SPI, pois, ainda que tenham sido solucionados alguns problemas relativos ao estabelecimento dos trabalhadores nacionais nos centros agrícolas, os recursos financeiros destinados à assistência dos indígenas tiveram que ser divididos com o novo departamento.

Com o fim da atribuição da localização dos trabalhadores nacionais, tornou-se necessário regulamentar a situação jurídica dos indígenas no Brasil. Assim sendo, o governo federal vai, por meio do Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928, emancipar os mesmos da tutela orfanológica, estabelecendo um novo regulamento para o SPI, no qual as populações indígenas seriam divididas em quatro categorias distintas: índios nômades, índios arranchados ou aldeados, índios pertencentes a povoações indígenas e índios pertencentes a centros agrícolas.³⁰⁴ Esta nova regulamentação definia ainda que, a partir de então, somente o SPI seria responsável pelos assuntos referentes às questões que envolvessem a temática indígena no Brasil.

Leandro Mendes Rocha esclarece que, neste momento, o índio deixava de ser tutelado pelo poder judiciário e passava a sê-lo pelo poder executivo, o que dava maior autonomia aos inspetores do órgão indigenista, inclusive para a exploração dos recursos dos bens do

³⁰² GARFIELD, Seth. A política indigenista do SPI e seus limites entre os Xavante, (1946-1961). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011. p. 341

³⁰³ BRASIL. **Lei nº 3.454 de 6 de janeiro de 1918**. Artigo 118. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-191960-publicacaooriginal-95095-pl.html>. Acesso em: 04/06/2013.

³⁰⁴ ROCHA, 2003, Op. cit., p. 79.

patrimônio indígena.³⁰⁵ Este aspecto deve ser ressaltado, pois deu respaldo para muitas práticas ilícitas cometidas por inspetores e encarregados de Postos, acusados de apropriação indébita da renda do patrimônio indígena. Tais fatos acabaram gerando graves crises dentro do SPI ao longo de sua existência.

No novo contexto, todo um mecanismo administrativo foi organizado para controlar as ações junto aos indígenas. No topo da hierarquia do SPI figurava o cargo de Diretor Geral, ocupado pela primeira vez pelo próprio Rondon, que o exerceu até 1930. Da sede do órgão indigenista federal, no Rio de Janeiro, eram emitidas ordens para as Inspetorias Regionais, cujas sedes geralmente eram instaladas nas capitais dos estados. Nestas inspetorias, comandadas por inspetores regionais, eram exercidas a fiscalização e o atendimento às “necessidades” dos indígenas de cada um dos Centros Agrícolas ou Povoações Indígenas. As “necessidades” eram geralmente informadas pelos encarregados locais, agentes responsáveis pela aplicação e condução dos trabalhos e demais atividades dos indígenas *in loco*. Nos meandros desta cadeia hierárquica, existiam ainda agrônomos, desenhistas, auxiliares de ensino, escreventes, serventes e ajudantes. Estes dois últimos eram ocupados algumas vezes também por indígenas, como uma estratégia de legitimação do Serviço perante as populações assistidas.

Mesmo que houvesse regulamentos estabelecendo a competência da união no sentido de assistir e proteger as populações indígenas, até 1934 essas garantias não eram apresentadas na Constituição Federal.³⁰⁶

³⁰⁵ Ibid. p. 79. A maioria das ações promovidas nos Postos Indígenas eram relacionadas a uma busca pela sua promoção econômica. A renda obtida com os trabalhos dos índios ficou conhecida como *renda do patrimônio indígena*. Patrimônio, neste sentido, refere-se principalmente aos lucros obtidos com a venda dos excedentes da produção agropecuária ou industrial. Por outro lado, pode ainda referir-se às benfeitorias (serrarias, moinhos, olarias, etc.), às lavouras e aos rebanhos pertencentes aos Postos Indígenas. As normativas do SPI exigiam que os recursos auferidos com a exploração do patrimônio presente nas áreas indígenas beneficiassem toda a comunidade indígena. Esta condição, como será destacado mais adiante, nem sempre foi cumprida.

³⁰⁶ Na Carta Constitucional de 1934, destaco o Artigo 5, que prevê entre as competências exclusivas da União, “Legislar sobre a incorporação dos selvícolas à comunhão nacional” e o Artigo 129, o qual destaca que: “Será respeitada a posse de terras de selvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.” In: BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de

Ao aprovar a competência exclusiva da união para legislar sobre as questões indígenas, “o direito à terra, até então circunscrito à legislação ordinária, passou a ser matéria constitucional.”³⁰⁷ Ainda assim, os povos indígenas eram encarados sob o prisma da situação transitória, ou seja, em caráter gradual e sistemático, deveriam ser incorporados e integrados à sociedade nacional.

Para os ideólogos do SPI, entretanto, a integração definitiva se daria quando se conseguisse transformar os índios em produtores rurais úteis para si e para o desenvolvimento nacional. Neste sentido, é aprovado através do Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936, um novo regulamento para o Serviço. Em seu artigo 1º, letra *b*, consta entre as ações previstas pelo órgão indigenista, “pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas, com o objetivo de sua incorporação à sociedade brasileira.”³⁰⁸ Em uma primeira análise, percebe-se que os pressupostos não se modificam muito em relação aos postulados anteriores, todavia, é este regulamento que institui de maneira mais detalhada os princípios para a nacionalização e incorporação dos índios à sociedade brasileira, conforme apresentado no Artigo 7º do Capítulo II.

Art. 7º: As medidas e ensinamentos a que se refere a letra *b* do art. 1º, têm por fim a incorporação dos índios à sociedade brasileira, economicamente produtivos, independentes e educados para o cumprimento de todos os deveres cívicos; e podem ser assim classificadas:

- a) medidas e ensinamentos de natureza higiênica;
- b) escolas primárias e profissionais;
- c) exercícios físicos em geral e especialmente os militares;
- d) educação moral e cívica;
- e) ensinamentos de aplicação agrícola ou pecuária.³⁰⁹

1934. p. 50. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1558/constituicao_1934_texto.pdf?sequence=11. Acesso em 05/06/2013.

³⁰⁷ ROCHA, 2003, Op. cit., p. 79.

³⁰⁸ BRASIL, 1947, Op. cit., p. 149.

³⁰⁹ Ibid. p. 152.

Salvo algumas modificações pontuais em anos posteriores³¹⁰, é possível estabelecer que as orientações do Decreto nº 736 nortearam as ações do SPI no campo das políticas indigenistas até a sua extinção em 1967, representando uma estabilização frente às inúmeras mudanças interministeriais.³¹¹ A partir deste decreto, tornaram-se mais efetivas as medidas para a assistência *in loco* dos povos indígenas, principalmente com a fundação de mais estabelecimentos destinados à nacionalização e incorporação dos indígenas à economia regional, tornando-os economicamente mais produtivos, independentes e educados para o cumprimento de todos os deveres cívicos.³¹² Assim sendo, os antigos Centros Agrícolas e Povoações Indígenas passam a ser denominados Postos Indígenas.

2.1.2. Postos Indígenas: especificidades e funcionalidades

Os Postos Indígenas constituíram as unidades básicas para a implementação das políticas indigenistas brasileiras.³¹³ Eles podem ser entendidos, do mesmo modo, enquanto receptáculos empíricos das experiências no campo das práticas de proteção e controle das

³¹⁰ Um novo regimento foi elaborado para o SPI em 1942, através do Decreto nº 10.652 de 16 de outubro de 1942. Contudo, este novo regulamento não auferiu grandes alterações nas prerrogativas principais de assistência e nacionalização dos indígenas presentes no regulamento de 1936. Há maior destaque para a criação da Seção de Estudos (SE); da Seção de Orientação e Assistência (SOA) e da Seção de Administração (SA), organizadas em função das novas prerrogativas do SPI, que retornara desde 1939 ao Ministério da Agricultura.

³¹¹ À época da promulgação do Decreto nº 736, o SPI fazia parte do Ministério da Guerra. Cabe lembrar que o SPI ficou subordinado a vários Ministérios ao longo de sua trajetória. Organizado em 1910, iniciou suas atividades vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto nº 8.072 de 20/06/1910), em 1930, passa a fazer parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433 de 26/11/1930) e, em 1934, é vinculado ao Ministério da Guerra (Decreto nº 24.700 de 12/07/1934). Após uma reorganização dos Ministérios em 1939 o SPI volta a estar enquadrado no Ministério da Agricultura (Decreto nº 1.736 de 03/11/1939), onde permaneceu até sua extinção em 1967.

³¹² BRASIL, 1947, Op. cit., p. 152.

³¹³ ROCHA, 2003, Op. cit., p. 109.

populações indígenas, onde se desempenharam normativas de caráter assistencial, orientações educacionais, de saúde e promoção da economia indígena.³¹⁴ Esta última, que deveria pautar-se pela vocação econômica da região em que estavam estabelecidos os Postos, em muitos casos, possibilitou a exploração sob vários aspectos dos bens do patrimônio indígena, os quais, em tese, deveriam ser revertidos para a manutenção das comunidades indígenas envolvidas nas iniciativas.

Com uma maior amplitude suscitada pelo Decreto nº 736 e, tendo em vista sua vinculação à Inspeção Especial de Fronteiras³¹⁵, houve um esforço por parte dos dirigentes do SPI no sentido de instalar Postos Indígenas em zonas de fronteira, conforme estabelecido no Artigo 5º do referido decreto, que determina, entre outras disposições, que:

Nas zonas habitadas por índios serão instalados Postos que além do amparo e mais funções consignadas neste e no seguinte capítulo, procurarão especialmente, por meios brandos, atrair os índios que viverem em estado nômade, pacificar os que se mantiverem hostis, reeducar os habituados ao nomadismo pelas cidades e povoados, e nacionalizar os índios em geral, especialmente os das regiões de fronteira.³¹⁶

Havia ainda por esta época, diversos povos indígenas resistentes a um contato sistemático com as frentes de expansão. Por esse motivo, as

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ Entre as funções da Inspeção Especial de Fronteiras, presentes no Artigo 3º do Decreto nº 613 de 30 de janeiro de 1936, que regulamenta as atividades desta Inspeção, estavam as seguintes: c) promover a colonização militar da zona fronteira, obedecendo a planos econômicos que conciliem os interesses nacionais e regionais, tendo em vista, especialmente, a defesa da integridade territorial do País, a segurança das fronteiras, o progresso das regiões fronteiriças e a evolução social e econômica da suas populações, no sentido de sua integração na Nacionalidade Brasileira; d) prestar proteção e assistência aos índios, amparando-lhes a vida, a liberdade e a propriedade, resguardando-se da opressão e da espoliação, erguendo-lhes o nível social e econômico, com o fim de incorporá-los à sociedade. In: BRASIL. **Decreto nº 613 de 30 de janeiro de 1936.** Artigo 3º. s/p. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=10678&norma=24655>. Acesso em 07/06/2013.

³¹⁶ BRASIL, 1947, Op. cit., p. 151.

estratégias do SPI eram elaboradas de acordo com o grau de contato e envolvimento dos indígenas com a sociedade regional. Necessitou-se, portanto, da organização de Postos Indígenas com diferentes funcionalidades. Assim sendo, foram organizados inicialmente Postos de Atração, Vigilância e Pacificação e Postos de Assistência, Nacionalização e Educação.³¹⁷

Os Postos de Atração, Vigilância e Pacificação foram sendo instalados pelas áreas mais remotas do território brasileiro, onde o contato dos colonizadores com as populações indígenas apresentava índices elevados de confrontos e perseguições. Sua proposta era atrair os povos arredios, estabelecendo relações amistosas e prestando amparo aos mesmos contra as violências impostas pelos “civilizados”. Além disso, através de ações convergentes à sua pacificação e assimilação, os funcionários do SPI não poderiam estabelecer aos indígenas nenhum tipo de trabalho, prática religiosa ou prática educativa que os mesmos não aceitassem.³¹⁸ Estas atividades deveriam ser estabelecidas aos poucos, medindo o grau de corroboração dos nativos e estudando as suas preferências.

Na etapa subsequente, isto é, entre as populações com as quais já houvesse relações pacíficas e frequentes com a sociedade envolvente e com os funcionários da agência indigenista, seriam montados os Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação. Através destes, organizar-se-iam as atividades ligadas à agricultura, pecuária, extrativismo e outras atividades educativas e industriais que possibilitassem a sustentabilidade dos indígenas dentro dos estabelecimentos. Nestes locais, todas as atividades deveriam ser também aplicadas de acordo com as preferências dos indígenas, ensinando-os a trabalhar sem constrangimentos, sendo levados a isto por conselhos, prêmios e outros meios suasórios.³¹⁹ No que se refere à tarefa de Nacionalização e Educação, seriam elaboradas atividades destinadas a incentivar o civismo brasileiro entre os indígenas, enfocando o culto à

³¹⁷ Na década de 1940, já com a orientação dos estudiosos do CNPI (criado através do Decreto nº 1794, de 22 de novembro de 1939) as funcionalidades dos Postos Indígenas foram ainda mais compartimentalizadas, sendo somados aos Postos Indígenas de Atração (PIA) e Postos Indígenas de Assistência Nacionalização e Educação (PIN), os Postos Indígenas de Fronteira e Vigilância (PIF), Postos Indígenas de Criação (PIC) e Postos Indígenas de Alfabetização e Tratamento (PIT).

³¹⁸ ROCHA, 2003, Op. cit., p. 159.

³¹⁹ Ibid. pp.159-161.

bandeira, o ensino de história da pátria e seus heróis nacionais (entre os quais Rondon e Getúlio Vargas) e explicação das principais datas nacionais.³²⁰

Analisando os objetivos implícitos destes pressupostos assistenciais, é possível depreender que o SPI, ao atuar nas duas frentes, o faz enquanto detentor de poderes normatizantes e simbólicos para o “trato” com os índios, geralmente legitimados pelo governo federal. Penso dessa forma, porque os representantes do SPI utilizaram-se deste poder simbólico para impor instrumentos de conhecimento e expressões que são caras ao representativismo patriótico, mas totalmente alheios à realidade sociocultural indígena. Ao se analisar as ações educativas promovidas através dos Postos Indígenas pelo prisma dos sistemas simbólicos, é possível inferir que estas estratégias são planejadas para legitimar sua dominação por meio de uma produção simbólica própria, deixando claros os princípios de hierarquia e hierarquização, os quais podem ser definidos por “sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima.”³²¹

Esta relação, inserida no contexto dos Postos Indígenas, pode ser entendida ainda enquanto uma estratégia normatizadora, cujos pressupostos fundamentais girariam em torno de uma homogeneização das diversidades étnicas existentes através de normativas operacionais e comportamentais, pensadas enquanto facilitadoras de um controle das especificidades sociais e culturais dos indígenas. Compreendidas como exercício de um *poder tutelar* por Antonio Carlos de Souza Lima, as estratégias do SPI para educar e nacionalizar as populações indígenas também implicariam no emprego de processos fundamentalmente de exibição e teatralização, cuja finalidade principal seria “obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja da população sobre a qual incidirá.”³²²

Criar Postos com a funcionalidade de promover ensinamentos úteis, capazes de despertar no indígena sentimentos nobres de pertencimento à nação brasileira, fixando-o em áreas específicas para que fosse atraído pela cultura sistemática da terra e das demais indústrias rurais, das quais obteriam rendimentos para a emancipação econômica dos mesmos, fez parte da tônica dos discursos oficiais das

³²⁰ Ibid. p. 160.

³²¹ BOURDIEU, 2012, Op. cit., p. 12.

³²² SOUZA LIMA, 1995, Op. cit., p. 74.

autoridades e demais funcionários do SPI em todo o território nacional. Na região Sul do Brasil, onde se proliferou a ação mais efetiva do SPI a partir de 1941, estes discursos eram ainda mais enfáticos, tendo em vista a característica rural dos três estados, considerados à época o “celeiro do Brasil”.

Nesta região, as áreas reservadas aos indígenas pelos estados eram alvos de intrusões por colonos, posseiros e empresários madeireiros, abusos de todas as espécies pela sociedade envolvente, marginalização dos índios causada pelo abuso do álcool, entre outras formas de exclusão. Os governos mostravam-se despreparados (ou desinteressados) em definir ações para controlar os problemas recorrentes nas áreas destinadas aos índios. Dessa maneira, o SPI, que antes de 1941 atuava em poucas áreas no Sul, expande sua ação para todas as áreas indígenas desta região através da criação de Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação. Destaco, na sequência, as principais características acerca da instalação destes estabelecimentos e a forma como se iniciou a ação tutelar federal nas áreas indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com destaque para os Postos Indígenas Nonoai e Xaçupé.

2.2. O SPI no Rio Grande do Sul: as bases da assistência federal

Já foi evidenciada no capítulo anterior, a existência de um projeto de assistência tutelar em nível estadual no Rio Grande do Sul. Sua experiência contribuiu para o reconhecimento das particularidades regionais e as características gerais dos povos indígenas deste estado. Entretanto, esta agência, que teve seu período auge entre os anos de 1908 e 1928, sucumbiu frente a uma série de irregularidades e arbitrariedades vinculadas à Secretaria de Terras e Obras Públicas e suas subordinadas Comissões de Terras. Se a situação dos indígenas do Rio Grande do Sul já não era das melhores com a ação da proteção fraternal do estado, ela piorou após 1928, quando ocorre o rompimento com a política de proteção nos moldes elaborados por Carlos Torres Gonçalves.

Não se pode afirmar, porém, que o estado “esqueceu” completamente das populações indígenas existentes em seu território. Isto porque, no mesmo ano, a Secretaria de Agricultura, Indústria e

Comércio do RS já apresentava uma proposta para revisão das instruções do Serviço de Proteção Fraternal, visando adequar a situação dos índios do estado ao contexto da legislação indigenista federal.³²³ Esta proposta foi aprovada por despacho presidencial em 30 de agosto de 1928. A partir daí, como previa a nova legislação federal, promulgada pelo Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928, a nova situação jurídica dos indígenas nascidos em território nacional não permitia mais a tutela orfanológica dos nativos, não importando as categorias a que estivessem vinculados.

Em muitas áreas reservadas para os povos indígenas do Rio Grande do Sul, ocorrem inúmeras tensões sociais por conta da sua intrusão por posseiros nacionais e pela ação de empresas colonizadoras, que propiciaram a invasão das áreas indígenas por parte de colonos de origem europeia. Estas tensões se tornaram mais frequentes a partir de 1930, tendo em vista o esgotamento dos lotes coloniais das regiões norte e noroeste deste estado. A redução das fronteiras agrícolas conduz a uma invasão cada vez maior nas reservas, as quais, mesmo legitimadas pelo governo estadual, não possuíam, por parte do mesmo, garantias expressivas de usufruto exclusivo dos indígenas.

Sob grande pressão das companhias colonizadoras e de políticos favoráveis a uma redução no tamanho e na quantidade de áreas reservadas para os indígenas, o governo do Rio Grande do Sul mostrou-se conivente com a entrada massiva de colonos em diversas áreas ao longo da década de 1930. Em certos momentos, inclusive, o governo estadual vai agir como incentivador do processo, extinguindo algumas reservas e retalhando outras. Entre os casos de perda territorial em prol

³²³ O novo Diretor de Agricultura Indústria e Comércio, João Luderitz, solicita da Assembleia Legislativa uma revisão das instruções sobre o Serviço de Proteção Fraternal dos indígenas, em face da nova legislação federal. Conforme o diretor, “em officio nº 435 de 17-08-1928, a Directoria fazia sentir ao Governo do Estado a necessidade da elaboração de um projecto de revisão das instruções que sobre o assumpto vigoravam, por aprovação presidencial de 15 de fevereiro de 1917, para que ficassem em harmonia com o Decreto Federal nº 5.484 de 27 de junho de 1928, regulando a situação dos índios nascidos no território nacional.” In: RELATÓRIO 25/07/1929. **Relatório do Diretor de Agricultura Indústria e Commercio João Luderitz, publicado no relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas e apresentado ao presidente do Estado Dr. Getúlio Vargas em 25 de julho de 1929.** Porto Alegre: Officinas Graphicas d’A Federação. 1929. p. 603.

da ocupação por colonos, podem ser citadas as áreas de Inhacorá, Nonoai, Votouro e Serrinha.³²⁴

Esta pressão por parte de alguns setores políticos e econômicos é justificada porque o Rio Grande do Sul viveu, entre os anos 1930 e 1945, a expansão de um modelo de desenvolvimento fortemente embasado na produção agropecuária. Modelo este que apresentava as zonas rurais gaúchas com “exploração razoavelmente grande de arroz, trigo e gado e seus produtos históricos, que fusionam-se por inteiro nesses anos, compondo a estrutura produtiva e de intermediação denominada de mercado sul-rio-grandense.”³²⁵ A esta economia de característica rural, de especificidades marcadamente regionais, somar-se-ia a exploração madeireira das áreas de araucária do norte e noroeste gaúcho.

Conforme demonstrei anteriormente, mesmo com a ação da proteção fraternal, há uma considerável diminuição da população indígena no estado entre 1920 e 1929, perceptível através dos dados estatísticos apresentados nos relatórios da DTC. A diminuição populacional indígena deveu-se, em parte, às pressões constantes sobre suas áreas por parte de setores específicos da sociedade regional (mais corriqueiramente por posseiros nacionais, colonos de origem e madeireiros). Além disso, é plausível cogitar a hipótese de que frente às inúmeras pressões, muitas famílias indígenas tenham abandonado suas áreas, partindo em busca de melhores condições de sobrevivência, empregando-se como trabalhadores braçais nas cidades vizinhas ou em lotes coloniais próximos das áreas indígenas, onde, em muitos casos,

³²⁴ A reserva de Serrinha é um grande exemplo de expropriação de terras indígenas patrocinadas pelo estado. Neste caso, a intrusão era incentivada por esferas políticas locais e estaduais, interessadas na potencial exploração agrícola e madeireira da área. Entre as décadas de 1950 e 1960 a reserva indígena da Serrinha é totalmente retalhada e colonizada, sendo extinta pelo estado e entregue aos colonos em meados de 1960. Na década de 1990, tendo em vista os direitos indígenas previstos na Constituição de 1988, a área indígena com aproximadamente 11 000 hectares é devolvida aos Kaingang, provocando a expulsão de centenas de famílias de agricultores. Ver: CARINI, Joel João. **Estado, Índios e Colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha - norte do Rio Grande do Sul**. 1. ed. Passo Fundo - RS: Editora UPF, 2005.

³²⁵ MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. Et. All. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 363.

acabavam se instalando como agregados e abandonando de vez suas comunidades.

As intrusões e o apossamento de áreas reservadas para os indígenas na região Sul do Brasil culminaram com a saída de diversas famílias Kaingang dos Toldos, fato que foi documentado e monitorado por agentes do SPI ao longo da década de 1930. Ações incisivas para controlar este processo, contudo, eram ainda inexistentes, tendo em vista que a administração das áreas era prerrogativa dos governos estaduais. Mesmo tendo sido fundadas algumas subdelegacias do SPI em regiões próximas aos Toldos, como ocorreu em Palmas, no Paraná e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, as ações dos subdelegados eram limitadas pela autonomia dos funcionários estaduais.

Mesmo assim, algumas destas vistorias merecem maior destaque, porque apresentam informações extremamente significativas sobre as condições de vida dos indígenas e da situação material das áreas ocupadas pelos mesmos. À guisa de exemplificação, destaco o depoimento de Sertório da Rosa, inspetor do SPI no estado paranaense, o qual, ao inspecionar os Toldos de Santa Catarina e do Paraná em 1937, elabora um detalhado relatório sobre a situação dos indígenas de pelo menos 10 áreas nos dois estados. Admirado com a situação que encontrou nos Toldos, em suas disposições finais, o inspetor conclui que:

Desde tempos immemoriaes se houve fallar, aqui no Paraná e em Santa Catharina, em serviços de assistência e proteção aos selvícolas, sendo muitos os burocratas que tem passado pela respectiva administração nesta região e é de presumir-se, grandes sommas terão sido, forçosamente, consumidas com tal pretexto, entretanto – duro é dizê-lo – acabo de verificar nos muitos toldos visitados que alli jamais entrou qualquer auxílio material, fossem medicamentos, fosse a criação de uma escola, o suprimento de um pouco de sementes, um animal para reprodução, fosse uma única enchada ou uma única fouce.³²⁶

³²⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório apresentado pelo Sr. Sertório da Rosa, inspetor do SPI no Estado do Paraná, quando de sua viagem de inspeção a diversos toldos e Postos Indígenas dos Estados do Paraná e S. Catarina.** Curitiba: 11 de junho de 1937. fl. 12. Microfilme 379. Fotogramas 02324 a 02337. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

A situação precária dos Toldos de Santa Catarina e do Paraná, que em sua ampla maioria eram administrados pelos respectivos estados até o ano de 1940, não diferia muito da situação dos Toldos do Rio Grande do Sul, apesar de este estado ser considerado “distinto dos demais”, por ter criado seu serviço de assistência aos índios antes mesmo do governo federal. Esta posição, propalada por Darcy Ribeiro e apropriada por alguns autores, considera que no Rio Grande do Sul as terras indígenas sempre estiveram asseguradas pelo estado e um mínimo de assistência foi garantida.³²⁷ Como já visto, entretanto, percebe-se que em nenhum momento houve uma situação confortável para os indígenas do Rio Grande do Sul, especialmente no que se refere à garantia de terras e assistência para os mesmos. Amiúde, as áreas eram invadidas por posseiros e colonos e o governo estadual nunca assegurou subsídios suficientes para a produção agrícola e subsistência dos indígenas.

Ao longo da década de 1930, por exemplo, ocorrem sérios atritos entre os indígenas, invasores e funcionários estaduais das Comissões de Terras. Estes acontecimentos, cada vez mais constantes e perigosos, fizeram com que o estado e o governo federal iniciassem as tratativas para transferência da assistência das populações indígenas para o SPI. É provável que este processo tenha sido bastante influenciado pelo contexto de reorganização do SPI no Ministério da Agricultura em 1939, quando há uma realocação de verbas para a proteção aos índios, o que permitiu à agência indigenista federal expandir sua ação por diversas áreas indígenas do Brasil.

Foi a partir de 1940, no entanto, que as bases práticas para a efetivação da presença do SPI e a instalação de Postos Indígenas no Rio Grande do Sul foram estabelecidas, conforme demonstram as correspondências trocadas entre João Dahne, então Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul e o Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos, na época exercendo o cargo de Diretor Geral do SPI. Vasconcelos, ao acusar o recebimento de um dossiê relativo à situação das reservas indígenas daquele estado, solicita a fixação de algumas diretivas para evitar atritos entre os funcionários estaduais e servidores do SPI, conforme denunciado pelo funcionário

³²⁷ RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. 1962, *Apud*: RODRIGUES, Cíntia Régia. A política indigenista entre o Império e os primórdios da República: os nativos do Rio Grande do Sul. **Revista Territórios e Fronteiras**. vol. 1. n. 2. Cuiabá: PPGH/UFMT. 2008, p. 152.

encarregado do Posto Indígena de Nonoai. A este respeito, o Diretor propõe que:

1º - Serão mantidas as áreas anteriormente medidas para os grupos indígenas do Rio Grande do Sul, não se cogitando por enquanto, dentro delas, loteamento individual para os índios e muito menos para pessoas estranhas á raça e a comunidade indígena.

2º - Serão medidas e reservadas para os índios respectivos, outras terras por ventura existentes, e habitadas por índios dentro do Estado, dando-se-lhes áreas razoáveis, levadas em consideração o estado ainda extensivo da cultura indígena, as suas necessidades pecuárias, e tanto quanto possível, a tradição viva quanto a ocupação da dita terra pelos mesmos índios.

3º - Nas reservas em que o SPI, em obediência à sua finalidade, e de acordo com seus recursos financeiros, instituir Postos de Assistência, Educação e Nacionalização [...] ou, mesmo, simples Postos de Alfabetização e Tratamento, a responsabilidade de conservação e melhora do respectivo patrimônio, representado pelas reservas florestais, edificações, cercados e criações existentes, passará integralmente ao SPI, a quem caberá o cumprimento dos dispositivos estaduais que regulam ao assunto, entendendo-se, para isso, diretamente com o Departamento da Capital do Estado a quem estiverem afetos e vice-versa, (para evitar atritos e invasões de atribuições entre serventuários regionais).³²⁸

Já ciente dos conflitos existentes e outros iminentes nos arredores e no interior das áreas indígenas do Rio Grande do Sul, o Diretor Vasconcelos solicita a intermediação e auxílio do governo estadual em algumas questões específicas. Entre os pontos requisitados está o

³²⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta encaminhada pelo Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos ao Secretário da Agricultura Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, João Dahne**. Rio de Janeiro: 09 de setembro de 1941. fls.1-2. Microfilme 322. Fotogramas 00408 a 00411. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

policciamento, para coibir a permanência de intrusos dentro das áreas reservadas, bem como para manter a ordem e moralidade dentro dos Postos, impedindo usurpação dos bens do patrimônio indígena por “civilizados” e o fornecimento de álcool aos índios. Solicitava ainda que o estado auxiliasse na assistência médica e sanitária, bem como na cessão de agrônomos e veterinários que estivessem em serviço próximo às áreas dos Postos, para estenderem seus cuidados às lavouras e criações dos indígenas.³²⁹

Para justificar seus apelos, o Diretor do SPI recorre a uma inteligente estratégia na conclusão de sua carta: alavancar o sentimentalismo regionalista do secretário. Fez isso afirmando que: “essas medidas consultam o interesse tanto da União quanto do Estado, porquanto os índios são também gaúchos e nós estamos procurando transformá-los em elementos apreciáveis da comunidade riograndense.”³³⁰ Dessa maneira, não representa surpresa a aprovação de todas as diretrizes propostas pelo Diretor do SPI, conforme apresentado em carta resposta do secretário João Dahne:

É orientação observada pelo Sr. Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul o estabelecimento, em todos os casos, de colaboração eficiente entre os serviços do Estado e da União na solução dos problemas comuns. No caso do amparo e proteção dos selvícolas, esse desejo é mais acentuado porque, como é de vosso conhecimento, o governo do Rio Grande vem, de longa data, dispensando a esses nossos patrícios um cuidado especial, evitando, dentro do possível, sejam eles explorados pelos civilizados, e fazendo respeitar por estes as terras que o Estado lhes destinou. Por esta razão, *ad referendum* do Sr. Interventor Federal no Rio Grande, posso desde já concordar com as diretivas que propusestes.³³¹

³²⁹ Ibid. fl. 3.

³³⁰ Ibid. fl. 4.

³³¹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio. **Carta resposta do Secretário da Agricultura Indústria e Comércio João Dahne ao Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos.** Porto Alegre: 16 de setembro de 1941. fl. 1. Microfilme 322. Fotogramas 00412 a 00414. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

A sequência da carta resposta do secretário se resume a enaltecimento dos feitos anteriores do estado no sentido de garantir as terras ocupadas pelos índios. João Dahne enfatiza as demarcações de 1911, efetuadas pelo extinto serviço estadual de assistência aos índios e nega que houvesse interesse do estado em extinguir as áreas em prol do assentamento de colonos, conforme evidenciavam algumas denúncias feitas anteriormente. Sua opinião, contudo, era enfática ao afirmar que o estado havia concedido aos indígenas “área muito superior às necessidades agrícolas e pecuárias d’ eles.”³³²

Analisando esse posicionamento de João Dahne, é compreensível que o mesmo tenha feito algumas exigências ao diretor do SPI. Entre as principais, reitera que dada a extensão das áreas e a facilidade com que se praticavam roubos de madeiras nas mesmas, desejava que fossem separadas partes das áreas de Nonoai e Guarita para a criação de reservas florestais onde não fosse permitido o corte sob qualquer pretexto.³³³ Estas partes, em tese, não deveriam ser subtraídas do patrimônio indígena. Porém, como se perceberá mais adiante, não foi exatamente isso que ocorreu.

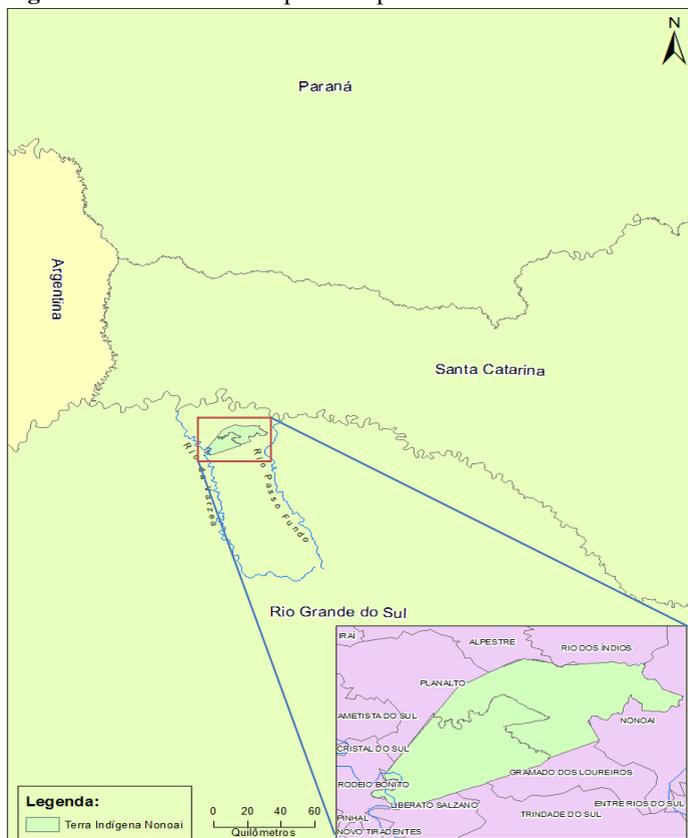
Tendo concordado com os termos circunscritos nas cartas, a direção do SPI autoriza, em princípios de 1941, a instalação de Postos Indígenas por diversos Toldos existentes no estado gaúcho. Entre os principais Postos vinculados ao SPI nesta etapa inicial, podem ser citados os seguintes: PI Guarita, no município de Tenente Portela; PI Cacique Doble, no município de Lagoa Vermelha; PI Nonoai, pertencente na época ao município de Sarandi, além do PI Ligeiro, já tutelado ao SPI como Centro Agrícola desde 1911, estabelecido no município de Charrua. Os PIs Guarita e Nonoai eram os maiores em extensão territorial e contingente populacional, contando o primeiro com aproximadamente 23 000 hectares de área total, (oficializados pelo estado em 1917 e mantidos pelo SPI em 1941) e uma população em torno de 600 pessoas. Nonoai, por sua vez, contava em 1941 com uma população também em torno de 600 indígenas, mas possuía uma área maior, com dimensões em torno de 34 000 hectares.³³⁴ O mapa ilustrado na sequência, apresenta as dimensões originais desta demarcação:

³³² Ibid. fl. 2.

³³³ Ibid. fl. 2.

³³⁴ É importante frisar que aponto aqui apenas valores aproximados das dimensões e dados censitários destes Postos Indígenas, porque as informações sobre os mesmos encontram-se bastante fragmentadas e com dados, muitas vezes, descontraídos. Por isso, optei por não estabelecer nenhuma fonte

Figura 8: Área demarcada pelo SPI para o PI Nonoai em 1941.



Fonte: Mapa elaborado por Tiago Pazolini, com base em dados do SPI e IBGE. 2014. Acervo do Autor

documental como referência principal para descrever estes dados estatísticos. Caso o leitor/pesquisador precisar acessar informações referentes às estatísticas dos Postos Indígenas do Rio Grande do Sul neste período, sugero uma consulta às seguintes fontes: SPI. **Boletim Interno n° 4**. Fevereiro de 1942; SPI, **Boletim Interno n° 12**. Novembro de 1942 SPI. **Boletim Interno n° 14**. Janeiro de 1943; SPI. **Boletim Interno n° 17**. Abril de 1943; SPI. **Boletim Interno n° 22**. Setembro de 1943. Estes e outros boletins internos do SPI podem ser encontrados, encadernados ou microfilmados, no acervo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Além dos boletins, muitos referenciais estatísticos podem ser coletados nos documentos microfilmados do SPI, existentes no arquivo do mesmo museu.

A decisão de instalar nessas áreas os Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN), deveu-se à conclusão por parte dos dirigentes e inspetores do SPI, de que os ocupantes dos antigos Toldos, em sua grande maioria Kaingang, já pertenciam a um estágio mais avançado de relacionamentos com a população regional, ou, como apresentado no regimento interno do órgão indigenista, “já viviam promiscuamente com civilizados”. Esta característica será bastante utilizada em ações movidas pelos arrendatários, posseiros e madeireiros para tentar burlar a legislação que exigia sua saída das áreas, quando afirmariam que nas terras ocupadas por eles, não existiam mais “índios puros”, portanto, também não teriam mais direito às mesmas.

2.2.1. A formação do Posto Indígena Nonoai

Alguns dos ofícios e cartas inicialmente trocados entre o primeiro encarregado do Posto Indígena Nonoai, Francisco José Vieira dos Santos³³⁵, com a 7ª Inspetoria Regional, podem nos fornecer uma ideia aproximada de como seriam as condições de trabalho e a situação dos índios naquele momento. Muitas das informações contidas nesta documentação, no entanto, devem ser observadas com bastante cautela, tendo em vista que em vários apontamentos sopesados sobre Nonoai, assim como sobre outros Postos Indígenas administrados pelo SPI, há uma grande tendência de seus encarregados enaltecerem as benesses fornecidas pelo órgão indigenista federal em contraposição ao estado anterior em que se encontravam as áreas indígenas. Outras vezes, há uma tendência bastante forte dos encarregados em supervalorizar seus esforços para organizar os trabalhos junto às populações assistidas. Por isso, destacarei as informações fornecidas pelos encarregados e analisarei o contexto de sua produção e reprodução.

³³⁵ A partir deste momento, como forma de padronizar a sua denominação, destacarei o encarregado apenas como Francisco Vieira, como ficou conhecido pelos indígenas.

Figura 9: Vista panorâmica da aldeia sede do PI Nonoai em 1944.



Fonte: BRASIL. SPI. PIN Nonoai. 1944. 1 fotografia, 12x8cm. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Francisco Vieira pode ser citado como um dos encarregados que mais se preocupou com o detalhamento criterioso das atividades executadas no Posto, tanto por ele, quanto pelos demais funcionários e pelos indígenas tutelados. O encarregado seguia fielmente as exigências do regimento interno do SPI, principalmente no que se refere ao envio de relatórios mensais sobre as atividades desenvolvidas no Posto. Afirmando isso, pois, em análises dos boletins internos entre 1942 e 1947, há inúmeras referências sobre o PI Nonoai em praticamente todos os meses. Há inclusive elogios por parte da chefia da IR7 por sua assiduidade em encaminhar os relatórios mensais.

Estes relatórios, ainda que comumente apresentem um conteúdo ufanista em relação às ações pessoais e aos propósitos do SPI, oferecem muitos subsídios para uma compreensão sobre o contexto e a situação em que se encontrava o PI Nonoai no período que antecedeu a sua organização. Cito como exemplo inicial, o relatório mensal de outubro de 1942, no qual o encarregado expõe as condições da organização do Posto e o desenvolvimento das atividades ao longo do seu primeiro ano:

Completa hoje um ano que tiveram início praticamente os trabalhos de organização deste Posto Indígena. Foi nesta data que no ano passado se armou uma barraca de lona e em seguida um barracão de taboas, no vasio desta cochilha e se iniciaram os trabalhos de organização do Posto. Pouco há a enumerar nesse ano de trabalho: 2 galpões, a Escola aparelhada, com todo o mobiliário feito no Posto, casinhas higiênicas, galinheiro, mangueira e encerra com cocheiras para o trato com os animais, pocilga e encerra para os porcos; fechos de poteiros, lavouras e 150 mudas diversas de arvoredos; estrada para o Posto e 4 pontes (feitas com lascão por falta de madeira serrada); regularização no sistema de plantação dos índios, com aulas praticas de agricultura; regularização e controle do serviço todo afim de evitar as explorações abusivas e comuns que eram nesta Area.³³⁶

O relato do encarregado do PI Nonoai torna-se bastante relevante a partir do momento em que apresenta detalhes sobre a estrutura física (in)existente na área reservada pelo estado aos Kaingang. Conforme se depreende das informações de Francisco Vieira, os trabalhos começaram praticamente do zero, sem grandes indícios de que houvesse uma infraestrutura anterior, algo que se poderia esperar como herança do antigo *Serviço de Proteção Fraternal aos Índios do RS*. Ainda que o programa estadual de assistência aos indígenas tenha sido extinto em 1928, há evidências de que o estado prestou algum auxílio posterior aos índios, mesmo que de maneira bastante limitada por meio das Comissões de Terras. É bastante provável que este auxílio tenha se dado de forma compartimentada, por meio de doações de alimentos, roupas, sementes e alguns instrumentos agrícolas.

Chama a atenção que, apesar de existirem documentos evidenciando a presença do SPI e do próprio Francisco Vieira em Nonoai desde janeiro de 1941, o mesmo atribui o efetivo início de seus trabalhos de organização do Posto ao mês de outubro de 1941. Qual

³³⁶ Ofício-Relatório nº 10 do PIN Nonoai, E. do R.G. do Sul e datado de 1º de outubro de 1942. In: BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 12**. 30 de novembro de 1942. p. 6. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

seria a razão disto? Analisando detalhadamente a documentação existente sobre a fundação deste PI, verificou-se que somente em outubro de 1941, após inúmeras insistências por parte do encarregado à IR7, é concedida a verba destinada ao início das construções dos prédios necessários para a fundação da sede do Posto. Dessa maneira, Francisco Vieira considera seu período efetivo de trabalho apenas a partir do momento em que se torna possível sua residência fixa naquele Posto Indígena.

Este é um dos fatores diferenciais da assistência estadual para a federal. Os encarregados e demais funcionários do estado raramente viveram nas áreas indígenas, pois, muitos dos mesmos, estavam comprometidos em outras atividades nas Comissões de Terras. Por outro lado, a maior parte dos serventuários do SPI que fossem atuar nos Postos, deveria residir no interior dos mesmos. Dessa maneira, havia a real necessidade de constituição de uma (aldeia) sede, que funcionaria como ponto de referência para a assistência aos indígenas. Nesta sede, seriam edificadas as principais construções do Posto, como o prédio administrativo, que serviria de moradia e escritório do encarregado, além da escola, refeitório, enfermaria e algumas instalações rurais. Conforme já indicado, em Nonoai, esta infraestrutura parece ter sido inexistente antes da ação do SPI.

A instalação de um Posto Indígena pelo SPI na área dos índios de Nonoai causou muitos inconvenientes para alguns moradores da região, sobretudo para comerciantes, agricultores e madeireiros, que anteriormente usufruíam da mão de obra Kaingang e dos recursos naturais existentes dentro da área indígena. Isso ocorreu em grande parte porque, ao efetivar-se a proteção aos índios, o governo federal incluía a vigilância ao patrimônio existente nas áreas. De acordo com informações apresentadas nos relatórios do encarregado, foram frequentes as ameaças sofridas por ele e pelos demais funcionários do SPI quando se iniciaram os trabalhos. Além disso, muitas pessoas de fora da área incitavam os índios a desobedecer as “novas regras” e a abandonar os serviços. Isso acontecia, segundo Francisco Vieira, porque a instalação do Posto prejudicou alguns indivíduos que usufruíam das terras dos índios para interesses pessoais.³³⁷

O repúdio à instalação de um Posto Indígena não ocorreu apenas em Nonoai. É importante frisar que, na região Sul, em praticamente todas as áreas indígenas que o SPI passou a administrar a partir de 1941,

³³⁷ Ibid. p. 6.

existiram certos segmentos da sociedade regional que mantinham empreendimentos ou outros interesses no interior das mesmas. Camponeses, comerciantes e madeireiros conseguiam, em muitos casos por meio de conivência das próprias lideranças indígenas ou funcionários do estado, autorização para o corte de madeiras dentro das reservas, extração de minérios ou mesmo, para o arrendamento de lotes de terras para cultivo.

Com a administração dos PIs repassada ao SPI, há uma proibição inicial de todas as relações de arrendamentos, associações para extração de madeira ou outras atividades que não tivessem contrato firmado e autorizado pelo próprio órgão indigenista federal. Em Nonoai, ocorriam muitas denúncias de cortes de madeira e exploração da mão de obra indígena envolvendo, em diversos casos, os próprios funcionários do estado. Muitos destes, aproveitando-se de concessões adquiridas por meio de favorecimentos políticos, geralmente ilícitos, exploravam áreas cultiváveis e recursos florestais existentes dentro dos perímetros dos antigos Toldos.

Um destes casos é apresentado por Francisco Vieira em ofício encaminhado à chefia da IR7, sobre o início de seu trabalho como encarregado no PI Nonoai. Em certo ponto, o encarregado revela que, ao efetuar uma “expedição de reconhecimento” por todo o perímetro do recém instalado Posto, é colocado a par de um caso de exploração ilegal de madeira dentro da área indígena, que ocorrera há pouco tempo. A responsabilidade pelo corte foi atribuída a um cidadão chamado Nicanor Fiad, o qual:

... apoiado politicamente deixou um nome pouco recomendável por aqui. O Snr. Fiad, concessionário do Estado como informa a Inspeção Florestal de Iraí, tirava madeiras na proximidade deste Posto e para cair no Rio da Várzea – não obstante haver uma estrada publica – abriu uma picada por dentro da área de mais de meia légua; por aí conduziu suas madeiras e tirou a em questão.³³⁸

³³⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício-relatório encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai, Francisco José Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7, Paulino de Almeida.** Nonoai. 14 de janeiro de 1941. fl.1. Microfilme 058. Fotogramas 0025 a 0028. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

A extração de madeiras na área reservada aos índios, entretanto, era uma atividade com raízes mais antigas. Assevera-se isso, porque, já nos idos de 1923, portanto, no auge da vigência da política de proteção fraterna promovida pelo estado, eram extraídas madeiras na área indígena de Nonoai, o que, segundo o regulamento instituído pela DTC, era sumariamente proibido. De acordo com Francisco Vieira, “em 1923, Abrão Fiad, irmão de Nicanor Fiad, tirou madeiras neste Posto, e antes um Cortez também.”³³⁹

Como já destacado, além da exploração madeireira, outras atividades extrativas ilegais foram identificadas pelo encarregado. Em relatório para a IR7, ele informa que em outra expedição pelo interior do PI, descobriu que havia intrusos explorando clandestinamente as pedreiras do ‘Jacutinga’. Para combater estas atividades, o mesmo adverte que “tem-se feito ‘batidas’ nesses intruzos, mas a apreensão torna-se difícil, por que o ato atravessa o interior do sertão num percurso bem considerável e a 5 léguas para o centro do Posto.”³⁴⁰

Informada sobre os acontecimentos, a direção do SPI encaminha instruções bastante claras para o encarregado: deveria providenciar o mais rápido e ordeiramente possível a saída de pessoas estranhas da área do PI Nonoai. Para seu auxílio, deveria contar com apoio do governo estadual, que forneceria soldados das polícias militar e florestal para proceder com as desocupações dos lotes intrusados. Ocorria, no entanto, que em certos momentos, os próprios agentes do governo estadual atuavam como obstáculos às iniciativas do SPI.³⁴¹

³³⁹ Ibid. fl. 2.

³⁴⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades nº 6, encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7, Paulino de Almeida.** PI Nonoai, 30 de maio de 1941. p. 2. Microfilme 058. Fotogramas 0066 e 0067. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁴¹ Francisco Vieira dos Santos reclama de alguns “boicotes” que sofre em suas tarefas por parte de funcionários do estado, que deveriam auxiliar no seu trabalho. Por isso, encaminha ofício ao Inspetor Paulino de Almeida, solicitando esclarecimentos sobre o assunto: “Peço-vos informar se este Posto tem de prestar obediência e aceitar ordens que emanem de algumas das Inspetorias de Terras e Florestal de Barril e Iraí, respectivamente, isto porque, chegou ao conhecimento deste encarregado de que o Guarda Florestal, aqui, está com ordens para embargar os trabalhos deste Posto.” BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 7 encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7, Paulino de Almeida.** PI Nonoai. 12 de março de 1941. 1 fl. Microfilme 058. Fotograma 0053. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Estas denúncias do encarregado, como já assinalai

Há muitas informações nos ofícios e relatórios de Francisco Vieira sobre a retirada de famílias não indígenas de dentro do Posto. Chama a atenção, no entanto, o fato de que algumas “concessões” eram feitas, de acordo com interesses estipulados pelo próprio encarregado. Neste sentido, ao apresentar uma relação de moradores não indígenas existentes dentro do Posto, ele indica que:

Há pela linha da esquerda do Posto à altura das Campinas das Pedras, a família dos Claudinos, que são em número de 5 casas. Determinei a retirada deles e estão dispostos a sair; consenti a retirada de suas casas para facilitar a saída deles; na mesma altura há duas casas dos Bringhenti, com quem procedi pela mesma maneira, mas a todos pedi que deixassem um galpão para os índios. Há também na linha direita, pela altura do rio “Demetrio” sete moradores que sairão nas mesmas condições. No interior do Posto, nas Campinas de Pedras, permiti que ficasse um velho entrevado de nome Simão e sua mulher; outro velho de nome Tomás, a pedido de um índio velho que mora com ele; permiti também até que se arrume e porque tem prestado serviços ao Posto a permanência de um comissário de Polícia, Sr. Bernardino Gonçalves. O funcionário do Estado também mora no Posto, mas bem na frente e é prestativo e sério.³⁴²

Através deste fragmento, pode-se identificar a ocupação de três segmentos distintos da sociedade regional dentro da área indígena naquele momento. O primeiro segmento, constituído pela “família dos

linhas atrás, foram as mesmas que o Inspetor Paulino de Almeida informou ao Secretário de Agricultura Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, João Dahne, ao solicitar providências no sentido de conciliar os trabalhos do SPI com as Inspetorias de Terras e Florestal.

³⁴² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida, sobre relação de moradores dentro do Posto.** Nonoai: 20 de fevereiro de 1941. 1 fl. Microfilme 058. Fotograma 0042. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Claudinos”³⁴³, pode ser descrito como representante dos posseiros nacionais (caboclos), que ocupavam um espaço significativo no interior do Posto Indígena e mantinham, em muitos casos, relações de compadrio com os *Kaingang*, inclusive com alianças e casamentos interétnicos, os quais permitiam aos mesmos viver sem uma grande contrastividade cultural com os indígenas, tornando-os praticamente “misturados” a estes.³⁴⁴

O segundo segmento, composto pelos “Bringhenti”, é representativo da invasão dos colonos de origem (pejorativamente chamados pelos indígenas de “gringos”) na área. Estes, de maneira geral, mantinham poucas relações com os indígenas, e quando havia, relacionavam-se à busca de mão de obra barata. Por conta desta exploração, as relações conflituosas sucederam-se após o início das ações de desapropriação pelo SPI.

O terceiro e último segmento é representado pelos “funcionários do Estado” e, como a própria designação já específica, representa a permanência de antigos apaniguados das Comissões de Terras, favorecidos com lotes de terras dentro das áreas reservadas aos *Kaingang*. Os “funcionários do Estado” possuíam um caráter bastante específico dentro da área indígena, pois ajudavam a manter a ordem social nas relações entre os indígenas e a sociedade regional.

A tarefa de retirada de intrusos e o combate às atividades ilícitas dentro do Posto Indígena, que deveriam ser complementares às ações estruturais do SPI em Nonoai, alcançaram maior destaque nos relatórios e ofícios do que as atividades agrícolas dos próprios indígenas naquele momento. Isto é explicável, porque as estratégias que previam a organização sistemática de atividades para os *Kaingang*, envolvendo

³⁴³ Na atualidade, o sobrenome Claudino possui uma representatividade bastante forte dentro das comunidades Nonoai e Serrinha, principalmente nesta última, onde inclusive existe atualmente um representante desta família no cargo de cacique: Antônio Mig Claudino.

³⁴⁴ A expressão “misturados” utilizada aqui corresponde aos pressupostos explicados por João Pacheco de Oliveira, para quem a “mistura”, longe de ser uma categoria sociológica de exclusão, conforme era para o governo e para as agências indigenistas, se incorporada a um esforço de conceituação, permite explicitar valores e estratégias de ação e expectativas dos múltiplos atores presentes nesta situação interétnica. Para o autor, “cada grupo étnico repensa a “mistura” e afirma-se como uma coletividade precisamente quando se apropria dela segundo os interesses e crenças priorizados.” OLIVEIRA, 1998, pp. 52 e 60.

planos para transformá-los em produtores rurais capazes de garantir a sua subsistência e a autosustentabilidade do Posto, foram inicialmente atravancadas por dois motivos principais: falta de repasse de verba e incitações de terceiros contra o SPI e o encarregado.

No que se refere ao repasse de verbas, verificou-se que o encarregado solicitava regularmente recursos financeiros e ferramentas para o trabalho no Posto, afirmando que somente isto faltava para que tudo “engrenasse”, pois os índios, de modo geral, mostravam-se bastante dispostos a ajudá-lo.³⁴⁵ Todavia, percebe-se que havia certa dificuldade de conseguir o repasse de recursos por parte da IR7, pois há constantes solicitações de Francisco Vieira ao Inspetor Paulino de Almeida para que fossem fornecidos todos os recursos requisitados, sob o risco de não conseguir cumprir com suas obrigações de maneira adequada. Ao descrever as dificuldades existentes e seus esforços no sentido de superá-los, assevera que: “a sorte do Posto Indígena de Nonoai depende exclusivamente de sua Inspeção, garanta-me o necessário que eu lhe garanto o futuro!”³⁴⁶

Por mais que apresente alguns resultados positivos na preparação de roças para os índios e para o Posto, o encarregado critica o fato de ter que resolver muitos dos problemas recorrentes da falta de verba, os quais aumentavam a cada dia, arriscando tornarem-se insolúveis caso não houvesse o repasse imediato dos recursos prometidos. Algumas destas cobranças eram bastante incisivas, conforme se pode perceber através do seguinte trecho:

A situação do Posto e todos os problemas que lhe dizem respeito continuam na mesma situação, sem nenhuma solução e eu sem nada poder fazer. [...] Acresço que isso muito tem prejudicado o Serviço, pois tem até consitado os trabalhadores a abandonarem-no e os índios a não me atenderem mais porque sou um “conversador”. Há necessidade, portanto de serem atendidos e resolvidos todos esses assuntos, pois minha situação aqui é crítica e ridícula. [...] Ponho V.S. a

³⁴⁵ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida, sobre relação de moradores dentro do Posto.** PI Nonoai: 20 de fevereiro de 1941. 3 fls. Microfilme 058. Fotogramas 0043 a 0045. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁴⁶ Ibid. fl. 2.

par de tudo isso, para que saiba o que aqui estou passando, e se estou parado não é por meu gosto; vim para trabalhar e ainda nada fiz, e se entrei na conta dos que nada fazem, que estão na “bela vida”, que o Sr. Inspetor conhece bem, aqui nestes interiores, ela não é tão bela que desperte cobiça de a vivermos, a não ser por amor à CAUSA dos ÍNDIOS.³⁴⁷

Este trecho do relatório de Francisco Vieira, além de revelar suas aflições pela falta de repasse de dinheiro para o início efetivo de seu trabalho, é ilustrativo também da situação referente ao segundo motivo ressaltado como causa da demora na estruturação do PI e instrumentalização dos indígenas: as incitações de “terceiros”, contrários à instalação de um Posto do SPI em Nonoai.

Considero que estas incitações devem ser compreendidas enquanto retaliações à ameaça de perda de vantagens que muitos dos “terceiros” tinham na exploração dos recursos naturais e humanos das áreas indígenas, desde o período da tutela estadual. Alguns destes “privilegiados” são denunciados pelo encarregado em seus ofícios e relatórios encaminhados à IR7. Entre os anos de 1941 e 1942, várias foram as denúncias contra indivíduos acusados de estimular os indígenas a se revoltarem frente às ordens do SPI e ao comando do próprio encarregado do Posto.

Neste período, Francisco Vieira apresentou várias queixas ao Subdelegado do 4º Distrito de Nonoai e à própria IR7. Uma destas denúncias é contra Ari Ferreira, antigo morador na área, acusado de concitar “os trabalhadores, inclusive os índios ao não cumprimento de seus deveres, a abandonarem o serviço, etc.”³⁴⁸ Outro caso semelhante ocorre em 1942, quando o encarregado do Posto presta queixa contra Francisco Pedro Leal, que estaria iludindo os indígenas ao dizer-se funcionário de SPI e prometendo destituir Francisco Vieira do cargo de

³⁴⁷ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades nº 10 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida.** PI Nonoai: 25 de setembro de 1941. 1 fl. Microfilme 058. Fotograma 0075. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁴⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 29 do encarregado do PI Nonoai, Francisco Vieira dos Santos ao Subdelegado de Polícia do 4º Distrito, Antonio Teixeira dos Santos.** PI Nonoai, 24 de outubro de 1941. 2 fls. Microfilme 058. Fotogramas 077 e 078. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

encarregado.³⁴⁹ Leal, conforme apontado pelo encarregado, era um “conhecido parasitário” do Posto e tecia todo tipo de intrigas entre os indígenas contra o SPI, fazendo-os crer que “o governo estava reunindo seus filhos para mandar á guerra e assim houve um retiro quasi total das crianças indígenas, da escola, e mais sorte de intrigas.”³⁵⁰

Torna-se necessário, neste momento, abrir um parêntese para analisar mais detidamente as estratégias discursivas de Francisco Vieira, no sentido de compreender as relações estabelecidas entre os indígenas e os chamados “terceiros” (membros da sociedade regional envolvente). O paradigma da tutela está presente em sua forma mais explícita nos discursos citados, sobretudo, quando o encarregado atribui aos “terceiros” a maior parte da responsabilidade pelas ações contrárias ao interesse do SPI. Se esta situação fosse avaliada apenas por este viés, estar-se-ia negando a capacidade de articulação dos indígenas enquanto sujeitos pensantes, capazes de agir por si próprios e a favor de seus interesses pessoais e coletivos.

Seria ingênuo imaginar que atos contrários à instalação e estruturação do Posto Indígena pelo SPI tenham ocorrido exclusivamente por influência de “terceiros”, que atuavam como agenciadores de índios e faziam-nos rebelar-se contra os princípios do órgão indigenista federal. É necessário compreender que as relações de aliança e compadrios estabelecidos entre famílias Kaingang e alguns membros da sociedade regional, seja através da venda de produtos agrícolas, compra de manufaturas e alimentos ou mesmo por prestação de serviços, arrendamentos, e, inclusive casamentos interétnicos, são registradas desde o período imperial, ainda dentro dos aldeamentos provinciais e durante a República Velha, repetem-se no contexto dos Toldos.

Se estas relações constituíram-se por meio de ações impositivas ou espontâneas, não é possível afirmar categoricamente, pois não existem subsídios suficientes para análises mais acuradas e, caso tal fosse feito, ter-se-ia que interpretar caso a caso. No entanto, não se pode cair na falsa percepção, reproduzida durante muito tempo, de que os indígenas eram apenas vítimas de articulações políticas e pressões socioeconômicas por parte da sociedade regional. Obviamente aconteceram muitas pressões, mas não se pode resumir os fatos apenas a

³⁴⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. Aviso do PIN Nonoai-IR7. In: **Boletim Interno nº 13**. 31 de dezembro de 1942. p. 20.

³⁵⁰ Ibid. p. 20.

estes atos. Se assim o fizesse, estaria sendo conivente com a permanência de um discurso desagregador, que expropria do indígena a capacidade de construção da sua própria realidade, como sujeito da própria história, tornando-o vítima passiva de imposições sociais e culturais dos mecanismos governamentais e da sociedade ocidental.

Não se trata, do mesmo modo, de ingressar no discurso da resistência indígena, tão discutido e, em certos casos, criticado por historiadores especialistas na temática. Penso que se deva atribuir aos Kaingang de Nonoai (e de forma geral, das outras áreas indígenas em que o SPI ou outras agências governamentais irão atuar) um papel mais ativo em suas ações, sejam elas favoráveis ou contrárias às instituições dos organismos tutelares e às relações com a sociedade regional. Isto porque, se eles incorporaram ideias e comportamentos muito próximos aos interesses destes setores, com certeza, em grande parte dos casos, o fizeram atribuindo significados particulares, com os quais buscaram adquirir também as suas próprias vantagens.

Por isso é necessário analisar com cuidado as estratégias discursivas de cunho denunciatório ou enaltecedor por parte dos agentes dos órgãos indígenas ou governamentais. É preciso ter clara a noção de que suas descrições geralmente apresentam o seu ponto de vista sobre os fatos, o que, no contexto do “humanitarismo paternalista” do SPI, representava desconsiderar o envolvimento intencional de indígenas em certos atos contrários ao desenvolvimento dos Postos. Retomarei esta discussão mais detalhadamente no terceiro capítulo desta tese, quando destacarei a memória dos Kaingang que vivenciaram a atuação do SPI nas áreas pesquisadas.

No que se refere ainda às adversidades iniciais da organização do Posto Indígena de Nonoai, no final de 1941, depois de muita insistência por parte do encarregado, o SPI repassa recursos para a conclusão de obras iniciadas e para começo de outras.³⁵¹ No relatório

³⁵¹ Conforme já destacado anteriormente, foi encontrado um telegrama de Francisco Vieira dos Santos encaminhado para a IR7 em 21 de Outubro de 1941, onde há a informação de recebimento de repasse em 18 de outubro, de 4 contos de réis (4:000\$000) para o Posto Indígena Nonoai. No mesmo telegrama, informa ainda que não havia recebido os 8 contos prometidos, o que desconfiava ser motivado pela falta de portador de Passo Fundo para o Posto. BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama enviado por Francisco Vieira dos Santos à IR7 em 21/10/1941.** Nonoai. Microfilme 058. Fotograma 0076. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Esta informação é importante, pois demonstra que as solicitações feitas estavam sendo atendidas. No caso, haviam

anual referente ao ano de 1942, Francisco Vieira apresenta dados estatísticos sobre a população e resultados conseguidos pelo serviço até aquele momento, conforme se pode observar no seguinte relato:

1º - O número de índios deste Posto é de 490, compreendendo 400 índios caingangues e 90 guaranis;

2º - O número de índios desta região, compreendendo este Posto, Serrinha e Votouro é em cerca de 700; nestes dois Toldos só há índios caingangues;

3º - Todos estes índios comerciam no meio civilizado; devendo assinalar-se que os índios de Serrinha e Votouro vivem mais promiscuamente com os civilizados que os deste Posto Indígena;

4º - Todos estes índios ainda mantêm seus costumes religiosos, porém, abandonando o fetiche.

5º - No tocante da Jurisprudência, têm um Chefe, denominado “Coronel”, que dita as leis internas e tudo orienta e aplica os castigos, que em geral é o trabalho. O respeito e disciplina são rigorosos;

6º - Moram todos em casas feitas de madeira, laseão e taboinha; muitos já usam a mesa e camas altas.

7º - Os resultados do SPI têm sido bem sensíveis e satisfatórios neste Posto indígena, e isto é bem notório que se faz sentir em todos os meios onde frequenta o índio; todos os auxílios tem sido aproveitados convenientemente; não só a contento dos índios como dos observadores que olham de fora; a alfabetização, ensino rural e demais trabalhos tem sido igualmente; o aumento de

sido encaminhados ao encarregado de Nonoai, 12: 000\$000 (12 contos de réis). Os valores concedidos, no entanto, não eram tão significativos, se o parâmetro for o salário mensal do encarregado, o qual, segundo a folha de pagamento referente ao mês de julho de 1941, era de 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis), considerado baixo frente à responsabilidade do cargo. BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de pagamento do Pessoal em serviço na Inspeção do Sul (Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul) Posto de Assistência, Educação e Nacionalização “Nonoai”**. PI Nonoai, 28 de julho de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0022. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

produção é bem apreciável; resultados da Escola muito satisfatório.³⁵²

A análise deste fragmento torna-se interessante, pois, pode-se observar por ele que o contingente demográfico de indígenas no PI Nonoai teve um acréscimo significativo, se estabelecermos como parâmetro um dos últimos relatórios da DTC, contendo dados censitários dos Toldos do Rio Grande do Sul. No relatório de 1930, a Comissão de Terras de Passo Fundo, responsável pela administração dos Toldos de Guarita, Serrinha, Carreteiro e Nonoai, apresenta para este último uma população estimada em 360 pessoas.³⁵³ Em dezembro de 1942, este número já alcança 490 indígenas, entre Kaingang e Guarani. Há, portanto, um crescimento populacional de 130 pessoas em 12 anos, o que, se tivermos em vista o contexto desagregador do momento anterior à instalação do Posto pelo SPI, pode ser considerado um crescimento significativo.

Chama a atenção também, o fato de que o número de indígenas ocupando os Toldos de Serrinha, Nonoai e Votouro em 1930 era de 820³⁵⁴, enquanto que em 1942, este número baixa para cerca de 700, conforme apontado no relatório de Francisco Vieira. Além do abandono dos Toldos por parte de muitas famílias indígenas, deve-se considerar, neste caso, o critério de categorização étnica atribuído pelo encarregado de Nonoai para a classificação de quem seria e quem não seria mais índio, pois, como o mesmo se refere em seu texto, os índios de Serrinha e Votouro viveriam mais “promiscuamente” com os civilizados do que os de Nonoai e esse fato deve ter balizado suas considerações. Mais uma vez, percebe-se uma clara resistência para aplicação das políticas indigenistas entre “índios misturados”, pois, ao considerá-los não mais como índios autênticos, Francisco Vieira pode ter avaliado que muitos deles não estariam mais abrangidos pela proteção e assistência do SPI, o que justificaria a diminuição populacional nestes espaços.

³⁵² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942**. PI Nonoai. 25 de dezembro de 1942. pp.1-2. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁵³ RELATÓRIO 07/1930, Op. cit., p. 766.

³⁵⁴ Ibid.

2.3. O SPI em Santa Catarina: antecedentes da ação tutelar

A região oeste de Santa Catarina, embora comportasse o maior número de indígenas do estado, ainda não possuía Postos Indígenas subvencionados pelo órgão indigenista federal.³⁵⁵ Tal fato era justificado pelas autoridades estaduais e federais, como reflexo das reduções orçamentárias pelas quais passou o SPI até 1939. Neste contexto, os Toldos ocupados pelos Kaingang eram constantemente ameaçados pela expropriação territorial, principalmente por parte de interesses privados, como no caso já citado de Alberto Berthier de Almeida.

É importante frisar, contudo, que o próprio estado agia em determinados momentos como agenciador dos interesses particulares nas terras dos índios. Medições e reduções eram feitas em muitas áreas reservadas pela sua Diretoria de Terras e Colonização. Dessa maneira, o próprio estado permitia que as terras ocupadas pelos Kaingang nas regiões de Abelardo Luz, Passo Bormann e Irani fossem paulatinamente esbulhadas pelas companhias de colonização.³⁵⁶

Conforme já destacado também, o estado vai posicionar-se favorável à desapropriação de uma parcela significativa de terras do “Chapecosinho”, nas proximidades de Xanxerê, por meio de determinações do Superior Tribunal Estadual.³⁵⁷ Neste caso, porém, os indígenas acabam manifestando sua contrariedade à espoliação territorial, quando impõem forte resistência contra as resoluções do governo enfrentando e atravancando os trabalhos das equipes de agrimensores responsáveis pela medição. Percebendo a situação conflituosa que se instaurava, o estado busca formas para contorná-la. Uma das formas encontradas é apelar para a intervenção do SPI, solicitando sua intermediação nas ocorrências. Wenceslau Breves,

³⁵⁵ Conforme já destacado, até o ano de 1941, o SPI mantinha no estado de Santa Catarina apenas um Posto Indígena sob sua competência: o PI Duque de Caxias. Fundado em 1914 e situado no município de Ibirama, no Vale do Itajaí, este PI era destinado à assistência aos Xokleng, que foram severamente encurralados pelas frentes de expansão desde meados do século XIX.

³⁵⁶ SANTOS, 1970, Op. cit., p. 47.

³⁵⁷ SANTA CATARINA. Comissariado Geral do Estado. **Ofício nº 21 encaminhado pelo Comissário de Terras do 8º Distrito (Cruzeiro e Chapecó) Wenceslau Breves ao Inspetor da IR7 José Maria de Paula.** Passo Bormann, 20 de agosto de 1923. 3 fls. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

Comissário de Terras do 8º Distrito, ao solicitar a intercessão do Inspetor da IR7 José Maria de Paula na área de conflito, explica que:

... tenho empregado todos os meios brandos e suasórios para convencer os índios de que não estão sendo victimas de um esbulho; mas pouco tenho conseguido convencil-os, e por isso penso que, somente V.S. com o alto prestígio das funções que exerce junto a elles, poderia oriental-os, evitando que elles, mal aconselhados e guiados por indivíduos sem escrupulos, tentem se oppor por processos violentos á execução desse serviço, ameaçando de morte o Agrimensor e operários, que, por certo, não é de justiça sejam sacrificados no cumprimento de uma ordem de que não tem responsabilidade alguma.³⁵⁸

Estas ocorrências, conforme já apresentado, haviam sido denunciadas pelo cacique Chrispim Chaves quando o mesmo liderou uma comitiva dos Kaingang à sede da IR7 em Curitiba. Sua visita, ao que parece, não resultou em ações mais efetivas da diretoria no sentido de coibir as medições.

Após ser fortemente pressionado pelos indígenas e pelos funcionários do governo, o Inspetor José Maria de Paula parece perceber a dimensão do caso. Encaminha então diversos telegramas ao governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, e a Victor Konder, Secretário de Fazenda de SC, explicando aos mesmos as dificuldades que apresentava o SPI para deslocar pessoal até a região, tendo em vista a falta de recursos para esta empreitada. Nestes telegramas, solicitava às autoridades políticas do estado, uma intervenção dos mesmos no sentido de sustar as medições em questão “assim evitando conflicto certo, até que pudesse ser resolvido o caso com interferência direta desta Inspectoria, no sentido de acautelar os interesses daqueles índios.”³⁵⁹

As autoridades políticas do estado, no entanto, não pareceram muito sensíveis aos protestos de José Maria de Paula, tendo em vista o acórdão de sentença promulgado pelo próprio Superior Tribunal do Estado, determinando o cumprimento da demarcação da área em favor

³⁵⁸ Ibid. fl. 3.

³⁵⁹ OFÍCIO 31/12/1923, Op. cit., fl. 4.

dos herdeiros de José Joaquim Gonçalves (representados por Alberto Berthier de Almeida). Frente à inércia das autoridades políticas de SC, acaba ocorrendo o conflito já citado entre os Kaingang e trabalhadores da medição, no qual um destes últimos é morto durante o confronto com os índios.

Não conseguindo resposta firme do governo e, não obstante, sendo cobrado pelos representantes do mesmo para que se incumbisse de impedir as agressões dos indígenas aos trabalhadores, José Maria de Paula sugere à Direção do SPI que fosse solicitada ao estado, a legitimação de alguns títulos de propriedade na região, para que fosse definido claramente o percentual de terras reservadas aos índios. Ao mesmo tempo, o inspetor reitera à direção do SPI que:

Cumpre-me lembrar-vos a necessidade de ser estabelecido, com possível brevidade, um posto ou sub-posto deste Serviço naquella região, afim de que possa ser normalizada a situação daquelles índios, não só quanto ao seu regimen de vida e de trabalho como também quanto a suas relações com os nacionaes seus vizinhos e os que alli já se acham estabelecidos, sobre cuja permanencia naquellas terras, essa Directoria decidirá...³⁶⁰

Em meio às indecisões por parte do governo estadual e do SPI, se estabelece uma contenda judicial, movida por Berthier de Almeida contra os interesses indígenas na região, que se prolonga por vários anos. Mesmo sem ganho de causa garantido, o empresário gaúcho passa a explorar a madeira da área que pressupunha sua.

Se a situação dos Kaingang dos Toldos do Chapecozinho era problemática, a situação dos Kaingang que habitavam a região do Rio Irani também se mostrou bastante delicada, sobretudo a partir de 1919, quando a Companhia Colonizadora Luce, Rosa & Cia. LTDA adquiriu as terras de posse dos descendentes da Baronesa de Limeira, que englobavam a área ocupada pelos Kaingang no Irani. De acordo com Marcos Antonio Silva:

A compra das referidas terras por parte da companhia colonizadora fechou ainda mais o

³⁶⁰ Ibid. fls 10-11.

cerco que vinha se formando em torno dos Kaingáng do Irani. Porque se antes os indígenas que ali residiam eram ignorados por não estarem no centro dos territórios a serem colonizados, nesse momento o que antes era periferia doravante tornara-se centro, e o que era “invisível” tornara-se visível, fazendo com que não tardasse para que a Companhia Colonizadora Luce, Rosa, e seus funcionários, passassem a pressionar os próprios Kaingáng e as autoridades públicas para que retirassem os indígenas das terras que haviam comprado.³⁶¹

Como foi possível perceber através do ofício de José Maria de Paula, pelo menos desde 1923 já havia uma consciência por parte do SPI sobre a necessidade de assistência federal no oeste catarinense, tendo em vista a ameaça que se fazia à integridade física dos índios e à manutenção de suas áreas de ocupação, seja nos Toldos do Irani, seja no Chapecozinho. Contudo, somente são registradas evidências de ações mais incisivas do SPI na região a partir de 1937, quando um inspetor da agência indigenista é enviado para fiscalizar a situação.

O responsável pela inspeção foi o já citado Sertório da Rosa, inspetor do SPI no estado do Paraná, que vai apresentar detalhado relatório sobre as condições em que se encontravam os indígenas habitantes dos Toldos dos estados do Paraná e Santa Catarina. Os Toldos visitados pelo inspetor nesta expedição foram os de Lontras, Rio das Cobras, Boa Vista, Marrecas, Campina e Palmeirinha, no estado do Paraná, e, Imbú, Jacú, Pinhalzinho e Banhado Grande, em Santa Catarina. Sobre estes últimos, o inspetor revela que o que encontrou não eram propriamente Toldos ou agrupamentos de cabanas indígenas, mas sim, “uma vasta campina que a vista não pôde abranger, cobertas de pastagens e mattas mais ou menos densas, e cortada de muitos lageados, ostentando aqui e alli grupos de 4 ou 5 cabanas habitadas por índios, geralmente de uma mesma família.”³⁶² O documento revela-se de grande importância para avaliar a situação dos indígenas naquele

³⁶¹ SILVA, Marcos A. **Memórias que lutam por identidade:** A demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue (SC) 1970-1986. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFSC, Florianópolis, 2006. pp. 66-67.

³⁶² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI, 1937, Op. cit., fl. 04.

momento, os quais, segundo o inspetor, encontravam-se em melhores condições de vida que os do Paraná, por praticarem, nos poucos espaços que lhes são destinados, uma agricultura variada (milho, feijão, abóbora, amendoim, entre outros) e ainda por trabalharem na extração de erva mate, com a qual conseguiam algum dinheiro.³⁶³

As relações estabelecidas naquele momento com alguns membros da sociedade regional, chamados no relatório de “caboclos”, eram avaliadas como problemáticas para a manutenção das práticas sociais e culturais dos indígenas. Nota-se pelo discurso de Sertório da Rosa uma preocupação com o processo conhecido na literatura antropológica como “caboclição”. Este artifício foi bastante utilizado nas justificativas dos interessados em destituir o direito indígena às terras dos Toldos, ao estabelecerem que, dado o grau de contato e as relações interculturais estabelecidas pelos dois segmentos, formaram-se comunidades heterogêneas ou genéricas, com poucos resquícios de uma cultura indígena original.³⁶⁴ Neste sentido, afirma o inspetor:

Ouvi algumas queixas de moradores vizinhos, relativamente a furtos de gado, cuja autoria é atribuída aos índios, mas que em grande parte, são praticados pelos próprios caboclos, segundo a opinião das próprias autoridades policiais com quem conversei. [...] Talvez por isso mesmo é que alguns caboclos de vida suspeita conseguiram infiltrar-se nas terras de comunhão indígena, com o consentimento do Cacique-geral João Albino, sob pretexto de foreiros, e alli vivem explorando por todos os meios a collectividade selvícola e fomentando toda sorte de intrigas entre os índios e os civilizados.³⁶⁵

³⁶³ Ibid. fl. 5.

³⁶⁴ Para mais informações sobre os discursos de caboclição ou sobre a temática dos índios misturados, sugiro a leitura de OLIVEIRA, 1998 e OLIVEIRA, 1999.

³⁶⁵ Ibid. fl. 5. A situação descrita por Sertório da Rosa é reveladora de uma prática que o SPI buscava controlar em todas as áreas indígenas do Brasil: o arrendamento. O Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936, estabelece no seu Capítulo I, artigo 4º, que: “os índios não poderão arrendar, alienar ou gravar com ônus reais as terras de sua posse ou ocupação.” In: BRASIL, 1947, p. 151. Entretanto, em diversas áreas indígenas é o próprio SPI que vai institucionalizar esta prática, como complemento da “renda indígena”.

Apesar de o SPI ainda não exercer a tutela sobre as áreas indígenas do oeste catarinense, o inspetor deixa entender que o órgão indigenista já monitorava as relações entre os Kaingang e os caboclos. Havia inclusive um serventuário federal encarregado para isso. O funcionário em questão é Guimorvan de Araújo Winkler, que inclusive é apresentado no relatório como vítima de calúnias e ameaças por parte dos caboclos, devido suas constantes ameaças de expulsar os mesmos dos Toldos.

Winkler, no entanto, é mencionado por Wilmar D'Angelis como um dos responsáveis por ludibriar as principais autoridades indígenas do Chapecozinho e favorecer as pretensões de grileiros. Baseando-se na memória oral dos Kaingang que viveram naquele período na região do Chapecozinho, D'Angelis afirma que esse funcionário federal teria facilitado o trabalho de agrimensores nas medições das áreas dos Toldos, afirmando aos indígenas que os mesmos mediriam as terras para garantir que não fossem mais invadidas.³⁶⁶

Diante deste cenário, os Kaingang dos Toldos Jacú e Banhado Grande passam a estabelecer um contato mais próximo com o Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, Antônio Selistre de Campos. Este juiz já havia atendido alguns líderes Kaingang em 1934, quando, acatando a causa dos indígenas e respaldado por certa influência política no contexto regional e estadual, consegue, através de solicitações encaminhadas à autoridades estaduais e federais, impedir a medição das terras dos Toldos Jacu, Embu (Imbu) e Pinhalzinho, as quais, caso efetivadas, reduziriam drasticamente o percentual de terras reservadas aos indígenas.³⁶⁷

A partir desta intervenção, o Juiz Antonio Selistre de Campos ganhou grande respeito e admiração por parte dos Kaingang do oeste catarinense, pois o mesmo representava um forte apoio à sua causa, sobretudo quando o magistrado passa a escrever seus artigos denunciando a situação precária e opressiva dos indígenas em jornais da capital e da região. Porém, não é de interesse aqui enunciar todas as ações de Selistre de Campos junto aos Kaingang do oeste catarinense,

³⁶⁶ D'ANGELIS, 1989, Op. cit., p. 65.

³⁶⁷ Ibid. pp. 64-65.

até porque existem trabalhos de maior referência sobre o tema.³⁶⁸ Interessa-nos, isto sim, identificar nos discursos do Juiz, a situação dos indígenas em período anterior à presença do SPI e as ações perpetradas por este órgão para a instalação do Posto Indígena Xaçepó.

Em um artigo de Selistre de Campos, publicado no Jornal *A Voz de Chapecó* em 18 de maio de 1939, verificou-se uma primeira referência sobre a situação dos Toldos que posteriormente viriam a se tornar o Posto Indígena Xaçepó. Informando inicialmente ao leitor que os indígenas existentes na região são “remanescentes da tribo dos Coroados ou Caingangs”³⁶⁹, o juiz completa o texto com dados importantes sobre a demografia e as condições de vida dos mesmos:

São quatrocentas e tantas almas disseminadas entre os Toldos Banhado Grande e Jacu, próximos do segundo daqueles rios. [...] Uma situação lamentável que se nota também é o estado de abandono em que vivem esses nossos humildes patrícios. A sua pobreza é extrema, os seus recursos de alimentação e vestuário são deficientes e faltam-lhes também meios para aquisição de instrumentos de trabalho que, presentemente, estão por preços excessivos. [...] As vezes o governo, como parece que presentemente ainda ocorre, se lembra de nomear um funcionário para atender aos ditos índios, mas taes pessoas se limitam a receber os vencimentos que o cargo lhes faculta e sua ação não vai além de escrever ofícios ou praticar outros atos de burocracia, porque não recebem instruções ou auxílios para atenderem mais eficientemente ao desempenho de sua função.³⁷⁰

Não é possível mencionar aqui qual o parâmetro estabelecido pelo Juiz para definir o conceito de “pobreza extrema” entre os

³⁶⁸ Entre os mais significativos estão: CEOM. **A Voz de Chapecó**: artigos de Antonio Selistre de Campos, 1939 a 1952. Chapecó: Argos, 2004. 253 páginas; MANFROI, 2008, Op. cit., 2008.

³⁶⁹ CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios de Chapecó. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano I. n. 4. 18 de maio de 1939. p. 1.

³⁷⁰ Ibid.

indígenas. Todavia, pode-se observar uma visão um pouco diferente da que teve o inspetor Sertório da Rosa em sua visita aos Toldos do oeste catarinense. Enquanto este último enaltece a produção agrícola razoavelmente diversificada dos Kaingang, Selistre de Campos aponta para uma deficiência de alimentação, resultante da falta de instrução e auxílio por parte do estado na organização da agricultura dos mesmos. Um ponto em comum identificado nos dois discursos está relacionado à falta de operacionalização da assistência aos indígenas, tanto por parte do governo estadual, quanto por parte do órgão indigenista federal. Selistre de Campos considera inclusive que, salvo uma ou outra providência isolada de autoridades locais, os aludidos índios sempre estiveram abandonados.³⁷¹

Frente à indisponibilidade de novos lotes de terras das colonizadoras, intensificam-se os casos de intrusão por colonos e posseiros nacionais nas áreas dos Toldos, principalmente a partir do final de 1939. Neste contexto, foram os próprios indígenas, apoiados pelo Juiz, que passaram a cobrar ações mais efetivas do estado para resolver a sua situação. No final deste mesmo ano, uma comitiva do SPI liderada pelo Inspetor da IR7, Paulino de Almeida, visita os Toldos de Banhado Grande, Pinhalzinho, Embu e Jacú, tomando conhecimento da situação dos Kaingang e inteirando-se das questões sobre as disputas das terras destes locais.³⁷²

A visita de Paulino de Almeida não foi a primeira de um Inspetor do SPI na região, mas, seguramente, foi a mais importante. Isto porque foi a partir dela que se estabeleceram as bases para a fundação do futuro Posto Indígena Xapecó. Fato este destacado em abril de 1940, quando o Juiz Selistre de Campos publica uma coluna informando que “a pedido do Sr. Paulino de Almeida, Encarregado do SPI do Paraná e Santa Catarina, seguiu em visita aos Toldos de Banhado Grande e Jacú, o Sr. tenente coronel Leodônio Quadros, que foi escolher o lugar para localização do Posto deste município.”³⁷³ Nesta mesma viagem, Leodônio Quadros efetuará o recenseamento dos indígenas habitantes

³⁷¹ CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano I. nº 18. 05 de novembro de 1939. p. 1

³⁷² Ibid.

³⁷³ CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano II. 14 de abril de 1940. p. 2. É importante lembrar que a região dos toldos dos Kaingang no oeste (Banhado Grande, Jacú, Pinhalzinho, Imbu), faziam parte, à época, do município de Chapecó, estando vinculados ao então Distrito de Xanxerê, cuja emancipação se dará somente em 1954.

nos Toldos, nos quais contabilizou 539 indígenas distribuídos pelas localidades de Jacú, Banhado Grande e Pinhalzinho.³⁷⁴

Havia grande expectativa de que o Posto Indígena fosse instalado neste mesmo ano, porém, devido à questões burocráticas na sede do SPI, envolvendo assuntos como repasse de recursos e escolha de encarregado e demais funcionários para o Posto, a questão se desenrola de forma lenta. A demora na definição do SPI causa indignação no Juiz, que, mais uma vez, expõe seu descontentamento nas páginas d'A Voz de Chapecó:

É pena que a direção suprema do SPI no Rio de Janeiro, esteja há dez meses de posse dos nomes de pessoas indicadas para o Posto Indígena de Chapecó e se vá, pela forma como procede, se desinteressando e deixando nesse lamentável abandono essas quatro ou cinco centenas de indígenas. [...] É a eterna questão, caboclo brasileiro, marcha para Oeste, proteção e no fim, patacoada, displicencia, conversa fiada.³⁷⁵

Somente após decorrer 1 ano e 5 meses da inspeção de Paulino de Almeida, portanto, em março de 1941, é que será colocada a efeito a organização do Posto Indígena Xaçepó (descrito em alguns documentos como PI Chapecozinho), cuja sede foi estabelecida no Toldo Jacú, próximo à estrada de acesso a Xanxerê e ao rio Chapecozinho. Foi nomeado como seu primeiro encarregado o próprio tenente Leodônio Quadros, já conhecedor da área, além de mais quatro funcionários, responsáveis por auxiliar na organização das lavouras e demais trabalhos dos indígenas.³⁷⁶

2.3.1. O Posto Indígena Xaçepó

Ao contrário do que ocorre com o PI Nonoai, foram poucas as referências documentais encontradas sobre os trabalhos iniciais de

³⁷⁴ CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano II. 28 de abril de 1940. p. 2.

³⁷⁵ CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano II. n. 63. 20 de outubro de 1940. p. 1.

³⁷⁶ CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano III. 03 de março de 1941. p. 2.

estruturação do PI Xaçecó nos dois principais arquivos pesquisados: Museu do Índio, no Rio de Janeiro e Arquivo da CTL/Funai em Paranaguá/PR. Sobre este fato, levanto duas probabilidades: uma delas é a que sugere que muitos dos documentos referentes a esta etapa tenham sido consumidos pelo incêndio que destruiu sete andares do Ministério da Agricultura, em Brasília, no dia 16 de junho de 1967, juntamente com outros milhares de documentos conservados no arquivo do SPI. Outra, talvez a mais plausível, é que os primeiros encarregados pelo PI Xaçecó não tenham tido a mesma assiduidade que Francisco Vieira na publicação de relatórios e no envio de ofícios para a direção do órgão indigenista federal. Apesar das persistentes cobranças por relatórios aos encarregados de Postos e Inspetores Regionais, é fato que nem todos cumpriam estas exigências, motivando severas críticas por parte da direção da agência indigenista.

Esta limitação documental, no entanto, não impossibilita as análises sobre este contexto. Combinando as informações registradas em artigos jornalísticos, fontes bibliográficas e algumas fontes documentais encontradas, foi possível elencar alguns pontos importantes que permitiram registrar a trajetória inicial das atividades do SPI no PI Xaçecó. Com as fontes disponíveis, foi possível perceber que, semelhante ao que ocorreu em Nonoai, os recursos necessários para a instalação de uma infraestrutura básica para iniciar os trabalhos no PI Xaçecó não foram devidamente repassados ao encarregado. Com isso, as atividades originalmente programadas, ficam enredadas em meio à burocratização do Serviço.

Analisando os dados existentes, foi possível perceber que Leodônio Quadros não chegou a organizar qualquer tipo de trabalho entre os Kaingang e nenhuma construção foi feita na área destinada para a sede do Posto durante o tempo em que exerceu o cargo. Sílvio Coelho dos Santos, baseado em relatos dos próprios indígenas, afirma inclusive que dos 8 meses que ficou no cargo, o encarregado esteve apenas algumas vezes na área para resolver contendas entre indígenas e intrusos.³⁷⁷ Esta atitude de Leodônio Quadros é avaliada sob dois aspectos principais: primeiro, sua acomodação pode ser observada como reflexo da falta de recursos para organização do Posto por parte do SPI, o que desestimulava o funcionário a organizar quaisquer atividades entre os índios. Segundo, pelo não pagamento de seus numerários, o que certamente não comprometia sua própria sobrevivência, mas

³⁷⁷ SANTOS, 1970, Op. cit., p. 61.

desestimulava ações mais efetivas junto aos índios. Este segundo aspecto pode ser o mais representativo dos dois, se levarmos em conta as informações que Selistre de Campos apresenta em um de seus artigos no Jornal *A Voz de Chapecó*, em que afirma que de janeiro até agosto de 1941, o encarregado e os demais funcionários não receberam seus salários.³⁷⁸

Foi enfatizado anteriormente que os atrasos salariais eram uma constante no SPI. Este fato certamente contribuiu para a demissão de Quadros do cargo de encarregado do Posto, porém, há que se levar em conta ainda um outro aspecto: o descontentamento dos indígenas com a sua presença na área, pois, de acordo com Pedro Zilles, também baseado em relatos orais dos Kaingang, este encarregado era extremamente autoritário e por vezes violento, chegando a andar pela área na companhia de dois pistoleiros.³⁷⁹

Em março de 1942, portanto, mais de um ano depois de Selistre de Campos anunciar o início da instalação de um Posto do SPI na reserva do Chapecozinho, nenhuma modificação na situação dos Kaingang havia ocorrido. Neste mês, contudo, a função de encarregado do PI Xaçecó é atribuída a Francisco Siqueira Fortes, que até então atuava como Juiz de Paz do Distrito de Fachinal dos Guedes, no município de Chapecó.³⁸⁰ Sua nomeação acontece principalmente por indicação de Selistre de Campos, que já o conhecia por sua atuação como Juiz de Paz e, por causa disso, considerava-o bastante apto para atuar em uma área de tantos conflitos.

Francisco Fortes, ou “Chico Fortes” como é mais conhecido na memória dos velhos Kaingang, imediatamente após sua nomeação passa a residir entre os indígenas, iniciando alguns trabalhos que o cargo lhe atribuía.³⁸¹ É possível afirmar que a efetivação concreta do Posto Indígena Xaçecó ocorreu após Francisco Fortes assumir o cargo de encarregado, tendo em vista que o mesmo conseguiu, logo após sua nomeação, desempenhar diversas atividades produtivas entre os

³⁷⁸ CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano III. 13 de agosto de 1941. p. 4.

³⁷⁹ ZILLES, Pedro Dércio. Francisco Siqueira Fortes: Indigenista. **Boletim Luta Indígena**. Xanxerê. 1983. p. 15.

³⁸⁰ *Ibid.* p. 15.

³⁸¹ SANTOS, 1970, p. 61.

indígenas, como a organização de lavouras e aumento da criação de animais na área.³⁸²

Com o intuito de combater as carências e estabelecer uma ordem interna no Posto, uma de suas metas iniciais foi tentar impedir a comercialização da produção indígena diretamente com os comerciantes locais, os quais eram constantemente acusados de exploração e incitação dos indígenas ao alcoolismo. Para isso, atribuiu punições para os indígenas que insistissem nessas práticas. Por atos como este, sua presença no Posto foi bastante marcada pela ação disciplinar, pois, ainda que tenha sido considerado um “pacifista”, costumava incentivar a utilização de castigos para punir os indígenas que insistissem no uso do álcool ou cometessem qualquer ato violento.³⁸³

As ações enérgicas de Fortes no sentido de controlar a entrada de estranhos na área do Posto, porém, não conseguiram extinguir a antiga prática dos arrendamentos das terras reservadas aos indígenas. O que se observa no novo contexto é que, seguindo os pressupostos estabelecidos pelo regimento do SPI (Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942³⁸⁴), há uma regulamentação dos arrendamentos já existentes e abria-se possibilidades para novos. As relações produtivas com os

³⁸² D'ANGELIS, Wilmar; FOCÃE, Vicente Fernandes. **Toldo Imbu**. Série Documentos 3, Cadernos do Ceom, Chapecó, UNOESC, 1994, p. 40.

³⁸³ ZILLES, 1983. p. 16. A prática do castigo através do “tronco” ou da “cadeia” foi uma constante durante o regime tutelar dos indígenas no país. Entre os Kaingang, o “tronco” já era utilizado como forma de castigar os desvios de conduta de certos indígenas antes mesmo da instalação dos Postos do SPI. Coletei diversos relatos orais de Kaingang onde se mostram presentes algumas memórias deste castigo, geralmente justificado pelos que relatam as histórias, como uma punição cruel, contudo, necessária para manter a ordem interna do grupo.

³⁸⁴ Se o Decreto nº 736 de 06 de abril de 1936 proibia qualquer tipo de comercialização ou arrendamento de terras em área indígena, o Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942 vai excluir esta cláusula, estabelecendo que, mesmo devendo ser garantida a efetividade da posse das terras ocupadas pelos índios, o SPI deveria “promover, em colaboração com os órgãos próprios, a exploração das riquezas naturais, das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimento, relacionadas com o patrimônio indígena ou dele provenientes no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribos”. BRASIL, 1947, pp. 184-197. O arrendamento, neste sentido, passava a ser uma atividade além de legalizada, incentivada em alguns Postos Indígenas como forma de promover o desenvolvimento dos mesmos.

arrendatários passaram a ser controladas pelo órgão indigenista, tendo os encarregados como executores e cobradores. Muitos contratos de arrendamento no PI Xapecó são firmados naquele momento, justificados pela intenção de adquirir recursos que auxiliassem na melhor consecução dos trabalhos de organização do Posto. Os contratos geralmente tinham duração de dois anos, devendo ser pagos ao encarregado 10% do que fosse produzido pelos agricultores e podendo ser renovados sempre que houvesse interesse das duas partes.³⁸⁵

Na conjuntura destas relações contratuais, muitos dos arrendatários acabavam prestando inclusive alguns serviços para o Posto, como a construção de paíóis, chiqueiros e demais construções rurais. Além disso, era comum auxiliarem os índios nas atividades de roçados, capina e plantio.³⁸⁶ Com estas atividades, o trânsito de pessoas não indígenas dentro da área foi bastante frequente, o que contribuiu para o aumento das intrusões. Sílvia Coelho dos Santos analisa a questão dos arrendamentos sob o prisma da ampliação da “renda indígena”, um dos pressupostos do SPI para tornar os PIs autosuficientes economicamente. O mesmo autor afirma que essa fixação de colonos na área indígena vai criar dois tipos de situações para os índios:

Primeiro, os indígenas cediam aos colonos os locais que tradicionalmente ocupavam. Os colonos tinham interesse em adquirir esses locais porque em regra estavam bem situados, junto às estradas, os terrenos se encontravam limpos de grandes árvores e havia água em abundância. Para os índios o valor da indenização oferecida era um apêlo que não podiam resistir e como eles costumavam realizar suas roças em coivaras a procura de novos lugares para se instalar não era difícil. Assim, aceitavam a proposta de transação e mesmo, muitas vezes, quando o PI não se demonstrava estimulado a ratificá-la, eles procuravam por todos os meios obter a autorização. O segundo tipo de situação é consequência do primeiro. A presença dos colonos arrendatários na área criou novas

³⁸⁵ SANTOS, 1970, p. 65.

³⁸⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de prestação de serviços.** PI Xapecó: 29 de dezembro de 1945. 1 fl. Microfilme 064. Planilha 702. Fotograma nº 069. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

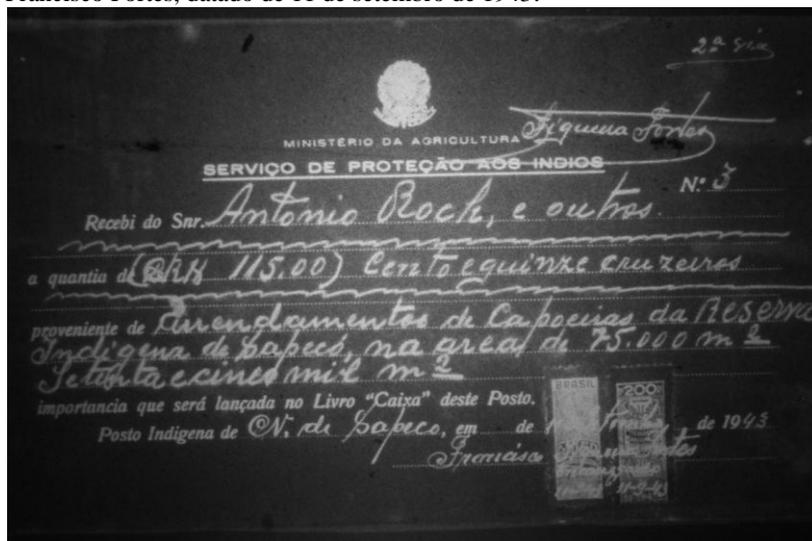
oportunidades de aproveitamento da mão de obra indígena. O índio, com o deslocamento da casa e roças determinados pela cessão de suas benfeitorias aos colonos, imediatamente não conseguia fazer roças que garantissem sua manutenção. Assim, engajava-se como trabalhador-diarista nas roças dos colonos.³⁸⁷

Estas relações, muitas vezes, acabavam por formar vínculos de reciprocidade entre arrendatários e algumas famílias indígenas, onde eram estabelecidas atividades comerciais, prestação de serviços e, inclusive, em alguns casos, participação conjunta em eventos sociais e religiosos.³⁸⁸ Com o controle do SPI, buscava-se coibir este envolvimento. Um exemplo desta ruptura pode ser percebido no acerto de contas pelos arrendamentos. O mesmo passou a ser feito diretamente pelo encarregado do PI, mediante entrega de recibo específico do Serviço. Na figura 17, destaco um recibo de pagamento de área arrendada dentro do PI Xaçecó.

³⁸⁷ SANTOS, 1970, p. 64.

³⁸⁸ Um exemplo destas relações sociais são as festas distritais ou as quermesses de igreja, onde alguns santos são de devoção mútua para índios, nacionais e algumas famílias de colonos, a exemplo se São João Maria. Para saber mais sobre as contingências deste envolvimento, que tem continuidade em período recente, consultar: OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca:** Alimentação e Fabricação dos corpos entre os Kaingang da Terra Indígena Xaçecó (Santa Catarina, Brasil). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFSC. Florianópolis, 2009.

Figura 10: Recibo de arrendamento de “capoeiras” no PI Xaçecó, assinado por Francisco Fortes, datado de 11 de setembro de 1943.



Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de arrendamento.** PI Xaçecó: 11 de setembro de 1943. 1 fl. Microfilme 064. Planilha 702. Sem nº de fotograma. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Havia, por parte de Francisco Fortes, uma grande preocupação em provar que os indígenas seriam capazes de se sustentarem apenas por seu trabalho. Neste sentido, em alguns momentos até estimulava a prestação de serviços de indígenas fora do Posto, com objetivo de tentar romper com a imagem recorrente de vadiagem e alcoolatria atribuída aos mesmos pela sociedade envolvente. Exatamente por estes motivos, coibia qualquer tipo de assistencialismo gratuito para aqueles indígenas que pudessem exercer alguma função útil, seja na agricultura, criação ou quaisquer outras atividades produtivas. Quando ocorriam casos de pedidos de auxílios gratuitos para índios adultos e saudáveis, aptos para trabalhar, sua reação era imediata, como se percebe no ofício de reprimenda enviado ao auxiliar de ensino Samuel Brasil, da aldeia Pinhalzinho:

Recebi seu bilhete, o qual atendi seu pedido, fornecendo uma ordem ao índio Joaquim Patrício de um cobertor de 4 mtr. de chadrez, 2 quilos de assucar e 2 quilos de arrós, muito contra a minha

vontade; a qual recomendo-te não mais pedir auxílios idêntico a este, porque isso é proteger a vagabundagem e preguiça; um índio robusto e novo chegar a estrema de miséria e nueza, é descuido das autoridades Indígena. Pois ele teve nove mezes para se preparar, trabalhar para ter recurso quando sua mulher de-se a luz. O Posto atende com satisfação gratuitamente aos inválidos, viúvas e alunos de escola; se o posto tiver que atender gratuitamente índios são robusto e forte, não mais precisaria índios trabalharem. Demonstrar bondade dessa, é alimentar a preguiça e dificultar a administração, é contra a finalidade do Serviço de Proteção aos Índios.³⁸⁹

A indignação de Francisco Fortes com a atitude do auxiliar de ensino Samuel Brasil torna-se compreensível quando se leva em conta que, na concepção do encarregado, a mentalidade para o trabalho deveria ser cobrada de todos os envolvidos com o Posto Indígena, para que servissem de exemplo, principalmente entre as crianças. Por outro lado, demonstra que um professor, como o era Samuel Brasil, deveria dar melhor exemplo para seus alunos, influenciando-os ao trabalho desde pequenos e não prestando um auxílio gratuito, que no seu entender estimularia a preguiça e poderia “contaminar” outros indígenas do Posto.

Para combater esta mentalidade, Fortes imprimiu esforços para a educação das crianças, estimulando-as a não seguirem os exemplos que considerava perniciosos. Dessa forma, grande parte da verba destinada àquele Posto foi investida na construção de escolas nas duas aldeias com maior agrupamento de índios naquele momento: aldeias Jacú (onde se situou a sede do Posto) e Pinhalzinho. Estas escolas tinham uma fundamentação agrícola bastante acentuada, principalmente no sentido de ensinar técnicas que permitissem uma maior produção em áreas reduzidas.³⁹⁰ Os alunos, por sua vez, deveriam tornar-se o espelho para os mais velhos, estimulando-os à acatar as novas orientações implantadas pelo SPI.

³⁸⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício de Francisco Siqueira Fortes ao auxiliar de ensino da Aldeia Pinhalzinho, Samuel Brasil.** PI Xapecó: 1º de julho de 1945. 1 fl. Microfilme 064. Planilha 702. Fotograma nº 081. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁹⁰ ZILLES, 1983, p. 17.

A atuação de Francisco Fortes é apontada por Pedro Zilles como extremamente positiva para os indígenas do PI Xaçecó. O autor se baseia em narrativas orais de alguns velhos Kaingang, os quais, ao rememorarem o período em que o Posto Indígena era comandado pelo “Chico Fortes”, descrevem um período de fartura. Revelam que os índios passaram a contar com engenho para fabricação de farinha, “soque” de erva mate, além de terem ampliado a criação de suínos.³⁹¹ Afirmavam ainda que apesar de existirem menos recursos, na época do “Chico Fortes”, viviam melhor, porque “havia lei em suas terras.”³⁹²

Os relatos coletados por Zilles, no entanto, devem ser analisados com cautela e compreendidos no contexto de sua criação. Isto porque é fácil imaginar que, frente a um contexto de insegurança das famílias indígenas e explorações diversas perpetradas por alguns membros da sociedade regional e por algumas lideranças indígenas, a instalação do Posto Indígena e a organização de trabalhos sistemáticos que garantissem alimentação, segurança e os recursos fundamentais para saúde e educação dos indígenas, podem ser entendidos como uma significativa melhora de suas condições de vida. Dessa maneira, o fato de estarem sendo sistematicamente envolvidos em todo tipo de abusos por parte da sociedade regional, contribuía para que não percebessem que estavam inseridos em um novo tipo de exploração, até certo ponto similar ao que viviam em tempos anteriores, com a diferença que agora serviam ao governo federal.

Partindo da premissa dos “sistemas simbólicos”, o papel do encarregado alcança um significado importante. Ele representa uma parte fundamental do poder estruturante, pois é o representante *in loco* de um poder maior, o do estado. Exatamente por isso, ele é responsável por construir uma ordem social assentada, sobretudo, em uma “solidariedade social”.³⁹³ Nessa nova ordem, se estabelece um consenso acerca das ações praticadas pelo encarregado, sendo as mesmas vistas

³⁹¹ Ibid.

³⁹² Ibid.

³⁹³ Radcliffe-Brown utilizou o termo solidariedade social para explicar o fenômeno que reduz a necessidade de recorrer à força para resolver conflitos, criando uma ordem capaz de aumentar a eficiência do sistema simbólico, evitando assim que se desvie a energia interna que poderia ser aplicada para outras ações de efetivação do controle social. Mais informações em: Melatti, Júlio Cezar. ‘Introdução’, In **Radcliffe-Brown: Antropologia**. Orgs. J.C Melatti & F. Fernandes. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1978. pp.7-35.

como ações benéficas e vantajosas para o grupo. Este consenso acerca do sentido da construção de uma realidade mais atrativa contribui, sobremaneira, para a reprodução da ordem social, que acaba legitimando uma ordem estabelecida.

Entretanto, o cenário de estabilidade social e de relativa prosperidade do Posto começa a ser modificado a partir de 1945, quando ocorre uma forte valorização das terras do oeste catarinense, sobretudo daquelas que contavam com cobertura florestal ainda intacta. Esta valorização é reflexo do final da 2ª Guerra Mundial, momento em que o mercado europeu vai se abrir para a importação de madeiras. A área do PI Xapecó, que contava ainda com milhares de pinheiros, despertava o interesse de diversas empresas madeireiras que já haviam devastado grande parte das florestas regionais. Francisco Fortes passa então a sofrer grande pressão por parte de políticos e empresários da região, os quais insistiam que o mesmo promovesse a instalação de madeireiras na área indígena.

Neste contexto, ressurgiu a conhecida figura de Alberto Berthier de Almeida, que em 1946 solicita e adquire junto ao governo estadual o título das terras que reivindicava há anos dentro da área indígena.³⁹⁴ A decisão do governo motiva nova ação do Juiz Antônio Selistre de Campos, que juntamente com Francisco Fortes, vai até a capital do estado de Santa Catarina para defender o direito de posse dos indígenas. A ação conjunta de Campos e Fortes, todavia, não conseguiu contornar uma questão envolvendo o interesse de terceiros pelas terras (ou madeiras) da área indígena³⁹⁵, isto porque existiam diversas pessoas vinculadas ao próprio SPI que agiam contrariamente aos interesses dos índios.

³⁹⁴ SANTOS, 1970; pp. 61-62; BRIGHENTI, 2012, p. 249.

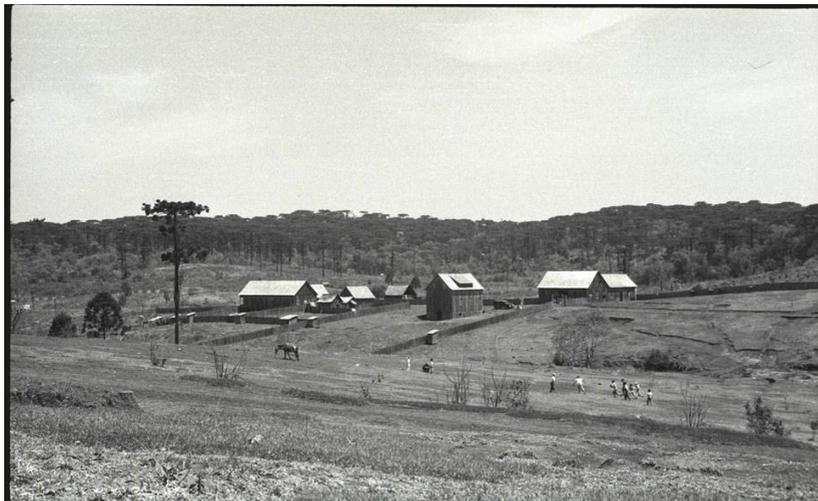
³⁹⁵ Em sua tese de doutorado, Clovis Brighenti detalha o longo processo transcorrido na justiça do estado de Santa Catarina que, mesmo sem comprovar a legitimidade da posse de Berthier de Almeida, não impede que o mesmo tome posse de 30% da área originalmente demarcada para os Kaingang em 1902. (BRIGHENTI, 2012). Pedro Zilles destaca também algumas empresas e pessoas que, além de Berthier de Almeida exerceram enorme pressão sobre o SPI para que o mesmo concedesse autorização para instalação de serrarias dentro da área do PI Xapecó. Entre os principais cita: João Winkler, político do município de Xanxerê e grande proprietário de terras na região; as firmas Pagnocelli, Wustro e Bortoluzzi, interessadas nos pinheirais; Fidêncio de Souza Mello e Gaspar Coutinho, que assim como Berthier de Almeida, reivindicavam como seus, alguns lotes dentro da área indígena (ZILLES, 1983).

Francisco Fortes, ao tentar limitar as ações de madeireiros e agricultores na área indígena, acaba enfrentando sérias represálias por parte de alguns representantes do próprio SPI, principalmente do diretor da IR7, Lourival Mota Cabral e de alguns funcionários do Posto, que passam a acusar o encarregado de mau cumprimento dos seus trabalhos.³⁹⁶ Diante das pressões, Fortes acaba pedindo exoneração do cargo, no que é atendido em 1948. Wilmar D'Angelis destaca um trecho da carta em que Fortes justifica seu pedido de demissão. Na carta, o encarregado se mostrava contrário a muitos atos que considerava escandalosos por parte da Direção do SPI e afirmava que: “eu como um simples encarregado do Posto, fui contra a retirada dos índios da área de posse, entregando ao Berthier sem posse, sem documento, na área de posse dos índios.”³⁹⁷ Na figura 18 é possível visualizar a sede do PI Xaçecó em 1947, pouco antes de Francisco Fortes deixar o cargo.

³⁹⁶ Em ofício destinado ao chefe da IR 7 Lourival Motta Cabral, o diretor interino do PI Xaçecó Avelino Gonçalves de Araújo (auxiliar de ensino), acusa Siqueira Fortes de desleixo para com o PI, que encontra-se completamente desorganizado e sem controle de receita e gastos. BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado por Avelino Gonçalves de Araújo ao Inspetor da IR7 Lourival Mota Cabral.** PI Xaçecó: 29 de outubro de 1947. 2 fls. Microfilme 064. Planilha 703. Fotogramas nº 0177 e 0178. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁹⁷ D'ANGELIS, FOCÃE, 1994, p. 106.

Figura 11: Aldeia Jacú (Sede do PI Xapecó) fotografada em 1947 por Heinz Forthmann.



Fonte: FORTHMANN, Heinz. **Posto Indígena Nacional Chapecó.** Santa Catarina, 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Com a demissão de Francisco Fortes, assume em 1948 o encarregado Wismar Costa Lima, antigo encarregado dos Postos Indígenas de Queimadas, no Paraná e Guarita, no Rio Grande do Sul. Este encarregado ficou marcado na memória dos Kaingang pelas inúmeras acusações de abusos contra os indígenas e contra o patrimônio dos mesmos. Costa Lima, agindo em sintonia com os interesses do SPI naquele momento, teria sido responsável pela retirada forçada de diversas famílias Kaingang da área do antigo Toldo Imbu, localizado no extremo norte da área indígena reservada em 1902 pelo governo do Paraná.³⁹⁸

³⁹⁸ Em seu relatório de identificação da Aldeia Toldo Imbú, elaborado em 1987 para a Superintendência de Assuntos Fundiários da FUNAI, a antropóloga Rosane Cossich Furtado apresenta diversos depoimentos de indígenas expulsos da área do Toldo Imbú na década de 1940. Entre os depoimentos apresentados, destacam-se os dos Kaingang Vicente Fernandes Focãe; Sebastião Belino e Otávio Belino (cacique desta aldeia na época da remoção). O fato que causou grande destaque na imprensa regional e estadual foi que Wismar Costa Lima teria retirado diversas famílias indígenas da localidade do Toldo Imbu, amarradas e transportadas de caminhão até a sede do PI Xapecó. Diversos

Alguns autores indicam que Wismar Costa Lima havia assumido o cargo de encarregado do Posto Indígena por intermédio de conchavos contra Siqueira Fortes, no que muito foi auxiliado pela IR7.³⁹⁹ Há que se considerar, não obstante, que este encarregado obedecia ordens superiores quando atuou na remoção dos indígenas do Toldo Imbu, como aponta a correspondência do Inspetor substituto da IR7 Deocleciano de Souza Nenê:

Com assentimento do Snr. Chefe desta I.R. transmito-vos o presente por mãos do Sr. Gaspar Coitinho, residente em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que veio a esta Inspetoria pedir providências para o seguinte: [...] Que possuindo terras aí nesse distrito, está mandando construir uma serraria nas proximidades de Abelardo Luz, e segundo o mesmo informa, essa serraria fica situada para cima da estrada que vem daí para Palmas, e que um grupo de índios foram se localizar nas proximidades dessa construção, e estão extraíndo herva-mate, e embarçando os serviços da construção, para o que deveis ir até ali e verificar e, caso afirmativo que seja índios, fazer com que se retirem.⁴⁰⁰

Chama a atenção neste sentido, o fato de que em seu telegrama de resposta às ordens da inspetoria em setembro de 1948, afirma ter cumprido as ordens com pleno acordo por parte dos indígenas, que foram realocados na sede do Posto.⁴⁰¹ Estes mesmos índios, no entanto,

autores dão mais detalhes sobre este acontecimento: FURTADO, Rosane C. **Relatório de viagem à Aldeia Toldo Imbu**. Ministério do Interior/FUNAI. 30 de julho de 1987. pp. 9-38; D'ANGELIS, FOCÃE, 1994; MANFROI, 2008; BRIGHENTI, 2012.

³⁹⁹ SANTOS, 1970; ZILLES, 1983; D'ANGELIS, FOCÃE, 1994.

⁴⁰⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 185/47 encaminhado pelo Inspetor substituto da IR7 Deocleciano Souza Nenê ao encarregado do PI Xapecó Wismar C. Lima**. Curitiba, 30 de agosto de 1948. 1 fl.. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma nº 236. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁰¹ “IR7 Setembro 27 PT Cumprindo determinações contida vosso ofício nr 185 de trinta agosto corrente vg levo vosso conhecimento ficou resolvido caso índios localizados Toldo Umbu terras pertencente Doutor Gaspar Coitinho vg pleno acordo consegui índios aproximarem-se sede do Posto onde receberão melhor assistência e indiosinho frequentarão escola PT.” BRASIL. Ministério

acabam buscando o auxílio do Juiz Selistre de Campos, que denuncia as ações arbitrárias do encarregado e do SPI à Assembleia Legislativa do estado. Nesta empreitada, o magistrado obtém apoio de políticos importantes no cenário regional da época, como o Deputado Estadual Cid Loures Ribas. Frente às pressões exercidas, o SPI acaba exonerando Wismar Costa Lima do cargo de encarregado do PI Xapecó em agosto de 1949, encaminhando-o para Guarapuava, onde passa a dirigir o PI Marrecas.

Para seu lugar, foi nomeado Nereu Moreira da Costa, que contava com o importante apoio do Juiz Selistre de Campos para assumir o cargo. Nereu Costa⁴⁰² permaneceu como encarregado do PI Xapecó por aproximadamente 15 anos (1949-1964), sendo possível afirmar que foi durante sua administração que o Posto Indígena alcançou resultados mais efetivos na produção de excedentes agrícolas e na criação de gado, principalmente suínos. Contudo, também foi durante o período e que esteve na chefia do PI Xapecó que o mesmo sofreu as suas maiores perdas territoriais.⁴⁰³

da Agricultura/SPI. **Telegrama de Wismar Costa Lima à IR7**. Xanxerê, 7 de setembro de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁰² A partir deste momento, apresento este encarregado como ficou popularmente conhecido pelos Kaingang da TI Xapecó: Nereu Costa.

⁴⁰³ SANTOS, 1970, p. 73.

CAPÍTULO 3. NARRATIVAS SINGULARES, EXPERIÊNCIAS COLETIVAS: VIVÊNCIAS, TRABALHO E ATUAÇÃO INDIGENISTA NOS PIs. NONOAI E XAPECÓ

A política de proteção e assistência federal compreendeu diferentes estratégias de envolvimento das populações indígenas, dependendo das especificidades culturais, econômicas e regionais, conforme já apresentado no capítulo anterior. A multiplicidade de pesquisas sobre a institucionalização da assistência tutelar do SPI é reveladora de um variado leque de experimentos, projetos, campanhas e programas de nacionalização, civilização, intervenção econômica e educacional. Tais pesquisas têm como característica comum o fato de serem amplamente apoiadas em vasta documentação produzida por funcionários do órgão indigenista federal, sejam eles do seu quadro administrativo ou intelectual.⁴⁰⁴

Todo este arcabouço documental existente foi produzido de acordo com as concepções organizacionais, dinâmicas administrativas e contextos políticos pelos quais passou o SPI ao longo de sua existência. Paradoxalmente, porém, a documentação que hoje serve como fonte primordial de referências aos pesquisadores que se debruçam sobre temas ligados à administração do SPI e sua atuação tutelar entre os indígenas brasileiros, foi definida pelo próprio General José Maria da Gama Malcher, diretor do órgão indigenista em seus anos finais, como produto de um “exagero burocrático”, característico da histórica falta de dinamismo da administração pública brasileira. Para Malcher, esse “exagero burocrático” teria sido uma das principais causas do fracasso do SPI.⁴⁰⁵

É fato indiscutível que as fontes documentais são fundamentais e indispensáveis para se analisar as estratégias, experiências e orientações da política indigenista oficial, bem como as ações e articulações dos agentes indigenistas, sobretudo daqueles que atuaram nas chefias dos Postos Indígenas. Por outro lado, é preciso ter clareza que estas fontes foram construídas a partir de estratégias discursivas, critérios de

⁴⁰⁴ Já destaquei anteriormente alguns destes pesquisadores, com maior relevo para SANTOS, 1970, 1981; OLIVEIRA, 1981; OLIVEIRA FILHO, 1987, 1999; GAGLIARDI, 1989; SOUZA LIMA, 1992, 1995; ROCHA, 2003.

⁴⁰⁵ GAGLIARDI, 1989, p. 283.

constituição e significação que, frequentemente, tendem a destituir de importância as experiências dos sujeitos para quem foram idealizadas as intervenções do estado.

Tendo em vista o histórico privilégio ao documento escrito, os estudos de caráter histórico ou etnohistórico que contemplam a memória sobre a representatividade da atuação do SPI e a influência de suas práticas indigenistas para as próprias populações indígenas envolvidas nessa rede de relações, ainda caminham a passos lentos.⁴⁰⁶ Essa característica possibilita a persistência de muitas lacunas no estudo da história indígena, especialmente no que se refere às experiências e às representações dos nativos frente ao “grande cerco de paz”,⁴⁰⁷ e aos desdobramentos do mesmo para algumas populações específicas.

Tais lacunas referem-se principalmente à não utilização ou à subutilização da memória como parte da operação historiográfica. As narrativas indígenas, sejam elas relacionadas às suas experiências pessoais ou vivências sociais, geralmente são reveladoras de detalhes essenciais para a análise sobre as coerções socioculturais, aliciamentos, favorecimentos e outras dimensões, muitas vezes arbitrárias, suscitadas pelo indigenismo oficial. Ao mesmo tempo, muitas das narrativas ajudam a revelar inúmeros interesses explícitos e implícitos dos próprios indígenas, que motivaram o seu engajamento ou resistência aos pressupostos da política indigenista.

Pensando em preencher algumas dessas lacunas, este capítulo é dedicado à análise das formas de trabalho, das sociabilidades internas e das relações dos indígenas com as chefias e com a sociedade regional, tendo como ponto de partida o momento de consolidação do SPI nos PIs Nonoai e Xapecó. Para desvelar estes aspectos, busco uma conexão entre as informações presentes nas fontes documentais e as narrativas produzidas através das memórias dos Kaingang.

Cabe lembrar que algumas destas questões são apresentadas nas fontes documentais produzidas pelos agentes do SPI, porém, não raramente elas aparecem engessadas em análises simplistas, preconceituosas e controversas, condicionadas às relações de poder

⁴⁰⁶ Tomo como base para esta conclusão, a relação de trabalhos apresentados sobre a temática indígena nos dois últimos encontros nacionais de historiadores da ANPUH (2011 e 2013), onde verificamos a predominância de estudos sobre história indígena nos séculos XVIII e XIX em relação aos estudos sobre o século XX. Destes últimos, alguns poucos trabalhos dão ênfase às memórias indígenas.

⁴⁰⁷ LIMA, 1995.

estabelecidas para com as populações indígenas tuteladas. Estas análises podem limitar a compreensão do historiador sobre as formas como os sujeitos vivenciaram determinado fenômeno ou contexto social e, ainda, como eles percebem e constroem sua própria versão dos fatos.

Não se trata, entretanto, de tentar legitimar uma fonte em detrimento da outra, ou, simplesmente, contrapor documento e memória, mas sim, explorar a pluralidade das versões possíveis, analisando estratégias discursivas e a práxis dos diferentes atores, que interferem em seus modos de pensar e vivenciar o mundo em que estão inseridos. Igualmente, é preciso compreender que, assim como os documentos escritos encontram-se marcados pelos diversos interesses que condicionam sua produção, as memórias sobre o passado, suscitadas por meio de fontes orais ou imagens visuais, também não podem ser consideradas como testemunhas fiéis de um passado que precisa ser revivido para dar voz aos silenciados.⁴⁰⁸

Estas memórias devem ser entendidas também enquanto representações ou construções mentais influenciadas por convenções, por práticas culturais, por escolhas objetivas e subjetivas, e, assim como o documento escrito, não estão estagnadas, cristalizadas em um passado, imunes aos efeitos da passagem do tempo. Os dois tipos de fontes devem ser analisados com as suas devidas e específicas críticas.

3.1. Memória e oralidade: o leque de possibilidades para a história indígena

Felizmente, já se foi o tempo em que as pesquisas em história indígena no Brasil eram limitadas apenas à “interpretação da documentação produzida por viajantes, cronistas, etnógrafos e outros que, ao longo do tempo, conviveram com populações indígenas e sobre elas deixaram registros escritos e iconográficos, dentre outros.”⁴⁰⁹

⁴⁰⁸ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A prática da história oral e os novos desafios. In: LAVERDI, Et. alli. **Historia Oral: desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. UFPE; Florianópolis: Ed. UFSC, 2012, p. 21.

⁴⁰⁹ SCWARCZ. Lilia M. **História e antropologia: embates em região de fronteira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 11 *Apud*. SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovane José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. In: **História Oral: v. 13, n.1. jan. a jun. 2010**, p. 37.

Atualmente, o diálogo interdisciplinar, notadamente entre as disciplinas de História e Antropologia, tem permitido a ampliação de alguns horizontes antes restringidos por certo particularismo acadêmico.

O estabelecimento de “pontes” entre a História e a Antropologia tornou-se fundamental para a observação das formas com que determinados indivíduos ou sociedades absorvem as discontinuidades históricas, como expressam seus anseios e aspirações mediante as rupturas sociais e culturais promovidas pela concepção colonialista. O diálogo histórico antropológico é importante ainda para pensar o indígena enquanto sujeito histórico, que agiu e age de acordo com a leitura do mundo ao seu redor; leitura esta informada tanto pelos códigos culturais de sua sociedade quanto pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolaram no decorrer do contato com a sociedade ocidental.⁴¹⁰

A aproximação entre a História e Antropologia permitiu também repensar muitos temas clássicos nos estudos sobre as populações indígenas. Cultura, por exemplo, passou a ser vista como um fenômeno histórico dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens e mulheres que a vivenciam.⁴¹¹ Esta compreensão tornou-se fundamental para que as análises sobre as transformações culturais das populações indígenas não fossem apenas compreendidas como esvaziamento de sentidos ou perda de autenticidade, mas sim, como uma reconfiguração de sua perspectiva de mundo, que permite a construção de significações próprias para reconstituir suas histórias e suas identidades de acordo com os contextos em que estão inseridos.

De modo geral, o surgimento de novas abordagens para a interpretação histórica contribuiu e contribui ainda para ampliar ou modificar conceitos teórico-metodológicos tradicionais, tornando possível novas perspectivas para as narrativas sobre o passado. Entre os avanços mais significativos suscitados ao longo dos últimos 30 anos, vem se destacando a importância de ouvir os indivíduos considerados à margem das elites político-econômicas, tais como quilombolas, indígenas, agricultores sem terra, trabalhadores sem teto, entre outros. Neste sentido, Thiago Cavalcante lembra que a década de 1990 marcou

⁴¹⁰ MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Aduauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 238-48.

⁴¹¹ ALMEIDA, 2010, p. 22.

um momento de guinada nesta conjuntura, pois várias novas iniciativas, frutos da articulação entre antropólogos, arqueólogos, linguistas e historiadores, trouxeram à tona trabalhos com perspectivas renovadas, os quais têm contribuído para o avanço das pesquisas e para a formação de novos pesquisadores.⁴¹²

Esta guinada da Nova História foi fundamental para que os historiadores expandissem seu universo de possibilidades de pesquisa, pois a abertura de espaços para novos temas e novas abordagens significou o reconhecimento de ângulos diferentes de visão e uma noção mais ampla do próprio processo de conceber perguntas e respostas históricas.⁴¹³ Na esteira deste processo, a concepção teórico-metodológica que melhor aproxima a reflexão antropológica da pesquisa historiográfica é conhecida na linguagem acadêmica por etnohistória.⁴¹⁴ Esta concepção pressupõe a familiaridade entre documentos escritos do passado e evidências de caráter antropológico, como as narrativas etnográficas, ou, conforme afirma com maior propriedade o antropólogo Antonio Porro:

...é a história dos grupos indígenas escrita a partir das notícias deixadas pelos primeiros cronistas e, para as tribos contactadas mais recentemente, também a partir das tradições orais indígenas. Mas é principalmente a história vista de uma perspectiva antropológica, que procura reconstruir o mundo indígena em toda a sua diversidade, através da arqueologia e da observação

⁴¹² Entre os trabalhos de destaque pelo autor sobre a temática indígena estão os já referenciados “História dos Índios no Brasil” organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992); “Negros da Terra” de John Manuel Monteiro (1994) e “Ensaio em Antropologia Histórica” de João Pacheco de Oliveira (1999). CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. In: **História (São Paulo)**. v.30, n.1, pp. 363-364. jan/jun 2011.

⁴¹³ MARTINS, 1997, p. 131.

⁴¹⁴ Cavalcante lembra ainda que a etnohistória, como método interdisciplinar, tem se tornado fundamental para se compreender os povos de culturas não-ocidentais a partir de uma perspectiva histórica. Exatamente por isso, é dada muita importância às tradições orais e às fontes arqueológicas, que podem oferecer dados bastante valiosos sobre essas culturas, as quais, em sua maioria advêm de tradições ágrafas. CAVALCANTE, 2011, p. 359.

etnográfica, da história documental e da história oral, da lingüística e da mitologia.⁴¹⁵

De acordo com Maria Cristina Bohn Martins, valendo-se dos pressupostos etnohistóricos, “o historiador retroage ao passado destes grupos de duas formas: pela memória, que geralmente é de caráter mítico, ou pelas categorias e instituições do presente que são, elas próprias, memórias do passado.”⁴¹⁶ As rememorações, por conseguinte, introduzem através de narrativas do vivido, testemunhos repletos de significados sociais ou individuais, relatados a partir de categorias próprias, dificilmente encontradas nos arquivos oficiais, a exemplo das narrativas de mitos, ritos, concepções de agricultura, parentesco e economia, entre outros tantos aspectos que auxiliam a aprofundar conhecimentos sobre as etapas do contato interétnico e as implicações do mesmo para as populações indígenas. Por conta desta complexidade e pela exigência de trabalho de campo, Edinaldo Bezerra de Freitas considera sintomático o fato de que, no Brasil, durante muito tempo a etnohistória foi melhor realizada pelos antropólogos do que pelos historiadores, porque a mesma exige um certo grau de ofício etnográfico e etnológico que raramente faz parte do suporte metodológico dos historiadores.⁴¹⁷

É notável, portanto, que o diálogo interdisciplinar entre História e Antropologia abriu um leque de possibilidades de pesquisa, principalmente para os historiadores que pretendem a utilização da metodologia da História Oral para dialogar com sujeitos cujas estruturas sociais, culturais e lingüísticas, muitas vezes, são completamente distintas da sua. Nestes casos, antes de se lançar às aldeias com um gravador e um questionário nas mãos, uma observação etnográfica prévia, sobretudo de questões relacionadas aos costumes, organização social, mitos, tabus, entre outros fatores, pode ser o divisor de águas para o sucesso ou fracasso de uma pesquisa etnohistórica, pois, como bem observou Freitas:

Ir à aldeia é tarefa de um pesquisador consciente do contato com este “outro-índio”, daí ser

⁴¹⁵ PORRO, Antonio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. RJ: Vozes, 1995, p. 17.

⁴¹⁶ MARTINS, 1997, p. 136.

⁴¹⁷ FREITAS, Edinaldo Bezerra de. Fala de Índio, História do Brasil: o desafio da Etno-História indígena. **História Oral**. N. 7, 2004, p. 187.

necessário ter presente os limites e as dimensões da sua própria cultura e da cultura dos outros, é preciso “diplomacia”. Se a intenção é deixar falar o índio, há de se saber o que este fala, de onde fala, as circunstâncias e os entraves que rodeiam esse ato.⁴¹⁸

Do mesmo modo, o historiador que pretende desenvolver uma pesquisa etnohistórica entre alguns povos indígenas brasileiros, muitas vezes, se defronta com realidades distintas das imaginadas previamente. Os séculos de contato, de convívio pacífico ou conflituoso com as populações regionais deixaram, inevitavelmente, suas marcas. Um exemplo disso aparece constantemente ao pesquisador que vai a campo entre os Kaingang em busca de permanências de rituais, técnicas de caça e pesca tradicionais, produção diferenciada de alimentos, entre outros resquícios de sua cultura material e imaterial. Devido ao intenso convívio com a sociedade regional, instituições religiosas e organismos governamentais (SPI, FUNAI, SIL, FUNASA, MEC, entre outras), muito do que se consideraria tradicional da cultura Kaingang, modificou-se ou diminuiu significativamente de intensidade ao longo das gerações, como não poderia ser diferente, frente às compulsões econômicas, religiosas e sociais pelas quais estes indígenas passaram pelo menos desde meados do século XIX.⁴¹⁹

Por isso, é importante ao historiador que pretende seguir pelo caminho da etnohistória, inteirar-se antes sobre os principais aspectos que permeiam a vida em sociedade, as concepções políticas, culturais e religiosas da comunidade que almeja inserir-se para a execução de sua pesquisa, visando não cair em armadilhas que muitas vezes podem comprometer suas análises. Neste sentido, concordo com Fernandes quando o mesmo afirma que “a cultura Kaingang não é óbvia aos olhos não treinados, não insistentes, não iniciados. [...] Há que se enfrentar o desafio e refletir sobre a cultura Kaingang em seus aspectos vivos, relacionais.”⁴²⁰

⁴¹⁸ Ibid. p. 188.

⁴¹⁹ Faço uma discussão mais aprofundada sobre estas questões no texto: BRINGMANN, Sandor Fernando. História Oral e História Indígena: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras. **Revista Latino-Americana de História**, v.1, 2012. p.7-23

⁴²⁰ FERNANDES, 2003, p. 5.

Após a etapa de (re)conhecimento do “outro”, é preciso ter clareza de que na abordagem etnohistórica, quando se busca estabelecer um elo entre o passado e o presente das populações pesquisadas, torna-se necessário analisar as experiências coletivas e particulares dos indivíduos que as compõem. Normalmente, a maneira mais recorrente de se proceder com isso é apelar para suas memórias. É necessário observar, porém, que as pessoas, independentemente de grupo étnico, sexo ou classe social, atualizam suas impressões e informações e verbalizam suas experiências de acordo com categorias interpretativas do tempo presente.

Exatamente por isso, cabe acentuar o caráter seletivo da memória, isto é, tendo em vista certas atualizações, projeções e transferências, as lembranças são organizadas de acordo com critérios de valores pessoais, de forma que nem tudo fica gravado ou registrado. Olga Simson ressalta que é impossível para as pessoas manterem em sua memória todas as experiências que vivenciaram ou das quais tomaram conhecimento num dia comum das suas vidas. “Assim somos obrigados a selecionar, para serem mantidas em nossa memória, aquelas informações que possuem significado para nossas futuras tomadas de decisão.”⁴²¹

Sobre este caráter seletivo da memória, diversos autores ajudam a compreender sua constituição. O sociólogo Michael Pollak ressalta que o caráter seletivo surge quando “a memória sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.”⁴²² Maurice Halbwachs destaca, por seu turno, que a memória é seletiva, pois “é em larga medida uma reelaboração do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.⁴²³

Em meio à complexa rede de formulações teóricas sobre a memória, as concepções do sociólogo Maurice Halbwachs estão entre as que mais alcançam destaque atualmente, pois passaram a integrar de forma mais abrangente o universo teórico dos historiadores, sobretudo a partir de sua teoria sobre a existência de uma memória coletiva que se sobreporia à memória individual. Para Halbwachs, a memória

⁴²¹ SIMSON, Olga Rodrigues. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**. n. 6, 2003. p. 15.

⁴²² POLLACK, 1992, p. 203.

⁴²³ HALBWACHS, 2004, p. 75-76.

individual é construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo e refere-se, portanto, a um ponto de vista sobre a memória coletiva. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo e devem ser sempre analisadas considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios.⁴²⁴

Este aspecto é relevante de destaque, porque, ao realizar entrevistas de História Oral com os velhos Kaingang de Nonoai e Xapecó, orientei as perguntas no sentido de tentar perceber o significado das ações do SPI para estas comunidades em um contexto mais amplo, tentando compreender a representatividade das ações dos chefes de Posto, os trabalhos dos índios nas lavouras comunitárias, as relações com a sociedade regional, a experiência nas escolas dos Postos, a situação estrutural dos mesmos, o cotidiano dos índios, entre outros aspectos. Esta orientação levou à constituição de percepções coletivas sobre este passado, onde os sujeitos narram suas experiências vividas e as experiências vividas por outras pessoas, às quais, muitas vezes, só conheceram a partir de relatos de terceiros.

Ao destacar esta questão, quero enfatizar que muitas narrativas fazem parte das histórias de vida dos entrevistados. Muito embora não tenham sido vividas pessoalmente pelos narradores, elas estão carregadas de alusões a lugares, acontecimentos, pessoas e tempos que nem sempre estão condicionados ao contexto em que o entrevistado diz ter vivido ou conhecido. Este tipo de relato se enquadra no que Pollack chamou de “acontecimentos vividos por tabela”, “dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.”⁴²⁵ Temos, portanto, nesta relação, um embate entre as experiências dos sujeitos e as experiências sociais, que contribuíram para a construção de uma memória coletiva sobre acontecimentos específicos ou dispersos na conjuntura pesquisada.

Um exemplo por mim verificado através da pesquisa documental e através de entrevistas de História Oral fornece subsídios importantes para revelar como ocorrem essas projeções mentais entre os Kaingang, tanto da TI Nonoai quanto da TI Xapecó. Percebi, no decorrer de minhas análises, que os habitantes das aldeias mais próximas das chamadas “aldeias sedes”, onde estavam instalados os escritórios e

⁴²⁴ Ibid. p.55.

⁴²⁵ POLLACK, 1992, p. 201.

demais prédios oficiais dos Postos Indígenas, vivenciaram mais intensamente as implicações decorrentes da presença do órgão indigenista do que aqueles que habitavam as aldeias mais distantes. Em muitos destes locais mais distantes, a presença do SPI, ainda que existente, não acarretou impactos ou mudanças muito distintas da situação já vivenciada antes da presença do órgão indigenista federal. A presença do estado era mais fortemente experimentada nas sedes dos Postos, onde havia, por parte dos encarregados e funcionários do SPI, um maior controle e uma participação mais intensa na vida e nas sociabilidades dos indígenas.

Um aspecto que contribuiu para este “distanciamento” pode ser exemplificado pelo isolamento a que estavam sujeitas muitas das aldeias no interior dos dois Postos, sendo grandes as dificuldades de acesso a muitas delas, em vista da precariedade de vias e estradas, como atestam inúmeros exemplos presentes nos relatórios e ofícios dos encarregados encaminhados à IR7, alguns deles já citados anteriormente.⁴²⁶ Nestes locais, pode-se dizer que a presença do estado ocorreu de forma mais lenta e gradual, o que tornou possível a conservação de certas sociabilidades, modalidades próprias de trabalho e produção agrícola e diferentes níveis de relações interétnicas com a sociedade regional.

Esta “falta de estado”, ocorrida pelo menos até a ampliação e melhoria das vias de acesso ao interior dos Postos Indígenas (que vai ocorrer mais significativamente a partir da década de 1950), contribuiu para que muitas lembranças fossem feitas “por tabela”. Trata-se de situações onde os entrevistados, moradores de áreas distantes da aldeia sede no período relacionado à pesquisa, embasam suas narrativas a partir de informações relatadas por terceiros, que eram geralmente parentes habitantes da sede do Posto Indígena ou que a ela se dirigiam

⁴²⁶ Esta situação de isolamento pode ser percebida ainda em 1945, quando em carta ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida, o encarregado do PI Nonoai Francisco José Vieira dos Santos, expõe a necessidade de atendimento aos indígenas da Campina, para o qual indica a auxiliar de ensino Arialba Roque de Lima e seu esposo Onofre Roque de Lima para proceder com a escolarização dos indígenas daquela localidade. Segundo o encarregado: “são as pessoas indicadas para aquele lugar, uma vez que já puderam compreender o trato que se deve dar ao índio, visto tratar-se ali de índios arredios, que necessitam de atração por quem lhes compreenda.” BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta n. 2 de Francisco Vieira a Paulino de Almeida, chefe da IR7.** Microfilme 058. Fotograma 0881-0882. 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

com mais frequência. As pessoas das aldeias mais distantes ficavam sabendo dos acontecimentos ocorridos na Sede do Posto, bem como as ordenações estabelecidas pelo órgão indigenista, através de visitas esporádicas dos agentes do SPI às suas aldeias ou através de socializações com lideranças indígenas encarregadas de encaminhar avisos e convocações.

Neste contexto, é significativo que muitos dos velhos Kaingang entrevistados, embora não tenham conhecido alguns dos encarregados de Posto citados nas perguntas, possuam narrativas carregadas de significados pessoais e juízos de valor a respeito dos mesmos. Isto pode ser explicado, conforme Pollack, se compreendermos que a memória, além de lembranças dos acontecimentos, também é constituída por pessoas ou personagens, sejam elas “realmente encontradas no decorrer da vida ou frequentadas por tabela.”⁴²⁷ Várias pessoas entrevistadas vivenciaram essas personagens “por tabela” e transformaram-nas em quase conhecidas, a ponto de construir representações próprias sobre as mesmas a partir de uma memória socialmente construída.

A concepção da “memória por tabela”, entretanto, foi utilizada como um argumento perfeito para os detratores da História Oral⁴²⁸ justificarem suas ressalvas quanto à utilização desta como método de pesquisa acadêmica. Todavia, é preciso lembrar que, mesmo nas fontes documentais, os discursos estão ancorados na subjetividade dos indivíduos que os produziram e, se para a interpretação desse tipo de fonte há muito tempo se revogou a objetividade científica da procura por uma “verdade histórica”, o mesmo ocorre com as narrativas orais, onde

⁴²⁷ Ibid.

⁴²⁸ Desde que começou a se disseminar com maior propriedade entre as diversas instituições acadêmicas na década de 1970, a História Oral foi fortemente questionada por historiadores tradicionais que embasam seus estudos exclusivamente em documentos textuais. Alistair Thomsom explica que “o principal argumento utilizado pelos críticos é que a memória não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências pessoais tanto do entrevistador como do entrevistado e pela influência das versões coletivas do passado.” THOMSOM, Alistair. *Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História: Ética e História Oral*. São Paulo: PPGH-PUC/SP. n.15. Abril de 1997, p. 51. Para uma dimensão mais detalhada sobre a crítica dos historiadores tradicionais à História Oral, sugiro a leitura de THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

os relatos não devem ser compreendidos apenas como um apanhado de histórias pessoais, mas sim como um diálogo com o seu passado e de outras pessoas, capaz de estimular novas interpretações da história a partir das narrativas apresentadas pelos sujeitos indagados, mesmo que não sejam eles próprios os informantes. Ao refletir sobre o significado do conceito de “verdade histórica” e a ética na interpretação das narrativas, Alessandro Portelli considera que:

Nosso problema não se limita a aliar nosso compromisso como historiadores à objetividade daquilo “que realmente aconteceu” nem à nossa consciência pós-moderna de que, na realidade, jamais chegaremos realmente a descobri-lo. Também estamos cientes, a esta altura, de que muito aconteceu nas mentes das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações – e, por esse motivo, até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade.⁴²⁹

Trata-se, neste sentido, também de encontrar sentido nas narrativas descontextualizadas. Se nos preocupamos demasiadamente com a objetividade de questões referentes à periodização, episódios específicos ou locais onde ocorreram determinadas situações, corremos o risco de perder importantes indicações a respeito de situações, concepções, valores, práticas, que nem sempre são verbalizadas pelo narrador da maneira como gostaríamos que fosse. É preciso destacar, de acordo com Alistair Thomson, que “as histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais.”⁴³⁰

Penso que este seja mais um aspecto que os historiadores que se propõem a praticar História Oral entre populações etnicamente diversas têm a aprender com os antropólogos. O antropólogo é capaz de passar longos períodos observando as pessoas, o que elas fazem

⁴²⁹ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História: Ética e História Oral**. São Paulo: PPGH-PUC/SP. n.15. Abril de 1997, p. 25.

⁴³⁰ THOMSON, 1997, p. 57.

cotidianamente, seus gestos, seus silêncios, suas posturas, seus medos. Nestas pequenas coisas do cotidiano pode estar um conjunto fundamental de referências que possibilitam uma dimensão interpretativa e explicativa muito maior sobre as pessoas ou o contexto social e temporal analisado do que os fatos julgados verdadeiramente verificáveis por meio de uma questionável objetividade científica.

Ao concordar que a História Oral transcende à pretensa objetividade da pesquisa científica, preciso explicar então o porquê da existência de um roteiro ou questionário destinado a orientar as questões para as entrevistas. Se o que busco nas entrevistas é explorar as memórias para interpretar os discursos produzidos pelos indivíduos e promover um diálogo com os mesmos, considero que há necessidade de um conhecimento prévio sobre determinadas questões que envolvam o tema ou o grupo entre o qual vou desempenhar minha atividade. Um roteiro, neste caso, deve ser elaborado para facilitar a comunicação com os entrevistados, o que não significa que ele tenha que engessar e prender o narrador a uma determinada linha de pensamento, o que, por si só, eliminaria a necessidade de interpretação. O roteiro deve existir também para estabelecer um caráter dialógico nas entrevistas, no qual nossas interpretações e explicações coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores dela fazem.⁴³¹

Ao buscar retratar as experiências de vida dos velhos Kaingang em um período determinado previamente, ou seja, o período em que o SPI administrava os Postos Indígenas, não posso simplesmente enquadrar a memória destes indígenas ao contexto e aos lugares em que a documentação escrita indica a ocorrência dos fatos. Essa história não ocorreu de forma isolada, estática e engessada em determinadas circunstâncias e temporalidades. Ela foi construída a partir de símbolos, signos e linguagens plurais, em um constante movimento que dá sentido próprio às experiências individuais e coletivas destes indígenas.

Enfim, entre diversos autores e correntes historiográficas, evidenciam-se diferentes posições e compreensões sobre a utilização da memória (ou memórias) e das narrativas orais na pesquisa histórica. Os debates sobre memória coletiva e individual continuam sendo travados e a relação entre estas e o conceito de identidade tem surgido cada vez mais como importante instrumento para a discussão de etnicidades,

⁴³¹ Ibid. p. 27.

fronteiras, ideologias, entre tantos elementos constitutivos das sociedades.

3.2. Ouvir os velhos Kaingang: vivência e pesquisa nas TIs Nonoai e Xaçecó

De modo geral, quando se analisa o papel constituído pelos idosos na sociedade ocidental, nos deparamos com diferentes abordagens sobre o mesmo. Em determinados contextos culturais ou situações socioeconômicas, há uma convergência em valorizar a representatividade dos idosos enquanto símbolos de sabedoria ou, até mesmo, sua função social enquanto guardiões da memória do seu povo. Suas experiências de vida, assim como suas lembranças sobre acontecimentos do passado e opiniões sobre os acontecimentos do presente constituem um patrimônio coletivo, através do qual se busca educar as novas gerações.

Em outros contextos, os estereótipos construídos sobre os velhos ou sobre a velhice podem implicar na criação de discursos sobre a fragilidade, senilidade e, inclusive, sobre a incapacidade destes em executar as mais simples ações do cotidiano. Estas construções simbólicas sobre a velhice acabam condenando muitos idosos a um isolamento, no qual estes são excluídos da participação em diversas atividades ou de determinados cenários da sociedade. Ecléa Bosi lembra, neste contexto, que a moral oficial da sociedade ocidental, apesar de pregar respeito aos velhos, não exita em tentar convencê-los de que seu tempo já passou, que precisam ceder lugar aos mais jovens e se resignar a um papel passivo perante os mesmos.⁴³² Cada vez mais, segundo a autora, percebe-se no interior das famílias uma cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, imobilizá-los com cuidados “para seu próprio bem.”⁴³³

Assim como em nossa sociedade, a representatividade social dos velhos pode variar bastante entre as diferentes sociedades indígenas, conforme explica Anthony Seeger em seu estudo sobre o status dos

⁴³² BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 74.

⁴³³ Ibid.

velhos nas sociedades tribais.⁴³⁴ Baseando-se em estudos etnológicos clássicos (Métraux, Baldus, Nimuendaju, Goldmann, Turner e DaMatta) Seeger revela que entre os Guayaki e os Siriono, os velhos e os doentes que não podiam seguir os grupos em suas expedições eram abandonados para morrer. Entre os Cubeo, os velhos também são desprezados, não sendo alvo de nenhum respeito específico. Isto não ocorria, todavia, com a maioria das tribos Jê, nas quais os velhos sempre tiveram papéis específicos e geralmente são estimados. “Os velhos têm uma classe de idade própria e homens e mulheres atingem um status novo e importante quando ingressam na ‘classe de idade dos velhos’.”⁴³⁵ É preciso ter cuidado, no entanto, de perceber que assim como os demais aspectos da cultura, as formas de tratamento para com os velhos não são estáticas, pois sofrem modificações e variações de acordo com a passagem do tempo e com as realidades específicas as quais cada povo foi exposto após o contato com a sociedade ocidental.

Entre os Kaingang, por exemplo, existe praticamente um consenso em afirmar que os anciões são os detentores da memória do seu povo e de sua tradição, sendo considerados pelos mais jovens como as “bibliotecas” ou “livros vivos” das comunidades. Prova disso é o fato de que, cada vez mais os professores indígenas elegem os *Kofá*⁴³⁶ como seus formadores, buscando constituir uma prática docente nas escolas embasada nos ensinamentos da tradição através da memória ancestral.⁴³⁷ São os velhos também os conselheiros dos mais jovens e os que auxiliam em muitas tomadas de decisões das lideranças. Nas situações em que aparece a fragilidade para viver o modo de vida indígena, especialmente a partir do momento em que o intenso contato coloca o “mundo dos brancos” muito próximo às aldeias, a ancestralidade é evocada para afirmar permanências.⁴³⁸

Entre as formas de evocar essa ancestralidade, as mais recorrentes são representadas pelas atividades de forte caráter místico ou religioso, presentes na produção dos “remédios do mato”, nas rezas ou “benzimentos” e na organização das festas religiosas, ou “festas de

⁴³⁴ SEEGER, Anthony. **Os Índios e Nós**. Estudos sobre as sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. pp. 61-82.

⁴³⁵ Ibid. p. 62.

⁴³⁶ Como os Kaingang chamam seus velhos ou sábios.

⁴³⁷ BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Tradição e memória nas práticas escolares Kaingang e Guarani. **Currículo sem fronteiras**. V. 10., n. 1. 2010, p. 139.

⁴³⁸ Ibid. p.

Santos”, que representam eixos de articulação social dos Kaingang, onde as *parentagens* operacionalizam seu regime de trocas simbólicas, matrimoniais e materiais, entre outras coisas, como forma de expressar sua solidariedade com os “troncos velhos”.⁴³⁹ Ao refletir sobre a categorização dos “troncos velhos”, Fernandes explica que:

“Tronco velho” não é, para os Kaingang, simplesmente sinônimo de idoso. Trata-se de expressão empregada para designar indivíduos cuja história está ligada à própria história local. [...] Os “tronco velho” de um local são aqueles que tem ali seu umbigo enterrado e mais, são aqueles que participaram, em alguma medida da constituição da própria comunidade. [...] Tronco velho é uma categoria kaingang que associa determinados indivíduos a determinados territórios, e, sobretudo, a uma determinada história.⁴⁴⁰

Esta é uma importante informação para situar a condição de alguns dos velhos com os quais fiz entrevistas. Muitos deles não estão encaixados na categoria de “tronco velho”. Isto porque, mesmo contando com mais de 60 anos, ter feito parte das lideranças e constituído famílias (muitas vezes numerosas) dentro das respectivas áreas indígenas, eles não possuem seu umbigo enterrado naqueles locais, isto é, não nasceram e não se criaram desde pequenos naquelas comunidades. Ainda assim, não se pode dizer que não possuem uma ligação histórica com as áreas em que vivem, pois, ainda que contem com menos respaldos para as atividades geralmente designadas aos “troncos velhos”, seus depoimentos são tão significativos quanto os destes, sobretudo por apresentarem outras facetas importantes das histórias dessas comunidades ou por trazerem para as mesmas suas experiências de deslocamentos e transitoriedades por outras áreas indígenas do Sul do Brasil.

Cada uma dessas pessoas possui em suas trajetórias individuais, narrativas sobre acontecimentos e lugares sociais que também foram revistos e reinterpretados ao longo da passagem do tempo e

⁴³⁹ FERNANDES, 2003, p. 138.

⁴⁴⁰ Ibid. p. 138.

contribuíram, de várias maneiras, para a construção de sua história dentro das áreas indígenas pesquisadas. Dessa forma, considero importante antes de apresentar os detalhes do cotidiano e as vivências dos indígenas nos Postos administrados pelo SPI, apresentar as pessoas que disponibilizaram suas narrativas, como uma forma de apresentá-las ao leitor não apenas como fontes orais, mas sim, como sujeitos de uma história repleta de significados distintos.

3.2.1. O trabalho de campo do pesquisador e os sujeitos pesquisados

Nas pesquisas de campo realizadas nas aldeias das Terras Indígenas Nonoai e Xapecó durante os últimos quatro anos, pude manter contato com várias pessoas com as quais frequentemente conversava sobre minha pesquisa, descrevia meus objetivos e solicitava informações sobre indivíduos que poderiam contribuir com seus depoimentos. Recebi com satisfação a notícia de que, nas duas áreas indígenas, ainda existia um considerável número de *kofás* que já havia ultrapassado os 70 anos. Muitos deles, quase centenários, ainda se mantêm bastante ativos, trabalhando em seus roçados de milho, feijão e mandioca, além de desempenharem outras atividades junto às suas respectivas comunidades, praticando o artesanato, fabricando remédios e participando de eventos promovidos por lideranças ou pelas escolas indígenas.

Com relação às lideranças, fui informado de que o respaldo das mesmas era fundamental caso pretendesse percorrer as áreas para entrevistar pessoas. Contar com o aval das lideranças indígenas, sobretudo dos caciques, é, na maior parte dos casos, uma prerrogativa dos próprios entrevistados. Muitos deles só concedem entrevistas ao saberem da aprovação das lideranças, respondendo com mais tranquilidade as perguntas elaboradas. Por isso mesmo, contar com o consentimento do cacique para a pesquisa, ainda que não seja uma prerrogativa obrigatória, torna-se fundamental para o bom encaminhamento e para a tranquilidade dos trabalhos

No tocante à Terra Indígena Xaçecó, o fato de estar vinculado a um laboratório⁴⁴¹ que há muitos anos realiza pesquisas junto às escolas da comunidade auxiliou neste primeiro encontro, pois o trabalho deste laboratório foi reconhecido e aprovado pelos caciques e demais lideranças desde sua inserção naquela TI, no final da década de 1990. Os resultados dessa inserção são apresentados através de diversas monografias, dissertações, teses, entre outras publicações acadêmicas e paradigmáticas, que buscam refletir sobre diversos aspectos e contextos da história desta comunidade indígena. Nestes trabalhos, a História Oral está sempre presente como metodologia de pesquisa, apresentando as percepções e reflexões dos próprios indígenas sobre sua trajetória histórica, especialmente no tocante a temas como educação, cultura e identidade.

Na Terra Indígena Nonoai, pode-se dizer que a aproximação também ocorreu com o auxílio do LABHIN, pois ainda que eu conhecesse a área através de documentos, mapas históricos e fontes bibliográficas, ainda não havia surgido a oportunidade de me inserir na mesma, o que só ocorreu no ano de 2011, durante uma viagem de pesquisa com a equipe do laboratório, através do projeto Observatório da Educação Escolar Indígena (OEEI/MEC/CAPES). Durante o trabalho, juntamente com a coordenadora do projeto OEEI e demais pesquisadores do LABHIN, fui à residência do cacique discorrer sobre a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa. Conseguindo a aprovação do cacique, fiz outras 4 viagens à TI Nonoai entre 2012 e 2014, nas quais pude expor o projeto e o tema de pesquisa para os velhos e suas famílias, além de obter os depoimentos que estão apresentados nesta tese.

Conforme já informado, o contato com os velhos Kaingang ocorreu geralmente após indicações de algum membro da sua família ou conhecidos. Entretanto, alguns nomes existentes em listas de frequência das escolas dos Postos Indígenas dos anos de 1948, 1950 e 1958, adquiridas durante a pesquisa documental no SEDOC/MI, também foram utilizados para o levantamento de possíveis entrevistados. Algumas pessoas cujos nomes constavam nestas listas foram encontradas, outras não moravam mais na área ou já haviam falecido. Além disso, por causa de motivos diversos, nem todas as pessoas

⁴⁴¹ Trata-se do Laboratório de História Indígena (LABHIN), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold, que desde 1999, desenvolve pesquisas etnohistóricas e educacionais com os Kaingang da TI Xaçecó.

contatadas concordaram em conceder entrevistas. Este aspecto deve ser ressaltado, pois é compreensível que muitos indígenas possuam ressalvas em manter um diálogo sobre suas vidas com um “estranho”, ainda que este seja bem intencionado.

Nestes casos, é preciso compreender que o pesquisador, pelo simples fato de não pertencer àquele grupo étnico e, principalmente, por ser pertencente ao grupo historicamente vinculado a adjetivos como opressor, usurpador de terras e exterminador de seus antepassados, pode sofrer restrições por parte de alguns sujeitos dentro das aldeias. Em certas circunstâncias, percebi também uma forte tendência, especialmente por parte dos mais velhos, de se sentirem ignorantes frente ao pesquisador.⁴⁴² Isto ocorre principalmente com as mulheres e com aqueles velhos pouco habituados a conceder entrevistas. Grande parte deles, por serem analfabetos, por estarem instalados em moradias humildes, dependentes de programas assistenciais do governo, entre outros motivos, são levados a pensar que não tem muito com o que colaborar com suas narrativas. Na maior parte dos casos, estes empecilhos só foram ultrapassados, quando procurei demonstrar a importância de suas memórias para a constituição da história de suas comunidades.

Entre as mulheres mais velhas, sobretudo as de Nonoai, um outro obstáculo se apresentou: a língua. Grande parte das anciãs procuradas nesta TI, afirmavam que falavam apenas o Kaingang ou dominavam poucas frases em português, o que dificultou a realização das entrevistas, pois, mesmo com a ajuda de tradutores Kaingang, tornou-se impossível contextualizar alguns momentos, ações e práticas indigenistas através de suas falas. Percebi que, muitas vezes, o fato de as anciãs não falarem em português, não significava que não o sabiam. Devido a lógicas internas da comunidade ou das famílias, é provável que muitas delas tenham se utilizado deste subterfúgio para não compartilhar com o “estranho” as informações que julgavam de interesse apenas dos membros da sua comunidade. É importante destacar que, na TI Xapecó, esta circunstância não ocorreu, sendo

⁴⁴² Sobre esse aspecto, Alessandro Portelli lembra que é bastante comum quando um pesquisador faz entrevistas com pessoas das classes populares (operários e camponeses pobres no seu caso), ser visto como pessoa investida de autoridade, exercendo um certo poder, status ou prestígio, no imaginário das pessoas que entrevista. Esta situação pode interferir seriamente no desenvolvimento de uma pesquisa (PORTELLI, 1997, p. 20).

possível contar também com a narrativa de algumas mulheres sobre o contexto pesquisado.

Durante os 4 anos de pesquisas nas duas Terras indígenas, tive a oportunidade de conversar ou realizar entrevistas com dezenas de anciões Kaingang. Algumas destas entrevistas, principalmente as realizadas na TI Xaçecó, foram feitas de forma conjunta, isto é, com a participação de alguns outros integrantes do LABHIN, que também são ou foram pesquisadores nesta área indígena. Ainda que possuíssem enfoques temáticos diversos, as entrevistas conjuntas foram muito produtivas, pois possibilitaram a formulação de questões sobre diversas práticas culturais Kaingang, tais como a produção de artesanato e atividades de lazer, entre outras, que forneceram subsídios explicativos para muitas das sociabilidades praticadas por estes indígenas, as quais, certamente teriam passado despercebidas por mim, caso enfatizasse exclusivamente questões relacionadas ao trabalho e à agricultura em tempos de SPI. As entrevistas conjuntas na TI Xaçecó também foram importantes para meu trabalho de campo em Nonoai, que ocorreu de forma individual, pois possibilitaram a ampliação de meu roteiro de perguntas. É, portanto, por esta última TI que começo a apresentação dos entrevistados.

Inicialmente, destaco o ancião e *kujá*⁴⁴³ Jorge Garcia, de 92 anos⁴⁴⁴, nascido na Aldeia Votouro/RS, de onde partiu ainda criança com sua família com destino ao Xaçecozinho (PI Xaçecó/SC). Durante sua adolescência, retornou para o Rio Grande do Sul, fixando-se em Nonoai, local onde vive desde então na aldeia Capão Alto. Este velho *kujá* Kaingang é uma das pessoas mais requisitadas e influentes dentro da comunidade de Nonoai, sendo constantemente solicitado pelas lideranças para tomar partido em decisões políticas que envolvem a comunidade. Sua prática xamânica e seus saberes da natureza (identifica-se e é identificado como “mestre do mato”) o tornaram um convidado frequente de encontros acadêmicos em diversas universidades, sobretudo naqueles em que existem cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas ou onde são promovidos encontros de pesquisadores da temática indígena. Dessa maneira, é uma pessoa bastante acostumada com microfones e gravadores.

⁴⁴³ Kujá, kujã ou kuiã são expressões utilizadas pelos Kaingang para identificar seus líderes espirituais (xamãs), também conhecidos como mestres da cultura ou mestres do mato.

⁴⁴⁴ Idade referente à época da entrevista: 01/05/2013.

Um outro ancião, entre os mais velhos entrevistados na TI Nonoai, é Nísio da Silva (também chamado de Nísio Loureiro), de 84 anos.⁴⁴⁵ Nascido e criado até os 10 anos de idade na localidade de Rio da Várzea, na época pertencente ao PI Nonoai, saiu com a família da mesma para instalar-se na aldeia Bananeiras, mais próxima da sede do Posto indígena. Nísio, que atualmente frequenta uma das várias igrejas evangélicas existentes na TI Nonoai, é um dos conselheiros mais respeitados desta comunidade, sobretudo por ter tomado parte no movimento organizado para a expulsão dos camponeses intrusos no final da década de 1970.

A religião evangélica é uma realidade presente entre grande parte da população indígena que vive em Nonoai. Um dos entrevistados, Mafaldo Oliveira, de 65 anos⁴⁴⁶, é atualmente pastor de uma dessas congregações. Mafaldo afirma que nasceu e criou-se desde pequeno na sede do Posto, mas, devido à “pouca idade”, recorda-se apenas dos anos finais da influência do SPI em Nonoai. Seu relato chama a atenção por ser uma destas pessoas que expressam, através de suas memórias, além da experiência pessoal, também os acontecimentos “vividos por tabela”, a partir do momento em que narra com detalhes minuciosos muitos eventos sucedidos com seus pais e demais parentes durante as atividades desenvolvidas para os chefes do Posto Indígena.

A experiência do deslocamento de outra área indígena para Nonoai aparece também na narrativa de Adelino Lopes, de 68 anos⁴⁴⁷, natural da Aldeia Serrinha, município de Alto Recreio/RS. Adelino, que reside atualmente na aldeia Capinzal, é irmão do atual cacique da TI Nonoai, José Lopes. Chegou no Posto Indígena em 1963, com 18 anos de idade. Nesta época, a política de arrendamentos de terra do SPI dentro do Posto já causava muitos problemas para os Kaingang, sendo os mesmos obrigados a tolerar as famílias camponesas que cada vez mais ocupavam a área indígena. Em sua narrativa apresenta como eram constituídas as relações entre os indígenas e os camponeses arrendatários e intrusos, destacando os inúmeros conflitos com os mesmos.

Algumas famílias de camponeses, no entanto, ao entrar na área indígena, acabavam estabelecendo boas relações com os Kaingang. Esta relação tornou comuns os casamentos interétnicos. É este o caso de

⁴⁴⁵ Idade referente à época da entrevista: 26/02/2014.

⁴⁴⁶ Idade referente à época da entrevista: 27/06/2014.

⁴⁴⁷ Idade referente à época da entrevista: 25/02/2014.

Valter Sampaio, de 73 anos⁴⁴⁸, natural de Rio dos Índios/RS, que também aos 18 anos se estabeleceu na área de Nonoai, onde sua família arrendava terras junto ao SPI. Segundo conta, sua família não tinha problema com os indígenas, pois “sabiam respeitar o índio”, estabelecendo uma relação de ajuda mútua. Esta relação tornou possível seu casamento com uma Kaingang, com a qual vive até os dias atuais na aldeia da Vila Alegre. Tornou-se, dessa maneira um “indiano”⁴⁴⁹ bastante respeitado entre os Kaingang, sobretudo por tomar parte nas mais diversas atividades dos indígenas, seja em momentos festivos, seja em momentos de reivindicações, como ocorreu no ano de 2003, ao acampar juntamente com outros Kaingang na área do Parque Florestal de Nonoai⁴⁵⁰, reivindicando o retorno desta área para os indígenas.

É importante lembrar que muitos laços matrimoniais entre indígenas e membros da sociedade regional já aconteciam desde antes da influência do SPI em Nonoai. De um destes relacionamentos nasceu João Severo, atualmente com 92 anos.⁴⁵¹ O pai de João Severo entrou solteiro na área indígena, provavelmente por volta da década de 1920, porém, o entrevistado não revelou sob quais circunstâncias se deu essa entrada. Na área, conheceu uma Kaingang com a qual veio a se casar. João Severo é filho desse casamento interétnico. Ao contrário de Valter Sampaio, que mesmo não tendo vínculos de sangue com os Kaingang se identifica com os mesmos e seu sistema de vida, João Severo, mesmo tendo vivido a maior parte de sua vida dentro do Posto Indígena, se refere aos Kaingang na terceira pessoa, principalmente quando fala sobre “o sistema deles”, os “costumes deles”, “a convivência deles”. É provável que João Severo tenha sido, de certa maneira, estigmatizado por alguns membros da comunidade indígena, pois, além de não ser considerado Kaingang “puro”, casou-se e constituiu família com uma “gringa”⁴⁵². Atualmente, João Severo mora na casa de um de seus filhos, na cidade de Nonoai, juntamente com sua esposa Corina.

⁴⁴⁸ Idade referente à época da entrevista: 01/05/2013.

⁴⁴⁹ A expressão “indiano” é utilizada para definir aquelas pessoas que não são indígenas, mas que ao estabelecerem matrimônio com alguém da comunidade indígena e passarem a morar nas aldeias, adquirem um status de “quase índio” ou “meio índio”. Ainda que tolerados, nem todos os “indianos” são bem vistos por algumas parcelas da comunidade que se consideram “índios puros”.

⁴⁵⁰ Informações a respeito do parque serão destacadas mais adiante.

⁴⁵¹ Idade referente à época da entrevista: 02/05/2013.

⁴⁵² “Gringa” ou “gringo” são expressões utilizadas frequentemente no meio regional pra se referir aos descendentes de italianos.

Por último, destaco para Nonoai, o depoimento de Antonio Eufrásio, 78 anos⁴⁵³ nascido e criado na sede do Posto Indígena Nonoai, onde vivenciou muito proximamente as orientações do SPI durante praticamente todo o período de sua influência nessa área. Traz vivas as lembranças sobre os trabalhos nas lavouras “comunitárias”, o rebanho de gado existente e as aulas na escola do Posto, além de punições impostas para alguns indígenas que contrariavam ou resistiam em obedecer as orientações das lideranças indígenas ou dos encarregados do SPI.

Para a TI Xaçecó, destaco inicialmente o depoimento de Emiliana Pinheiro, 92 anos⁴⁵⁴, considerada pelos Kaingang desta TI como um de seus “tronco velhos”, por ter nascido e vivido sempre nesta área e ter sido durante muito tempo uma das responsáveis pela organização das “festas de Santo”, principalmente das festas em homenagem ao monge João Maria, figura mística ainda bastante devotada pelos indígenas católicos desta TI. Residindo atualmente na aldeia Paiol de Barro, converteu-se à religião Adventista e hoje já não organiza mais as “festas de Santo”, mesmo assim, continua preparando os remédios do mato, com os quais trata sua família ou qualquer outra pessoa que precisar. Emociona-se ao falar sobre o passado de penúrias que vivenciou com sua família, quando “trabalhavam de dia para comer de noite”, durante a tarefa nas chamadas lavouras “comunitárias” do SPI.

As lavouras comunitárias, que faziam parte do projeto desenvolvimentista do SPI no interior dos Postos Indígenas, também representam tristes lembranças para Romalina Luís, 65 anos⁴⁵⁵, residente na aldeia Pinhalzinho. Ela também emociona-se ao recordar das dificuldades vividas por sua família nos momentos em que seu pai era convocado pra o trabalho nas lavouras comunitárias mais distantes da Sede do Posto. Nestas convocações, muitas vezes, ficava dias sem retornar para casa. Romalina destaca também alguns momentos de sociabilidades no interior do Posto, principalmente ao destacar as festas de comemoração ao dia do índio, promovidas pelas lideranças indígenas ou pelas chefias do Posto.

A obrigação da tarefa nas lavouras “comunitárias” é ressaltada por Ernesto Alípio, de 83 anos⁴⁵⁶, morador da aldeia Jacu (sede).

⁴⁵³ Idade referente à época da entrevista: 27/02/2014.

⁴⁵⁴ Idade referente à época da entrevista: 09/05/2012.

⁴⁵⁵ Idade referente à época da entrevista: 14/06/2013.

⁴⁵⁶ Idade referente à época da entrevista: 08/05/2012.

Nascido e criado nesta aldeia, Ernesto conviveu de perto com a estrutura administrativa do SPI, sendo constantemente convocado para as labutas do Posto, as quais, além do trabalho nas lavouras, incluíam a abertura de estradas (a machado e picareta, conforme reafirma insistentemente) no interior da área indígena. Ernesto relata ainda sua experiência como trabalhador na serraria construída pelo SPI na época de Nereu Costa, quando os arredores da aldeia sede ficaram “limpos” depois do corte das araucárias e outras madeiras de lei.

As serrarias instaladas no interior do Posto Indígena Xapecó deveriam ajudar a melhorar as condições de moradia dos indígenas, porém, pouquíssimas vezes isso ocorreu, conforme aponta o depoimento de Noé Rodrigues, 89 anos.⁴⁵⁷ Assim como Ernesto Alípio, Noé nasceu e criou-se desde pequeno na aldeia Jacu, tendo testemunhado todo o processo de instalação do Posto Indígena pelo SPI e também trabalhado na abertura de estradas e nas lavouras “comunitárias”. Faz questão de ressaltar, contudo, que nunca trabalhou na serraria do Posto, pois não aceitava a devastação dos pinheiros. Tendo convivido com diversos chefes que atuaram no Xapecozinho, Noé traça um interessante perfil sobre os mesmos, que destacarei mais adiante.

Um dos conselheiros mais respeitados no interior da Terra Indígena Xapecó, Miguel Alípio, de 80 anos⁴⁵⁸, irmão de Ernesto Alípio, traz na sua bagagem uma grande experiência de participação junto às lideranças indígenas da TI Xapecó, tendo sido inclusive cacique na década de 1980. Nesta oportunidade, revela ele, pôde conhecer praticamente todas as Terras Indígenas da região sul, além de participar de diversos “debates” com políticos em Brasília. Miguel se ressentiu do período do SPI, principalmente porque foi um período onde a autoridade do cacique era praticamente nula frente à presença dos chefes de Posto. Geralmente ficavam alheios à destinação dos recursos auferidos com a produção agrícola e madeireira do Posto. A renda indígena era

⁴⁵⁷ Idade referente à época da entrevista: 09/05/2012.

⁴⁵⁸ Fiz duas entrevistas com Miguel Alípio, sendo a primeira em 08/08/2012, em companhia dos colegas e pesquisadores do LABHIN Luana Mayra da Silva e Rafael Benassi e a segunda em 31/08/2012 juntamente com a pesquisadora Carina Santos de Almeida. Há uma incompatibilidade relacionada à idade de Miguel Alípio, pois na primeira entrevista, ele diz ter 64 anos, porém, afirma ter nascido em 29 de setembro de 1933. Já na segunda entrevista, não revela a idade, mas reafirma ter nascido na data apresentada na primeira entrevista. Tomando como base a data do seu nascimento o mesmo teria, à época da entrevista, 80 anos de idade, a qual tomaremos como referência.

controlada pelos chefes e, segundo conta, pouca coisa era investida para melhorar situação dos índios, a qual só piorava conforme ia aumentando a presença de “brancos” intrusos dentro da área indígena.

Por fim, destaco o depoimento de Albérico Paliano, 61 anos⁴⁵⁹, nascido no Posto Indígena Mangueirinha/PR em 1951. A narrativa de Albérico é paradigmática por retratar a relação entre brancos e índios nos anos finais do SPI no PI Xapecó. Albérico mudou-se com a mãe para este Posto em 1954, onde viveu até os 27 anos, quando retornou para Mangueirinha. Revela que durante toda sua infância e adolescência, trabalhou para os “brancos” dentro do próprio Posto Indígena, fato que ocorria com muitos outros indígenas, os quais, em momentos de necessidade, viam-se obrigados a buscar emprego como diaristas nas roças dos camponeses arrendatários ou posseiros. Obrigação esta considerada necessária para sua sobrevivência, mas extremamente humilhante.

Após esta apresentação dos velhos Kaingang que colaboraram fornecendo seus depoimentos para esta pesquisa, busco, na sequência, apresentar a forma com que esses indivíduos se envolveram ou foram envolvidos pelas políticas indigenistas do SPI. Articulando suas memórias com as fontes documentais produzidas pelo órgão indigenista federal e outras instituições, pretendi construir um panorama sobre as vivências destes indígenas no período entre 1941 e 1967, analisando, sobretudo, as formas como ocorriam as sociabilidades, o desenvolvimento dos trabalhos nas comunidades, sua participação nas ações promovidas pelos chefes de Posto, seu envolvimento com a sociedade regional, entre outros aspectos de suas vidas.

3.3. Sociabilidades e relações de trabalho em tempos de SPI

Em meados da década de 1940, passadas as dificuldades iniciais relacionadas à precária infraestrutura destinada a comportar os setores administrativos dos Postos Indígenas Nonoai e Xapecó, a atuação dos agentes indigenistas Francisco Vieira e Francisco Siqueira Fortes (Chico Fortes) já se encontrava consolidada. Todavia, suas condutas parecem transcorrer de maneiras distintas, pois, enquanto nos Boletins Internos do SPI encontram-se inúmeras informações sobre os profícuos trabalhos

⁴⁵⁹ Idade referente à época da entrevista: 30/08/2012.

desenvolvidos pelos indígenas de Nonoai na agricultura e na pecuária, bem como detalhes sobre sua boa situação sanitária e educacional, sobre o segundo, pesam denúncias de negligência para com o Posto Indígena.

De acordo com o encarregado interino do PI Xaçecó em 1947, Avelino Gonçalves de Araújo (auxiliar de ensino), por causa do desleixo de Fortes para com aquele PI, o mesmo encontrava-se completamente desorganizado e sem controle de receita e despesas.⁴⁶⁰ Segundo este, os indígenas pouco se aproveitavam da estrutura montada para sua assistência, pois não estavam produzindo praticamente nada nas lavouras do Posto, o que comprometia a cadeia produtiva do mesmo, principalmente nas atividades relacionadas à criação de suínos e bovinos. Corria à “boca pequena” entre os membros da IR7, que Chico Fortes “plantava trigo e colhia samambaia nas lavouras do Posto.”⁴⁶¹

Paradoxalmente, se o aparente descaso de Fortes com o trabalho e a produção agropecuária era execrado veementemente pela direção e inspetorias do SPI, o período em que este encarregado atuou no Posto Indígena Xaçecó é lembrado pela maioria dos velhos Kaingang entrevistados como uma época de maior liberdade para os indígenas, onde o controle de suas atividades não era tão rigoroso, como ocorreria em épocas posteriores. Esta postura do encarregado, tomada por desleixo por Avelino Gonçalves, tornava a vida dos indígenas de certa forma mais livre, com espaço para o exercício de outras atividades, como o cultivo de produtos agrícolas que mais apreciavam. Assim, espécies como milho cateto, amendoim, abóboras e diversas variedades de feijão, ainda eram cultivados para seu próprio consumo, reservando-se uma parcela para o comércio com a população regional.

Embora pesasse sobre Chico Fortes algumas denúncias sobre certas arbitrariedades contra os indígenas⁴⁶², sua atuação é lembrada

⁴⁶⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado pelo encarregado interino do PI Xaçecó Avelino Gonçalves Araújo ao Inspetor da IR7 Lourival Mota Cabral.** PI Xaçecó, 29 de outubro de 1947. Microfilme 064. Fotogramas 0177-0178. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁶¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado por Francisco Siqueira Fortes ao Diretor do SPI Deocleciano de Souza Nenê.** 11 de Março de 1948. Microfilme 064. Fotograma 0232. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁶² O encarregado é acusado de proceder com a prisão de indígenas e proibir atividades de lazer, como as carreiras citadas no capítulo anterior. Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório da inspeção parcial procedida por João Evangelista Tavares Júnior nos Postos Indígenas da**

principalmente por seus aspectos positivos pelos velhos Kaingang. Ernesto Alípio, por exemplo, apresenta em seu depoimento indícios de um caráter fortemente paternalista deste encarregado para com os indígenas, sobretudo naqueles momentos de maior precariedade alimentar no Posto. Estes indícios ficam claros quando Ernesto reitera que Chico Fortes: “era como nosso pai..., se precisava de alguma coisa às vezes ele não tinha dinheiro, não tinha o que dar pro índio né, tinha o escritório dele, a bodega e dizia: ‘aí ó... podem servirem!’ Fiquemo grato..., ele fazia assim pra nós.”⁴⁶³ Alguns indícios desta relação paternalista são evidenciados também através do depoimento de Noé Rodrigues, o qual, ao discorrer sobre as ações de Fortes no Posto Indígena, interpreta sua atuação da seguinte maneira:

Pois olha, aquele era meu padrinho. Quando ele entrou aqui, logo que ele entrou ele me batizou no padre. No tempo que não tinha igreja, faziam batizado nas casa. Então, ele, ele me batizou eu tava com 5 dia.[...] Aquele tratava bem os índio. Não é que nem agora, hoje em dia os cacique querem mandar mais que o chefe do posto. Naquele tempo não, naquele tempo o cacique sempre era um grau abaixo do chefe de posto.⁴⁶⁴

Sétima Inspeção Regional. Rio de Janeiro: 30 de maio de 1947. Microfilme 379. Fotograma 02445 a 02455. pp. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁶³ ALÍPIO, Ernesto. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Jacu-TI Xapecó. 08 de Maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁶⁴ RODRIGUES, Noé. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann e Luana Mayra da Silva.** Aldeia Jacu-TI Xapecó. 09 de Maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC. Mais uma vez deve-se atentar para a incompatibilidade temporal na idade do narrador, pois se Chico Fortes teria batizado Noé em 1941, momento de sua inserção no Posto Indígena Xapecó, este já teria 16 anos e não 5 dias como indica em seu relato. Se levar-se em consideração os pressupostos de Michael Pollack sobre os acontecimentos “vividos por tabela”, é perfeitamente possível que Noé, por meio da socialização histórica com outros membros de sua comunidade, tenha extrapolado essa relação espaço-temporal, projetando e identificando um fato comum na época (os encarregados eram frequentemente convidados para serem padrinhos de crianças indígenas) com sua própria trajetória de vida. Neste caso, conforme Pollack, tratar-se-ia de um dos “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível saber se ela participou ou não” (POLLACK, 1992, p. 202).

O depoimento de Noé Rodrigues sobre a autoridade dos encarregados é corroborado pela narrativa de Miguel Alípio, quando o mesmo afirma que: “aquela época que eu entrei aqui não existia cacique. Não existia... era só chefe de posto, ele mandava e desmandava, né.”⁴⁶⁵ Ambos apresentam uma importante indicação sobre o papel exercido pelas suas lideranças indígenas na época frente à autoridade dos agentes do SPI. Geralmente, as lideranças encontravam-se submissas ao comando do encarregado do PI, exercendo um papel meramente figurativo no exercício do poder interno. A própria representatividade do termo “cacique” foi de certa forma transfigurada a partir das “patentes militares” firmadas desde o século XIX e que acabaram se perpetuando entre os Kaingang ao longo do século XX. As fontes documentais apresentam denominações como Coronéis, Capitães, Majores, Cabos e Soldados como a representação das lideranças Kaingang na década de 1940. Estes, ainda que exercessem alguma influência entre os indígenas, estavam diretamente subordinados ao poder do encarregado do Posto.⁴⁶⁶

Apesar deste controle sobre as lideranças indígenas, Emiliana Pinheiro destaca que na época de Chico Fortes havia maior liberdade de ação para os indígenas, o que contribuía, de certa maneira, para uma

⁴⁶⁵ ALÍPIO, Miguel. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann, Rafael Benassi e Luana Mayra da Silva.** Aldeia Jacu-TI Xapecó/SC. 08 de Agosto de 2012. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁶⁶ Esta hierarquia é melhor detalhada na documentação referente ao PI Nonoai, onde há relatos sobre a existência de um “*Conselho de Índios*”, responsável pelas decisões relativas aos trabalhos no Posto, discutidas em reuniões mediadas pelo “Coronel”. Em muitos relatórios são apresentados informes sobre as reuniões desse conselho, sendo possível perceber, em muitos deles, o papel submisso do Coronel ao órgão indigenista, por conta de suas insistentes convocações para que os indígenas prestassem dias de trabalho ao Posto, momentos em que o mesmo atuava como fiscal do encarregado. Esta atitude motivou constantes divergências internas, sendo a atuação do Coronel motivo de diversos atritos com o restante dos membros do Conselho. Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal PI Nonoai.** 7 de outubro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0645 a 650. SEDOC/Museu do Índio-RJ; BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal PI Nonoai.** 01 de novembro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0663 a 0667. SEDOC/Museu do Índio-RJ; BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal PI Nonoai.** 01 de fevereiro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0768 a 0778. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

sensação de bem estar entre os mesmos, quando comparado com os períodos posteriores:

...o Chico deixava nós em liberdade, como o índio é, liberto, né. Nós vivia de caça, roçado e caça... e o nosso doce era de mel de abelha; mel de abelha. Tinha bastante, pois era mato né, tinha bastante, tinha mirim, tinha irapuá, tinha manduri, tinha outras...⁴⁶⁷

Esta mesma característica é destacada por Miguel Alípio, quando este afirma que “a época do Chico Fortes [...] foi uma época boa, uma época que todo mundo trabalhava tranquilo.”⁴⁶⁸ É notável que a liberdade expressa nas falas de Emiliana e Miguel encontra-se estreitamente vinculada à possibilidade de conciliar hábitos antigos de produção e consumo de alimentos com as iniciativas introduzidas pelo SPI.

Ao contrário do que indica a citada denúncia de Avelino Araújo, foi fácil identificar por meio das fontes documentais que, no período em que Francisco Fortes dirigiu o PI Xaçecó (entre 1942 e 1948), houve um grande incentivo para as práticas agrícolas e para a criação de animais domésticos pelos indígenas, principalmente suínos. O fato de fornecer os recursos necessários para a produção nos roçados, o desenvolvimento de pequenas indústrias, como um moinho para produzir farinha e engenho para produção de erva mate, além de dar maior autonomia para os indígenas organizarem os trabalhos, fez aumentar a estima de Francisco Fortes entre os Kaingang, o que naturalmente contribui para que esta época seja lembrada pelos *kofá* como uma época de fartura, quando viviam melhor e “mais livres”.

Não se pode esquecer, contudo, que Francisco Fortes, ainda que demonstrasse certo respeito a alguns aspectos da organização social e cultural dos Kaingang, obedecia a uma perspectiva produtivista já bastante característica do SPI naquela conjuntura. Devido a esta perspectiva, este encarregado promoveu a intensificação dos arrendamentos de lotes dentro do Posto Indígena para camponeses da região, estabelecendo vínculos que teriam consequências problemáticas

⁴⁶⁷ PINHEIRO, Emiliana. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann e Carina Santos de Almeida.** Aldeia Paiol de Barro-TI Xaçecó/SC. 09 de Maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁶⁸ ALÍPIO, Miguel. Op. cit., 2012.

para os Kaingang no futuro. Conforme indicam inúmeros recibos de pagamento, foram comuns os arrendamentos de “capoeiras” no interior do Posto Indígena, assim como a contratação de regionais para auxílio na construção de benfeitorias (paióis, barbaquás, mangueiras e cercas). Estas ações, com caráter claramente integracionista, deixam explícita a concepção de que o desenvolvimento de uma agricultura nos padrões regionais, só poderia ser feita com o auxílio dos próprios regionais. João Pacheco de Oliveira credits esta característica a uma estratégia política daquele momento de reestruturação do órgão indigenista, quando se pretendeu demonstrar à população que circunvizinhava os Postos Indígenas, a utilidade do SPI para o próprio desenvolvimento regional.⁴⁶⁹

No tocante ao Posto Indígena Nonoai, as relações estabelecidas com o SPI, conforme já especificado anteriormente, pouco se modificaram em seus anos iniciais, pois já havia uma experiência de tutela em nível de estado. Conquanto desde o início do século XX houvesse uma proposta de dinamizar a produção agrícola dentro das áreas indígenas, a mesma nunca atingiu os resultados esperados pelo governo estadual. O Serviço de Proteção Fraternal não parece ter deixado como herança nenhum tipo de inovação relacionada às práticas agrícolas dos Kaingang, pois, de acordo com as narrativas, a situação do Posto era bastante precária e a coivara predominava como técnica de cultivo. João Severo, ao ser inquirido sobre as formas de subsistência dos Kaingang antes da instalação do Posto Indígena em Nonoai, revela que:

O sistema deles era roçar capoeira, roçar mato, roçar capoeira, plantar. Roça deles não tinha lavrado nada. O índio não conhecia boi, não conhecia nada. E arado essas coisas eles não conheciam. Eles conheciam a foice e o machado. O sistema deles era este. Então, eles viviam mais de caça, de pesca, de abelha, fruta, caça, a convivência deles era esta, né. O sistema deles era este.⁴⁷⁰

⁴⁶⁹ OLIVEIRA, 1999, pp. 31-32.

⁴⁷⁰ SEVERO, João. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. Bairro Aneloque-Nonoai/RS. 02 de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

Assim como João Severo, os demais velhos entrevistados em Nonoai definem a atuação do SPI como uma ruptura com as atividades de subsistência “dos antigos”, principalmente com relação às práticas agrícolas e seus correspondentes. O SPI foi responsável por sistematizar a produção agrícola ao implantar modalidades produtivas com finalidades comerciais, mormente através das “lavouras comunitárias”. Produtos sempre cultivados em roçados familiares, como feijão, milho e mandioca, passaram a ser produzidos em maior escala, com o emprego de mão de obra indígena de forma compulsória e fiscalização do próprio encarregado, juntamente com funcionários e auxiliares contratados. Para Valter Sampaio, a principal transformação promovida pelo SPI em Nonoai está relacionada com a intensificação do trabalho agrícola e a diversificação da produção, pois os encarregados “faziam os índio fazer roça pra eles. Fazer 10, 15, 20 alqueires de roça... plantar milho, plantar feijão, plantar trigo.”⁴⁷¹

Os detalhes relativos aos trabalhos dos Kaingang eram constantemente apresentados por Francisco Vieira em seus relatórios mensais. Em sua maioria, os relatórios apresentam somente aspectos positivos relacionados à diversificação da produção agrícola e ao gosto dos indígenas pelo trabalho. No mês de outubro de 1945, por exemplo, ao informar sobre o andamento dos trabalhos dos indígenas no Posto Nonoai, o encarregado indica que o total de roças preparadas pelos Kaingang alcançava 260 hectares, nos quais eram cultivados produtos como milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e batata doce, estando outros 200 hectares sendo preparados para novos cultivos.⁴⁷² Tais produtos seriam destinados à alimentação dos próprios indígenas, para a escola e enfermaria do Posto e o restante comercializado, tendo a renda revertida em melhorias para o Posto.

Ao questionar os entrevistados sobre essas “lavouras comunitárias”, a maior parte deles concorda que este era um sistema onde os indígenas seriam obrigados a trabalhar alguns dias da semana para o Posto, caso contrário, era estabelecido algum tipo de punição ou certas restrições por parte dos chefes de Posto ou pelas lideranças da própria comunidade. Jorge Garcia, ao ser indagado se Francisco Vieira

⁴⁷¹ SAMPAIO, Valter. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. Aldeia Vila Alegre-TI Nonoai/RS. 1º de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁷² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal PI Nonoai**. 01 de outubro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0906, p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

obrigava os indígenas a trabalharem nas “lavouras comunitárias”, afirma que:

Obrigado sim, porque ele dizia “Vamos fazer uma roça pra enfermaria”, né. Então ele botava tudo os índio trabaiaá, cada um dois dia, um dia, dois dia. E era bastante índio, então eles faziam as roças de mato. Era mato...capoeira não existia, né. Então era obrigado o índio a...nós tinha que ir, roçar.⁴⁷³

Geralmente, a prestação coletiva de serviços ao Posto Indígena ocorria em paralelo com outras atividades de cunho familiar, como a produção de pequenas roças de milho e mandioca, criação de suínos e produção de artesanato. Há relatos, no entanto, que apontam para a prática de trabalho compulsório e exclusivo dos indígenas nas “lavouras comunitárias”, na abertura de estradas, nas roçadas de capoeiras e demais atividades de limpeza do Posto, restando muito pouco tempo para produzirem em seus próprios roçados. Esta modalidade de trabalho compulsório é identificada pelos Kaingang a partir da expressão: sistema do *Panelão* ou, simplesmente, *Panelão*.

3.3.1. O sistema do Panelão em Nonoai e Xaçepó

É necessário inicialmente lembrar que o sistema de trabalho denominado *Panelão* pelos Kaingang dos Postos Indígenas Nonoai e Xaçepó não ocorreu exclusivamente nestas duas áreas indígenas. Outros autores já descreveram a presença deste sistema na região Sul através de registros da memória de velhos Kaingang. A antropóloga Juracilda Veiga identificou a presença do *Panelão* entre os Kaingang do PI Inhacorá/RS, afirmando que com o desenvolvimento deste sistema de trabalho pelo SPI, os índios de Inhacorá deixavam de ter o direito de trabalhar em suas roças, sendo obrigados a trabalhar nas lavouras do Posto “a troca de comida: os homens para um lado, e as mulheres para outro. A origem do nome se deve ao fato de a comida ser feita em uma cantina, em grandes painéis.”⁴⁷⁴ Conforme indica a mesma

⁴⁷³ GARCIA, Jorge. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. Aldeia Capão Alto-TI Nonoai/RS. 1º de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁷⁴ VEIGA, Juracilda. **O processo de privatização da posse da terra indígena**. 2006. p. 5. Disponível em:

pesquisadora, os Postos Indígenas do Rio Grande do Sul foram os que mais se utilizaram desse sistema, sendo que, em alguns deles, foi utilizado com bastante rigor por parte do órgão indigenista:

Na aldeia Kaingang de Inhacorá (RS) os mais velhos relatam que um dos índios, vestido com farda do exército e sobre um jipe camuflado, vigiava os trabalhadores indígenas, armado de espingarda. Plantavam principalmente trigo, que era semeado e colhido a mão, mas também milho e feijão. Tinham hora para começar o trabalho e hora para acabar. E, na hora do almoço, tinham que entrar numa fila para ganhar uma porção de comida à base de feijão e farinha. Carne era servida uma vez na semana, em quantidade insuficiente.⁴⁷⁵

Através de suas pesquisas com os Kaingang de Rio da Várzea (RS) e Palmas (PR), Fernandes colheu depoimentos etnográficos contundentes sobre a existência deste sistema em Postos Indígenas do Rio Grande do Sul, sobretudo nas áreas dos Postos Indígenas Ligeiro e Cacique Doble, onde os agentes do SPI impuseram severos limites às formas de produção e socialização Kaingang, ao obrigá-los a trabalhar para o Posto e impedi-los de ter suas próprias plantações.⁴⁷⁶

É importante destacar que, não há, pelo menos nas fontes documentais produzidas pelo SPI e analisadas para esta pesquisa, referências ao termo *Panelão*. Esta forma de aproveitamento da mão de obra indígena aparece expressa na documentação sob diversas designações, sendo as mais comuns: “diárias”, “tarefas coletivas”, “trabalhos do Posto” e “cooperação”. Os relatórios dos encarregados tendem a apresentar este tipo de trabalho sempre de maneira positiva, como uma forma de instrução prestada pelo SPI aos índios, através do

http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf. Acesso em: 10/02/2013.

⁴⁷⁵ Ibid.

⁴⁷⁶ O pesquisador apresenta o depoimento de um velho Kaingang da TI Ligeiro, o qual demonstra bem essa relação de trabalho: “Trabalhei 18 anos para o Posto no tempo do SPI. Roçava, semeava, trabalhava uma semana para ganhar um pedacinho de carne. Não podia plantar para si... Naquele tempo não plantava, era só feijão e farinha. 200 sacos de trigo eu plantei só na enxada.” FERNANDES, 2003, pp. 187.

qual os mesmos eram orientados nas mais diversas atividades produtivas, principalmente “na lavoura e outros misteres, a fim de que ocupem aí seu tempo, tirando o necessário para sua subsistência, evitando assim que saiam a perambular e beber.”⁴⁷⁷ Dessa forma, o *Panelão*, além de corresponder a uma modalidade produtiva, correspondia também a um aparelho disciplinar, pois, ao concentrar os esforços na produção, tiravam o máximo de vantagem dos mesmos, neutralizando ações consideradas inconvenientes.⁴⁷⁸

Esta relação fica bastante clara nos depoimentos dos entrevistados, tanto para as relações de trabalho do PI Nonoai quanto para o PI Xaçecó. Em quase todas as entrevistas, o sistema do *Panelão* se encontra presente na memória dos velhos Kaingang, sendo o mesmo representado como uma espécie de dispositivo normatizador, no qual os indígenas tinham hora marcada para começar a trabalhar, para comer, para descansar e para sair do trabalho, conforme indica o Kaingang Antônio Eufrásio: “é café é café, é almoço é almoço né. Tudo os pessoal da vila (aldeia), tudo eles vem comer ali, mas depois vão tudo pra lavoura. Não dava pra ir atrás de comprar alguma coisa pra família lá fora, ninguém saía.”⁴⁷⁹

Este controle do tempo e do espaço em caráter quase industrial, pode ser compreendido como uma forma de controle disciplinar, pois seu objetivo era constituir um tempo integralmente útil.⁴⁸⁰ Os dias de trabalho dos indígenas, ou “diárias”, eram estipulados de acordo com o tamanho das áreas de lavoura a cultivar, matas para roçar ou estradas para abrir, variando de dois a 6 dias de trabalho semanais. Nísio da Silva comenta que seu pai era constantemente convocado para estes trabalhos no PI Nonoai, revelando que, nesta época, “ele ia e ficava uma semana, trabalha três, quatro sábado e sexta de tarde ele vinha pra casa. Domingo às oito horas voltava de novo.”⁴⁸¹

O responsável por estas normatizações era o encarregado do Posto, que procedia ainda com a divisão das “turmas”, que eram

⁴⁷⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Anual PI Nonoai**. 20 de Novembro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0934 a 0945, p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁷⁸ FOUCAULT, 1987, p. 122.

⁴⁷⁹ EUFRÁSIO, Antônio. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. Aldeia Sede/TI Nonoai/RS. 27 de Fevereiro de 2014. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁸⁰ FOUCAULT, 1987, p. 128.

⁴⁸¹ SILVA, Nísio. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. Aldeia Bananeira/TI Nonoai/RS. 26 de Fevereiro de 2014. Acervo LABHIN/UFSC.

encaminhadas para os diversos locais onde se necessitava carpinas, roçadas ou colheita dos produtos cultivados. De acordo com João Severo, as “turmas” variavam entre 30, 40 ou 50 pessoas, dependendo do tipo de serviço e tamanho da área a ser trabalhada.⁴⁸² Essas “turmas” eram geralmente fiscalizadas pelo encarregado e, quando este não dava conta de atender a todas as atividades, eram as próprias lideranças indígenas que orientavam e vigiavam os trabalhos. Esta vigilância era estabelecida para garantir a qualidade do tempo empregado, o que significava, se pensarmos sob a ótica de Michel Foucault, elaborar dispositivos que remetem ao “controle ininterrupto, pressão dos fiscais e anulação de tudo o que possa perturbar e distrair.”⁴⁸³ A imagem ilustrada a seguir é representativa do trabalho coletivo realizado nas lavouras do Posto Indígena Nonoai na década de 1940.

Figura 12: “Turma” de índios preparando lavoura no PI Nonoai.



Fonte: BRASIL.SPI. **Índios trabalhando na lavoura.** PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 11,5 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁸² SEVERO, Op. cit., 2014.

⁴⁸³ FOUCAULT, 1987, p. 128.

O número de pessoas envolvidas nos trabalhos dos Postos podia variar bastante de acordo com o tipo de trabalho desempenhado e a urgência do serviço. Alguns relatos dão conta da existência de “turmas” de 100 até 150 pessoas trabalhando na carpina, roçadas, cultivo ou colheita de lavouras. Se considerarmos estes números e relacionarmos os mesmos com os dados estatísticos do Posto Nonoai, que apresenta uma população de 603 pessoas em 1947, sendo 184 homens, 179 mulheres e 240 crianças, teríamos quase a totalidade dos homens Kaingang envolvidos nos trabalhos coletivos deste Posto Indígena.⁴⁸⁴

Conforme indicam alguns entrevistados, o sistema do *Panelão* podia ser estabelecido em mais de um lugar dentro dos PI Nonoai e Xapecó, ao contrário do que ocorria nos Postos Indígenas Ligeiro, Cacique Doble e Inhacorá, onde, de acordo com Fernandes e Veiga, o alimento servido aos trabalhadores indígenas era preparado nas cantinas estabelecidas na aldeia Sede destes Postos.⁴⁸⁵ O fato de Nonoai e Xapecó possuírem áreas muito maiores e um maior número de indígenas em cada uma delas, pode explicar, em parte, o motivo da existência de um sistema itinerante do *Panelão* nestes Postos. De acordo com o Kaingang Adelino Lopes, que afirma ter presenciado o *Panelão* do Posto Ligeiro, o sistema de Nonoai funcionava de forma diferente:

...aqui eles não fizeram o panelão num lugar só, eles botavam os panelão num lugar quando era pra fazer as roça. Daí naquela época as roças que os índios iam cortar, vamos dizer que era em tal lugar, o acampamento vai ser em tal lugar assim, então cada pessoa ia chegando pra começar a lavoura no outro dia, né. Daí eu sei que se era roça de mato, daí a metade levavam foice, a metade levavam machado, porque daí eles botavam a metade do povo a roçar embaixo do mato, daí

⁴⁸⁴ Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 62 PI Nonoai**. 1º de Fevereiro de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1111. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁸⁵ Os Kaingang de Cacique Doble e Ligeiro entrevistados por Fernandes afirmam que foi o sistema do *Panelão* que os obrigou a morar em apenas uma aldeia, onde além de ter que trabalhar nas lavouras do Posto, eram impedidos de cultivar suas próprias roças. Veiga, por sua vez, revela no PI Inhacorá, aquele que se negasse a fazer os trabalhos do *Panelão* era preso na cadeia do Posto e apanhava. FERNANDES, 2003, p. 188; VEIGA, 2006, p. 5.

depois a metade ia derrubando os pau já, pra levar pronta a roça, né.⁴⁸⁶

Valter Sampaio corrobora com a informação de Lopes ao explicar como funcionava a logística dos trabalhos no *Panelão* em Nonoai: “...eles pegavam 7 ou 8 panelão, e daí levava no mato [...] nós comia ali o que eles davam e aí ia trabalhando [...] um dia trabalhando meio sem comer, outro dia comia e daquele jeito nós ia, né.”⁴⁸⁷ Quando se tratavam de lavouras mais extensas, como as de trigo e milho, as lideranças indígenas eram orientadas no sentido de reunir um número maior de trabalhadores, que eram escalados nas diversas aldeias existentes nos Postos. Mafaldo Oliveira declara que em Nonoai, frequentemente, os encarregados reuniam os Kaingang das aldeias Bananeira, Pinhalzinho, Porongos, Sede e outras, para fazerem lavouras de 10, 15 ou 20 alqueires. Nestes momentos, segundo seu relato, “eles levavam aqueles panelão pra cozinhar pros índio né. Nós morava aqui ó, pra lá da vila (aldeia Sede) e dali ia plantar pro chefe de Posto pra lá dos Porungo. Bem na divisa lá da reserva [...] O nosso lucro era só um porco gordo que ele levava pra nós. Aquilo era um luxo também.”⁴⁸⁸ Como se percebe nos dois relatos, a alimentação fornecida pelo Posto nem sempre era suficiente para todos, baseando-se, em muitos casos, apenas de feijão e quirera (milho socado), às vezes complementados com carne, geralmente de porco.⁴⁸⁹

No Posto Indígena Xapecó, a prática do *Panelão* existiu desde os tempos do encarregado Chico Fortes, que utilizava a mão de obra indígena coletiva para os mais diversos afazeres do Posto. Entretanto, a memória Kaingang demonstra que o período de maior investimento em lavouras e, portanto, de intensificação do sistema do *Panelão*, corresponde ao período em que o chefe deste Posto Indígena era Nereu Costa, ou seja, a partir da década de 1950. Conforme explica Dinarte Belino, Nereu Costa foi o responsável pelo aumento da área cultivada no Posto, o que exigiu o emprego de maior quantidade de mão de obra

⁴⁸⁶ LOPES, Adelino. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. 25 de Fevereiro de 2014. Aldeia Capinzal-TI Nonoai/RS. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁸⁷ SAMPAIO, Op. cit., 2013.

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, Mafaldo. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. 27 de Fevereiro de 2014. Aldeia Sede-TI Nonoai/RS. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁸⁹ PINHEIRO, Op. cit., 2012.

indígena, pois, “plantava bastante o seu Nereu. Foi o Chefe que plantou mais aqui, foi o seu Nereu. É. Nem o Chico Fortes não igualou ele.”⁴⁹⁰

Nereu Costa também estabelecia o sistema de trabalho organizado em “turmas” e seguia estratégias de convencimento próprias para que os indígenas atendessem as solicitações das “diárias”, conforme revela Ernesto Alípio: “...tinha vez que nós era 30, 40 trabalhando pro Posto. [...] Plantava milho, feijão, daí ele mandava nós vim ali e diz... ‘óí, esse milho e feijão que vocês plantaram pra mim, esse eu como algum grãozinho e o resto eu vou vender pra...’ daí ele mostrava na roupa dele, ‘...pra comprar esse pra vocês.’”⁴⁹¹ Miguel Alípio concorda com o irmão, afirmando que no tempo de Nereu Costa, os Kaingang “...faziam lavoura grande, derrubavam as mata, ajudavam a roçar, [...] mas o índio não ganhava nada, só trabalhava... às vezes ele dava lá um pouquinho duma comidinha, roupa lá e pronto, acabou a história.”⁴⁹²

Distribuição de roupas e uniformes escolares, remédios para as enfermarias, compra de maquinários agrícolas e automóveis para os Postos, fornecimento de merenda escolar, assim como construção de casas para os indígenas, eram as principais estratégias de convencimento utilizadas pelos Chefes de Posto para estimular os trabalhos coletivos, ora na formação de lavouras, ora na abertura de estradas ou roçadas. Qualquer prática de assistência gratuita, no entanto, era veementemente condenada pela direção do SPI, principalmente quando se tratava de distribuir roupas e alimentos aos indígenas que não estivessem doentes ou não fossem crianças, idosos ou inválidos, sendo considerado esse procedimento extremamente inconveniente, pois, conforme orientava uma circular de 1941, agindo dessa forma, o chefe do Posto compromete seu trabalho, pois através da assistência gratuita: “o índio perde a atividade, e não adquire a noção, normal e indispensável do trabalho e do comércio, incorpora-se à sociedade brasileira com a mentalidade de parasita e mendigo, como se vê frequentemente.”⁴⁹³

De modo geral, duas situações decorrentes do sistema do *Panelão* causavam grande indignação entre os Kaingang, tanto no PI Nonoai

⁴⁹⁰ BELINO, Dinarte. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. 23 de Abril de 2014. Aldeia Jacu-TI Xaçepó/SC. Acervo LABHIN/UFSC.

⁴⁹¹ ALÍPIO, Ernesto. Op. cit., 2012.

⁴⁹² ALÍPIO, Miguel. Op. cit., 2012.

⁴⁹³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Circular nº 19 – s/2. Instruções sobre alimento e roupa**. Rio de Janeiro: 13 de Janeiro de 1941. Microfilme 390. Fotograma 0108. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

quanto no PI Xapecó. Por um lado, a obrigatoriedade de trabalhar nas lavouras comunitárias dos dois Postos deixava pouco tempo para os indígenas cultivarem suas próprias roças.⁴⁹⁴ Por outro, causava desconfiança a não repartição dos lucros auferidos com a colheita das lavouras dos Postos. Sobre este pormenor, os entrevistados são praticamente unânimes em afirmar que, além de receberem apenas a alimentação (às vezes escassa), muitas famílias continuavam morando nos casebres de madeira lascada com cobertura de palha, contradizendo muitos relatórios escritos pelos encarregados, nos quais os mesmos afirmavam trabalhar ativamente na melhoria das moradias dos indígenas.

Em alguns casos, esta obrigatoriedade dos serviços através do *Panelão* e a falta de pagamento pelos trabalhos prestados, estimulava entre os indígenas algumas práticas para burlar a ordem estabelecida. Apesar da vigilância constante por parte dos encarregados e seus auxiliares, muitas vezes os Kaingang encontravam formas de se favorecerem de alguma forma com as colheitas das lavouras do Posto. Valter Sampaio revela uma destas táticas, proposta por um companheiro durante uma colheita de feijão no Posto Indígena Nonoai:

... tinha um índio véio aí, e daí nós fizemos uma roça lá no sertão, pra plantar feijão, e daí o índio véio disse pra nós, diz: “olha, isso aqui vai ser tudo pro Posto, esse produto... mas vamos fazer assim, eu vou arriscar, por vocês e por nós.” Diz: “vamos malhar esse feijão aqui e vamos abrir uma estrada pelo mato aqui e vamos levar lá na bodega. Cada um de vocês leva uma bolsa.” Pra pegar um dinheirinho pra comprar comida, pra família, né. Foi o que nós fizemos. Fizemos uma picada no mato, daí saímos naquele asfalto (estrada) lá em cima, que tem na Bananeira, daí nós malhava o feijão lá mesmo e de lá nós ia pra bodega vender o feijão.⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ Nenhum dos entrevistados afirma haver uma proibição para o cultivo de roças particulares, conforme ocorria nos PI Cacique Doble e Ligeiro, destacados por Fernandes, contudo, todos revelaram que sobrava pouco tempo para cuidar das mesmas. Os relatórios analisados indicam que havia inclusive estímulo dos encarregados para que se produzisse alimentos e se criasse animais para o consumo e comércio, obviamente, sempre orientado pelo Posto.

⁴⁹⁵ SAMPAIO, Op. cit., 2013.

Estratégias para ludibriar os encarregados, conforme esta descrita por Valter Sampaio, parecem ter sido recorrentes nos Postos Indígenas durante seus trabalhos nas lavouras, sobretudo entre aqueles que apreciavam um *goyo fá* (aguardente), trocado pelos produtos subtraídos das lavouras nos estabelecimentos comerciais (bodegas) nos arredores dos Postos Indígenas. É provável que esta prática fosse incentivada pelos próprios comerciantes regionais, que compravam ou trocavam os produtos dos indígenas, auferindo com eles uma alta margem de lucro em relação às compras efetuadas junto aos encarregados dos Postos ou junto aos próprios camponeses regionais.

Nas ocasiões em que os furtos eram descobertos pelos encarregados, os infratores poderiam ser submetidos a punições, como o próprio Valter Sampaio revelou ter acontecido no caso narrado em Nonoai: “Então daí o índio véio aquele, foi pra cadeia, foi pra Curitiba depois veio de lá e pnharam ele na cadeia uns dia.”⁴⁹⁶ Em outros casos, o contraventor sofria punições estipuladas pelas próprias lideranças indígenas, as quais, geralmente poderiam ser cumpridas com o castigo no “tronco”.⁴⁹⁷ Esta forma de punição parece ter sido condenada pelos encarregados e demais agentes do SPI, por causarem, muitas vezes, sequelas irreversíveis para os indígenas, o que em certos casos significava a sua inutilização para os trabalhos do Posto. A título de exemplificação, cito aqui uma observação feita por Francisco Vieira sobre o “tronco” existente em Nonoai:

O “Coronel”, na mesma ocasião em que assume o cargo, estabelece sua forma de governo, o que é assinado por duas partes somente e como quer que procedam e como vai punir. Todas as faltas são julgadas e punidas sumariamente. O castigo do caingangue consiste num suplicio a que dão o nome de ‘tronco’ – são duas madeiras fincadas no solo, verticalmente e a par uma da outra, e, a altura de 50 cmts. mais ou menos, é feita uma

⁴⁹⁶ Ibid.

⁴⁹⁷ O castigo no “tronco” é uma prática que existiu em todas as áreas Kaingang da região Sul. É descrito por muitos autores como um sistema de punição tradicional destes indígenas e, portanto, existente desde muito tempo antes da instalação de Postos Indígenas pelo SPI (SIMONIAN, 1994; FERNANDES, 2003). As narrativas sobre este dispositivo de punição apresentam variações de acordo com a época e local onde foram descritas.

cava na face interna de ambas, onde é colocada a perna do preso: aí o supliciado deitado de costas é colocada a sua perna e amarradas, logo acima, as duas madeiras; de quando em quando, um “soldado” que cuida do preso aperta um pouco aquela amarra. É tão tirano esse castigo que um homem ali durante 5 horas necessita de um mês de repouso; tem havido casos de até fender a tibia.⁴⁹⁸

Embora em outros Postos Indígenas o castigo do tronco possa ter sido mantido ou promovido por encarregados do SPI, este tipo de punição foi confrontado pelos principais encarregados dos PIs Nonoai e Xapecó, Francisco Vieira e Nereu Costa, como indicam seus escritos para os inspetores da IR7 e dirigentes do SPI. Este aspecto pode ser explicado, em parte, porque tais punições eram contrárias aos objetivos desenvolvimentistas consolidados por estes dois encarregados. Se levar-se em conta que o próprio sistema do *Panelão* tenha sido estabelecido para potencializar o aproveitamento da mão de obra indígena através da dinamização do processo produtivo e exploração sistemática dos recursos naturais e humanos dos Postos Indígenas, a existência de um dispositivo capaz de inutilizar a força de trabalho de um indivíduo era considerada extremamente prejudicial aos seus objetivos.⁴⁹⁹

É necessário ressaltar, entretanto, que, se algumas práticas tradicionais eram vistas como prejudiciais pelos encarregados em seus interesses organizacionais e produtivistas, outras eram permitidas e, em

⁴⁹⁸ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. VIEIRA DOS SANTOS, Francisco José. **Apontamentos sobre os índios caingangues do Posto Indígena Nonoai.** 03 de Abril de 1946. Microfilme 058. Fotograma 1045 a 1060. pp. 12-13. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁴⁹⁹ Ainda que o castigo do “tronco” não tenha sido eliminado completamente até a extinção do SPI, sua prática foi bastante reduzida a partir da introdução de cadeias nos Postos Indígenas. Popularmente chamados pelos Kaingang de “Bois Pretos”, as cadeias, segundo relatos dos velhos Kaingang, eram casinhas de madeira sem janelas onde eram colocados os infratores, geralmente aqueles que bebiam e batiam nas mulheres ou brigavam com outros índios. A denominação “Boi Preto” é devida à escuridão existente nestes locais, onde a única abertura era a porta, mantida sempre fechada durante todo o tempo que durava a punição, que variava de acordo com o “crime” cometido. Os relatos indicam que as penas poderiam ir de um ou dois dias, mas em casos extremos poderiam durar de 15 a 30 dias.

muitos casos, incentivadas pelos mesmos, pois sua utilização era vista como elemento agregador no processo de inclusão dos indígenas às propostas da política indigenista oficial. Um destes elementos mantidos e incentivados foi o *puxirão*, cuja estrutura era consagrada em muitas oportunidades para justificar a “preferência” dos Kaingang pelos trabalhos coletivos no sistema do *Panelão*.

3.3.2. Os puxirões

O sistema denominado *puxirão* pelos Kaingang representa uma modalidade de trabalho familiar, geralmente organizado para cultivar roças, efetuar roçadas ou construir moradias e outras benfeitorias. Conta com a colaboração de vários membros da comunidade, obedecendo a uma relação de reciprocidade. O termo *puxirão*, de acordo com Luís da Câmara Cascudo, deriva da expressão *mutirão*, nome genérico de origem tupi, atribuído ao sistema de trabalho cooperativo entre as populações rurais brasileiras. O trabalho efetuado nos *mutirões* compreende atividades como roçados, capina de plantações, cava de leirões, reparos em paredões de açude, cobertura de casas de palha, transporte de madeira, além de abranger algumas outras formas de parceria no trabalho agrário.⁵⁰⁰ O *mutirão* também pode ser conhecido por inúmeras outras expressões, dependendo da região em que seja empregado. Na região Sul, além de *puxirão*, este sistema também pode ser designado por *pixirum*, *putirão*, *puxuru* e *adjutório*.⁵⁰¹

Entre os Kaingang, alguns autores indicam que o termo *puxirão* foi empregado primeiramente pelo SPI (e depois pela FUNAI) para designar os trabalhos coletivos organizados pelos Postos. Fernandes, que se refere ao *puxirão* por meio das expressões *ajutório* ou *trocadio*⁵⁰², afirma que este sistema funciona como uma reunião de

⁵⁰⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 5. Ed. Melhoramentos, 1979. pp. 516-517.

⁵⁰¹ *Ibid.* p. 517.

⁵⁰² O autor explica que prefere estes termos porque os mesmos possuem diferentes significados em relação ao *puxirão* e por serem categorias mais largamente utilizadas pelos Kaingang de Rio da Várzea e Palmas, além de possuírem significados próprios em quesitos antropológicos como residência, descendência e *parentagem*. FERNANDES, 2003, pp. 133-135. Neste trabalho,

diversos grupos familiares e domésticos em torno da realização de diversas tarefas, sendo a base da organização produtiva dos Kaingang.

Há inúmeras referências sobre os *puxirões* nos relatos dos velhos Kaingang de Nonoai e Xapecó, sendo descritos como um dos principais elementos da tradição Kaingang quando se refere ao trabalho agrícola. Embora mantidos em concomitância com os trabalhos coletivos nas lavouras do Posto durante a tutela do SPI, os *puxirões* não devem ser confundidos com o sistema do *Panelão*. Segundo as descrições características dos *puxirões*, eles atendiam às necessidades básicas das famílias indígenas que convocavam determinados grupos para prestar serviços em seus *sítios*⁵⁰³, sendo recompensados, normalmente, com bebida e comida, que deveria ser farta, conforme relata Emiliania Pinheiro:

Os puxirão convidava aí uma turma, eles eram unidos né, os índios eram unidos, pra comer carne, Deus o livre... carneava um porco, daí eles marcavam um pedaço, um alqueire. Tinha que cair aquele alqueire... no dia. Daí vinham, almoçavam de meio dia, iam de novo...tinha que ter pinga, pra eles beber. [...] Fazia roçada. Bahh... que bonito era quando murchava aquela roça. Daí no outro sábado era pro outro.⁵⁰⁴

Os trabalhos desenvolvidos no formato de *puxirões* indicam que, ao contrário do que ocorria em outros Postos Indígenas administrados pelo SPI, houve em certos momentos, a manutenção de algumas sociabilidades características dos Kaingang, bem como a possibilidade de os indígenas produzirem as roças para o seu sustento e, inclusive, para comercializar com a população regional vizinha aos Postos Indígenas. Contudo, esse comércio não era exatamente livre, pois, tendo em vista a frequente campanha do SPI contra o uso de bebidas alcoólicas pelos indígenas, suas negociações deveriam ser intermediadas

utilizo o termo *puxirão* por ser ele mais recorrente nas narrativas dos velhos de Nonoai e Xapecó.

⁵⁰³ Esta expressão é comumente utilizada pelos Kaingang para descrever os locais onde costumam cultivar seus produtos agrícolas (milho, feijão, mandioca, abóbora, amendoim, entre outros) ou criar seus animais domésticos de consumo (geralmente porcos, galinhas, marrecos e, mais raramente, gado bovino e cavalos).

⁵⁰⁴ PINHEIRO, Op. cit., 2012.

pelos encarregados. No Posto Indígena Nonoai, Francisco Vieira descreve que, sem noções exatas sobre os valores de suas mercadorias, muitos indígenas eram ludibriados pelos comerciantes locais, havendo casos em que “os índios levavam suas quitandas aos comerciantes para comprar uma roupa e este lhe dava cachaça até embriagá-lo, depois tirava o vendido.”⁵⁰⁵

Os *puxirões*, se analisados a partir das perspectivas dos próprios indígenas, eram momentos onde as sociabilidades estavam mais latentes, primeiro, por envolver um tipo de trabalho onde as próprias famílias indígenas controlavam o tempo e o tipo de atividade a ser executada, havendo maior interação e menor pressão por produtividade. Segundo, esta modalidade se traduzia em benefícios para os organizadores dos *puxirões*, pois o resultado do trabalho se revertia para seu próprio usufruto e, para os próprios trabalhadores, pois havia a certeza por parte de quem prestava esse trabalho, de que quando ele próprio organizasse o seu *puxirão*, seria prontamente atendido pelas demais famílias.

Ernesto Alípio lembra que havia momentos em que era pouco o serviço, então se convidava 10 ou 12 pessoas para os trabalhos, que duravam geralmente um dia de serviço ou uma “tarefa”. Não eram raros, porém, os casos em que apareciam 40 ou 50 pessoas para o trabalho.⁵⁰⁶ A família “contratante” do *puxirão*, nesses casos, deveria possibilitar a alimentação de todos os trabalhadores e para as famílias que os acompanhavam.

Em alguns momentos, inclusive, após o cumprimento das tarefas dos *puxirões* eram organizados bailes pelos “contratantes”. Dinarte Belino, ao discorrer sobre a organização de um *puxirão* por sua família, lembra que: “...tinha o baile a noite né, mas tinha que cortar o alqueire. Daí eu media um alqueire...até meio dia eles não cortavam tudo, de tarde iam de novo... 40 homens estirado assim né, [...] ali pelas 4 horas eles boleavam o alqueire, aí saía o baile.”⁵⁰⁷ Estes bailes deveriam contar sempre com a autorização expressa do encarregado do Posto para sua realização. Belino lembra também que durante os bailes, a polícia

⁵⁰⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado por Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Paulino de Almeida da IR7**. 05 de outubro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0641 a 0643. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁰⁶ ALÍPIO, Ernesto. Op. cit., 2012.

⁵⁰⁷ BELINO, Op. cit., 2014.

indígena, comandada pelo “Major”, era convocada para controlar os excessos, brigas e outros “abusos”.⁵⁰⁸

É notável que, mesmo durante estes momentos de sociabilidade dos indígenas, a vigilância hierárquica foi uma constante por parte dos funcionários do SPI. Controlando as ações, definindo comportamentos e posturas adequadas, regulando o tempo, instituindo limites e aplicando regulamentos, os agentes do estado reforçam sua sanção normalizadora. Vigiar, nestes casos, tem uma função claramente definida, pois, “é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.”⁵⁰⁹

Contudo, ainda que houvesse essa vigilância e certo controle por parte dos encarregados, os velhos entrevistados deixam implícita a ideia de que os *puxirões* representaram um elemento fundamental da sociabilidade Kaingang, praticamente inexistente nos dias atuais. Isto porque seus relatos revelam que durante os *puxirões*, entoavam-se seus cânticos tradicionais, contavam-se histórias dos antigos, conversava-se na língua indígena, e, além disso, havia o exercício de importantes atividades agrícolas. Nísio da Silva ressalta que não havia carência para quem participava dos *puxirões*, pois com a ajuda da comunidade, um alqueire de terra tornava-se quase uma “granja”, onde se produzia para o consumo de sua família e de quem mais necessitasse.⁵¹⁰

Os *puxirões* possibilitavam também que muitas famílias mantivessem uma relativa autonomia em relação ao Posto, pois permitiam que as mesmas garantissem seu sustento com suas próprias lavouras e criações. Este aspecto era aceito e incentivado pelos agentes do SPI, pois ao conseguirem uma produção de subsistência, essas famílias contribuíam para desonerar o órgão indigenista, além de contribuir para os objetivos de autosuficiência dos Postos, tão apregoados por seus dirigentes. Em determinados momentos, havia inclusive premiações para quem se destacasse na produção de alimentos em seus roçados. Essas premiações tinham por principal objetivo alimentar a competitividade entre os indígenas, estimulando-os a produzirem cada vez mais e melhor, tornando-se equivalentes ou superiores aos seus vizinhos colonos.

⁵⁰⁸ Ibid.

⁵⁰⁹ FOUCAULT, 1987, p. 147.

⁵¹⁰ A granja que se refere Nísio Oliveira corresponde às lavouras de escala comercial de trigo e soja, atualmente existentes nos arredores e no interior das Terras Indígenas Nonoai e Xapecó. OLIVEIRA, Op. cit., 2014.

3.3.3. O caminho para a eficiência: Conselho, premiações e competitividade

Entre as inquietações dos encarregados dos PIs, talvez a que mais se destacasse era a preocupação com a dinamização dos trabalhos dos indígenas, no intuito de aumentar sua eficiência e produtividade. Essa preocupação é presença constante nos relatórios dos encarregados dos PIs Nonoai e Xapecó, especialmente nos momentos em que eles tentavam demonstrar os avanços alcançados e os problemas que os impediam de conseguir melhores resultados em seus planejamentos. Há uma tendência em apontar os obstáculos que os impediam de avançar em suas iniciativas. Estes obstáculos, normalmente, eram relacionados às limitações orçamentárias, aos problemas com os “vizinhos” e, algumas vezes, com casos isolados de resistência dos próprios indígenas aos trabalhos desenvolvidos pelos Postos.

Havia entre a maioria dos encarregados do SPI, uma grande ambição de transformar os indígenas em produtores rurais e os Postos Indígenas em referências regionais de produtividade. No Posto Indígena Nonoai, o trabalho agropecuário era visto até mesmo como a “salvação” dos indígenas, tendo em vista que mantinha os mesmos afastados dos “vícios que herdaram dos civilizados”, conforme apresentado em relatório de Francisco Vieira:

A maior campanha promovida por este PI e empregada aí grande parte da atividade foi em interessar o índio pela agricultura, porque ele estando ocupado no trabalho não se lembra da “maldita bebida”, só procura quando passeia. Para atingir esse fim, foi necessário recorrer a ensinamentos práticos de agricultura, ao exemplo e conselhos em constantes reuniões. Felizmente, despertando-lhe o interesse pelo trabalho, ocupando-o aí, tem este PI afastado o índio da bebida com duplo proveito.⁵¹¹

⁵¹¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 25, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de Janeiro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0524 a 0530. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Dois aspectos chamam a atenção neste trecho do relatório de Francisco Vieira. Um deles é o combate ao alcoolismo, certamente um dos grandes desafios enfrentados por encarregados de diversos Postos Indígenas do Brasil, avaliado como uma das graves sequelas advindas das relações com as populações regionais. Outro aspecto a destacar é a indicação de existência de reuniões para apresentar exemplos e aconselhar os indígenas, seja sobre preceitos éticos e morais, seja sobre noções mais elaboradas de agricultura e pecuária. No Posto Indígena Nonoai, estas reuniões atendiam às determinações do regulamento do SPI, que previa a participação dos indígenas na administração dos PIs através da criação de um *Conselho de Índios*.

O *Conselho de Índios* do PI Nonoai foi formado em 1943, sendo presidido simbolicamente por uma liderança indígena e composto por representantes das várias aldeias do Posto. Reunia-se mensalmente ou em ocasiões de urgência para tomar decisões de caráter administrativo ou comunitário. Entre os temas levados para discussão no Conselho estavam: solicitações de permissão para fixação de famílias indígenas vindas de outras áreas; julgamento sobre abuso de álcool ou brigas envolvendo indígenas; encaminhamentos sobre a escola; cuidados aos velhos, estatísticas sobre produção agrícola do Posto e aplicação de verbas e demais orientações sobre o trabalho dos indígenas.⁵¹²

Lígia Simonian, refletindo sobre a organização do *Conselho dos Índios* por Francisco Vieira, considera que este encarregado soube utilizar-se de um antigo sistema Kaingang (onde os conselheiros escolhidos pelos *Kofá* reuniam-se para tomar decisões sobre festas, casamentos, situações de conflito e outras ocorrências), adaptando-o às necessidades produtivas do momento de consolidação do SPI no Posto Indígena Nonoai e, de forma geral, em todos os Postos Indígenas do Rio Grande do Sul.⁵¹³ O papel do *Conselho* enquanto instrumento de conscientização para o trabalho também se faz presente na memória Kaingang, conforme se pode perceber no relato de João Severo:

... ele (Francisco Vieira) fazia as reunião indígena, de vez em quando ele reunia o grupo de índio (conselho), faziam como eles dizia, “revista”.

⁵¹² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 20, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 02 de Agosto de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0283 a 0287. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵¹³ SIMONIAN, 1981, p. 96.

“Revista” era uma reunião, eles faziam, e daí tinha o cacique; então ele orientava o cacique pra aconselhar os índios sobre o negócio dos trabalhos. Prantá, como é que ia fazer, deixar daquele costume que eles tinham e pegar outro costume, de prantá e fazer sua vida. Prantá pra vendê.⁵¹⁴

Esta situação de mediador/orientador no *Conselho* é evidenciada nos relatórios do próprio encarregado, pois, ainda que a presidência do *Conselho* fosse ocupada por um representante indígena (o “Coronel”), quando se tratavam temas relacionados aos trabalhos dos índios e à produção agrícola do Posto, era o próprio Francisco Vieira quem controlava os dados estatísticos sobre a produtividade, as possibilidades de comercialização dos produtos e a necessidade para o abastecimento interno. O *Conselho* servia, de maneira geral, como um instrumento de fiscalização e levantamento de dados sobre a produtividade indígena em diversas modalidades, seja na agricultura, na escola ou na pecuária, conforme indica a seguinte referência:

Reuniu-se no mês findo o Conselho, sobre a presidência do índio KAMP-RÊ. Tratou-se sobre assuntos em geral referentes ao Posto e da próxima Revista às roças feitas pelo Cel. Kondá para tirar o alistamento dos trabalhos de planta dos índios no corrente ano. [...] Nos anos anteriores a relação dos trabalhos de roça dos índios era apresentado ao Posto pelo Coronel em varas com pequenos cortes assinalando as quantidades referentes às espécies de plantas. Agora, por iniciativa do próprio coronel Kondá, quer faze-la por escrita, com um aluno índio da Escola, disse “servirá para os outros índios verem o proveito que há na Escola e assim porem os seus filhos também.”⁵¹⁵

⁵¹⁴ SEVERO, Op. cit., 2013.

⁵¹⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 34, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 07 de Outubro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0646 a 0650. pp. 2-3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

A imagem a seguir ilustra uma reunião de indígenas na escola Benjamin Constant, na sede do PI Nonoai:

Figura 13: Reunião de Índios na escola Benjamin Constant (sede do PI Nonoai)⁵¹⁶



Fonte: BRASIL. SPI. **Índios reunidos.** 1944. 1 fotografia, 9 x 6 cm. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Jorge Garcia recorda-se de diversas reuniões do *Conselho*, onde os temas discutidos e decididos nem sempre encontravam consenso entre a comunidade. A escola era um tema sempre controverso, que gerava inclusive alguns atritos entre os conselheiros e algumas famílias indígenas, pois, como se recorda Garcia, “eles obrigaram os alunos a vir, porque era uma obrigação que fizeram, uma lei, uma lei que tinha que

⁵¹⁶ OBS. Não se pode afirmar categoricamente que a imagem apresentada se trata de uma reunião do *Conselho de Índios*, mas é bastante provável que seja, tendo em vista o ano da foto e o fato de as reuniões do conselho serem feitas sempre na escola, por possuir maior espaço e mais assentos.

botar na escola.”⁵¹⁷ Estes atritos ocorriam porque muitos pais temiam “perder” suas crianças quando essas fossem para a escola:

O índio ele quer bem as criança, ele não fica longe dos filho, né, então pra ele foi um golpe, de levar lá, de deixar lá no Posto estudando, não sabendo quando ele pode voltar pra casa [...]. Então aquela lei foi montada, então, [...] muita gente saiu fora, iam lá pra Santa Catarina, lá pra Palmito, esses cantos de Uruguai. Correndo da escola né... pra não deixar os filho estudar. De dó das crianças né, que eles não queriam ficar longe dos filhos.⁵¹⁸

Além do medo da “perda” de suas crianças, outro aspecto deve ser ressaltado para exemplificar o fato de os pais resistirem em colocar os filhos nas escolas do Posto: ao fazê-lo, muitas vezes acabavam perdendo um importante auxílio nas tarefas das suas roças e demais afazeres. Essa ajuda dos filhos, muitas vezes, era primordial para a subsistência das famílias, pois os mesmos se juntavam na confecção de artesanato e outras indústrias domésticas e, sobretudo, nas atividades agrícolas. Desta forma, a escola surgia como uma ameaça de prejuízo na força de trabalho, pois, conforme relata Antonio Eufrásio: “o meu pai gostava muito de lavoura, trabalhar nas lavoura. E quem ajudava ele era só eu. E ele se preocupava muito, não queria que eu estudasse. Ele queria que eu trabalhasse com ele na lavoura.”⁵¹⁹

Para tentar extinguir as desconfianças dos pais, algumas táticas orientadas pelo regulamento de assistência aos índios do SPI eram seguidas pelos encarregados. Uma das estratégias de convencimento utilizadas corriqueiramente eram as premiações para os alunos com bom rendimento escolar. A principal finalidade dos prêmios era provar aos pais que havia vantagens em manter os alunos nas escolas, ao invés de impedi-los de frequentar as mesmas. Os prêmios distribuídos aos alunos com bom rendimento escolar iam de simples sabonetes e peças de

⁵¹⁷ GARCIA, Op. cit., 2013

⁵¹⁸ Ibid.

⁵¹⁹ EUFRÁSIO, Op. cit., 2014.

vestuário a animais de carga, como cavalos e jumentos ou ainda, vacas leiteiras, cujo objetivo seria estimulá-los nos misteres da pecuária.⁵²⁰

Os critérios de avaliação sobre o desempenho dos alunos eram estipulados pelo encarregado e observados pelos professores no dia a dia das escolas. A qualificação para os prêmios era baseada no binômio desempenho/comportamento, ao melhor exemplo dos aparelhos disciplinares hierarquizadores, onde as classificações são estabelecidas a partir das competências e aptidões dos alunos. Através dessa modalidade classificadora “opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor.”⁵²¹ Por isso mesmo, as entregas dos prêmios geralmente ocorriam em solenidades coletivas no final do ano letivo ou em dias de festas ou comemorações (19 de Abril, 07 de Setembro, 15 de Novembro, entre outras).

As premiações também podiam ser voltadas para os trabalhadores indígenas adultos que alcançassem destaque em matéria de produtividade agropecuária ou para aqueles que prestassem algum ofício de relevância para suas comunidades, como indica o mesmo relatório de 1945, referente ao PI Nonoai: “aos índios que mais serviço tem prestado ao Posto e à família indígena, são dados prêmios de animais para servir de estímulo.”⁵²² Este estímulo, que em grande parte, servia para alimentar o espírito de competitividade entre os próprios indígenas, era uma prerrogativa estipulada pelo próprio regulamento do SPI, o qual determinava que “a passagem de qualquer espécie de gado para a propriedade individual do índio, deverá ser feita como premio de sua cooperação com o SPI, bom comportamento, atividade, etc.”⁵²³

Em alguns casos, contando por vezes com favorecimentos por parte de lideranças ou dos próprios encarregados, alguns indígenas conseguiram formar um considerável patrimônio, como no caso do Kaingang Jeremias, destacado em relatório de Francisco Vieira:

Distingue-se nestes moradores o índio Jeremias, caingangue, com bôa morada, galpões, fechos de madeira; com uma área de terra de 16 Ha.

⁵²⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1945**, Op. cit. p. 10.

⁵²¹ FOUCAULT, 1987, p. 151.

⁵²² Ibid. p. 4.

⁵²³ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 10**. 30 de Setembro de 1942. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

plantada com milho, feijão, trigo (comprou sob a direção do Posto, uma máquina selecionadora de trigo) cana de açúcar, mandioca, tem uma engenhoca; tem 16 cavalos, 60 porcos, mais de 100 aves, 80 caixas de abelha.⁵²⁴

Este é apenas um exemplo entre os inúmeros apresentados nos seguintes relatórios de Francisco Vieira, nos quais são evidenciados outros indígenas que cooperavam com “animação e espírito empreendedor para o crescimento do Patrimônio Nacional.”⁵²⁵ Com tal exaltação, o encarregado reforça a disciplina hierarquizadora com a qual buscava envolver os indígenas, medindo suas potencialidades em termos quantitativos através de seus atos, desempenhos e comportamentos singulares, como uma espécie de coação para o trabalho, disfarçada por meio de prêmios, brindes e elogios.

Ainda que no Posto Indígena Xapecó não existam registros escritos sobre as premiações efetuadas pelas chefias deste posto aos Kaingang que se destacassem nas atividades agrícolas e pecuárias, há referências das memórias dos velhos que apresentam grande competitividade promovida pelos encarregados, principalmente por parte de Francisco Fortes e Nereu Costa, quando estes incentivaram a formação dos chiqueirões para criação de suínos.

Noé Rodrigues revela que era usual estes encarregados fornecerem matrizes para as famílias que se comprometessem a construir e manter os chiqueiros. Neste contexto, afirma que conseguiu construir uma “encerra com 20 cabeças”, das quais acabou perdendo quase todas, em decorrência de uma grande seca que destruiu seus cultivos de milho.⁵²⁶ Ernesto Alípio lembra ainda que, no tempo da administração de Chico Fortes, seu pai recebera deste encarregado alguns animais para criar em seu “sítio”, dos quais somente teria tido sucesso com os suínos, com os quais conseguia sustentar toda a sua família e ainda “negociar com os gringos.”⁵²⁷ O próprio entrevistado

⁵²⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 40**. 01/10/1945. Op. cit., p. 10.

⁵²⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 47, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1º de Novembro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0921 a 0928. p.5. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵²⁶ RODRIGUES, Op. cit., 2012.

⁵²⁷ ALÍPIO, Ernesto. Op. cit., p. 12.

revela que chegou a possuir uma vara com cerca de 40 porcos, alguns dos quais, provenientes da herança do pai, que possuía “cento e poucos.”⁵²⁸

O estímulo para a criação de suínos pelos Kaingang ia para além da preferência destes indígenas pela carne de porco em relação à bovina. Cabe lembrar que, no contexto do final da década de 1940, há uma grande demanda por este animal no mercado regional, principalmente após a instalação das primeiras indústrias frigoríficas na região oeste de Santa Catarina. Neste momento, os Kaingang do Posto Indígena Xapecó eram estimulados a criar porcos e negociar com os camponeses que começavam as criações para abastecer as indústrias. Praticamente todos os entrevistados desta área recordam que os encarregados apoiavam estas criações particulares e que os lucros auferidos com as mesmas eram pertencentes aos próprios indígenas.⁵²⁹ Em alguns casos, como lembra Miguel Alípio, quem conseguia criar muitos porcos, “podia se manter sozinho, sem dependência do Posto, não precisava mais sair pra trabalhar fora.”⁵³⁰

No Posto Indígena Nonoai, o crescimento da demanda regional também influencia o aumento da criação de suínos. Há indicação inclusive de um sistema de “parceria” para a criação destes animais, em uma proposta onde o Posto disponibilizava a terra para plantar e o “parceiro” entrava com as criadeiras, sendo a produção repartida com o Posto. Neste sistema, todo o trabalho de produção correria por conta do “parceiro”, que para isso, tinha que morar dentro da área dos indígenas.⁵³¹ Esta modalidade associativa deu margem para a instalação de várias famílias camponesas na área indígena, que acabaram se fixando em locais dentro do Posto e exercendo atividades para além da criação de porcos, como cultivo de lavouras e corte de madeiras.

É necessário reforçar que as iniciativas organizadas pelo SPI, desde a premiação pelo mérito alcançado nas escolas ou na produtividade de suas lavouras, até a criação de porcos e outros animais para o mercado regional, obedecem a uma ordenação ideológica bastante clara, que é o interesse pelo progresso dos Postos Indígenas e a

⁵²⁸ Ibid.

⁵²⁹ PINHEIRO, Op. cit., 2012; ALÍPIO, Op. cit., 2012; RODRIGUES, Op. cit., 2012.

⁵³⁰ ALÍPIO, Miguel. Op. cit., 2012.

⁵³¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 9, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 04 de Março de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0549. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

autosuficiência das populações que os compõem. O sucesso ou o fracasso de tais empreendimentos recaía quase que exclusivamente aos encarregados dos estabelecimentos. Estes eram pressionados pelas instâncias superiores no sentido de garantir a manutenção da ordem por meio da educação, da vigilância e da promoção econômica. Recebiam constantemente cartilhas contendo orientações sobre técnicas inovadoras de produção agrícola, utilização racional da terra e seus recursos, expansão de culturas de maior produtividade, entre tantas outras iniciativas que visavam instaurar uma maior competitividade dos índios no mercado regional.

Alguns encarregados seguiam à risca tais cartilhas, formando conselhos, incentivando a produtividade através de premiações, promovendo a educação e mediando as relações com a sociedade regional. Outros, no entanto, preferiam utilizar-se de métodos antigos de tratamento, sendo por isso advertidos e criticados pelos Inspetores Regionais e Direção do SPI. Muitos chefes de Posto foram responsabilizados ainda por grande parte das adversidades pelas quais passaram as comunidades indígenas ao longo da atuação do SPI, seja por causa de seu autoritarismo, arrogância e violência no tratamento com os indígenas ou por seu despreparo e incompetência para desempenhar certas atividades.

Por outro lado, alguns deles galgaram relativo sucesso nas atividades propostas, sendo lembrados pelos próprios indígenas muito mais por seu bom relacionamento com os mesmos do que por seu autoritarismo. Nestes casos, estes encarregados são vinculados diretamente a uma época de intenso trabalho, mas também de fartura e prosperidade. No ítem seguinte, destaco a atuação de dois encarregados que comandaram os Postos Indígenas Nonoai e Xapecó e cujas ações e comportamentos são mais presentes na memória Kaingang. Refiro-me aos já citados Francisco Vieira e Nereu Costa.

3.4. Símbolos do poder ou expressão do paternalismo? Os chefes de Posto e sua representatividade para os Kaingang

Representantes locais de um poder estabelecido para classificar, controlar, qualificar e integrar as populações indígenas, os chefes de Posto eram os responsáveis pela aplicação das orientações e encaminhamentos da agência indigenista federal *in loco*. As instruções

para as atividades dos encarregados responsáveis pela estruturação dos Postos Indígenas eram bastante claras: deveriam portar-se de forma enérgica e decidida em suas funções, porém, deveriam evitar utilizar-se destas posturas para a prática do autoritarismo excessivo e violências contra os indígenas. Ainda assim, muitos servidores eram frequentemente criticados por não possuírem o “espírito do Serviço”, havendo por isso a necessidade de os Inspetores Regionais fiscalizarem de perto as ações dos mesmos, com vistas a impedir práticas que pudessem suscitar desconfiânças entre os indígenas e comprometer todo o trabalho. Além disso, os Inspetores deveriam orientá-los para que:

...se convençam de que não são feitos de fazendas destinados a explorar os índios, e sim, mestres pacientes e paternalistas que enviamos aos selvícolas para dar-lhes ensinamentos, cuidados, auxílios em geral, e hábitos de trabalhos, por meios suasórios, e também para reeducá-los quando viciados no alcoolismo, na prostituição, e em outras desgraças devidas ao contato com os civilizados.⁵³²

Se a prática do autoritarismo gerava grandes controvérsias entre as instâncias superiores do SPI, o paternalismo excessivo, por sua vez, também era condenado, tendo em vista o prejuízo que poderia causar na busca pela autodeterminação dos povos indígenas. De acordo com os preceitos do órgão indigenista federal, qualquer tipo de auxílio gratuito era condenável, pois, com esta mentalidade, toda ação movida no sentido de instrumentalizar o indígena ruiria, “porque acostumado a uma tutela que por ele resolve tudo, acabará por encostar-se num explorador qualquer, que usufruirá não só a sua liberdade como tudo o mais que lhe pertencer.”⁵³³

Assim sendo, percebe-se que as relações de paternalismo e autoritarismo deveriam ser devidamente dosadas e caminhar juntas na busca por uma racionalização utilitária do trabalho, do tempo e do espaço, sem que um se sobrepusesse em demasia ao outro. A dosagem

⁵³² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 8**. 31 de Julho de 1942. p. 8. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵³³ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 10**. 30 de Setembro de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

correta dos mecanismos disciplinares deveria possibilitar um melhor controle e aproveitamento das forças de produção, tirando o máximo de vantagens e neutralizando os inconvenientes (roubos, interrupções do trabalho, agitações, etc.).⁵³⁴ Aos encarregados dos Postos Indígenas, neste sentido, atribuía-se a função de prevenir os abusos, remediar os conflitos, orientar os trabalhos, combater a vadiagem e estabelecer procedimentos corretos de comportamento.

Nem sempre os encarregados conseguiam uma organização disciplinar dos PIs. Para Sílvio Coelho dos Santos, muitos dos problemas ocorridos nos Postos Indígenas eram resultantes da própria situação administrativa e financeira do SPI, que, ao oferecer salários irrisórios e condições de vida e trabalho bastante limitadas, permitiu que as chefias dos Postos fossem assumidas por encarregados com precária formação intelectual.⁵³⁵ Concordo com a aceção de Santos no caso das condições de trabalho e os baixos salários dos encarregados, mas, no que se refere às capacidades intelectuais dos mesmos, há indícios fortes que contrariam as afirmações deste antropólogo. Analisando as fichas cadastrais de alguns encarregados que atuaram nos PIs Nonoai e Xapecó, percebi que grande parte destes possuía curso colegial completo, grau de instrução bastante razoável para aquele momento, equivalente ao ensino médio atual.⁵³⁶ Da mesma forma, as próprias especificações da direção do SPI exigiam que, para o exercício da chefia nos Postos, os contratados deveriam ter certas habilidades, entre as quais: noções de carpintaria, técnicas agrícolas e pecuárias, conhecimentos sobre os povos indígenas atendidos e os aspectos geográficos e ambientais da região onde estava instalado o Posto Indígena no qual atuaria.⁵³⁷ Estas especificações deixam explícitos os seus objetivos: era necessário um bom conhecimento para uma boa utilização das potencialidades dos indígenas.

No tocante aos Postos Indígenas Nonoai e Xapecó, os dois encarregados que melhor demonstraram essas qualificações foram Francisco Vieira e Nereu Costa. Ao destacar a ação indigenista destes dois encarregados, pretendo efetuar um exercício de reflexão a partir de uma perspectiva analítica sugerida por João Pacheco de Oliveira:

⁵³⁴ FOUCAULT, 2005, p. 120-122.

⁵³⁵ SANTOS, 1970, p. 72

⁵³⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Cadastro de funcionários lotados na 7ª Inspeção Regional.** s/d. p. 9. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

⁵³⁷ SPI. Boletim Interno nº 10, Op. cit., p. 12.

observar como os tutelados reconstróem seus tutores e, no mesmo sentido, como os próprios tutores se constroem enquanto tais.⁵³⁸ Neste estudo em específico, isso significa analisar como os Kaingang, através de suas memórias, definem as ações destes encarregados a partir das suas prerrogativas e significações próprias. Da mesma maneira, a documentação produzida pelos encarregados permite refletir sobre suas estratégias integradoras, perspectivas produtivistas e a sua representatividade no cotidiano dos Postos Indígenas.

Certamente não se alcançará uma compreensão totalizadora sobre a ação destes encarregados, tendo em vista a subjetividade e fragmentação inerentes às narrativas orais e fontes documentais balizadas para a pesquisa, por isso, darei enfoque nas representações sobre as condutas destes agentes construídas pelos Kaingang e pelos próprios agentes através de seus relatórios, buscando analisar de que forma sua atuação indigenista foi incorporada pelos indígenas e como os próprios encarregados construíram suas estratégias integradoras e assimilacionistas.

3.4.1. Francisco Vieira: o tutor educador/administrador

O responsável por organizar e coordenar o Posto Indígena Nonoai em sua nova conjuntura após o fim da tutela estadual, Francisco José Vieira dos Santos, foi um ex-militar de carreira, natural do município de São Gabriel/RS. Esse encarregado possuía vínculo recente com o órgão indigenista federal quando assumiu o comando do PI Nonoai, tendo iniciado em 1940 suas atividades como Agente dos Índios.⁵³⁹ Como era também comum na época, a esposa do funcionário designado pra chefiar o Posto, caso apresentasse razoável grau de instrução, ocuparia a função de Auxiliar de Ensino, o equivalente ao papel do professor alfabetizador atual. Em Nonoai, não foi diferente, sendo o cargo de Auxiliar de Ensino ocupado pela esposa de Francisco Vieira: Helena Abduch Vieira dos Santos.

⁵³⁸ OLIVEIRA, 1999, p. 30.

⁵³⁹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Cadastro de funcionários lotados na 7ª Inspeção Regional**. Op. cit; p. 9.

Figura 14: O primeiro encarregado do PI Nonoai, Francisco Vieira e sua esposa Helena Abduch Vieira dos Santos no escritório da Sede do Posto.



Fonte: BRASIL. SPI. **Escritório do posto indígena**. 1944. PI Nonoai. 1 fotografia, 12x8cm. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Francisco Vieira, como já foi destacado no capítulo anterior, atuou durante 15 anos como encarregado do Posto indígena Nonoai, entre os anos de 1941 e 1956. Durante este período, produziu farta gama de relatórios e ofícios bastante detalhados sobre suas atividades e projetos voltados para a promoção econômica do Posto. Seus escritos trazem ainda importantes informações sobre o regime de trabalho dos indígenas, descrições de atividades na escola, prestações de contas ao SPI, além de denúncias contra invasões, desmatamento e outras ações perpetradas pela sociedade regional contra os indígenas de Nonoai.

As orientações de cunho integracionista e produtivista do SPI, executadas pelo encarregado no Posto, são apresentadas através de detalhadas descrições sobre o estado sanitário dos indígenas, a frequência escolar dos alunos, dados censitários, descrições dos trabalhos nas lavouras, entre outros. Em muitas de suas exposições, Francisco Vieira buscava estabelecer um comparativo da situação do momento, isto é, do período em que o SPI instalou seu Posto entre os

Kaingang, com a situação anterior, apresentando as grandes vantagens e os avanços alcançados em todos os aspectos.

Entre os principais avanços enfatizados pelo encarregado, destaca-se a melhoria da qualidade de vida dos indígenas após a instalação do Posto pelo SPI, graças à orientação protecionista do patrimônio indígena e a certas concessões permitidas aos índios, como a manutenção de algumas de suas sociabilidades. Sobre este aspecto, o encarregado faz referência à retomada de “festas de Santos”, as quais, segundo ele, há tempos abandonadas pelos Kaingang:

Estas festas há muitos anos não se realizavam porque os índios viviam descontentes e tristes e “agora – dizem eles – o índio mudou de vida”, celebram como demonstração de alegria e contentamento. A primeira dessas festas foi consagrada ao MILHO – dizem os índios festeiros que o milho precisava de uma festa porque esse produto lhes está dando todo o necessário e para, no ano entrante dar melhor, escolheram aquele santo (**São João**) por ser o de preferência para essa festa.⁵⁴⁰

Fica patente que a retomada das festas, compreendida por Francisco Vieira como “atestado da disposição de seus índios e harmonia com o serviço todo”⁵⁴¹, remete a uma situação onde os investimentos da agência indigenista federal também são voltados para garantir maior liberdade de expressão às populações indígenas tuteladas, seguindo os preceitos estabelecidos pelo Decreto nº 10.652 de outubro de 1942, o qual incluía entre suas finalidades “conservar e fazer respeitar a organização interna das tribos, sua independência, seus hábitos, línguas e instituições, não intervindo para alterá-los, a não ser que ofendam a moral ou prejudiquem os interesses dos índios ou de terceiros.”⁵⁴²

⁵⁴⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 19, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 03 de Julho de 1943. p. 2. Microfilme 058. Fotograma 0275 a 0281. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁴¹ Ibid. p. 3.

⁵⁴² BRASIL, 1947, p. 185.

Neste sentido, ainda que as “festas de Santos” não possam ser consideradas como manifestações propriamente tradicionais, devem ser compreendidas enquanto importantes eixos da articulação social Kaingang, onde são operacionalizados os regimes de trocas – simbólicas, matrimoniais e materiais.⁵⁴³ Obviamente, Francisco Vieira soube aproveitar-se destas manifestações de culto religioso, assim como as festas em comemoração ao “Dia do Índio” para fortalecer os laços de sociabilidade com a comunidade indígena, pois, ao estabelecer ações recíprocas, isto é, financiar as festas por meio de fornecimento de alimentação, do pagamento de músicos e convidando as principais lideranças indígenas da comunidade para coordená-las, Francisco Vieira procurava construir um ambiente socialmente ideal, com o qual pretendia angariar apoio para os diversos projetos e programas de trabalho que pretendia desenvolver no Posto.

No entanto, embora concedesse total apoio às “festas de Santos” e demais manifestações culturais dos indígenas, eram as comemorações do “Dia do Índio” que motivavam maior empenho e mobilização por parte de Francisco Vieira. Isto porque, além de esta ser uma data criada oficialmente pelo presidente Getúlio Vargas em 1943⁵⁴⁴, existia uma orientação do SPI e de suas inspetorias para que a mesma fosse comemorada em todos os Postos Indígenas brasileiros. Em Nonoai, durante estas festas, a escola se tornava o centro de socialização do Posto Indígena. Estes momentos, na realidade, serviam muito mais para o encarregado enaltecer a Pátria e autoridades políticas, do que propriamente comemorar o orgulho de ser e sentir-se indígena por parte dos Kaingang. Uma demonstração desse aspecto é o fato de a maior parte da festa ser dedicada à declamação de poemas e canções patrióticas, hasteamento da Bandeira Nacional, interpretação do Hino Nacional, apresentações teatrais, além, é claro, de uma preleção referente ao dia pelo próprio chefe do Posto.⁵⁴⁵

Estas atitudes de Francisco Vieira são reveladoras de uma tentativa de legitimação da sua ação indigenista perante os superiores do SPI, a sociedade regional e, sobretudo, perante os próprios indígenas.

⁵⁴³ FERNANDES, 2003, p. 138.

⁵⁴⁴ Decreto Lei nº 5.540, de 2 de Junho de 1943, considera “Dia do Índio” a data de 19 de Abril. In: BRASIL, 1947, p. 218.

⁵⁴⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 29, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 08 de Maio de 1944. p. 4. Microfilme 058. Fotograma 0563 a 0566. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Sua conduta pode ser inserida dentro de um artifício descrito por João Pacheco de Oliveira, como a ação do *tutor* como *educador*.⁵⁴⁶ Neste âmbito, o encarregado atua de forma a disciplinar as ações, procurando conformar os Kaingang aos padrões de brasilidade estabelecidos pelo Estado Novo, via SPI. Nesta concepção, a “escolarização, paradas cívicas, didatização de símbolos nacionais e até o alinhamento de moradias dos nativos constituem inequívocas manifestações integradoras assimiladoras.”⁵⁴⁷

As encenações tinham como objetivo principal legitimar e atestar a eficácia dos métodos orientados pelo SPI e aplicados pelo encarregado, no sentido de veicular noções elementares de “civildade”. Neste contexto, a escola surge como seu principal veículo de reprodução cultural.⁵⁴⁸ Alguns relatos de Francisco Vieira estão carregados deste ufanismo patriótico e emergem principalmente quando ele descreve a alegria e a satisfação dos indígenas por se sentirem protegidos pelo abraço paternal do SPI, conforme se observa no trecho seguinte:

Foi deveras comovedora a manifestação dos índios; não haveria indiferente que deixasse de vibrar nessa hora tão significativa e bela. E, como solfas soltas do sabiá ao silêncio da mata, saiu cheio de vibrante entusiasmo, veneração e respeito, traduzindo o sentimento puro da gratidão, um “SALVE O PAI GRANDE! SALVE O GAL. RONDON!” E assim, formados por ordem hierárquica – Cacique “Cel.”; “Cap.”, “Tent.”, etc.- em quatro grupos de 100 índios, dois a dois, de braço, saiam do mato, volteando a ondulante campina para entrar no portão principal do Posto, em direção á Escola. A chegada dos índios foi esperada para hastear a bandeira, cerimônia a que todos assistiram, descobertos, com respeito. Esperaram-nos á frente da escola, formados, os alunos indígenas, que

⁵⁴⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. **O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: ação indigenista no Alto Solimões (1920-1970)**. In: FREIRE, 2011, p. 439.

⁵⁴⁷ OLIVEIRA, 1999, p. 54.

⁵⁴⁸ SOUZA LIMA, 1995, p. 191.

cantaram o Hino Nacional no culto “ao auriverde pendão da esperança” seguiu-se o Hino á Bandeira, canções escolares e algumas canções típicas cantadas pelos guaranis.⁵⁴⁹

O culto cívico pelos agentes do SPI implicava em toda uma “pedagogia ritualística”, a qual, segundo Souza Lima, era estabelecida para formar os sentimentos de pertencimento a uma outra comunidade política, onde os indígenas deveriam se reconhecer como sob a proteção do governo.⁵⁵⁰ Um exemplo dessa “pedagogia ritualística”, desempenhada por Francisco Vieira, pode ser descrito através da organização de um grupo de escoteiros indígenas no Posto, denominado *Tropa Condor*, formado principalmente por alunos da escola Benjamim Constant, da aldeia sede. O grupo de escoteiros, assim como o Clube Agrícola Escolar (que apresento mais detalhadamente no próximo capítulo), servia como importante instrumento de propaganda do Serviço para as autoridades que constantemente visitavam o Posto para conhecer as atividades desempenhadas pelos indígenas. Nestes momentos, os escoteiros desfilavam uniformizados, cantavam hinos e executavam manobras e evoluções demonstrativas de habilidade e destreza.

Em uma destas visitas, feita por delegados de Saúde e Educação do Estado, juntamente com o prefeito e o sub-prefeito do município de Nonoai, simpáticos às iniciativas do SPI, o encarregado recebe um convite “em nome do Exmo. Sr. Interventor do Estado para fazer representar a Nação Indígena, na Semana da Pátria, em Porto Alegre, com 15 alunos.”⁵⁵¹ O convite foi motivo de muito orgulho e comemorado pelo encarregado como reconhecimento de sua patriótica atuação e do trabalho civilizador do SPI, que cooperava para o

⁵⁴⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 8, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de Agosto de 1942. p. 2. Microfilme 058. Fotograma 0178 a 0180. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁵⁰ SOUZA LIMA, 1995, p. 193.

⁵⁵¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 9, encaminhado por Helena Abduch Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de Setembro de 1942. p. 1. Microfilme 058. Fotograma 0193 a 0194. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

engrandecimento do país.⁵⁵² O dia do embarque ocorreu como solenidade oficial no Posto, momento em que se reuniram funcionários, lideranças indígenas e pais de alunos para a despedida da comitiva. Helena Vieira dos Santos aponta outros detalhes referentes a este momento em seu relatório:

Embarcaram 13 alunos dia 27 pp. em companhia do Sr. Francisco José Vieira dos Santos, Encarregado do Posto, com destino a Porto Alegre, afim de tomar parte na Semana da Pátria. Saíram do Posto de ônibus com destino a Carazinho, onde embarcaram via férrea. Os alunos viajaram uniformizados de escoteiros e levaram uniforme de parada – o combinado com o Estado, como formarão todas as escolas, calça azul, sapato de “TENIS” branco e blusa branca tipo esporte. Saíram às 8 horas da manhã, tendo antes cantado o HINO NACIONAL. Via-se em todos os indiozinhos a alegria e contentamento.⁵⁵³

A participação dos escoteiros da *Tropa Condor* nos desfiles da Semana da Pátria de 1942, certamente representou singular importância para Francisco Vieira, pois, sendo ele um ex-militar do exército brasileiro e o Brasil acabado de declarar guerra ao Eixo⁵⁵⁴, demonstrar o sentimento nacionalista dos indígenas era uma comprovação de que o SPI apoiava a atitude do presidente. Os escoteiros, dessa maneira, representavam os futuros soldados da nação. Incluir os pequenos indígenas neste sentimento militar possuía um significado especial, pois demonstrava ao governo que a população indígena estava integrada à causa nacionalista. As imagens ilustradas nas figuras 15 e 16 apresentam os 13 “soldados” da *Tropa Condor* sob o olhar orgulhoso e vigilante do encarregado durante o desfile em comemoração à Semana da Pátria de 1942, em Porto Alegre:

⁵⁵² Ibid. p. 1.

⁵⁵³ Ibid. p. 2.

⁵⁵⁴ Depois de inúmeros torpedamentos de navios mercantes brasileiros, em agosto de 1942, Getúlio Vargas, a despeito de sua simpatia pelo regime fascista, declara guerra à Alemanha Nazista e à Itália Fascista. Ver: CYTRYNOVICZ,, Roney. **Guerra sem guerra: A mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: EDUSP, 2000.

Figuras 15 e 16: A *Tropa Condor* alinhada durante o acendimento do fogo simbólico da Pátria e abaixo, as evoluções em frente ao palanque das autoridades durante desfile da Semana da Pátria de Porto Alegre.



Fonte: BRASIL. SPI. *Escoteiros Indígenas e Desfile*. 1944. Fotografias 1 e 2: 11,5 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ. OBS. A data presente no catálogo do MI (1944) não corresponde ao ano em que ocorreu o desfile (1942).

Note-se que o empenho do encarregado em estabelecer ações educativas de acentuado caráter patriótico também obedecia ao ideário educacional do momento, quando o projeto de nacionalização que caracterizou governo Getúlio Vargas, principalmente após a entrada do Brasil no conflito mundial, determinou a operacionalização de currículos e ações docentes voltadas para a implementação de políticas de *abrasileiramento* com características profundamente autoritárias. Tal proposta objetivava reforçar o sentimento patriótico em todo o conjunto do território nacional. Ainda que estes programas educacionais tenham sido elaborados, nomeadamente, para impedir a existência de “quistos étnicos” nas zonas de grande concentração de estrangeiros e seus descendentes, como as áreas de imigração alemã e italiana da região Sul⁵⁵⁵, seus lemas nacionalistas também estavam presentes no interior dos Postos Indígenas do SPI.

Embora continuasse sendo reforçada a ideia de prestigiar as tradições e o orgulho da *raça* do indígena, ficava claro que estas categorias nativas não poderiam se sobrepor aos objetivos maiores de “dar ao índio ensinamentos úteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres, incutir-lhe a idéia de que faz parte da nação brasileira”⁵⁵⁶, ou ainda, dar “uma bela oportunidade aos nossos índios para irem compreendendo aos poucos que não é só esse recanto que devem amar, mas que o Brasil é grande e os brasileiros formam um povo só.”⁵⁵⁷

Francisco Vieira parecia esforçar-se muito para representar bem seu papel como administrador e educador, fazendo questão de apresentar em seus relatórios os resultados de seu bem sucedido trabalho educacional entre os indígenas, com o qual teria angariado grande prestígio como educador nos meios regionais. Penso dessa forma, porque, como indica seu relatório de fevereiro de 1944, no mês anterior, teria funcionado na Escola Benjamim Constant, “um curso gratuito de aperfeiçoamento e pedagogia para os professores municipais. Esse curso

⁵⁵⁵ SANTOS, Ademir Valdir dos.; MUELLER, Helena Isabel. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. **Cadernos de História da Educação**. v. 8, n. 2. Jul.-Dez. 2009. pp. 262-263.

⁵⁵⁶ Decreto Lei nº 10.652 de 16 de Outubro de 1942. In: BRASIL, 1947, p. 185.

⁵⁵⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 34**, 1944. Op. cit. p. 5.

foi dado a pedido desses professores e teve a duração de um mês, orientado pelo Encarregado do Posto.”⁵⁵⁸

O encarregado, leitor assíduo dos Boletins Internos da Seção de Orientação e Assistência (SOA) do SPI, atendeu inclusive a outra finalidade estabelecida pelo regimento de 1942 aos encarregados dos Postos Indígenas, que os convocava a: “efetuar levantamento estatístico geral das populações indígenas e dar ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios cooperação no estudo e investigação das origens, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio brasileiro.”⁵⁵⁹ Esta era uma oportunidade ideal para Francisco Vieira construir-se também como grande conhecedor sobre os aspectos socioculturais dos Kaingang. Por isso mesmo, elabora um interessante relato de caráter científico de 15 páginas, intitulado: *Apontamentos sobre os índios cainganges do Posto Indígena de Nonoai*.⁵⁶⁰

Este relato, escrito a partir das observações pessoais do encarregado, refere-se principalmente ao período inicial dos trabalhos do SPI naquele Posto Indígena, quando o mesmo sopesou e anotou aspectos relacionados à organização social, econômica e religiosa dos Kaingang. Seus principais destaques são relacionados às moradias; à produção artesanal; às preferências alimentares; ao direito de propriedade; aos casamentos (com ênfase para as metades exogâmicas), aos aspectos religiosos e à escolha das chefias, onde destaca as patentes militares e os castigos no “tronco”. Pode-se dizer que Francisco Vieira produziu uma etnografia dos Kaingang que, mesmo superficial e, em certos aspectos, preconceituosa, auxilia a identificar algumas situações daquele momento, principalmente no que diz respeito às condições de vida dos índios de Nonoai e a sua relação com a sociedade regional.

Ainda que estas atividades educativas e intelectuais de Francisco Vieira interessassem ao SPI e, especialmente, aos membros do CNPI, as mesmas não poderiam ser sobrepostas às questões produtivas e administrativas do Posto. Neste quesito, os relatórios mensais elaborados pelo encarregado também apresentam elementos importantes

⁵⁵⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 26, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1º de Fevereiro de 1944. p. 2. Microfilme 058. Fotograma 0537 a 0540. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁵⁹ Decreto Lei nº 10.652 de 16 de Outubro de 1942. In: BRASIL, 1947. pp. 185-186.

⁵⁶⁰ VIEIRA DOS SANTOS, Op. cit., 1946.

para se analisar a suas ações enquanto administrador. Como já destacado, havia por parte de Francisco Vieira uma preocupação em detalhar suas atividades criteriosamente e seus relatórios são extremamente ricos em informações sobre a produtividade agropecuária, estado sanitário, dados censitários, estrutura e patrimônio do Posto, entre outras questões de caráter econômico. Percebe-se, nestes detalhamentos, uma patente autodisciplina exercitada por Francisco Vieira.

Ao que parece, porém, ao encarregado não agradava ser um mero seguidor de ordens. Ainda que buscasse adotar as atividades propostas pelo SPI, Francisco Vieira seguidamente encaminhava à IR7 sugestões referentes à aplicação de verbas e melhoramentos do serviço de orientação e assistência aos indígenas. Em um destes encaminhamentos, o encarregado deixa explícita sua vontade de exercer um maior controle sobre o orçamento referente ao Posto, ao sugerir que a orientação, aplicação e distribuição das verbas destinadas ao desenvolvimento dos trabalhos deveriam ocorrer sob a autonomia e responsabilidade de cada encarregado, desde que o mesmo apresentasse conhecimentos práticos sobre a região, sobre agropecuária e seus congêneres.⁵⁶¹

A sugestão de Francisco Vieira, como poderia se esperar, não foi atendida pela IR7. Primeiro, porque ela tendia a retirar dessa inspetoria o controle absoluto sobre a distribuição e a aplicação de verbas nos Postos Indígenas sob sua influência; verbas estas que eram direcionadas de acordo com as contingências de cada PI e, possivelmente, com certos favorecimentos políticos internos. Segundo, porque arriscava-se muito com essa ação, tendo em vista que para os inspetores regionais, nem todos os encarregados apresentavam aptidões, práticas ou éticas, para exercer a responsabilidade de empregar os recursos segundo seus próprios critérios de prioridades. Um terceiro ponto ainda pode ser destacado: os recursos auferidos com a produção agrícola, pecuária e extrativa de um Posto Indígena, de acordo com o próprio regulamento interno do SPI, eram canalizados para as Inspetorias Regionais e, destas, para a administração central no Rio de Janeiro.⁵⁶² Dessa forma, a renda do patrimônio indígena não era revertida para o atendimento exclusivo das necessidades do Posto que produzia estes recursos, mas sim,

⁵⁶¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 35, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 4 de Dezembro de 1950. Microfilme 058. Fotograma 1332 a 1333. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁶² ROCHA, 2003, p. 112.

distribuída aos Postos com menor rendimento ou em vias de estruturação.

Devido a essas situações, é compreensível a recorrência de inúmeras reclamações por parte do encarregado do PI Nonoai no sentido de cobrar investimentos para construção de casas para os índios, melhorias das vias de acesso ao Posto, compra de equipamentos com vistas a dinamizar a produção agrícola, entre tantos outros aspectos, que, em sua opinião, ficavam travancadas pela burocracia do SPI, retardando e prejudicando os trabalhos dos indígenas.⁵⁶³ Além disso, os frequentes atrasos no pagamento dos vencimentos dos funcionários instigavam muitos deles a abandonarem o seu emprego no Posto para trabalhar em granjas ou serrarias da região.⁵⁶⁴

Dois exemplos contundentes da deficiência no repasse de recursos pelo SPI aparecem em um relatório de 1947, onde o encarregado revela a paralisação das aulas na escola do Posto por causa da falta de merenda para os alunos.⁵⁶⁵ Neste caso, era a educação dos indígenas que estava sendo penalizada. No mesmo relatório, Francisco Vieira deixa a entender que o atraso nos repasses financeiros prejudicavam também seus objetivos produtivistas. Neste caso, para evitar danos maiores, alega que: “estando a aftosa afetando seriamente os gados do Posto, como vos foi dado conhecimento e solicitado verba para atender este caso, fiz, de meu dinheiro, compra de medicamentos necessários afim de ir atendendo aos gados pestiados.”⁵⁶⁶

A ausência de repasses financeiros apresentada nos relatórios do encarregado é um forte indicativo da crise político-administrativa que começava a caracterizar o SPI e suas inspetorias a partir deste momento. Avaliando-se os rendimentos obtidos por meio dos contratos de arrendamento de terra para camponeses regionais e pelos contratos para a instalação de serrarias no interior da área indígena, é inexplicável que o encarregado precisasse utilizar-se de seus próprios recursos para pagar

⁵⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 34, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 16 de Maio de 1946. Microfilme 058. Fotograma 1071. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁶⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 5, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 06 de Fevereiro de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1143. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁶⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 31, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 08 de Outubro de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1174. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁶⁶ Ibid.

funcionários e comprar vacinas para o gado.⁵⁶⁷ Esta situação gerou uma série de protestos por parte do encarregado, que via seus avanços no comando do Posto ameaçados.

Frete aos constantes protestos, no início da década de 1950, o SPI autoriza Francisco Vieira utilizar-se de Cz\$ 50 000 (cinquenta mil cruzeiros) dos recursos provenientes da venda de madeiras, para proceder com a execução de obras de infraestrutura do Posto e outras despesas de emergência.⁵⁶⁸ Ainda assim, as orientações são claras quanto ao destino do restante dos recursos auferidos com a venda da madeira do Posto: “de agora em diante, conforme as instruções dessa IR, as entradas ou o pagamento total da madeira que for cortada, o Posto fará o depósito no Banco do Brasil em nome dessa Chefia.”⁵⁶⁹

Ainda que a falta de recursos fosse recorrente, comprometendo corriqueiramente os trabalhos e as pretensões de autosustentabilidade do Posto Indígena Nonoai, a ação indigenista de Francisco Vieira é lembrada pela maioria dos Kaingang entrevistados como bastante favorável para os indígenas. Este encarregado foi, sem dúvida, o agente que melhor representou os ideais integradores e assimilacionistas do SPI em Nonoai. Mesmo assim, ele é construído e reconstruído pelos Kaingang como um chefe “exemplar”, no que tange ao desenvolvimento de seus trabalhos entre os indígenas e suas relações pessoais com os mesmos. A imagem extremamente positiva de Francisco Vieira para os Kaingang pode ser explicada, em parte, porque apesar de ter sido ele o organizador das “lavouras comunitárias” e quem instituiu o sistema do *Panelão* neste PI, foi este encarregado também que alcançou resultados

⁵⁶⁷ Encontramos nos arquivos do SEDOC MI e no Arquivo CTL/Funai em Paranaguá-PR, diversos recibos de arrendamentos de parcelas de terra dentro da área do Posto Nonoai para camponeses, semelhantes ao já apresentado na figura 17 do capítulo 2, referente ao PI Xaçecó. Além disso, desde o ano de 1944 o SPI estabeleceu com Hermínio Tissiani, contrato de extração de madeiras no interior do Posto Indígena Nonoai, onde foram instaladas duas serrarias. Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibos de arrendamento**. PI Nonoai. 20 de Julho de 1943. Microfilme 058. Fotogramas 0251 e 0252. SEDOC/Museu do Índio-RJ; BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Termo de contrato entre o SPI e Hermínio Tissiani para exploração madeireira no PI Nonoai. 08 de Abril de 1944**. 2 p. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

⁵⁶⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 10, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7**. PI Nonoai. 07 de Junho de 1951. Microfilme 058. Fotogramas 1424. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁶⁹ Ibid.

significativos para a melhoria das condições sanitárias, alimentares e educacionais dos indígenas, por meio do melhoramento de suas moradias, pela construção de enfermaria e escolas no Posto e pela diversificação da produção agropecuária.

Além de todos estes aspectos relacionados à sua atuação econômica, chama atenção nas narrativas dos velhos Kaingang, o caráter paternalista atribuído ao encarregado. É comum nos depoimentos registrados em Nonoai, surgirem expressões como “Francisco Vieira era um pai para nós”, “tratava bem os índios”, “era meu padrinho”, entre outras caracterizações que denotam uma relação onde os padrões de relacionamento com o chefe de Posto são expressos de forma a positivar sua ação indigenista, sobretudo quando é comparado aos outros agentes anteriores e posteriores. Uma representação exemplar desta relação é demonstrada por Antônio Eufrásio, quando este explica que:

O seu Francisco, ele mandava carnear os gado, em tempo de festa, pra comunidade, conversava com os véio e tratava bem os índio. Chefe melhor que saiu é aquele lá... e os outro que entravam já com pouca vontade de trabalhar com a comunidade, né, uns queria morar aqui dentro, outros queria morar na cidade, porque não se acostuma no meio do mato.⁵⁷⁰

O fato de Francisco Vieira demonstrar interesse em “estar” entre os indígenas, pode ser considerado ponto crucial para a construção de uma memória positiva deste encarregado. Tanto em seus ofícios e relatórios quanto nas narrativas Kaingang, Francisco Vieira é apresentado como figura onipresente e participante ativa de praticamente todos os afazeres do Posto. Por estar sempre envolvido com atividades na enfermaria, na escola, no escritório, nas lavouras e nos currais, é apresentado através de significações que o concebem sob inúmeros predicados, como se depreende a partir da fala de João Severo: “...ele foi um homem muito honesto, muito bom, foi o que fez uma mudança, no pessoal indígena, na maneira dele tratar, na maneira dele agir. Tinha muita paciência com os índios, e foi fazendo mudança devagarinho, na vida dos índios.”⁵⁷¹

⁵⁷⁰ EUFRÁSIO, Op. cit., 2014.

⁵⁷¹ SEVERO, Op. cit., 2013.

Esta alocução de João Severo é reveladora de uma aplicação prática dos ideais protecionistas e integradores do SPI, com forte influência da tutela rondoniana. Referências qualificadoras como honestidade, bondade, proatividade, paciência, entre outras, são cobradas constantemente pelos diretores e inspetores regionais aos seus agentes indigenistas, sendo estas consideradas atitudes fundamentais para o estabelecimento de relações mais estreitas com os indígenas. Mais do que uma prática humanitária, sua finalidade era angariar prestígio aos encarregados e ao Serviço, para facilitar a orientação e o engajamento nas atividades de ordem educativa e econômica estabelecidas nos PIs.

Outro aspecto, já citado anteriormente, contribuiu para o aumento e consolidação da influência de Francisco Vieira entre os indígenas do PI Nonoai: a atuação de sua esposa. Como já descrito, Helena Abduch Vieira dos Santos era também funcionária do SPI e atuava como Auxiliar de Ensino na escola *Benjamin Constant*. Além das funções escolares, no entanto, ela também se fazia presente em outras atividades do Posto, como na enfermaria, nas hortas, na organização de festas e comemorações cívicas.

A memória Kaingang ressalta ainda a presença de Helena Vieira como participante ativa do universo feminino e infantil do PI, auxiliando na instrução das mulheres e das meninas da escola em atividades de corte e costura, etiquetas alimentares, noções de economia doméstica, entre outras atividades. Se Francisco Vieira era considerado um pai para os Kaingang, Valter Sampaio estende a mesma concepção para Helena Vieira: “a dona Helena também era uma mãe pra gente.”⁵⁷² Nessa mesma linha, Jorge Garcia ressalta ainda mais o caráter “maternal” da esposa do encarregado:

...a dona Helena a mulher dele era pior ainda, gostava mesmo, adulava as criança, adulava tudo mundo. Pra ela era uma brincadeira, ela andava junto com as crianças, as mulher, também ela ia né, porque as índias que moravam tudo pertinho do Posto, [...] ficaram contente, porque era uma pessoa boa mesmo né, a Helena.⁵⁷³

⁵⁷² SAMPAIO, Op. cit., 2013.

⁵⁷³ GARCIA, Op. cit., 2013.

A constituição de atributos vinculados a uma imagem do chefe bom e carismático, contudo, não extinguem algumas representações de carácter autoritário atribuídas a Francisco Vieira. O rigor metódico aplicado no desenvolvimento dos trabalhos do Posto, perceptível em seus relatórios, infligia um ordenamento nas ações e no comportamento dos Kaingang. Uma destas representações é narrada por Adelino Lopes, que, apesar de não ter convivido com Francisco Vieira, apresenta detalhes de sua faceta autoritária, através da lembrança de narrativas de pessoas mais velhas, as quais vivenciaram as ações deste encarregado. Segundo este: “...os mais velhos do que eu, como esse Jorge Garcia que tu tava falando pra mim, diz que quando ele dizia assim pro índio: ‘tal hora tu tem que tá aqui: 8 horas’. Daí se tu não chegasse na hora certa ele mandava você de volta. Ele não recebia você.”⁵⁷⁴

Esse extremismo na cobrança por pontualidade era acompanhado por outras ações de caráter autoritário, como a cobrança por comportamentos sociais considerados mais civilizados, em consonância com os ideais de integração e nacionalização. Tais comportamentos eram representados por ações pontuais, como a proibição de qualquer tipo de bebida alcoólica aos indígenas, a imposição de licenças para o afastamento de indígenas do Posto e o saneamento do pátio da Sede. Este último era considerado uma obrigação, pois visava tornar o mesmo apresentável aos visitantes, como revela Mafaldo Oliveira: “nós deixava sempre o Posto limpo e tudo era assim ordenado pelas polícia.”⁵⁷⁵ Como estas cobranças também implicavam em algumas restrições aos indígenas, nem todos concordavam com estas atividades, sobretudo quando se tratava do trabalho desempenhado pelas crianças na escola, havendo casos de protestos bastante sérios, como informa João Severo:

...até eu me lembro que uma vez minha mãe bateu boca com o chefe do Posto né, com o Francisco Vieira por causa do estudo. Porque houve uma denúncia e os meus pais souberam, que diz que o Francisco Vieira botava os alunos a trabalhar muito lá no Posto. Fazer limpeza por baixo daquelas casas, onde faziam casa ficava o cavaquedo de madeira. Arrancar guanxuma, arrancar capim a muque. E a minha mãe soube e

⁵⁷⁴ LOPES, Op. cit., 2014.

⁵⁷⁵ OLIVEIRA, Op. cit., 2014.

foi lá. Teve uma discussão grande com o chefe do Posto.⁵⁷⁶

De modo geral, estas características do autoritarismo empregado por Francisco Vieira não estão vinculadas apenas à necessidade de controlar e vigiar, mas, sobretudo, à necessidade de criar um espaço útil, produtivo e qualificado no Posto Indígena. Embora alguns relatos façam ressalvas às cobranças e aos ordenamentos do encarregado, chama a atenção nas entrevistas realizadas com os Kaingang, a não indicação de um autoritarismo patronal na atuação indigenista de Francisco Vieira. A maior parte dos relatos permite pensar na existência de uma espécie de autoritarismo patriarcal. Um exemplo representativo desta característica refere-se ao fato de o encarregado estar imbuído de uma função protetora e mediadora das relações com a sociedade regional em benefício dos indígenas. Da mesma forma, os relatos indicam que, apesar de rigoroso, estava longe de ser violento, pois, ao contrário de outros encarregados anteriores e posteriores, não costumava andar armado em suas excursões pela área indígena.

Por conta desse caráter paternalista, Jorge Garcia recorda que, quando da saída de Francisco Vieira do Posto Indígena, no ano de 1956, houve uma comoção muito grande por parte dos Kaingang, que relutaram em permitir sua transferência: “eles queriam transferir ele pra outro lugar e ele não queria sair. Ele dizia que os índio não entregavam ele, né. Não queriam que ele saísse. Então a gente fez ali, essa revolta. Mas perdemo igual. Levaram, nunca mais vimos ele.”⁵⁷⁷ O destino de Francisco Vieira, após sua saída de Nonoai, foi o Posto Indígena Fioravante Esperança, no município de Palmas-PR, que chefiou durante um curto período até ser promovido a Chefe da 8ª Inspeção Regional (IR8) em Goiás, onde permaneceu até 1964, retornando depois para a IR7.

É importante destacar que, tanto as narrativas escritas quanto os relatos orais sobre Francisco Vieira, são construídos com eixos de significações próprias e atualizados de acordo com as tendências, vivências e experiências das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a atuação indigenista deste encarregado. Nos relatos orais coletados, é possível perceber uma forte tendência dos velhos indígenas

⁵⁷⁶ SEVERO, Op. cit., 2013.

⁵⁷⁷ GARCIA, Op. cit., 2013.

em destacar muito mais os aspectos positivos do que os negativos da atuação dele no PI Nonoai. Esta característica justifica-se se compreendermos que, embora houvesse um intervencionismo efetivo do órgão indigenista federal através de uma política assimiladora e integracionista, a representação favorável de Francisco Vieira deve-se muito à sua boa relação com a comunidade indígena de Nonoai e ao atendimento de inúmeras demandas e solicitações da mesma. Deve-se, do mesmo modo, por sua atuação estar vinculada à melhoria das condições de vida dos índios, o que, em parte, pode ser resumida na fala de quase todos os entrevistados: “no tempo do seu Francisco não havia fome em Nonoai!”

Enfim, a atuação indigenista de Francisco Vieira parece ter terminando de forma melancólica, pois sobre este encarregado pesaram, nos anos finais do SPI, várias denúncias de irregularidades no exercício de suas funções, como se percebe no relato de Ney Land sobre a 7ª Inspeção Regional em 1964. Ney Land, então um membro do CNPI, faz referências a Francisco Vieira da seguinte forma:

Agente de índios nível 6-B, com instrução média. É o vice-chefe da IR. É poeta e possui razoável cultura geral. [...] Fracassou como chefe de Posto em todos pelos quais passou. No último, um incêndio destruiu a sede e com ela a sua biblioteca, que ao que parece, era grande e boa. Deu para beber; o que fazia até com os próprios índios. Ficou completamente arrasado ao se separar da esposa.⁵⁷⁸

Outras denúncias são constatadas no relatório da CPI chefiada por Jäder Figueiredo entre 1967 e 1968, a qual acusou-lhe de diversas irregularidades, como: desmandos na administração dos PIs Nonoai e Fioravante Esperança, irresponsabilidade funcional por motivo de embriaguês, irregularidades na compra e venda de gado na Ilha do

⁵⁷⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório sobre a IR7 elaborado por Ney Land**. 19 de Março de 1964. p. 2. Microfilme 322. Fotogramas 0423 a 0425. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Bananal (Goiás), além de ser responsabilizado pelo suplício de indígenas no “tronco”.⁵⁷⁹

O encarregado negou todas as denúncias apuradas contra ele pela CPI, mesmo assim, sua defesa parece não ter sido acatada pelos relatores do processo, sendo proposta a sua demissão do quadro permanente do Ministério da Agricultura em 1968.⁵⁸⁰ Após esta data, não existem registros nos arquivos analisados sobre seu destino ou paradeiro.

3.4.2. “No tempo do Nereu”: autoridade x autoritarismo na chefia do Posto Indígena Xaçecó

A saída de Francisco Siqueira Fortes da chefia do Posto Indígena Xaçecó em 1948, após denúncias de negligência no desempenho de suas funções, abriu espaço para a ocupação do cargo por Wismar Costa Lima, lembrado até os dias de hoje na memória dos velhos Kaingang como o encarregado mais autoritário e violento que já se estabeleceu na chefia desta área indígena. Inúmeras denúncias contra Wismar Costa Lima foram veiculadas na imprensa local, particularmente no jornal *A Voz de Xaçecó*, onde, por intermédio do Juiz Antonio Selistre de Campos, o próprio SPI, que tanto havia sido defendido pelo mesmo por garantir as terras aos índios do Xaçecozinho no início dos anos 1940, passou a ser duramente criticado por este Juiz no final daquela década,

⁵⁷⁹ Estas denúncias são apontadas no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar casos de corrupção e violências contra indígenas promovidas por funcionários do SPI, tendo sido finalizada em 1968. Foi dirigida pelo procurador Jader Figueiredo Correia, que, durante 3 anos chefiou a comissão de investigação que viajou por inúmeros Postos Indígenas do Brasil, levantando provas contra os agentes do SPI. Por isso, o relatório resultante dessa CPI ficou conhecido como **Relatório Figueiredo**. Mais informações em: BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório Figueiredo**. Autos do Processo. Sobre as denúncias contra Francisco Vieira, ver páginas: 1687, 1688, 1734, 1825.

⁵⁸⁰ BRASIL. **Diário Oficial da União**. Relatório da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 239-67, do Ministério do Interior, para apurar irregularidades no SPI. 10 de Setembro de 1968, p. 8047.

inclusive sendo ironicamente denominado: “Serviço de Perseguição aos Índios.”⁵⁸¹

Pesaram sobre Wismar Costa Lima denúncias de diversas naturezas. Entre as mais graves, de espancamento de indígenas, embriaguez no trabalho, utilização irregular de recursos públicos e, ainda, ficou marcado principalmente pela entrega para empresas particulares da área conhecida como Toldo Imbu, o que ocasionou a remoção de diversas famílias indígenas para outras aldeias do PI Xaçecó.⁵⁸² Contra estas denúncias, o encarregado formulou sua defesa tecendo acusações contra os encarregados anteriores e tentando comprovar a solicitude com que sempre atendeu às exigências do SPI.⁵⁸³ Costa Lima atribuía estas denúncias, consideradas caluniosas e infundadas, a “mentalidades doentias que tentavam atingir sua dignidade de homem probo e antigo defensor da Causa Indígena.”⁵⁸⁴ Entre as “mentalidades doentias” que acusavam o encarregado, constavam o então prefeito de Chapecó, Vicente Cunha, e o deputado estadual Cid Loures Ribas. Sobre as acusações do prefeito, inclusive, o mesmo se mostrou surpreso e indignado, conforme se depreende através de um trecho de sua defesa:

...minha personalidade não permite um tratamento indecoroso que é merecedor o Sr. Prefeito de Xaçecó, haja vista a torpeza de suas comunicações em relação à administração que venho exercendo no P.I. N. de “Xaçecó”, onde tenho procurado unicamente morigerar os hábitos perniciosos de nosso índio naquela região, onde campeia os vícios do célebre “Contestado”, e onde a melhor virtude é saber manejar um revólver. [...] Enquanto permanecer neste Posto, embora com o risco da própria vida e de meus filhos, haverei,

⁵⁸¹ CAMPOS, Antonio Selistre de. Serviço de PERSEGUIÇÃO aos Índios. A **Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano VII. 05 de Junho de 1949. p. 1.

⁵⁸² Conforme já citado no capítulo anterior, com informações de: FURTADO, 1987; D’ANGELIS, 1989; D’ANGELIS, FOCÃE, 1994.

⁵⁸³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 17, encaminhado por Wismar Costa Lima à IR7**. PI Xaçecó. 28 de Abril de 1949. Microfilme 064. Fotograma 00745 a 00747. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁸⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 24, encaminhado por Wismar Costa Lima à IR7**. PI Xaçecó. 25 de Maio de 1949. Microfilme 064. Fotograma 00753 a 00755. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

dignamente de seguir o nobre lema do SPI e fazer do índio um elemento produtivo à si e a nossa Pátria. [...] Em absoluto pretendo usufruir regalias desse meu intento. No entanto, creio piamente que o SPI reconhecerá minha intenção e prestar-me-á o apoio de que careço.⁵⁸⁵

O apoio esperado pelo encarregado por parte do SPI não ocorreu, sobretudo, porque sobre o mesmo pesaram denúncias graves de submissão de partes da área indígena a interesses dos regionais, quando este procurou remover os indígenas de locais onde empresas particulares reivindicavam propriedade.⁵⁸⁶ Wismar Costa Lima acaba sendo afastado da direção do Posto Indígena Xaçecó e transferido para o PI Marrecas, no Paraná.

Para o seu lugar foi destacado Nereu Moreira da Costa, um ex-sargento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), natural do município de Chapecó-SC.⁵⁸⁷ Nereu Costa, como ficou mais conhecido entre os indígenas, contou com o apoio de autoridades regionais para assumir o cargo de encarregado do PI Xaçecó, após a transferência de Wismar Costa Lima. Entre os apoiadores deste encarregado estava o próprio Juiz Antonio Selistre de Campos, a quem “esta nomeação causou grande satisfação, por ser a pessoa nomeada conhecida por sua boa conduta e espírito de humanidade.”⁵⁸⁸ Junto com o novo encarregado, fora ainda contratada sua esposa, Lourdes Maria Costa, professora normalista, a quem foi atribuída a responsabilidade pela regência da escola do Posto.⁵⁸⁹

Diferentemente do que ocorre com Francisco Vieira em Nonoai, Nereu Costa assume o comando do Posto Indígena Xaçecó já em um período em que a tutela federal encontrava-se consolidada no mesmo. Nem por isso, pode-se considerar que as condições encontradas foram mais favoráveis, isto porque, logo em sua chegada, precisou enfrentar a relutância do antigo encarregado em entregar o cargo no Posto. Ao discorrer sobre a conduta de Costa Lima como encarregado do PI

⁵⁸⁵ Ibid., p. 3.

⁵⁸⁶ SANTOS, 1970, p. 62.

⁵⁸⁷ Ibid., p. 73.

⁵⁸⁸ CAMPOS, Antonio Selistre de. Posto dos Índios de Chapecozinho. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano VII. 17 de Julho de 1949.

⁵⁸⁹ Ibid.

Xapecó, Dinarte Belino afirma que o próprio Nereu Costa teria sido vítima de seu autoritarismo, ao indicar que: “ele surrava os índio. Tinha os filho dele, eles surraram perto de mim... até deram uns tapa na cara do seu Nereu, que o Wismarzinho, que o filho dele era Wismarzinho também, deram uns tapa na cara do seu Nereu.”⁵⁹⁰

Além dos vários problemas internos, Nereu Costa viu-se obrigado a contornar problemas externos, como as investidas de Alberto Berthier de Almeida, constantemente aspirando ter reconhecidos seus direitos sobre as terras delimitadas aos indígenas pelo Decreto nº 07 de 1902. Visando imprimir uma pressão no governo, o comerciante chegou até mesmo a promover invasões na área indígena, conforme indica o encarregado em ofício à Lourival Mota Cabral, chefe da IR7:

Comunico-vos que em data de 31 de maio de 1951, a área indígena foi invadida por três grupos de homens assalariados da serraria do cidadão Alberto Bertier de Almeida residente em Passo Fundo Rio G. do Sul, com serraria nas proximidades desta área. [...] Os mencionados trabalhadores em número de oito estavam equipados de machados, serras e diversos ternos de bois para arrasto e três espingardas de chumbo, derrubando pinheiros e preparando toras para a serraria e arrastando alguns cernes. [...] Mandei lavar termo de invasão e o Sr. Solon Bertier Winkler, gerente da serraria, assinou. Diz o mesmo não se achar por embargado e esperava novas ordens para prosseguir devastações nem que seja necessário usar armas. [...] Indígenas estão agitadíssimos prometendo caso não haja justiça, fazerem com as próprias mãos. Encaminhei termo de invasão ao Sr. Promotor da

⁵⁹⁰ BELINO, Op. cit., 2014. Não há indicação nas fontes documentais pesquisadas sobre este episódio, porém, são recorrentes os relatos que indicam a procedência de outros desmandos de Wismar e seus filhos no PI Xapecó. O filho mais velho deste encarregado, chamado Wismar Costa Lima Filho, o “Wismarzinho”, também era funcionário do SPI, lotado na sede da IR7 em Curitiba, desde 1945. Ver: (BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Cadastro de funcionários lotados na 7ª Inspeção Regional.** s/d. p. 65. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.) Em vários depoimentos são citadas ocorrências de ações violentas do encarregado com a participação de seus filhos. Ver: (FURTADO, 1987; D’ANGELIS, FOCÆE, 1994).

Comarca o qual aguarda ordens urgentes dessa chefia, afim de que possa se intervir no caso. Dr. Antonio Selistre de Campos, advogado da causa indígena já telegrafou ao General Candido Mariano Rondon e Governador do Estado.⁵⁹¹

Além dos problemas relativos às invasões, Nereu Costa herdou ainda outros, decorrentes das administrações anteriores, como a falta de estradas, produção agrícola precária, falta de assistência médica, péssimas condições de moradias dos indígenas, etc. O novo encarregado via como primordial para melhorar a situação do Posto, incentivar e incrementar a produção agropecuária, bastante defasada naquele momento. Para isso, procedeu com melhorias estruturais nos paióis, ampliação das estradas e procurou meios de impedir que os indígenas fossem aliciados pelos regionais para trabalhos fora da área. Essa, aliás, era uma tarefa que se mostrava árdua, pois como o próprio Nereu Costa demonstra:

O Posto Indígena de Xaçupé conta com quase mil almas e milhares de alqueires de terra de cultura, pinhaes e pastagens, é afamado pela sua fome e miséria, porque o índio que não está tirando erva de tarefa, está trabalhando pelos colonos visinho, sendo explorado pelos colonos inescrupulosos; o que ganha, bebe em cachaça e se o encarregado tentar tomar providência, fica preso porque ninguém acredita na tal proibição. Por mais que o encarregado trabalhe e procure com espírito humanitário resolver esse problema, é em vão, porque não temos condições própria para controlar a tribo dentro da área.⁵⁹²

⁵⁹¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 12 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7.** PI Xaçupé. 03 de Junho de 1951. Microfilme 064. Fotograma 0259. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁹² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 28 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7.** PI Xaçupé. 17 de Novembro de 1950. Microfilme 064. Fotograma 0253 a 0254. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

A seu ver, as condições dos indígenas só melhorariam com uma completa reorganização das “lavouras comunitárias”, visando uma ampliação na produção de trigo, milho e feijão, produtos já adaptados pelos Kaingang e facilmente comercializáveis no mercado regional. Além disso, insistia no melhoramento da pecuária, considerada por ele, subaproveitada pelos seus antecessores. Por isso, instou por investimentos para a organização de criatórios de suínos e ovinos, além de solicitar a compra de éguas para enxertos com jumentos e melhoria das invernadas. Por perceber o caótico estado sanitário do Posto, pedia que fosse reorganizada a enfermaria e procedida vacinação contra as inúmeras moléstias que acometiam os indígenas.⁵⁹³

Sendo conhecedor das limitações orçamentárias impostas pelo SPI, Nereu Costa sabia que os recursos necessários para tais empreendimentos deveriam ser oriundos do próprio Posto Indígena e, ainda, estarem sempre sob supervisão das autoridades do órgão indigenista. Por isso, sugere duas situações consideradas cruciais para o sucesso do empreendimento:

1°. Consentir que parceiros ou meeiros façam grandes plantações de trigo e outros produtos, aproveitando a imensa campina sem utilidade alguma para o índio, porque só pode-se plantar com arados e tratores [...] 2°. O SPI explorar ou deixar que alguém explore todas as madeiras de lei, que encontra-se apodrecendo ou desvitalizado, por exemplo: Pinheiros, cedros, outras madeiras que por motivo de incêndios, tempestades e outras imperícias do tempo acham-se em mau estado e milhões e milhares de cruzeiros estão-se evaporando e o índio de todo o nosso glorioso país passando as maiores privações terrestres.⁵⁹⁴

Estas condições propostas pelo encarregado revelam o quanto o mesmo buscava construir-se enquanto um empreendedor competente, não apenas porque sabia que suas propostas não eram exatamente revolucionárias, tendo em vista que já o foram tentadas em outras oportunidades, mas sim, porque ele se considerava o único capaz de executá-las corretamente. Por isso mesmo, apresentava ideias

⁵⁹³ Ibid.

⁵⁹⁴ Ibid.

consideradas mais eficazes para conseguir resultados positivos, comprometendo-se inclusive, caso fossem atendidas suas solicitações de assistência agropecuária, “em 10 anos fazer a emancipação econômica da tribo, transformando o P.I.N. de Chapecó em Colônia Indígena de Chapecó.”⁵⁹⁵

A pretensão do encarregado também estava em consonância com os pressupostos desenvolvimentistas do SPI na década de 1950, especialmente para os Postos Indígenas da IR7. A ideia do órgão indigenista era retirar dos indígenas a simples condição de participantes da economia regional para torná-los concorrentes, competindo, e, se possível, assumindo posições de liderança em diversos setores produtivos, principalmente na lavoura. Conforme se depreende de suas orientações, o SPI pretendia transformar os Postos Indígenas da IR7 em “centros de progresso e incremento da lavoura.”⁵⁹⁶ Na concepção de Wilmar D’Angelis, neste período, “o SPI passava a administrar as áreas indígenas com uma perspectiva de grande latifundiário, e passa a explorá-las como suas grandes fazendas.”⁵⁹⁷

Frente a estas aberturas, Nereu Costa não economizava em suas sugestões para inovar nas atividades agrícolas do PI Xaçepó. Algumas de suas ideias realmente podem ser descritas como inovadoras, tanto que foram merecedoras de elogios por parte da direção do SPI. Uma delas refere-se à introdução da soja (*Glycine max*) no PI Xaçepó, chamada por ele de *feijão soja*. No panorama agrícola do início da década de 1950, essa leguminosa era um produto até certo ponto desprezado em relação ao trigo e ao milho, só vindo a se estabelecer como cultura economicamente importante para o Brasil a partir de 1960.⁵⁹⁸ Nereu Costa foi o responsável pela introdução do cultivo da soja no Posto, visando principalmente sua utilização para a alimentação dos indígenas, cujo precário estado nutricional era considerado um dos grandes causadores das doenças e do mau rendimento dos índios nos trabalhos do Posto. Sua ideia era demonstrar a eficácia deste produto para que o mesmo pudesse ser cultivado e utilizado em outros Postos Indígenas:

⁵⁹⁵ Ibid.

⁵⁹⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 19**. Agosto de 1958. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁵⁹⁷ D’ANGELIS, 1989, p. 71.

⁵⁹⁸ ZOCKUN, Maria Helena Garcia Pallares. **A Expansão da soja no Brasil: alguns aspectos da produção**. São Paulo. IPE/USP, 1980.

Mediantes muitas experiências feitas e todas com grande resultados não me foi, ou não me é possível ficar calado ainda mais porque conheço muito bem as dificuldades de outros Postos do sul que esse abençoado produto poderá resolver também seus problemas aflitíssimo ou crucial que é a má alimentação dos índios. [...] Aqui no Posto já está sendo uma das principais fontes de alimentação e no próximo ano vai ser obrigatório a planta igualmente como se planta trigo. Estou especializando alguns índios para poder ensinar a todos os índios pelo menos o feitiço do leite. [...] Alguns índios que já estão se alimentando com o leite me afirmaram que se tomando dois copos por dia dá para se trabalhar todo o dia, se for preciso, sem ter fome.⁵⁹⁹

A melhoria das condições alimentares dos indígenas, como se percebe em sua tentativa de acrescentar o leite de soja na dieta dos indígenas, estava diretamente vinculada à melhoria de suas condições de trabalho. Índios melhor nutridos seriam capazes de trabalhar melhor e, portanto, o Posto e o próprio SPI tirariam vantagens da condição. A soja, entretanto, apesar de ganhar bom espaço de cultivo com Nereu Costa, jamais alcançou o mesmo patamar de produção que o trigo, o qual se tornou, a partir de 1950, o principal produto cultivado no PI Xapecó. Seu sucesso, facilitado pela mecanização das lavouras, atraía bastante atenção dos regionais, que se deslocavam até a área indígena para observar os *índios colonos*. Maiores detalhes sobre o cultivo do trigo neste PI serão descritos no próximo capítulo.

Na documentação pesquisada, foram encontrados vários relatórios contendo dados sobre a produção agrícola e pecuária do Posto e ainda o movimento de renda e guias de remessa para o SPI. À guisa de exemplificação sobre as prioridades de produção, destaco um trecho do relatório referente ao mês de dezembro de 1953, onde o encarregado aponta os principais produtos cultivados no Posto: “Foi lavrado 11 hectares de terra e foi plantado 5 hectares de terra de milho, 2 hectares de feijão preto, 4 hectares de feijão soja. Colheita: foi colhido 20

⁵⁹⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 04 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7**. PI Xapecó. 06 de fevereiro de 1954. Microfilme 064. Fotograma 00854. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

hectares de terra em trigo.”⁶⁰⁰ Como se percebe, o trigo era, em fins de 1953 o principal cultivo agrícola do PI Xaçecó. Diferentemente de Francisco Vieira em Nonoai, Nereu Costa não pareceu incentivar a criação bovina no PI Xaçecó, dando maior prioridade para os suínos, por serem estes animais de preferência alimentar dos indígenas e exigirem menos cuidados sanitários e menores extensões de pastagem.

As atividades agropecuárias dos “índios colonos do Chapecozinho”, como Nereu Costa referia-se em seus relatórios, chamaram a atenção da comunidade regional, principalmente por parte daquelas parcelas que demonstravam interesse em ver melhoradas as condições de vida da população indígena da região. Foram frequentes as visitas de autoridades ao Posto Indígena durante esta década. Estas visitas eram momentos em que o encarregado aproveitava-se para granjear apoio ao seu trabalho, pois, muitas dessas pessoas, como o Juiz Antonio Selistre de Campos, mantinham relações fortes com a IR7 e com a própria direção central do SPI. A imagem abaixo ilustra uma visita do Juiz Selistre de Campos ao PI Xaçecó:

⁶⁰⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do Posto**. PI Xaçecó. 1953. 31 de Dezembro de 1953. Microfilme 337. Fotograma 00764. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Figura 17: Comitiva do Juiz Antonio Selistre de Campos em visita ao Posto Indígena Xaçepó.⁶⁰¹



Fonte: Arquivo do CIMI – Brasília/DF. Fotografia concedida por Clovis Antonio Brihenti. BRIGHENTI, 2012, p. 220.

Nereu Costa fazia questão de apresentar em seus relatórios e ofícios as presenças ilustres que recebia no Posto. Informações sobre a visita de políticos, comerciantes, autoridades legislativas entre outros, aparecem seguidamente em sua correspondência para a IR7. O encarregado sabia utilizar-se do apoio recebido pelas autoridades regionais para cobrar melhorias para o Posto, especialmente nas questões referentes à estocagem da produção e às habitações dos indígenas, pois considerava vergonhoso que pessoas influentes da sociedade ficassem admirados com o trabalho dos “índios colonos” em

⁶⁰¹ OBS. No verso da foto estão identificadas as pessoas: 1. Ernani Pinheiro (Telegrafista de Chapecó); 2. Nereu Moreira da Costa (Encarregado do Posto); 3. Eugênio Marchetti (Inspetor Escolar); 4. Antonio Selistre de Campos (Juiz da Comarca de Chapecó); 5. Chofer. Não há indicação da data específica, mas a foto certamente foi tirada ente 1950 e 1957, ano do falecimento de Selistre de Campos.

suas modernas lavouras de trigo e, ao mesmo tempo, espantados com as taperas em que os mesmos viviam.⁶⁰²

Estas melhorias, na opinião de Nereu Costa, só ocorreriam se a renda indígena fosse incrementada com atividades que ampliassem e fossem além da produção agrícola familiar dos indígenas. Dessa forma, o encarregado obstinou-se em aumentar o número de arrendamentos a camponeses dentro da área indígena e organizar contratos de extração de madeira com empresários regionais.⁶⁰³ Além disso, intensificou os trabalhos coletivos dos indígenas, visando aumentar a quantidade de “lavouras comunitárias” que poderiam suprir as necessidades do Posto e, ainda, contribuir para o aumento da renda indígena. Este encarregado demonstrava-se imbuído da ideia de transformar o PI Xaçecó em um exemplo de produtividade, por isso, seus esforços se concentravam em tentativas de organizar o Posto Indígena em termos de empresa.⁶⁰⁴

Como meio de aproveitar racionalmente os recursos florestais do Posto e impedir o engajamento dos indígenas nas serrarias de empresários regionais, Nereu Costa insistia na construção de uma serraria do próprio SPI naquela área. Na concepção do encarregado, esta seria mais uma forma de solucionar os problemas de moradia que os indígenas enfrentavam. A ideia era aproveitar-se somente das madeiras “desvitalizadas” pelo fogo ou por vendavais, que causavam grandes devastações nas araucárias. Sua insistência surtiu efeito e em meados de 1950, o SPI constrói a primeira serraria no PI Xaçecó. Instalada a serraria, no entanto, este encarregado demonstrou-se incapaz de garantir a construção de casas para todas as famílias indígenas, pois interesses diversos determinaram o insucesso do empreendimento, conforme revela Santos:

Ora, a concorrência que a serraria fazia às empresas congêneres da área, determinava

⁶⁰² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 19 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7**. PI Xaçecó. 02 de Julho de 1954. Microfilme 064. Fotograma 00857. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁰³ No SEDOC do MI, encontram-se inúmeras cópias das concorrências públicas estabelecidas para explorar os pinheirais da área do Posto Indígena Xaçecó, entre os anos 1950 e 1960. Entre as firmas que firmaram concorrência e acabaram se beneficiando com a exploração de madeira na área indígena estão: J.B. Tonial & Filhos; João Wustre e Cia; Saulle Pagnocelli; Pedro Pegoraro; Dorival Giordani; Annoni & Ferreira Ltda.

⁶⁰⁴ OLIVEIRA, 1968; SANTOS, 1970.

reclamações dessas ao SPI; ora eram as proibições do próprio órgão protetor que impediam o seu funcionamento; ora era o descaminho pelos encarregados, em benefício particular, da produção da serraria.⁶⁰⁵

A serraria do SPI e as outras serrarias particulares instaladas entre o final da década de 1950 e meados da década de 1960, promoveram uma grande devastação nas florestas existentes no interior do PI Xaçecó. Na esteira dessa “limpeza do terreno”, foram sendo firmados contratos de arrendamento para camponeses regionais, os quais acabavam se instalando dentro da área indígena, formando lavouras e construindo benfeitorias. Como grande parte desses contratos eram verbais e estabelecidos diretamente entre o encarregado e os agricultores que pretendiam um lote na área dos indígenas, ocorreram inúmeros casos de inadimplência do pagamento dos 20% da produção estabelecida pelo SPI, motivando vários conflitos entre arrendatários, indígenas e funcionários do Posto.⁶⁰⁶

A ação indigenista de Nereu Costa baseou-se em sua tentativa de construir-se enquanto um empreendedor responsável, cujas propostas primavam pelo empenho dos indígenas nos trabalhos estabelecidos. Suas intenções, entretanto, dependiam maciçamente da cooperação dos indígenas para o desenvolvimento das atividades. Por causa dessa postura, Nereu Costa é construído através das memórias Kaingang como a figura de um fiscal ou um patrão diligente, apresentado sempre em constante movimentação pelo Posto e fora dele, em busca de recursos (humanos e financeiros) para desenvolver os trabalhos. Apesar disso, é lembrado sob aspectos diferentes de Chico Fortes (um chefe bondoso) e Wismar Lima (um chefe violento). Nereu Costa, ainda que identificado como justo e prestativo para a maioria dos indígenas entrevistados, também figura no imaginário kaingang em uma imagem próxima a um capataz de fazenda ou um fiscal. Noé Rodrigues, ao discorrer sobre o tratamento dispensado aos indígenas por Nereu Costa, afirma que: “aquele sabia tratar o índio. Até que não gostava que o índio vivesse

⁶⁰⁵ SANTOS, 1970, p. 64.

⁶⁰⁶ Silvio Coelho dos Santos ressalta que devido à proliferação dos arrendamentos de terras para formação de lavouras, no final da década de 1960, existiam cerca de 226 famílias de camponeses, além de vários funcionários do próprio SPI praticando agricultura na área do PI Xaçecó. (Ibid. p. 64.)

pela estrada caminhando que nem hoje vive, encontra onde quer encontra um. E aquele não, aquele afinal ensinou os índios a trabaiaí.”⁶⁰⁷

A associação da figura de Nereu Costa ao de um empregador também é comum nas memórias Kaingang, pois, em muitos casos, o mesmo é lembrado como um chefe que “dava serviço pros índios.”⁶⁰⁸ Em contraposição aos anteriores Chico Fortes, que “deixava o índio livre”⁶⁰⁹ e Wismar Costa Lima, que “surrava os índios”⁶¹⁰, a marca deixada por esse encarregado no Posto é a imagem de um chefe que tentava impedir os aliciamentos de regionais frente à mão de obra dos indígenas, conforme discorre Dinarte Belino, “ele dava serviço pros índio, né, os índio não precisavam trabalhar fora.”⁶¹¹ Estes trabalhos, porém, eram fiscalizados de perto, sob um olhar atento, quase coercitivo do encarregado, o que influenciava também no cotidiano das pessoas. Emiliana Pinheiro lembra das vezes em que Nereu Costa fazia suas “rondas” pela área do Posto:

Quando a gente não esperava ele chegava. Ele era um carecão, vermeião. Quando ele... “óia o Nereu aí ó”. Cada um pra cá... ele chegava e falava: “daí, andavam forgado?”. Ele dizia que tavam forgado. “O tempo tá bão...vamo trabaiaí, eu to trabaiaando, to caminhando.” Ia de casa em casa. Cada um tinha que ter seu serviço. Só se tava doente, daí ficava.⁶¹²

Ainda que considere as ações do encarregado um tanto autoritárias e impositivas, Emiliana Pinheiro não o faz com sentido de crítica, pois, em sua opinião, na administração de Nereu Costa, “foi onde os indígenas aprenderam a pegar na enxada.”⁶¹³ Do mesmo modo, revela que os índios “gostavam porque ele era muito positivo. Tratava bem os índio.”⁶¹⁴ Emiliana ressalta ainda que o encarregado não fazia diferenciação do trabalho por sexo ou idade:

⁶⁰⁷ RODRIGUES, Op. cit., 2012.

⁶⁰⁸ BELINO, Op. cit., 2014.

⁶⁰⁹ PINHEIRO, Op. cit.; 2012.

⁶¹⁰ BELINO, Op. cit., 2014.

⁶¹¹ Ibid.

⁶¹² PINHEIRO, Op. cit., 2012.

⁶¹³ Ibid.

⁶¹⁴ PINHEIRO, Op. cit., 2012.

No tempo do Nereu, criança de 9 anos que podia levantar a enxada ia pra roça. [...] Era obrigado a aula, mas tinha que depois da aula ir pra roça. Tinha que aprender a prantar, pra ver quanto custava, pra quando desse a pranta ele comer, pra ele não andar roubando.⁶¹⁵

A fiscalização de Nereu Costa aplicava-se aos diversos afazeres do Posto. Seja nas lavouras comunitárias, nas roças particulares ou na abertura de estradas, o encarregado buscava manter tudo sob seu controle e fora influência dos camponeses e comerciantes regionais, frequentemente acusados de aliciar os indígenas e comprar seus produtos a preços ínfimos ou a troco de bebida. Frente a este tipo de situação, onde nem sempre podia exercer um controle sobre a produção dos indígenas, Nereu Costa constrói um armazém na aldeia sede do Posto, com o qual vai estipular que os produtos cultivados pelos Kaingang fossem comercializados apenas nesse local, impedindo assim a exploração por parte dos comerciantes regionais.

Noé Rodrigues revela que toda a produção de milho e feijão de sua família era vendida neste armazém, chamado por ele de “mercado”, pois além de vender seus produtos, também podia-se adquirir outros itens de necessidade cotidiana: “aquele mercado era pro índio. Pro índio não sair e vender fora essas coisa. Então vendia as coisa aqui.”⁶¹⁶ Da mesma forma, Emiliana Pinheiro enfatiza que grande parte da produção dos indígenas era encaminhada ao armazém para beneficiamento, como o milho por exemplo: “ele começou a ensinar os índio a vender milho, nós não tinha com o que debuiá, ele fez aquelas maquinazinha de debuiá com a mão ansim.”⁶¹⁷

Os produtos cultivados pelos indígenas eram muitas vezes estocados no armazém e depois vendidos no mercado regional. Na memória Kaingang, seus produtos eram destinados ao pagamento dos itens encaminhados ao Posto pelo SPI: “Daí ali veio a roupa, veio o carçado, veio a enxada, veio a foice, o machado. [...] Começou a vim a

⁶¹⁵ Ibid.

⁶¹⁶ RODRIGUES, Op. cit., 2012.

⁶¹⁷ PINHEIRO, Op. cit., 2012.

verba pros índio, vinha de tudo quanto é ferramenta pra trabaiá na roça.”⁶¹⁸

O “tempo do Nereu”, segundo estimativa dos entrevistados, foi marcado ainda pelo avanço das técnicas do cultivo das lavouras do Posto, sobretudo, com o incremento de maquinário destinado a melhorar o cultivo de espaços maiores, com finalidades comerciais. Dinarte Belino revela que foi “no tempo do Nereu” que as lavouras começaram a ser mecanizadas, mormente para o cultivo do trigo, principal produto cultivado no Posto a partir de 1950:

“Tinha trilhadeira, trator, caminhão, tudo tinha né. Eu trabalhava na trilhadeira, costurar bolsa, ia costurando e derrubando na escada lá embaixo, e os outros índios de atrás com o caminhão, pegando as borsinha, de atrás de nós.”⁶¹⁹

A imagem a seguir é demonstrativa de um destes equipamentos adquiridos pelo encarregado junto ao SPI:

⁶¹⁸ Ibid.

⁶¹⁹ BELINO, Op. cit., 2014.

Figura 18: Kaingang trabalhando com trilhadeira em lavoura de trigo do Posto Indígena Xapecó.



Fonte: VELLOSO, Nilo Oliveira. **Índio Kaingang trabalhando.** Santa Catarina: Serviço de Proteção aos Índios. 1952. 1 negativo de acetato; p&b, 6x6cm. Documentos audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

O empenho empregado na dinamização da produtividade do Posto, entretanto, também é rememorado por seus aspectos negativos, já que foi a mecanização das lavouras que contribuiu para a ampliação das áreas cultivadas e em consequência, para o aumento da entrada de arrendatários e para o desmatamento na área indígena. Noé Rodrigues apresenta uma dimensão da obsessão de produtividade por parte de Nereu Costa, ao afirmar que: “eu mesmo, eu vim de lá, vim pedir autorização pra cortar um mato lá embaixo [...] o Nereu diz: ‘ói, pode

cortar, eu quero ver roça, eu não quero ver mato de pé.”⁶²⁰ Dessa forma, os dois maiores problemas enfrentados no Posto, o desmatamento e a invasão dos camponeses regionais estão profundamente vinculados ao “tempo do Nereu”, conforme reitera Emiliana Pinheiro: “O Nereu, quando ele veio, ele abriu margem pra cortar as madeiras. Daí os branco começaram a entrar.”⁶²¹

Seja por meio da insistência na instalação de serrarias, seja por intermédio das concessões de arrendamento, Nereu Costa é identificado por muitos autores como o responsável pela dilapidação do patrimônio indígena do Posto Indígena Xapecó.⁶²² Como então as memórias sobre sua atuação são lembradas mais pelos aspectos positivos do que pelos negativos? Esta questão não se resume a uma resposta simples, já que de forma geral, os depoimentos dos indígenas insistem em externar os aspectos positivos deste encarregado por causa de sua boa relação com os mesmos e por ser interpretado como um chefe que trabalhou para a qualificação da produção agropecuária do Posto, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, através da mecanização das lavouras e ampliação de cultivos, permitindo a muitos indígenas sobreviverem e, inclusive, lucrarem com seu trabalho no próprio Posto Indígena.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à intransigência dos outros encarregados, anteriores ou posteriores a Nereu Costa, cujas ações indigenistas trouxeram consequências nulas ou irrelevantes em termos de melhoria nas condições de vida dos indígenas, quando não prejudiciais, quando se define como fator de comparação as relações pessoais e de trabalho. O fato de o “tempo do Nereu” ser marcado como uma época em que não havia mais a precariedade na alimentação, quando os indígenas tinham trabalho e eram incentivados a produzir os mesmos artigos que os camponeses regionais, pode ser percebido como uma espécie de reverência coletiva, onde os problemas advindos com a ação indigenista deste encarregado foram suplantados pelos benefícios a ele atribuídos.

A ação indigenista de Nereu Costa como encarregado do Posto Indígena Xapecó se estende até 1964, quando o mesmo é afastado do cargo após denúncias de seu envolvimento em campanhas pró-Leonel Brizola. Esse encarregado foi acusado de tentar formar um “Grupo dos

⁶²⁰ RODRIGUES, Op. cit., 2012.

⁶²¹ PINHEIRO, Op. cit., 2012.

⁶²² SANTOS, 1970; D’ANGELIS, 1989.

Onze”⁶²³ e uma milícia indígena no Posto Indígena Xaçecó, destinada a apoiar este líder político.⁶²⁴ O envolvimento político de Nereu Costa é praticamente desconhecido pelos Kaingang, que atribuem sua saída a outros fatores. Apenas um entrevistado, Albérico Paliano, demonstra conhecimento sobre este episódio:

Então eles eram uns né, daí tinha ele, que era funcionário do SPI, era o Nereu Costa, tinha o João Tavares e o José de Almeida, eram tudo funcionário do SPI na época... e daí tinham um pessoal que era do mesmo partido no município de Xanxerê e daí eles se reuniam e daí criou aquele Grupo dos Onze, que eles falavam, que eram os comunista né? E daí veio uma lei que tinha que prender eles. E foi onde o Nereu Costa foi preso. Foi o Nereu Costa, o João Tavares, o José de Almeida... ficaram, nem tô lembrado quantos dias ficaram preso. Mas foram.⁶²⁵

Albérico Paliano lembra ainda que o encarregado não envolvia os indígenas em discussões ou movimento político na área indígena. Segundo ele, as reuniões eram “entre ele e os funcionários. Mas ele não envolvia os índio. Aqueles índios, os índios mais ativos assim, algum, comentavam... mas não eram muitos também...dois, três.”⁶²⁶ Sobre este envolvimento político de Nereu Costa e sobre a formação do “Grupo

⁶²³ No final de 1963, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, conclamou a formação de "grupos de onze companheiros" ou “comandos nacionalistas” de esquerda para prestar apoio às políticas de base de João Goulart. A proposta, segundo Jorge Ferreira era que o povo se organizasse em grupos de 11 pessoas, como em um time de futebol. Ao formarem um “comando”, os militantes assinavam uma ata em que tinham por objetivo a “defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional.” Maiores informações em: FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 47. 2004. p. 181-212.

⁶²⁴ SANTOS, 1970, p. 74.

⁶²⁵ PALIANO, Albérico. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann e Carina Santos de Almeida**. 30 de agosto de 2012. Aldeia Jacu-TI Xaçecó/SC. Acervo LABHIN/UFSC.

⁶²⁶ Ibid.

dos Onze” no PI Xaçecó, foi encontrada apenas uma referência na documentação pesquisada. Trata-se do mesmo relatório produzido pelo membro do CNPI, Ney Land, que em seu levantamento sobre a situação dos Postos Indígenas da IR7, revela que:

Nereu Moreira da Costa, Agente de Índios nível 6-B com instrução primária. [...] Foi durante 15 anos chefe do Posto Dr. Selistre de Campos (Xanxerê). Nada fez. Sómente um ano incrementou o plantio de trigo, alcançando ótima produção que apodreceu em virtude de não haver transporte. Na revolução de 1º de abril foi preso, sendo acusado de organizador de grupos de onze entre os índios. Possui um sítio ao lado das terras do Posto. Ao que dizem, tudo que era do Posto era levado por ele para suas terras, inclusive a produção de milho. O Cel. Moacyr destituiu-o da chefia do Posto, por meio de processo.⁶²⁷

Há indicações no Relatório Figueiredo de que este encarregado acaba afastado da chefia do Posto após sua prisão em 1964, mas acaba retornando ao mesmo após sua absolvição.⁶²⁸ Verificou-se, no entanto, que Nereu Costa retorna ao Posto Indígena Xaçecó, não mais como encarregado, mas sim, como Agente de Índios 6B, categoria diretamente subordinada ao encarregado.⁶²⁹

Assim como diversos outros agentes indigenistas, Nereu Costa também foi alvo de processo pela citada Comissão Parlamentar de

⁶²⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. Relatório sobre a IR7 elaborado por Ney Land. Op. cit., p. 2. OBS. Há neste relatório uma incoerência com relação a datas. O documento é datado de 19 de março de 1964 e faz referência ao Golpe Militar de 1964 ao citar que Nereu foi preso na “Revolução de 1º de abril”. Como se percebe pela data, o documento teria sido elaborado 13 dias antes do golpe.

⁶²⁸ Inquirição de Nereu Moreira da Costa à Comissão de Inquérito Administrativo do SPI em 13 de Novembro de 1967. In: BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório Figueiredo**. Autos do Processo.1967/1968. pp. 1840, 1841, 1842.

⁶²⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ordem de Serviço Interna nº 1**. PI Selistre de Campos. 01 de Fevereiro de 1967. Microfilme 068. Planilha 744. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Inquérito presidida por Jäder Figueiredo, quando foi acusado de diversas arbitrariedades, como cárcere de indígenas, punição no “tronco” e permissão de embriaguez dos mesmos.⁶³⁰ Chama a atenção que no Relatório Figueiredo, não existe nenhuma referência à sua participação no “Grupo dos Onze” e também nenhuma indicação de envolvimento em práticas de corrupção contra o patrimônio indígena. Sua defesa no processo da CPI refere-se às acusações como intrigas oriundas de pessoas que:

...aproveitaram da atual situação para procurar incriminar, sem provas e quaisquer fundamentos jurídicos, antigos e dedicados funcionários que sempre pautaram suas atividades pelo direito e pelo bom e honesto procedimento no desempenho de seus encargos.⁶³¹

Mesmo tendo em sua defesa nomes importantes como Francisco Siqueira Fortes, antigo encarregado do PI Xapecó, bem como autoridades regionais como Waldemar da Silveira, sub-tenente da polícia militar de Santa Catarina e ex-delegado de polícia de Xanxerê, Nereu Costa acaba sendo enquadrado no Artigo 207, inciso V da Lei nº 1711 de 1952⁶³², sendo proposta a sua demissão do cargo público. Não foram encontradas informações nos documentos pesquisados, nem nas entrevistas que pudessem dar algum indicativo sobre seu paradeiro após o término dos inquéritos da CPI.

⁶³⁰ Sobre as denúncias contra Nereu Costa, ver páginas: 1828, 1829 e 1837, do Relatório Figueiredo.

⁶³¹ Defesa de Nereu Moreira da Costa encaminhada ao Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo em 06 de Maio de 1968. In: BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório Figueiredo**. Autos do Processo. 1967/1968. pp. 5706 a 5717.

⁶³² **Lei nº 1711 de 28 de Outubro de 1952: Artigo 207** – A pena de demissão será aplicada nos casos de: **Inciso V** – Ofensa física em serviço contra funcionário, ou particular, salvo em legítima defesa.

CAPÍTULO 4. A FUNÇÃO ORIENTADORA E EDUCACIONAL DO SPI: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NOS Pis. NONOAI E XAPECÓ

4.1. A serviço da pátria: o trabalho como estratégia integradora

A partir de 1940, o Brasil vivencia fortes mudanças em seus cenários político, econômico e social. Com a consolidação do Estado Novo, o processo de industrialização começa a ser fortalecido, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, fenômeno que promoveu uma rápida urbanização, em conjunto com a modernização dos meios de transporte, comunicação e produção. Estas mudanças tiveram reflexo também no campo, quando se começou a buscar mais seriamente meios de combater o atraso em que se encontravam os produtores rurais, sobretudo aqueles responsáveis pela produção de alimentos. O governo federal, por meio de investimentos em infraestrutura, fornecimento de subsídios aos produtores e mecanização das lavouras, buscava contribuir para o aumento e a qualificação das áreas cultivadas.

Muitas destas ações governamentais brasileiras para o desenvolvimento da produção agropecuária estavam claramente pautadas nos interesses expansionistas dos Estados Unidos da América, imbricados em iniciativas de cooperação para o desenvolvimento e combate à pobreza. Estas iniciativas podem ser compreendidas como resquícios da famosa “Política da Boa Vizinhança”, estabelecida pelo presidente Franklin D. Roosevelt ainda na década de 1930, quando os EUA buscaram estreitar suas relações políticas, econômicas e sociais com os latinoamericanos.⁶³³

⁶³³ A partir da criação do *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA) em 1942, tem início o primeiro programa de assistência técnica destinado a “melhorar” as condições de saúde, educação e agricultura na América Latina, ao qual se deu o nome de Serviço de Cooperação. De acordo com Sonia Regina de Mendonça, o Serviço de Cooperação norteamericano funcionava como uma entidade de fundos e equipes mútuos, dotada de organização semiministerial, mobilizada em função de projetos específicos, sempre envolvendo os governos latinoamericanos em uma relação de co-patrocínio. A autora explica que seu *status* semigovernamental foi importante para suplantar as resistências usuais às

Neste contexto, muitos países da América Latina e, particularmente o Brasil, tornaram-se alvos primordiais para a expansão de modelos desenvolvimentistas construídos por intelectuais, líderes políticos e empresários do hemisfério norte, os quais se articulavam para a “nobre” missão de combater em uma nova guerra, desta vez contra a pobreza e a desigualdade social nos países subdesenvolvidos. Deste modo, a reordenação do intervencionismo dos Estados Unidos apresentou-se como uma política de combate à pobreza “cujo objetivo era não apenas criar consumidores, mas transformar os próprios pobres em objeto de conhecimento e gerenciamento, originando intervenções junto a áreas como as da educação, saúde, higiene, moralidade e emprego.”⁶³⁴

O governo brasileiro pretendia, a partir dos acordos de cooperação, propiciar condições de reprodução das principais características das sociedades ditas “avançadas”, quais sejam: “altos níveis de industrialização e urbanização, a tecnicização da agricultura, o rápido crescimento material da produção e padrões de vida, além da adoção da educação e valores culturais ditos modernos.”⁶³⁵ O tripé formado pelas concepções de capital, ciência e tecnologia, foram eleitos os princípios fundamentais na busca pela prosperidade material e pelo progresso econômico.

As elites político-econômicas brasileiras mostraram-se extremamente receptivas aos projetos desenvolvimentistas para a agricultura brasileira firmados pelos acordos bilaterais, especialmente, porque o governo, empresas e fundações dos EUA comprometiam-se a arcar com a maior parte dos custos relacionados aos mesmos. Criou-se por todo o Brasil, a partir daí, uma rede de divulgação e propaganda através do Serviço de Informação Agrícola (SIA) e do Serviço Social

“inovações” contidas na aplicação desses projetos, sendo elas dirigidas por técnicos norte-americanos. Mais informações em: MENDONÇA, Sônia Regina de. Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950). **Revista Tempos Históricos**. v. 10. Cascavel: Edunioeste. 1º Semestre de 2007. p. 255. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/26>. Acesso em 18/07/2014.

⁶³⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). **Revista Tempo**. v. 15. n. 29. Rio de Janeiro: PPGH/UFF. Janeiro de 2011, p. 145. Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=740>. Acesso em: 21/07/2014.

⁶³⁵ *Ibid.* p. 143.

Rural, incumbida de divulgar a seguinte premissa: “com uma população rural mais instruída e melhor esclarecida será possível conseguir-se uma produção agrícola eficiente.”⁶³⁶ O SIA desenvolveu todo um aparato e uma estrutura que visava não só a modernização do *hinterland* brasileiro, mas também a transformação do homem do campo e de suas tecnologias.

Milhares de publicações e cartazes foram editados através do SIA. O setor de cinematografia produziu diversos filmes sobre temas rurais. Este órgão organizou ainda uma biblioteca especializada e traduziu uma série de folhetos agrícolas dos Estados Unidos, os quais foram utilizados para a divulgação dos êxitos que poderiam ser obtidos com a utilização da chamada “agricultura científica”.⁶³⁷ Além disso, o SIA assumiu múltiplas funções para além do fomento agrícola, com destaque para a disseminação de princípios de higiene pessoal, a defesa sanitária das plantas e dos animais, o reflorestamento, a colonização dirigida, o apoio aos Clubes Agrícolas Escolares, entre tantos outros empreendimentos.

A ânsia pelo desenvolvimento social e econômico estava ligada à crença de que somente com métodos científicos e tecnologias importadas seria resolvido o problema da pobreza no campo que tanto afligia o Brasil. Sônia Mendonça lembra que, o viés auto-intitulado humanitário e a visão positivada dessas estratégias foram transformados em novas formas de poder e controle, as quais, por mais sutis e refinadas que fossem, eram perpetradas de forma a erodir a capacidade dos “povos pobres” de definirem suas vidas e modalidades produtivas conhecidas, desqualificando totalmente seus saberes tradicionais.⁶³⁸ Esta desqualificação acentuou-se ainda mais para aquelas populações cuja produtividade agropecuária era bastante rudimentar e subsistencial, como as populações caboclas, sertanejas e indígenas.

A integração destas populações exigia uma proposta normatizadora, cuja função primeira seria fornecer condições para que as mesmas também se sentissem abraçadas pela evolução e pelo progresso que vivenciava a sociedade urbana. De acordo com a concepção apregoada pela ideologia estadonovista, a consolidação da

⁶³⁶ Ibid. p. 153.

⁶³⁷ FIORI, Neide Almeida. Clube Agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. **Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n.Especial, p. 231-260, jul./dez. 2002. p. 240.

⁶³⁸ MENDONÇA, 2011, p. 148.

nação e da nacionalidade brasileira necessitava de estratégias de integração territorial e cultural das populações dispersas neste território. Por isso, efetivar esta proposta normatizadora exigia identificar os principais problemas e superá-los. No caso das populações espalhadas pelos sertões do Brasil, as soluções propostas giravam em torno da melhoria dos meios de comunicação, das vias de acesso e escoamento da produção, do fornecimento de subsídios para o aumento e qualificação da produção, além de propostas educacionais voltadas para o progresso e unificação da nação brasileira.

Este modelo integracionista, baseado nos preceitos desenvolvimentistas e educacionais norte-americanos, tinha como uma de suas metas principais a superação de modelos tradicionais de comportamentos, costumes e tradições da população rural brasileira, em prol de práticas modernas e racionalizadoras, cujo fim seria a padronização de condutas, mais especificamente daquelas relativas aos hábitos sanitários, práticas agrícolas e modalidades educacionais. Mendonça explica que, em termos de princípios agrícolas, o estado pretendia estabelecer para a população rural pobre um saber presidido pela noção de progresso, naturalizando-se a oposição entre uma agricultura moderna e outra arcaica, bem como a subordinação desta à primeira.⁶³⁹

Em termos de políticas indigenistas, após a reestruturação do SPI aos quadros do Ministério da Agricultura no início de 1940, as teorias e práticas desenvolvimentistas advindas com os acordos bilaterais entre Brasil e EUA, ainda que indiretamente, encontraram lugar bastante favorável para a difusão e aplicação de um conjunto de técnicas, estratégias e disciplinas voltadas para orientar e modernizar a ação indigenista, principalmente no quesito relacionado à produção agrícola. Nesta nova conjuntura, chamada de “fase reconstrutiva”, os funcionários do SPI eram orientados para uma ação mais ativa junto aos nativos, de forma a dotar os Postos Indígenas de condições suficientes para que um novo colapso financeiro não abalasse suas estruturas em termos materiais e morais, como ocorrera no período de crise entre 1931 e 1939.⁶⁴⁰ Para isso, baseavam-se também em modelos adotados na América do Norte, nomeadamente no Canadá e nos Estados Unidos, onde a população ameríndia, devido às providências tomadas em seu

⁶³⁹ MENDONÇA, 2007, p. 247.

⁶⁴⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 28**. 31 de Março de 1944. p. 64. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

benefício quanto à segurança de suas pessoas, garantia de suas terras e tratamento de saúde, estaria conseguindo reverter a progressão do decréscimo populacional.⁶⁴¹

Algumas ações estipuladas pelo SPI, ao longo dos anos 1940 e 1950, são referências bastante claras aos preceitos do Serviço de Cooperação norteamericano para as camadas camponesas da América Latina. Adaptadas à realidade socioeconômica brasileira, as três principais dimensões da assistência indigenista proposta pelo órgão indigenista federal englobavam: o tratamento da saúde, a alfabetização e a busca pela autosuficiência econômica das populações tuteladas.

No que se refere à saúde das populações tuteladas, o Programa Sanitário do SPI foi adotado para tentar controlar endemias, equipando os PIs de hospitais ou enfermarias e formando equipes de enfermeiras indígenas. No quesito educação, o SPI construiu escolas em praticamente todos os Postos Indígenas de Nacionalização, cuja função principal era o tratamento e alfabetização dos indígenas para que os mesmos atingissem no futuro a capacidade de dirigirem-se por si próprios. O terceiro ponto e, certamente, o de maior compromisso estratégico do órgão indigenista, dizia respeito à autosuficiência econômica dos Postos Indígenas. Ao menos nos discursos oficiais, esta tarefa não parecia ser um obstáculo intransponível para a direção do SPI, desde que houvesse um engajamento sério e efetivo por parte de seus quadros administrativos, conforme se depreende no seguinte excerto:

A autosuficiência econômica das tribus num padrão de vida caracterizado pela alimentação suficiente, moradia e roupas de feição rural, é mui fácil de ser obtida, desde que as mesmas tenham uma direção conveniente. Essa direção o SPI mesmo com míngua de recursos orçamentários que por desventura venha sofrer, poderá dar, se tiver a felicidade de encontrar encarregados de Postos honestos, capazes e devotados aos índios...⁶⁴²

⁶⁴¹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 29**. 30 de Abril de 1944. p. 98. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁴² BRASIL. **Boletim Interno n° 28**. Op. cit., 1944. p. 65.

Dessa maneira, visando garantir o sucesso da promoção econômica dos Postos Indígenas, as autoridades do SPI conclamavam a todos os seus funcionários o máximo empenho à causa, transformando seu trabalho em uma missão patriótica na busca pela emancipação econômica dos Postos. Esta emancipação, juntamente com a situação de bem estar social, somente se alcançaria com ações pontuais para a qualificação dos trabalhadores indígenas, adaptando-as às características ambientais, agrícolas e comerciais de cada região.

Para auxiliar na qualificação dos indígenas e nas demais ações nos Postos Indígenas, o Serviço de Orientação e Assistência (SOA) busca auxílio com o SIA, visando ampliar e enriquecer as informações sobre atividades agropecuárias, extrativas, comerciais e educativas já constantes nos Boletins Internos. Além disso, solicitava-se a este serviço, o envio de materiais didáticos de apoio para as escolas indígenas, que ajudassem a incrementar uma mentalidade ruralista em seus alunos. Dessa maneira, vários Postos Indígenas receberam, durante as décadas de 1940 e 1950, revistas, cartilhas e cartazes com instruções e orientações sobre técnicas de cultivo, tipos de sementes, análise de solo, estações próprias para cada cultivo, entre outras informações destinadas a suprir algumas limitações de seus encarregados.⁶⁴³

Por conta desta parceria, inúmeras recomendações do SIA foram reproduzidas nos Boletins Internos, com vistas a servirem de orientação para posterior implantação no interior dos Postos Indígenas. Seu intuito primordial, conforme já destacado, era apresentar através de artigos e orientações técnicas, as inovações produtivas capazes de contribuir para a “evolução socioeconômica” das populações indígenas. As iniciativas agropecuárias orientadas aos indígenas eram, quase sempre, similares àquelas disseminadas entre as populações camponesas vizinhas aos PIs, pois pretendia-se demonstrar a viabilidade de sua integração às economias regionais.

⁶⁴³ O encarregado do Posto Indígena Caramuru(IR4) informa ter recebido do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura vários cartazes de propaganda, relativos à Semana da Criança, junto com os quais vieram sementes de milho, feijão e arroz de diferentes espécies, para serem experimentadas no Posto. Além disso, foram encaminhadas ao Posto várias publicações de cunho rural e agrícola, as quais teriam sido bastante apreciadas e de bastante utilidade para os índios. BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 24**. 30 de Novembro de 1943. p. 378. SEDOC/Museu do Índio-RJ; BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 25**. 31 de Dezembro de 1943. p. 446. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

É exatamente esta busca pela integração das populações indígenas aos sistemas produtivos regionais que vai balizar a ideologia do trabalho proposta pelo SPI nas duas décadas finais de existência deste órgão. Conforme apontado anteriormente, em muitos Postos Indígenas, buscava-se dirimir dos seus tutelados a categoria de meros participantes da economia regional, tornando-os integrantes respeitáveis da mesma. Competir e assumir posições de liderança em diversos setores produtivos, principalmente nas atividades agropecuárias, tornou-se o grande objetivo da direção do SPI. Neste sentido, as cartilhas e recomendações provenientes do SIA e dos Boletins Internos, deveriam suprir algumas deficiências técnicas e orientar seus inspetores, encarregados e demais funcionários dos Postos para a dinamização da produção.

Por outro lado, os próprios Boletins Internos serviram como instrumentos de excelência para divulgação dos diversos feitos do SPI, sobretudo no que dizia respeito à cooperação dos Postos Indígenas para o desenvolvimento regional, conforme apontado no Boletim nº 21 de Outubro de 1958:

Difícil se torna, ao Serviço de Proteção aos Índios, enumerar obras que está realizando, isto porque, nosso trabalho não pode ser apreciado de momento. Os serviços que prestamos aos índios é um trabalho penoso, metucioso, e paciente, por excelência. Contudo, não nos cabe esconder do povo brasileiro, aquilo que estamos executando em proveito das populações indígenas, espalhadas por 14 estados e Três territórios. No setor da agricultura, nosso aborígene está produzindo, além de milho, feijão, arroz, mandioca, banana, e, para nosso gáudio, trigo. [...] Após vários anos de apatia, a IRI entrou em franco progresso e desenvolvimento. Por iniciativa de seu Chefe foi criada uma granja modelo para desenvolvimento da horticultura e avicultura, com o que pretende, aquela inspetoria, colaborar com o abastecimento da cidade de Manaus. [...] Quanto ao Setor Educacional, durante esses três últimos anos, muito foi realizado em benefício não só do aborígene em idade escolar, como de todos aqueles que vivem nos arredores dos Postos Indígenas. [...] Hoje, nosso serviço telegráfico

cobre todas as Inspetorias e a maioria dos Postos Indígenas. Aliás, esse é um dos mais importantes serviços que o SPI presta, não só para seus servidores e tutelados, como também às populações residentes nestas vastas regiões.⁶⁴⁴

A ideia de propagandear avanços e sucessos na implementação de estratégias desenvolvimentistas, servia muito mais do que uma mera propaganda intra-institucional do SPI. Seu objetivo implícito era também apresentar a contribuição que o órgão poderia conferir às populações regionais, seja no campo educacional, seja no setor da comunicação ou no próprio abastecimento de produtos agrícolas. É importante lembrar que, por estarem localizados geralmente em áreas bastante remotas e afastadas das principais vias de comunicação com as grandes cidades, os Postos Indígenas tornaram-se importantes pontos de referência para a comunidade envolvente, pois possuíam escolas onde seus filhos poderiam ser alfabetizados, coisa rara em grande parte das áreas rurais brasileiras naquela época. Além disso, muitos Postos Indígenas eram equipados com meios de comunicação (telégrafo e rádio, principalmente) que tornava mais rápido o contato com o mundo fora do seu contexto.

Justamente por considerar-se estreitamente ligado à realidade do mundo rural brasileiro, o SPI vai lançar mão de todas as estratégias possíveis para tentar vincular-se aos projetos e campanhas adotadas pelos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, destinados a tentar melhorar a vida das populações do campo. Os intelectuais do órgão indigenista federal articulavam-se com os meios acadêmicos e políticos para possibilitar a gradual e efetiva integração dos Postos Indígenas nas propostas desenvolvimentistas do meio rural. Walter Velloso, coordenador do Setor Educacional do SPI no final dos anos 1950, discorre sobre as vantagens existentes da integração dos indígenas à economia regional através de ações conjuntas entre SPI e outros organismos do governo federal:

Muitos são contra a integração do índio na economia regional, por considerar não haver

⁶⁴⁴ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 21**. Outubro de 1958. pp. 4-7. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

vantagem nessa integração, devido não se ter, ainda resolvido a contento o problema social do nosso homem do campo. A nosso ver, embora encaremos esse ângulo do problema com inquietação, consideramos essa teoria como errada, e mesmo está aí a origem de todos os obstáculos que se criam, em pród de uma política indigenista isolacionista. Primeiramente, já foi demonstrado aqui, que queiramos ou não, os índios serão encaminhados no sentido dessa integração; bem conduzidos, chegarão a ela como cidadãos úteis; espontâneamente, haverá um desvio, e tornar-se-ão párias. Uma cousa é certa: após o contacto com a nossa sociedade, jamais permanecerão em seu estado primitivo, pelas razões já expostas. Portanto, cabe-nos não freiar êsse desenvolvimento de suas comunidades; ao contrário, tudo fazer para que êsse desenvolvimento seja feito de um modo correto. [...] Integrar os índios dentro da economia regional, não será transformá-los em trabalhadores individuais, a concorrer com os inúmeros existentes; não será desagregar suas tribos, e sim, favorecer o nascimento de uma economia de subsistência que mantenha tôda a tribo, e após, uma economia mercantil, de conformidade com as atividades rurais da região.⁶⁴⁵

Baseando-se na inexorabilidade do processo integracionista, Velloso conclama os encarregados a um esforço conjunto para incentivar entre os indígenas sentimentos de associativismo e cooperativismo, aproveitando-se de suas próprias características tribais coletivistas, com a finalidade de conscientizá-los para a valorização de sua mão de obra e de sua produção agrícola.⁶⁴⁶

Para o sucesso de tais empreendimentos, contudo, necessitava-se de um aprimoramento das técnicas de produção nos Postos Indígenas. Esta observância levou o SPI a lançar mão de um grande Programa

⁶⁴⁵ VELLOSO, Walter. A integração dos índios dentro da economia regional. In: BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 33**. Outubro de 1959. pp. 21-22. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁴⁶ Ibid. p. 22.

Educacional na década de 1950. Esse programa teve forte inspiração nos pressupostos da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), orquestrada pelo Ministério da Educação e Cultura a partir do ano de 1952⁶⁴⁷, o qual, por sua vez, era ainda profundamente influenciado pelos acordos de cooperação Brasil-EUA. A CNER deveria “contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações rurais, tendo como principal suporte as Missões Rurais.”⁶⁴⁸ Por meio da educação, almejava-se transformar camponeses considerados atrasados, ignorantes, incultos, em sujeitos responsáveis pela “modernização” do meio rural.⁶⁴⁹

Esse imaginário depreciativo referente às populações rurais pobres se estendia de forma ainda mais patente entre as populações nativas instaladas nos Postos Índigenas. Por isso mesmo, envolver-se nos planejamentos dos Ministérios da Agricultura e Educação era uma espécie de “questão de honra” para o SPI, além de ser uma forma de tentar comprovar que, bem orientadas, as populações indígenas poderiam ter eliminada a sua histórica vinculação com as categorias tradicionalmente atribuídas a si, tais como: obstáculos, atraso, selvageria, entre tantos outros adjetivos depreciativos.

É dessa maneira que ocorrerá a adesão aos inúmeros projetos de desenvolvimento educacional, agrícola e sanitário, desempenhados pelo governo federal através de vários organismos ministeriais criados para tratar das mazelas existentes no interior brasileiro. Além dos já citados Serviço de Informação Agrícola (SIA) e Campanha Nacional de

⁶⁴⁷ A CNER foi instituída em 09 de Maio de 1952 subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, mas apenas em 27 de Março de 1956 ela é regulamentada e oficialmente colocada em vigor pelo Ministério da Educação e Cultura. Ver: BRASIL. **Decreto nº. 38.955**, 27 de março de 1956. Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38955-27-marco-1956-327902-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29/07/2014.

⁶⁴⁸ As chamadas Missões Rurais constituíram-se em um movimento no qual equipes técnicas, formadas geralmente por profissionais da saúde, assistentes sociais e educadores, percorriam o interior do país com o objetivo de mobilizar a população em favor das artes populares; para a melhoria na qualidade do ensino e para a adequação da escola ao meio rural, além de prestar assistência sanitária. Ver: BARREIRO, Iraide M. F. **Educação rural capitalista: a contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp. Campinas, 1989. p. 115.

⁶⁴⁹ *Ibid.* p. 113.

Educação Rural (CNER), o SPI procurou associar-se também a outros organismos governamentais, tais como: o Serviço Florestal, o Serviço de Expansão do Trigo, o programa de Rádios Rurais, o Departamento da Produção Mineral, a Divisão de Caça e Pesca e o Departamento de Fomento Agrícola.⁶⁵⁰

Por intermédio do apoio destes órgãos, o SPI buscou encampar nos PIs, ao longo dos anos 1940 e 1960, vários programas e campanhas objetivando prestar uma assistência mais profícua, tanto para os indígenas, quanto para o próprio governo, que impunha constantes limitações orçamentárias ao órgão indigenista. Suas prerrogativas centravam-se em três eixos principais, quais sejam: assistência sanitária, defesa das terras e desenvolvimento agropecuário. Este último exigiu sempre o maior empenho por parte das autoridades e funcionários do órgão indigenista, sobretudo quando se tratava de buscar parcerias e cooperação junto aos outros organismos governamentais.

Deste modo, proliferaram-se pelos Postos Indígenas do Brasil iniciativas desenvolvimentistas de caráter bastante diverso. Na região Sul, por exemplo, as iniciativas incumbidas à IR7 que tiveram maior adesão e destaque ficaram por conta dos seguintes: *Programa Pecuário*, encampado desde a década de 1940, buscava aproveitar as grandes áreas de campos nativos existentes em muitos Postos desta IR; *Campanha de Reflorestamento*, motivada pela constante derrubada de florestas para aproveitamento de madeira e *Campanha do Trigo*, considerada uma patriótica participação dos indígenas em um projeto governamental mais amplo.

Nesta inspetoria, a existência de áreas com grande fertilidade e potencial agropecuário acabou tornando-se ainda um verdadeiro “chamariz” para camponeses, comerciantes e políticos regionais. Estas pessoas foram atraídas por uma outra prática usual do SPI, que apesar de não possuir um caráter oficial de política de desenvolvimento, foi bastante recorrente durante praticamente toda sua existência: os arrendamentos. Esta prática previa uma complementação da renda dos Postos Indígenas a ser utilizada para auxiliar na sua promoção econômica e na busca pela autosuficiência. Conforme se verificará, no entanto, os arrendamentos acabaram sendo muito mais prejudiciais do que favoráveis aos indígenas em todos os locais onde foram executados.

⁶⁵⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 15**. Abril de 1958. p 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

No campo da educação, as orientações direcionadas a transformar os indígenas em sujeitos úteis para si e para o desenvolvimento da agricultura brasileira, tornaram os Postos Indígenas campos férteis para a proliferação de propostas educacionais em consonância com o contexto das políticas educacionais da época. Um exemplo disso foi o grande *Programa Educacional Indígena*, deflagrado também no contexto da década de 1950, que pretendia transformar as escolas indígenas em escolas rurais. Este programa buscava difundir os ensinamentos agrícolas através da escola, atentando para a formação de hortas, pomares, criação de animais domésticos (aves, porcos, ovelhas, cabras, entre outros) pelos próprios alunos, sob supervisão dos encarregados e das professoras. Os produtos e dividendos obtidos com as referidas atividades teriam como destino as próprias escolas, principalmente para a obtenção de merenda escolar.⁶⁵¹

O *Programa Educacional Indígena* almejava propagar os ensinamentos rurais por todos os Postos Indígenas brasileiros, de forma gradativa. Entre suas principais metas para a implantação efetiva de uma educação rural, estava a organização de *Clubes Agrícolas* em todas as escolas subvencionadas ao órgão federal. Através dos *Clubes Agrícolas Escolares*, pretendia-se alcançar importantes resultados rumo à autonomia dos Postos Indígenas, tendo nas suas escolas e nos seus alunos os principais promotores deste processo.

Tanto os programas e campanhas de desenvolvimento agropecuário quanto os projetos de assistência educacional tiveram lugar de destaque no contexto dos Postos Indígenas Nonoai e Xapecó. Sua aplicação e resultados tiveram forte influência de fatores como: repasse de recursos e condições para seu desenvolvimento por parte do SPI, ação efetiva de seus encarregados na sua execução, influência da sociedade regional envolvente, envolvimento dos indígenas em suas propostas, crises na gestão do patrimônio, entre outros fatores. Veremos, na sequência deste capítulo, como ocorre a aplicação e os resultados de quatro iniciativas desenvolvimentistas no contexto dos Postos Indígenas Nonoai e Xapecó, sendo eles os seguintes: os *Clubes Agrícolas Escolares*, inseridos no contexto do *Programa Educacional Indígena*; a *Campanha do Trigo*, o *Programa Pecuário* e a prática dos arrendamentos.

⁶⁵¹ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 27**. Abril de 1959. pp. 2-3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

4.2. O Culto ao Campo: Educação Rural e os *Clubes Agrícolas Escolares*

O discurso da nacionalização por meio da educação, apresentado no já citado Decreto n°. 736, de 06 de abril de 1936, mesmo não categorizando os índios como inferiores de forma explícita, deixava subentendida a ideia de estágios de evolução, nos quais os indígenas ocupavam um patamar inferior na escala evolutiva. Sendo assim, tornava-se necessário adotar modernos princípios educativos, cujo objetivo final era a incorporação dos índios como membros participantes da sociedade brasileira. Seu grande desafio, por conseguinte, seria torná-los economicamente produtivos, independentes e educados para o cumprimento de todos os deveres cívicos.⁶⁵²

Dessa maneira, as orientações destinadas a aprimorar a educação nas escolas dos PIs, voltavam-se para a realização de atividades que alavancassem o crescimento social e econômico das populações indígenas. Por conta disso, o mesmo regulamento de 1936 previa a instalação de escolas primárias com cursos diurnos e noturnos para os índios de ambos os sexos e de todas as idades. A ênfase deveria ser dada para o aprendizado agrícola e pecuário, com cursos de apicultura, sericicultura, reprodução animal e manuseio de instrumentos agrícolas e outros que fossem necessários, de acordo com a demanda da economia regional.⁶⁵³ O regulamento abre espaço ainda para que as escolas dos Postos e demais estabelecimentos de ensino sejam frequentados por crianças das adjacências, isto é, membros da sociedade regional envolvente.

O processo de escolarização previsto no Decreto n°. 736, todavia, não foi recebido de forma análoga em todos os PIs. Tendo em vista o isolamento de alguns deles, bem como a própria falta de interesse por parte de muitas populações indígenas, o SPI repensa seu panorama educacional e elabora na década de 1950, um programa de reestruturação das suas escolas, tentando adaptá-las às condições e

⁶⁵² BRINGMANN, Sandor Fernando. O Programa Educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares: a experiência entre os Kaingang do RS e de SC (1941-1967). In: NÖTZOLD, Ana Lúcia; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação**: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. pp. 129-130.

⁶⁵³ BRASIL, 1947, Op. cit., p. 149.

características dos povos indígenas de cada região. Para evitar as conotações negativas que a designação escola tinha entre os índios, os estabelecimentos de ensino passaram a ser chamados de “Casa do Índio”, pois, de acordo com as orientações do SPI, esta era uma forma de “conquistar” a simpatia das populações indígenas menos aculturadas, adaptando alguns de seus preceitos tradicionais, conforme destacado no relatório anual de 1953:

Um novo tipo de escola deverá ser inaugurada brevemente para os grupos indígenas menos aculturados. Ali será evitado até o nome escola para fugir às conotações negativas que essa designação tem para os índios, como de um lugar onde se confinam as crianças durante longas horas de cada dia, submetendo-as a uma disciplina forçada e em prejuízo de outras atividades que lhes parecem mais úteis [...]. A nova escola será chamada de Casa do Índio e deverá funcionar como um clube onde homens, mulheres e crianças possam sentir-se a vontade, como em sua própria aldeia.⁶⁵⁴

Esta assertiva, porém, parece ter ficado apenas no plano discursivo, pois, ao longo daquela década, ocorreram novas modificações na orientação do SPI em relação ao desenvolvimento dos Postos Indígenas. Quando a ideologia desenvolvimentista tornou-se mais explícita e a situação de empresa dos estabelecimentos do SPI esteve mais evidente, começaram a ser executados muitos investimentos destinados a “melhorar” a situação dos índios, com destaque para a introdução de novos métodos de produção, a mecanização das lavouras, a aquisição de gado de raça, o aproveitamento dos recursos naturais e minerais, entre outras iniciativas inovadoras.⁶⁵⁵

Tendo em vista as novas demandas, o SPI carecia implementar também uma nova programação educacional, que promovesse a integração efetiva do indígena a esse desenvolvimento, tendo na escola a sua mola mestra para a transformação do índio em produtor rural instruído. Foi a partir da percepção desta necessidade que o órgão

⁶⁵⁴ BRASIL. SPI, Relatório, 1953, p. 10-11. *Apud*: ROCHA, 2003, p. 130.

⁶⁵⁵ Ver: OLIVEIRA, 1964, 1972; SANTOS, 1970; D’ANGELIS, 1989, ROCHA, 2003.

indigenista federal aderiu à experiência dos *Clubes Agrícolas* em algumas escolas indígenas, buscando alcançar o mesmo sucesso dos clubes já existentes em muitas escolas rurais não indígenas. Nestes estabelecimentos, os *Clubes Agrícolas Escolares* tinham o propósito de dar conta da educação integral para crianças e adolescentes, especialmente aos alunos da terceira série primária em diante.

Assim, “a educação integral dos escolares foi proposta a partir dos *Clubes Agrícolas* para ser um elo entre a escola e a vida rural, uma re-ligação necessária aos novos tempos vividos no pós II Guerra Mundial.”⁶⁵⁶ Através da educação econômica dos alunos rurais, buscava-se a problematização das formas de produção agrícola que vinham sendo desenvolvidas pelas suas famílias. No contexto das escolas rurais, os *Clubes Agrícolas* deveriam permitir a efetivação do ensino de distintos modos de plantar e de colher, demonstrando que diversos produtos poderiam ser cultivados quando o homem fosse melhor orientado e a terra corretamente preparada.

A modernização da agricultura constituiu-se em objeto dos discursos que circulavam em vários espaços, inclusive no interior das escolas. Para auxiliar os professores, o Estado investia em capacitação de pessoal e na publicação de materiais didáticos auxiliares, como os boletins de *Informação Agrícola*, publicados entre 1950 e 1960, financiados pelo Ministério da Agricultura, assim como a *Revista do Ensino* da Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, que circulou entre as décadas de 1950 e 1970, trazendo uma seção sobre Educação Rural.⁶⁵⁷ Estas publicações funcionavam como manuais escolares norteadores dos docentes, cuja função precípua era permitir que os mesmos agissem de forma incisiva na orientação dos estudantes e da comunidade rural. Com o apoio governamental, o movimento dos *Clubes Agrícolas Escolares* espalhou-se de maneira significativa por todo o território nacional, tanto que, em 1958, 426 destes clubes estavam registrados no Ministério da Agricultura.⁶⁵⁸

A justificativa para a criação destas associações embasava-se na transformação da escola em uma instituição regional, a qual deveria dar conta da iniciação dos alunos ao trabalho no campo, priorizando hábitos

⁶⁵⁶ WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A docência e as instituições escolares nas políticas culturais para educação rural. IN: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História.** UCG: Goiânia, 05 a 08 de novembro de 2006. ISBN 85-8977-937-8. p. 4.

⁶⁵⁷ FIORI, 2002, p. 240.

⁶⁵⁸ MENDONÇA, 2010, p. 162.

mais modernos de plantio, valorizando a prática da cooperação e identificando soluções para muitos problemas, não apenas da escola, mas também na comunidade rural como um todo. “A escola prática, herdeira da escola ativa, é atribuído o compromisso de alcançar resultados, no sentido de que, além de alfabetizar nas letras e cálculos, deveria ensinar a formação de hábitos de convivência, participação e produção através do trabalho.”⁶⁵⁹ O termômetro para avaliar o sucesso desta proposta seriam as próprias famílias dos alunos. Caso elas apresentassem mudanças em seus hábitos, costumes e atitudes relacionados ao seu trabalho no campo, estaria justificado o projeto de institucionalização permanente dos *Clubes Agrícolas* nas escolas.

Ao analisar a formação de *Clubes Agrícolas Escolares* no Estado de Santa Catarina, Neide Fiori explica que foi necessário proceder com algumas medidas burocráticas nas escolas para sua efetivação:

A existência do Clube Agrícola começava no âmbito da escola quando, em livro próprio, eram registrados dados como: nome do estabelecimento escolar; data da fundação da associação; denominação, nome do patrono escolhido e lema que o regeria; número de alunos-sócios; nome dos alunos integrantes da Diretoria (eleita) e do professor orientador das atividades; dados de localização etc. O processo iniciava-se com um professor da escola designando a data em que seria fundado o Clube Agrícola e eleita a sua primeira diretoria. Nesse dia, reunidos os alunos e mesmo os pais que desejassem assistir ao ato, o professor que dirigia as atividades convidava alguns dos presentes para comporem a mesa, procedia a leitura dos nomes dos alunos que se haviam mostrado favoráveis à iniciativa e fazia a leitura dos estatutos da associação. Ato contínuo havia a eleição da diretoria.⁶⁶⁰

Além do “amor a terra e valorização dos seus frutos”, os *Clubes Agrícolas* deveriam instigar outros sentimentos nos alunos. Entre os principais, podem-se destacar o respeito aos pais e professores, o

⁶⁵⁹ WESCHENFELDER, 2006, p. 5.

⁶⁶⁰ FIORI, 2002, p. 241.

exercício do sentido econômico através da venda dos excedentes da produção, a formação de uma consciência sanitária, a união de esforços para o reflorestamento e, sobretudo, os clubes deveriam “atuar como elemento novo no campo da educação moral, mostrando o valor das autoridades e o zelo pela palavra assumida.”⁶⁶¹ Para fortalecer a ideia, os alunos tinham de escolher um patrono para o clube (geralmente os nomes preferidos eram os de autoridades políticas como Getúlio Vargas, Dom Pedro I, Alberto Torres, Rui Barbosa, etc.) e assinar um termo de compromisso, pelo qual se comprometiam a dedicar-se à organização e manutenção de hortas e pomares, assim como, desempenhar um papel educativo junto à família, reproduzindo as atitudes e difundindo seus conhecimentos.⁶⁶²

Na conjuntura das escolas dos Postos Indígenas, o *Programa Educacional* proposto pelo SPI nas décadas de 1950 e 1960 ambicionava reforçar os ensinamentos rurais aos alunos indígenas. Neste sentido, foi-se gerando as condições necessárias para a organização de *Clubes Agrícolas* em todas as escolas subvencionadas ao órgão federal. Através dos *Clubes Agrícolas Escolares*, pretendia-se alcançar importantes resultados rumo à autonomia dos Postos, a começar pelas próprias escolas. Sua meta inicial era simples: obtenção completa da merenda escolar para os alunos das escolas dos Postos. A meta final, porém, era bem mais ambiciosa, pois almejava criar nos alunos o gosto por uma economia mercantil, por uma produção voltada para abastecer o mercado regional, como demonstra um texto sobre orientação educacional de 1959, presente no Boletim Interno nº 32:

Poderão, as Professôras dessas Escolas, organizar entre seus alunos, até mesmo pequenas lavouras, ou pequenas criações domésticas, cuja produção, além de reverter para a confecção da merenda escolar, poderá também, conforme seu volume, ser usada para fins mercantis. Tudo isso tendo em vista ser essa produção, de propriedade coletiva dos alunos.⁶⁶³

⁶⁶¹ Ibid., p. 255.

⁶⁶² Ibid., p. 242.

⁶⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 32**. Setembro 1959. p. 13. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

A justificativa para a criação dos *Clubes Agrícolas Escolares* era a inexistência, na maioria dos Postos Indígenas, inclusive nos já integrados à economia regional, de hortas para a produção de hortaliças. Sendo assim, a escola seria a porta de entrada para que os alunos indígenas esquecessem suas práticas agrícolas tradicionais, consideradas arcaicas e improdutivas, e aprendessem a plantar legumes e verduras, criando o hábito de tê-las em suas refeições diárias.⁶⁶⁴ A aplicação das novas práticas do *Programa Educacional Indígena* previa ainda medidas para melhorar a qualificação dos auxiliares de ensino e promover o aparelhamento das escolas, visando combater os anos de estagnação das escolas dos Postos e buscar resultados que compensassem o funcionamento das mesmas.⁶⁶⁵ Além disso, o SPI procedeu com a distribuição de instrumentos agrícolas infantis e materiais didáticos específicos para aparelhar os estabelecimentos escolares, como os manuais explicativos sobre a formação e funcionamento dos *Clubes Agrícolas Escolares*.

É importante destacar, entretanto, que não eram todas as escolas indígenas que recebiam este tipo de material. O equipamento era distribuído apenas para as escolas que apresentassem resultados concretos relacionados à aplicação do ensino agrícola. Tais resultados eram divulgados através de relatórios dos professores, cuja legitimidade do conteúdo quase nunca era comprovada, restando aos inspetores e diretores acreditarem na honestidade dos docentes, que descreviam nesses relatórios todas as atividades educacionais desenvolvidas nas escolas.⁶⁶⁶

De modo geral, as orientações do *Programa Educacional Indígena* para a formação dos *Clubes Agrícolas Escolares* nas escolas dos Postos, seguiam praticamente os mesmos princípios estipulados para as escolas não indígenas. A socialização dos alunos através dos trabalhos coletivos deveria privilegiar o desenvolvimento da capacidade de observação e do espírito de iniciativa, num ambiente de liberdade, onde aprenderiam as técnicas para o domínio da natureza e para a exploração dos produtos regionais. Através da associação, os alunos deveriam compartilhar métodos agrícolas racionais, trabalhar pelo

⁶⁶⁴ Ibid.

⁶⁶⁵ BRINGMANN, 2012, p. 132.

⁶⁶⁶ Ibid.

reflorestamento, implantar hábitos alimentares corretos e colaborar para a melhoria da vida rural.⁶⁶⁷

4.2.1. O Programa Educacional Indígena e os Clubes Agrícolas nas escolas dos PIs Nonoai e Xapecó

Se os *Clubes Agrícolas Escolares* tiveram início nas escolas regulares públicas a partir de meados da década de 1930, o ano de 1944 marca a iniciativa pioneira de um Posto Indígena da região Sul na criação de tal agremiação, antes mesmo do estabelecimento do *Programa Educacional Indígena* do SPI. Trata-se do *Clube Agrícola 13 de Maio*, organizado na escola *Benjamim Constant*, do PI Nonoai, cujo pioneirismo ganhou destaque especial no relatório mensal do encarregado Francisco Vieira encaminhado à Direção do SPI:

Teve sua primeira reunião o Club Agrícola da Escola “Benjamim Constant”, com a presença de todos os alunos do Conselho, vários índios, pais de crianças brasileiras e várias pessoas estranhas. O Club tomou o nome de Club Agrícola “13 de Maio” em comemoração à libertação dos escravos. Já conta o Club com 23 sócios. Foi eleito Presidente Honorário do Club Agrícola “13 de Maio” o Sr. Chefe da IR7, Sr. Paulino de Almeida.⁶⁶⁸

O *Clube Agrícola 13 de Maio* foi instalado em concomitância com o grupo de escoteiros já citado anteriormente (*Tropa Condor*). As atividades de ambos eram orientadas pela Auxiliar de Ensino, Helena Vieira dos Santos e pelo próprio encarregado. A fundação deste clube em um período anterior à promulgação do *Programa Educacional Indígena* do SPI é demonstrativa do comprometimento de Francisco Vieira frente às instruções dos seus superiores, os quais solicitavam aos encarregados que estes atuassem enquanto educadores/administradores,

⁶⁶⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 39**. Abril de 1960. pp. 25-26. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁶⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 30 do PI Nonoai encaminhado ao Diretor do SPI**. 1º de Junho de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0573 a 0575. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

atualizados com as propostas educacionais de seu tempo. Seguindo as orientações do *Serviço de Informação Agrícola*, o encarregado do PI Nonoai procede com o registro do *Clube Agrícola 13 de Maio* junto ao Ministério da Agricultura, ficando, desta forma, apto a atuar e receber orientações através de publicações e palestras especializadas sobre o tema.

Cabe aqui ressaltar que o *Clube Agrícola 13 de Maio* não foi constituído exclusivamente para os indígenas, tendo em vista que também podiam ser sócios do mesmo os alunos não indígenas frequentadores da escola do Posto, além de adultos não indígenas que demonstrassem interesse em suas instruções. Estes, conforme o regulamento instituído, deveriam pagar uma mensalidade para sua manutenção enquanto associados. Todos os alunos indígenas matriculados na escola *Benjamin Constant* já eram automaticamente sócios do clube e estavam livres do pagamento das mensalidades.

O *Clube Agrícola 13 de Maio* assumia diversas funções de orientação e assistência aos seus sócios. Entre as várias iniciativas, a de maior destaque era a manutenção de uma horta escolar, denominada “Horta da Vitória”.⁶⁶⁹ Através desta horta eram fornecidos aos alunos da escola do Posto e aos demais sócios, conhecimentos básicos sobre agricultura por meio de palestras e conferências realizadas por professores, pelo encarregado ou por especialistas convidados. Com as mensalidades dos sócios, mantinha-se uma biblioteca e uma pequena farmácia para atendimentos dos alunos e demais associados.⁶⁷⁰

As atividades deste clube envolviam ainda outras modalidades de ensino, tais como: economia doméstica (cozinhar, costurar, bordar), trabalhos manuais (marcenaria, tecelagem, agricultura) e trabalhos com criação de animais (aves, suínos, equinos, ovinos e bovinos). Tais atividades eram geralmente separadas por sexo. Às meninas eram ministrados conhecimentos sobre os trabalhos caseiros, como a arte culinária, corte e costura e bordados; enquanto os meninos aprendiam

⁶⁶⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 40 do PI Nonoai encaminhado ao Diretor do SIA, Itagybe Barcante**. 06 de Setembro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0635 a 0636. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁷⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1944 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 04 de Novembro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0668 a 0672. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

noções de serraria, marcenaria, agricultura e, principalmente, pecuária.⁶⁷¹

Embora não tenham sido reveladas referências claras sobre a existência ou participação dos entrevistados no *Clube Agrícola 13 de Maio*, algumas entrevistas apontam para a existência de atividades que podem ser indicativas da participação dos depoentes nos programas e propostas estabelecidos pelos clubes. Muitos dos depoimentos orais coletados para este estudo, fornecem indícios de experiências semelhantes às atividades registradas na documentação, conforme se pode perceber no relato de Antonio Eufrásio, quando o mesmo revela sua experiência na escola Benjamin Constant:

... depois da aula, tinha uma baita duma casona assim, logo ali, só pros aluno. Nós tinha cozinheira, cozinha pra nós, só pros aluno, né, piaçada prum lado, cozinheira prum lado [...], daí depois da aula, cada um pegava enxada pra vim pra dentro da horta, tinha uma baita duma hortona ali, só pra plantá salada, né, arface, cebola, rabanete, nós plantava com a professora. Então nossa horta era cheia de verdura, né. Quando chega meio dia ansim, a cozinheira ia lá tirar salada e nós tinha uma mesa comprida. Nós era 90 aluno. 90 aluno tudo pára ali, nós nem ia pra casa quase...⁶⁷²

Pela idade de Antonio Eufrásio, 78 anos, é possível inferir que ele tenha participado ativamente das atividades do *Clube Agrícola 13 de Maio*, pois teria idade escolar (entre 8 e 12 anos) entre 1944 e 1947, período em que é registrada nos relatórios a existência do mesmo. A informação de Antônio Eufrásio sobre a estrutura da escola se assemelha à de João Severo, pois este também explica que: “os alunos tinham um casarão grande lá, uma cozinha grande, que eles cozinhavam pros aluno né. Francisco Vieira fazia as horta grande lá e daí pnhava os

⁶⁷¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório sobre as atividades da Escola Benjamin Constant do PI Nonoai no ano de 1945, encaminhado á IR7 por Helena Vieira dos Santos**. Curitiba, 3 de Janeiro do 1945. Microfilme 058. Fotograma 1034 a 1036. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ

⁶⁷² EUFRÁSIO, Op. cit., 2014.

aluno a trabalhar lá, limpar, plantar... ensinando eles.”⁶⁷³ João Severo frequentou pouco tempo a escola, pois, como já citado anteriormente, sua mãe o retirou da mesma por não concordar com a obrigatoriedade do trabalho dos alunos.

As narrativas orais acompanham os registros documentais quando descrevem as atividades dos alunos indígenas nas hortas escolares. A memória Kaingang, entretanto, não apresenta maiores detalhes sobre as mesmas, como aqueles constantes nos relatórios do encarregado referentes aos sócios, às obrigações, aos lemas e normas do *Clube Agrícola 13 de Maio*. Da mesma forma, não são explícitas nas entrevistas maiores detalhes práticos de ensino rural e doméstico conforme previa a proposta de criação desses clubes pelo SPI. Os entrevistados, porém, deixam explícitas em suas falas os detalhes de seu trabalho nas hortas, bem como descrevem os produtos cultivados na mesma, as apresentações cívicas feitas pelos alunos e as refeições oferecidas aos mesmos. Ainda que as atividades não sejam detalhadas, é possível perceber uma vinculação muito forte das mesmas com aquelas descritas nos documentos referentes ao clube.

No mesmo período, no Posto Indígena Xapecó, não existem nos relatórios ou ofícios encaminhados pelos encarregados à IR7 ou à Direção do SPI, fragmentos que indiquem a existência de um *Clube Agrícola* na escola do Posto. Este fato é compreensível se for levado em conta que, como já relatado anteriormente, os encarregados deste PI entre 1941 e 1949, Francisco Fortes e Wismar Costa Lima, pouco conseguiram fazer para alavancar as iniciativas do SPI relacionadas à educação. Sua preocupação maior sempre esteve em promover o desenvolvimento do trabalho e da produção agrícola dos índios adultos, deixando as atividades escolares em segundo plano.

Considero a possibilidade de que a falta de informações sobre a existência de um *Clube Agrícola* na escola do PI Xapecó neste período seja decorrente da negligência dos auxiliares de ensino, responsáveis, juntamente com os encarregados, pela organização destas agremiações nas escolas dos Postos. Pode-se avaliar esta possibilidade porque são frequentes as reclamações da direção do SPI às Inspetorias Regionais frente ao não encaminhamento dos relatórios escolares solicitados aos encarregados e auxiliares de ensino.

No entanto, a falta de informações sobre a existência de um *Clube Agrícola* nos anos 1940, no PI Xapecó, não permite afirmar que

⁶⁷³ SEVERO, Op. cit., 2013.

não tenha havido uma tentativa de instituir um protótipo do mesmo na escola do Posto. Penso dessa forma porque, analisando a documentação produzida pelo encarregado Nereu Costa a partir de 1950, percebi que entre suas preocupações primordiais com o Posto, destacava duas em especial: “alimentação escolar e aos velhos inválidos e reorganização do clube agrícola.”⁶⁷⁴ O fato de o encarregado referir-se a uma “reorganização”, demonstra que houve uma experiência anterior. Infelizmente, não foi possível encontrar dados sobre o nome do clube e a época em que teria sido implementado na escola do PI. Nem mesmo as entrevistas fornecem informações que permitam identificar a existência de atividades escolares que remetessem aos clubes.

Informações mais expressivas sobre as atividades de um *Clube Agrícola* no PI Xapacó só aparecem na documentação referente ao final de 1950 e início de 1960, já durante a vigência do *Programa Educacional Indígena* do SPI. Naquele período, foram encaminhados diversos expedientes através dos Boletins Internos com informações sobre como proceder para a criação dos *Clubes Agrícolas* em diversos Postos Indígenas. Na região da 7ª Inspeção Regional, foram enviadas orientações para as “Escolas dos Postos Indígenas Boa Vista, Rio das Cobras, Fioravante Esperança, Mangueirinha, José Maria de Paula, Chapecó, Nonoi, Ligeiro, Duque de Caxias e Faxinal.”⁶⁷⁵

Chama a atenção que não havia mais, nesta época, as mesmas formalidades existentes na década de 1940, referentes à escolha de um patrono, sócios ou de nome para o *Clube Agrícola*. Os clubes, neste contexto, tornaram-se complementares às disciplinas escolares tradicionais. Sendo assim, as atividades que os alunos desenvolviam nas escolas assemelhavam-se ao que os adultos executavam em seus trabalhos para o Posto, ou seja, nos trabalhos das lavouras, na pecuária e no reflorestamento. Com relação a este último quesito, um relatório encaminhado pelo encarregado Nereu Costa, em junho de 1960, demonstra a preocupação com o crescente desmatamento da área e a tentativa de conscientizar adultos e crianças indígenas para a importância do reflorestamento do PI:

...fiz reunião dos índios, e palestrei sobre as árvores e a necessidade de reflorestamento e

⁶⁷⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 8**. 10 de Maio de 1950.

Op. cit.

⁶⁷⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 37**. Fevereiro de 1960. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 13.

verifiquei o cumprimento de um edital interno dêste Posto, com o seguinte texto: fica expressamente proibida a derrubada de qualquer espécie de árvore, como também o repicamento das cascas de pinheiros ou qualquer madeira, por “machadeiros” ou “facãoseiros” [...] Quanto às escolas, fizeram diversas palestras com os alunos, como também plantaram mais de uma centena de pés de árvores frutíferas.⁶⁷⁶

Referências ao plantio de árvores nativas e exóticas, frutíferas ou não, tornaram-se constantes nos relatórios e gráficos de atividades dos Postos Indígenas a partir do lançamento da *Campanha do Reflorestamento* do SPI, em 1958. É possível perceber também que o plantio de árvores foi adotado pelos *Clubes Agrícolas* como uma tarefa constitutiva de seu programa regular de atividades. A existência dessa campanha reflete a situação de exploração florestal que ocorria nesta época, quando a instalação de serrarias pelo próprio SPI ou as concessões para instalação de serrarias particulares nas áreas indígenas da IR7, estavam acabando com o patrimônio florestal de vários Postos Indígenas.

Durante a vigência do *Programa Educacional Indígena*, os *Clubes Agrícolas Escolares* tinham ainda como objetivo ajudar a conscientizar os indígenas adultos a conservar hábitos saudáveis em concomitância às atividades agrícolas consideradas de importância estratégica para a complementação alimentar dos mesmos. Dessa forma, estimulava-se a participação da comunidade junto às atividades escolares como forma de incentivar os pais a liberarem seus filhos para as escolas. Dinarte Belino, mesmo sem ter frequentado as escolas do PI Xapecó, recorda que muitas vezes fora convocado para prestar auxílio na organização das atividades na horta escolar: “Eu até trabalhei nessas horta, porque eles pediam pra nós ir lá dar uma mão, né. Daí nós ia trabalhá lá pra ajudar nessa horta. [...] Nós prantava, assim, nas horta tudo que é verdura, né.”⁶⁷⁷

Entre o final dos anos 1950 e início de 1960, no auge do desenvolvimento do *Programa Educacional Indígena*, o PI Nonoai não

⁶⁷⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 41**. Junho de 1960. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 12.

⁶⁷⁷ BELINO, Op. cit., 2014.

era mais comandado pelo encarregado Francisco Vieira, transferido em 1956 para o Paraná. Seu sucessor no cargo, Salatiel Marcondes Diniz, encontrou uma situação bastante conflituosa no PI, tendo em vista a ampla invasão da área por intrusos e arrendatários, o que causava sérios problemas para a população indígena desta área. A escola, nesta conjuntura, encontrava-se praticamente abandonada, chegando a possuir em 1958 somente 22 alunos, sendo que 14 deles eram internos no Posto, recebendo lições em dois turnos.⁶⁷⁸ Levando-se em consideração o censo indígena da área, efetuado em dezembro de 1958, no qual são registrados 214 indígenas com faixa etária entre 06 e 15 anos⁶⁷⁹, o número de alunos da escola *Benjamin Constant* pode ser considerado baixíssimo.

Como a manutenção dos alunos nas escolas indígenas era uma das metas do *Programa Educacional Indígena*, a proposta de alavancar o ensino rural surge como um instrumento ideal para que a escola se torne novamente um atrativo para as crianças indígenas do PI Nonoai. Visando tornar as atividades mais profícuas, os pensadores do programa estimulavam a qualificação dos Auxiliares de Ensino nos misteres da educação rural ou ainda sua substituição por pessoal qualificado nessa área. Sob o iminente risco de perder o emprego, a Auxiliar de Ensino da escola *Benjamin Constant* naquele momento, Emília dos Santos Diniz, apressa-se em tentar demonstrar-se útil para o desenvolvimento dos projetos estipulados pelo Programa:

Em resposta ao M/m. Circular n. 112 de 26-08-1958, informo-vos que, como auxiliar de ensino deste PI, não possuo curso da Escola Rural, mas tenho um vasto conhecimento prático sobre os itens a) b) e c) que tratam da organizações de hortas e pomares, criações de animais domésticos,

⁶⁷⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do PI Nonoai**. Salatiel Diniz a Dival de Souza, Inspetor da IR7. 31 de Maio de 1958. Microfilme 058. Fotograma 1768 a 1769. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁷⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Censo Indígena do PI Nonoai**. 20 de Dezembro de 1958. Microfilme 058. Fotograma 1833 a 1835. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

como galinha, etc., assim como trabalhos manuais de diversas espécies.⁶⁸⁰

Na concepção dos ideólogos do *Programa Educacional Indígena*, o fracasso das escolas dos Postos Indígenas estava intimamente associado aos antigos vícios do Serviço, principalmente ao de privilegiar os laços de parentesco na escolha dos Auxiliares de Ensino. A tentativa de contratar profissionais especializados (no caso em Educação Rural) esbarrava nestes vícios, justificando a tentativa por parte de Emília Diniz, esposa de Salatiel Diniz, expôr sua ampla experiência em matéria de educação rural.

Para esta época, são poucos os registros sobre as atividades do *Clube Agrícola 13 de Maio*. É muito provável que a falta de repasse de recursos por parte do SPI, que levou à paralisação de diversas atividades no PI Nonoai, tenha refletido nas atividades desse Clube.⁶⁸¹ É perceptível, todavia, que Emília Diniz esforça-se em atender as orientações referentes aos ensinamentos rurais contidos no *Programa Educacional Indígena*. Esta professora dá continuidade às atividades vinculadas ao Clube Agrícola, mas já sem a designação anterior e sem aquela carga de obrigações patrióticas e nacionalistas encontradas na década de 1940. Isso não significa afirmar que essas concepções não existissem mais, apenas que as atividades dos indígenas nas hortas e pomares, bem como as preocupações com a economia e o estado sanitário do PI superavam toda carga ideológica nacionalista do período anterior.

Ainda que se continuasse cantando os hinos em homenagem aos símbolos nacionais e aos vultos mais importantes da história política brasileira, estes perderam espaço para as lições e palestras com forte conteúdo moralista, as quais geralmente buscavam acentuar o papel do homem na família, na escola e na sociedade, prevenindo sobre os prejuízos advindos com os vícios, principalmente do roubo e da bebida e

⁶⁸⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício s/n de Emilia Diniz ao Chefe da IR7 Dival José de Souza**. 11 de Novembro de 1958. Microfilme 058. Fotograma 1887. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁸¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 31**. 08 de outubro de 1947. Op. cit.

para as vantagens de uma boa higiene pessoal.⁶⁸² A escola, neste sentido, seria a porta de entrada para estas ideias, as professoras deveriam ser as porta-vozes e os *Clubes Agrícolas* os instrumentos perfeitos para este novo modelo de ensino.

No que diz respeito à instrumentalização das escolas, a distribuição de ferramentas agrícolas infantis fazia parte da nova orientação da direção do SPI, que pretendia não apenas elaborar os planos educacionais, mas, sobretudo, criar condições para a aplicação dos mesmos. Desse modo, instrumentos agrícolas como foices, pás de jardim, regadores, sachos, enxadas, entre outros, foram adaptados às estaturas das faixas etárias dos alunos e encaminhados para escolas de vários PIs do Brasil.⁶⁸³

Todas as atividades desenvolvidas por intermédio do *Programa Educacional Indígena* deveriam ser destacadas em relatórios mensais encaminhados ao SPI. Os professores que alcançavam sucesso na aplicação de atividades relacionadas à educação rural eram congratulados por meio de citações nos Boletins Internos, além de terem seus nomes citados no *hall* de destaques do Serviço, veiculados nos mesmos Boletins. Entre os professores destacados no ano de 1960, há uma referência à Emília dos Santos Diniz, que teve suas descrições pontuais sobre as atividades dos escolares do PI Nonoai citadas no Boletim Interno do mês de outubro:

Ao se iniciar as aulas do ano em curso, já se encontrava esta escola munida de ferramentas agrícolas infantil, fornecidas pela Diretoria do SPI, e com tais ferramentas, foi possível a organização de uma equipe de trabalho, composta de alunos de ambos os sexos. Iniciou-se assim o plantio de hortaliças, numa extensão de terra de 40 metros de comprimento por 24 metros de largura, preparado e adubado para tal fim. Foram plantadas, pelos alunos, alface, couve, repolho, rabanete, cenoura, couve-flor, etc., às quais tem servido não só na alimentação dos escolares, assim como dos doentes e seus familiares que se

⁶⁸² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório trimestral da escola Benjamin Constant**. 21 de Julho de 1960. Microfilme 058. Fotograma 2067. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁶⁸³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 35**. Dezembro de 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

encontram na enfermaria do Pôsto, também para a alimentação dos trabalhadores do Pôsto e suas famílias. [...] Quanto a avicultura, já se encontra em fase bastante adiantada, havendo sido ministrada aulas aos alunos sobre a ração e adequada a esta região, assim como da necessidade de higiene dos criatórios, bebedouros, etc.⁶⁸⁴

No Posto Indígena Xapecó, os auxiliares de ensino das duas escolas existentes (uma na aldeia Sede e outra na aldeia Pinhalzinho) Vivaldino Lourenço de Souza, José de Andrade e Eva Fortes de Lara, também alcançam destaque. Estes, porém, são destacados pelo empenho junto com seus alunos em projetos de reflorestamento, sobretudo, com o plantio de árvores frutíferas.

Incentivar as experiências exitosas foi uma máxima do próprio programa de reestruturação dos *Clubes Agrícolas Escolares*. Ao expandir as atividades para além da escola, os clubes ajudavam a combater algumas das mazelas da comunidade, o que, no caso do PI Xapecó, estava vinculado a um contexto de destruição florestal propiciado pela instalação de serrarias por particulares e pelo próprio órgão indigenista na área. Neste caso, pretendia-se plantar árvores frutíferas para complementar a alimentação dos indígenas e ainda, permitir uma reconstituição da cobertura florestal da área, ainda que, com espécies exóticas.

Ao mesmo tempo, conforme lembra Romalina Luiz, às meninas das escolas eram ensinadas práticas domésticas para além dos bordados e costura. Elas também aprendiam a confeccionar artefatos de taquara, cipó e madeira com diversos tamanhos, formas e utilidades, com vistas a complementar a produção doméstica de cestos e balaios. Romalina explica que quem ministrava essas atividades era o professor José de Andrade, o mesmo citado nos Boletins do SPI como Auxiliar de Ensino de destaque no PI Xapecó.⁶⁸⁵ Ela ressentia-se, contudo, de não ter aprendido tais atividades, pois não teve permissão para continuar a frequentar a escola, visto que precisava cuidar da casa e de seus irmãos enquanto os pais produziam seus artesanatos: “a mãe era balaiera,

⁶⁸⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. 21 de Julho de 1960. Op. cit.

⁶⁸⁵ LUIZ, Romalina. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann**. Aldeia Pinhalzinho-TI Xapecó/SC. 21 de Agosto de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

fabricava balaio e o pai fazia cesto pra viver né. Parava de fazer roça, ele fazia cesto, a mãe fazia balaio, pra ir vender né, nas colônia, pra lá, pra cá.”⁶⁸⁶

Ao se avaliar as ações propostas pelo *Programa Educacional Indígena*, percebe-se que inúmeros fatores contribuíram para os sucessos e insucessos de suas orientações relativas ao trabalho e à educação nos Postos Indígenas. Ao tomar como exemplo os casos dos Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó, é possível vislumbrar que, em ambos, as ações educacionais conciliaram momentos de desenvolvimento e decadência ao longo do período pesquisado. Em todos os momentos, entretanto, seus encarregados e Auxiliares de Ensino pouco ou nada fizeram para fugir a uma ideologia autoritária, constantes das modalidades educacionais que buscavam enquadrar os indígenas em um contexto econômico, agropecuário e mercantil, tendo como espelho a sociedade regional envolvente.

Por conta destas características, pode-se inferir que os objetivos da *Campanha Educacional Indígena* estão fortemente alicerçados na vigilância hierárquica e nos seus mecanismos disciplinadores. É possível considerar que a intenção do SPI com estas iniciativas ia para além de formalizar a educação rural entre os indígenas. No caso dos *Clubes Agrícolas Escolares*, verificou-se que a variedade de planos de trabalho desses clubes pretendia, na maior parte dos casos, a um disciplinamento dos alunos para muitas práticas consideradas mais profícuas em termos socioeconômicos e educacionais, desconsiderando os fundamentos culturais das populações “assistidas”.

A fixação de hábitos considerados úteis para os alunos eram, muitas vezes, completamente alheios às suas experiências de vida e contrários ao que seus próprios parentes consideravam como melhores para si, conforme verificado em muitos relatos orais que denunciam a resistência por parte de muitos pais em deixarem seus filhos frequentarem as escolas. O estímulo ao trabalho nas hortas, no reflorestamento e em outras atividades relacionadas aos *Clubes Agrícolas*, baseava-se em um suposto amor e prazer que o indígena aprendeu a neles encontrar, por intermédio dos pressupostos educacionais do SPI.

Os métodos e práticas das modalidades de ensino rural aplicada junto às escolas indígenas, raramente levavam em consideração os aspectos tradicionais de organização social do trabalho entre as

⁶⁸⁶ Ibid.

diferentes etnias. Através de sua meta de alavancar o espírito cooperativo entre as crianças indígenas e também facilitar o ensino de diversas disciplinas escolares, os *Clubes Agrícolas Escolares* acabaram atuando como uma engrenagem específica do poder disciplinar, servindo como uma importante ferramenta na fixação de concepções, de aptidões que atendiam à necessidade de integrar o índio à economia regional.

Aos adultos, entre as concepções e aptidões que mais efetivamente foram perseguidas estava a sua transformação em produtores rurais modelares, capazes de competir com os camponeses vizinhos ou mesmo superá-los em atividades ditas “civilizadas”, como a produção tritícola e a atividade pecuária. Para isso, procurou-se estimular cada vez mais sua participação em outros programas, projetos e campanhas de desenvolvimento, como ocorreu no caso da *Campanha do Trigo*.

4.3. A *Campanha do Trigo* na IR7: desenvolvimento agrícola com base na exploração da mão de obra indígena

Entre os vários projetos de desenvolvimento agrícola encampados pelo SPI a partir da década de 1940, a *Campanha do Trigo* foi, de longe, a que alcançou o maior destaque, notadamente quando se avalia sua amplitude e os resultados alcançados. Iniciada em um contexto de aumento da demanda nacional pelo produto, a campanha alcançou grande representatividade nos Postos Indígenas da IR7. Este projeto pode ser compreendido como uma apropriação particular do SPI em torno da mobilização governamental para o crescimento da produção tritícola nacional, que há vários anos vinha tentando consolidar essa cultura no país.

No que concerne ao cultivo do trigo no Brasil, embora sua introdução tenha ocorrido nos primórdios da ocupação colonial, ainda no século XVI, este cereal somente começou a tornar-se economicamente viável no início do século XX, quando o governo brasileiro, através do Decreto n.º 2049, de 31 de Dezembro de 1908, autoriza a concessão de uma subvenção anual de 15:000\$000 (Quinze Mil Cruzeiros) aos sindicatos e cooperativas agrícolas que se

comprometessem com a sua produção. Este mesmo decreto previa a isenção de impostos aduaneiros para máquinas e demais instrumentos e insumos agrícolas importados, cuja finalidade seria dinamizar e alavancar a produção tritícola nacional.⁶⁸⁷

Vários outros decretos e leis foram promulgados ao longo das décadas de 1920 e 1930 para incentivar o cultivo do trigo no Brasil. Entre as principais medidas promovidas por eles, destacam-se: a) a concessão de maquinário específico para os produtores que comprovassem a qualidade do produto cultivado, b) a garantia da compra da produção e fixação de um preço mínimo pago pela mesma, c) o fornecimento de empréstimos para a instalação de fábricas para a produção de farinha, d) redução da importação e aumento da taxa alfandegária aos produtos derivados de trigo importado.⁶⁸⁸ Ainda assim, frente ao aumento da demanda nacional pelo cereal, a produção interna mostrava-se deficiente e incapaz de abastecer o mercado, tornando-o dependente das importações.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a demanda global pelo produto aumentou, pois muitos países envolvidos no conflito acabaram paralisando a produção ou diminuindo-a consideravelmente. Outras nações mantiveram ainda sua produção voltada para a demanda interna ou para os esforços de guerra.⁶⁸⁹ Esta situação levou o governo brasileiro a intensificar as ações no sentido de promover e incentivar a produção tritícola. Entre as ações mais significativas neste sentido, destaca-se a criação do *Serviço de Expansão do Trigo* (SET), instituído pelo Decreto nº 6.170 de 05 de Janeiro de 1944. Este serviço ficou responsável por elaborar e realizar um programa de expansão da área tritícola nacional, bem como por aperfeiçoar os métodos agrícolas nas regiões onde se cultivava o produto.⁶⁹⁰

⁶⁸⁷ BRASIL. **Decreto nº 2.049, de 31 de Dezembro de 1908.** Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-2049-31-dezembro-1908-580235-publicacaooriginal-103187-pl.html>. Acesso em: 20/08/2014.

⁶⁸⁸ SILVA, Vera Martins da. **A regulação do mercado brasileiro de trigo.** São Paulo: Edusp. 1992, p. 30.

⁶⁸⁹ Ibid. p. 31.

⁶⁹⁰ BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.170, de 5 de Janeiro de 1944.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6170-5-janeiro-1944-416451-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21/08/2014.

Por intermédio do SET, o governo brasileiro lançou uma verdadeira cruzada de produção tritícola, que passou a ser chamada de *Campanha do Trigo*. Sua meta era, além de fomentar a produção deste cereal através dos incentivos já citados, transformar radicalmente a mentalidade dos produtores rurais por meio da orientação científica e tecnológica aos mesmos. Esta preocupação justificava-se pela reticência que muitos produtores rurais demonstravam pelas inovações promovidas por agrônomos e outros pesquisadores da área da agricultura.⁶⁹¹

O SET concentrou seus esforços especialmente na região Sul do Brasil, cujas condições climáticas apresentavam-se como as mais adequadas para o cultivo deste cereal, principalmente nas áreas que compreendem o planalto norte do Rio Grande do Sul, o planalto serrano e oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. Nestes três estados, a área cultivada praticamente dobrou em 10 anos. Em 1936, a área estipulada para a produção de trigo era de 154 mil hectares e, em 1946, já girava em torno de 301 mil hectares. No ano de 1948, a produção destes estados atinge a marca de 340 mil toneladas.⁶⁹² Este progresso foi bastante comemorado pelos promotores da expansão da produção tritícola, que creditavam esse sucesso ao empenho de todos os envolvidos na campanha:

Este serviço não tem apenas cuidado do lado cultural do problema, pois, além da modernização dos métodos de cultura, de seleção de sementes para distribuição aos lavradores, de aquisição fácil de máquinas agrícolas necessárias a essa lavoura, por parte dos agricultores, principalmente trilhadeira, etc., cuida também da instalação de armazém e silos em diversos pontos dos Estados do Sul do Brasil. Outrossim, sempre fomenta a produção de trigo e concede todas as vantagens

⁶⁹¹ SANTA CATARINA, SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. **Relatório apresentado à S. Excia. Senhor Dr. José Boabaid, presidente da Assembléia do Estado, no exercício do cargo de governador, por intermédio do digníssimo Snr. Dr. Leoberto Leal, referente às atividades da 3ª Reunião Técnica do Trigo, realizada no Rio de Janeiro a contar de 21 a 26 de março do corrente ano (1949).** Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). s/n. 1949.

⁶⁹² COLLE, Célio Alberto. **A cadeia produtiva de trigo no Brasil: contribuição para a geração de emprego e renda.** Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Porto Alegre: CPGER/UFRGS. 1998, p. 18.

aos que se dedicam a fazer culturas fiscalizadas ou em cooperação com o Ministério da Agricultura.⁶⁹³

Os estados do Sul foram equipados ainda com estações experimentais para a produção de sementes de melhor qualidade, com destaque para as estações de Caçador, no Meio Oeste catarinense, Julio de Castilhos e Veranópolis, respectivamente situadas no Planalto e Serra gaúcha. Destes locais saía grande parte das sementes plantadas nas lavouras de trigo brasileiras. O agrônomo Álvaro Martins, inspetor do trigo da Secretaria de Agricultura do RS, ao destacar o sucesso da produção tritícola nesse estado, destaca que foi nele que a *Campanha do Trigo* encontrou melhor acolhimento, tanto por parte dos agricultores, quanto por parte do governo. Dessa forma, prevê que:

O Rio Grande do Sul, que já produz suficiente e mais um pouco para seu abastecimento, produzirá, patriótica e prazerosamente, pelo menos 50% do necessário ao consumo brasileiro, pois tem ele clima propício, tem solo fértil e tem homens capazes para produzir 600.000 toneladas, sem prejudicar outras culturas como a do milho, do arroz, a do feijão, etc.⁶⁹⁴

Ainda que Rio Grande do Sul e Paraná figurassem como os grandes produtores brasileiros de trigo no final da década de 1940, Santa Catarina contava nesta época com 22 municípios dedicados ao cultivo do cereal, perfazendo uma área total plantada de 112. 270 hectares.⁶⁹⁵ Neste estado, a maioria dos municípios produtores estava situada na região oeste, a qual, assim como ocorria com as regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná, concentrava Postos Índigenas de Educação e Nacionalização sob a ação tutelar do SPI.

⁶⁹³ SANTA CATARINA, SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. Op. cit., p. 7.

⁶⁹⁴ Ibid. p. 9.

⁶⁹⁵ Ibid. 12.

Não por acaso, assim como ocorria em relação a diversos outros projetos e programas governamentais, o SPI não mediu esforços para integrar-se à *Campanha do Trigo* do governo federal. Ainda que a maior parte dos Postos Indígenas da IR7 já produzisse trigo antes da criação do SET, essa produção era bastante precária e artesanal, mal respondendo às necessidades internas dos Postos. Sementes impróprias, pragas diversas, inexperiência dos indígenas no plantio e variações climáticas (secas ou chuvas em excesso) figuravam como os problemas mais recorrentes nos relatórios de produção dos encarregados, impedindo um melhor resultado nas tentativas de introdução do cereal nos cultivos regulares dos indígenas.

Mesmo com as dificuldades iniciais, o aproveitamento do potencial das áreas indígenas para a produção tritícola espalhou-se pelos Postos da IR7 no começo da década de 1940. Esta produção foi beneficiada, em parte, pelo contexto de reorganização do SPI no Ministério da Agricultura, quando se intensificou o apoio ao cultivo da chamada “lavoura branca”.⁶⁹⁶ Esse novo cenário de investimentos motivou, além do incremento da produção agropecuária nos PIs, o aparelhamento de vários deles, visando o beneficiamento de sua produção. No PI Guarita/RS, por exemplo, a construção de um moinho movido à água, possibilitou a fabricação de fubá e farinha de trigo, beneficiando a produção dos indígenas e dos próprios camponeses regionais, os quais, mediante o pagamento de uma quota ao Posto, utilizavam-se deste equipamento para o beneficiamento de sua produção.⁶⁹⁷

Em uma análise dos relatórios mensais apresentados por diversos PIs da IR7, pode-se perceber que após 1945 há uma proliferação na construção de moinhos. Além do PI Guarita, há registros da construção destes engenhos nos PIs Queimadas/PR, Ligeiro/RS e Xapecó/SC. Mesmo que pudessem ser utilizados para o beneficiamento de outros

⁶⁹⁶ A expressão “lavoura branca” é utilizada para identificar os cultivos que não são perenes, precisando ser plantados todos os anos, obedecendo aos ciclos produtivos. Exemplo: milho, algodão, arroz, trigo, etc.

⁶⁹⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 21**. 31 de Agosto de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 253. Algumas vezes, o moinho acabou servindo mais aos regionais do que aos próprios indígenas, como ocorre no ano de 1945, quando o moinho do PI Guarita produziu 2381 quilos de farinha de trigo para os colonos regionais, enquanto que, para os índios, a produção foi de 1580 quilos. BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 48**. 30 de Janeiro de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 17.

produtos, como milho e arroz, o principal objetivo destes mecanismos era a produção de farinha de trigo.

Figura 19: Primeiro moinho hidráulico do Posto Indígena Xaçecó, construído no ano de 1946.



Fonte: FORTHMANN, Heinz. Moinho d'água do PI Xaçecó. Setembro de 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. **Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz a 7ª Inspeção Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Documentos audiovisuais e iconográficos SEDOC/Museu do Índio-RJ.

É importante destacar que, apesar da construção de moinhos ou atafonas para beneficiar a produção dos indígenas, esta era geralmente desvalorizada pelo comércio local, sendo considerada inferior ao que era produzido pelos camponeses regionais. Em Nonoai, Francisco Vieira observou esta situação e denunciou os abusos dos comerciantes locais, considerando lamentável esse procedimento que tornava a lavoura pouco rentável aos índios. De acordo com o encarregado: “o comerciante impõe o preço dos cereais e ainda não paga a dinheiro, só a troco, não havendo meio de transporte para outra praça, vem o

prevalhecimento e quem só vive da lavoura tem que sujeitar-se. O trigo até agora não tem preço aqui.”⁶⁹⁸

Estes problemas locais, no entanto, não preocupavam muito as autoridades do SPI naquele momento, pois, ainda que se buscasse lucratividade com as lavouras, a produção de trigo nos Postos Indígenas era vista muito mais como uma honorável contribuição patriótica à campanha promovida pelo governo federal do que uma forma de sustentação dos indígenas. Com a participação do SPI na *Campanha do Trigo*, buscava-se comprovar a capacidade produtiva e a vontade de colaboração dos indígenas tutelados, o que era, de certa maneira, uma forma de justificar os repasses financeiros do governo federal ao órgão indigenista.

Fica evidente através dos relatórios de produtividade, que quando havia aumento dos investimentos, a produção crescia. Somente no PI Ligeiro/RS, a produção tritícola mais do que triplicou em apenas um ano, passando de 18.600 Kg em 1942⁶⁹⁹ para 61.431 Kg em 1943.⁷⁰⁰ Os bons resultados alcançados por alguns PIs, a exemplo do PI Ligeiro, fazem com que os dirigentes do SPI modifiquem seu ponto de vista e, dessa forma, o cultivo do trigo passa a ser encarado, a partir do final da década de 1940, como a principal atividade agrícola capaz de promover a tão almejada emancipação econômica dos Postos Indígenas. A IR7, neste sentido, apresentava-se como carro chefe de tal empreendimento. Novos incentivos provenientes do Ministério da Agricultura ajudaram a alavancar a produção tritícola a partir de 1950 nesta Inspeção. Consideráveis recursos foram convertidos para o emprego de técnicas mais avançadas de produção, fornecimento de sementes selecionadas, adubação e mecanização das lavouras, treinamento de pessoal, entre outras inovações que permitiram o aumento e a qualificação das áreas cultivadas com o cereal.

Com tais investimentos, a produção tritícola espalha-se por praticamente todos os Postos Indígenas submetidos à IR7, gerando ainda experimentos em diversas outras inspeções das regiões Sudeste, Centro

⁶⁹⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 26**. 31 de Janeiro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 32.

⁶⁹⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 16**. 31 de Março de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 95.

⁷⁰⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 27**. 29 de Fevereiro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 87.

Oeste e Norte.⁷⁰¹ Neste contexto, os PIs Guarita/RS, Xapecó/SC e Ligeiro/RS, tornam-se, a partir da década de 1950, os maiores produtores de trigo entre Postos do SPI. De acordo com dados encontrados nos boletins internos e relatórios dos encarregados, a produção tritícola desses Postos, juntamente com os demais PIs da IR7, atingiu 484 toneladas e meia em 1951⁷⁰², ultrapassou as mil toneladas em 1953⁷⁰³ e alcançou 1430 toneladas em 1954.⁷⁰⁴ A esta produção, somava-se ainda os bons resultados obtidos com outros produtos agrícolas. Nesta conjuntura, os feitos da IR7 eram frequentemente enaltecidos nos Boletins do SPI:

Tribos como os Kaingang, que até cerca de 40 anos passados viviam errantes e sem agricultura, hostilizados pelos colonos, hoje plantam em larga escala o milho, o feijão, arroz e produtos recém-importados como o trigo, a cevada, a alfafa, soja e batata inglesa. Mais do que isso, participam das Exposições Agrícolas Estaduais e, competindo com colonos nacionais ou de origem estrangeira, alcançam prêmios como foi o caso da última Festa Nacional do Milho, realizada em Santo Ângelo (RS) em que índios do PI Guarita foram premiados com menção honrosa (Trigo), Medalha de Prata (Milho), Medalha de Prata (Feijão). Individualmente, 14 índios deste posto que se destacaram como plantadores, receberam medalhas de prata.

Com os recursos obtidos dessa lavoura e mais os da extração de madeiras incrementa-se a mecanização da agricultura, possuindo essa IR 10 tratores, 9 arados e implementos, 5 moinhos de trigo, 1 serraria e 6 caminhões.⁷⁰⁵

⁷⁰¹ Há registros de produção de trigo em Postos dos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Amazonas.

⁷⁰² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 26**. Março de 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 3.

⁷⁰³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 19**. Op. cit., p. 3.

⁷⁰⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. Relatório, 1954, p. 38. *Apud*: ROCHA, 2003, p. 115.

⁷⁰⁵ BRASIL/SPI, **Relatório anual de 1954**. p. 38. In: ROCHA, 2003, p. 115.

Com a produção tritícola crescente nos Postos Indígenas, as autoridades do SPI comemoram o alcance de seu projeto, elogiando o sacrifício dos funcionários envolvidos nesta campanha. Os bons resultados na lavoura permitiam, na visão do órgão indigenista, uma mudança de postura da sociedade regional em relação à produção dos PIs, haja vista que: “o índio já deixa de ser um simples participante da economia regional, para competir e assumir posição de liderança ao mesmo tempo que os Postos se tornam centros de progresso e incremento da lavoura.”⁷⁰⁶

Frente ao sucesso alcançado com o cultivo do trigo, a IR7 transformou-se em espelho para outras inspetorias regionais, que eram estimuladas a seguirem o exemplo da mesma. O Boletim Interno nº 26, de março de 1959, traz em seu conteúdo mais uma homenagem a esta Inspeção, considerada a mais próspera e progressista do Serviço:

A Sétima Regional é, talvez, a única que tem vida própria. A renda de seus Postos Indígenas dá pra suprir as necessidades daquela Repartição do Serviço de Proteção aos Índios. [...] Ali, a agricultura é tomada a sério [...] É por tudo isso, que homenageamos a Sétima Inspeção, e conseqüentemente, a todos os seus servidores e índios que trabalhando para o desenvolvimento dessa repartição, estão trabalhando para o soerguimento do Serviço de Proteção aos Índios.⁷⁰⁷

Esta passagem é emblemática, pois traduz uma tentativa de justificar a existência e a atuação do SPI frente a um contexto desfavorável, em que o órgão é bastante contestado na esfera política nacional. Nesta época, começavam a se proliferar denúncias sobre más condutas de funcionários do seu quadro, principalmente por parte de alguns chefes de Posto, suspeitos de apropriação indébita dos lucros

⁷⁰⁶ BRASIL/SPI, **Boletim Interno nº 19**. Op. cit., p. 03.

⁷⁰⁷ BRASIL/SPI, **Boletim Interno nº 26**. Op. cit.,

auferidos com a produção dos índios e acusados de maus tratos contra os mesmos.⁷⁰⁸

Além disso, em diversos Postos Indígenas, principalmente nos Postos da IR7, proliferavam-se casos de intrusão, o que acarretava inúmeros conflitos entre indígenas e intrusos. Deste modo, ao dar ênfase na produção agrícola da IR7, o SPI pretendia não apenas incentivar o desenvolvimento dos trabalhos nas outras Inspetorias Regionais, mas, especialmente, desviar o foco dos problemas e demonstrar às autoridades políticas nacionais e a sociedade em geral, que havia rigor, controle e cobranças por parte do órgão aos seus funcionários e tutelados.

4.3.1. A produção tritícola dos “índios colonos” nos PIs Nonoai e Xapecó

Durante a gestão de Francisco Vieira no PI Nonoai, as principais atividades econômicas desempenhadas pelos Kaingang e Guarani daquele Posto diziam respeito à produção agrícola, à pecuária bovina, à exploração madeireira. Apesar de planejar e desenvolver algumas estratégias para qualificar a produção agrícola do Posto, o encarregado nunca escondeu que sua atividade predileta era a pecuária, para a qual dedicava muito tempo e recursos. Francisco Vieira justificava essa preferência por considerar a pecuária como a melhor opção para alcançar a autosuficiência econômica do Posto. Mesmo assim, por ordens superiores, obrigava-se a prestar contas sobre a produção do trigo aos inspetores da IR7.

Embora seus relatórios mensais indiquem o emprego de um considerável esforço para manter uma produção tritícola regular no Posto durante a década de 1940, suas tentativas são baldadas por diversos obstáculos. Quando não eram as condições climáticas adversas que impossibilitavam o plantio, eram as sementes de péssima qualidade fornecidas ou os ataques de saúvas e ratos que prejudicavam a expansão da cultura entre os índios. Em uma análise mais apurada de seus apontamentos sobre o trigo cultivado no PI, observa-se uma grande

⁷⁰⁸ Conforme evidenciado no capítulo anterior as formas de trabalho compulsório nas “lavouras comunitárias” ainda estão muito presentes nas memórias dos velhos Kaingang. As denúncias de corrupção são apresentadas através do Relatório Figueiredo e em diversos trabalhos de outros pesquisadores sobre o tema.

irregularidade da produção de um ano para o outro, devido aos problemas notificados. Os dados de produção apresentados em 1942 indicam que o trigo alcança uma colheita de 200 sacos.⁷⁰⁹ Em 1943, essa produtividade cai para apenas 26 sacos.⁷¹⁰ Neste último caso, a justificativa para a queda de produção teria sido a seca, que atingiu a todos os agricultores da região.

Chama a atenção, neste contexto, o fato de que enquanto a produção tritícola continua baixa, as plantações de milho e capim quicuiu crescem, mesmo com a incidência da seca. Dados de 1944 indicam que a produção tritícola aumenta consideravelmente em relação a 1943, alcançando 600 sacos, porém, continua baixa se comparada ao cultivo de milho e pastagem. Por exemplo, neste ano teriam sido colhidos 10.000 sacos de milho e cultivados 5 hectares de capim quicuiu.⁷¹¹ A produtividade de milho e pastagens em detrimento ao trigo pode ser justificada pela preferência de Francisco Vieira à atividade pecuária, pois estes seriam os principais alimentos para o gado do PI. Seu principal objetivo com o plantio de capim era o melhoramento das invernadas do Posto, as quais, segundo ele, se bem trabalhadas e cuidadas, poderiam comportar até 3.000 cabeças de gado.⁷¹²

Por esta época, já havia orientações bastante claras do SPI para que os PIs se empenhassem na *Campanha do Trigo*. Ainda assim, em 1945, a produção tritícola do PI Nonoai não apresenta crescimento significativo em relação aos anos anteriores. No relatório anual de 1945, os dados de produção indicam a colheita de 8.000 sacos de milho, 1.700 de feijão, 120 arrobas de alfafa e 500 sacos de trigo.⁷¹³ Se comparada a outros Postos Indígenas da região, a produtividade de trigo de Nonoai é apenas razoável. Cacique Doble e Ligeiro, por exemplo, apesar de possuírem uma área de cultivo bem menor, produziram no mesmo ano

⁷⁰⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 06 de Dezembro de 1942. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ. OBS. Cada saco comportava 60 quilos do produto.

⁷¹⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1943 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 22 de Dezembro de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0436 a 0440. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷¹¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1944**, Op. cit., p. 2.

⁷¹² Ibid.

⁷¹³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1945**, Op. cit., p. 3.

cerca de 30 toneladas do produto.⁷¹⁴ No aviso mensal referente ao mês de junho daquele ano, Francisco Vieira apresenta uma justificativa para a baixa produtividade de trigo: “O Posto resolveu plantar trigo apenas para o gasto, visto que todos os anos dá despesas grandes, com prejuízo, pela falta de comércio.”⁷¹⁵

Quando se analisa mais detidamente os fracos índices de produtividade do trigo no PI Nonoai, a resistência de Francisco Vieira em aumentar a sua produção é justificada por vários fatores. Primeiro, considerava que as campinas existentes na área sempre apresentaram condições mais propícias à criação de gado do que a lavoura. Segundo, o trabalho no trigo era feito de forma extremamente rudimentar naquele período, quando eram utilizadas apenas ferramentas manuais e arado movido a tração animal para revolver a terra, o que acabava tornando o cultivo do cereal muito trabalhoso e improfícuo. Além disso, apesar das insistentes solicitações do encarregado, o SPI não fornecia recursos para a construção de um moinho para beneficiamento da produção no Posto, o que não permitia maior valorização do cereal, como já ocorria em outros Postos da região.

Os entraves relativos ao cultivo de trigo no PI Nonoai durante a gestão de Francisco Vieira também podem ser percebidos nas narrativas dos velhos Kaingang. Ao ser indagado sobre a sua experiência no plantio de trigo nas lavouras do Posto, Jorge Garcia reforça que na época de Vieira, as primeiras lavouras de trigo eram bastante rudimentares: “...nós trabalhava só na enxada e foice, nós não sabia o que era trator, não sabia o que era boi, nada. Arado, isso aí era...”⁷¹⁶ Do mesmo modo, Antonio Eufrásio recorda que na época da colheita do cereal, acordava cedo para ir a lavoura com as “turmas” e: “lá seu Francisco mandava as turma cortar...colher a foicinha.”⁷¹⁷ O fato de o cultivo ser feito de forma bastante artesanal, certamente contribuiu para a baixa taxa de produtividade, ainda que, conforme apontam os relatos orais, a mão de obra indígena sempre foi amplamente utilizada para todo o tipo de trabalho no Posto, principalmente nas lavouras de trigo.

Nos relatórios analisados, os dados referentes à produção agrícola do PI Nonoai geralmente são apresentados juntamente com produção

⁷¹⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 38**. 31 de Março de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ. pp. 7-8.

⁷¹⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 43**. 31 de Agosto de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ. p. 20.

⁷¹⁶ GARCIA, Op. cit., 2013.

⁷¹⁷ EUFRÁSIO, Op. cit., 2014.

dos indígenas, isto é, aquela que os mesmos produziam para seu consumo ou para a comercialização. Esses cultivos, ainda que pertencentes aos indígenas, também eram contabilizados pelo encarregado e mencionados nos relatórios. De maneira geral, os números apresentados dão conta de que a produção dos índios é sempre maior do que a produção do Posto. Nísio da Silva revela, entretanto, que a produção particular de trigo dos indígenas era pequena, pois não possuíam implementos agrícolas que possibilitassem a ampliação de espaços para cultivo: “meu pai prantava com enxada, não tinha a junta de boi. Aquela vez era só enxada né, enxada...”⁷¹⁸ Com o incremento do arado e das juntas de bois, a produção tendeu a crescer, conforme indica João Severo:

E até a maioria dos índio quando começaram..., o chefe começou a aconselhar eles pra fazer as planta de trigo de enxada. Eles plantavam trigo de enxada. Eles semeavam o trigo e depois capinavam atrás. Depois é que eles começaram a aprender a lidar com boi, assim, então daí eles começaram a lavar né. Mas os primeiro tempo era foíce e enxada. O serviço deles era este.⁷¹⁹

O sistema rudimentar de cultivo no PI Nonoai contribuiu de forma contundente para a baixa produtividade tritícola do mesmo na década de 1940. Ainda assim, a produção tritícola daquele Posto parece ter superado a do PI Xapecó neste período, a qual é pouco citada nos raros relatórios apresentados por Francisco Fortes e Wismar Costa Lima. Neste PI, conforme já revelado anteriormente, os diversos problemas envolvendo a administração destes dois encarregados justifica a não existência de uma ação mais incisiva no sentido de inserir-se na *Campanha do Trigo* do SPI.

Mesmo com a construção de um moinho para beneficiamento dos cereais produzidos neste Posto (figura 25), pouco trigo dos Kaingang parece ter passado pelo mesmo nesta época. Isso se explica, em parte, porque apesar de haver uma produção incipiente de trigo no Posto⁷²⁰,

⁷¹⁸ SILVA, Op. cit., 2014.

⁷¹⁹ SEVERO, Op. cit., 2013.

⁷²⁰ De acordo com uma carta de Francisco Fortes, encaminhada ao Inspetor Deocleciano de Souza Nenê da IR7, na safra de 1947, foram plantados 3 sacos de trigo nas lavouras do Posto Indígena, sendo colhidos 120 sacos. Esta

suas atividades econômicas ainda estavam bastante concentradas na extração e secagem de erva mate (para cuja atividade foi inclusive construído um *barbaquá*⁷²¹) e na criação de suínos.⁷²² Tais atividades demandavam considerável empenho de mão de obra. O moinho, nesse sentido, era utilizado para a fabricação de ração para os porcos e ainda para o beneficiamento da produção de agricultores regionais, os quais pagavam ao Posto uma taxa de utilização do serviço.

Ao assumir a direção do PI Xaçecó no final de 1949, Nereu Costa encontra uma situação bastante desfavorável logo após a transferência de Wismar Costa Lima. Conflitos entre indígenas, apropriação de capital do Posto, descaso com as escolas e precária situação das lavouras, eram algumas das denúncias que pesavam contra os antigos encarregados. Tentando reverter a situação caótica encontrada, o novo encarregado promove ações para tentar melhorar as condições socioeconômicas dos indígenas. Entre as iniciativas de maior importância, destaca-se a abertura de novas estradas, ligando localidades praticamente isoladas à sede do Posto e esta às principais estradas de acesso aos municípios vizinhos.

A melhoria das vias de acesso e circulação nos Postos Indígenas é uma característica bastante peculiar no contexto da assistência indigenista da década de 1950, sobretudo nas áreas sob administração da

produção teria sido inclusive testemunhada pelo Diretor do SPI, Modesto Donatini quando de sua visita de inspeção aos Postos da IR7, a quem o encarregado queria comprovar que não “colhia apenas samambaia”, conforme o acusavam algumas pessoas. Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta de Francisco Siqueira Fortes ao Inspetor da IR7 Deocleciano de Souza Nenê.** PI Xaçecó. 11 de Março de 1948. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷²¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de pagamento a João Geminiano referente à construção de barbaquá para o Posto.** PI. Xaçecó. 12 de Outubro de 1947. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ. OBS. O *barbaquá* ou *carijo* consiste em um método rudimentar de produção de erva-mate. Neste processo, as ramagens são colocadas em um estrado e submetidas a altas temperaturas e fumaça em curto espaço de tempo, cujo objetivo é a desidratação das folhas e ramos. Após a secagem completa, o produto é transportado para a cancha perfurada, onde se processa a moagem, seja por tração animal ou por moinho d'água.

⁷²² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de pagamento a Vergílio da Silva referente à compra de 12 leitões matrizes para o Posto.** PI. Xaçecó. 30 de Março de 1947. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

IR7. Em grande parte dos Postos submetidos a esta inspetoria, o aprimoramento nos meios de produção, especialmente em termos de aparelhamento com máquinas agrícolas, começava a resultar no crescimento da produtividade. Equipamentos incorporados pelo SPI, tais como ceifadeiras, trilhadeiras, tratores e caminhões, exigiam naturalmente a melhoria das vias de escoamento da produção.

Conforme se observa em ofício encaminhado ao Inspetor Lourival da Mota Cabral, Nereu Costa desempenhou papel central na mecanização da produção tritícola do PI Xaçecó. Exatamente por isso, insistia na abertura de novas estradas e na ampliação das existentes:

Levo ao vosso conhecimento que foi construída uma estrada de rodagem que leva este Posto ao Toldo Pinhalzinho medindo aproximadamente da bifurcação da estrada do Toldo Velho, 5.000 metros com 3 mts. $\frac{1}{2}$ de largura. [...] Foi executado a construção com os próprios índios daquele Toldo, que ultrapassam 60 homens de serviço. [...] Foi encontrado muitos obstáculos devido aos acidentes do terreno como também algumas rochas de pedra, todos foram vencidas e Pinhalzinho viverá com alegria, podendo na próxima safra de trigo entrar trilhadeiras, carroças e caminhões, facilitando a evacuação dos produtos agrícolas.⁷²³

O pesado trabalho de abrir estradas era executado com a utilização maciça da mão de obra indígena, geralmente no contexto do já citado “sistema do Panelão”. Neste sentido, Ernesto Alípio lembra que as principais estradas do PI Xaçecó começaram a ser abertas ainda no tempo de Chico Fortes, com o qual teria conhecido a “tal de picareta”. Sua narrativa expõe a dificuldade de tal trabalho: “pois essa estrada ali fizemo a picareta. Sim senhor, eu queria que o senhor visse. Cada pedra véia assim, na terra né.”⁷²⁴ Mesmo no tempo de Nereu Costa, apesar da introdução de maquinários agrícolas, os trabalhos na

⁷²³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 8 do encarregado Nereu M. da Costa a Lourival da Mota Cabral, Inspetor Chefe da IR7.** PI. Xaçecó. 10 de Maio de 1950. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷²⁴ ALÍPIO, Ernesto. Op. cit., 2013.

abertura de estradas continuaram sendo basicamente manuais, o que necessariamente exigia grande quantidade de mão de obra adulta.

A justificativa para ampliar a rede de estradas no interior do PI era bastante clara: aumentar a produtividade agrícola. No caso do trigo, Nereu Costa empenhou-se em participar ativamente do programa governamental de incentivo ao seu cultivo. Deste modo, vai sugerir inclusive que as sementes fossem adquiridas no Departamento de Fomento Agrícola da capital, responsável pela distribuição de sementes entre os produtores comprometidos com a *Campanha*.

Além de conhecer os meios para viabilizar a produção, o encarregado demonstrava ter bom conhecimento prático no trato das lavouras de trigo. Prova disso é que, além das sementes de boa qualidade, requeria o emprego de implementos próprios para a função e para o terreno. Por isso, solicitava “trator com equipamento completo, um caminhão para vender o produto diretamente nos moinhos, 10 ou mais juntas de bois para lavrar nas ladeiras, onde não é possível com trator.”⁷²⁵ Estas solicitações de Nereu Costa parecem ter sido atendidas pelo SPI, pois, conforme indicam algumas imagens encontradas no SEDOC do Museu do Índio/RJ, a produção de trigo do PI Xapecó atinge um status quase industrial entre 1950 e 1952, conforme se observam nas figuras apresentadas a seguir:

⁷²⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 28**. 17 de Novembro de 1950. Op. cit.

Figura 20: Caminhão carregado de trigo das lavouras do PI Xapecó. Na imagem, Nereu Costa aparece em pé, ao lado da cabine, com o pé no estribo.



Fonte: BRASIL.SPI. Vellozo, Nilo Oliveira. **Índios Kaingang transportando trigo em caminhão do Posto Indígena Xapeco, Santa Catarina. 1952.** Serviço de Proteção aos Índios. 1 negativo de acetato; p&b, 6x6cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC Museu do Índio/RJ.

Figura 21: Trator puxando ceifadeira na lavoura de trigo do PI Xaçepó.



Fonte: BRASIL.SPI. Vellozo, Nilo Oliveira. **Índios Kaingang trabalhando com máquinas na lavoura da colheita de trigo do Posto Indígena Xaçepó, Santa Catarina.** 1952. Serviço de Proteção aos Índios. 1 negativo de acetato; p&b, 6x6cm. Documentos audiovisuais e iconográficos SEDOC Museu do Índio/RJ.

A mecanização das lavouras alavancou de vez a produção tritícola do Posto. Uma relação nominal de plantadores de trigo do PI Xaçepó indica que, em 1952, 71 indígenas haviam plantado trigo no mesmo, alcançando uma média de 60 quilos plantados cada um.⁷²⁶ O documento deixa implícito que essa produção era particular, isto é, de propriedade dos próprios plantadores, porém, de acordo com o mesmo, os indígenas teriam plantado ainda 9.000 quilos de trigo para o Posto.⁷²⁷ Embora o trigo cultivado pelos indígenas pudesse representar um retorno financeiro aos mesmos, este retorno era sempre controlado pelo encarregado, o qual intermediava sua comercialização, ou, como ocorria na maioria das vezes, ele próprio acabava comprando a produção dos

⁷²⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação nominal dos índios que plantaram trigo no ano de 1952, do Posto Indígena de Chapecó; SC.** PI. Xaçepó. s/d. Microfilme 064. Fotograma 00843. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷²⁷ Ibid.

indígenas ou ainda trocando por produtos de maior necessidade para os mesmos, como ferramentas, roupas, calçados e alimentos diversos.⁷²⁸

A produção tritícola em larga escala do PI Xapecó acaba chamando a atenção da sociedade regional, sobretudo dos meios vinculados à agricultura. Diversas autoridades regionais visitavam o Posto afim de testemunhar o trabalho dos “índios colonos”, como fazia questão de ressaltar o encarregado. Esta visibilidade motivou inclusive um convite para que os indígenas participassem como expositores na 1ª Exposição Estadual do Trigo, realizada em dezembro de 1952 no município de Joaçaba/SC. O convite feito pelo Inspetor Regional do Serviço de *Expansão* do Trigo, José Soares Brandão Filho, propunha que fossem expostos os produtos agrícolas e indústria manufatureira dos Kaingang, fazendo questão que estivessem presentes todos os indígenas que plantaram trigo naquela safra.⁷²⁹

Nereu Costa considerou formidável a ideia, principalmente porque Brandão Filho desejava demonstrar ao presidente Getúlio Vargas, o qual compareceria ao evento, “que não são só os civilizados que estão empenhado na ardua Campanha do Trigo, mas os índios também.”⁷³⁰ Participar de um evento desta proporção, na concepção do encarregado, seria uma ótima oportunidade de propagandear os feitos positivos do SPI no que concerne ao seu envolvimento em projetos e programas de desenvolvimento. Os Kaingang, seus “índios colonos”, seriam a comprovação prática de que os recursos repassados pelo governo ao SPI não eram despesas, mas sim, investimentos. Investimentos estes, que, se bem aplicados e vigiados, poderiam cumprir com a missão primeira do Posto: transformar os indígenas tutelados em agricultores esclarecidos, com vistas a concorrer com os agricultores regionais.

O convite, destacado em matéria do jornal O Estado, de Florianópolis, foi reforçado por autoridades políticas regionais, como o próprio prefeito de Joaçaba, que, em reconhecimento à contribuição dos Kaingang como soldados da “Batalha do Trigo”, fazia questão da

⁷²⁸ Os entrevistados são quase unânimes em afirmar que o encarregado era quem intermediava a venda da produção ou ainda, que ele próprio adquiria os produtos dos índios mediante troca por produtos de maior necessidade e algum dinheiro.

⁷²⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 25**. PI. Xapecó. 31 de outubro de 1952. Microfilme 064. Fotograma 00844. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷³⁰ Ibid.

presença dos mesmos no certame: “os descendentes dos famosos índios Coroados aceitaram o convite do prefeito Valdomiro Silva e irão em número de 50 apresentar seus produtos.⁷³¹ Outro periódico da capital, o Diário da Tarde, destaca o resultado desta exposição, enfatizando os bons números da produção indígena, cuja orientação e fiscalização pelo Serviço de Expansão do Trigo, vinha tornando o “o elemento indígena desta região tão bom tricultor quanto o ítalo ou o teuto-brasileiro.”⁷³² Nesta mesma exposição, um Kaingang do PI Xapecó foi premiado com uma ceifadeira e mais implementos agrícolas, por ser considerado um dos maiores plantadores de trigo do estado.⁷³³

O sucesso do PI Xapecó na *Campanha do Trigo* deveu-se, notadamente, à reorganização agropecuária do SPI no começo dos anos 1950. A mecanização das lavouras e a aquisição de sementes de melhor qualidade possibilitaram o crescimento da produtividade em diversos outros Postos Indígenas da região Sul. A ampliação da produção tríticola passou a ocorrer inclusive naqueles Postos que colocavam outras modalidades produtivas a frente deste cereal, como no caso do PI Nonoi.

Neste Posto, mesmo que outras atividades (pecuária e arrendamentos, sobretudo) merecessem maior atenção por parte de Francisco Viera, este encarregado revela que a produção tríticola do ano de 1951 foi de aproximadamente 1.000 sacos de 60 Kg., sendo a produção dos indígenas de aproximadamente 48.000 Kg e do Posto chegando a 12.000 Kg.⁷³⁴ Esta produção média de 60.000 Kg, alcançada mesmo sem grandes investimentos em mecanização, é mantida até pelo menos o ano de 1956, quando Francisco Vieira é destituído do cargo de encarregado. Nos anos subsequentes, como se observará, a instabilidade das novas chefias viria a interromper o sucesso produtivo dos “índios colonos” de Nonoi.

⁷³¹ Jornal O ESTADO. **Primeira Exposição de Trigo**. Florianópolis. 3 de Dezembro de 1952. p. 6. Arquivo BPESC.

⁷³² Jornal DIÁRIO DA TARDE. **Batalha do Trigo em Santa Catarina e sua influência econômica**. Florianópolis. 9 de Dezembro de 1952. p. 12. Arquivo BPESC.

⁷³³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 19**. Op. cit., . p. 3.

⁷³⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do PI Nonoi**. PI Nonoi. 02 de Fevereiro de 1952. Microfilme 058. Fotograma 1446. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

4.3.2. A Campanha do Trigo e os problemas para os Kaingang

Pelas indicações da documentação analisada, a produção tritícola dos indígenas do PI Nonoai cai gradativamente durante as administrações subsequentes à de Francisco Vieira. Apesar de haver um relativo aprimoramento do cultivo deste cereal nos anos finais da chefia deste encarregado, os arrendamentos a camponeses, juntamente com a atividade pecuária, continuaram a ter um papel mais significativo do que a produção do cereal. A IR7 e o SPI, de maneira geral, convenceram-se que havia boas possibilidades de lucros com os arrendamentos, tendo em vista que o retorno era garantido com ou sem produtividade e, além disso, a mão de obra indígena poderia ser aproveitada em outras atividades no Posto.

A produção tritícola do PI Nonoai, no entanto, não estava restrita à produção dos “índios colonos”. Cabe lembrar que, embora a maior parte dos contratos de arrendamentos tenha sido feita com camponeses pobres, interessados em cultivos de subsistência, muitos dos contratos foram firmados com empresários regionais interessados em expandir seus cultivos do trigo na área indígena. Dados de produção referentes à safra de 1958, repassados pelo encarregado Salatiel Diniz, exemplificam melhor essa situação:

De conformidade com vosso memorando-circular nº 39 concernente à produção da colheita de trigo, remeto-vos o resultado da produção total concretizada na última safra deste PI, que discrimino abaixo:

Produção de trigo “contrato”.....	32.125 quilos
Porcentagem de trigo do Posto.....	3.865 quilos
Produção do índio.....	------

Produção total da última safra deste PI.....32.125 quilos

Outrossim, comunico de antemão que o índio nada colheu; contudo, o trigo produzível não é comerciável, sendo utilizado apenas aos animais deste PI. Saliento ainda que a porcentagem em apreço foi da renda da firma H. Tissiani & Cia

Ltda., sendo que a parte do Posto e do índio não serviu para colheita.⁷³⁵

Percebe-se, pelos dados apresentados, que a produção de trigo dos indígenas é anulada pela produção terceirizada, pois não encontrou-se registro de produção do cereal por parte dos Kaingang. O montante total de trigo do Posto, advém da produção da firma de Hermínio Tissiani (32.125 Kg), cuja porcentagem paga ao SPI é de 12%. Chama a atenção neste caso, que além de os indígenas não estarem mais produzindo trigo em 1958, o percentual a ser pago pelo arrendamento deveria ser de 20%, conforme estipulado em contrato e não 12%. As causas desta desobediência não são explicadas pelo encarregado e também não parece ser cobrada pelas instâncias superiores do SPI. Além disso, o trigo destinado ao Posto foi o de pior qualidade, o que acabou impossibilitando sua comercialização e consequentemente, a não obtenção de renda.

Cabe lembrar que Hermínio Tissiani era, nessa época, o maior arrendatário do PI. Este empresário tornou-se o maior produtor de trigo da região, sendo grande parte do mesmo, cultivado no interior da área indígena. Tissiani firmava contratos com o SPI desde a década de 1940, primeiramente para exploração de madeira “desvitalizada”,⁷³⁶ e depois, para a produção agrícola, aproveitando-se da política de arrendamentos do SPI, também chamada de “parceria agrícola”. Através desta parceria, Tissiani arrendou grande quantidade de terras no PI para produzir trigo, julgando estar, desta forma, dando grande contribuição à campanha de expansão do cultivo do cereal.

⁷³⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 3/59. Remete resultado colheita de trigo PI Nonoai.** 05 de Maio de 1959. Microfilme 058. Fotograma 1893. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷³⁶ Na questão da exploração madeireira, a atuação deste empresário é bastante associada pelos Kaingang à devastação florestal do PI Nonoai. Suas serrarias foram responsáveis pela retirada de milhares de pinheiros da área. Valter Sampaio explica que Tissiani atuava em diferentes frentes, inclusive com outros sócios: “...esse Hermínio fez uma súcia com o (Sestílio) Sartoretto e colocaram a serraria ali. E ali começaram os pinheiro seco, e foram nos pinheiro seco e de repente naqueles verde, quando nós vimos terminou tudo.” (SAMPAIO, 2013). Sestílio Sartoretto, citado por Valter Sampaio, também arrendava terras no Posto Indígena, mas com destino diferente: para a criação de gado.

Para se ter uma ideia aproximada da influência exercida por Tissiani, no ano de 1959, o empresário, que possuía uma área de aproximadamente 2.000 hectares arrendadas junto ao SPI, alcançou uma safra de trigo de 167.507 quilos, o que representa 2.791 sacos do cereal. Chama atenção o fato de que, neste mesmo ano, embora a produtividade tenha mais que quintuplicado em relação à safra anterior, o percentual destinado ao Posto diminuiu de 12 para 8%, o que representa apenas 13.400 quilos do trigo produzido por Tissiani sendo designado como pagamento pelo arrendamento.⁷³⁷

Outro reflexo da proliferação dos contratos de “parceria agrícola” com empresas e camponeses particulares, foi a entrada e a fixação de inúmeras famílias não indígenas nas terras do PI Nonoai. Estas famílias ocupavam determinado sítio dentro da área e ali passavam a cultivar suas lavouras ou roçados, devendo pagar ao SPI a chamada “renda”, isto é, um montante de sua produção, que, como já descrito, geralmente se fixava em 20%. Acontece, porém, que devido à falta de controle por parte dos encarregados, ou, como denunciado pelo Relatório Figueiredo e por outros pesquisadores, aos casos de apropriação indébita dos recursos auferidos com as parcerias, a “renda” nem sempre era revertida para o benefício dos indígenas.

Estes contratos normalmente eram firmados com vistas a aumentar a produtividade do Posto, o que, no contexto da *Campanha do Trigo*, significava participação dos lucros auferidos com a produção dos “parceiros”. Estes recursos, em tese, seriam utilizados para a melhoria das condições sanitárias, educacionais e alimentares dos indígenas. No entanto, o que se percebe é que, devido à má administração do Posto e a malversação dos recursos, os indígenas mantiveram-se em estado precário, especialmente no contexto da década de 1960, período em que se acentuou a invasão de camponeses na área.

Enquanto no PI Nonoai a produção de trigo dos Kaingang era praticamente nula se comparada à dos arrendatários, no PI Xapecó, Nereu Costa destaca a existência de um grande surto de progresso na

⁷³⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 2/60. Remete total colheita de trigo PI Nonoai.** 21 de Janeiro de 1960. Microfilme 058. Fotograma 2057. SEDOC/Museu do Índio-RJ; CIMI, 1978, p. 08. OBS. Esta área de 2000 hectares arrendada pela firma de Tissiani acabou sendo apropriada pelo mesmo e repassada posteriormente a Arthur Dall’Asta, o qual produziu trigo e soja por mais de 20 anos na mesma, repassando-a para seus herdeiros. Apenas há poucos anos os Kaingang conseguiram restituir a mesma para o seu controle.

agricultura. Este crescimento, reforçado pelo encarregado como uma das grandes finalidades patrióticas do Serviço, estava levando “o índio do nada a um produtor igualando a qualquer um civilizado que lutam pelo engrandecimento da nossa Pátria Brasileira.”⁷³⁸ Neste momento, conforme indica Nereu Costa, a renda advinda com a produção tritícola destinava-se à cobertura de diversos gastos como a assistência médico hospitalar dos índios, aquisição de equipamentos agrícolas e combustíveis, abertura de estradas, sementes e adubo, entre outras necessidades básicas para a continuidade da produção.⁷³⁹

No caso do PI Xaçecó, o fato de a produção tritícola reverter em benefícios para a comunidade indígena, pode ser explicado em parte pelo empenho de Nereu Costa nesta atividade, mas, principalmente, pela mecanização das lavouras do Posto. Este benefício aos indígenas não foi marcante no PI Nonoai, pois, no mesmo, a mecanização foi mais incisiva nas lavouras dos arrendatários, sobretudo, naquelas arrendadas por empresários como Hermínio Tissiani, que possuíam grande poder de investimento.

Embora os arrendatários da área do PI Xaçecó se dedicassem a cultivos como milho, feijão e criação de suínos, não significa dizer que não existissem nesta área, arrendamentos para produção comercial. Vários entrevistados insistem que foi no tempo de Nereu Costa que os arrendatários tiveram maior abertura para sua instalação no PI, estimulados principalmente pela possibilidade de produzir trigo.

Observando o interesse dos arrendatários nas áreas indígenas, é possível afirmar que os programas governamentais elaborados com o intuito de aumentar e qualificar a produção agrícola nacional, iniciados ainda no Estado Novo e continuados pelos governos seguintes, como no caso da *Campanha do Trigo*, tiveram influência direta na invasão maciça das terras reservadas aos índios. Tais programas, que priorizavam o melhoramento genético de sementes, o uso intensivo de insumos industriais, mecanização das lavouras e redução do custo de manejo da produção, acabou aumentando a demanda por terras

⁷³⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício s/n referente à requisição de Carteira Agrícola**. PI Chapecó. 06 de março de 1960. Microfilme 064. Planilha 704. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷³⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 28. Autorização para efetuar despesas**. PI Xaçecó. 30 de Agosto de 1957. Microfilme 064. Planilha 704. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

produtivas.⁷⁴⁰ Acontece, porém, que este desenvolvimento favoreceu basicamente aos grandes produtores, os quais possuíam condições financeiras e crédito para incrementar a produção.

Deste modo, se por um lado os incentivos governamentais ao desenvolvimento agrícola, favoreceram a ampliação e a qualificação da produção, por outro, eles foram responsáveis por diversos problemas que atingiram o meio rural e seus habitantes no contexto regional analisado. No contexto ambiental, grandes áreas destinadas para o cultivo necessitaram de enormes desmatamentos. Com a devastação florestal, surgiram inúmeros tipos de pragas, que atacavam as lavouras. Para combatê-las, precisou-se utilizar agrotóxicos, fungicidas, entre outros produtos extremamente nocivos ao meio ambiente e às próprias pessoas.

Do ponto de vista social, se os programas governamentais de incentivo à agricultura acarretaram benefícios para os grandes e médios produtores, os quais possuíam terras e condições de manterem uma produtividade em escala comercial, os pequenos produtores (camponeses pobres e lavradores) começaram a enfrentar grandes problemas, por não conseguirem meios de adotar novas tecnologias para qualificar sua produção. Muitos foram obrigados a vender seus pequenos lotes e buscar novas alternativas de sobrevivência. Os que viviam em terras de terceiros, como arrendatários ou agregados, acabaram tendo que abandonar as mesmas. Aos que não migraram para as áreas urbanas ou para as zonas de colonização recente na época,

⁷⁴⁰ Pode-se afirmar que este panorama está inserido em um contexto mundial, de um cenário pós-guerra, quando pesquisadores de países industrializados buscaram aumentar a produção de alimentos, com o intuito de combater a fome nos países subdesenvolvidos e naqueles que não conseguiram recuperar suas economias com o final do conflito mundial. A partir da década de 1960, programas de incentivo à produção agrícola em larga escala vão se espalhar por diversos países em desenvolvimento, como Brasil, Índia, México, entre outros, um processo que ficou conhecido como Revolução Verde. No Brasil a chamada Revolução Verde vai ocorrer de forma mais intensa no contexto da Ditadura Militar (entre as décadas de 1960 e 1970) momento em que foram desenvolvidas tecnologias próprias em universidades, centros de pesquisa, agências governamentais e instituições privadas, com intuito de aprimorar e ampliar as áreas cultivadas. ANDRADES, Thiago Oliveira de.; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e apropriação capitalista. **Revista CES**. V. 21. Juiz de Fora, 2007, p. 48. Disponível em: http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 25/06/2014.

como Mato Grosso e Rondônia, restou empregarem-se nas granjas que se formavam na região. Especificamente nas regiões onde estavam instalados os Postos Indígenas, estas áreas foram vistas por muitos agricultores excluídos da terra como potenciais locais para sua instalação e o reinício de uma vida fundamentada na agricultura, entrando em concorrência direta com os indígenas pelos recursos naturais e espaços de cultivo.

Ao concluir a análise sobre os efeitos da *Campanha do Trigo* entre os kaingang dos PIs Nonoai e Xaçecó, é possível afirmar que a rentabilidade advinda com a mesma nunca representou melhoras consistentes e duradouras nas condições de vida dos indígenas destes Postos ou mesmo de qualquer Posto Indígena da IR7. Esta afirmativa está baseada em informações coletadas nos relatos dos entrevistados e também nos próprios relatórios dos encarregados dos Postos, onde são explicitadas informações sobre o estado sanitário, estrutural e alimentar dos Postos Indígenas. Observou-se que, apesar dos esforços de tornar os indígenas participantes de uma economia regional, transformando-os em “índios colonos”, eles quase nunca puderam escolher quais modalidades agrícolas seriam mais apropriadas ao próprio desenvolvimento econômico, ficando dependentes das flutuações da política indigenista federal e das motivações dos agentes responsáveis por sua execução *in loco*.

Assim como outros projetos e programas do SPI, os resultados da *Campanha do Trigo* foram oscilantes e, muitas vezes, ambíguos, por favorecerem muito mais os interesses de funcionários do órgão indigenista, grupos políticos, comerciantes e demais segmentos da sociedade regional do que os próprios indígenas executores dos trabalhos. A experiência concreta do aprendizado do cultivo do trigo através das lavouras mecanizadas do SPI, serviu muito mais para preparar uma mão de obra que futuramente iria ser utilizada pela FUNAI, através do seu Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI⁷⁴¹), ou ainda, que se obrigaria a trabalhar como peões nas granjas

⁷⁴¹ De acordo com Clovis Brighenti, a FUNAI, ao assumir a política indigenista em 1967, considera que as terras indígenas estavam sendo subexploradas. Para gerenciar a exploração delas com maior eficácia, cria o Departamento Geral do Patrimônio Indígena - DGPI. A criação desse departamento representou a principal mudança na passagem do SPI à FUNAI, quando a exploração passa a ter um maior controle de gestão e especialmente o emprego de tecnologias e equipamentos modernos nas lavouras e serrarias dos Postos Indígenas. O DGPI reorganizou e profissionalizou a exploração, mantendo o tripé básico criado

vizinhas aos Postos Indígenas e nas lavouras arrendadas dentro dos próprios Postos.

4.4. O Programa Pecuário do SPI: uma atividade “civilizada” na busca pela suficiência econômica

Ainda que a produção agrícola tivesse um caráter prioritário para o SPI, os idealizadores de projetos de desenvolvimento para os Postos Indígenas buscavam diversificar as alternativas produtivas para os estabelecimentos espalhados pelo território brasileiro. Desde a fundação do órgão indigenista federal, seus agentes indigenistas preparavam relatórios e levantamentos sobre as potencialidades de cada Posto Indígena, dando especial atenção à vocação econômica da região na qual os mesmos estavam inseridos.⁷⁴² Através destes apontamentos, muitas “terras de índios” foram notabilizadas por serem possuidoras de excelentes campos nativos, propícios para a atividade pecuária. Ao mesmo tempo, por considerarem a pecuária uma atividade mais facilmente assimilável por algumas populações indígenas do que a própria agricultura, avaliou-se que o investimento nessa atividade facilitaria a adaptação dos índios aos preceitos de autosuficiência econômica.⁷⁴³

Desse modo, no início da década de 1940, o SPI vai lançar mão de um grande *Programa Pecuário* a ser desenvolvido em todos os Postos Indígenas que apresentassem condições para tal atividade. Nos pressupostos desse programa, ainda que se priorizasse a criação de grande porte, como a bovina e equina, não havia nenhum tipo de preconceito em relação a outras espécies, desde que apresentassem resultados vantajosos para o Serviço e para os índios assistidos. Neste caso, aos Postos que não possuíam condições propícias para a manutenção de rebanhos bovinos, foi incentivada a criação de animais de menor porte, como cabras, porcos, aves, coelhos, entre outros.

pelo SPI: arrendamento, madeira e agropecuária. Maiores informações em: BRIGHENTI, 2012, p. 227.

⁷⁴² ROCHA, Op. cit. 2003, p. 109.

⁷⁴³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 16, 31/03/1943.** Op., cit.

Do mesmo modo, aconselhava-se àqueles Postos que contavam com rebanhos bovinos e equinos, reservarem espaço para a criação dos animais menores, com vistas a atender as necessidades alimentares dos indígenas, especialmente dos velhos, inválidos e alunos das escolas dos PIs. Havia, entretanto, instruções bastante claras para que estas atividades não comprometessem a mão de obra despendida para a manutenção do rebanho bovino. Além disso, como a criação se destinaria aos próprios indígenas, dever-se-ia tomar o cuidado para que os empregados fossem de preferência índios e que não fossem medidos esforços para que os mesmos aprendessem e tomassem gosto pela atividade pecuária.⁷⁴⁴

É importante lembrar, contudo, que a pecuária, ainda que considerada mais fácil e assimilável pelos indígenas, jamais se desenvolveu de maneira isolada nos Postos Indígenas. Para manter uma criação de gado bovino, equino, suíno, ovino ou qualquer outra, necessitava-se de investimentos estruturais consideráveis, tais como cercamentos, currais, chiqueiros, encerras, entre outras instalações, de acordo com a natureza e o destino de cada criação. Além disso, a produção agrícola para prover a alimentação dos animais também era indispensável, principalmente de milho. Exatamente por isso, as instruções para suprir estas necessidades em cada PI preconizavam que, além de recursos financeiros, era preciso um encarregado competente, ativo e zeloso de seus compromissos, devendo, por isso, “haver o máximo cuidado na escolha desse servidor e verificação também cuidadosa, dos resultados de sua administração.”⁷⁴⁵

No tocante ao objetivo de integração do indígena à sociedade nacional, a atividade pecuária possuía, segundo as concepções do SPI, dupla vantagem. Em primeiro lugar, encaminhava o indígena para uma atividade “civilizada”, para a qual o mesmo demonstrava maior capacidade de desenvolvê-la do que muitas atividades agrícolas. Segundo, essa atividade era considerada a de maior eficácia para se alcançar a autossuficiência econômica, tanto coletiva quanto individual dos indígenas.⁷⁴⁶ É notável nestes objetivos, expostos de forma generalizante, uma tentativa de empreender uma homogeneização sobre os distintos povos indígenas, principalmente através da tentativa de

⁷⁴⁴ Ibid. p. 59.

⁷⁴⁵ Ibid. p. 61

⁷⁴⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 34**. 30 de Setembro de 1944. P. 279. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

unificação dos hábitos, costumes e comportamentos dos mesmos. Isso se deve, em grande parte, à construção de um perfil indígena ideal que se buscou estabelecer na época: um trabalhador rural padronizado, moderno e capaz de contribuir para o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

No que tange ao desenvolvimento do *Programa Pecuário*, reforçava-se nas orientações o empenho de todos os servidores, com vistas a estimular os indígenas aos misteres da criação. O melhor caminho a ser seguido, conforme a proposta do programa, era proporcionar condições para que os indígenas percebessem as vantagens imediatas da pecuária:

A criação do SPI, destinando-se aos índios, estes devem ser interessados nela por todos os modos, para que aprendam, tomem gosto, compreendam e usufruam as suas vantagens. Por isso, em todos os estabelecimentos das I.R., os empregados devem ser de preferência índios e aí como em toda parte o índio não deve ser mantido à margem das atividades dos PIs respectivos. E a proporção que se forem mostrando capases, irão sendo providos do gado que puderem cuidar como de sua propriedade, a princípio em caráter precário e sob vigilância, e, finalmente, quando atingirem a completa emancipação, em caráter definitivo. Essa passagem da criação ao domínio precário ou definitivo dos índios capases, será a título de prêmio, por colaboração, fecundidade, ou motivos quaisquer ao critério das I.R.⁷⁴⁷

Verifica-se, uma vez mais, que a prática da premiação está presente como principal instrumento para promover a capacitação dos indígenas e, conseqüentemente, a sua promoção econômica. Esse mecanismo, difundido pelo SPI em todas as suas atividades produtivas nos PIs, tinha na atividade pecuária seus melhores resultados tendo em vista que, além de educar os índios, podia possibilitar a posse de animais bastante almejados pelos mesmos, tais como cavalos, mulas, vacas, entre outros. Estes prêmios serviriam para estimular o engajamento dos índios, pois permitiriam transações individuais entre os mesmos. Para o

⁷⁴⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 16. 31/03/1943.** Op. cit. p. 58.

SPI, este fato representava alimentar o espírito competitivo, além de fomentar seu gosto pelo comércio, pela produção e pela autosustentação.

Com o intuito de alavancar o *Programa Pecuário* e manter a prioridade nesta atividade, muitos dos Postos Indígenas de Educação e Nacionalização (PIN) acabaram tendo suas designações modificadas para Postos Indígenas de Criação (PIC). Isto ocorreu, por exemplo, com os Postos Indígenas de Mangueirinha, no Paraná (IR7), Bananal em Goiás (IR8), Caramurú, na Bahia (IR4) e Piebaga, no Mato Grosso (IR6).⁷⁴⁸ Todos estes PIs, já em meados da década de 1940, mantinham grandes rebanhos bovinos e equinos, os quais atendiam as necessidades de consumo de carne, leite e transporte dos indígenas. O grande objetivo do *Programa Pecuário*, porém, era o aumento e a qualificação dos rebanhos com vistas à sua comercialização. Para isso, procedeu-se com aquisição de reprodutores e matrizes de grande rendimento e de várias raças (Guzerá, Nelore, Hereford, entre as principais), distribuídos de acordo com os objetivos da criação e adaptação às condições climáticas e ecológicas dos Postos.⁷⁴⁹

Nesta fase de aclimação do programa, a diretoria do SPI exigia um rigoroso controle sobre os rebanhos dos Postos. Por isso, ordenava regularmente balanços sobre a produtividade, nos quais solicitava estatísticas sobre a quantidade e a qualidade dos animais que compunham a criação dos mesmos. Com base nos dados apresentados pelas Inspetorias Regionais, constatou-se que em 1944, as 8 Inspetorias Regionais do SPI, nas quais estavam organizados 93 Postos Indígenas, possuíam juntas aproximadamente 26 000 cabeças de gado bovino. Os maiores rebanhos foram formados nas IR5 e IR6, que somadas, contabilizavam mais da metade do montante geral das inspetorias, com cerca de 7 000 cabeças cada uma.⁷⁵⁰

O sucesso do empreendimento motivava grandes elogios da direção do SPI aos Postos Indígenas com bom desempenho na criação. Por outro lado, ao mesmo tempo em que eram elogiados encarregados e demais funcionários das Inspetorias e Postos que alcançavam destaque positivo na execução do *Programa Pecuário*, surgiam também algumas críticas severas para as Inspetorias e Postos mais atrasados, como

⁷⁴⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 34**. pp. 279-282.

⁷⁴⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 16**. p. 66.

⁷⁵⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 34**. p. 283.

ocorreu com a IR3, com sede no Maranhão, criticada através do boletim informativo de setembro de 1944:

Não tivemos ocasião, nem mesmo de perceber por parte dos respectivos servidores nenhuma iniciativa, referência ou proposta no sentido de incentivar a pecuária de qualquer natureza. Por esse motivo, até agora não a pudemos animar. Algumas rezes existentes nos Postos vivem segundo os avisos mensais precariamente por falta de pastagens, e sendo levadas de um Posto para outro onde se encontra grama mais crescida e verde. Mas será coisa de outro mundo fazer pastagens suficientes em cada Posto, e obter forragens para pequena criação bovina, suína e galinácea? Respondam-nos os Srs. Chefe, Inspetores e Agentes do SPI na IR3.⁷⁵¹

Se no caso de alguns Postos da região Nordeste os pretextos pelo mau desempenho na pecuária eram atribuídos geralmente às constantes secas e terrenos impróprios para criação em grande escala, o mesmo não ocorria nos Postos da IR7, também bastante criticados no início da década de 1940 por apresentarem um rebanho bovino constituído por “apenas” 4000 cabeças. As críticas da direção se deviam ao fato de os Postos desta IR se localizarem nos três estados da região Sul, os quais, historicamente, possuíam excelentes campos de criação, sendo o Rio Grande do Sul à época, o mais adiantado na pecuária nacional.⁷⁵² Além disso, havia muitos campos nativos e artificiais nas áreas onde foram instalados os Postos Indígenas, que estavam sendo ainda pouco aproveitados.

Nesta Inspeção, a atividade pecuária se desenvolveu em maior escala entre o final da década de 1940 e início da década de 1960. Neste contexto, os Postos Indígenas que melhores resultados apresentaram na conjuntura do *Programa Pecuário* foram os Postos Indígenas Nonoai e Guarita (RS) e Palmas (PR), cujos rebanhos bovinos, segundo

⁷⁵¹ Ibid. p. 282.

⁷⁵² Ibid. p. 280.

estatísticas de meados da década de 1950, constavam entre os maiores da IR7, com aproximadamente 1000 cabeças em cada um deles.⁷⁵³

É necessário ressaltar que, apesar de praticamente todos os PIs desta IR apresentarem condições propícias para a pecuária, esta atividade dependia da capacidade e vontade de execução por parte de seus encarregados. Exercer de forma bem-sucedida uma determinada atividade, significou, em muitos casos, o sacrifício de outras. Como já explicitado no item anterior, um dos motivos pelo qual o PI Nonoai permaneceu com uma produção tritícola modesta em relação a outros Postos da IR7 entre as décadas de 1940 e 1950, era a insistência de seu primeiro encarregado em tornar aquele PI em uma grande fazenda de gado, fato registrado na memória de muitos Kaingang como a “sua” fazenda de gado.

4.4.1. O “gado do Francisco Vieira”: O Programa Pecuário no PI Nonoai

Se muitas das fontes analisadas apresentam dados indicativos de certa inconstância e até mesmo certa desobediência por parte de alguns encarregados no exercício das orientações do SPI, outras indicam justamente o oposto, isto é, que determinados encarregados levavam à risca os decretos encaminhados. Alguns deles, inclusive, pareciam suplantar as perspectivas produtivas do órgão indigenista e, a partir de prerrogativas pessoais, criavam programas próprios de desenvolvimento agropecuário dentro dos Postos Indígenas, adaptados dos modelos propostos pelo SPI.⁷⁵⁴

No tocante ao desenvolvimento do *Programa Pecuário*, o Posto Indígena Nonoai alcançou grande destaque ao longo da década de 1940. Seu sucesso pode ser, em grande parte, atribuído ao comprometimento

⁷⁵³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de Inspeção dos PI Cacique Doble e Guarita**. s/n. 23 de maio de 1954. p. 8. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁵⁴ Em visita de inspeção aos Postos Indígenas da IR7, o Diretor José Luis Guedes se mostra impressionado com o bom trabalho realizado pelos encarregados dos PIs Ligeiro e Cacique Doble (RS), Apucarana (PR) e Xaçecó (SC), em termos de assistência aos índios e produtividade agropecuária. O diretor teceu inúmeros elogios por suas excelentes administrações, inclusive, conclamando aos demais PIs a seguirem seus exemplos. BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 03**. Maio de 1957. pp. 5-6. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

de Francisco Vieira com esta atividade. Este encarregado sempre foi um grande incentivador da pecuária, tendo elaborado até mesmo um plano de metas para aprimorar os rebanhos naquele Posto. Entre suas propostas mais ousadas, descritas em seu programa de trabalho para o ano de 1944, está a aplicação de 50% da renda do Posto Indígena nesta atividade, com meta de elevar este percentual ao máximo possível nos anos subsequentes.⁷⁵⁵ O planejamento estipulado para o desenvolvimento da criação bovina é explicado através da seguinte proposta:

O Posto deve ter como fonte de renda a criação de bovinos, por ser a mais rendosa e menos dispendiosa; para esta criação o PI é de opinião que se deve fazer todo o esforço no sentido de desenvolvê-la ao máximo, até mesmo deixando outros trabalhos atrasados; também o Posto é de parecer que se faça a aplicação de rendas em plantio de grama nas invernações – arando e adubando as terras em primeiro lugar e fazendo compra de arames para fechos.⁷⁵⁶

Suas pretensões para dinamizar o *Programa Pecuário* no Posto incluíam efetuar despesas sem o consentimento prévio da direção do SPI ou de suas inspetorias, o que sempre se considerou temerário pelas autoridades do órgão indigenista. Surpreendentemente, no entanto, Francisco Vieira consegue autorização para utilizar-se da renda do Posto para a compra de gado e para as melhorias nas pastagens e invernações. Esta abertura de exceção surpreende até mesmo o encarregado, como se percebe em ofício ao Inspetor Paulino de Almeida: “Causou para mim uma satisfação muito grande sua instrução para o desenvolvimento de meu Posto usar as rendas [...] assim poderei realizar um trabalho como era da minha vontade.”⁷⁵⁷ Esta medida, contudo, é logo sustada pela

⁷⁵⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 19. Programa de Trabalho do PI Nonoai**. 05 de Junho de 1944. Microfilme 058. Fotogramas 0581 e 0582. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁵⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Anual de 1945**. 20/11/1945. Op. cit.

⁷⁵⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício manuscrito s/n., encaminhado ao Inspetor Paulino de Almeida**. 04 de Setembro de 1944. PI

direção do SPI, pelo risco de abrir precedentes para que outros encarregados “menos confiáveis” solicitassem tal direito.⁷⁵⁸

Além da vontade, Francisco Vieira parecia possuir conhecimentos práticos bastante significativos sobre pecuária, o que aumentava sua confiança em garantir a mesma como a principal atividade produtiva do Posto. Parte desse conhecimento pode ser evidenciado em seu relatório mensal de Abril de 1945:

...para uma criação racional, como pretende o Posto e se propõe, terá de obedecer o seguinte: [...] 2 invernadas de cria, no mínimo, para evitar a refinação; [...] 1 invernada para desterrear a vacada de cria, em setembro; [...] 1 invernada para a engorda do boi; 1 invernada para a engorda de vacas que não sirvam mais para cria, [...] 1 invernada para equino, que prejudica o bovino em comum; e a separação dos touros em fins de Fevereiro para se soltar na cria, em Outubro, afim de evitar a produção do verão, a qual é sempre atacada de pneumointerite, com o calor, o berne, a bicheira e conseqüente prejuízo; ter em vista uma tropa de engorda, toda com a mesma idade, para evitar o refugo do comprado e portanto sua valorização [...] É indispensável para esta cria um plantel de gado puro [...] para garantir uma produção selecionada. [...] É este, Sr. Diretor, o Programa Pecuário deste PI, que se tiver a aprovação do SPI e os meios necessários, garanto executar com precisão.⁷⁵⁹

O conhecimento técnico sobre as principais doenças que atingiam o gado; os procedimentos necessários para combatê-las; as espécies melhor adaptadas à ecologia e ao clima da região, além dos tipos de

Nonoai. Microfilme 058. Fotogramas 0633 e 0634.. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁵⁸ Ibid.

⁷⁵⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório n. 40**. PI Nonoai. 02 de Abril de 1945. Microfilme 058. Fotogramas 0819 e 0825. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

pastagens de maior rendimento, demonstram, como já assinalado anteriormente, que nem sempre os encarregados dos Postos Indígenas possuíam precária formação intelectual, conforme assertiva de Sílvio Coelho dos Santos.⁷⁶⁰ Através do trecho citado, fica explícita sua experiência com a atividade pecuária, ainda que não se possa afirmar ao certo a origem da mesma. Do mesmo modo, somente alguém com bom conhecimento de causa poderia sustentar suas pretensões de alcançar um rebanho de 3000 cabeças, o que representaria uma renda de Cr\$200.000,00 por ano ao Posto.⁷⁶¹ Para atingir seus objetivos, sugeria ainda que os demais trabalhos ficassem atrasados e que fossem distribuídos prêmios aos índios que mais empenho demonstrassem nos serviços.⁷⁶² Tendo atendidas suas solicitações, Francisco Vieira se comprometia a colocar “o Posto em condições de concorrer com as melhores fazendas do Rio Grande do Sul.”⁷⁶³

As evidências sobre o número de animais existentes no PI Nonoai no auge do *Programa Pecuário* promovido por Francisco Vieira, são, todavia, reveladoras de uma certa inconstância no que concerne às suas propostas e às estatísticas presentes em seus relatórios. Em 1947, o rebanho bovino pertencente ao Posto somava cerca de 250 cabeças, considerado pequeno pela capacidade dos campos existentes no mesmo e às pretensões do próprio encarregado. Por isso, Francisco Vieira encaminha ao Inspetor da IR7, Lourival da Mota Cabral, uma proposta de aquisição de 350 cabeças, visando atingir um rebanho composto por 600 animais.⁷⁶⁴ Ainda que fosse considerada a melhor fonte de renda pelo encarregado, sua proposta não alcança sucesso, mantendo-se o rebanho do Posto com um número médio de 200 animais até o início da década de 1950. Somente após este ano é que haveria um incremento significativo no rebanho do Posto Indígena, quando o mesmo chega a ultrapassar 1000 cabeças de gado.⁷⁶⁵

⁷⁶⁰ Ver em: SANTOS 1970, p. 72.

⁷⁶¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Anual de 1945**. Op. cit.

⁷⁶² Ibid.

⁷⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta n. 3**. PI Nonoai. 24 de Setembro de 1945. Microfilme 058. Fotogramas 0901-0902. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁶⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 21**. PI Nonoai. 11 de Junho de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1165. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁶⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 16. Questionário n. 2**. PI Nonoai. 29 de Setembro de 1952. Microfilme 058. Fotogramas 1537-1541. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

As descrições pormenorizadas e os planejamentos criteriosos apresentados nos relatórios do encarregado, permitem sugerir que a pecuária, mais do que um projeto desenvolvimentista financiado e executado pelo SPI, era um projeto particular de Francisco Vieira, embora os animais e a renda auferida com os mesmos fossem pertencentes ao Posto. Havia nitidamente uma atenção especial ao gado do Posto. Esta afirmativa pode ser corroborada tanto pelas fontes documentais analisadas, quanto pelas narrativas orais obtidas. Ambas enfatizam que o gado do Posto era compreendido também como “o gado do Francisco Vieira”. O rebanho, mesmo não pertencendo oficialmente ao encarregado, carregava no imaginário dos indígenas um pertencimento simbólico, conforme indica Mafaldo Oliveira:

As internada se iam lá até perto de Taquaruçu. Eu tinha um irmão que se criou aqui tratando os gado do Francisco Vieira. Com 12 anos ele trabalhou pro seu Francisco aqui. Daí ele tinha mais de 200 gado lá em cima, então lá em cima tinha o saleiro onde eles colocam sal pras criação né. [...] levantava cedo e levava aquelas bolsa de sal pro gado comer. [...] Eu ia com ele, e ficava assistindo, eu era piazinho né, tinha uns 6 ano. Então a gente se criou aqui tratando e cuidando os gado do seu Francisco, né.⁷⁶⁶

Outro aspecto que reforça a sensação de pertencimento desse rebanho ao encarregado é a informação indicativa de que os indígenas pouco usufruíam do mesmo, pois os negócios eram tratados exclusivamente entre o encarregado e o SPI. Percebe-se que na maior parte das vezes, os benefícios se convertiam nas premiações já citadas, na distribuição de leite e carne aos alunos da escola e aos velhos e inválidos ou em ocasiões festivas. Jorge Garcia refere-se a um destes raros momentos em que os indígenas, de modo mais amplo, usufruíam do rebanho do Posto: “... quando era Dia do Índio assim, eles matavam. É, festa de índio eles matavam um gado, assavam um boi, dois vaca, três vaca.”⁷⁶⁷

⁷⁶⁶ OLIVEIRA, Op. cit., 2014.

⁷⁶⁷ GARCIA, Op. cit., 2013. Nestas comemorações do Dia do Índio, costumavam reunir-se na aldeia sede grande quantidade de índios, convocados

Mais um indicativo que remete à impressão de o gado ser pertencente a Francisco Vieira, refere-se a determinados “negócios” feitos pelo encarregado. Entre estes “negócios”, consta o arrendamento de invernadas no interior do Posto Indígena a criadores de gado da região e a contratação de funcionários não indígenas para os trabalhos com a criação. Embora sejam raras as informações sobre estas ocorrências nos documentos textuais analisados, são vários os entrevistados que recordam dessa prática.

Nísio da Silva, por exemplo, revela que Francisco Vieira iniciou o processo de arrendamento de campos para criação de gado, geralmente para criadores e empresários regionais. Segundo ele, “naquela época até mesmo o chefe arrendou. Arrendou; não era muita pessoa que acostumaram a arrendar né, foi...[...], sabe o Sestílio Sartoretto? Arrendava ali, tinha fazenda aqui... rodeio mesmo, na fazenda dele..., invernada.”⁷⁶⁸ Assim como Nísio da Silva, Valter Sampaio recorda os negócios entre Francisco Vieira e o empresário Sestílio Sartoretto: “o Sartoretto morava aqui na vila e tinha uma serraria e tinha uma fazenda de gado lá no campo e outra lá na Campina Grande. [...] o Sestílio véio com duas fazenda de gado, uma aqui e outra lá na reserva, na Campina Grande.”⁷⁶⁹

Embora essa informação seja recorrente nos relatos dos entrevistados, não existem evidências sobre a mesma nas estatísticas apresentadas através dos relatórios analisados. Não significa afirmar, porém, que se tratasse de uma prática ilícita do encarregado, pois, assim como existiam contratos formais de arrendamento para atividades agrícolas, é provável que os mesmos tenham se estendido para as atividades pecuárias e contemplado, além do empresário Sartoretto, outros indivíduos não citados pelos entrevistados ou descritos nas fontes documentais.

pelos capitães das aldeias, com vistas a participarem dos atos solenes e da “churrascada”, conforme indica o relato do encarregado Salatiel Diniz. “Transcorreu a festa num dia propício (“Domingo de Sol”), sobre o qual apareceram mais de 500 índios, munidos de faca para a churrascada, que era o ponto inicial de nossa festividade. [...] A tarde houve a segunda churrascada, onde terminaram de consumir os 480 quilos de carne dos dois (2) reses, acompanhado com pães e farinha de mandioca. BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de festividade do Dia do Índio**. PI Nonoai. 14 de maio de 1959. Microfilme 058. Fotograma 1895. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁶⁸ SILVA, Op. cit., 2014.

⁷⁶⁹ SAMPAIO, Op. cit., 2013.

No tocante à contratação de funcionários não indígenas para o trato com o gado, apesar de haver instruções da direção do órgão indigenista federal para que os funcionários envolvidos no programa fossem de preferência índios, Francisco Vieira insistiu na contratação de empregados especializados na atividade pecuária, notadamente vaqueanos experientes vindos de outras fazendas e estâncias do Rio Grande do Sul. Estas contratações, que deveriam ser temporárias, tinham como objetivo dinamizar os trabalhos até os índios ganharem experiência nas lides campeiras.⁷⁷⁰

A presença de peões de estância assalariados no PI Nonoai é registrada também através da memória dos entrevistados. Geralmente, esta memória surge carregada de certo ressentimento, pois enquanto a maior parte dos indígenas trabalhava a “troco de comida”, os peões recebiam ordenado do SPI. Valter Sampaio, ao recordar-se sobre o gado existente no tempo de Francisco Vieira, afirma que “ele contava com os peão pra trabalhar [...] os funcionário..., nós chamava funcionário naquela época, tinha 4 ou 5, aqueles lá ganhavam o ordenado deles.[...] Era só gente branco.”⁷⁷¹ Por outro lado, há uma certa compreensão por parte do mesmo entrevistado sobre este fato: “o finado Francisco, ele tinha esse gado, mas ele tinha que arrumar gente de fora pra ajudar a cuidar, né. Que os daqui, pouco, não tinham prática. Então ele pegava gente de fora assim pra ajudar a cuidar o gado.”⁷⁷²

O incremento de funcionários experientes, na concepção de Francisco Vieira, era fundamental para o manejo correto e produtivo do gado. Outra de suas justificativas para a utilização de mão de obra especializada era que a mesma proporcionaria aprendizado aos indígenas no trato com os animais. Antônio Eufrásio lembra que aprendeu a lida do gado com seu tio, que foi um dos primeiros funcionários contratados por Francisco Vieira: “nós sempre tinha aqui, tinha inverno aqui, mangueirão, cheio. Até tinha um tio meu que era o Juca Vaz, funcionário velho, eu ia com ele, depois da aula ele dizia: ‘meu filho, vamo recolher os boi, vaca, tirar leite?’ Tirava leite e levava lá pros aluno, né, as cozinheira guardavam.”⁷⁷³

Juca Vaz era um dos vaqueiros contratados por Francisco Vieira. Este vaqueiro, ao empregar-se no PI Nonoai, acabou constituindo

⁷⁷⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório n. 40. Op. cit.**

⁷⁷¹ SAMPAIO, Op.cit., 2013.

⁷⁷² Ibid.

⁷⁷³ EUFRÁSIO, Op. cit., 2014.

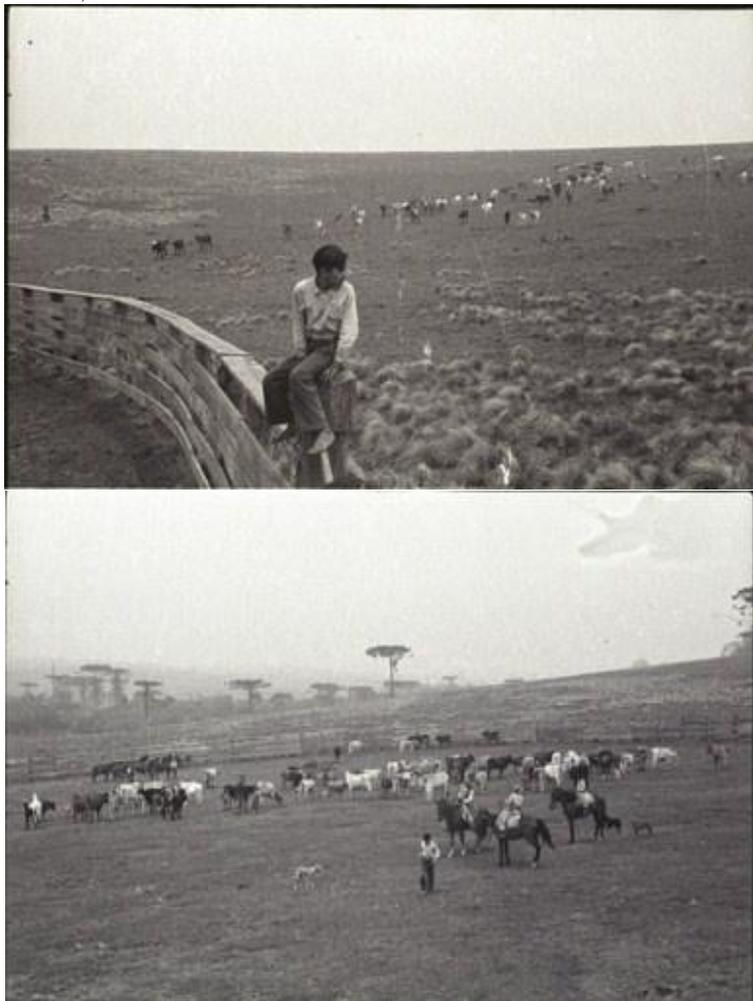
matrimônio com uma Kaingang e se estabelecendo na área. Casos como esse ocorreram com outros vaqueiros e funcionários contratados pelo Posto, conforme se percebe em outro exemplo citado por Valter Sampaio: “o compadre Batista (Teles) ele era branco, mas daí ele casou com uma irmã da minha mulher, que é índia né, então daí ele também se enquadrou-se como índio. Mas ficou trabalhando igual.”⁷⁷⁴ Foram frequentes os casos de peões que estabeleceram laços matrimoniais com as indígenas, alcançando o direito de permanecerem na área, onde garantiam, além de suas funções remuneradas, a possibilidade de possuir seu próprio plantel de animais.

É necessário esclarecer, contudo, que as narrativas, apesar de se referirem ao “gado do Francisco Vieira” não deixam explícito que o encarregado se considerasse proprietário do rebanho. Esta expressão é utilizada mais por conta do seu zelo pelo rebanho, considerado fundamental para o sucesso da pecuária nesse Posto Indígena. Por isso, ainda que alguns entrevistados condenem a contratação de funcionários especializados pelo encarregado, outros compreendem que esta ação era a mais indicada, pois reconhecem que “os índios não tinham experiência na lida do gado.”⁷⁷⁵ As imagens a seguir ilustram o cenário da atividade pecuária no Posto Indígena Nonoai:

⁷⁷⁴ SAMPAIO, Op. cit., 2013.

⁷⁷⁵ EUFRÁSIO, Op. cit., 2014.

Figuras 22 e 23: Panorama da atividade pecuária no Posto Indígena Nonoai, na década de 1940.



Fonte: FORTHMANN, Heinz. Curral do Posto Indígena Nonoai. 1 Negativo, p&b, 35 mm. Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, a 7ª Inspetoria Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em setembro de 1947. Documentos audiovisuais e iconográficos SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Analisando os resultados do *Programa Pecuário* do SPI no PI Nonoai, é possível conjecturar que, mesmo com o emprego de funcionários especializados, com o aumento e qualificação das pastagens, com a construção de cercas, currais e estábulos, o rebanho bovino deste Posto jamais chegou a atingir de fato a meta estipulada por Francisco Vieira: alcançar e conservar um plantel em torno de 3.000 animais. Entre os fatores que impediram a concretização dessa meta, dois foram fundamentais: falta de repasse de recursos para a aquisição de gado e proibição da utilização da renda indígena para tal intuito. Por isso, o rebanho do Posto oscilou entre 600 e 1000 cabeças até 1956, ano do afastamento de Francisco Vieira da chefia do PI Nonoai.

O afastamento deste encarregado está diretamente vinculado pelos Kaingang ao declínio e ao paulatino desaparecimento do rebanho do Posto, como afirmam Nísio da Silva e Antônio Eufrásio. “Depois que saiu o Francisco Vieira terminou tudo né, terminou. Entraram outros chefe, vão vendendo, vendendo... até que terminou”.⁷⁷⁶ “Depois desse aí, terminou... entrou outro chefe [...], quando nós menos vimo, não tinha mais criação nas mangueira.”⁷⁷⁷

De fato, após a saída de Francisco Vieira, houve uma inconstância na permanência de outros encarregados na chefia do PI Nonoai. O substituto de Francisco Vieira, Salatiel Marcondes Diniz, ficou alguns meses no cargo, sendo substituído por Alísio de Carvalho, até retornar ao serviço em outubro de 1957.⁷⁷⁸ Diniz permanece no cargo até 1961, quando é substituído por Acyr de Barros⁷⁷⁹, que dirige Nonoai até janeiro de 1964, repassando o cargo a Samuel Brasil. Na declaração de passagem de cargo ao novo encarregado, Acyr Barros já aponta o desaparecimento de diversas cabeças de gado do patrimônio indígena e nacional:

Eu, abaixo assinado Acyr Barros, encarregado do PIND Nonoai, por ocasião da passagem de cargo ao Sr. SAMUEL BRASIL, declaro que os animais

⁷⁷⁶ SILVA, Op. cit., 2014.

⁷⁷⁷ EUFRÁSIO, Op. cit., 2014.

⁷⁷⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ordem de Serviço Interna**. Rio de Janeiro. 16 de Outubro de 1957. Microfilme 058. Fotograma 1679. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁷⁹ Relatório Figueiredo 1967/68. Autos do Processo. **Portaria n. 153**. Rio de Janeiro. 03 de outubro de 1961.

bovinos constantes no Patrimônio Nacional, sob os n.ºs. 1 – 4 – 11 – 14 – 17 – 19 – 25 e, patrimônio indígena n.ºs. 1 – 2 – 7 – 8 – 19 – encontram-se desaparecidos desde outubro do corrente ano, sendo que, até a presente data, não foram encontrados.⁷⁸⁰

Não há maiores explicações por parte do encarregado sobre o que provocou esse desaparecimento, mas, o fato de haver registro sobre o mesmo já é um detalhe revelador da grande instabilidade ocorrida no Posto Indígena a partir do final da década de 1950. A intensificação das intrusões de camponeses sem terra, assim como as novas crises que atingem o SPI (que acabaram se configurando em atrasos de salários, falta de repasses de verbas e trocas constantes nas chefias dos Postos Indígenas), de modo geral, podem ser descritos como os principais causadores do declínio e do desaparecimento do rebanho bovino do PI Nonoai.

Assim como os relatos orais, os próprios relatórios dos encarregados que substituíram Francisco Vieira fornecem indicativos de uma gradativa diminuição no rebanho do Posto. Em junho de 1966, de acordo com dados do aviso mensal do novo encarregado do PI Nonoai, Heroídes Teixeira, verifica-se que o mesmo possuía um plantel bovino formado por apenas 37 animais.⁷⁸¹ Número este que continua em declínio, como aponta um relatório de Nilson de Assis Castro, último encarregado do PI Nonoai antes da extinção do SPI: “Os indígenas deste Poind. possuem atualmente [...] 27 bovinos, [...] criados e cuidados ao redor das casas, não possuindo encerras para criação de suínos, nem poteiros para criação de equinos e bovinos.”⁷⁸²

Em um intervalo de 10 anos, como se percebe, toda a estrutura planejada e montada por meio do *Programa Pecuário* de Francisco

⁷⁸⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Declaração de passagem de cargo.** PI Nonoai/RS. 08 de janeiro de 1964. Microfilme 059. Fotograma 115. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁸¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso Mensal PI Nonoai.** PI Nonoai/RS. 30 de Junho de 1966. Microfilme 059. Fotograma 0520. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁸² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Assistência Social aos indígenas do Poind. Nonoai.** PI Nonoai/RS. Dezembro de 1967. Microfilme 059. Fotograma 0848. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Vieira é totalmente abandonada. Sem gado, com os campos invadidos por centenas de arrendatários, as matas tomadas de assalto pelas serrarias, seus espaços de cultivo destruídos e tomados por intrusos, os indígenas do PI Nonoai viram ressurgir novamente a miséria e a fome. Eles vivenciaram na pele o melancólico fim de um órgão que um dia se comprometeu em promover a autosuficiência dos mesmos com seus programas de desenvolvimento.

4.4.2. *O fracasso do Programa Pecuário no PI Xaçecó*

Diferentemente de Francisco Vieira, que pretendeu transformar o PI Nonoai em uma fazenda autosustentável por meio de um programa de desenvolvimento que privilegiava a atividade pecuária em detrimento da agricultura, Nereu Costa, conforme já destacado, concentrou esforços na produção tritícola durante a década de 1950. Mesmo assim, apesar do seu foco na produção agrícola, não se pode ignorar que havia uma atividade pecuária no PI Xaçecó, ainda que esta nem de perto alcançasse o mesmo patamar da criação do PI Nonoai.

Uma relação de animais de corte e de serviço existentes no PI Xaçecó em 1957, descritos como pertencentes ao Patrimônio Nacional, ou seja, gado do Posto, dá uma ideia desta diferença de concepções entre os dois encarregados. O documento indica a existência de apenas 15 animais pertencentes ao PI, sendo que 10 seriam equinos e 5 bovinos.⁷⁸³ Um outro documento, descrito como “mapa semestral de criação”, datado de 31 de Dezembro de 1961, mostra que a atividade pecuária não apresentou nenhum avanço neste intervalo de 4 anos. Naquele ano, a criação pertencente ao patrimônio indígena configurava-se em um total de 21 animais, sendo 3 equinos, 2 bovinos e 16 ovinos.⁷⁸⁴

É provável que o fato de privilegiar a agricultura em detrimento da pecuária, seja responsável por estes baixos números referentes ao plantel bovino do PI Xaçecó. Por outro lado, Nereu Costa parece ter levado em consideração algumas aspirações dos Kaingang, que, naquele momento, conforme já destacado no capítulo anterior, tinham nos suínos uma fonte preferencial de alimento e renda, além do libertador

⁷⁸³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de Animais existentes no PI Xaçecó pertencentes ao Patrimônio Nacional.** PI Xaçecó. 06 de Junho de 1957. Microfilme 064. Fotograma 308. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁸⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Mapa Semestral da Criação, referente ao 2º. Semestre de 1961.** PI Selistre de Campos. 31 de Dezembro de 1961. Microfilme 067. Fotograma 124. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

sentimento de “trabalhar para si.”⁷⁸⁵ Era na criação suína que os indígenas se desvinculavam momentaneamente das atividades produtivas das lavouras comunitárias, podendo sentir-se os verdadeiros beneficiários de sua produção. Essa “liberdade” se configurava ainda na possibilidade da escolha dos sítios para a criação, na possibilidade de exercer as sociabilidades e na fartura de alimento, conforme se evidencia no relato de Emiliania Pinheiro:

Conforme dava a força se criava um porquinho. Até esse (Nereu Costa), ele deu interesse pra comprar porco e criar né, pra ter carne pra comer. E daí o pai engordava, daí cada um pegava um lugar que nem eu to falando, cada um pegava um lugar de água, roçava, fazia puxirão, carneava o porco e ia lá contar pra ele...⁷⁸⁶

Com base na conjunção das informações obtidas através das narrativas orais e nas fontes documentais, constatou-se que Nereu Costa não se preocupou em seguir as orientações do *Programa Pecuário* do SPI e, muito menos, em formular um programa específico para a atividade pecuária no PI Xaçecó, tal como o fez Francisco Vieira em Nonoai. Ao invés disso, ampliou seus esforços na agricultura, onde alcançou relativo sucesso. Sua justificativa para manter a pecuária em segundo plano em relação à agricultura, apesar dos apelos da direção do SPI para mantê-las em uma escala de igualdade, fundamentava-se na sua intenção de manter o ritmo equilibrado dos trabalhos nas lavouras do Posto e nas lavouras dos indígenas. Era nesta área que considerava estar conseguindo um desenvolvimento progressivo e “uma maior evolução econômica-financeira e social dêste Posto, os quais não devem sofrer solução de continuidade.”⁷⁸⁷

Malgrado a preferência agrícola de Nereu Costa, o Posto Indígena Xaçecó sempre possuiu campos propícios para a atividade pecuária, capazes de comportar bem mais do que as poucas cabeças de gado constantes nos levantamentos estatísticos do encarregado. Prova disso é que em 1966, o novo encarregado deste PI, Atílio Masalotti, encaminha

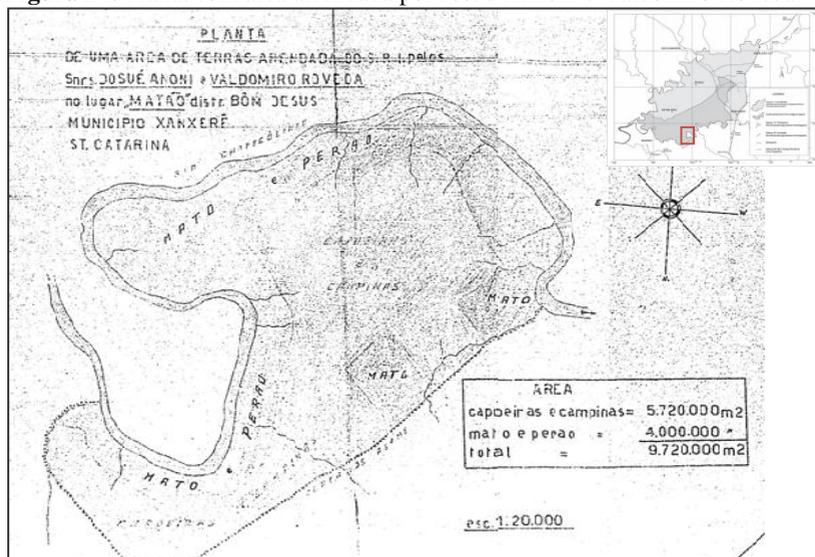
⁷⁸⁵ RODRIGUES, Op. cit., 2012.

⁷⁸⁶ PINHEIRO, Op. cit., 2012.

⁷⁸⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 28. Autorização para efetuar despesas.** 30/08/1957. Op. cit.

ofício a Dival José de Souza, Chefe da IR7, informando a execução de um arrendamento de 200 alqueires dentro da área indígena aos empresários Josué Annoni e Valdomiro Roveda, locados para exploração pecuária.⁷⁸⁸ Esse lote, localizado na aldeia Matão, costeando o rio Chapecozinho, foi arrendado por estes empresários porque possuía uma vasta campina e bebedouros (sangas) propícios para comportar boa quantidade de gado. A área apresentada por meio de croquis e entregue pelos arrendatários ao encarregado do Posto e este à IR7 está ilustrada na figura 24:

Figura 24: Planta com área arrendada por Josué Annoni e Valdomiro Roveda.



Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Planta de uma área de terras arrendado SPI pelos Srs. Josué Anoni e Valdomiro Roveda no lugar Matão, distr. Bom Jesus, município de Xanxerê - SC.** Microfilme 068. Fotograma 00298 00299. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Localização da área apresentada no Mapa produzido por Carina Almeida, 2012.

O novo encarregado, da mesma forma que Nereu Costa, parece não ter demonstrado empolgação pelo envolvimento dos indígenas no

⁷⁸⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício sem data e s/nº.** Microfilme 068. Fotograma 00296. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Programa Pecuário do SPI, preferindo locar a terceiros as áreas propícias para a criação dentro do Posto. Novamente, portanto, verifica-se que as atividades produtivas nos Postos Indígenas eram desenvolvidas conforme a preferência de seus funcionários, quase sempre em detrimento da opinião dos indígenas e algumas vezes, até mesmo ignorando orientações de superiores. No caso em questão, considerou-se mais produtivo arrendar as pastagens existentes, a executar um planejamento para a criação coletiva dos indígenas, o que certamente beneficiaria diretamente a comunidade assistida.

Nos anos finais do SPI, o Posto Indígena Xaçecó também padecia dos efeitos nocivos relacionados aos problemas políticos e éticos que acometeram o órgão indigenista federal. A área estava tomada por arrendatários, os quais nem sempre pagavam o arrendamento e quando o faziam, o dinheiro sumia nos meandros da corrupção que envolvia os próprios funcionários do Posto e de agentes da IR7, como denunciado pelo Relatório Figueiredo. Uma demonstração clara desse aspecto é que, do mesmo modo que ocorreu no PI Nonoai, após a saída de Nereu Costa da chefia do PI Xaçecó em 1964, três outros encarregados passaram por este Posto até 1967, sendo eles: Sebastião Lucena da Silva, Atílio Masalotti e João Garcia Lima. Este último, que assume o PI em outubro de 1967, sendo o último encarregado do Posto na gestão do SPI, revela como encontrou o mesmo em sua chegada:

Muito embora eu tenha chegado a pouco neste Posto; já tive a oportunidade de ficar conhecendo os grandes problemas que mais afligem os Indígenas e mesmo os funcionários que lutaram para ver estes índios integrados na finalidade que foi criado o nosso serviço. Posso vos dizer que este Posto outrora foi o maior produtor de trigo, trabalhos exclusivos dos indígenas. Hoje era aquilo que encontrei nos primeiros dias; índios embriagados caídos pelas estradas, as lavouras dos índios completamente abandonadas, as matas destroçadas e delapidada, queimas sendo feitas ao livre arbítrio, escolas fechadas, índios velhos morrendo pela fome no mais ínfimo abandono, doentes atirados como animais nos ranchos imundos sem medicamento e até mesmo sem alimento. Aqui a única coisa que funcionava era a arrecadação, o dinheiro recolhidos e os

verdadeiros donos contemplando com a fome e a miséria.⁷⁸⁹

Ao revelar o estado caótico encontrado, o novo encarregado demonstra interesse em resgatar o Posto de seu estado calamitoso, sugerindo algumas medidas para melhorar a saúde e a educação e alavancar a agricultura e a pecuária. No tocante a esta última, recomenda a aquisição de novilhas de raça leiteira e de corte, cujas internadas deveriam ser consorciadas com os porcos, por serem estes de grande apreço pelos Kaingang. Com esta tática, julgava que o trato com o gado seria melhor assimilado pelos indígenas e estes demonstrariam mais empenho em tal atividade.⁷⁹⁰ Sua estratégia, porém, não chegou a ser colocada a efeito, pois, com a extinção do SPI e o surgimento da FUNAI, todas as iniciativas propostas pelos antigos funcionários são obstadas em prol de um “novo” panorama indigenista.

4.5. “Os gringos invadiram a reserva”: quando à intrusão se segue o arrendamento e ao arrendamento a exploração da terra e do trabalho dos indígenas

Se alguns projetos de desenvolvimento estabelecidos pelo SPI visavam a busca pela autosuficiência dos Postos Indígenas com base no aproveitamento de sua força de trabalho e das suas potencialidades produtivas, outros, por sua vez, preconizavam o aproveitamento intensivo dos recursos naturais existentes nos mesmos, independentemente de como se procedesse para com isso. Nos casos dos PIs Nonoai e Xapecó, isso significa afirmar que o desenvolvimentismo centrou-se em muitos momentos na exploração intensiva dos recursos existentes nestas áreas, principalmente sobre dois em especial: a madeira de suas florestas e a fertilidade de suas terras.

Verificou-se no capítulo 2 desta tese, que os arrendamentos para cultivo na área indígena e a exploração madeireira possuem raízes mais

⁷⁸⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relato sobre o Estado do Poino Selistre de Campos**. PI Selistre de Campos. 25 de Novembro de 1967. Microfilme 068. Fotograma 00790 a 00792. fl. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁷⁹⁰ Ibid. fl. 2.

antigas do que os contratos estabelecidos pelo SPI, remontando às primeiras décadas do século XX. Focando a análise nos arrendamentos, verificou-se que até 1941 eles ocorriam através de acordos entre os próprios indígenas e os camponeses regionais, cujas negociações eram geralmente intermediadas pelas lideranças indígenas. Estes arrendamentos, ao serem regularizados e formalizados por meio de contratos com o SPI, a partir da instalação dos Postos Indígenas, destituem dos indígenas as poucas vantagens que os mesmos obtinham com esta prática, já que a renda obtida passou a ser controlada pelos encarregados e inspetores regionais.

Ainda que não possuíssem o caráter oficial de um programa ou projeto desenvolvimentista, como foi o caso da *Campanha do Trigo* ou do *Programa Pecuário*, os arrendamentos tinham como finalidade principal proporcionar rendimentos extras, visando incrementar a renda adquirida com os trabalhos dos indígenas nas atividades agropecuárias. A meta destes contratos era alavancar o objetivo tão perseguido por inspetores e encarregados: a emancipação econômica dos Postos indígenas.⁷⁹¹

Embora os contratos com arrendatários mantivessem em seu conteúdo instruções esclarecendo que os mesmos só poderiam ser firmados mediante a condição de não prejudicar a assistência prestada aos indígenas, nem sempre estas instruções eram seguidas à risca pelos inspetores regionais e encarregados de Posto. Estes, muitas vezes, acabaram realizando contratos que excederam as orientações de arrendar apenas parcelas de terras não aproveitadas pelos indígenas. Estas ingerências terminaram por se configurar em inúmeros casos de expropriação do patrimônio indígena, seja através da intensificação da presença de intrusos nas áreas dos PIs ou pela devastação desregrada que aconteceu em grande parte dos Postos Indígenas espalhados pelo Brasil, conforme se percebeu através dos exemplos de Nonoai e Xapecó.

Já se destacou anteriormente também, que a inserção de famílias caboclas no interior das áreas indígenas refere-se a um processo sócio-histórico que remonta o final do século XIX e início do século XX. Este processo foi motivado, sobretudo, pela expulsão de posseiros, lavradores e coletores de erva-mate das áreas destinadas à formação dos lotes coloniais distribuídos aos chamados “colonos de origem”. Excluídas das políticas de colonização e expulsas de suas colocações, muitas famílias caboclas acabaram se estabelecendo em núcleos urbanos

⁷⁹¹ BRASIL, 1947, p. 189.

ou retiraram-se ainda mais para os sertões existentes no Sul, os quais, no contexto do início do século XX, eram representados principalmente pelo oeste catarinense e pelo sudoeste do Paraná. Nestas regiões, muitos caboclos acabaram encontrando refúgio nas terras destinadas aos indígenas.

Com o esgotamento das colônias no RS, no entanto, tanto o oeste catarinense quanto o sudoeste do Paraná tornaram-se verdadeiras válvulas de escape no sentido de absorver os excedentes camponeses do estado gaúcho, fenômeno que se desenrolou especialmente entre os anos 1940 e 1950.⁷⁹² Como resultado dessa invasão colonizadora, ambas as regiões enfrentaram um gradual encarecimento dos seus lotes coloniais, o que acabou resultando no aumento do percentual de excluídos da terra. Desta vez, estas levas de excluídos não eram formadas apenas por caboclos, elas contavam em seu contingente com muitas famílias dos próprios “colonos de origem”, também alcunhados pelos indígenas como “gringos”. Neste contexto, não somente os caboclos buscaram refúgio nas terras indígenas, mas também várias famílias deste outro segmento, que também já não possuíam meios de pagar as companhias colonizadoras. Estes dois segmentos acabaram engrossando as fileiras daqueles que intrusaram as áreas indígenas da região sul, como explica Carini:

A principal opção dos agricultores empobrecidos para se manterem territorializados foi a invasão das reservas indígenas. Assim, desencadeia-se a partir do final dos anos 1940 e, sobretudo, ao longo dos anos de 1950 um intenso processo de intrusão nas reservas indígenas. A maior parte dos primeiros intrusos nas reservas são caboclos. Desterritorializados pela fronteira estabelecida pela colonização oficial nas áreas de matas das terras públicas e “devolutas”, eles são forçados a invadir as reservas indígenas, na busca por matas para derrubar, na luta pela reterritorialização. Em seguida, vinham os colonos, que adquiriam os sítios abertos na mata pelos caboclos, em geral por preços irrisórios.⁷⁹³

⁷⁹² CARINI, Joel João. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios**: racionalidades, representações e cidadania. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: PPGDR-UFRGS, 2010. p. 121.

⁷⁹³ Ibid. p. 118.

Como resultado deste processo, durante as décadas de 1950 e 1960, centenas de famílias camponesas invadem as reservas indígenas, arriscando-se como posseiros de pequenos lotes destinados à subsistência da família. Muitas delas, por outro lado, foram atraídas pela possibilidade de firmar contratos de arrendamento com o SPI e lucrar com os mesmos. Muitos dos camponeses que já ocupavam parcelas das áreas indígenas, viam nos contratos de arrendamento uma possibilidade de se tornarem proprietários das terras em que se localizavam, pois esperavam que, com o tempo, o governo legitimasse suas posses, tendo em vista sua produtividade e as benfeitorias construídas nas áreas indígenas.

Neste sentido, pode-se inferir que, se existe uma grande semelhança entre as ações indigenistas do SPI nos PIs Nonoai e Xapecó, que acaba se estendendo para os demais Postos Indígenas do Sul do Brasil, esta diz respeito fundamentalmente à prática do arrendamento de lotes dentro destas áreas. Esta prática é registrada desde o período inicial da ação indigenista nestes dois Postos, quando os contratos eram firmados diretamente com os encarregados, até praticamente o seu final, quando os contratos eram lavrados em cartórios, sob a presença de testemunhas e fiscalização da IR7. Tal prática está vinculada diretamente com os projetos de desenvolvimento do SPI por conta de sua tentativa de ampliação da renda indígena, visando um maior desenvolvimento do Posto e, conseqüentemente, sua emancipação econômica.

Da primeira fase, que corresponde basicamente à década de 1940, restaram como comprovantes de arrendamento alguns recibos produzidos pelos encarregados. Através destes recibos, foi possível perceber que tanto no PI Nonoai quanto no PI Xapecó, as áreas arrendadas naquele momento correspondiam a lotes entre 5 e 20 hectares por arrendatário. Verifica-se, ainda, a existência de três categorias produtivas principais das áreas arrendadas, sendo as mesmas descritas como: roças, campos e capoeiras. Os recibos de arrendamento das áreas denominadas roças e capoeiras são mais comuns no PI Xapecó, enquanto que no PI Nonoai, há uma predominância dos recibos discriminando o arrendamento de campos.

Grande parte das famílias de camponeses pobres que buscou firmar contratos de arrendamento com o SPI, entrou nas áreas indígenas como intrusa. Nelas procediam em regra com a formação de roçados e

construções de algumas benfeitorias em seus lotes. Quando pressionados pelo encarregado do Posto ou pelos próprios indígenas, buscavam no arrendamento uma saída para se manterem no local. Os contratos, que a princípio deveriam ser temporários, acabavam se estendendo por vários anos, o que atraía cada vez mais camponeses destituídos da terra para as áreas indígenas. O depoimento do Kaingang Adelino Lopes, exemplifica a forma como geralmente procediam as negociações para o arrendamento no PI Nonoai:

... o colono arrendava lá vamo dizer, 4 alqueire de terra do chefe e daí saía a comprar... ele pagava o arrendo a dinheiro tudo e daí naquela época quando eu cheguei tinha 220 arrendatário. Daí vinha uma equipe, não sei se de Chapecó, não sei de onde, vinha dois rapaz, vinha duas mulher assim, já pra fazer os novos contratos pros colono (intrusos) aqueles que tavam dentro da área, pra eles pagarem pra renovar os contratos, pra eles poder plantar de novo pro outro ano, né. E daí eu sei que esses arrendatário, eles tiveram o direito do próprio órgão que era o SPI, fundado pelo governo federal, ele arrendava lá, vamo dizer, quatro alqueire[...], trinta hectare ele arrendava. Daí o colono esse ele tinha o direito de entrar dentro da área e fazer sua benfeitoria. Aqui onde é que nós tamo ó, (Aldeia Capinzal) aqui morava a família Mascate, ele entrou, fez a casa dele, aí tinha gente que tinha chiqueirão de porco, tinha galpão, bom, fazia benfeitoria né, dentro da área assim.⁷⁹⁴

A família Mascate, a qual se refere Adelino Lopes, tinha como patriarca Chico Mascate, um antigo tratorista contratado pelo SPI na época em que Francisco Vieira chefiava o PI Nonoai. Segundo Jorge Garcia, Chico Mascate tornou-se arrendatário do Posto após desvincular-se do cargo de tratorista. Na área arrendada, passou a produzir trigo e criar porcos e gado, atividades para as quais contratava a mão de obra indígena.⁷⁹⁵ Tornou-se prática comum durante a chefia de

⁷⁹⁴ LOPES, Op. cit. 2014.

⁷⁹⁵ GARCIA, Op. cit., 2013.

Francisco Vieira o arrendamento de terras para ex-funcionários do Posto Indígena, pois o encarregado queria ter “gente sua” próxima, caso houvesse alguma necessidade.⁷⁹⁶

Jorge Garcia lembra ainda que, inicialmente, as relações entre os indígenas e arrendatários eram cordiais, pois, como eram poucas famílias, dividiam os espaços sem grandes transtornos. Em sua fala, porém, é perceptível observar que os arrendatários se utilizavam de determinadas estratégias para induzir os indígenas a aceitarem sua presença: “...o colono chega, ele vem agradando né, dá um porco, ele dá um porco gordo ali pro índio, agrada, dá uma farinha, então ele vai ficando manso.”⁷⁹⁷ Do mesmo modo, João Severo reforça a existência de uma prática de arrendamentos, antes do SPI assumir o controle do Posto. Naquele momento, eram as próprias lideranças indígenas que mantinham controle sobre quem podia entrar e produzir na área:

... antigamente quando era o tempo que o índio é que mandava na área, antes do seu Francisco entrar, era o chefe, o Coronel, que eles diziam, dos índio que arrendavam as terras pros branco. Mas arrendavam lá por uma quantia de tempo, por exemplo, se eu fosse arrendar uma terra dum índio, era marcado lá um ano de renda. O branco ia lá, fazia a roça dele, prantava e não fazia casa também. Fazia só o acampamento pra ele pará. Acampamento coberto de capim, coisa assim, mas quando chegava o fim do arrendo, eles iam lá e falavam com o cacique, “óia, encerrou o prazo do nosso arrendo, você quer me arrendar mais a terra ou não quer? Se quer eu vou arrendar mais, senão, paremo.” O índio...e outra coisa, o branco não cortava uma vara dentro da área dos índio, sem falar com um índio pra cortar. Tinha mais essa.⁷⁹⁸

Mesmo que muitas fontes documentais e bibliográficas indiquem o contrário, na memória de João Severo, a presença de arrendatários no PI Nonoai, antes do SPI assumir, ainda não se tornara preocupante, pois as lideranças Kaingang conseguiam controlar, através de sua lógica de

⁷⁹⁶ Ibid.

⁷⁹⁷ Ibid.

⁷⁹⁸ SEVERO, Op. cit., 2013.

negociações e alianças, quem poderia ou não arrendar os lotes. Com o aumento das intrusões e com a proliferação dos contratos de arrendamento no período do SPI, multiplicam-se as informações sobre os conflitos entre intrusos e indígenas. Estes conflitos, ocorriam em virtude da intensa disputa estabelecida pelo território, configurado pelos espaços agrícolas, espaços comunitários, florestas, rios, caça, fontes de água e outros recursos naturais.⁷⁹⁹

Os indígenas eram continuamente acusados de mau uso da terra ou improdutivos, especialmente pelos “colonos de origem”. Em muitos casos, a situação conflituosa acabou promovendo a desterritorialização de diversas famílias indígenas, as quais, percebendo-se cercadas pelos arrendatários, buscaram outros locais nos próprios Postos Indígenas para se assentar ou ainda, outras áreas indígenas onde pudessem desenvolver suas atividades, distantes das pressões e conflitos com os camponeses. Em Nonoai, estas ocorrências ganharam maior destaque a partir da década de 1960, quando foram denunciadas por missionários do CIMI em artigos no *Jornal Correio do Povo*, de Porto Alegre. Nestes artigos, são apontadas as consequências das invasões e da política de arrendamento do SPI para os indígenas, revelando que:

...muito índio do posto de Nonoai se vai dispersando na ilusão de encontrar em outra parte do hospitaleiro Rio Grande, ou em Santa Catarina ou no Mato Grosso, o lugar sossegado para sua família, que naquela parte do Rio Grande não encontrou. Lá serão taxados, como tantos patrícios seus de: preguiçosos, bêbados, vagabundos.⁸⁰⁰

A denúncia dos missionários assinala a existência de um verdadeiro êxodo indígena ocorrendo naquele momento. A gravidade da situação vivenciada na época, ainda se mantém viva na memória Kaingang, como se pode perceber através do relato de Nísio da Silva, que aponta exemplos deste processo:

⁷⁹⁹ CARINI, Op. cit., 2010, p. 122.

⁸⁰⁰ LISBOA, Tomás; SCHWADE, Egídio. Drama de 1080 famílias indígenas rio-grandenses. In: **Jornal Correio do Povo**. Porto Alegre, 29/04/1967. Apud. CIMI, 1978, p. 11.

Naquela época eu falei, foi gente daqui mesmo, natural daqui mesmo, saíram tudo. Posseiro, um pouco de colono, formou sociedade aqui. Os índio tavam tudo extraviado... é, natural daqui tava tudo extraviado. Muita gente daqui ta em Porto Alegre. Ficaram, aquela vez correram né, foram embora daqui pra Porto Alegre. Daí os que ficaram aí acostumaram...⁸⁰¹

Além de testemunharem a saída de muitas famílias indígenas da área onde nasceram e se criaram, os indígenas que permaneciam nos Postos intrusados obrigavam-se a, como se refere Nísio da Silva, “acostumar-se” com a presença dos intrusos. Um dos reflexos imediatos dessa “convivência” foi que os Kaingang passaram de detentores do direito da terra a empregados, haja vista que muitos passaram a trabalhar como diaristas ou safristas para os arrendatários.

As narrativas de Dinarte Belino e Albérico Paliano são esclarecedoras desta situação no PI Xapecó. Em muitos casos, como revela Paliano, os camponeses que arrendavam as terras contratavam os próprios indígenas para trabalharem nas suas lavouras: “aqui na reserva, ela tinha muito branco sabe, era tomado de branco. [...] essas granjas que tem aí era tudo do branco. [...] então naquela época eu comecei a trabalhar pros branco. Me criei trabalhando nas lavouras aí...dos brancos.”⁸⁰² Da mesma forma, Dinarte Belino relembra que em alguns locais dentro da área indígena havia mais arrendatários do que indígenas: “eu morava só eu de índio no meio dos branco, mas os gringo em roda de mim, só eu de índio. Daí eu prozeava com eles, porque eu trabaiava pra eles também”.⁸⁰³ Este fato, segundo os próprios Kaingang, acabou alimentando um forte sentimento de inferioridade dos mesmos perante os intrusos.

A situação relatada pelos dois entrevistados revela uma faceta comum em diversas áreas indígenas do Brasil e, em especial, nas áreas da região Sul. Em certos Postos Indígenas, havia mais famílias não indígenas do que indígenas. De acordo com dados censitários de 1959, existiam no PI Nonoai 821 indígenas, sendo em sua ampla maioria

⁸⁰¹ SILVA, Op. cit., 2014.

⁸⁰² PALIANO, Op. cit., 2012.

⁸⁰³ BELINO, op.cit., 2014.

Kaingang.⁸⁰⁴ Em 1963, de acordo com dados apresentados pelo CIMI, já existiam aproximadamente 600 famílias de intrusos na área do Posto Indígena Nonoai, o que representava mais de 2000 pessoas. O resultado imediato dessa intrusão foi a diminuição do número de indígenas no Posto, que cai para 682 pessoas.⁸⁰⁵

No mesmo ano de 1963, uma planilha elaborada pelo encarregado do PI Xapecó, aponta a presença de 102 famílias de arrendatários naquela área.⁸⁰⁶ Como este documento encontra-se incompleto, certamente havia bem mais famílias não indígenas no interior da mesma. Quanto à população indígena, dados de Janeiro de 1964 apontam para a existência de 966 pessoas entre homens, mulheres e crianças.⁸⁰⁷

No PI Nonoai, a presença das 600 famílias de intrusos deveu-se em grande parte à “reforma agrária” promovida pelo governador Leonel de Moura Brizola, o qual, através do Decreto nº. 13.795 de 10 de Julho de 1962, designou 2.499 hectares da Reserva Florestal de Nonoai para assentamento de camponeses sem terra, totalizando 143 lotes.⁸⁰⁸ A concretização desse decreto, que visava aliviar as tensões sociais decorrentes da falta de terras para o assentamento de camponeses sem terra, ocorreu no ano seguinte, durante o governo de Ildo Meneghetti.

⁸⁰⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Avisos do PI Nonoai.** PI Nonoai. 30 de Novembro de 1959. Microfilme 058. Fotograma 01991. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸⁰⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de Inspeção no PI Nonoai.** PI Nonoai. 29 de Maio de 1964. Microfilme 322. Fotograma 0521 a 0550. p. 9. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸⁰⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de arrendatários no PI Selistre de Campos.** PI Selistre de Campos. 30 de Agosto de 1963. Microfilme 067. Fotograma 02554 a 02555. fl. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Um detalhe que chama a atenção neste documento é a existência de contratos vigentes de arrendamentos iniciados em 1943, isto é, 20 anos antes da elaboração do documento. Um dos arrendatários mais antigos é Francisco Siqueira Fortes, ex-encarregado daquele Posto, afastado em 1947. Teria o mesmo, portanto, firmado o contrato com o SPI durante o exercício da sua chefia, o que era proibido pela legislação indigenista do SPI.

⁸⁰⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do PI Selistre de Campos.** PI Selistre de Campos. Outubro de 1964. Microfilme 067. Fotograma 02569. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸⁰⁸ CIMI, 1978, p. 08. Lembrando que a Reserva Florestal de Nonoai foi uma área expropriada do Posto Indígena pelo estado do RS, em 1949.

Ao executar este assentamento, o governo estadual alimentou a esperança de uma massa de camponeses excluídos da terra de possuírem sua gleba na mesma reserva florestal ou na própria área indígena. Esta situação, por sua vez, acabou transformando-se em um círculo vicioso, pois muitos camponeses sem terra fixavam-se no Posto Indígena e convenciam outras famílias a fazerem o mesmo. Quando se viam ameaçados de expulsão, buscavam firmar contratos de arrendamento com o SPI. Nos lotes arrendados, para conseguir uma produtividade lucrativa, os arrendatários contratavam peões experientes para auxiliar no cultivo e nas colheitas. Estes peões, muitas vezes, também acabavam fixando moradia dentro da área, aumentando o número de intrusos.⁸⁰⁹ O SPI, neste contexto, não conseguia mais ter controle sobre os arrendamentos e muito menos sobre a existência de intrusos nas áreas indígenas.

As intrusões das áreas indígenas do RS contavam com a conivência velada do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), que, conforme noticiado no *Jornal Última Hora*, de Porto Alegre, ao não impedir a ocupação da reserva florestal e do Posto Indígena Nonoai, permitiu a existência de uma falsa sensação de segurança aos sem terra que pretendiam lotes nessa área.⁸¹⁰ Lideranças dos sem terra, baseados em argumentos como a suposta improdutividade dos índios, abandono da terra e descaso com a agricultura, produziram um documento no qual justificavam suas pretensões nas áreas invadidas. No documento, denominado “Memorial”, o presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra de Nonoai e Sarandi, Afonso Nunes Barros, informa que existiam aproximadamente “500 colônias vagas na fazenda Sarandi, 750 na Reserva Florestal de Nonoai, 750 no Toldo Nonoai e 100 na reserva da Serrinha.”⁸¹¹

⁸⁰⁹ Um exemplo dessa situação é destacado na CPI que investigou o caso dos intrusos no PI Nonoai, ao citar o caso de Antônio Alba, que trabalhou muitos anos como peão de arrendatários na terra dos índios, onde fixou moradia com sua numerosa família e posteriormente conseguiu contrato com o SPI. Mais detalhes em: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Relatório da CPI instaurada para apurar a situação em que se encontram os índios do Toldo Nonoai e os chamados “agricultores sem terra”**. Porto Alegre. 1967/1968. p. 6.

⁸¹⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Recortes Jornal Última Hora**. 21 de Agosto de 1963. p. 8. Microfilme 059. Fotograma 0143. SEDOC/ Museu do Índio-RJ.

⁸¹¹ *Ibid.* p. 8.

O desenrolar dos fatos culminou, inevitavelmente, em muitos conflitos entre indígenas e intrusos. Denúncias feitas pelo CIMI revelam que os indígenas de Nonoai vinham “sofrendo toda sorte de perseguições, espancamentos, destruição de ranchos e lavouras por parte dos intrusos.”⁸¹² Testemunha e vítima destes acontecimentos, Jorge Garcia lembra que os indígenas não possuíam força e nem apoio institucional do governo ou mesmo do SPI para combater as invasões, sendo por isso, em muitos casos, intimidados de diversas maneiras pelos invasores. “Quando nós descia, já tinha um barraco ali. A gente ia lá falar com o cara, o cara com um baíta ‘Trinta’ no cinto. Então tinha que ficar quieto.”⁸¹³

As denúncias sobre as graves ocorrências que se disseminavam pelos Postos Indígenas, obrigaram o então inoperante SPI a agir para tentar controlar os conflitos entre intrusos e indígenas. A solução encontrada para os problemas, no entanto, não incluía expulsar os intrusos, mas sim, regulamentar sua situação por meio de novos contratos de arrendamento. Esta proposta vinha ao encontro do novo regimento instaurado através do Decreto n.º 10.668 de 11 de outubro de 1963, que previa entre as finalidades do órgão, “executar os trabalhos de aproveitamento econômico das terras indígenas e dos seus produtos, bem como de estímulo ao cultivo e defesa nacional do solo e a criação de animais.”⁸¹⁴ Para esse aproveitamento, mantinha-se a política de arrendamentos, mas solicitava-se às inspetorias e encarregados, que aplicassem “as normas reguladoras das relações entre índios e civilizados, empenhando-se pela manutenção de tratamento recíproco adequado.”⁸¹⁵

Com a nova regulamentação, aos arrendatários era fixado um prazo de dois anos de usufruto da terra, no qual deveriam proceder apenas com a atividade agropecuária, da qual pagariam 20% ao SPI, sendo expressamente proibida a exploração do subsolo, a retirada comercial de madeira e a sublocação ou empréstimo a terceiros. Com a finalização do prazo do arrendamento, o arrendatário teria, caso

⁸¹² CIMI, 1978, p. 08.

⁸¹³ GARCIA, Op. cit., 2013.

⁸¹⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Decreto n.º 52.668, de 11 de Outubro de 1963.** Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52668-11-outubro-1963-392923_publicacaooriginal-1-pe.html.

⁸¹⁵ Ibid.

houvesse interesse de ambas as partes, preferência na renovação do contrato.⁸¹⁶ Outra cláusula importante exigia ao arrendatário “respeitar o índio, inclusive suas famílias, não lhes fornecendo quaisquer espécie de bebidas alcoólicas ou lhes facilitando por meio de outros a aquisição das referidas bebidas.”⁸¹⁷

Nos casos de Nonoai e Xaçecó, entretanto, os problemas relacionados aos arrendamentos cresciam a cada dia. Primeiramente, havia uma enorme dificuldade em regularizar a totalidade de famílias de intrusos, pois muitas delas já estavam fixadas, conforme exemplificado anteriormente, há mais de 20 anos nas áreas. Em outros casos, muitos intrusos recusavam-se a pagar a renda, pois já se consideravam membros das próprias comunidades indígenas, entre as quais, muitos já haviam estabelecido matrimônio e constituído família. Além disso, proliferavam-se os casos de sublocação de lotes por parte dos arrendatários nas áreas dos dois Postos Indígenas. Estas sublocações eram efetuadas principalmente por empresários e comerciantes regionais, “pessoas de alto poder econômico que, violando expressa disposição contratual subarrendam as terras a terceiros e praticam, assim, insólita exploração do patrimônio indígena.”⁸¹⁸

Em um relatório de inspeção promovido pelo SPI para levantar a situação dos Postos Indígenas intrusados, o inspetor Ney Land informa a existência de 51 famílias de arrendatários no PI Xaçecó, afirmando que apenas 15% delas pagavam a porcentagem ao SPI. Entre suas conclusões para tal ocorrência está a que se refere que as práticas de intrusamento e arrendamento já ocorriam há longa data, tendo os casamentos interétnicos decorrido naturalmente neste tempo, o que fez com que a maior parte da população do Posto fosse constituída por

⁸¹⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Contrato de arrendamento que entre si fazem o Serviço de Proteção aos Índios, como arrendador, de um lado e, de outro, como arrendatário o Sr. Albino Espósito**. PI Selistre de Campos. 10 de Dezembro de 1965. Microfilme 068. Fotograma 00060 e 00061. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸¹⁷ Ibid.

⁸¹⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório do Delegado Regional da SUPRA Eliseu Torres sobre os intrusos no PI Nonoai**. Porto Alegre. 19 de Julho de 1963. Microfilme 0598. Fotograma 00127. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

mestiços. Estes, por este motivo, consideravam-se livres da obrigatoriedade do pagamento da renda.⁸¹⁹

Se na década de 1950 havia certa heterogeneidade entre os arrendatários e demais intrusos do PI Xapecó, a partir dos anos 1960, esta dá lugar a uma acentuada predominância de camponeses de origem italiana, os chamados “colonos” ou “gringos” São estes os mais citados em depoimentos e documentos como os que maiores prejuízos trouxeram aos indígenas. O encarregado Atílio Massalotti denuncia que além de retirar madeira na área, atividade proibida aos arrendatários, muitos deles recusavam-se a pagar a renda. Para isso, muitos deles tentavam utilizar-se de brechas na legislação. “Candatti principal cabeça declarou que não paga renda porque é morador antigo e de acordo com o Estatuto da Terra está isento.”⁸²⁰

Os arrendatários e demais intrusos justificavam que as terras que ocupavam eram improdutivas nas mãos dos indígenas, por isso, exigiam o cumprimento do artigo 2º do Estatuto da Terra, o qual assegurava a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, favorecendo o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias, quando mantiverem níveis satisfatórios de produtividade.⁸²¹ Acontece, porém, que o mesmo Estatuto definia que “é assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam

⁸¹⁹ No relatório, Ney Land discorre que, no PI Xapecó: “a população é composta quase que absolutamente, de mestiços. Numa rápida visão, enquanto se fazia o recenseamento, pudemos observar que, das 972 pessoas recenseadas, 728 eram mestiços, 23 brancos e 6 negros. Somente 215 eram índios, sendo 161 kaingang e 54 guarani.” Ibid. p. 5. A classificação de “mestiços” é atribuída por Ney Land aos indivíduos que não possuíam características fenotípicas e culturais dos indígenas. BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de Inspeção no PI Selistre de Campos.** PI Selistre de Campos. 05 de Junho de 1964. Microfilme 322. Fotograma 0573 a 0607. p. 5. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸²⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Of. nº. 31/67.** PI Selistre de Campos. 11 de Junho de 1967. Microfilme 068. Fotograma 00752. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸²¹ BRASIL. CASA CIVIL. **Lei n.º 4.504, de 30 de Novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 23/08/2014.

⁸²¹ Ibid.

atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.⁸²²

Ironicamente, a maioria dos arrendatários acusados de não pagar os arrendamentos, eram aqueles que possuíam as maiores áreas arrendadas dentro do Posto Indígena, como é o caso do citado Candatti (Caldatto), mas também de outros, a exemplo de Tonello, Bortolluzzi, Batistelli, Magistralli, que arrendavam áreas em torno de 20 a 60 hectares.⁸²³ Uma reportagem do Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, publicada em outubro de 1968, portanto, já sob vigência da legislação indigenista da FUNAI, denuncia que esta prática ainda ocorria no PI Xapecó. Na reportagem, denunciava-se que “os colonos rebeldes são em 46, liderados por dois homens chamados Bortoluzzi e Caldatto. Trata-se de colonos que ocupam as terras dos índios e se negam aos necessários contratos de arrendamento.”⁸²⁴ Percebe-se, por conseguinte, que mesmo após o fim do SPI, as terras indígenas continuavam com as mesmas pessoas causando os mesmos transtornos.

Clovis Brighenti entrevistou alguns dos antigos arrendatários de terras do PI Xapecó. Nos depoimentos obtidos, fica claro que justamente aqueles que se negavam a pagar os arrendamentos eram os que possuíam áreas maiores arrendadas e maior poder econômico. Muitos deles possuíam, inclusive, lavouras mecanizadas e vários funcionários. Desta forma, o ex-arrendatário Luis Bosseti afirma que “tinha uns que tinham mais. Que nem os Bortoluzzi, tinham bastante terra. O Caldatto também tinha bastante terra. Já fazia anos que estavam lá, tinham até trator pra trabalhar. Os Tonello também tinham trator. O sítio deles era grande, aí eles tinham trator.”⁸²⁵ Quando questionados sobre os atrativos que os levavam a buscar lotes na área dos índios, os antigos arrendatários são praticamente unânimes em afirmar que a qualidade do solo na área indígena era o principal elemento de atração:

Terra fértil! Uma terra! Meu Deus do céu! Eu sempre fui produtor de porco, de suíno e me faltava milho. E quando esses colonos, que eles plantavam, a quantia de milho, de produto que

⁸²² HECK, 2009. Apud: BRIGHENTI, 2012, p. 135.

⁸²³ Jornal Correio da Manhã. **Índios escorraçados no Sul**. Quarta-feira, 23 de outubro de 1968. s/p. Arquivo BPESC.

⁸²⁵ BOSSETI, Luis. 2008. Apud: BRIGHENTI, 2012, p. 136.

essa gente colhia num pedacinho de terra era coisa fantástica! Ainda hoje é uma relíquia! É uma área de terra que inveja todos os municípios da região.
826

Os depoimentos reforçam ainda um outro motivo justificado pelos intrusos para a ocupação das áreas indígenas: o preconceito bastante presente entre a sociedade regional com relação aos indígenas. Para a sociedade regional, sobretudo para os “gringos”, era um desperdício aquela terra ficar nas mãos dos índios, cujos estereótipos historicamente construídos, transformavam-nos em preguiçosos, cachaceiros, traiçoeiros, ladrões e obstáculos ao progresso. Sílvio Coelho dos Santos reitera que, apesar disso, a mão de obra indígena foi extremamente importante para a manutenção da produtividade das lavouras de muitos dos arrendatários, pois os índios eram estimulados a não se preocuparem com as próprias roças, o que facilitava o seu engajamento por valores irrisórios, tornando-os dependentes dos empregos oferecidos. O autor cita um depoimento do Kaingang Luís Mendes, em que o mesmo explica como ocorria esta situação:

O gringo aos poucos foi levando o índio a gostar da comida dele, e isto fez com que o índio acabasse acostumando ao trabalho que o gringo oferecia (...) O gringo ia dando coisas para o índio, este ia esquecendo de fazer roça e depois acabava passando o tempo de fazer roça e o índio não tinha a sua. Daí só restava trabalhar para o gringo.
827

Assim como ocorria no PI Xapecó, a situação do PI Nonoai também tornava-se cada vez mais insustentável em meados da década de 1960. Não bastasse a constante invasão por intrusos e a consequente exploração dos indígenas, pesavam sobre funcionários do SPI, denúncias sobre arrendamento de terras a empresários e latifundiários locais, além de apropriação das rendas pagas pelos mesmos. Em nota da

⁸²⁶ BIANCHI, Armando. 2008. Apud: BRIGHENTI, 2012, p. 142.

⁸²⁷ MENDES, Luís. Depoimento colhido por Sílvio Coelho dos Santos em 04 de Junho de 1968. In: SANTOS, 1970, p. 92.

SUPRA, publicada no Jornal Última Hora de Porto Alegre, há denúncia da apropriação através da seguinte mensagem:

O Coronel Gonçalves de Carvalho tem nas mãos recibo que prova que o Sr. Acyr de Barros, chefe do Posto Indígena de Nonoai, arrenda terras daquele serviço para latifundiários da região. O lucro do arrendamento reverte totalmente em benefício do Sr. Acyr Barros.⁸²⁸

Segundo a denúncia, a apropriação indébita da renda obtida com os arrendamentos era inclusive estimulada pelos latifundiários, que se beneficiavam diretamente com esta situação. Como já foi destacado neste mesmo capítulo, a ação de Hermínio Tissiani e Sestílio Sartoretto como grandes arrendatários de terras no PI Nonoai, causou severos danos ao patrimônio florestal desta área. Ambos firmaram contratos de extração de pinheiros “desvitalizados” da área indígena com o SPI desde a década de 1940; contratos estes que, no decorrer das décadas de 1950 e 1960 expandiram-se para arrendamentos destinados à produção agrícola e pecuária.

Entretanto, não eram apenas esses empresários que se beneficiavam da exploração do patrimônio e da mão de obra indígena. Outros empresários e comerciantes regionais foram beneficiados com a extração de madeira e com os arrendamentos no PI Nonoai, entre os quais, o grande madeireiro Julio Renier Gasparotto, que, segundo depoimento na CPI da Assembleia Legislativa do RS, venceu concorrência para instalação de serraria na área para extrair 3000 pinheiros.⁸²⁹ Simonian destaca que muitos outros comerciantes de municípios vizinhos daquele PI, também se beneficiaram direta e indiretamente com a exploração das terras e do trabalho indígena, citando os casos dos empresários Olim Bringhenti e dos irmãos Basso, que acumularam capital fornecendo provimentos aos intrusos.⁸³⁰

Com relação à extração madeireira, desde o princípio de sua ação indigenista, o SPI aproveitou-se direta e indiretamente deste recurso.

⁸²⁸ Jornal Última Hora. Porto Alegre. 28 de Agosto de 1963. p. 6. In: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Of. s/n.** s/d. Microfilme 059. Fotograma 0135. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸²⁹ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Op. cit.*, p. 10.

⁸³⁰ SIMONIAN, 1981, pp. 195-196)

Primeiramente, tentou instalar e administrar serraria própria, na qual fracassou. Depois disso, passou a firmar contratos de extração com empresários regionais (Tissiani, Gasparotto, Sartoretto entre outros), que causaram verdadeira devastação dos pinheiros e demais madeiras de lei da área indígena. Este estrago no patrimônio florestal dos índios, não obstante, também foi efetuado pelos intrusos e arrendatários de menor poder econômico, conforme registro do encarregado Heróides Teixeira em 1965: “...quando assumi a Direção do Poind. Nonoai, recebi várias denúncias dos aqui aldeados, contra os “Sem Terras” que, no dizer dos denunciantes estavam derrubando madeiras de pinho, madeiras de Lei, etc.”⁸³¹

Processo semelhante ocorreu no PI Xapecó, onde durante a chefia de Nereu Costa, o mesmo insistia nas vantagens de se instalar serraria para aproveitar a renda advinda com a venda da madeira, cuja finalidade seria melhorar a assistência aos indígenas, principalmente no que se refere às suas moradias. Como as tentativas de manter uma serraria pelo próprio SPI também fracassaram neste PI, diversas concorrências públicas para extração de madeira da área foram lançadas. Em seu relatório de inspeção, Ney Land revela, em tom denunciatório, algumas das firmas que desejavam explorar o patrimônio florestal do Posto Indígena Xapecó: “Soubemos que três grupos disputam a tentativa de invasão das terras: um grupo dono de serraria em Xanxerê, o prefeito de Chapecó e um outro grupo de madeireiros do estado.”⁸³²

O relator não cita os nomes dos empresários ou empresas envolvidas, todavia, as referências mais comuns aos interessados na área indígena, naquele momento, dizem respeito às firmas de Dorival Giordani, Pedro Pegoraro, João Wustre, Josué Anonni e Alberto Berthier de Almeida, todos empresários consolidados no setor madeireiro. Pode-se inferir que todos eles, em diferentes momentos, se beneficiaram com a exploração madeireira no PI Xapecó.

Em ambas as áreas indígenas, além da exploração e da discriminação por parte dos empresários, comerciantes e latifundiários com grande poder econômico, é possível afirmar que ocorreu um fenômeno bastante comum aos processos de intrusão de terras indígenas

⁸³¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal n. 1 do Poind. Nonoai.** PI Nonoai. 29 de Janeiro de 1965. Microfilme 059. Fotograma 0201 a 0205. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

⁸³² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de Inspeção no PI Selistre de Campos. 05/06/1964.** Op. cit.

por setores excluídos do campo. Trata-se do processo de sobreexploração ou sobredeterminação étnica, conceito teórico elaborado por Roberto Cardoso de Oliveira para definir as discriminações étnicas que engendram uma sobreexploração do branco sobre o índio, independentemente de sua situação social.⁸³³

No caso de Nonoai, Simonian lembra que esse fenômeno ocorria a partir dos extratos explorados do campo, os quais, ao invadirem a área dos indígenas, assumiam uma postura de elite e se manifestavam contra os direitos dos indígenas, reproduzindo clichês ideológicos que categorizavam os últimos enquanto preguiçosos, indolentes, imorais e imprestáveis.⁸³⁴ Segundo a autora, “nesta ordem de raciocínio, propunham a expropriação total dos indígenas; estes, segundo o seu entender, tinham de viver de peão e não de dono da terra.”⁸³⁵

Esta mesma situação pode ser identificada no PI Xapecó, onde a exploração das terras e do trabalho indígena apenas diferia entre os grandes e pequenos arrendatários pela quantidade de mão de obra despendida e pelo tamanho das áreas exploradas. Os relatos de engajamentos da força de trabalho dos indígenas para os “gringos” (principalmente aos que pertenciam à categoria de pequenos e médios arrendatários) reforçam o caráter de sobredeterminação étnica a que estavam submetidos os indígenas. A assistência do SPI, neste contexto, não era capaz de controlar os abusos, assim como não conseguia fornecer meios de satisfazer as necessidades básicas da população indígena do Posto e impedir os engajamentos, condicionando-a diretamente às situações apresentadas.

Para tentar resolver a situação que se instalara no PI Nonoai, a partir de 1965, o SPI e o governo do estado do Rio Grande do Sul passaram a planejar formas para resolver a questão dos intrusos e da exploração dos indígenas na área. Decidiu-se então pela retirada dos intrusos. Com o auxílio da Brigada Militar, procedeu-se com a remoção paulatina de diversas famílias de intrusos para outras localidades no estado e também fora dele. É preciso lembrar, porém, que foram removidos da área indígena apenas aqueles intrusos que se negavam ou que não podiam pagar a renda ao SPI. Isto porque, a política de arrendamentos manteve-se pelo menos até 1973, quando da

⁸³³ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira. 1976. p. 69.

⁸³⁴ SIMONIAN, 1981 p. 197.

⁸³⁵ Ibid.

promulgação do Estatuto do Índio, o qual suprimia a possibilidade de arrendamento de terra indígena e proibia qualquer atividade agrícola ou extrativa por pessoas estranhas à comunidade indígena.⁸³⁶

No Posto Indígena Xapecó, no contexto dos anos finais do SPI, ainda se mantinham os arrendamentos como fonte de renda principal do Posto. A assistência aos indígenas, no entanto, era mínima, pois a preocupação maior do órgão indigenista naquele momento era exercer pressão aos arrendatários que não pagavam a renda e fazer reuniões com estes e mais a população indígena para resolver os conflitos.⁸³⁷ Repetia-se sempre o inalterável discurso de que somente com o auxílio das rendas obter-se-ia recursos para a assistência à velhice, à saúde e à educação dos indígenas, bem como para o incremento da produção agrícola, para a construção de casas para os índios, entre outras promessas que nunca foram cumpridas em sua plenitude.

Extrapolando um pouco o limite temporal estabelecido nesta tese, considero importante revelar a sequência dos fatos que envolveram os arrendamentos nos PIs Nonoai e Xapecó. A situação das duas áreas indígenas pouco se modificou durante a década de 1970, já sob a tutela da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Elas continuavam ocupadas por intrusos, empresas agropecuárias e madeireiras, sem que o órgão indigenista federal impedisse suas ações dentro das áreas. Mesmo com o Estatuto do Índio proibindo o arrendamento de terras nas áreas indígenas, esta atividade continuou prática comum em quase todas as áreas indígenas Kaingang do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Entre os anos de 1976 e 1977, os indígenas tiveram um período de intensa preparação para lutar contra a invasão de suas terras e contra a inoperância da FUNAI.

Várias comissões de índios dos três estados do Sul foram formadas para solicitar diretamente aos presidentes da FUNAI e da

⁸³⁶ Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas. § 1º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 6001 de 19 de Dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm.

⁸³⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 40/67. Reunião de autoridades na área.** PI Selistre de Campos. 16 de Outubro de 1967. Microfilme 068. Fotograma s/n.. p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

República, uma solução para as intrusões. Constituiu-se um alto grau de conscientização dos índios a respeito de seus direitos sobre a terra. Além disso, foram muitas as adesões à causa indígena por parte de entidades religiosas, como a Pastoral da Terra e o CIMI e por parte de setores acadêmicos, constituídos por antropólogos, sociólogos e indigenistas, que passaram a atuar no sentido de defender os direitos indígenas.⁸³⁸

Enquanto se desenrolava nos bastidores políticos e jurídicos a questão dos intrusamentos nas áreas indígenas, no interior das mesmas os conflitos entre índios e camponeses se intensificavam. De um lado os indígenas, insistindo na retomada das suas terras e de outro, os camponeses resistindo à perda das mesmas.⁸³⁹ A FUNAI, assim como ocorreu com o SPI, demonstrou-se impotente para resolver os conflitos e, até por isso, pouco fez para impedir o desenrolar dos fatos que ocorreriam a partir de maio de 1978 nos Postos Indígenas Nonoai, Xaçecó e Rio das Cobras, onde, após inúmeras reuniões e assembleias, os Kaingang põem em prática os planos de expulsão dos camponeses intrusos, o qual executam com grande sucesso.⁸⁴⁰

O desenrolar dos fatos em Nonoai e Xaçecó permite assinalar que, ao longo da trajetória de disputas e conflitos pela posse da terra entre camponeses e indígenas, o estado, principalmente por parte de seus setores responsáveis pela formulação de políticas agrárias (Ministérios e Secretarias de Agricultura, INCRA) e indigenistas (SPI e FUNAI), mostrou-se, quando não incompetente, omissos e inoperante para impedir as intrusões e conflitos nas áreas indígenas. Neste sentido, coube aos indígenas enfrentar, ora com armas ora com prerrogativas constitucionais, a ameaça representada pelas intrusões. Conseguiram, através de resistência, persistência e organização comprovar a ilegalidade das mesmas, além de gerar o embrião de um movimento indígena mais amplo, capaz de promover uma grande luta social no sentido de garantir os seus direitos sobre a terra.

⁸³⁸ CARINI e TEDESCO, 2012, p. 46.

⁸³⁹ Ibid. p. 47.

⁸⁴⁰ Durante o primeiro semestre de 1978, houve a eclosão de três movimentos principais de expulsão de intrusos das áreas indígenas Kaingang: Rio das Cobras (PR), Nonoai (RS) e Xaçecó (SC) onde grupos de indígenas armados são organizados para atuar no despejo dos intrusos. Esta ação organizada levou a FUNAI a apressar a retirada dos intrusos e arrendatários. Em 1979 praticamente não existiam mais arrendatários nessas terras indígenas. Sobre este tema, há referências importantes em: SIMONIAN, 1981; FERNANDES, 2003; BRIGHENTI, 2012, CARINI E TEDESCO, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pretende refletir sobre as políticas indigenistas do SPI, mormente em seus aspectos desenvolvimentistas, seja em um contexto nacional ou regional, é importante ter clareza de que o instrumental utilizado para alavancar a economia e a autosuficiência dos Postos Indígenas foram fundamentados em modalidades de trabalho e produtividade completamente alheios ao atendimento das reais necessidades e dos interesses da maioria das sociedades indígenas abrangidas.

No caso dos Kaingang dos Postos Indígenas Nonoai e Xapecó, tais iniciativas foram orientadas para as necessidades da integração destes indígenas aos preceitos socioeconômicos da sociedade regional. Este aspecto possui contornos irônicos, pois essa mesma sociedade regional à qual deveriam ser integrados os indígenas, deu provas contundentes em diversos momentos, de que não os queria como integrantes. Tal fato não se configura em novidade, visto que as políticas indigenistas promovidas pelo estado brasileiro, ao longo de sua história, demonstram que as mesmas sempre foram influenciadas pelos contextos sociopolíticos, econômicos ou culturais aos quais estiveram vinculadas.

No período colonial e em boa parte do período imperial, a orientação religiosa esteve sempre na essência dos debates sobre a “questão dos índios”. Nestes períodos, as populações indígenas foram distinguidas pelo dualismo *bravos/mansos* ou *tupi/tapuias*, conforme o ideal civilizatório da época. Dessa forma, a legislação indigenista e as missões religiosas cumpriram o papel de rearticular as estruturas sociais para incorporar as populações indígenas na ordem colonial. Assim sendo, os ideais da conquista e da submissão dos nativos estiveram fortemente atrelados ao tripé religião, educação e trabalho.

No contexto da segunda metade do século XIX, a política indigenista brasileira refletia as orientações do Regulamento das Missões de 1845 e da Lei de Terras de 1850. Os aldeamentos provinciais, neste cenário, surgiram como espaços de concentração das populações indígenas consideradas obstáculos aos projetos de colonização. Com os aldeamentos, pretendia-se transformar os indígenas em cidadãos obedientes e produtivos através de um processo gradual de integração e assimilação à sociedade nacional. As propostas assimilacionistas eram construídas de forma a ressaltar as vantagens que a nova condição de cidadão conferiria aos nativos. Valores individualizantes promovidos por estas propostas, sobretudo nos

aspectos relacionados às relações de trabalho e propriedade individual, comprometeram seriamente valores caros aos indígenas, como a vida comunitária e a reciprocidade. Tais concepções nativas eram vistas pelo Estado Nacional como contraproducentes, tornando-se por isso, graves entraves ao progresso.

Avaliando a formulação de políticas indigenistas pelo prisma de sua ideologia integracionista e assimilacionista, pôde-se observar que a situação das populações indígenas do Brasil pouco modificou-se no cenário republicano. A forte influência positivista na política nacional, durante os anos iniciais da república, apesar de estabelecer em suas propostas a liberdade de organização social, a garantia da soberania territorial e condenar as violências recorrentes contra os nativos, caracterizou-se, por outro lado, por uma tutela orfanológica de caráter marcadamente evolucionista, prescrevendo a necessidade de amparar e proteger as populações “fetichistas” até que estas atingissem o estágio mental da sociedade “civilizada”, isto é, da população branca de matriz europeia.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul foi alçado a um status de estado pioneiro na execução de propostas voltadas para a garantia dos direitos indígenas sobre suas terras e sua organização sociocultural, especialmente, por ter criado um aparelho estatal para este fim em 1909, o referido *Serviço de Proteção Fraternal aos Indígenas*. Este órgão tinha como a função coibir violências contra as comunidades indígenas, impedir a invasão das suas terras e articular uma política oficial de proteção e assistência às mesmas. Em uma análise mais acurada, porém, o que se observou é que, mesmo contando com este organismo governamental, o Rio Grande do Sul jamais conseguiu garantir na prática uma defesa efetiva dos direitos territoriais e sociais indígenas. Provas disso foram apresentadas quando se destacou a continuidade da invasão dos Toldos por posseiros, os retalhamentos ou a extinção completa dos mesmos pelo próprio estado em favor de companhias colonizadoras e o descenso populacional nas áreas ocupadas pelos Kaingang até a década de 1930.

Se por um lado o Rio Grande do Sul não pode ser apresentado como exemplo de sucesso na garantia dos direitos indígenas sobre os territórios ocupados, o estado de Santa Catarina, por seu turno, parece ter ignorado a existência das populações indígenas, sobretudo daquelas que habitavam a sua região oeste. Visando garantir a hegemonia sobre o território recém incorporado após o conflito do Contestado, o governo procurou constituir cidades e promover a ocupação da região por

elementos “civilizados”. As companhias colonizadoras, neste contexto, adquiriram todo o privilégio sobre as terras. Tornava-se, portanto, mais conveniente invisibilizar a população indígena do oeste, como o fez o governo de SC durante muito tempo, quando justificava a falta de políticas dirigidas à manutenção de espaços próprios para sua manutenção, com a argumentação de que os indígenas já se encontravam inexoravelmente integrados à população regional ou, em seus próprios termos, “acabocados”.

Observou-se, no entanto, que apesar de existirem propostas distintas em relação às populações indígenas nos dois estados, elas foram similares em seus resultados. Este é um aspecto chave na comparação entre as duas realidades, pois se no Rio grande do Sul existia uma permanente cobrança por parte do diretor do DTC, Carlos Torres Gonçalves, para que fossem respeitados os direitos dos índios, em Santa Catarina os índios do oeste não mereceram a mesma preocupação. Entretanto, nem mesmo a política de defesa de Torres Gonçalves garantiu melhores condições de vida para os índios e a sustentabilidade para os Toldos. Em Santa Catarina, se o governo não fazia absolutamente nada para garantir a terras dos índios, estes, sobretudo na região em que seria criado o PI Xapecó, defendiam-se por meio de estratégias diversas, ora através do uso da força para repelir invasores, ora por meio de auxílio legal, baseando-se no Decreto nº 07 e procurando auxílio jurídico, como ocorreu por meio da comitiva que recorreu ao Juiz Antonio Selistre de Campos.

Neste sentido, entendo que, se as ações dos dois estados sulinos apresentaram distinções retóricas em suas diretivas assistencialistas por um lado, por outro, elas foram bastante similares em seus resultados práticos, nomeadamente quando se tratou de possibilitar (ou impossibilitar) a ocupação exclusiva das terras pelos indígenas. No Rio Grande do Sul, o Serviço de Proteção Fraternal nunca conseguiu impedir que os Toldos fossem constantemente invadidos por posseiros (sejam eles colonos de origem ou nacionais) e por companhias colonizadoras, as quais, na maioria das vezes, eram financiadas pelo próprio estado. Em Santa Catarina, ainda que a intrusão das áreas indígenas ocorresse também por parte da sociedade nacional envolvente antes de 1941, eram as companhias colonizadoras particulares que representavam o grande perigo para as terras dos Kaingang, adquirindo e desapropriando as áreas antes reservadas aos mesmos. Em suma, o que tentei explicitar sobre as políticas indigenistas anteriores à presença do SPI nos dois estados, é que nenhum dos governos conseguiu

assegurar as demarcações efetuadas, permitindo que pessoas ou empresas com interesses contrários aos das comunidades indígenas invadissem e, muitas vezes, expulsassem as mesmas das áreas que ocupavam. Assim sendo, foi possível inferir que os dois governos colaboraram direta e indiretamente para a existência de violências, usurpação territorial e outros tipos de exploração contra os povos indígenas, sobretudo, contra os Kaingang.

A partir de 1941, quando o SPI assume o controle de todas as áreas indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, passa a intermediar diretamente estas relações. O órgão indigenista federal sustentava em seu discurso oficial a retórica da garantia e manutenção dos territórios ocupados pelas populações indígenas, aliada à preservação dos saberes e práticas tradicionais das mesmas. O que se percebeu, contudo, foi que as determinações da sua política indigenista estiveram profundamente alicerçadas em objetivos produtivistas e desenvolvimentistas, os quais suplantaram quaisquer ideais altruístas de respeito às categorias nativas. Por isso mesmo, pensou-se que promovendo ações de caráter produtivista e desenvolvimentista, seria possível melhorar o estado problemático no qual se encontravam os indígenas destes estados. Para isso, buscou-se instigar os indígenas a participarem de atividades educativas e de modalidades produtivas compreendidas como racionais e modernas, cuja finalidade primordial, seria promover a suficiência econômica dos Postos Indígenas.

As implicações práticas destas políticas abrangeram diretamente os Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó, onde os encarregados dos mesmos, ao organizarem nas escolas um currículo de fundamentação agrícola e desenvolverem iniciativas de caráter produtivista, sustentaram artifícios e comportamentos individualizantes, completamente contrários a uma cultura da alteridade. Foi necessário, neste ínterim, traduzir o que as ações implementadas pelos encarregados e demais agentes indigenistas representaram para os indígenas destes dois Postos. Nesse âmbito, as memórias dos velhos Kaingang das TIs Nonoai e Xaçecó, suscitadas através de entrevistas de História Oral, possibilitaram uma compreensão mais ampla sobre a forma como esse mecanismo disciplinar foi exercido e de que maneira foi dimensionado pelos indígenas.

Através dos relatos orais, foi possível identificar que, tanto no PI Nonoai, quanto no PI Xaçecó, as modalidades produtivas introduzidas pelo SPI representaram uma ruptura com as práticas agrícolas tradicionais destes indígenas, notadamente por sistematizarem um

regime de trabalho e implantarem modalidades produtivas com características industriais, através das “lavouras do Posto” ou “lavouras comunitárias”. Se antes do SPI o produto de seus roçados podia ser negociado com certa autonomia com os regionais, após a instalação dos Postos, as modalidades produtivas tradicionais e as relações mercantis com os camponeses e comerciantes vizinhos foram combatidas em prol da exploração da mão de obra indígena nas “lavouras comunitárias”, onde se buscou imprimir uma vigilância e um controle do tempo produtivo dos indígenas.

Aos resistentes, o SPI imprimiu táticas de convencimento específicas, que iam desde ameaças de transferência para outras áreas indígenas aos que se rebelavam contra as atividades propostas, até a distribuição de prêmios àqueles que se destacassem na produção agropecuária ou que prestassem algum ofício relevante para sua comunidade. Nestes momentos, esteve sempre em voga os princípios da disciplina hierarquizadora, que caracterizou as ações do SPI durante todo o período pesquisado, quando buscou orientar os indígenas em ações consideradas apropriadas, medir suas potencialidades, testar seus desempenhos e avaliar seus comportamentos.

Os relatos orais dos velhos Kaingang tornaram-se fundamentais para a reflexão sobre este aspecto da atuação do SPI, pois permitiram perceber que, apesar da promoção de uma vigilância constante e do controle do tempo e das ações dos indígenas por parte dos encarregados e demais funcionários dos Postos, muitas vezes, os Kaingang encontravam formas de escapar desta normatização e exerciam atividades de forte caráter identitário, como ocorria nas ocasiões dos *puxirões*, cuja realização se revelou um elemento fundamental da sociabilidade Kaingang naquele momento. Em outras ocasiões, lograram tirar suas próprias vantagens da produtividade do Posto em momentos em que percebiam esta possibilidade, ora com práticas ilícitas, como apropriação de parcela da produção, ora com a fixação de laços mais íntimos com as chefias, como nos casos do compadrio com alguns encarregados.

Através destas estratégias, verifica-se que os indígenas estabelecidos nos PIs Nonoai e Xapecó jamais ficaram impassíveis diante da tutela do SPI. Enquanto alguns identificaram os momentos certos de negociar, tecer alianças, participar das iniciativas de desenvolvimento do Posto, como aqueles que tomaram parte no “Conselho dos Índios” ou ainda os plantadores que participaram das exposições agropecuárias regionais; outros enfrentaram com artifícios

diversos as ações consideradas opressivas e desarticuladoras, como a obrigatoriedade do trabalho nas “lavouras comunitárias” ou a manutenção das crianças nas escolas.

A memória Kaingang também permitiu observar uma interessante contradição existente nas duas áreas indígenas pesquisadas. Para a maioria dos entrevistados, é latente o sentimento de que o SPI representou um aparelho opressor, expropriador da liberdade, causador de inúmeros prejuízos materiais e simbólicos aos indígenas. Entretanto, este mesmo sentimento não é atribuído a certos agentes responsáveis pela execução das políticas indigenistas nos dois Postos Indígenas, alguns dos quais angariaram inclusive o respeito, a admiração e em muitos casos, a amizade dos índios. Esta característica foi ressaltada, sobretudo quando se avaliou a representatividade do papel desempenhado pelos dois principais encarregados dos PIs Nonoai e Xapecó durante o período pesquisado. Embora fossem os aplicadores *in loco* das perspectivas produtivistas e dos mecanismos disciplinares do SPI, Francisco Vieira dos Santos e Nereu Moreira da Costa, ficaram marcados pela maioria dos velhos Kaingang entrevistados, por suas condutas e personalidades de cunho paternalista e patronal. Severos, porém justos, são definições usuais apresentadas nas falas dos velhos, especialmente por demonstrarem preocupação com o bem estar dos índios e atuarem no combate à fome e às privações que marcaram a história de muitos dos entrevistados.

De modo geral, foi possível perceber que as características paternalistas e patronais dos encarregados citados, suplantaram as atribuições negativas vinculadas aos mesmos, lembrando que a estes foram imputadas a responsabilidade pela execução de trabalhos compulsórios nos Postos, a obrigatoriedade de as crianças frequentarem as escolas, o aumento das intrusões, a presença de arrendatários nas áreas indígenas e o desmatamento das suas florestas.

Pode-se vincular este eixo de significações positivas relacionadas aos encarregados, na perspectiva dos Kaingang, aos resultados positivos alcançados em quesitos como: melhorias nas condições sanitárias e de saúde dos indígenas, garantia de alimentação, diversificação dos trabalhos, e, talvez a principal, a diferença de tratamento em relação aos funcionários anteriores e posteriores, geralmente destacados por seu caráter violento ou negligente durante o desempenho de suas funções. Cabe salientar, entretanto, que esta é uma característica acentuada pelos indígenas entrevistados para esta tese, o que não significa que represente uma perspectiva compartilhada com a totalidade dos sujeitos que

conviveram com ou vivenciaram a ação indigenista de Francisco Vieira e Nereu Costa.

No tocante à diferença da atuação indigenista destes dois agentes para os demais encarregados que exerceram funções administrativas nos Postos Indígenas Nonoai e Xapecó durante a atuação do SPI, é possível afirmar que os projetos e programas desenvolvimentistas apresentados nesta tese, só tiveram o alcance e a representatividade destacados, porque foram apropriados pelos dois encarregados enquanto projetos pessoais, através dos quais, ambos tentaram construir-se como funcionários exemplares, tutores modernos e atentos aos avanços técnicos relacionados à atividade agropecuária da época.

É perceptível, por isso mesmo, que em muitos casos, as iniciativas dos dois encarregados corresponderam muito mais aos seus próprios objetivos produtivistas do que, necessariamente, à atenção aos interesses ou necessidades dos indígenas. Esta postura justifica a insistência contínua destes encarregados aos inspetores e direção do SPI, para que os avanços concernentes às práticas agropecuárias racionais e modernas, fossem implantados nos dois Postos Indígenas como forma de combater o atraso atribuído aos procedimentos e costumes tradicionais dos indígenas. Nada representaria maior autopropaganda do que participar do contexto desenvolvimentista da época, instrumentalizando os indígenas por meio da educação de fundamentação rural, do cultivo de cereais “nobres” como o trigo, da mecanização das lavouras para a qualificação da produção, da criação de animais de raça, da padronização de comportamentos sanitários e da sua integração às economias regionais.

Considero que a autopropaganda fazia parte da ação efetiva dos dois encarregados na execução das iniciativas desenvolvimentistas, pois, os mesmos também eram monitorados pelas instâncias superiores do SPI. De modo geral, os agentes indigenistas trabalhavam com uma constante incerteza em termos de destinação de recursos, de apoio institucional para executar determinadas ações, de recebimento de salários, entre outros problemas que acarretavam grande insegurança, de modo que, encampar com sucesso projetos ou programas de grande alcance produtivo entre as populações indígenas, como a *Campanha do Trigo*, o *Programa Pecuário* e o *Programa Educacional Indígena*, representava a garantia da manutenção do seu emprego e das demais pessoas empregadas sob sua influência.

É necessário ressaltar também que, quando os encarregados alcançavam ou superavam seus objetivos econômicos e educacionais

nos Postos Indígenas, os mesmos eram elogiados, juntamente com os demais funcionários, sendo saudados como legítimos representantes dos ideais rondonianos e destacados colaboradores da integração dos índios nas benesses da sociedade nacional, moderna e produtiva. Por outro lado, se não conseguiam alcançar sucesso na execução das atividades propostas, seja por quais motivos fossem, os mesmos eram repreendidos e orientados a melhorar seus desempenhos. Caso não demonstrassem as aptidões necessárias para os cargos, eram prontamente substituídos de suas funções por outros funcionários mais aptos a enfrentarem as vicissitudes da causa indígena, o que, em muitos casos, poderia representar uma transferência para Postos Indígenas estabelecidos em regiões distantes e de difícil acesso e comunicação.

Esta particularidade do SPI representa mais uma faceta da sua vigilância hierárquica, pois, ainda que o encarregado fosse o detentor do poder no interior dos Postos Indígenas, ele também era uma peça dentro de um dispositivo maior e não escapava de uma vigilância constante, tornando-se um fiscal constantemente fiscalizado. A função do encarregado, sob este prisma, encontrava-se agregada a papéis de controle, mas também de obediência, onde ele também era vigiado, controlado, punido, realocado. Francisco Vieira e Nereu Costa conheceram os dois lados desta moeda.

De um modo geral, evidenciou-se na documentação oficial analisada, que a aplicação das políticas indigenistas de caráter educacional e produtivista, como as representadas pelo *Programa Educacional Indígena*, pela *Campanha do Trigo*, pelo *Programa Pecuário* e pela prática dos arrendamentos, para citar apenas as iniciativas destacadas nesta tese, possibilitaram um incremento de produção e renda nos dois Postos Indígenas durante um certo período de tempo, quando os mesmos foram equipados com modernos maquinários e insumos agrícolas, grandes pastagens e currais, com os quais se possibilitou a ampliação e a qualificação da produção.

Penso, por fim, que as políticas indigenistas promovidas pelo SPI, nos Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó, também devem ser consideradas para além de sua herança negativa. Isto porque, foi por intermédio das gerações mais velhas, pelo conjunto de situações e experiências históricas vivenciadas durante a ação tutelar do SPI e de parte dos anos iniciais da FUNAI⁸⁴¹, que os Kaingang passaram a questionar e a

⁸⁴¹ No que concerne às políticas de desenvolvimento do SPI, incluindo seus programas e projetos agropecuários, todas foram extintas com o fim do órgão

rebelar-se contra os aspectos restritivos da tutela. A experiência histórica adquirida possibilitou uma articulação social para tentar suplantar as mazelas representadas por um modelo indigenista impositivo e desarticulador.

Tais posturas e comportamentos socioculturais resultaram na grande tomada de consciência coletiva do movimento indígena das décadas de 1970 e 1980. Movimento este que, no contexto dos Postos Indígenas Nonoai e Xaçecó, originou uma reordenação político/identitária que possui reflexos ainda nos dias atuais. Esta herança é observada principalmente quando se avalia a manutenção da luta por demandas antigas, como a revisão da demarcação dos territórios, a busca por uma educação escolar diferenciada, a manutenção da língua indígena, entre outras reivindicações que, cada vez mais, são vistas como primordiais pelas novas gerações. Estas, por sua vez, ainda que sob o manto de uma política indigenista oficial, angariaram a importante experiência das gerações passadas para debater sobre as alternativas assistenciais e de desenvolvimento propostas pelo indigenismo oficial.

indigenista em 1967. O advento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a partir de 1968, possibilitou o surgimento de novos projetos de desenvolvimento, nomeadamente através da criação do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), que formulou novos programas desenvolvimentistas nas áreas indígenas, acarretando resultados tão ou mais problemáticos para as relações sociais e simbólicas dos indígenas que os anteriores projetos propostos pelo SPI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Metamorfoses Indígenas**: Identidade e Cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

ANDRADES, Thiago Oliveira de.; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e apropriação capitalista. **Revista CES**. V. 21. Juiz de Fora, 2007.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Et. all. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis**: luta e resistência em Palmeira das Missões. (Dissertação) Mestrado em História. PPGH/UPF, Passo Fundo, 2003.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 1995.

AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingang, 1848-1851. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte: Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, jan./abr. 1983.

BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo: Nacional, 1979.

BARBOSA, Luis Bueno H. **A pacificação dos Cangangues paulistas**. Hábitos, costumes e instituições desses índios. Rio de Janeiro, 1931.

BARREIRO, Iraide M. F. **Educação rural capitalista: a contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp. Campinas, 1989.

BARROSO, Gustavo. **Guerra do Rosas: 1851-1852.** Fortaleza: SECULT, 2000.

BATTISTELLA, Vitor. **Painéis do Passado.** Frederico Westphalen: gráfica Marin LTDA, 1969.

BECKER, Itala. **Estudos sobre o abastecimento indígena.** Publicações Avulsas. São Leopoldo, IAP, 1975.

_____. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul.** Pesquisas. Unisinos, IAP. 1976.

_____. **El Índio y La Colonización: Charruas y Minuanes.** São Leopoldo: IAP. 1982.

_____. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: KERN, Arno A. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul.** 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1997.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Tradição e memória nas práticas escolares Kaingang e Guarani. **Currículo sem fronteiras.** V. 10., n. 1. 2010.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887).** Org. TEIXEIRA, Júlia Schütz. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná. Três anos de vida em suas florestas e campos - 1872/1875.** Trad. Temístocles Linhares. Rio de Janeiro/Curitiba: José Olympio/Universidade Federal do Paraná. 1974.

BOITEUX, José Arthur. **Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira.** Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entress & Irmão, 1931.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade Indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BORELLI, Silvia Helena Simões. **Os Kaingang no estado de São Paulo: transfiguração e perplexidade cultural de uma etnia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) São Paulo: PUC, 1983.

_____. Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes históricas e violência deliberada. In: MONTEIRO, John M. Et Alli. **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu/Pró-índio, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, A. L.; ROSA; H. A.; BRINGMANN, S. F. (orgs.) **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre, Pallotti, 2012.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Índios Colonos e Fazendeiros: Conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010.

_____. História Oral e História Indígena: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras. **Revista Latino-Americana de História**. , v.1, , 2012.

_____. O Programa Educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares: a experiência entre os Kaingang do RS e de SC (1941-1967). In: NÖTZOLD, Ana Lúcia; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs).

Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

BUSANELLO, Pe. Pio J. **A história de nossa gente.** Santa Maria: Pallotti, 1952.

CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Antes do Oeste Catarinense:** Arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. O método comparativo na História. In: **Os métodos da História:** uma introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. trad. João Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Livraria Pioneira. 1976.

CARON, Márcia dos Santos, TEDESCO, João Carlos. O Estado Positivista no Norte do Rio Grande do Sul: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia de Erechim (1890-1910). **História.** São Leopoldo: Unisinos. 16 (2), Maio/Agosto 2012.

CARINI, Joel João. **Estado, Índios e Colonos:** o conflito na reserva indígena de Serrinha - norte do Rio Grande do Sul. 1. ed. Passo Fundo - RS: Editora UPF, 2005.

_____. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios:** racionalidades, representações e cidadania. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: PPGDR-UFRGS, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 5. Ed. Melhoramentos, 1979.

CASTRO, Evaristo Affonso de. **Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Cruz Alta. Typographia do Commercial, 1887.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. In: **História (São Paulo)**. v.30, n.1, pp. 363-364. jan/jun 2011.

CEOM. **A Voz de Chapecó**: artigos de Antonio Selistre de Campos, 1939 a 1952. Chapecó: Argos, 2004.

CLAUSS, Romualdo. **Evolução histórico-geográfica de Tucunduva**. Tucunduva. s/n. 1982.

COLLE, Célio Alberto. **A cadeia produtiva de trigo no Brasil**: contribuição para a geração de emprego e renda. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Porto Alegre: CPGER/UFRGS. 1998.

CORDEIRO, Enio. **Política Indigenista Brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão: Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CYTRYNOVICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: A mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: EDUSP, 2000.

DACANAL, José Hildebrando. (org) **RS: imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

D'ANGELIS, Wilmar. et. alli. **Toldo Chimbangue: História e Luta Kaingang em Santa Catarina**. Conselho Missionário Indigenista (CIMI – Regional Sul) Xanxerê: 1984.

_____. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM**. Chapecó: Ano 4, N.º 6, Novembro/1989.

_____; FOCÂE, Vicente Fernandes. **Toldo Imbu**. Série Documentos 3, Cadernos do Ceom, Chapecó, UNOESC, 1994.

_____. Mabilde e seus “Apontamentos” sobre os Coroados Selvagens: tentando separar informação de mistificação e preconceitos. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Goiânia, 11 a 14 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Wilmar.pdf>.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal. N. (org.) **Xokleng 2860 a. C.:** As Terras Altas do Sul do Brasil. Edunisul, 2006.

DIAS, Jefferson L. Z. **A Tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang**. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/Unisinos. São Leopoldo, 2004.

ENGE, Tiara R. A Inserção da Cultura nos Estudos da Paisagem: O caso dos Kaingangs do Alto Uruguai. **Perspectiva**, v. 32, nº 120. Erechim, dez. 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2000.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e Parentesco entre os Kaingang:** uma análise etnológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS/USP, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu.; TOMMASINO, Kimiye.; NOELLI, Francisco. (Orgs.) **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004.

FERREIRA, M., M.; AMADO, J. (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**. São Paulo, nº 1, jun. 1999. pp. 19-30.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 47. 2004.

FERREIRA, L. Arqueologia do Sul do Brasil e política colonial em Hermann von Ihering. Porto Alegre: **Anos 90**. v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1978.

FIORI, Neide Almeida. Clube Agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. **Perspectiva**. Florianópolis, v.20, n. especial, p. 231-260, jul./dez. 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 30. ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. 4a edição, Porto Alegre: Editora UFRGS. 2006.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Indigenismo e Antropologia: O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)**. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro. Museu Nacional-UFRJ, 1990.

_____ (org.). **Memória do SPI: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011.

FREITAS, Ednaldo Bezerra de. Fala de Índio, História do Brasil: o desafio da Etno-História indígena. **História Oral**. n. 7, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A.; GONZÁLEZ, Erika M. Robrahn. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **História**. (Revista Eletrônica) São Paulo, n. 27 (2), 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a02v27n2.pdf>.

FURTADO, Rosane C. **Relatório de viagem à Aldeia Toldo Imbu**. Ministério do Interior/FUNAI. 30 de julho de 1987.

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a república**. São Paulo: HUCITEC; Edusp, 1989.

GAKRAN, Namblá. **Aspectos morfossintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng) “Jê”**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: IFCH, 2005.

GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e apropriação capitalista. **Revista CES**. V. 21. Juiz de Fora, MG. 2007. Disponível em: http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 20. n. 39. 2000.

_____. A política indigenista do SPI e seus limites entre os Xavante, (1946-1961). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011.

GAY, João Pedro. **História da República Jesuítica do Paraguai**. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos. 1863. *Apud*: BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. **Pesquisas Antropológicas**, n. 29. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1976.

GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a história da paisagem. In: ZARTH, Paulo A. (org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & vida; Chapecó: Universidade da Federal da Fronteira Sul. 2012.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **Povos Indígenas**. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). vol. 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896/1910)**. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro. PPGH/UFRJ, 2012.

GUIMARÃES, Heitor Velasco Fernandes. **Índios na História do Brasil Republicano**: o território étnico-indígena Paresí e o território estatal-indigenista Utiarity (1907-1934). Dissertação (Mestrado em História) PPGH/PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A prática da história oral e os novos desafios. In: LAVERDI, Et. alli. **História Oral**: desigualdades e diferenças. Recife: Ed. UFPE; Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HENSEL, Reinhold. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. nº 20. Porto Alegre, 1928.

HOERHANN, Rafael Casanova. **O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo**: a política indigenista através dos relatórios (1912-1926). Dissertação (Mestrado em História. Florianópolis: PPGH/UFSC. 2005.

IHERING, Hermann von. A Anthropologia do Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo: Typ. Cardoso & Filho e Cia., 1907. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/ihering-1907-anthropologia>.

_____. A questão dos índios no Brazil. **Revista do Museu Paulista**. vol. VIII, p. 112-140. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1911. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/doc:8>.

KELLER, Franz. Noções sobre os indígenas da Província do Paraná. Manuscrito de 1867 sob guarda do Arquivo Nacional. **Boletim do Museu do Índio**. Rio de Janeiro, 1974.

KERN, Arno Alvarez (org.). **Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KLIEMANN, Luiza Schmitz. **RS: Terra e Poder**. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. Os militares e o indigenismo: uma história de um século. **Revista da Cultura**. Rio de Janeiro/Brasília: FUNCEB. n.16, abril de 2010.

LAROQUE, Luis Fernando. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. São Leopoldo, IAP, 2000.

_____. Fronteiras Geográficas Étnicas e Culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Pesquisas**. Antropologia n° 64. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 2007.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina**: uma etnohistória e sugestões para arqueólogos. (Dissertação) Mestrado em História. São Leopoldo, IAP UNISINOS, 1994.

LEÃO, Ermelino A. **Subsídios para o estudo dos Kaingáng do Paraná**. Curitiba. Tipographia da Livraria Econômica. 1910.

LE GOFF, Jacques. **El orden de la memória**: el tiempo como imaginário. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.

LOSANO, M. G. Hermann von Ihering: um precursor da Ecologia no Brasil. São Paulo: **Revista da USP**. n. 13, 1992.

MABILDE, Pierre A. Booth. **Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA;INL Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

_____. O Movimento do Contestado e a questão de terras. In: ZARTH, Paulo A. (org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & vida; Chapecó: Universidade da Federal da Fronteira Sul. 2012.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: Caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

_____. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. **Projeto História**. São Paulo: n. 18. Maio de 1999. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10994>.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **A História dos Kaingang da Terra Indígena Xaçecó nos artigos de Antônio Selistre de Campos**: Jornal A Voz de Chapecó 1939/1952. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008.

MANIZER, Henry. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas: Editora Curt Nimuendaju, 2006.

MARCON, Telmo (org.). **História e Cultura Kaingang no Sul do Brasil**. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo. 1994.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Teoria, História e Etnohistória. **Estudos Leopoldenses**: Serie História. Vol. 1. n 2.1997.

MARTIUS, Carl F. P. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil**, tradução Alberto Löfgren, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia(série Reconquista do Brasil, n.s., 58), 1982.

MELATTI, Júlio Cezar. ‘Introdução’, In. **Radcliffe-Brown**: Antropologia. Orgs. J.C Melatti & F. Fernandes. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1978.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950). **Revista Tempos Históricos**. v. 10. Cascavel: Edunioeste. 1º Semestre de 2007. Disponível em:

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/issue/view/26>.
Acesso em 18/07/2014.

_____. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). **Revista Tempo**. v. 15. n. 29. Rio de Janeiro: PPGH/UFF. Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=740>.

MONTEIRO, John M. Et Alli. **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu/Pró-índio, 1984.

_____. **Tupi, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo**. Tese (Livre Docência) IFCH/Unicamp: Campinas, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu.; TOMMASINO, Kimiye.; NOELLI, Francisco. (Orgs.) **Uri e Wáxi: Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2000.

_____. (Orgs.) **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004.

MOTA, Lúcio; NOVAK, Eder. **Os Kaingang do Vale do rio Ivaí: história e relações interculturais**. Maringá: EDUEM, 2008.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. Et. all. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: Práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.

NOELLI, Francisco S. Os Jê do Brasil Meridional e a Antiguidade da Agricultura: Elementos da lingüística, arqueologia e etnografia. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, vol. XXII. N. 1. 1996.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **O Ciclo de Vida Kaingáng**. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.

NÖTZOLD, Ana. Lúcia Vulfe.; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. **História Indígena, Etnohistória e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

NOVAIS, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. Revista de Estudos de Antropologia Social. PPGAS/Museu Nacional – RJ. n. 4. v. 1. 1998.

_____. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca: Alimentação e Fabricação dos corpos entre os Kaingang da Terra Indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFSC. Florianópolis, 2009.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina. In: **Saeculum: Revista de História** (14) João Pessoa, Jan./Jun. 2006.

PALMADE, Guy. **La época de la burguesia**. Historia Universal siglo XXI. 8. ed. Madrid: Siglo Veintiuno editores, 1986.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. O sentido histórico da noção de cidadania no Brasil: onde ficam os índios? In: Comissão Pró-Índio/SP. **O Índio e a Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEIXOTO, Demerval. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. 3. v. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PICERNO, José Eduardo. **El Genocidio de La Población Charrua**. Montevideo: Ed. del autor. 2010.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Vanuïre – Conquista, colonização e indigenismo**: oeste paulista, 1912 – 1967. Tese (Doutorado em História). PPGH/UNESP. Assis, 1999.

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização In: **Para uma história do Oeste Catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1994.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORRO, Antonio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. RJ: Vozes, 1995.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**: Ética e História Oral. São Paulo: PPGH-PUC/SP. n.15. Abril de 1997.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: SIA/Ministério da Agricultura. 1962.

_____. **Os Índios e a Civilização:** A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil (1930-1967).** Goiânia: Ed. UFG. 2003.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, 2 vols. 1969.

RODRIGUES, Cíntia Régia. **As populações nativas sob a luz da modernidade:** a Proteção Fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928). Tese (Doutorado em História) PPGH/Unisinos, São Leopoldo, 2007.

_____. A política indigenista entre o Império e os primórdios da República: os nativos do Rio Grande do Sul. **Revista Territórios e Fronteiras.** vol. 1. n. 2. Cuiabá: PPGH/UFMT. 2008.

RODRIGUES, Robson. Et al. O manejo do milho Kaingang como prática de uma identidade étnica na aldeia “Índia Vanuíre”, município de Arco Íris/SP. In: **Fórum Ambiental da Alta Paulista.** Periódico Eletrônico Volume 3, 2007, s/p. Disponível em: www.fundacaoarapora.org.br/artigos/manejo_milho.pdf.

ROGGE, Jairo H. **Fenômenos de Fronteira:** Um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História). PPGH/Unisinos. São Leopoldo, 2004.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **A integração do índio na sociedade regional:** A função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1970.

_____. **Índios e Brancos no Sul do Brasil:** a dramática experiência Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. Indigenismo e Expansão Capitalista: Faces da agonia Kaingang. In: **Cadernos de Ciências Sociais.** nº 2, vol. 2, Florianópolis: PPGCS/UFSC, 1981.

SANTOS, Ademir Valdir dos.; MUELLER, Helena Isabel. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. **Cadernos de História da Educação**. v. 8. n. 2. Jul.-Dez. 2009.

SCHADEN, Francisco. **Índios, caboclos e colonos**: páginas de etnografia, sociologia e folclore. FFLCH/USP, 1963.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BECKER, Ítala I. B. Os primitivos engenheiros do Planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. In: Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Documentos 5**, p. 13-30. São Leopoldo: IAP, 2006.

SCHWINGEL, Lúcio Roberto. **Chefia Kaingang num processo de relações interétnicas e de globalização**: uma abordagem a partir da comunidade de Nonoai (Norte do Estado do RS). Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SEEGER, Anthony. **Os Índios e Nós**. Estudos sobre as sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

SILVA, Vera Martins da. **A regulação do mercado brasileiro de trigo**. São Paulo: Edusp. 1992.

SILVA, Sérgio Baptista da. **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. (Tese) Doutorado em Antropologia Social. PPGAS/FFLCH. São Paulo: USP, 2001.

SILVA, Marcos A. **Memórias que lutam por identidade**: A demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue (SC) 1970-1986. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFSC, Florianópolis, 2006.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovane José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. In: **História Oral**: v. 13, n.1. jan. a jun. 2010.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Do fetichismo à Idade Positiva: apropriação territorial e política indígena no Rio Grande do Sul da

Primeira República (1889-1925). In: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 18, n. 34, 2011.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Terra de Posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas**. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional. UFRJ, 1981.

SIMSON, Olga Rodrigues. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**. n. 6, 2003.

SOARES, Mozart Pereira. **Santo Antônio da Palmeira**. Palmeira das Missões: Bels, 1974.

SOUZA, Almir Antonio de. **Armas, Pólvora e Chumbo: A expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História) Florianópolis: PPGH/UFSC, 2012.

SOUZA, Geraldo de Paula. Notas sobre uma visita a acampamentos dos índios Caingangues. **Revista do Museu Paulista**. Tomo X, São Paulo, Tipographia do Diário Oficial. 1918. Disponível em: <http://biblio.etnolingustica.org/souza-1918-caiangangs>.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre Indigenismo, Autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática de proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo; EdUFRJ/Marco Zero, 1987.

_____. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

SPONCHIADO, Breno. **O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Dissertação. Mestrado em História. Porto Alegre. PPGH/PUCRS. 2000.

STAUFFER, David Hall. **The origin and establishment of Brazil's Indian Service (1889-1910)**. Tese (Doutorado em História). Austin, University of Texas - Austin. 1955.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Os índios Caingangs (Coroados de Guarapuava). Monographia acompanhada de um vocabulário do dialecto de que usam. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C. 1888. p. 259. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/taunay_1888_caingangs.

THEML, Neide; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: Olhares Plurais. **Revista de História Comparada**. PPGH/UFRJ. v.1, n.1, 2007. Disp. em:http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf.

THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro**: a ferrovia do Contestado. 2. ed. Florianópolis, Lunardelli, 1983.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSOM, Alistair. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**: Ética e História Oral. São Paulo: PPGH-PUC/SP. n.15. Abril de 1997.

TOMMASINO Kimiye. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, L.; TOMMASINO, K.; NOELLI, F. **Uri e Wãxi**: Estudos Interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Ed. UEL, 2000.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber!**: um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua ação no planalto norte de Santa Catarina (1910-1929). (Dissertação) Mestrado em História. PPGH/UFSC, Florianópolis, 2006.

TRACHTA SILVA, Evandro; ARAMBASIC. Dolores Passos. **Passos Tchechos em terras brasileiras**. Batayporã, OCTEB; Centro de Memória Jindrich Trachta, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes** : a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

URBAN, Greg. A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 87-102.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil**: A instalação da *Lumber* e a Guerra na Região do Contestado. (Tese) Doutorado em História. PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 2009.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e Práticas rituais Kaingang**. Campinas: IFCH - UNICAMP, (Tese) Doutorado em Antropologia Social, 2000.

_____; D'ANGELIS, Wilmar. Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado. In: **Cadernos do CEOM**. n. 18. Chapecó: Argos, 2003.

_____. *Cosmologia Kaingang e suas práticas rituais* . In K. Tommasino; Lúcio T. Mota. Francisco S. Noelli (Orgs.). **Novas contribuições aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. da UEL, 2004.

_____. **O processo de privatização da posse da terra indígena**. 2006. p. 5. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf.

VIDART, Daniel. **El mundo de los charrúas**. Montevideo: Banda Oriental, 1996.

WERLANG, Alceu Antonio. **A colonização às margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense**: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil (1925-1954). Dissertação (Mestrado em História) Florianópolis: PPGH/UFSC, 1992.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A docência e as instituições escolares nas políticas culturais para educação rural. IN: **IV Congresso**

Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História. UCG: Goiânia, 05 a 08 de novembro de 2006. ISBN 85-8977-937-8.

WIESEMANN, Úrsula. Os dialetos das línguas Kaingang e Xokleng. **Arquivos de Anatomia e Antropologia**. Vol. III. Ano III. Rio de Janeiro, 1978.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O Vapor e o Botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

_____. (org.) **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & vida; Chapecó: Universidade da Federal da Fronteira Sul. 2012.

ZILLES, Pedro Dércio. Francisco Siqueira Fortes: Indigenista. **Boletim Luta Indígena**. Xanxerê. 1983.

ZOCKUN, Maria Helena Garcia Pallares. **A Expansão da soja no Brasil:** alguns aspectos da produção. Sao Paulo. IPE/USP, 1980.

FONTES DOCUMENTAIS, ORAIS, VISUAIS E JORNALÍSTICAS

Fontes documentais

AGOSTINELLI, Hélio Armando. **Memorial sobre o processo movido por Alberto Berthier de Almeida sobre as terras do Chapecozinho, encaminhado à diretoria do SPI.** Porto Alegre: 28 de março de 1966. Arquivo FUNAI, Brasília/DF.

BRASIL. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório apresentado pelo Sr. Sertório da Rosa, inspetor do SPI no Estado do Paraná, quando de sua viagem de inspeção a diversos toldos e Postos Indígenas dos Estados do Paraná e S. Catarina.** Curitiba: 11 de junho de 1937. Microfilme 379. Fotogramas 02324 a 02337. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Cadastro de funcionários lotados na 7ª Inspetoria Regional.** s/d. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Circular nº 19 – s/2. Instruções sobre alimento e roupa.** Rio de Janeiro: 13 de Janeiro de 1941. Microfilme 390. Fotograma 0108. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício-relatório encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai, Francisco José Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7, Paulino de Almeida.** Nonoai. 14 de janeiro de 1941. Microfilme 058. Fotogramas 0025 a 0028. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida, sobre relação de moradores dentro do Posto.** Nonoai: 20 de fevereiro de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0042. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida, sobre relação de moradores dentro do Posto.** PI Nonoai: 20 de fevereiro de 1941. Microfilme 058. Fotogramas 0043 a 0045. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 7 encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7, Paulino de Almeida.** PI Nonoai. 12 de março de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0053. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades nº 6, encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7, Paulino de Almeida.** PI Nonoai, 30 de maio de 1941. Microfilme 058. Fotogramas 0066 e 0067. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de pagamento do Pessoal em serviço na Inspetoria do Sul (Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul) Posto de Assistência, Educação e Nacionalização “Nonoai”.** PI Nonoai, 28 de julho de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0022. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta encaminhada pelo Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos ao Secretário da Agricultura Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, João Dahne.** Rio de Janeiro: 09 de setembro de 1941. Microfilme 322. Fotogramas 00408 a 00411. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de atividades nº 10 do encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor da IR7 Paulino de Almeida.** PI Nonoai: 25 de setembro de 1941. Microfilme 058. Fotograma 0075. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama enviado por Francisco Vieira dos Santos à IR7 em 21/10/1941.** Nonoai. Microfilme 058. Fotograma 0076. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 29 do encarregado do PI Nonoai, Francisco Vieira dos Santos ao Subdelegado de**

Polícia do 4º Distrito, Antonio Teixeira dos Santos. PI Nonoai, 24 de outubro de 1941. Microfilme 058. Fotogramas 077 e 078. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 8.** 31 de julho de 1942. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 8, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de Agosto de 1942. Microfilme 058. Fotograma 0178 a 0180. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 9, encaminhado por Helena Abduch Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 1º de Setembro de 1942. Microfilme 058. Fotograma 0193 a 0194. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 10.** 30 de Setembro de 1942. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 12.** 30 de novembro de 1942. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 06 de Dezembro de 1942. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. Aviso do PIN Nonoai-IR7. In: **Boletim Interno nº 13.** 31 de dezembro de 1942.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942.** PI Nonoai. 25 de dezembro de 1942. Microfilme 058. Fotograma 0227 a 0231. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 14.** 31 de janeiro de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 16.** 31 de Março de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 23**. 31 de outubro de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 19, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 03 de Julho de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0275 a 0281. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibos de arrendamento**. PI Nonoai. 20 de Julho de 1943. Microfilme 058. Fotogramas 0251 e 0252. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 20, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 02 de Agosto de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0283 a 0287. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 21**. 31 de Agosto de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de arrendamento**. PI Xapecó: 11 de setembro de 1943. 1 fl. Microfilme 064. Planilha 702. Sem nº de fotograma. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 24**. 30 de Novembro de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1943 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7**. 22 de Dezembro de 1943. Microfilme 058. Fotograma 0436 a 0440. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 25**. 31 de Dezembro de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 25, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1º de Janeiro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0524 a 0530. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 26**. 31 de Janeiro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório n° 26, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1° de Fevereiro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0537 a 0540. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 27**. 29 de Fevereiro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n° 9, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7**. PI Nonoai. 04 de Março de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0549. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 28**. 31 de Março de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Termo de contrato entre o SPI e Hermínio Tissiani para exploração madeireira no PI Nonoai. 08 de Abril de 1944**. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 29**. 30 de Abril de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório n° 29, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 08 de Maio de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0563 a 0566. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório n° 30 do PI Nonoai encaminhado ao Diretor do SPI**. 1° de Junho de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0573 a 0575. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 19. Programa de Trabalho do PI Nonoai**. 05 de Junho de 1944. Microfilme 058. Fotogramas 0581 e 0582. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício manuscrito s/n., encaminhado ao Inspetor Paulino de Almeida.** 04 de Setembro de 1944. PI Nonoai. Microfilme 058. Fotogramas 0633 e 0634.. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 40 do PI Nonoai encaminhado ao Diretor do SIA, Itagybe Barcante.** 06 de Setembro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0635 a 0636. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 34.** 30 de Setembro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado por Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Paulino de Almeida da IR7.** 05 de outubro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0641 a 0643. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 34, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI.** PI Nonoai. 07 de Outubro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0646 a 0650. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal PI Nonoai.** 01 de novembro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0663 a 0667. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1944 do PI Nonoai encaminhado ao Inspetor Chefe da IR7.** 04 de Novembro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0668 a 0672. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório sobre as atividades da Escola Benjamin Constant do PI Nonoai no ano de 1945, encaminhado á IR7 por Helena Vieira dos Santos.** Curitiba, 3 de Janeiro do 1945. Microfilme 058. Fotograma 1034 a 1036. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal PI Nonoai**. 01 de fevereiro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0768 a 0778. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta n. 2 de Francisco Vieira a Paulino de Almeida, chefe da IR7**. Microfilme 058. Fotograma 0881-0882. 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 38**. 31 de Março de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório n. 40**. PI Nonoai. 02 de Abril de 1945. Microfilme 058. Fotogramas 0819 e 0825. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício de Francisco Siqueira Fortes ao auxiliar de ensino da Aldeia Pinhalzinho, Samuel Brasil**. PI Xapecó: 1° de julho de 1945. 1 fl. Microfilme 064. Planilha 702. Fotograma n° 081. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 43**. 31 de Agosto de 1945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta n. 3**. PI Nonoai. 24 de Setembro de 1945. Microfilme 058. Fotogramas 0901-0902. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal PI Nonoai**. 01 de outubro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0906. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório n° 47, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1° de Novembro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0921 a 0928. p.5. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Anual PI Nonoai**. 20 de Novembro de 1945. Microfilme 058. Fotograma 0934 a 0945. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de prestação de serviços**. PI Xaçecó: 29 de dezembro de 1945. 1 fl. Microfilme 064. Planilha 702. Fotograma nº 069. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 48**. 30 de Janeiro de 1946. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. VIEIRA DOS SANTOS, Francisco José. **Apontamentos sobre os índios caingangues do Posto Indígena Nonoai**. 03 de Abril de 1946. Microfilme 058. Fotograma 1045 a 1060. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 34, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7**. PI Nonoai. 16 de Maio de 1946. Microfilme 058. Fotograma 1071. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Excesso de despesas feitas no Posto Indígena Xaçecó no 1º semestre do ano de 1946**. 10 de Julho de 1946. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma 064 105 a 064 117. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 62 PI Nonoai**. 1º de Fevereiro de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1111. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 5, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7**. PI Nonoai. 06 de Fevereiro de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1143. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de pagamento a Vergílio da Silva referente à compra de 12 leitões matrizes para o Posto**. PI. Xaçecó. 30 de Março de 1947. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório da inspeção parcial procedida na 7ª Inspeção Regional, deste Serviço, com jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de acordo com determinação constante da ordem de serviço nº 32, de 17/04/ 1947**. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 21**. PI Nonoai. 11 de Junho de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1165. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama de Wismar Costa Lima à IR7**. Xanxerê, 7 de setembro de 1947. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 31, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7**. PI Nonoai. 08 de Outubro de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1174. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibo de pagamento a João Geminiano referente à construção de barbaquá para o Posto**. PI. Xapecó. 12 de Outubro de 1947. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado por Avelino Gonçalves de Araújo ao Inspetor da IR7 Lourival Mota Cabral**. PI Xapecó: 29 de outubro de 1947. 2 fls. Microfilme 064. Planilha 703. Fotografamas nº 0177 e 0178. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado por Francisco Siqueira Fortes ao Diretor do SPI Deocleciano de Souza Nenê**. 11 de Março de 1948. Microfilme 064. Fotograma 0232. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta de Francisco Siqueira Fortes ao Inspetor da IR7 Deocleciano de Souza Nenê**. PI Xapecó. 11 de Março de 1948. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 185/47 encaminhado pelo Inspetor substituto da IR7 Deocleciano Souza Nenê ao encarregado do PI Xapecó Wismar C. Lima**. Curitiba, 30 de agosto de 1948. 1 fl.. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma nº 236. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 17, encaminhado por Wismar Costa Lima à IR7.** PI Xaçecó. 28 de Abril de 1949. Microfilme 064. Fotograma 00745 a 00747. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 24, encaminhado por Wismar Costa Lima à IR7.** PI Xaçecó. 25 de Maio de 1949. Microfilme 064. Fotograma 00753 a 00755. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 8 do encarregado Nereu M. da Costa a Lourival da Mota Cabral, Inspetor Chefe da IR7.** PI. Xaçecó. 10 de Maio de 1950. Microfilme 064. Planilha 703. Fotograma s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 28 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7.** PI Xaçecó. 17 de Novembro de 1950. Microfilme 064. Fotograma 0253 a 0254. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 35, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 4 de Dezembro de 1950. Microfilme 058. Fotograma 1332 a 1333. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 12 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7.** PI Xaçecó. 03 de Junho de 1951. Microfilme 064. Fotograma 0259. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 10, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 07 de Junho de 1951. Microfilme 058. Fotogramas 1424. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do PI Nonoai PI Nonoai.** 02 de Fevereiro de 1952. Microfilme 058. Fotograma 1446. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação nominal dos índios que plantaram trigo no ano de 1952, do Posto Indígena de Chapecó;**

SC. PI. Xaçecó. s/d. Microfilme 064. Fotograma 00843. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 16. Questionário n. 2.** PI Nonoai. 29 de Setembro de 1952. Microfilme 058. Fotogramas 1537-1541. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 25.** PI. Xaçecó. 31 de outubro de 1952. Microfilme 064. Fotograma 00844. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do Posto.** PI Xaçecó. 31 de Dezembro de 1953. Microfilme 337. Fotograma 00764. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 04 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7.** PI Xaçecó. 06 de fevereiro de 1954. Microfilme 064. Fotograma 00854. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de Inspeção dos PI Cacique Doble e Guarita.** s/n. 23 de maio de 1954. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 19 encaminhado por Nereu Moreira da Costa ao Chefe da IR7.** PI Xaçecó. 02 de Julho de 1954. Microfilme 064. Fotograma 00857. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 03.** Maio de 1957. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de Animais existentes no PI Xaçecó pertencentes ao Patrimônio Nacional.** PI Xaçecó. 06 de Junho de 1957. Microfilme 064. Fotograma 308. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 28. Autorização para efetuar despesas.** PI Xaçecó. 30 de Agosto de 1957. Microfilme 064. Planilha 704. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ordem de Serviço Interna**. Rio de Janeiro. 16 de Outubro de 1957. Microfilme 058. Fotograma 1679. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 15**. Abril de 1958. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do PI Nonoai**. Salatiel Diniz a Dival de Souza, Inspetor da IR7. 31 de Maio de 1958. Microfilme 058. Fotograma 1768 a 1769. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 19**. Agosto de 1958. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 21**. Outubro de 1958. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício s/n de Emilia Diniz ao Chefe da IR7 Dival José de Souza**. 11 de Novembro de 1958. Microfilme 058. Fotograma 1887. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Censo Indígena do PI Nonoai**. 20 de Dezembro de 1958. Microfilme 058. Fotograma 1833 a 1835. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 26**. Março de 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 27**. Abril de 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 3/59. Remete resultado colheita de trigo PI Nonoai**. 05 de Maio de 1959. Microfilme 058. Fotograma 1893. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de festividade do Dia do Índio**. PI Nonoai. 014 de maio de 1959. Microfilme 058. Fotograma 1895. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 32**. Setembro 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 33**. Outubro de 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Avisos do PI Nonoai**. PI Nonoai. 30 de Novembro de 1959. Microfilme 058. Fotografia 01991. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 35**. Dezembro de 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 2/60. Remete total colheita de trigo PI Nonoai**. 21 de Janeiro de 1960. Microfilme 058. Fotografia 2057. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício s/n referente à requisição de Carteira Agrícola**. PI Chapecó. 06 de março de 1960. Microfilme 064. Planilha 704. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 37**. Fevereiro de 1960. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 39**. Abril de 1960. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 41**. Junho de 1960. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório trimestral da escola Benjamin Constant**. 21 de Julho de 1960. Microfilme 058. Fotografia 2067. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno n° 47**. Janeiro de 1961. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Mapa Semestral da Criação, referente ao 2º. Semestre de 1961**. PI Selistre de Campos. 31 de

Dezembro de 1961. Microfilme 067. Fotograma 124. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório do Delegado Regional da SUPRA Eliseu Torres sobre os intrusos no PI Nonoai.** Porto Alegre. 19 de Julho de 1963. Microfilme 0598. Fotograma 00127. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Recortes Jornal Última Hora.** 21 de Agosto de 1963. Microfilme 059. Fotograma 0143. SEDOC/ Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação de arrendatários no PI Selistre de Campos.** PI Selistre de Campos. 30 de Agosto de 1963. Microfilme 067. Fotograma 02554 a 02555. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. Decreto nº 52.668, de 11 de Outubro de 1963. **Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52668-11-outubro-1963-392923_publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Declaração de passagem de cargo.** PI Nonoai/RS. 08 de janeiro de 1964. Microfilme 059. Fotograma 115. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório sobre a IR7 elaborado por Ney Land.** 19 de Março de 1964. Microfilme 322. Fotogramas 0423 a 0425. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de Inspeção no PI Nonoai.** PI Nonoai. 29 de Maio de 1964. Microfilme 322. Fotograma 0521 a 0550. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório de Inspeção no PI Selistre de Campos.** PI Selistre de Campos. 05 de Junho de 1964. Microfilme 322. Fotograma 0573 a 0607. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso do PI Selistre de Campos.** PI Selistre de Campos. Outubro de 1964. Microfilme 067. Fotografia 02569. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório Mensal n. 1 do Poind. Nonoai.** PI Nonoai. 29 de Janeiro de 1965. Microfilme 059. Fotografia 0201 a 0205. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Contrato de arrendamento que entre si fazem o Serviço de Proteção aos Índios, como arrendador, de um lado e, de outro, como arrendatário o Sr. Albino Espósito .** PI Selistre de Campos. 10 de Dezembro de 1965. Microfilme 068. Fotografia 00060 e 00061. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Aviso Mensal PI Nonoai.** PI Nonoai/RS. 30 de Junho de 1966. Microfilme 059. Fotografia 0520. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ordem de Serviço Interna nº 1.** PI Selistre de Campos. 01 de Fevereiro de 1967. Microfilme 068. Planilha 744. Fotografia s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Of. nº. 31/67.** PI Selistre de Campos. 11 de Junho de 1967. Microfilme 068. Fotografia 00752. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício n. 40/67. Reunião de autoridades na área.** PI Selistre de Campos. 16 de Outubro de 1967. Microfilme 068. Fotografia s/n. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relato sobre o Estado do Poind Selistre de Campos.** PI Selistre de Campos. 25 de Novembro de 1967. Microfilme 068. Fotografia 00790 a 00792. fl. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Assistência Social aos indígenas do Poind. Nonoai.** PI Nonoai/RS. Dezembro de 1967. Microfilme 059. Fotografia 0848. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório Figueiredo. 1967/1968.** Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=CRVindigena>.

BRASIL. **Diário Oficial da União.** Relatório da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 239-67, do Ministério do Interior, para apurar irregularidades no SPI. 10 de Setembro de 1968.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício sem data e s/nº.** Microfilme 068. Fotograma 00296. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Planta de uma área de terras arrendado SPI pelos Snrs. Josué Anoni e Valdomiro Roveda no lugar Matão, distr. Bom Jesus, município de Xanxerê - SC.** Microfilme 068. Fotograma 00298 00299. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

DISCURSO 07/01/1841. **Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Raphael Tobias de Aguiar no dia 07 de janeiro de 1841, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa de S. Paulo.** São Paulo: Tipographia de Costa Silveira, 1841.

DISCURSO 07/01/1847. **Discurso recitado pelo excellentissimo senhor marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, presidente da provincia de S. Paulo, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 7 de janeiro de 1847.** S. Paulo, Typ. do Censor (Em Palacio), 1847.

DISCURSO 1/05/1852. **Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Thomaz Nabuco d'Araujo, presidente da provincia de São Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de maio de 1852.** São Paulo, Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Relatório da CPI instaurada para apurar a situação em que se encontram os índios do Toldo Nonoai e os chamados “agricultores sem terra”.** Porto Alegre. 1967/1968.

FALLA 11/03/1872. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, em a segunda sessão da 14.a legislatura. Porto-Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1872.

LAND, Ney. **Relatório sobre o Posto Indígena Cacique Doble.** 12 de maio de 1964. Microfilme 064. Planilha 704. Fotografamas 00556 a 00561. SEDOC/Museu do Indio-RJ.

MENSAGEM 20/09/1899. Mensagem enviada à Assembléa do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de Setembro de 1899. Porto Alegre: Oficinas typogrâphicas d'A Federação, 1899.

MENSAGEM 01/02/1901. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 5ª Legislatura, no dia 1º do corrente pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva. Curytiba: Typographia D'A República. 1901.

MENSAGEM 01/02/1911. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, presidente do Estado ao instalar-se a 2ª Sessão da 10ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1911. Curityba: Typographia D'A Federação. 1911.

MENSAGEM 22/07/1924. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1924 pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira vice-governador no exercício do cargo de Governador do estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1924.

MENSAGEM 22/07/1925. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1925, pelo Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador, no exercício do cargo de governador do Esado de Santa Catharina. Florianópolis. 1925.

OFÍCIO 08/07/1848. Ofício de José Joaquim Andrade Neves ao presidente Francisco José de Souza Soares de Andréa. Directoria Geral dos Índios da Província. Rio Pardo. 8 de Julho de 1848. AHRs. Arquivo Indios. Maço 3.

OFÍCIO 08-04-1850. Ofício do Padre Bernardo Parés ao Presidente da Província Pimenta Bueno. Passo Fundo. 08 de abril de 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

OFÍCIO 20-05-1850. Ofício do Padre Bernardo Parés ao Diretor Geral dos Índios da Província José Joaquim Andrade Neves. Nonoai. 20 de maio de 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

OFÍCIO 01-06-1851. Ofício do Padre Bernardo Parés encaminhado ao presidente da província Pedro Ferreira de Oliveira. Guarita. 01 de junho de 1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

OFÍCIO 10-02-1855(a). Ofício do Diretor do Aldeamento de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Aldeia de Nonoai. 10 de fevereiro de 1855. AHRS. Arquivo Índios. Maço 1.

OFÍCIO 10-02-1855(b). Ofício do Diretor do Aldeamento de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Aldeia de Nonoai. 10 de fevereiro de 1855. AHRS. Arquivo Índios. Maço 1.

OFÍCIO 09-07-1856. Ofício do Diretor do aldeamento de Nonoai José Joaquim de Oliveira ao Diretor Geral dos Índios José Joaquim de Andrade Neves. Nonoai, 09 de julho de 1856. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 31/12/1923. A questão da terra dos índios do Chapecó. **Ofício-relatório do Inspetor José Maria de Paula da IR7 ao Diretor do SPI no RJ.** Microfilme 064, Planilha 702. 1923. 14 fls. Acervo Museu do Índio – RJ.

RELATÓRIO 01/03/1846. Relatorio com que abrio a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1.o de março de 1846, o exm.o sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia. Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846.

RELATÓRIO 05/10/1847. Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847.

RELATÓRIO 04/03/1848. Relatorio do vice-presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de março de 1848, acompanhado do orçamento para o anno financeiro de 1848-1849. Porto Alegre, Typ. do Porto Alegrense, 1848.

RELATÓRIO 06-10-1853. Relatorio do Presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853.

RELATÓRIO 15/07/1854. Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

RELATÓRIO 02/10/1854. Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

RELATÓRIO 08/02/1855. Relatorio do presidente do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcelos apresentado á Assembléa Legislativa Provincial no dia 08 de fevereiro de 1855. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855.

RELATÓRIO 01/03/1856. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1.o de março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856.

RELATÓRIO 15-12-1856. Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na

abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856.

RELATÓRIO 11-10-1857. Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857.

RELATÓRIO 07/01/1858. Relatorio do presidente da provincia do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858. Curityba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858.

RELATÓRIO 05-11-1858. Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858.

RELATÓRIO 05/11/1859. Relatorio apresentado á Assembléa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul. 1859.

RELATÓRIO 05-11-1860. Relatorio apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860.

RELATÓRIO 01-03-1863. Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1863.

RELATÓRIO 10-03-1864. Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1864.

RELATÓRIO 31-10-1866. Relatorio apresentado pelo presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul dr. Antonio Augusto

Pereira da Cunha à Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre. Typ. Jornal do Comércio, 1866.

RELATÓRIO 13-04-1868. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Francisco Marcondes Homem de Melo passou a administração d'esta província ao exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha 1º vice-presidente no dia 13 de Abril do anno de 1868. Porto Alegre, Typ. Jornal do Commercio, 1868.

RELATÓRIO 29-08-1870. Relatório com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao ex.mo sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1.o vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense, 1870.

RELATÓRIO 24-05-1871. Relatório dom que o exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a Administração dessa Província ao Exmo. Coronel João Simões Lopes 1º vice presidente no dia 24 de maio de 1871. Porto Alegre. Typ. Do “Rio-Grandense”, 1871.

RELATÓRIO 15/02/1876. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1876.

RELATÓRIO 01/05/1880. Relatório com que o exm. sr. dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao 3.o vice-presidente, o exm. sr. dr. Antonio Corrêa de Oliveira, a 15 de abril de 1880; este ao exm. sr. dr. Henrique d'Avila a 19 do mesmo mez, e falla com que o ultimo abriu a 2.a sessão da 18.a legislatura d'Assembléa Provincial no dia 1.o de maio de 1880. Porto Alegre, Typ. A Reforma, 1880.

RELATÓRIO 27/08/1909. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de Julho de 1909, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Públicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 27 de agosto de 1909. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo. 1909.

RELATÓRIO 10/09/1910. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de julho de 1910, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de setembro de 1910. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo. 1910.

RELATÓRIO 08/09/1911. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de julho de 1911, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 08 de setembro de 1911. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo. 1911.

RELATÓRIO 25/08/1914. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 9 de julho de 1914, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo. 1914.

RELATÓRIO 09/09/1916. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de julho de 1916, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul em 09 de setembro de 1916. Porto Alegre: Oficinas graphicas d'A Federação. 1916.

RELATÓRIO 14/09/1917. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1917, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre: Typographia da Empreza Graphica Rio-Grandense, Editora d'O Diário. 1917.

RELATÓRIO 16/08/1921. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 31 de maio de 1921, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio

Grande do Sul em 16 de agosto de 1921. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. 1921.

RELATÓRIO 15/08/1922. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 31 de maio de 1922, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 1922. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. 1922.

RELATÓRIO 15/08/1923. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 31 de Maio de 1923, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de agosto de 1923. Porto Alegre: Typographia da Empreza Graphica Rio-Grandense, Editora d'O Diário. 1923.

RELATÓRIO 16/08/1926. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 31 de maio de 1926, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 16 de agosto de 1926. Porto Alegre. Oficinas Gráficas D'A federação. 1926.

RELATÓRIO 25/07/1929. Relatório do Diretor de Agricultura Indústria e Commercio João Luderitz, publicado no relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas e apresentado ao presidente do Estado Dr. Getúlio Vargas em 25 de julho de 1929. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação. 1929.

RELATÓRIO 07/1930. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1929 publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado ao presidente Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul em Julho de 1930. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. 1930.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio. Carta resposta do Secretário da Agricultura Indústria e Comércio João Dahne ao Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo

Vasconcelos. Porto Alegre: 16 de setembro de 1941. fl. 1. Microfilme 322. Fotogramas 00412 a 00414. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

SANTA CATARINA. Comissariado Geral do Estado. **Ofício nº 21 encaminhado pelo Comissário de Terras do 8º Distrito (Cruzeiro e Chapecó) Wenceslau Breves ao Inspetor da IR7 José Maria de Paula.** Passo Bormann, 20 de agosto de 1923. 3 fls. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

Fontes Orais:

ALÍPIO, Ernesto. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Jacu-TI Xaçepó. 08 de Maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC.

BELINO, Dinarte. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** 23 de Abril de 2014. Aldeia Jacu-TI Xaçepó/SC. Acervo LABHIN/UFSC.

ALÍPIO, Miguel. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann, Rafael Benassi e Luana Mayra da Silva.** Aldeia Jacu-TI Xaçepó/SC. 08 de Agosto de 2012. Acervo LABHIN/UFSC.

EUFRÁSIO, Antônio. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Sede/TI Nonoai/RS. 27 de Fevereiro de 2014. Acervo LABHIN/UFSC.

GARCIA, Jorge. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Capão Alto-TI Nonoai/RS. 1º de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

LOPES, Adelino. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** 25 de Fevereiro de 2014. Aldeia Capinzal-TI Nonoai/RS. Acervo LABHIN/UFSC.

LUIZ, Romalina. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Pinhalzinho-TI Xaçepó/SC. 21 de Agosto de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

OLIVEIRA, Mafaldo. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** 27 de Fevereiro de 2014. Aldeia Sede-TI Nonoai/RS. Acervo LABHIN/UFSC.

PALIANO, Albérico. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann e Carina Santos de Almeida.** 30 de agosto de 2012. Aldeia Jacu-TI Xapecó/SC. Acervo LABHIN/UFSC.

PINHEIRO, Emiliana. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann e Carina Santos de Almeida.** Aldeia Paiol de Barro-TI Xapecó/SC. 09 de Maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC.

RODRIGUES, Noé. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann e Luana Mayra da Silva.** Aldeia Jacu-TI Xapecó. 09 de Maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC.

SAMPAIO, Valter. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Vila Alegre-TI Nonoai/RS. 1º de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

SEVERO, João. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Bairro Aneloque-Nonoai/RS. 02 de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

SILVA, Nísio. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Bananeira/TI Nonoai/RS. 26 de Fevereiro de 2014. Acervo LABHIN/UFSC.

Fontes jornalísticas

CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios de Chapecó. **A Voz de Chapecó.** Chapecó/SC. Ano I. n. 4. 18 de maio de 1939. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó.** Chapecó/SC. Ano I. nº 18. 05 de novembro de 1939. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó.** Chapecó/SC. Ano II. 14 de abril de 1940. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano II. 28 de abril de 1940. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano II. n. 63. 20 de outubro de 1940. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano III. 03 de março de 1941. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano III. 13 de agosto de 1941. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Serviço de PERSEGUIÇÃO aos Índios. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano VII. 05 de Junho de 1949. Arquivo BPESC.

CAMPOS, Antonio Selistre de. Posto dos Índios de Chapecozinho. **A Voz de Chapecó**. Chapecó/SC. Ano VII. 17 de Julho de 1949. Arquivo BPESC.

IHERING, Hermann von. Os índios do Brasil Meridional. **Correio Paulistano**. 29 de outubro de 1908. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/correio-paulistano-suplemento-litterario/090972>.

MIRANDA, Rodolpho. Exposição de motivos para a criação do SPILTN. **Jornal O Paiz**. Rio de Janeiro. 22 de junho de 1910. Disponível através do link: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>

Jornal O ESTADO. **Primeira Exposição de Trigo**. Florianópolis. 3 de Dezembro de 1952. Arquivo BPESC.

Jornal DIÁRIO DA TARDE. **Batalha do Trigo em Santa Catarina e sua influência econômica**. Florianópolis. 9 de Dezembro de 1952. Arquivo BPESC.

Jornal Correio da Manhã. **Índios escorraçados no Sul**. Quarta-feira, 23 de outubro de 1968. Arquivo BPESC.

Jornal Última Hora. Porto Alegre. 28 de Agosto de 1963. In: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Of. s/n.** s/d. Microfilme 059. Fotograma 0135. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Leis e Decretos

BRASIL. **Decreto nº 2.049**, de 31 de Dezembro de 1908. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-2049-31-dezembro-1908-580235-publicacaooriginal-103187-pl.html>.

BRASIL. **Lei nº 3.454 de 6 de janeiro de 1918**. Artigo 118. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1558/constituicao_1934_texto.pdf?sequence=11.

BRASIL. Decreto nº 613 de 30 de janeiro de 1936. Artigo 3º. s/p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.170**, de 5 de Janeiro de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6170-5-janeiro-1944-416451-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. **Decreto nº. 38.955**, 27 de março de 1956. Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38955-27-marco-1956-327902-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei n.º 4.504, de 30 de Novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 6001, de 19 de Dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm.

DECRETO n.º 7, 18/06/1902. **Área dos Índios Coroados – Kaingang – Governo do Estado do Paraná.** Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de Junho de 1902, 14º da República. (Cópia) Acervo LABHIN/UFSC, Florianópolis/SC.

SANTA CATARINA, SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA. **Relatório apresentado à S. Excia. Senhor Dr. José Boabaid, presidente da Assembléia do Estado, no exercício do cargo de governador, por intermédio do digníssimo Snr. Dr. Leoberto Leal, referente às atividades da 3ª Reunião Técnica do Trigo, realizada no Rio de Janeiro a contar de 21 a 26 de março do corrente ano (1949).** Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). s/n. 1949.

Fotografias

BRASIL. SPI. **Escoteiros Indígenas e Desfile.** 1944. Fotografias 1 e 2: 11,5 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. SPI. **Escritório do posto indígena.** 1944. PI Nonoai. 1 fotografia, 12x8cm. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. SPI. **PIN Nonoai.** 1944. 1 fotografia, 12x8cm. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL.SPI. **Índios trabalhando na lavoura.** PI Nonoai, 1944. 1 fotografia, 11,5 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. SPI. **Índios reunidos.** 1944. 1 fotografia, 9 x 6 cm. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL.SPI. FORTHMANN, Heinz. **Posto Indígena Nacional Chapecó.** Santa Catarina, 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL.SPI. FORTHMANN, Heinz. **Moinho d'água do PI Xapecó.** Setembro de 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. **Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz a 7ª Inspetoria Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Documentos audiovisuais e iconográficos SEDOC/Museu do Índio-RJ.

FORTHMANN, Heinz. **Curral do Posto Indígena Nonoai.** Setembro de 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. **Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, a 7ª Inspetoria Regional, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Documentos audiovisuais e iconográficos SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL.SPI. VELLOSO, Nilo Oliveira. **Índio Kaingang trabalhando.** Santa Catarina: Serviço de Proteção aos Índios. 1952. 1 negativo de acetato; p&b, 6x6cm.. Documentos audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL.SPI. Vellozo, Nilo Oliveira. **Índios Kaingang transportando trigo em caminhão do Posto Indígena Xapeco, Santa Catarina.** 1952. Serviço de Proteção aos Índios. 1 negativo de acetato; p&b, 6x6cm. Documentos audiovisuais e iconográficos. SEDOC Museu do Índio/RJ.

BRASIL.SPI. Vellozo, Nilo Oliveira. **Índios Kaingang trabalhando com máquinas na lavoura da colheita de trigo do Posto Indígena Xapecó, Santa Catarina.** 1952. Serviço de Proteção aos Índios. 1 negativo de acetato; p&b, 6x6cm. Documentos audiovisuais e iconográficos SEDOC Museu do Índio/RJ.

RELATÓRIO 10/09/1910. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização do dia 31 de julho de 1910, publicado no Relatório da Secretaria de Estado das Obras Publicas apresentado a Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de setembro de 1910.** Em Anexo: Relatório Sobre os Indígenas do Rio Grande do Sul do Secretário Carlos Torres Gonçalves. 09/06/1910. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo. 1910. s/p.